

MOBILIDADE HUMANA NA PAN-AMAZÔNIA:

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E
EXPERIÊNCIAS EMPÍRICAS



Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Márcia Maria de Oliveira

Rosana Baeninger

Geraldo Castro Cotinguiba

Francilene dos Santos Rodrigues

Sidney Antonio da Silva

Weidila Nink Dias

Organizadores



MOBILIDADE HUMANA NA PAN-AMAZÔNIA
implicações teóricas e experiências empíricas

Marília Lima Pimentel Cotinguiba
Márcia Maria de Oliveira
Rosana Baeninger
Geraldo Castro Cotinguiba
Francilene dos Santos Rodrigues
Sidney Antonio da Silva
Weidila Nink Dias
Organizadores



EDUFRR
Boa Vista - RR
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcír Gursen de Miranda

Anderson dos Santos Paiva

Bianca Jorge Sequeira Costa

Fábio Luiz de Arruda Herrig

Georgia Patrícia Ferko da Silva

Guido Nunes Lopes

José Ivanildo de Lima

José Manuel Flores Lopes

Luíza Câmara Beserra Neta

Núbia Abrantes Gomes

Rafael Assumpção Rocha

Rickson Rios Figueira

Rileuda de Sena Rebouças



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br / Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico e Capa

Giovanna Stefanny Vieira Souza

George Brendom Pereira dos Santos

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação Na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

M687 Mobilidade humana na Pan-Amazônia : implicações teóricas e experiências empíricas / Marília Lima Pimentel Cotinguiba... [et al.]. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.
513 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86062-94-6

Livro eletrônico.

1 – Migrações internacionais. 2 – Geografia humana. 3 – Indígenas. 4 – Pan-Amazônia. 5 – Mobilidade social. I – Título. II – Cotinguiba, Marília Lima Pimentel. III – Universidade Federal de Roraima.

CDU – 325(811)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:

Shirdoill Batalha de Souza - CRB-11/573 - AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.

O texto deste livro foi avaliado e aprovado por pareceristas ad hoc.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 8

**EIXO TEMÁTICO 01: DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA
PAN-AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA: PROCESSOS
HISTÓRICOS E AVANÇO DAS FRONTEIRAS.**

**MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: O
NORTE GLOBAL E O SUL GLOBAL NA FRONTEIRA** 25

Rosana Baeninger; Natália Belmonte Demétrio; Jóice de Oliveira Santos
Domeniconi

**OS MIGRANTES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA
NA DÉCADA DE 2010** 48

Alberto Augusto Eichman Jakob

**ANÁLISES PRELIMINARES DA ‘INDÚSTRIA DAS MIGRAÇÕES’
EM RORAIMA** 68

Janison Machado de Albuquerque; Márcia Maria de Oliveira

**UMA MESMA PARTIDA, UM MESMO DESTINO: HAITIANOS E
VENEZUELANOS EM BOA VISTA – RR** 89

Beatriz Patrícia de Lima Level; João Carlos Jarochinski Silva

**MIGRAÇÕES E MOBILIDADES VENEZUELANAS: FRONTEIRA
GUIANA FRANCESA - AMAPÁ** 107

Edielson de Souza Silva; Handerson Joseph

**EL DESPLAZAMIENTO DE VENEZOLANOS AL BRASIL Y LOS
DESAFÍOS PARA LA INTEGRACIÓN** 138

Militza Pérez Velásquez; Márcia Maria de Oliveira

**EIXO TEMÁTICO 02: NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES
DOS POVOS INDÍGENAS NOS CONTEXTOS URBANOS
NA AMAZÔNIA: DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS,
CONFLITOS E RESISTÊNCIAS SOCIOCULTURAIS**

**REFLEXÕES SOBRE OS DESLOCAMENTOS DOS POVOS KARO
ARARA E IKÓLÓÉHJ GAVIÃO NA AMAZÔNIA MERIDIONAL. 162**

Lediane Fani Felzke

**ETNOGRAFÍA DE UN BARRIO INDÍGENA: EL ASENTAMIENTO
WARAO DE LA HORQUETA, VENEZUELA 179**

Alvaro Antonio García-Castro

**WARAO, O POVO NAVEGANTE SEM CANOA QUE TRANSITA
PELO ASFALTO AMAZÔNICO 205**

Marília Lima Pimentel Cotinguiba; Geraldo Castro Cotinguiba

**EIXO TEMÁTICO 03: MIGRAÇÕES, COLONIZAÇÃO
E FORMAÇÃO DE RONDÔNIA**

**DAS MARGENS DO RIO MADEIRA AO INTERIOR DA FLORESTA:
PERCURSOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA
(1970-1995) 222**

Ricardo Gilson da Costa Silva

**LUGARIDADES HAITIANAS EM PORTO VELHO: O QUE AS
FONTES DE INFORMAÇÃO CONSTROEM 245**

Rosa Martins Costa Pereira; Clara Miranda Santos; Cledenice Blackman

**FACES DA MIGRAÇÃO ESLAVA NA ZONA DA MATA
RONDONIENSE: A “ESLAVICIDADE DE INTERIOR” E A
SOLIDÃO ÉTNICA 264**

Jania Maria de Paula

**A MULHER HAITIANA EM PORTO VELHO, RONDÔNIA:
IMIGRAÇÃO E GÊNERO 281**

Roziane da Silva Jordão

**BARCELONA CABE EM JI-PARANÁ: DINHEIRO E AMIZADE
NOS CIRCUITOS TRANSNACIONAIS DE MIGRAÇÃO 310**

Renata da Silva Nobrega

**EIXO TEMÁTICO 04: DINÂMICAS MIGRATÓRIAS
EM RONDÔNIA: IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL
E IMPLICAÇÕES LINGUÍSTICAS**

**A COR E A NACIONALIDADE DA NOTÍCIA: IMAGENS DOS
“BARBADIANOS” A PARTIR DO JORNAL ALTO MADEIRA . . . 336**

Mara Genecy Centeno Nogueira; Sonia Maria Gomes Sampaio

**ANÁLISE DAS REGULARIDADES DISCURSIVAS NOS TEXTOS
DAS MÍDIAS VIRTUAIS NACIONAIS SOBRE O PROCESSO DE
MIGRAÇÃO HAITIANA NA AMAZÔNIA 355**

Daniele Teresa Samora de Oliveira

**IMIGRAÇÃO HAITIANA CONTEMPORÂNEA EM PORTO
VELHO/RO: UM DIÁLOGO SOBRE RAÇA, RACISMO E VOZES
SILENCIADAS 381**

Washington Luiz dos Santos Assis

**CRIANÇAS HAITIANAS EM PORTO VELHO: PROCESSOS DE
INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO SISTEMA ESCOLAR 414**

Maquézia Suzane Furtado dos Santos

**EIXO TEMÁTICO 05: DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA
PAN-AMAZÔNIA: IMIGRAÇÕES, REFÚGIO, GÊNERO E
DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE PANDEMIA**

**MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL EM MOMENTO DE
PANDEMIA. 434**

Duval Fernandes; Felipe de Ávila Chaves Borges; Maria da Consolação Gomes de Castro ; Rosana Aparecida Baeninger

**VALORES-NOTÍCIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: A
COBERTURA JORNALÍSTICA DO G1 RR SOBRE A IMIGRAÇÃO
VENEZUELANA NA PANDEMIA DE COVID-19. 454**

Gersika do Nascimento Bezerra; Vângela Maria Isidoro de Morais

**UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE MIGRAÇÃO E SUA
RELAÇÃO COM O PROCESSO SAÚDE E DOENÇA' 476**

Alcécia dos Santos Almeida; Ana Paula Barbosa Alves; Francilene dos Santos Rodrigues

**REFUGIADOS VENEZUELANOS E SUA CAPACIDADE DE
(RE)SIGNIFICAÇÃO: UM EXEMPLO DE RESILIÊNCIA 487**

Hyngrid Athe Conceição Silva; Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira; Alvaro Antonio García-Castro

MINICURRÍCULO DOS(AS) AUTORES(AS). 508

APRESENTAÇÃO

A coletânea 'Mobilidade humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas' é uma publicação de diversos grupos de pesquisas orientados pelo Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pelo Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/PPGSOE/UFRR), com fomento da Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERON), com a chancela da editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e da Editora da Universidade Federal do Amazonas (EDUA).

Escrever uma apresentação para um livro de tamanha importância não é tarefa fácil. Sobretudo em um ano atípico como foi 2020: uma pandemia (ou seria um pandemônio?) que atropelou a todos, escancarando e apontando violências, desproteções e faltas estruturais a que estamos sujeitos. Algo que não pode ser descrito, senão como uma das maiores crises que já atingiu a humanidade.

Devemos dizer que, em um ano como esse, apresentar um livro sobre mobilidade humana na Pan-Amazônia, evidenciando tantas experiências singulares de deslocamento e migração é um ato político. É um enorme desafio pesquisar e escrever (con)textos diante das incertezas, das atividades remotas, das agendas lotadas de transmissões *online*, das aulas por videoconferência, da realização de tantos eventos concomitantes e da sensação constante de que é preciso estar em mil lugares ao mesmo tempo, ainda que todos os lugares se situem dentro de casa.

Desafiador também foi assistir (ou escutar) episódios que sinalizavam o caráter de urgência em defender direitos, principalmente diante da invisibilização de demandas sociais e políticas, que tanto atravessam as falas aqui apresentadas. Tantos apagões e apagamentos que é difícil contabilizar, quantificar ou ilustrar através de uma única voz. É por isso que este livro é tão plural.

Várias vozes se somam, sob diferentes pontos de vista, perspectivas, lugaridades, todas pensando e apontando caminhos teóricos e metodológicos que contribuam para romper com os processos de silenciamento, que fomentem políticas públicas e sociais e que atuem efetivamente na garantia de direitos e de acolhimento, pois, como disse um amigo escritor, lembrando um provérbio do seu país, Haiti, "*Nou gen pen sou planch nou*", isto é, temos pão no nosso forno, ou melhor, temos muito trabalho a fazer.

Por isso este livro constitui um ato político, porque demarca a resistência e a mobilização diante das adversidades desse ano. Mesmo com tantos obstáculos, o nascimento de um livro. Sem a pretensão de abarcar toda a complexidade dos fenômenos ou aplacar as angústias frente as adversidades de amparo e desamparo nas dinâmicas migratórias ou nos deslocamentos, busca vislumbrar a construção de saberes sobre os processos históricos, culturais e políticos que abalizam a constituição de subjetividades na Pan-Amazônia.

A riqueza deste livro está, dentre tantos pontos que poderiam ser evidenciados, na trama de pensamentos, referências e visões que compõe essa rede. Aliás, é disso que se trata: construir uma rede de acolhimento, de escuta e de diálogo entre diversos atores sociais que sirva como base para pensar a migração contemporânea nessa territorialidade, ressaltando as singularidades de cada sujeito e de cada grupo que por aqui passa.

Esta coletânea apresenta estudos científicos atualizados sobre as novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia que representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Depois da “diáspora haitiana” (HANDERSON, 2015), entre 2010 e 2014 (COTINGUIBA & COTINGUIBA, 2014), a partir de 2015 a migração venezuelana representa vultos importantes nas novas dinâmicas migratórias na Pan-Amazônia. Além dos venezuelanos, outros migrantes passam a percorrer a nova rota denominada pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” (BAENINGER et al, 2018).

Estes dados apontam para a permanência das migrações na Pan-Amazônia de forma irreversível (BAENINGER & SILVA, 2018) e com importante incremento dos deslocamentos internos e internacionais nas últimas décadas passando a figurar entre as regiões com maior mobilidade humana na América do Sul.

A presença das agências internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), especializadas em ações humanitárias emergenciais representam os novos rumos das migrações que apontam para as “as fronteiras da Amazônia” como território de circulação permanente (OLIVEIRA e DIAS, 2020).

Limitados pelas fronteiras geopolíticas, os migrantes tornam-se alvo de ‘agências’ ou grupos nacionais e internacionais especializados na exploração dos migrantes. Nos percursos transfronteiriços e nos destinos migratórios surgiram também grupos especializados na exploração do trabalho dos migrantes, em muitos casos configurando-se com nitidez em submissão ao trabalho escravo. Além disso, ao longo de praticamente todas as rotas migratórias, surgiram

também as redes de contrabando de migrantes e do tráfico internacional de pessoas, especialmente de mulheres para fins de exploração sexual comercial (OLIVEIRA e COSTA, 2018).

Desta maneira, as migrações na Amazônia abriram novos debates em torno desta temática que não é nova nesta região transnacional que abrange nove países que têm por referência a maior reserva de floresta tropical do mundo. Além do Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, a República Cooperativa da *Guiana*, o Suriname e a Guiana Francesa formam a Pan-Amazônia. Por suas dimensões transcontinentais e por sua condição transfronteiriça, a Amazônia representa uma região em si, cobiçada por seus recursos naturais, buscada como refúgio ou como região de passagem e interligação para outras regiões, o que lhe confere uma dinâmica migratória muito específica.

Estes e outros debates estão presentes nesta coletânea em formato de e-book, que reúne capítulos com discussões teóricas, metodológicas e empíricas distribuídas em 5 eixos temáticos.

O primeiro eixo temático apresenta as ‘dinâmicas migratórias na Pan-Amazônia contemporânea: processos históricos e avanço das fronteiras’. O primeiro capítulo deste eixo abre o debate teórico que atualiza os estudos migratórios nesta região. Intitulado ‘migrações transnacionais na Amazônia legal: o norte global e o sul global na fronteira’, o texto é assinado por Rosana Baeninger, do Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) e coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (OBMigra/UNICAMP/CNPq), pela pós-doutoranda Natália Belmonte Demétrio e pela doutoranda em demografia (IFCH/NEPO/UNICAMP) Joice de Oliveira Santos Domeniconi.

Neste capítulo as pesquisadoras compartilham estudos realizados a partir das informações do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), do Departamento da Polícia Federal, Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil, sistematizados pelo OBMigra/NEPO/UNICAMP-CNPq. De acordo com as autoras, “no decorrer deste século, do ano 2000 a março de 2020, foram quase 200 mil novos imigrantes na região Amazônica com registros no SISMIGRA, dentre os quais imigrantes com origem nos países do Norte Global chegaram a totalizar cerca de 20 mil pessoas. Até 2005, esse fluxo foi superior à imigração do Sul Global. Contudo, imigrantes do Sul Global passaram a apresentar uma tendência crescente desde 2010, alcançando 7.985 registros, em 2016; em 2018, foram 31.266 novos imigrantes; em 2019, 77.284 imigrantes; e, apenas em três meses de 2020, foram contabilizados 19.654 imigrantes como residentes na região”.

No segundo capítulo nos deparamos com o debate sobre ‘os migrantes estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 2010’. De autoria de Alberto Augusto Eichman Jakob, vinculado ao Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP), o texto se desenvolve também em torno das informações do SISMIGRA, disponibilizados no Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O autor trabalha com os “dados utilizados no Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) que os imigrantes estrangeiros necessitam para se legalizar e conseqüentemente trabalhar no Brasil, e se referem ao período de obtenção destes registros”. Desta forma, “por meio dos gráficos e tabelas mostrados, foi possível inferir análises que resultaram em algumas conclusões para aqueles estrangeiros que obtiveram seu RNE no Brasil no período 2000-2020.

O texto apresenta importantes contribuições metodológicas para análise atualizada da dinâmica migratória na região e destaca que se trata “de uma fonte alternativa de dados aos censos demográficos e, como se poderá verificar no decorrer deste trabalho, o período pós 2010 trouxe mudanças muito significativas no perfil destes imigrantes”. Por fim, o autor salienta que “os pesquisadores necessitam procurar fontes alternativas de dados aos censos demográficos para realmente analisar o período mais recente, ainda mais neste momento em que não se sabe ao certo o futuro do censo 2020”.

No terceiro capítulo nos deparamos com as ‘análises preliminares da ‘Indústria das Migrações’ em Roraima’. O texto de Janison Machado de Albuquerque e Márcia Maria de Oliveira, pesquisadores(as) do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) é uma comunicação de pesquisa realizada na Dissertação de Mestrado. O objetivo do estudo é compreender o conceito da indústria da migração, e as interconexões entre os diversos atores que a compõe tendo como referência a atuação das agências nacionais e internacionais que atuam com as migrações no Estado de Roraima.

A pesquisa identifica a atuação central do Estado brasileiro nos “negócios migratórios” em função do aumento exponencial dos deslocamentos de migrantes venezuelanos no interregno de 2015 a 2020. Esta dinâmica fez surgir uma ‘indústria da migração’ no Estado, especialmente a partir de 2017, com a implantação de escritórios de agências internacionais, centros de referência, abrigos, estruturas incomuns na região. Ao mesmo tempo, observou-se o crescimento da atuação das redes especializadas no contrabando de migrantes

e tráfico de pessoas. O estudo descreve que os “negócios migratórios” revelam uma dinâmica de ordem transnacional de interações, caracterizado pelo modelo capitalista de gestão migratória, com financiamento do Governo Federal por meio da Operação Acolhida movimentando cifras exorbitantes.

O quarto capítulo deste eixo temático ‘uma mesma partida, um mesmo destino: haitianos e venezuelanos em Boa Vista – RR’ é um recorte da Dissertação de Mestrado de Beatriz Patrícia de Lima Level, sob a orientação de João Carlos Jarochinski Silva, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima.

Resultado de intensa pesquisa de campo realiza entre 2015 a 2019, os autores concluem que “grande parte dos migrantes haitianos que viviam/vivem em Boa Vista estavam vindo da Venezuela e migraram pelas mesmas razões que os venezuelanos, fugindo da crise econômica que assola o país, cujas condições econômicas e a crescente desvalorização da moeda não permite que o soldo mínimo estabelecido seja suficiente para garantir a sobrevivência das pessoas. Importa pensar que, possivelmente, pelo fato dessas pessoas já terem articulado em suas vivências uma cultura migrante, ou por terem sentido antes dos próprios venezuelanos os efeitos da crise econômica e política que continua em plena vigência, elas acabaram percebendo bem antes dos nacionais que o país estava caminhando para uma situação insustentável para a sobrevivência, o que as levou a iniciarem seus deslocamentos em busca de melhores condições de vida antes dos nacionais daquele país”.

O quinto capítulo intitulado ‘el desplazamiento de venezolanos al brasil y los desafíos para la integración’ apresenta elementos para uma análise da migração venezuelana a partir dos referenciais do próprio país. As autoras Militza Pérez Velásquez e Márcia Maria de Oliveira (PPGSOF/UFRR), sustentam que o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), funciona como um direcionamento das migrações venezuelanas para o sul da América Latina. Tendo em vista que se trata de uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991, o Mercosul estabelece uma integração, inicialmente econômica, configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

As autoras apresentam novas chaves de leitura e interpretação das migrações a partir do âmbito econômico, afirmam que, “la especificidad que nos brinda el estudio del fenómeno migratorio, sus acepciones económicas y legales en el

escenario de la integración multidimensional en la subregión, identifica el proceso regional como un mecanismo socioeconómico, susceptible de avances, retrocesos que indiscutiblemente implicarían inexorables cambios para su consolidación”.

O segundo eixo temático nos apresenta ‘as novas territorializações dos povos indígenas nos contextos urbanos na Amazônia: deslocamentos compulsórios, conflitos e resistências socioculturais’. Neste eixo nos deparamos com o texto ‘reflexões sobre os deslocamentos dos Povos Karo Arara e Ikólóéhj Gavião na Amazônia Meridional’ de Lediane Fani Felzke. Trata-se de uma diferenciação necessária nos estudos migratórios que lida com a circulação dos povos indígenas a partir da categoria de deslocamento interno, tão intensa na Amazônia como as migrações internacionais ou os movimentos de retorno dos brasileiros.

A autora detalha as “andanças e deslocamentos de dois povos indígenas de Rondônia. Lançando mão de dados etnográficos e bibliográficos, o texto inicia com uma análise dos movimentos dos Ikólóéhj Gavião (tupi mondê) desde o Rio Aripuanã até as margens do Rio Machado e, na sequência, oferece uma breve descrição das andanças dos KaroArara (tupi rama-rama). Ambos os povos vivem atualmente na Terra Indígena Igarapé Lourdes, localizada na divisa com o estado do Mato Grosso”.

Na segunda parte do texto, Felzke (2020) informa que a “discussão gira em torno de alguns pressupostos básicos. O primeiro é que deslocar-se, andar, mudar de local, é estruturante das socialidades citadas neste texto; e a ausência de tais andanças interfere em sua organização social. O segundo é que a presença não indígena, a princípio de seringueiros e caucheiros e, na sequência, das frentes colonizadoras, oriundas do sul e sudeste, influenciaram de modo decisivo em tais deslocamentos, na medida em que, de um lado promoveram a aproximação dos indígenas com os brancos e de outro afastaram estes povos de suas terras ancestrais, as quais foram destinadas à colonização”.

Ainda na perspectiva dos deslocamentos indígenas, Alvaro Antonio García-Castro, do Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC), nos brinda com o texto de uma minuciosa ‘etnografia de un barrio indígena: el asentamiento Warao de la Horqueta, Venezuela’.

De forma objetiva e direta o autor define o povo warao em seu território e nos fornece chaves interpretativas para compreender seus processos de deslocamento.”Los indígenas Warao del delta de Orinoco, pescadores, recolectores y horticultores incipientes, sin cerámica, su hábitat son las marismas y riberas de caños y ríos. Muchos de ellos, sin embargo, han salido de allí para congregarse

en asentamientos urbanos “criollos” (no indígenas), formando verdaderos “barrios” e integrándose en la estructura socioeconómica de aquéllos según ciertas características particulares que responden a una estrategia adaptativa ancestral. Exponemos aquí una reseña etnográfica de uno de ellos y el proceso que lo originó: el asentamiento *Warao* en la población de La Horqueta, en la intersección de los caños Cocuina y Pedernales, en el estado Delta Amacuro, Venezuela”.

Na sequência do panorama dos deslocamentos indígenas, temos o oitavo capítulo, que retrata o deslocamento do povo warao em Rondônia. Intitulado ‘*Warao, o povo navegante sem canoa que transita pelo asfalto amazônico*’, o capítulo é assinado por Marília Lima Pimentel Cotinguiba e Geraldo C. Cotinguiba, pesquisadores(as) do OBMIGRON. Os(as) autores(as) informam que “a presença de homens, mulheres e crianças *warao* nessa cidade colocou em evidência a imigração sob uma perspectiva diferenciada, a de que se trata de um movimento migratório com múltiplas variáveis e que exige, de modo semelhante, abordagens várias”. Nesta perspectiva, esclarecem que a metodologia do estudo “é de cunho descritivo e participativo, com base na vivência de um processo de mediação de trabalho de intervenção do poder político local – Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF)”.

O texto representa uma importante contribuição para os estudos migratórios na Amazônia uma vez que “se trata de uma migração diferenciada, complexa em comparação aos movimentos migratórios registrados na cidade. Por se tratar de um grupo étnico indígena do interior de outro Estado nacional – Venezuela –, seus membros enquadram-se em distintas categorias no contexto brasileiro, uns são portadores de documentos venezuelanos, outros não portam documentos e são vistos como apátridas, enquanto outros já nasceram no Brasil e foram registrados e, portanto, são considerados cidadãos brasileiros”.

O terceiro eixo temático da coletânea refere-se às ‘migrações, colonização e formação de Rondônia’. Para abrir o debate nesta temática instigante, Ricardo Gilson da Costa Silva, coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq) nos apresenta no nono capítulo o precioso texto ‘das margens do rio Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995)’.

De acordo com o autor, “o foco deste texto é analisar algumas transformações espaciais do estado de Rondônia, no período de 1970/1995”. Enfatiza que “em duas décadas sua formação socioespacial altera-se profundamente, sendo o Estado (Governo Federal e Estadual) o agente central condutor dos processos geográficos que, estruturalmente, transformaram o espaço e a sociedade rondoniense”.

O autor conclui que “todo esse período se caracteriza pela construção e integração do território sob a expressa gestão do Estado e suas agências. Destaca-se o INCRA, cuja história em Rondônia, de certa forma, se confunde com a história territorial de vários núcleos rurais que hoje estão emancipados. A ação do Estado foi a de transformar o território, apoiando outra forma de uso e significado: deixou-se o modelo extrativista para consolidar a economia centrada na agropecuária, e voltando as dinâmicas territoriais para as dinâmicas do território nacional nesse período de globalização”.

Após este processo de grandes transformações socioespaciais com as migrações internas, o Estado passa por novas e importantes mudanças geopolíticas com a chegada e circulação de migrantes internacionais, tema aprofundado por Rosa Martins Costa Pereira, Clara Miranda Santos e Cledenice Blackman, pesquisadoras do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) que nos apresentam, no décimo capítulo, o texto “lugaridades haitianas em porto velho: o que as fontes de informação constroem”.

As autoras informam no texto que “na historiografia de Rondônia observa-se a indução estatal deliberada da migração para a criação de núcleos de povoamento caracterizada pelas incertezas e indefinições dos limites geográficos, pela submissão dos indígenas e por diferentes tentativas de povoamento ligadas a projetos nacionais”. Isso justifica ou explica a formação de bairros com predominância de migrantes haitianos na capital do Estado.

Na segunda parte do texto as autoras tecem algumas representações sociais sobre os migrantes e informam que “Porto Velho tornou-se uma importante rota migratória para os haitianos, não apenas como portal de acesso a outras cidades brasileiras, mas também como porto para trabalho, especialmente nas obras de dois grandes empreendimentos em construção à época dos maiores fluxos migratórios”.

No décimo primeiro capítulo Jania Maria de Paula pesquisadora do OBMIGRON, nos apresenta as ‘faces da migração eslava na Zona da Mata Rondoniense: a “eslavicidade de interior” e a solidão étnica’. Num texto profundo e comovente, a autora compartilha um recorte da sua tese doutoral e informa que o “estudo teve por objetivo compreender o modo de vida dos migrantes paranaenses descendentes de poloneses e de ucranianos e que no âmbito da pesquisa formaram uma unidade que denominamos “eslavos”, também buscou compreender os processos de territorialização-desterritorialização-

reterritorialização (TDR) que atingem esse grupo étnico migrado em sua maioria de um único estado brasileiro e que não conseguiu construir, no território de destino, espaços comuns de vivência.

Utilizando-se de uma metodologia de observação participante, a autora detalha quais os “fatores que levam o grupo a manter-se em certa invisibilidade local, ao tempo em que manifestam o *habitus* eslavo de forma mais reservada e restrita ao interior das famílias, razão pela qual estamos considerando parte de sua identidade cultural enquanto “eslavicidade de interior”.

‘A mulher haitiana em Porto Velho, Rondônia: imigração e gênero’ é o tema do décimo segundo capítulo escrito por Roziane da Silva Jordão. Inteiramente identificada com a temática, a autora explica que “ao refletir sobre o que me impulsiona à temática da mobilidade de mulheres haitianas em Porto Velho, percebo que minhas filiações teóricas e conceituais não são as únicas responsáveis pela escolha dessa temática. Sou neta de uma mulher negra, descendente de africanos, Izaltina dos Santos Jordão (*in memoriam*), e sei dos desafios enfrentados diariamente pelas mulheres negras brasileiras, porque sou participante deles”.

Adentrando nos estudos de gênero para explicar as migrações nesta perspectiva, a autora afirma que “nascido mulher em meio a uma cultura patriarcal, de base eminentemente machista, implica em ampliar os limites impostos. Nascer mulher e negra no seio de uma sociedade pós-colonial, cujo sistema de base foi escravocrata, é bastante desafiador. Foi pensando nos desafios diários dessas mulheres que comecei a questionar o quanto poderia ser difícil, no amplo sentido do termo, uma inserção socioeconômica e cultural das mulheres haitianas no Brasil. Essas mulheres que não são portovelhenses de nascimento, mas estão em Porto Velho (ainda que de passagem) e já fazem parte da história da cidade”.

O décimo terceiro capítulo, que fecha o debate neste eixo temático, é a partilha de mais um recorte de tese doutoral escrita por Renata da Silva Nobrega. Intitulado ‘Barcelona cabe em Ji-Paraná: dinheiro e amizade nos circuitos transnacionais de migração’, o capítulo versa sobre a consolidação das redes migratórias que partem de Rondônia para outros países, tendo em vista a incipiente produção acadêmica sobre esta temática.

A autora informa que a “metodologia pautou-se por pesquisa etnográfica realizada entre 2011 a 2015, com a realização de observação participante e entrevistas com moradores de Ji-Paraná e municípios próximos que retornaram do exterior, principalmente da Espanha, Portugal e Estados Unidos (EUA); com familiares de quem havia partido; e com “*rondonienses*” residentes na região

metropolitana de Boston, Massachusetts, tradicional reduto de brasileiros nos Estados Unidos”. Resultado disso é um mapeamento detalhado das migrações de rondonienses para os países ricos a partir da década de 1990.

Nóbrega observa ainda que “desde que o dinheiro dos *ausentes* começou a circular, as paisagens urbanas e rurais têm se transformado com a aquisição de terrenos, sítios, chácaras e fazendas e a construção de casas, apartamentos, prédios, pontos e galpões comerciais, todos construídos à distância” mobilizando a economia das remessas enviadas pelos brasileiros que vivem no exterior.

No quarto eixo temático debatemos a questão das ‘dinâmicas migratórias em Rondônia: imigração internacional e implicações linguísticas’. Para abrir o debate temos o décimo quarto capítulo intitulado ‘a cor e a nacionalidade da notícia: imagens dos “barbadianos” a partir do Jornal Alto Madeira’. Texto das Professoras do Mestrado Acadêmico em Estudos Literários (MEL/UNIR) Mara Genecy Centeno Nogueira e Sonia Maria Gomes Sampaio.

Neste capítulo as autoras debatem a contribuição do “jornal, na condição de fonte primária, permite possibilidades de pesquisas que devem ser feitas com determinados cuidados, afinal periódicos impressos não são isentos de intencionalidades, pois seguem linhas editoriais pré-determinadas, selecionam notícias e as formas como devem ser narradas, além de silenciar outras. Nesse jogo de “ditos” e “não ditos” ou entre “o que noticiar” e “o que não noticiar”, os jornais se tornaram atores políticos e grandes influenciadores da opinião pública”.

Concluem que “a imprensa, como qualquer outra instituição, não é isenta e a opinião pública, levada por notícias falaciosas, não exerce o direito da dúvida, condenando todo aquele que ela julga não corresponder aos padrões vigentes de comportamento, principalmente as ditas minorias como negros, estrangeiros, mulheres e pobres”. E advertem que “destruir a imagem dos barbadianos por meio de notícias, imputando enfaticamente a eles todos os crimes e improbidades e apagando os feitos positivos, é uma das formas que a colonização pretensamente arranjou de apagá-los da história e da memória”.

O décimo quinto capítulo intitulado ‘análise das regularidades discursivas nos textos das mídias virtuais nacionais sobre o processo de migração haitiana na Amazônia’, escrito pela pesquisadora Daniele Teresa Samora de Oliveira do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura (MIMCAB). Trata-se de um ensaio do resultado da pesquisa ‘um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas’ de um fragmento da dissertação de mestrado em letras (MEL/UNIR).

A autoras analisa “vinte e cinco notícias que falavam sobre a chegada dos haitianos, quinze sobre a abertura das fronteiras e quarenta e cinco sobre o fechamento das fronteiras”. Abordam “os discursos das mídias virtuais por meio da seleção de textos que registraram a chegada dos imigrantes haitianos nas tríplexes fronteiras do Brasil-Peru-Bolívia – cidades de Assis Brasil e Brasileira/AC, e Brasil-Peru-Colômbia, na cidade de Tabatinga/AM. A análise ocorreu a partir da busca das singularidades dos discursos através de vocábulos regulares nos textos propagados pelas mídias, pontuando a formação das identidades dos imigrantes haitianos pela chegada e registrando como essas identidades foram apresentadas aos interlocutores dos *blogs* e *sites*”.

Na continuação do debate em torno da migração haitiana em Rondônia, o décimo sexto capítulo trata da ‘migração haitiana contemporânea em Porto Velho/RO: um diálogo sobre raça, racismo e vozes silenciadas’. Assinado por Washington Luiz dos Santos Assis, o texto apresenta elementos para se pensar as migrações com o recorte da questão racial. O autor analisa a migração haitiana neste prisma e recorda que “o Haiti é considerado a primeira nação negra das Américas, sua independência foi proclamada por meio de uma revolução racial (1791-1804), gerando um grande orgulho de negros e mulatos no país, contradizendo todo o idealismo europeu da superioridade da raça branca sobre as demais”.

Assis enfatiza que “os imigrantes haitianos, em especial aqueles com pouco tempo de residência no Brasil, sofrem diversas formas de preconceitos e discriminações, todavia nem sempre os percebem, devido a sutileza com que o racismo brasileiro se apresenta. Outro fator que contribui para esse silenciamento, é a experiência que possuem com as declaradas atitudes racistas dominicanas”.

No décimo sétimo capítulo nos deparamos com as ‘crianças haitianas em Porto Velho: processos de inserção e permanência no sistema escolar’ da pesquisadora Maquézia Suzane Furtado dos Santos que apresenta uma análise detalhada dos processos de inserção e permanência de crianças haitianas nas escolas de Porto Velho. No texto a pesquisadora procura respostas para a pergunta que muitas equipes pedagógicas das escolas que acolhem as crianças migrantes: “como garantir a permanência desses alunos, com pouco conhecimento do idioma português, em séries atrasadas, com uma cultura totalmente diferente e com um preconceito racial e xenofóbico implícito reproduzido por crianças brasileiras motivadas por uma visão etnocêntrica”?

A autora conclui que ‘por virem de um país onde as chances de estudar em boas escolas são escassas, a não ser que se tenha muito dinheiro, migrar é

uma opção para esses pequenos indivíduos conseguirem melhoras de vida para si e suas famílias e assim retomarem a autonomia de suas vidas e de seu país, há muito explorado e colonizado por nações imperialistas modernas”. E, por fim, informa que “a principal contribuição desse trabalho foi, portanto, suscitar discussões e reflexões sobre o tema abordado, sem esgotá-lo. Desse universo, emergem possibilidades múltiplas de pesquisas que este estudo sozinho não poderia dar conta de tratar”.

O quinto eixo temático, o mais extenso de todos, dada a atualidade do debate proposto, apresenta a temática das ‘Dinâmicas migratórias na Pan-Amazônia: imigrações, refúgio, gênero e direitos humanos em tempos de pandemia’. Este eixo atualiza as análises da questão migratória mediante o atual contexto da pandemia em nível mundial, considerado pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em sua Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Abre este debate o décimo oitavo capítulo desta coletânea ‘migração na amazônia legal em momento de pandemia’ assinado pelo grupo de pesquisadores(as) dos estudos migratórios: Duval Fernandes, Felipe de Ávila Chaves Borges, Maria da Consolação Gomes de Castro e Rosana Baeninger. Para os(as) autores(as), “à conjuntura de crise econômica nos últimos anos e falta de estrutura para acolhimento e inserção social dessa comunidade no Brasil, somou-se a pandemia de Covid-19, trazendo diversos desafios de ordem social e econômica aos imigrantes, ao governo brasileiro e as organizações que trabalham na promoção dos direitos dessa população”.

Este capítulo amplia o debate sobre o “impacto da pandemia sobre a condição de vida dos imigrantes residentes na região da Amazônia Legal, com especial ênfase na inserção laboral. Para tanto, foram utilizados dados da pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais. Os resultados revelam um forte aumento no desemprego entre os imigrantes da Amazônia Legal a partir do início da pandemia, sobretudo entre mulheres, venezuelanos e trabalhadores informais. Isso pode explicar, aliado à realidade de pandemia, o fato de os maiores medos desses imigrantes se relacionarem a aspectos trabalhistas e econômicos e de saúde e segurança alimentar. Ainda assim, a maior parte dos imigrantes não buscou ajuda em associações de apoio a imigrantes.

À continuidade do debate, o décimo nono capítulo é fruto dos estudos das pesquisadoras Gersika do Nascimento Bezerra e Vângela Maria Isidoro de Moraes.

Com o texto intitulado ‘valores-notícia e critérios de noticiabilidade: a cobertura jornalística do G1 RR sobre a imigração venezuelana na pandemia de covid-19’, as autoras informam que na “análise sobre a imigração venezuelana tem-se a confluência com outro fenômeno transnacional, a pandemia do novo Coronavírus. Esse encontro de situações é escolhido para ser refletido à luz da atividade jornalística, por entendermos que a agenda midiática constrói, com base em seus próprios critérios e escolhas no interior de um intrincado campo de poder, uma representação social da realidade ao atribuir sentidos cotidianos aos acontecimentos”.

As autoras observam ainda que o advento da pandemia fez com que diminuíssem as matérias referentes à migração venezuelana em Roraima, entretanto, “como é recorrente a expressão das fontes oficiais e um tanto quanto visto, há no cenário político local uma visão discriminatória com relação aos imigrantes venezuelanos, não parece ser demasiado concluir que o campo das expectativas segue reiterando estigmas que podem colaborar para o fortalecimento de atitudes xenofóbicas e aporofóbicas”.

No vigésimo capítulo

nos deparamos com ‘uma revisão da literatura sobre migração e sua relação com o processo saúde e doença’. Recorte de uma estudo realizado pelas pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/PPGSOF/UFRR), Alcecia dos Santos Almeida, Ana Paula Barbosa Alves e Francilene dos Santos Rodrigues. As autoras trazem para o debate o “estudo das principais teorias e conceitos sobre migração, considerando a trajetória científica em que está inserida e os desdobramentos para o processo saúde-doença e cuidado para as populações”. Objetivou-se “apontar as principais teorias e conceitos que tentam explicar os fenômenos migratórios; identificar os fatores relacionados entre os movimentos migratórios, o processo saúde-doença e cuidado das populações”.

Utilizando-se da metodologia qualitativa, as pesquisadoras realizaram ampla “revisão bibliográfica fundamentada em artigos científicos, com recorte temporal entre os anos de 2014-2019”. E concluíram que os migrantes enfrentam muitas “dificuldades de acesso aos serviços de saúde, e que os locais distantes das unidades de saúde afetam a procura por atendimento”. Destacam ainda que “o migrante encontra problemas de comunicação com profissionais de saúde”.

Para finalizar o debate neste eixo temático, temos o vigésimo primeiro intitulado ‘refugiados venezuelanos e sua capacidade de (re)significação: um exemplo de resiliência’ assinado pelos pesquisadores(as) Hyngrid Athe Conceição Silva e Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira. Trata-se de uma pesquisa

realizada em abrigos com refugiados venezuelanos na cidade de Belém, capital do Pará, durante a primeira fase do período da pandemia do coronavírus. Os(as) autores(as) explicam que “os venezuelanos que estão residindo na cidade de Belém, encontram-se em exclusão social desde a saída da Venezuela”.

A pesquisa de campo realizada com visitas “aos quatro abrigos proporcionou elaborar um panorama de como estão as condições físicas e sociais dos venezuelanos em Belém” e concluíram que “mesmo com a falta de matérias relatando sobre os refugiados em tempo de pandemia foi possível criar um panorama a partir dos materiais coletados, percebendo assim que a resiliência desse grupo se dá na capacidade de acreditar que por mais caótico que seja o hoje, o ter forças para o amanhã é o que os move, acreditando na possibilidade de voltar para casa, reencontrar a família e reestabelecer a vida que abandonaram”.

Todos os capítulos contribuem para aprofundar a temática da ‘mobilidade humana na Pan-Amazônia’ com suas ‘implicações teóricas e experiências empíricas’ presentes em praticamente todos os estudos compartilhados nesta coletânea. A questão migratória é apresentada nos textos como importante chave de leitura e interpretação da Amazônia a partir do tema das migrações internas e internacionais, dos deslocamentos compulsórios e do refúgio.

Os estudos apresentam elementos novos que contribuem também para interpretar as especificidades das migrações na Amazônia com temas transversais como a questão da indústria das migrações, a economia das remessas, as migrações de retorno, a formação das redes migratórias e a atuação das agências e instituições de atenção e de acolhimento aos migrantes.

Por fim, as reflexões apresentadas nesta coletânea nos conduzem a novas interpretações e definições das migrações que inspiram a arte e literatura e se transformam em canções como a de Reymer Perdomo ‘Me fui’ que se converteu em um hino dos migrantes venezuelanos espalhados por toda Pan-Amazônia. A segunda parte da canção apresenta o protagonismo migrante e afirma:

No me detengo, sigo en la lucha
Pues yo sigo haciendo música y la gente me escucha
Ser inmigrante no es jodedera,
Y el que diga lo contrario que lo diga desde afuera
Ahora camino por el mundo soltando lágrimas
Respirando profundo y mi bandera en la mano
Por qué, si todos somos hermanos
Y somos producto latinoamericano¹

1 Canção com letra e música completa cantada por diversos artistas latino-americanos, disponível em:

Que a arte e a poesia musicada nesta canção seja inspiração para leitura desta coletânea.

Organizadoras(es):

Marília Lima Pimentel Cotinguiba (OBMIGRON/MIMCAB/UNIR)

Márcia Maria de Oliveira (GEIFRON/PPGSOF/UFRR)

Rosana Baeninger (OBMIGRA/NEPO/UNICAMP)

Geraldo Castro Cotinguiba (OBMIGRON/MIMCAB/UNIR)

Francilene dos Santos Rodrigues (GEIFRON/PPGSOF/UFRR)

Sidney Antonio da Silva (GEMA/PPGAS/UFAM)

Weidila Nink Dias (OBMIGRON/MIMCAB/UNIR)

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana et al. **Imigração Haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.

BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª edição. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta G. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de estudos de População**, v. 34, p. 119-143, 2017.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.

COTINGUIBA, M. L. P. COTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.17, n.33, p. 61-87, Jul./Dez. 2014.

HANDERSON, Joseph. Diásporas: sentidos Sociais e Mobilidades Haitianas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; COSTA, Willas Dias da. Feminización de la migración, tráfico y trata de mujeres en la Amazonía. En L. Albor-Chadid, M. L. Pimentel Cotinguiba, D. C. Fernández-Matos y G. Castro Cotinguiba

<https://www.youtube.com/watch?v=E8XKPmMz21Q>.

(Comp). **Reflexiones sobre las migraciones en América Latina** (pp.91-136). Barranquilla: Ediciones Universidad Simón Bolívar, 2018.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos. **Interfaces da mobilidade humana contemporânea na fronteira amazônica**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração e redes de acolhimento. **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.99-117, jan./abr. 2017.

EIXO TEMÁTICO 01

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA PAN-AMAZÔNIA
CONTEMPORÂNEA: PROCESSOS HISTÓRICOS E AVANÇO DAS
FRONTEIRAS**

MIGRAÇÕES TRANSNACIONAIS NA AMAZÔNIA LEGAL: O NORTE GLOBAL E O SUL GLOBAL NA FRONTEIRA

Rosana Baeninger

Natália Belmonte Demétrio

Jóice de Oliveira Santos Domeniconi

INTRODUÇÃO

O panorama das migrações internacionais para o Brasil no século XXI ganha novos contornos, sentidos e temporalidades à medida que o país se insere na rota de fluxos migratórios representativos do contexto atual, de crescente mobilidade internacional do capital e do trabalho (SASSEN, 2010). Permeadas por mudanças nas formas de comunicação, na rapidez dos meios de transporte e nas tecnologias de transmissão de informações, além do lugar que o Brasil e a América Latina ocupam nos diferentes espaços da produção global (MARTINE, 2005), as migrações ganham cada vez mais dimensões transnacionais à medida que conectam contextos locais e regionais a processos globais (PELLEGRINO, 2003; GUARNIZO *et al.*, 2003). Diante deste cenário, a dinâmica migratória em nível regional, como o caso da Amazônia brasileira, é reconfigurada em termos de origem dos fluxos, sua distribuição espacial e suas seletividades impostas à mobilidade populacional (ARAGÓN, 2017).

Essas transformações refletem tanto as dimensões que essa região assume na geopolítica global, quanto as articulações locais que conferem um novo lugar para a Amazônia no Brasil (BECKER, 2005). Por um lado, ao possuir os “maiores estoques de recursos minerais necessários para os avanços tecnológicos do século XXI” (AMIM, 2015, p.26), esse território torna-se espaço de disputa entre as principais potências econômicas mundiais, fortalecendo fluxos migratórios com origem sobretudo nos países do Norte Global – como Estados Unidos, Japão e Alemanha –, mas também nos países emergentes do Sul Global, como a China e a Coreia do Sul (AGUIAR, 2017; AMIM, 2015; ARAGÓN, 2017). Por outro lado, as melhorias dos transportes e das condições de comunicação, os acordos bilaterais e de integração física, somados à porosidade da fronteira e à consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais de refúgio, não apenas redefinem as migrações fronteiriças, como também canalizaram para a região Amazônica processos migratórios inéditos, compostos majoritariamente

por solicitantes de refúgio oriundos de outros países do Sul Global (ARAGÓN, 2017; BAENINGER, 2018; SILVA, 2015).

À luz desse cenário, esse texto buscar analisar as migrações transnacionais na Amazônia brasileira¹ considerando a heterogeneidade dos processos migratórios internacionais, com a presença de imigrantes do Norte Global e do Sul Global. A região conecta imigrantes altamente qualificados - vinculado às empresas transnacionais, com imigrantes em postos de gerência, direção, engenharia, tecnologia da informação - que expressam a globalização por cima (PORTES; GUARNIZO; LANDOLT, 2003) e o “sistema financeiro, da informação e do domínio do poder das principais potências mundiais” (BECKER, 2005, p.72). Para esse contingente imigrante, grupo emblemático das relações tecidas com o Norte Global, a Região Amazônica desponta como fronteira econômica: como “reserva de valor para a realização de capital futuro” (BECKER, 2005, p.74).

Já no paradigma da migração de crise (CLOCHARD, 2007; BAENINGER, 2017) e das Migrações Sul-Sul (PHELPS, 2004), a Amazônia Legal se insere na mobilidade do capital e da força de trabalho e das crises que compõem a periferia do capitalismo global (BASSO, 2013), com contingentes populacionais cada vez mais despojados das condições necessárias à sua sobrevivência (SASSEN, 2015) e emergindo a fronteira como área limite dos direitos humanos (DOMENICONI; DEMÉTRIO, 2018).

Diante também dessas migrações transnacionais é reveladora a consolidação na região Amazônica da presença de representantes das diversas organizações internacionais, da sociedade civil e de missões religiosas - que já disputavam a Amazônia (BECKER, 2005) – mas que agora, com a forte presença do Estado com a Operação Acolhida e o Programa de Interiorização, assumem protagonismo nos deslocamentos da população imigrante. A Amazônia emerge como “uma nova escala para pensar e agir” (BECKER, 2005, p.78-79), desafiando nacionalismos, “realidades e interpretações que pareciam sedimentadas” (IANNI, 2011, p.32).

As análises a seguir apresentam a evolução das migrações internacionais na Amazônia Legal, com destaque para o perfil da imigração do Norte Global e do Sul Global. Serão explorados os dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA)², no decorrer deste século, de 2000 a março de 2020;

1 A regionalização da Amazônia legal utilizada neste trabalho contempla os estados do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins, Pará e Maranhão, como apresenta Rocha (2005), e representa 59% do território brasileiro (ARAGÓN, 2017).

2 As informações disponibilizadas pelo SISMIGRA – Sistema de Registro Nacional Migratório- Departamento da Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra -, contemplam imigrantes cadastrados para emissão de Registro Nacional Migratório (OBMigra, 2020), ou seja, imigrantes internacionais que permaneceram por mais de três meses no país, conseguiram regularizar sua condição migratória e obtiveram o Registro Nacional Migratório (RNM). Não estão inclusos aqui os indocumentados, solicitantes de refúgio e refugiados deferidos pelo CONARE que

as informações de solicitantes de refúgio e de refugiados ativos no Brasil, entre 2019 e 2020, do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE); as informações da RAIS –Relação Anual de Indicadores Sociais; os dados sobre a interiorização de imigrantes da Venezuela; e, resultados de pesquisa acerca dos impactos da Covid-19 nas migrações internacionais. As análises dessas diferentes fontes alternativas para o estudo das migrações internacionais possibilitam apreender a complexidade dos processos migratórios na região Amazônica no século XXI.

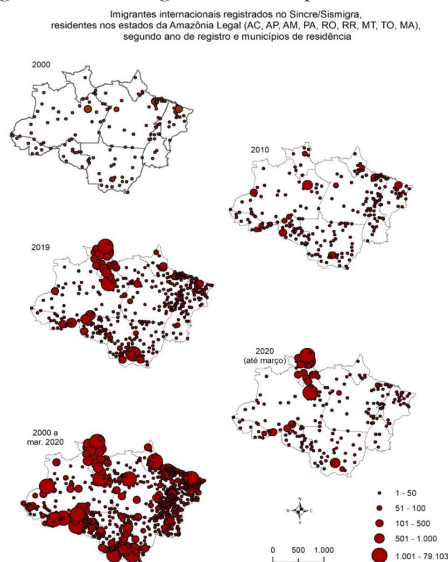
A AMAZÔNIA COMO FRONTEIRA ECONÔMICA: A PRESENÇA DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS

De acordo com Becker (2005) a “constituição da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global” alinha-se à interpretação desse espaço como “grande reserva de valor para realização de capital futuro, fundamentalmente no que tange ao uso da biodiversidade condicionada ao avanço da tecnologia” (BECKER, 2005, p.74). Essa visão recrudescer as disputas imperialistas pelos estoques de riquezas naturais ali concentradas, fortalecendo fronteiras políticas e conflitos de todas as ordens (BECKER, 2005). Paralelamente à acumulação pautada na biodiversidade, Becker (2005) também salienta a expansão da fronteira agromineral, principalmente nos estados do Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins, comandada por madeireiros, pecuaristas, sojeiros e empresas transnacionais que a promovem “com recursos próprios” (BECKER, 2005, p.80). “Não se trata mais, pois, de uma expansão subsidiada pelo governo federal, como foi a fronteira dos anos 1970” (BECKER, 2005, p.80). Na visão da autora, essa fronteira diferencia-se também pelo seu caráter industrializante, a exemplo da Zona Franca de Manaus: um ponto “geopolítico colocado pelo Estado [...] em pleno ambiente extrativista tradicional” (BECKER, 2005, p.73).

Esses processos engendram a presença crescente de imigrantes internacionais na Amazônia Legal (Figura 1; Tabela 1); de um lado, a concentração em espaços selecionados do capital (SASSEN, 1998) de imigrantes internacionais do Norte Global em Manaus, Mato Grosso, Pará, Maranhão e Tocantins. De outro lado, a presença em Roraima, Acre, Amapá, Pará e Rondônia de imigrantes internacionais que elucidam de forma mais evidente as migrações transnacionais de refúgio na fronteira (BAENINGER, 2017) e oriundos do Sul Global. Esses processos migratórios se sobrepõem na Amazônia como fronteira econômica, revelando ainda não realizaram o processo de registro na Polícia Federal.

também os efeitos dos investimentos estrangeiros na região que, ao redesenharem o mercado de trabalho local, irão mobilizar um excedente populacional tanto na base como no topo da hierarquia ocupacional (SASSEN, 1998, 2010).

Figura 1. Imigrantes internacionais registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), com residência nos estados da Amazônia Legal, entre 2000 e março de 2020, segundo ano de registro e municípios de residência



FONTE: Sistema de Registro Nacional Migratório-SISMIGRA. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

No decorrer deste século, do ano 2000 a março de 2020, foram quase 200 mil novos imigrantes na região Amazônica com registros no SISMIGRA, dentre os quais imigrantes com origem nos países do Norte Global chegaram a totalizar cerca de 20 mil pessoas. Até 2005, esse fluxo foi superior à imigração do Sul Global. Contudo, imigrantes do Sul Global passaram a apresentar uma tendência crescente desde 2010, alcançando 7.985 registros, em 2016; em 2018, foram 31.266 novos imigrantes; em 2019, 77.284 imigrantes; e, apenas em três meses de 2020, foram contabilizados 19.654 imigrantes como residentes na região (Tabela 1).

De fato, as migrações haitianas, a partir de 2011, redesenharam a Amazônia Legal no mapa das migrações internacionais no Brasil e trouxeram o Sul Global para a fronteira. É nesse contexto, que os últimos dez anos definem a presença de imigrantes internacionais na Amazônia como inseridos em processos migratórios transnacionais, com imigrantes vindos de países do Norte Global e do Sul Global conformando novos espaços das migrações internacionais na região.

TABELA 1. Imigrantes internacionais registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), entre 2000 a março de 2020, residentes nos estados da Amazônia Legal, segundo ano de registro e origem Norte-Sul.

Ano de registro	Imigrantes do Norte Global	Imigrantes do Sul Global	País indefinido/ Sem informação	Total
2000	684	421	1	1.106
2001	629	483	0	1.112
2002	615	533	0	1.148
2003	758	698	0	1.456
2004	811	780	0	1.591
2005	967	971	2	1.940
2006	898	1.087	0	1.985
2007	811	964	0	1.775
2008	863	856	0	1.719
2009	1.107	2.739	0	3.846
2010	1.097	1.770	0	2.867
2011	1.217	2.394	0	3.611
2012	1.287	3.935	0	5.222
2013	1.483	4.379	1	5.863
2014	1.510	5.136	0	6.646
2015	1.451	5.673	0	7.124
2016	1.109	7.985	0	9.094
2017	722	9.981	1	10.704
2018	663	31.266	1	31.930
2019	522	77.284	3	77.809
2020 (até mar.)	93	19.654	1	19.748
Total	19.297	178.989	10	198.296

FONTE: Sistema de Registro Nacional Migratório-SISMIGRA. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

Dentre os países do Norte Global, destacam-se os Estados Unidos, responsáveis por 23,5% dos registros de imigrantes (Tabela 2). Sobressaem, ainda, japoneses, portugueses, alemães, franceses, italianos e espanhóis. Já entre os países do Sul Global, os registros do SISMIGRA indicam 178.989 imigrantes, dos quais 69% da Venezuela, bem como a presença de haitianos, colombianos, peruanos, bolivianos, cubanos, filipinos, chineses, indianos e sul coreanos. As migrações Sul-Sul na Amazônia Legal mesclam também modalidades migratórias internacionais: as migrações transnacionais de refúgio (em especial Haiti, Cuba, Venezuela), as históricas migrações fronteiriças, as migrações qualificadas, as migrações de entidades religiosas, dentre outras. A Amazônia Legal se torna um espaço da migração transnacional fora dos espaços das cidades globais (SASSEN, 2010).

Do ponto de vista jurídico, os amparos legais para a permanência documentada de imigrantes na região Amazônica indicam a hierarquia das seletividades para os diferentes fluxos de imigrantes advindos dos países que compõem o Norte

Global e o Sul Global. No caso dos amparos legais para imigrantes do Norte Global prevalecem concessões de vistos para cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional, missão de estudos, administrador, gerente, diretor ou executivo correspondendo a 50% dos amparos legais. Destaca-se também o amparo legal para ministro de confissões religiosas, respondendo por 10% dos amparos legais para imigrantes do Norte Global.

TABELA 2. Imigrantes internacionais registrados no Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA), entre 2000 a março de 2020, residentes nos estados da Amazônia Legal, segundo país de nascimento.

País de nascimento	Total	%
Estados Unidos	4.543	23,54
Japão	2.789	14,45
Portugal	1.821	9,44
Alemanha	1.506	7,80
França	1.268	6,57
Itália	1.179	6,11
Espanha	1.143	5,92
Outros países do Norte Global	5.048	26,16
Total Norte Global	19.297	100,00
Venezuela	122.866	68,64
Haiti	12.780	7,14
Colômbia	9.245	5,17
Peru	7.787	4,35
Bolívia	7.577	4,23
Cuba	2.687	1,50
Filipinas	2.680	1,50
China	2.293	1,28
Índia	1.689	0,94
Coréia do Sul	1.585	0,89
Outros países do Sul Global	7.800	4,36
Total Sul Global	178.989	100,00
Se informação de país	10	
Total	198.296	

FONTE: Sistema de Registro Nacional Migratório-SISMIGRA. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

Entre imigrantes do Sul Global, por sua vez, predominam amparos legais adotados desde uma perspectiva multilateral, como no caso do Acordo de Residência do Mercosul, estabelecido entre países parte e associados ao bloco (OLIVEIRA *et al.*, 2016). Estes amparos legais representam 77% dos 178.989 registros de imigrantes entre 2000 e março de 2020, o que reforça a importância integração regional em termos da estruturação de normativos jurídicos comuns e compatíveis com as especificidades das migrações intrarregionais (BAENINGER, MESQUITA, 2016). A dinâmica Sul-Sul traz também as migrações qualificadas refletidas nos amparos legais referentes à permanência de imigrantes cientistas, pesquisadores, professores e técnicos respondendo, contudo, por apenas 5% dessa imigração para a região Amazônica; nota-se que para o Norte Global esta participação corresponde, em termos relativos, à metade dos amparos legais na região. Há também a presença de imigrantes do Sul Global com o amparo legal na categoria de ministros de confissão religiosa, com 2% no total dos amparos legais para imigrantes do Sul.

A região Amazônica passa, assim, a se conformar como espaço geopolítico de disputa no âmbito das migrações internacionais Norte-Sul e Sul-Sul. As dinâmicas migratórias Norte-Sul revelam o protagonismo da acumulação capitalista global na região Amazônica e a forte presença de entidades religiosas diante da migração de crise do Sul Global. As dinâmicas migratórias Sul-Sul, por sua vez, expressam “os periféricos na periferia do capital” (BASSO, 2003) com a inserção laboral desses imigrantes em ocupações na base da estrutura ocupacional: vendedores, pedreiros, mecânicos, cozinheiros, motoristas (Tabela 4).

TABELA 3. Imigrantes internacionais do Norte Global e Sul Global registrados no SISMIGRA, entre 2000 e março de 2020. Amazônia Legal, segundo amparo legal.

Amparo legal	Descrição	Norte Global
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	5.872
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	1.974
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	1.921
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	1.527
Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar .	1.246
Resolução Normativa 39/99	Dispõe sobre a concessão de visto para ministros de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada ou confessional, e de congregação ou ordem religiosa que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa ou na condição de estudante	1.156
Artigo 37 - Lei 6.815/80	Dispõe que o titular de visto segundo o artigo 13, incisos V e VII, poderá obter transformação do mesmo para permanente (art. 16).	827
Artigo 13 - Item VII - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de ministro de confissão religiosa ou membro de instituto de vida consagrada e de congregação ou ordem religiosa.	651
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	641
Portaria 526/95 do Ministério da Justiça	Institui modelo único de Cédula de Identidade para Estrangeiro, determina o recadastramento dos estrangeiros residentes no País e dá outras providências.	298
Resolução Normativa 62/04	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico	286
Outros Amparos Legais		2.898
Total Norte-Global		19.297
Amparo legal	Descrição	Sul Global
Portaria interministerial n 9/18	Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados	90.565
Artigo 1 - Resolução Normativa 126/17 CNIg	Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço.	31.557
Decreto 6.975/09 - Acordo Residência Mercosul e Associados	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile .	16.338
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	7.113
Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNIg /MTE	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.	5.696
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	4.991
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	4.206
Artigo 16 - Lei 6.815/80 CC Resolução Normativa 47/00 CNI	Disciplina a concessão do visto permanente à estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil. / Venha ao país para prestar serviços junto a entidades religiosas ou de assistência social	4.052
Artigo 7 - Lei 11.961/09	No prazo de 90 (noventa) dias anteriores ao término da validade da CIE, o estrangeiro poderá requerer sua transformação em permanente, na forma do regulamento.	1.416
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	1.241
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante	1.100
Outros Amparos Legais		10.714
Total Sul-Global		178.989

FONTE: Sistema de Registro Nacional Migratório-SISMIGRA, 2000-2020. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

A inserção laboral da mão de obra imigrante na Amazônia legal corroboram a perspectiva teórica de inserção ocupacional desigual (OZDEN, 2016) e a hierarquia socioprofissional (PIORE, 1979) estabelecidas com base em características sociodemográficas de certos grupos imigrantes, como nacionalidade (HIRANO, 1998) e raça (SEYFERTH, 2002).

TABELA 4. Imigrantes internacionais do Norte Global e Sul Global registrados no SISMIGRA, entre 2000 e março de 2020, residentes nos estados da Amazônia Legal, segundo ocupação.

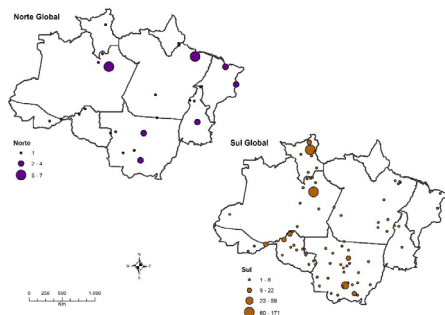
Ocupação	Imigrantes Norte Global	Ocupação	Imigrantes Sul Global
Estudante	2.860	Estudante	29.109
Sacerdote ou membro assemelhado de ordens ou seitas religiosas	2.221	Prendas domésticas (lides do lar)	14.250
Engenheiro	1.952	Vendedor ou empregado de casa comercial, comerciário, vendedor ambulante, vendedor a domicílio, jornalista, ou assemelhado	13.966
Oficial, piloto, maquinista, marinho, ou outro trabalhador, na navegação marítima ou fluvial	1.891	Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesso, vidreiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação	12.067
Outra ocupação não classificada	1.418	Outra ocupação não classificada	11.539
Diretor, gerente ou proprietário	1.137	Menor (criança, não estudante)	9.617
Diretor, gerente ou proprietário	1.137	Menor (criança, não estudante)	9.617
Aposentado, pensionista ou assemelhado	725	Mecânico, operador, ajustador, chapeador, lanterneiro de veículos, bombeiro hidráulico, encanador, soldador, galvanizador ou outro trabalhador em metais não classificado sob outra denominação	5.387
Mecânico, operador, ajustador, chapeador, lanterneiro de veículos, bombeiro hidráulico, encanador, soldador, galvanizador ou outro trabalhador em metais não classificado sob outra denominação	715	Professor, ou assemelhado	4.394
Prendas domésticas (lides do lar)	408	Cozinheiro, mordomo, governanta, camareiro, garçom ou assemelhado	4.372
Profissional liberal, técnico ou assemelhado não classificado sob outra denominação	388	Barbeiro, cabeleireiro, esteticista, especialista de instituto de beleza ou assemelhado	4.160
Eletricista, mecânico eletricitista, mecânico de eletrônica, reparador de aparelhos, de rádio e televisão, de instalações telefônicas e telegráficas ou assemelhado	304	Oficial, piloto, maquinista, marinho, ou outro trabalhador, na navegação marítima ou fluvial	4.095
Biólogo, veterinário, zootecnista, agrônomo ou assemelhado	297	Diretor, gerente ou proprietário	4.047
Menor (criança, não estudante)	252	Médico, cirurgião, dentista ou assemelhado	3.141
Químico, físico, geólogo ou outro especialista em ciências físicas	251	Motorista, condutor, ou outro trabalhador, de transporte rodoviário	2.636
Sem ocupação	243	Profissional liberal, técnico ou assemelhado não classificado sob outra denominação	2.570
Economista, atuariário, contador, técnico em contabilidade, auditor, estatístico, administrador ou assemelhado	209	Engenheiro	2.358
Pedreiro, servente, ladrilheiro, gesso, vidreiro, ou assemelhado, a outro trabalhador da construção civil, não classificado sob outra denominação	192	Padeiro, cervejeiro, açougueiro, trabalhador em laticínios, ou outro trabalhador na produção de alimentos ou bebidas	2.225
Dependente de titular de visto temporário	166	Eletricista, mecânico eletricitista, mecânico de eletrônica, reparador de aparelhos, de rádio e televisão, de instalações telefônicas e telegráficas ou assemelhado	2.204
Outras ocupações	2.095	Outras ocupações	30.853
Sem informação	722	Sem informação	9.981
Total	19.297	Total	178.989

FONTE: Sistema de Registro Nacional Migratório-SISMIGRA, 2000-2020. Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

As ocupações que constam nos registros do SISMIGRA para imigrantes internacionais revelam as dinâmicas e demandas estabelecidas pela divisão internacional do trabalho e pela reestruturação econômica e geográfica da produção em nível global com a inserção laboral diferenciada entre imigrantes do Norte Global em relação aos imigrantes vindos do Sul-Global. Entre as principais ocupações do SISMIGRA para imigrantes do Norte Global predominam as categorias de estudantes (que corresponde a filhos de imigrantes em idade escolar); sacerdotes; engenheiros; profissionais da navegação marítima; diretores, gerentes; professores; aposentados; mecânicos; prendas domésticas; profissional liberal; eletricitista; biólogos; químicos; economistas; pedreiros, entre outros. Entre os imigrantes do Sul Global, por sua vez, observa-se a importante presença de estudantes (corresponde a filhos de imigrantes em idade escolar); prendas domésticas; vendedores de casas comerciais; pedreiros; mecânicos; professores; cozinheiros; barbeiros; profissionais da navegação marítima; diretores, gerentes e proprietários; médicos; profissionais liberais; engenheiros; padeiros; eletricitistas, entre outros, além das denominações relativas à outras ocupações não classificadas, sem informação e sem ocupação.

No caso da inserção laboral no mercado formal de trabalho, em 2018, a Figura 2 permite visualizar a espacialização da imigração do Norte-Global concentrada em poucas localidades da Amazônia Legal (com 1.252 vínculos empregatícios em 2018), predominando os vínculos empregatícios de imigrantes de Portugal (576 vínculos empregatícios), Japão (148 vínculos empregatícios), Itália (117), dentre outros. Já para imigrantes do Sul Global há maior espraiamento em diferentes localidades (com 6.922 vínculos empregatícios), especialmente em função da presença haitiana (com 2.201 vínculos empregatícios) e da interiorização da imigração venezuelana (608 vínculos empregatícios). Em relação à distribuição espacial destes registros laborais na região da Amazônia brasileira, na RAIS para 2018, equivalentes a 8.785 vínculos de trabalho de imigrantes internacionais, destacam-se: a) o estado do Mato Grosso, com 2.012 vínculos empregatícios para imigrantes vindos do Sul Global e 397 vínculos empregatícios para imigrantes do Norte Global; b) o Estado do Amazonas com 1.953 vínculos empregatícios para imigrantes do Sul Global e 236 vínculos empregatícios para imigrantes do Norte Global; c) Roraima com 1.811 vínculos de emprego para imigrantes do Sul Global e 384 vínculos para imigrantes do Norte Global (Tabela 5 e 6).

FIGURA 2. Imigrantes internacionais no mercado formal de trabalho, em 2018, na Amazônia Legal.



FONTE: RAIS-CPTS/OBMigra- Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

TABELA 5. Imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal, com vínculo de trabalho ativo em 31/12 nos estados da Amazônia Legal, por ano e região do mundo de nacionalidade.

Região do mundo de nacionalidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Norte Global	913	1.295	1.579	1.720	1.408	1.371	1.320	1.305	1.252
Sul Global	769	1.377	1.985	2.899	4.305	4.874	4.223	5.244	6.922
Total de casos válidos	1.682	2.672	3.564	4.619	5.713	6.245	5.543	6.549	8.174
Registros com nacionalidade não identificada	446	335	494	620	577	545	546	813	611
Total de registros	2.128	3.007	4.058	5.239	6.290	6.790	6.089	7.362	8.785

FONTE: Relação Anual de Informações Sociais – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/Ministério da Justiça do Brasil, Portal da Imigração Laboral/ OBMIGRA, 2010-2018. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

TABELA 6. Imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal, com vínculo nos estados da Amazônia Legal, por Unidade da Federação do vínculo empregatício, em 2018.

UF do vínculo	Imigrantes Norte Global	Imigrantes Sul Global	Sem informação de nacionalidade	Total
Acre	23	113	14	150
Amapá	8	58	3	69
Amazonas	236	1.953	114	2.303
Maranhão	18	101	7	126
Mato Grosso	397	2.012	203	2.612
Pará	63	308	37	408
Rondônia	104	450	68	622
Roraima	384	1.811	155	2.350
Tocantins	19	116	10	145
Total	1.252	6.922	611	8.785

FONTE: Relação Anual de Informações Sociais – Secretaria de Trabalho/Ministério da Economia/Ministério da Justiça do Brasil, Portal da Imigração Laboral/ OBMIGRA, 2018. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

A AMAZÔNIA COMO FRONTEIRA DOS DIREITOS HUMANOS: MIGRAÇÕES E REFÚGIO

Na conformação da Amazônia no século XXI como **espaço geopolítico de disputa no âmbito das migrações internacionais** emerge também a Amazônia como fronteira dos direitos humanos no contexto da migração de crise (BAENINGER, 2018). As migrações Sul-Sul, em especial haitianas e venezuelanas neste espaço migratório transnacional, mobilizaram, a partir de 2010, a atuação de diversos atores: organismos internacionais (ACNUR, OIM, OIT, UNFPA), Estado, poder público, universidades e instituições da sociedade civil – em especial de caráter religioso –, cuja presença pode conter elementos de uma migração internacional emblemática da constituição de “uma cidadania em escala mundial” (IANNI, 2011, p.24). A despeito das ambiguidades e contradições envolvendo a atuação desses atores, é evidente sua articulação em “uma totalidade histórico-geográfica mais ampla e abrangente que as conhecidas”, conformando um dos mais instigantes desafios teóricos e metodológicos da globalização (IANNI, 2011, p.32).

As informações dos amparos legais e das ocupações dos imigrantes, que constam nas tabelas 3 e 4, revelam, de fato, a presença importante de missionários religiosos na Amazônia brasileira, os quais contabilizam mais de 6.342 imigrantes entre 2000 e março de 2000. Esse fluxo cresceu de modo significativo entre 2014 e 2017, cujo estudo pode revelar elementos de uma sociabilidade global em formação (IANNI, 2011). Na Tabela 4, as informações sobre ocupação apontam “sacerdotes ou membro assemelhado de ordens ou seitas religiosas” como a principal ocupação do Norte Global, com 2.221 registros acumulados ao longo dos primeiros 20 anos do século XXI.

Na Amazônia Legal, o debate acerca da mobilidade espacial da população se conecta de forma mais direta a uma permeabilidade das fronteiras (BAENINGER, 2012), uma vez que o avanço das frentes de integração econômica e de infraestrutura conectam diferentes países da América Latina. Em uma perspectiva histórica, Pellegrino (1995) e Patarra (1997) ponderam que essas condições favoreceram a constituição de “tipos fronteiriços”, qual seja, deslocamentos que se configuram dinamicamente entre os limites político-administrativos estatais. Os espaços de fronteira, para Patarra e Baeninger (2004), “vão constituindo pontos particularmente vulneráveis aos efeitos perversos da globalização e dos acordos comerciais sobre as condições de vida de grupos sociais envolvidos”, onde a garantia de direitos demanda a constituição de um aparato jurídico e burocrático que compreenda as especificidades do contexto local e pautar o entendimento dos imigrantes enquanto sujeitos de direitos (BAENINGER, 2012).

Ao longo dos últimos anos, essas fronteiras ganharam novos contornos e dimensões transnacionais: da dinâmica migratória historicamente regional aos espaços da Amazônia Legal com novos atores e complexidades. Se no século XX, os espaços de fronteira eram pensados como área de expansão das migrações latino-americanas (BAENINGER, 2012), com fluxos que desafiavam as perspectivas teóricas e metodológicas fundamentadas em percursos “de grandes distâncias, longas temporalidades e seletividades bem definidas” (PERES, 2018, p.504), no século XXI, as fronteiras são ressignificadas na medida em que passam a canalizar, também, processos “migratórios não-históricos e não-de vizinhança: fluxos migratórios transnacionais oriundos do Sul Global” (BAENINGER, 2018, p.463). As migrações Sul-Sul (HUJO; PIPER, 2010; PHELPS, 2014), sobretudo a partir de 2011, com a imigração haitiana, transformou as principais cidades-gêmeas da Amazônia brasileira em áreas de passagem para outros países e regiões do Brasil (SILVA, 2015). Nessas localidades, o incremento das solicitações de refúgio – “um dos elementos da nova configuração da migração transnacional na fronteira” (BAENINGER, 2018, p.469) – evidencia não apenas a crise na origem, onde a grave e generalizada violação dos direitos humanos coloca contingentes expressivos da população em movimento (CLOCHARD, 2007), como também a crise no destino, manifesta pelos “regimes de controle migratório” e “suas formas de regulamentação” (BAENINGER, 2017b, p.81).

No Brasil, as contradições envolvendo a regularização documental dessa população é evidente. No caso dos haitianos, deliberou-se pela concessão de um visto de ajuda humanitária (SILVA, 2015). Entre os venezuelanos, inicialmente, o Ministério da Justiça editou a Portaria Interministerial nº 9 de 2018 (quase dois anos após o aumento do fluxo na fronteira com Roraima), expandindo o Acordo de Residência do MERCOSUL a todos os países fronteiriços. Além de tardia, a exigência de uma documentação inacessível e a cobrança de taxas exorbitantes inviabilizou essa forma de regularização para parte importante dessa população, a qual permaneceu na fila da solicitação de refúgio.

Em outubro de 2019, mais de 120 mil venezuelanos encontravam-se como solicitantes de refúgio. Em dezembro de 2019, o governo brasileiro deliberou pelo reconhecimento em bloco da condição de refugiado para nacionais da Venezuela, expressão de um alinhamento geopolítico de confronto e tensão com esse país. Entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, mais de 46 mil pedidos de refúgio de venezuelanos foram deferidos pelo Comitê Nacional para Refugiados (CONARE – órgão responsável por receber e analisar todas as solicitações de refúgio no Brasil). Ainda assim, em novembro de 2020, havia mais de 95 mil venezuelanos com solicitação de refúgio ativa, isto é, à espera de julgamento (Tabela 7 e 8).

TABELA 7. Solicitações de Refúgio ativas no Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), 2019 e 2020, Amazônia Legal.

UF da solicitação	Solicitações ativas em 24 de abril de 2019	Solicitações ativas em 10 de outubro de 2019	Solicitações ativas em 31 de maio de 2020	Solicitações ativas em 28 de setembro de 2020	Solicitações ativas em 19 de outubro de 2020	Solicitações ativas em 5 de novembro de 2020
Acre	7.173	7.201	6.949	6.720	6.597	6.527
Amazonas	17.797	21.008	17.984	17.186	17.133	17.402
Amapá	176	201	210	209	208	206
Maranhão	111	132	143	148	155	149
Mato Grosso	1.020	1.353	1.527	1502	1.492	1.464
Pará	276	367	373	356	355	350
Rondônia	590	1.034	1.319	1239	1.215	1.226
Roraima	83.875	105.743	103.678	99.812	98.957	98.989
Tocantins	41	49	44	43	42	42
Total Amazônia Legal	111.059	137.088	132.227	127.215	126.154	126.355
Total Brasil	170.332	204.361	193.737	188.709	187.398	187.280
%	65,20	67,08	68,25	67,41	67,32	67,47

FONTE: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

TABELA 8. Solicitações de Refúgio ativas no Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), em 5/10/2020, Amazônia Legal Brasileira, por nacionalidade.

Nacionalidade	Solicitações ativas	Nacionalidade	Solicitações ativas	Nacionalidade	Solicitações ativas
Venezuela	95.417	Vanuatu	52	Líbano	28
Haiti	21.106	China	49	Paquistão	28
Cuba	4.616	Palestina	47	Angola	26
Senegal	2.529	Iêmen	46	Macau (R.A.E.)	22
Colômbia	586	Gana	39	Sudão	22
Rep. Dominicana	406	Equador	38	Iraque	21
Peru	151	Bolívia	34	Nacionalidade Indefinida	20
Nigéria	147	Índia	34	Nepal	18
Guiana	114	Portugal	34	Filipinas	17
Síria	103	Chile	33	Egito	15
Somália	97	Gâmbia	33	Dominica	14
Bangladesh	96	Argentina	28	Outros Países	289
Total			126.355		

FONTE: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP-CNPq.

As Unidades da Federação da Amazônia Legal respondem por mais de 60% das solicitações de refúgio protocoladas no Brasil, em 2019 e 2020, denotando o espaço transnacional que se configura na fronteira, com o Estado de Roraima concentrando as solicitações de refúgio em função da imigração venezuelana (75% das solicitações de refúgio), haitiana, senegalesa, cubana, bengalesa, dentre outras nacionalidades. No total, são cerca de 100 nacionalidades diferentes, quase todas do Sul Global. Além da morosidade na análise dos processos, a possibilidade de indeferimento do pedido, as condições desiguais de acolhida humanitária e das perspectivas de emprego compõem dimensões importantes da fronteira amazônica como área limite dos direitos humanos para essa população.

Esse limite para a garantia dos direitos humanos na fronteira Amazônica se expressa no Programa de Interiorização da imigração venezuelana pelo Governo Federal, desde 2018, com a transferência de imigrantes de Roraima para demais estados do Brasil. Assim, a Amazônia Legal se transformou em um *reservatório da migração interna das migrações internacionais venezuelanas* com a redistribuição da imigração venezuelana partindo de Roraima para mais de 600 localidades no Brasil entre abril de 2018 e julho de 2020. Esta “migração dirigida” (BAENINGER, 2018) tem a articulação do Estado e dos atores sociais que contribuem para consolidar a Amazônia como fronteira de direitos, com a presença de organismos internacionais (ACNUR, OIM, OIT, UNFPA), Estado, poder público, universidades e instituições da sociedade civil – em especial de caráter religioso nacional, do Norte Global e do Sul Global.

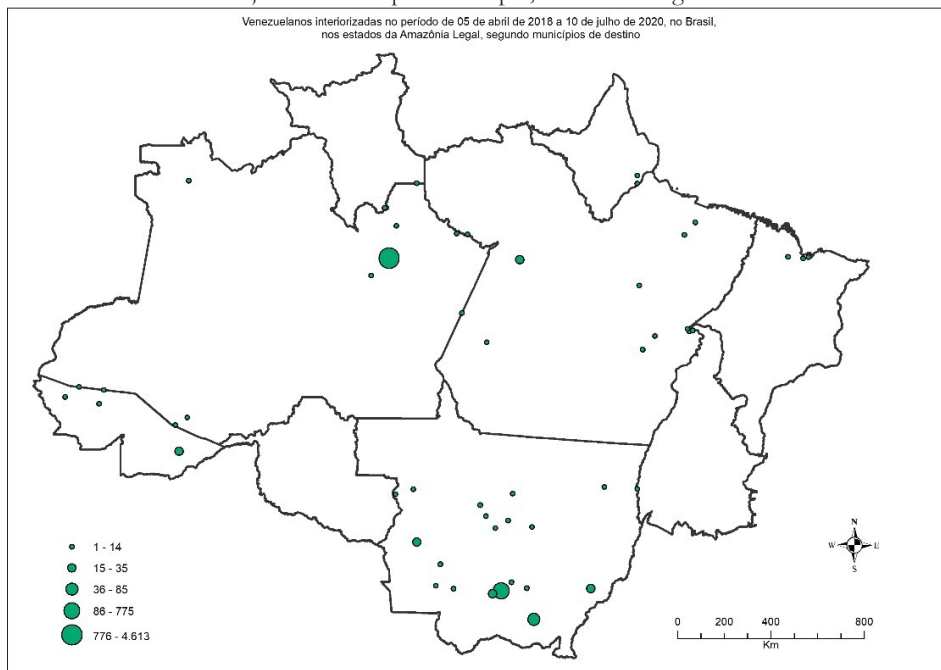
Os estados da Amazônia Legal receberam 15% no total dos imigrantes interiorizados (38.799 imigrantes entre 05 de abril de 2018 a 10 de julho de 2020), ou seja, 5.760 imigrantes da Venezuelana que saíram do Estado de Roraima em direção aos demais estados da Amazônia. A Tabela 9 e a Figura 3 indicam, de um lado, a concentração dessa imigração interiorizada para capitais estaduais - Manaus (4.613 imigrantes no período) e Cuiabá (775 imigrantes) - e, de outro lado, o espraiamento dessa imigração em localidades de diferentes tamanhos.

TABELA 9. Imigrantes da Venezuela Interiorizados no período de 05 de abril de 2018 a 10 de julho de 2020 por município, Amazônia Legal.

UF	Municípios	Total	UF	Municípios	Total
Acre	Cruzeiro do Sul	3	Mato Grosso	Araputanga	5
	Rio Branco	32		Barra do Garças	23
	Tarauacá	5		Campo Verde	4
	Total	40		Campos de Júlio	34
Amazonas	Boca do Acre	8		Chapada dos Guimarães	3
	Manacapuru	2		Cuiabá	775
	Manaus	4.613		Itanhangá	5
	Nhamundá	14		Juína	4
	Presidente Figueiredo	4		Lambari D'Oeste	2
	São Gabriel da Cachoeira	3		Lucas do Rio Verde	6
Total	4.644	Nova Ubiratã		7	
Pará	Abaetetuba	5		Rondonópolis	85
	Belém	10		São Félix do Araguaia	6
	Itaituba	2		Sinop	5
	Marabá	2		Sorriso	8
	Pacajá	7	Tangará da Serra	6	
	Parauapebas	2	Tapurah	5	
	Santarém	19	Várzea Grande	35	
	São João do Araguaia	1	Total	1.018	
	Total	48			
Amapá	Macapá	5			
Maranhão	Peri Mirim	2			
	São José de Ribamar	2			
	São Luís	1			
	Total	5			
Total Amazônia Legal			5.760		

FONTE: Operação Acolhida e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo. NEPO/UNICAMP.

FIGURA 3. Imigrantes da Venezuela Interiorizados no período de 05 de abril de 2018 a 10 de julho de 2020 por município, Amazônia Legal.



FONTE: Operação Acolhida e Organização Internacional para as Migrações (OIM). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo. NEPO/UNICAMP.

O atual contexto da pandemia de Covid-19 evidencia, ainda mais, a vulnerabilidade da população imigrante no espaço amazônico e a busca por direitos. Cerca de 47% dos imigrantes que estavam empregados antes da pandemia nos estados da Amazônia Legal perderam seu emprego com o início da pandemia entre maio e julho de 2020³, agravando ainda mais as condições de vida de imigrantes e refugiados na região. A obtenção do auxílio emergencial dado pelo governo federal para mitigar os efeitos da crise econômica causada pela pandemia chegou a beneficiar 149.019 imigrantes no Brasil, dos quais 25% foram obtidos por imigrantes residentes na Amazônia Legal (Tabela 10). Imigrantes residentes no Estado de Roraima responderam por quase a metade dos auxílios emergências da região e por 12% do total dos auxílios atribuídos a imigrantes no Brasil; o

³ Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, maio a julho de 2020.

Amazonas teve 12.755 imigrantes beneficiados com o auxílio emergencial e Mato Grosso, 2.907 auxílios para imigrantes em 2020 na pandemia.

TABELA 10. Imigrantes Internacionais com Auxílio Emergencial do Governo Federal na Pandemia, 2020.

UF Amazônia Legal	Imigrantes Internacionais com auxílio emergencial
Acre	565
Amazonas	12.755
Amapá	195
Maranhão	-
Mato Grosso	2.907
Pará	1.162
Rondônia	1.871
Roraima	18.538
Tocantins	-
Total Amazônia Legal	37.993
Total Imigrantes -Brasil	149.019
Participação Imigrantes da Amazônia Legal (%)	25,50

FONTE: Caixa Econômica Federal apud Poder 360, 3.out.2020.

Apesar da presença do Estado no auxílio emergencial, e em muitos casos a dificuldade em obtê-lo, os resultados da pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil (FERNANDES; BAENINGER et al., 2020) revelaram que a metade dos imigrantes entrevistados na pesquisa no Brasil e na Amazônia Legal precisaram buscar informações sobre direitos sociais na pandemia. A busca dessas informações por parte de imigrantes teve baixa procura nos próprios organismos do governo (Gráfico 1).

No caso da Amazônia a articulação entre diferentes atores consistem em canais importantes para a consolidação da Amazônia como fronteira de direitos. A busca de informações sobre direitos sociais através de organismos internacionais está concentrada nos estados com a presença das agências das Nações Unidas, com 40% dos imigrantes respondentes da pesquisa no Estado de Roraima e 17% dos imigrantes do Estado do Amazonas tendo confiado nestes organismos internacionais para conhecer seus direitos sociais na pandemia.

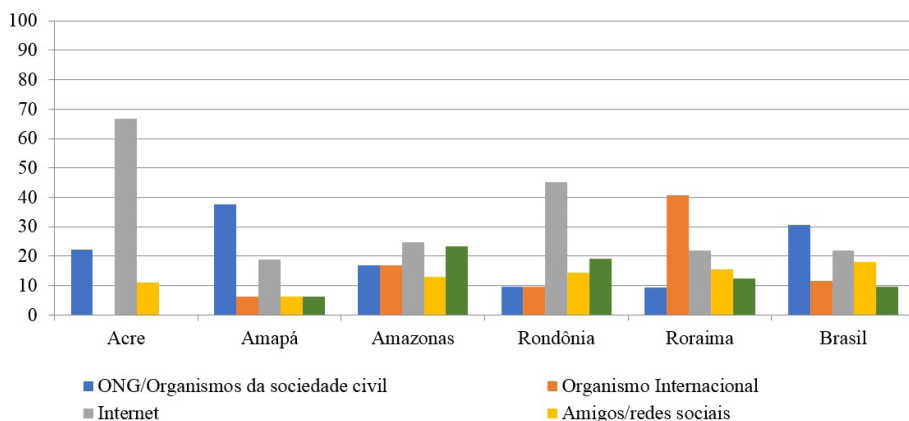
O apoio de ONG/sociedade civil na busca por informações sobre direitos sociais se destacou nos estados do Amapá e Acre, bem como para a média das respostas dos imigrantes da pesquisa em seu conjunto com 30% dos imigrantes

entrevistados no Brasil procurando ONG/sociedade civil, já que os organismos internacionais estão participando da Operação Acolhida na fronteira Norte.

A internet se mostrou como o meio mais eficaz para buscar as informações sobre direitos sociais na pandemia no Estado de Rondônia, com 45% dos imigrantes entrevistados tendo acessado informações através deste meio de comunicação.

Já o apoio de amigos e redes sociais mostrou-se bastante precário como fonte de informações para o conhecimento dos direitos sociais na pandemia, o que é preocupante, pois denota a pouca autonomia desses imigrantes e a baixa construção de relações sociais e laços de solidariedade: reflexo das disputas do **espaço geopolítico das migrações internacionais** na Amazônia Legal.

GRÁFICO 1. Imigrantes internacionais participantes da pesquisa segundo busca de informações sobre direitos sociais na pandemia. Estados da Amazônia Legal, 2020.



FONTE: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A rapidez e complexidade das transformações observadas na dinâmica migratória para o Brasil nas últimas décadas pode ser observada desde suas múltiplas modalidades, espacialidades, sentidos, temporalidades e reversibilidades. Em meio à um contexto de reestruturação da produção (HARVEY, 1992) em que os avanços tecnológicos nos meios de comunicação, transmissão da informação e nos transportes (PELLEGRINO, 2003) pautam cada vez mais as

relações sociais, as migrações ganham dimensões transnacionais (GUARNIZO et al., 2003) que se desdobram em âmbito local (BAENINGER, 2012).

Os espaços de fronteira são um exemplo especialmente importante desse fenômeno social. Nesse sentido, a análise das migrações internacionais na Amazônia Legal (JAKOB, 2015), são pensadas ao longo deste trabalho em sua face eminentemente transnacional, à medida que diferentes espaços das migrações contemporâneas em nível local se conectam com processos regionais, internacionais e globais, a partir de conexões pré-estabelecidas historicamente ou não.

A heterogeneidade dos movimentos migratórios na Amazônia Legal corresponde às demandas e disputas estabelecidas no plano geopolítico e econômico global de reestruturação da produção, dos espaços de exploração de recursos naturais, da financeirização do capital internacional e da mobilidade da força de trabalho, passando pelos debates relativos à questão ambiental e atuação de organizações não governamentais que evocam os pressupostos de uma cidadania global (IANNI, 2011). Assim, soma-se à mobilidade em nível local e regional Amazônica as migrações do Sul Global latino-americanas e caribenhas, africanas e asiáticas, conjuntamente com a presença das migrações do Norte Global, europeias, norte-americanas, canadenses, japonesas e da Oceania. A região passa a compor a rota das migrações transnacionais em suas múltiplas composições, consolidando-se, nesse sentido, como espaço da migração transnacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G.M. R. **Au revoir, Brésil**: um estudo sobre a imigração brasileira na França após 1980. Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, IFCH/UNICAMP, 2013, p. 437.

AMIN, M.M. A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 107, setembro 2015:17-38.

AGUIAR, D. **A Geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul**: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2017.

ARAGÓN, L. E. Migrações internacionais contemporâneas na Pan-Amazônia: avanços e desafios de pesquisa. In: **Rev. Latino-Americana de Estudos Avançados**. Vol.2, n 1, 2017, p. 96-446.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Campinas-SP: NEPO/UNICAMP, 2012.

BAENINGER, R.; MESQUITA, R. B. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. In: **Revista Transporte y Territorio**, nº15, 2016 pp.146-163.

BAENINGER, R. et al. **Migrações Sul-Sul Campinas**, SP: Nepo/Unicamp, 2018 (2ª edição).

BAENINGER, R. et al. **Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2017.

BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. In: **Rev. Estud. Av.**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 71-86.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura (vol.1)**. Trad. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

DEMETRIO, N.B.; DOMENICONI, J.O.S. Imigração venezuelana no Brasil: o espaço da fronteira e o espaço da metrópole. In: BAENINGER, R. et al. **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2018, p. 187-200.

FERNANDES, D. et al. Estudos sobre a Imigração no Brasil e Diálogo Bilateral. **Relatório Ministério do Trabalho/ÓIM/PUCMinas**, 2014.

HUJO, K.; PIPER, N. South–South Migration Implications for Social Policy and Development. In: **Social Policy and Development (2000 - 2009)**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.

GUSMÃO, N. M. M. Africanos no Brasil, hoje: imigrantes, refugiados e estudantes. In: **Tomo (UFS)**, v. 21, p. 13-36, 2012.

GUARNIZO, L.; PORTES, A. HALLER, W. Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants. In: **American Journal of Sociology**, Vol. 108, No. 6, pp. 1211-1248, 2003.

HIRANO, S. A América Latina dentro da hierarquização do mercado mundial. In: SOLAR V. **América Latina e Caribe e os desafios da nova ordem mundial**. São Paulo: PROLAM-USP, 1998, p. 139-150.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JAKOB, A. A. E. A migração internacional recente na Amazônia Brasileira. In: **Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIII, n. 45, 2015, p. 249-271.

LEE, E. A. A. Theory of Migration. In: **Demography**, 3 (1), 1966, p. 47-57.

MÁRMORA, L. Modelos de Governabilidad Migratoria. La perspectiva política en América del Sur. In: **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Ano XVIII, N° 35, 2010, p. 71-92.

MARTINE, G. A. Globalização inacabada - As migrações internacionais e pobreza no século 21. In: **São Paulo em Perspectiva**, 19(3), 2005, p. 3-22.

MELDE, S. et al. Introduction: the South–South migration and development nexus. In: ANICH, R. et al. (Eds.) **A new perspective on human mobility in the South**. Heidelberg: Springer, 2014.

MOREIRA, J. B. **Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010)**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2012.

NORÕES, K. C. De criança a migrante, de migrante a estrangeira (o): reflexões sobre a educação pública e as migrações internacionais. In: MAZZA, D. NORÕES, K. (Orgs). **Educação e Migrações Internas**.

OLIVEIRA, A. T. R. et al. O Acordo de Residência do Mercosul e a inserção da força de trabalho sul-americana no Brasil: uma análise exploratória. In: XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais**. Foz do Iguaçu: ABEP, 2016.

OZDEN, Ç. Educated Migrants - Is There Brain waste? In: OZDEN, Ç; Schiff, M. (Eds) **International Migration, Remittances and the Brain Drain**. Washington: The world Bank, 2006, p. 227-244.

PHELPS, E. D. South-South Migration: Why it's bigger than we think, and why we should care. In: **The Migrationist**, 2014.

PIORE, M.J. **Birds of Passage: Migrant Labor Industrial Societies**. Cambridge University Press. New York, 1979.

ROCHA, G. M. Aspectos recentes do crescimento e distribuição da população da Amazônia Brasileira. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Populações da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2005.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.

SILVA, A. da S. Fronteira Amazônica: Passagem Obrigatória para Haitianos? **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)**. Brasília, ano XXIII, n.44, p.119-134, jan./jun.2015.

VAINER, C. B. Estado e migração no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, N. (Org.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

WENDEN, C. W. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. In: **Hommes & migration**, n. 1233, 2001, p. 5-12.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. In: **Global Networks**, v. 4, n. 2, 2002, p. 303-334.

OS MIGRANTES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2010

Alberto Augusto Eichman Jakob

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade analisar os migrantes estrangeiros na Amazônia Legal brasileira¹ na década de 2010. A escolha pela Amazônia brasileira se justifica em vista de que as portas de entrada destes migrantes estrangeiros estão localizadas, sobretudo, em determinados municípios fronteiriços do Acre, Amazonas e Roraima, representando, então, locais de grande circulação destes migrantes.

Para isto, são selecionados dados do SISMIGRA, disponibilizados no Portal de Imigração Laboral do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Os dados utilizados aqui são referentes ao Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) que os imigrantes estrangeiros necessitam para se legalizar e conseqüentemente trabalhar no Brasil, e se referem ao período de obtenção destes registros. São, portanto, os imigrantes legalizados, documentados no país a cada ano.

Análises de migração na Amazônia brasileira foram bem divulgadas no meio acadêmico, mas sempre com dados dos censos demográficos, e chegando no máximo até 2010. Agora pretendemos ampliar estas análises inserindo praticamente uma década neste ponto final e mostrando que muita coisa mudou desde o último censo.

Trata-se também de uma fonte alternativa de dados aos censos demográficos e, como se poderá verificar no decorrer deste trabalho, o período pós-2010 trouxe mudanças muito significativas no perfil destes imigrantes.

Esta fonte de dados proposta foi inicialmente utilizada no âmbito dos trabalhos dos pesquisadores do Observatório das Migrações em São Paulo (BAENINGER et al, 2018; MAGALHÃES et al, 2018), mas ainda era restrita a parcerias com a Polícia Federal, detentora das informações. Agora, com a disponibilização das informações na internet qualquer pessoa pode ter acesso a eles.

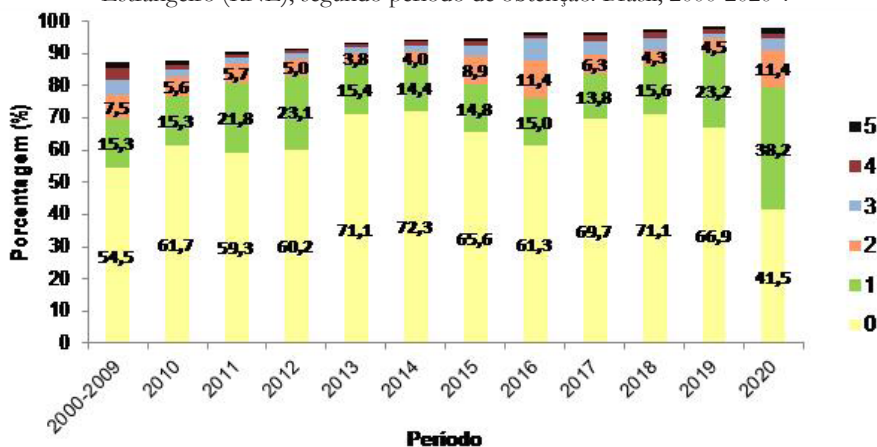
1 A Amazônia Legal brasileira é delimitada aqui pelas Unidades da Federação pertencentes à Região Norte do país, e mais Mato Grosso e Maranhão

PANORAMA GERAL DOS IMIGRANTES ESTRANGEIROS DOCUMENTADOS NO BRASIL

Inicialmente, foi observado quanto tempo o imigrante estrangeiro demora para conseguir seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), e assim tornar-se “documentado” no Brasil, e como está sendo a evolução deste tempo de obtenção do registro.

Para isto, o Gráfico 1 traz uma estimativa da evolução do tempo de obtenção do RNE no período pós-2000¹. Conforme pode-se perceber, houve um aumento na participação da obtenção do registro em até 5 anos de residência no Brasil, sendo que no período 2000-2009 a participação era de 87,6% e em 2019 de 98,5%. Neste último ano, perto de 90% dos RNEs foram emitidos em até 1 ano de residência.

GRÁFICO 1: Participação relativa do tempo de obtenção (em anos) do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), segundo período de obtenção. Brasil, 2000-2020*.



Período	2000-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RNEs	362.664	54.237	74.339	98.001	106.167	114.527	114.473	125.467	102.721	121.684	181.887	47.853

* Os dados referentes ao ano de 2020 foram disponibilizados até o mês de maio.

FONTE: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

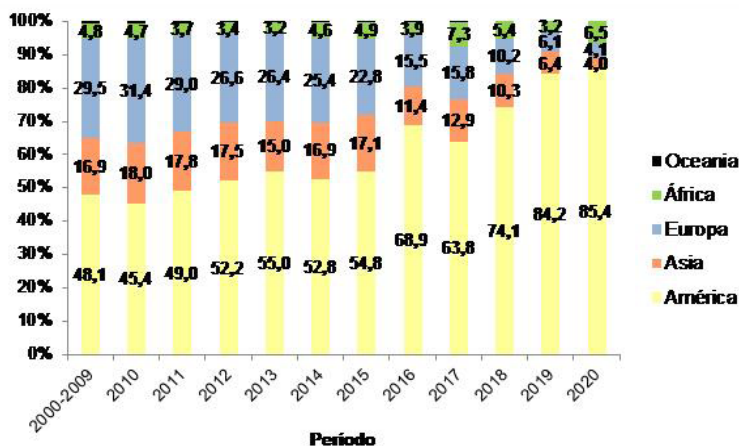
Os dados referentes ao ano de 2020 mostraram significativa mudança neste padrão de redução do tempo de obtenção do registro, mas devem ser vistos com cautela, por se tratarem apenas dos 5 primeiros meses do ano. O ideal seria aguardar a consolidação anual para uma maior comparabilidade com os demais anos.

¹ Este dado foi calculado pela diferença entre o ano de obtenção do RNE e o ano de entrada do imigrante no Brasil.

Também o número de RNEs concedidas subiu de 54 mil em 2010 para perto de 182 mil em 2019, após um pico de 125 mil no ano de 2016 e uma queda para 103 mil em 2017. Ou seja, mesmo havendo o triplo de concessões, o tempo de obtenção gradualmente tem se reduzido, o que mostra um aprimoramento do sistema destas concessões.

Em termos do local de nascimento dos contemplados de RNEs, o Gráfico 2 mostra que a maioria é originária do próprio continente americano, e em geral tem se concentrado ainda mais com o tempo, chegando a 85% em 2020, confirmando as afirmações dos trabalhos acadêmicos da área de migração que afirmam que a migração tem se tornado cada vez mais de curta distância.

GRÁFICO 2: Participação relativa dos Registros Nacionais de Estrangeiros segundo Continente de nascimento do contemplado e período de obtenção. Brasil, 2000-2020*.



* Os dados referentes ao ano de 2020 foram disponibilizados até o mês de maio.

FONTE: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Estes dados são ainda mais potencializados ao selecionar a Amazônia Legal brasileira como objeto de estudo, o que será tratado no próximo tópico.

IMIGRANTES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

As informações dos estrangeiros na Amazônia brasileira que obtiveram seus RNEs serão analisadas, até 2018¹, em termos da comparação entre aqueles que

1 A partir de 2019, infelizmente não foram disponibilizadas as informações da UF de entrada dos imigrantes no país.

entraram por municípios da Amazônia brasileira (podendo estar residindo ou não onde entraram), e aqueles que efetivamente residiam na Amazônia no momento da obtenção do RNE. Assim, quanto mais próximas estas informações, maior a participação de estrangeiros que entraram no país pela Amazônia e continuam morando na região amazônica brasileira.

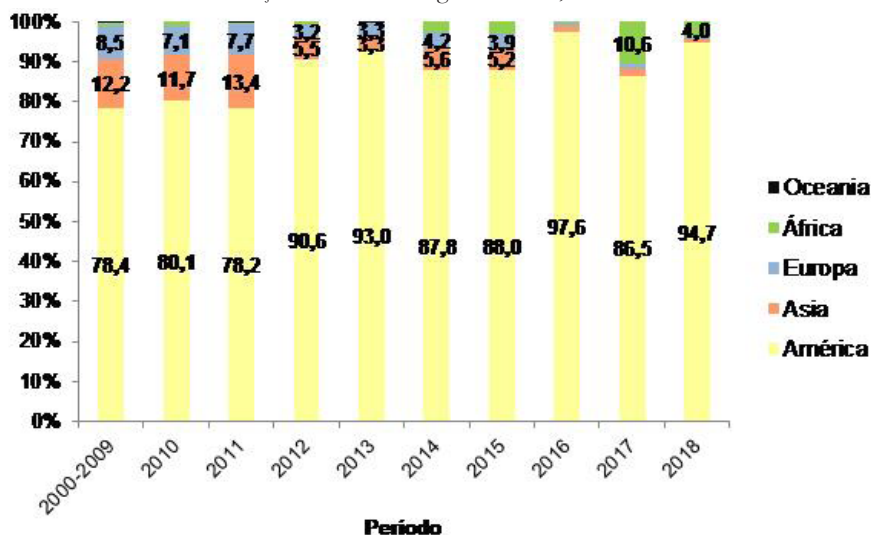
Sendo assim, os gráficos a seguir trazem a informação do ano de obtenção do RNE pelo continente de nascimento do estrangeiro segundo aqueles que entraram pela Amazônia (Gráfico 3) ou que residem na Amazônia (Gráfico 4).

O Gráfico 3 mostra que 2016 foi um ponto atípico nesta pequena série temporal, com um volume muito acima do normal (mais de 30 mil RNEs contra quase 9 mil no ano anterior) e quase 98% dos estrangeiros que obtiveram o RNE e entraram pelas Unidades da Federação (UFs) da Amazônia Legal brasileira eram naturais do continente americano. E destes, 26.732 (ou 88,7%) eram naturais do Haiti. Ou seja, o diferencial deste ano foi a grande demanda de registros por parte dos haitianos.

O ano de 2018 também apresenta valores semelhantes ao de 2016, com 95% dos imigrantes estrangeiros que entraram pela Amazônia sendo naturais do continente americano. Mas neste caso, 30.588 (ou 84,3%) nasceram na Venezuela, já dando mostras do grande contingente de venezuelanos entrando no país a partir deste ano.

No ano de 2017, chama atenção o aumento da participação dos africanos entre aqueles que obtiveram o RNE (10,6% do total da Amazônia Legal brasileira). Este valor se deve aos naturais do Senegal, que somaram 1.518 das RNEs. Destes senegaleses, 1.510 entraram pelo Acre no país, e metade destes residiam na época da obtenção do RNE em São Paulo (402), Caxias do Sul (187), Porto Alegre (135) ou Rio Grande (79), demonstrando que eles não ficam no local de entrada.

GRÁFICO 3: Participação relativa dos imigrantes estrangeiros que entraram no país pela Amazônia Legal brasileira e obtiveram RNE segundo continente de nascimento e período de obtenção. Amazônia Legal brasileira, 2000-2018.



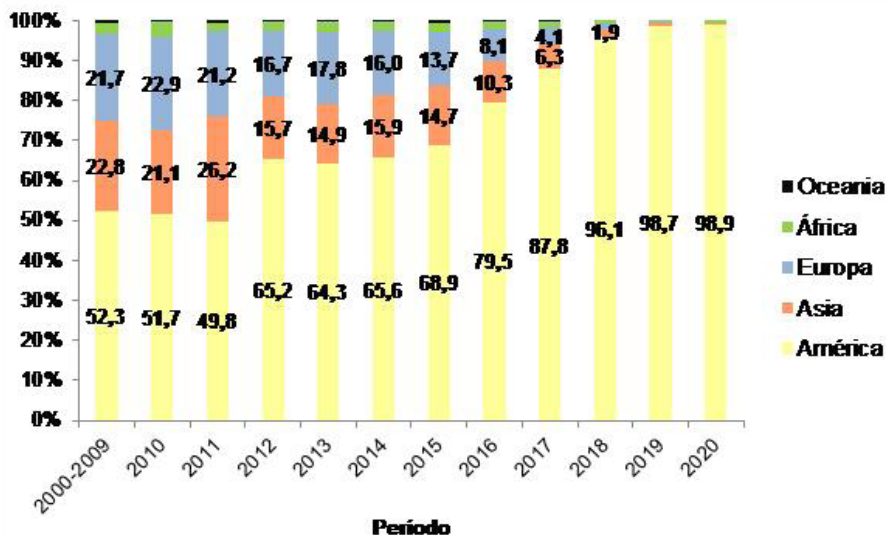
Período	2000-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
RNEs	12.189	1.795	2.123	6.170	6.454	6.327	8.933	30.853	15.324	30.299

FONTE: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Já com relação ao Gráfico 4, percebe-se o aumento da participação relativa dos imigrantes estrangeiros naturais do continente americano em residência na Amazônia Legal brasileira, chegando em 2017 e 2018 com valores próximos aos daqueles de entrada (87% e 95%, respectivamente). Este aumento no peso relativo dos americanos se faz em função do aumento expressivo do valor absoluto deste grupo, cujos números de RNE concedidos aumentaram de 1.481 em 2010 para 9.394 em 2017, 30.686 em 2018 e 76.776 em 2019, ao passo que no caso dos europeus os valores para o mesmo período foram de 657 em 2010 a 323 em 2019 (embora com um pico em torno de 1.000 entre 2013 e 2015) e para os asiáticos de 606 a 518 (também com o pico de 1.000 entre 2014 e 2015).

O ano de 2020 também dá indícios de que esta concentração de imigrantes do continente americano na Amazônia brasileira continua, sobretudo em função dos venezuelanos, e da pandemia de Covid-19 que acometeu os brasileiros a partir do mês de março e impôs restrições de mobilidade no decorrer do ano todo.

GRÁFICO 4: Participação relativa dos imigrantes estrangeiros que residiam na Amazônia Legal brasileira quando obtiveram RNE segundo continente de nascimento e período de obtenção. Amazônia Legal brasileira, 2000-2020*.



Período	2000-09	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RNEs	17.663	2.866	3.606	5.220	5.858	6.646	7.123	9.093	10.702	31.929	77.806	19.905

* Os dados referentes ao ano de 2020 foram disponibilizados até o mês de maio.

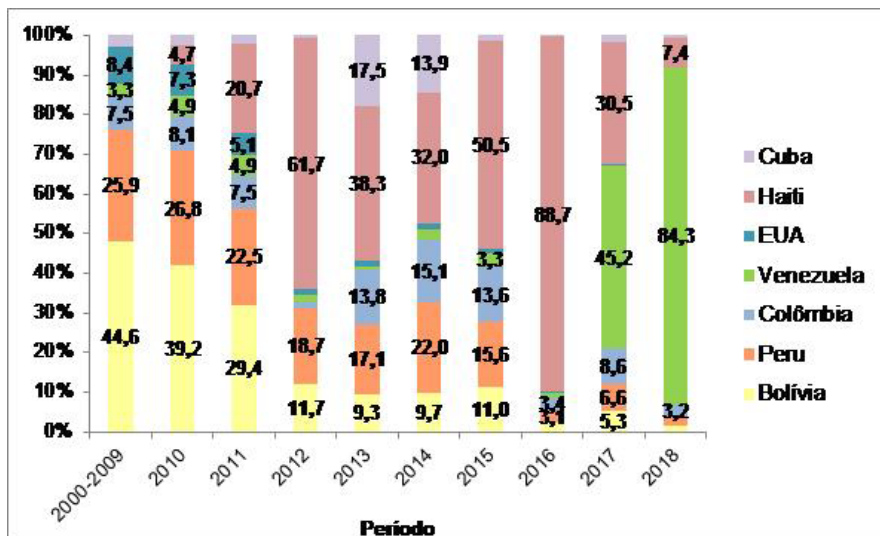
FONTE: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Uma vez verificada a concentração cada vez maior dos imigrantes estrangeiros na Amazônia Legal brasileira, dada em função do número de RNEs obtidos neste período de estudo, passamos agora a especificar ainda mais a sua origem, em termos dos países de nascimento.

Para isto, o Gráfico 5 traz os países de maior representatividade do continente americano que entraram na Amazônia Legal brasileira (mais de 92% do total americano entre 2000 e 2011 chegando a 99% em 2016 e 98% em 2017).

Este gráfico mostra que até 2010, a grande maioria dos estrangeiros que obtiveram RNE eram naturais da Bolívia e Peru (70,5%). Diversos trabalhos que utilizaram os censos demográficos de 2000 e 2010 comprovam que a maioria dos estrangeiros na Amazônia eram destes países (JAKOB, 2018, 2015, 2014, 2013).

GRÁFICO 5: Participação relativa dos imigrantes estrangeiros dos países mais representativos do continente americano que entraram no país pela Amazônia Legal brasileira e obtiveram RNE segundo período de obtenção. Amazônia Legal brasileira, 2000-2018.



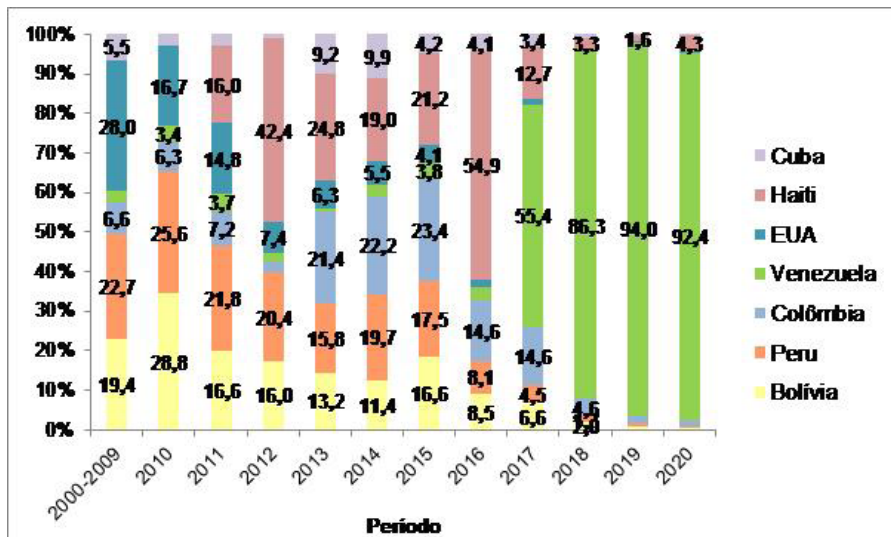
Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Porém, após 2011 este perfil migratório segundo a nacionalidade muda consideravelmente com o aumento expressivo dos haitianos (sobretudo em 2012, com perto de 3.500 RNEs e 2016, com quase 27 mil RNEs!) sem dúvida em função do grande terremoto ocorrido no Haiti em 2010; e dos venezuelanos em 2017 (quase 6 mil RNEs) e em 2018 (31 mil RNEs!), dada a grave crise econômica e política daquele país.

Parece haver 3 padrões distintos de nacionalidade dos imigrantes de entrada pela Amazônia segundo este gráfico: até 2011, com predominância de peruanos e bolivianos; de 2012 a 2016, com a maior participação dos haitianos; e a partir de 2017, com a preponderância dos venezuelanos. Ou seja, são situações bem diferentes das apresentadas pelo Censo Demográfico de 2010.

Da mesma forma, o Gráfico 6 traz a informação dos estrangeiros destes principais países que estavam residindo na Amazônia Legal brasileira na obtenção de seu RNE.

GRÁFICO 6: Participação relativa dos imigrantes estrangeiros dos países mais representativos do continente americano que residiam na Amazônia Legal brasileira quando obtiveram RNE segundo período de obtenção. Amazônia Legal brasileira, 2000-2020*.



* Os dados referentes ao ano de 2020 foram disponibilizados até o mês de maio.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Percebe-se, por este gráfico também, que existe uma gradual mudança do perfil dos estrangeiros residentes na Amazônia brasileira segundo seu país de nascimento. Notadamente há uma redução na participação dos norte-americanos, peruanos e bolivianos e aumento dos haitianos, sobretudo nos mesmos anos definidos a partir do Gráfico 5, de 2012 e 2016, e de venezuelanos a partir de 2017, quando se tornam protagonistas da imigração internacional na Amazônia brasileira.

Existe também uma significativa presença de colombianos e cubanos entre 2013-2015. No caso dos cubanos, deve ser resultado do Programa Mais Médicos do Governo Federal brasileiro, que perdeu força e posteriormente foi finalizado. Já para os colombianos, estes residiam basicamente no estado do Amazonas, bem próximo à fronteira limítrofe com seu país. Sabe-se que a cidade de Tabatinga, na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru possui muitos colombianos que optaram por morar em terras brasileiras por serem mais baratas do que na Colômbia e pela facilidade de cruzar a fronteira entre estes dois países.

Os gráficos apresentados dão mostras da maior representatividade de haitianos e venezuelanos – sobretudo na Amazônia brasileira – no período mais

recente. Sendo assim, o próximo tópico traz análises mais específicas destes estrangeiros mais representativos nos anos de 2012 e a partir de 2016.

CARACTERÍSTICAS DOS HAITIANOS E VENEZUELANOS QUE OBTIVERAM O RNE

Nos gráficos anteriores houve uma preocupação em mostrar dados para os estrangeiros que obtiveram seu RNE tanto em termos de local de entrada quanto com relação ao local de moradia. As análises mostraram que, em geral, os estrangeiros parecem ficar aguardando o RNE nos locais de entrada. Mas, para uma observação mais precisa disto, o Gráfico 7 traz os estrangeiros que entraram no país e permaneceram na mesma UF de entrada até a obtenção do registro, sejam de maneira geral, os haitianos e os venezuelanos.

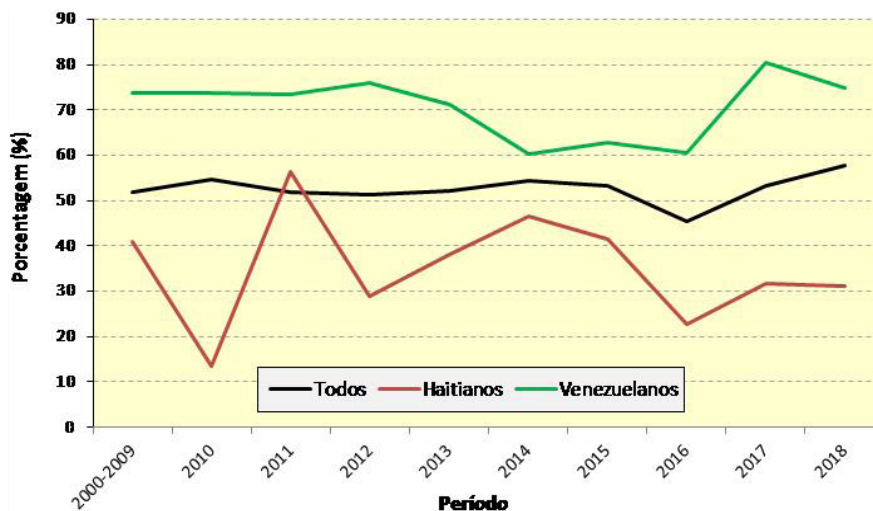
Pode-se perceber, a partir deste gráfico, que em média pouco mais da metade dos estrangeiros permaneceu na mesma UF de entrada até conseguir o registro, no período entre 2000 e 2017, aumentando um pouco para 2018 (57,6%). Porém, o perfil dos haitianos é bem diferente daquele dos venezuelanos no tocante a esta informação.

Enquanto esta média é de 35,1% para os haitianos (com valores entre 13,5% e 56,3%), para os venezuelanos é o dobro, de 70,7% (variando entre 60,3% e 80,4%), ou seja, os venezuelanos permaneceram muito mais sem mudar de UF até obter o registro de estrangeiro.

Em se tratando dos haitianos, os valores do gráfico oscilaram mais em função do número muito menor de pessoas observadas. Em 2000-2009 foram apenas 164, ao passo que em 2010 foram 111 e em 2011 um valor de 480. Assim, pequenas variações em números absolutos podem causar grandes oscilações no gráfico. A partir de então, os valores observados aumentaram muito, na faixa dos 4 mil (2012), 5 mil (2013), 10 mil (2014), 14 mil (2015), o pico de 42 mil (2016), 14 mil (2017) e 4 mil (2018).

E nos pontos de maior participação dos haitianos na Amazônia (2012 e 2016), as participações menores do gráfico foram, sobretudo, por conta dos fluxos mais representativos do Acre para Paraná, Santa Catarina e São Paulo (em 2016) e do Acre para Rondônia, São Paulo e Paraná, assim como do Amazonas para São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (em 2012).

GRÁFICO 7: Participação relativa dos imigrantes estrangeiros, haitianos e venezuelanos cuja UF de residência é a mesma da UF de entrada segundo período de obtenção do RNE. Brasil, 2000-2018.



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Já para os venezuelanos, os valores observados ficaram entre 678 e 1.111 neste período até 2016, sendo que em 2017 houve um pico máximo de 6.894 em função da grave crise na Venezuela como já mencionado.

Porém, percebe-se para todas as curvas uma tendência de aumento na participação entre 2016 e 2017, mostrando que em 2017 os estrangeiros se mudaram menos de UF em comparação a 2016. Já em 2018, no geral isto também ocorre, mas um pouco menos para o caso dos venezuelanos, uma vez que os valores se reduziram de 80% para 75% entre 2017 e 2018.

Continuando a tentativa de resgate da etapa migratória do estrangeiro que obteve seu RNE, a Tabela 1 traz os principais fluxos dos haitianos em 2012 e 2016 e dos venezuelanos em 2017 e 2018, conforme apontado pelos gráficos anteriores como sendo os mais representativos, mas desta vez especificando o município de residência do estrangeiro.

TABELA 1: UF de entrada e município de residência dos fluxos mais representativos dos haitianos e venezuelanos no Brasil em 2012, 2016, 2017 e 2018.

Haitianos em 2012

UF Entrada	Município de Residência	Valor	%
AM	Manaus (AM)	744	17,4
AC	Porto Velho (RO)	379	8,9
AM	São Paulo (SP)	363	8,5
SP	São Paulo (SP)	359	8,4
AC	São Paulo (SP)	207	4,8
AM	Macapá (AP)	128	3,0
AM	Curitiba (PR)	119	2,8
AM	Caxias do Sul (RS)	113	2,6
Sub-Total		2.412	56,4
Total haitianos		4.278	100,0

Haitianos em 2016

UF Entrada	Município de Residência	Valor	%
SP	São Paulo (SP)	3.770	8,9
AC	São Paulo (SP)	2.182	5,1
AC	Curitiba (PR)	1.286	3,0
AC	Cuiabá (MT)	1.056	2,5
AM	Manaus (AM)	802	1,9
AC	Chapecô (SC)	744	1,8
AC	Joinville (SC)	668	1,6
AC	Cascavel (PR)	539	1,3
AC	Itajaí (SC)	483	1,1
AC	Porto Alegre (RS)	454	1,1
SP	Cascavel (PR)	437	1,0
AC	Rio de Janeiro (RJ)	417	1,0
AC	Florianópolis (SC)	414	1,0
AM	São Paulo (SP)	408	1,0
Sub-Total		13.660	32,2
Total haitianos		42.423	100,0

Venezuelanos em 2017

UF Entrada	Município de Residência	Valor	%
RR	Boa Vista (RR)	4.543	65,9
RR	Pacaraima (RR)	291	4,2
RR	Manaus (AM)	195	2,8
Sub-Total		5.029	72,9
Total venezuelanos		6.894	100,0

Venezuelanos em 2018

UF Entrada	Município de Residência	Valor	%
RR	Boa Vista (RR)	16.520	54,0
RR	Pacaraima (RR)	5.693	18,6
AM	Manaus (AM)	2.945	9,6
SP	São Paulo (SP)	545	1,8
PR	Curitiba (PR)	369	1,2
Sub-Total		26.072	85,3
Total venezuelanos		30.566	100,0

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

A Tabela 1 mostra que mais da metade dos haitianos (56,4%) que obtiveram seu RNE em 2012 estavam residindo basicamente nas capitais do Amazonas, Rondônia, São Paulo, Amapá, Paraná ou Caxias do Sul (RS). Uma concentração visível pôde ser percebida nestes fluxos¹.

No ano de 2016, ganha importância a entrada dos haitianos por São Paulo, imagina-se que por via aérea, diferentemente da entrada em geral por via terrestre pelas fronteiras amazônicas e, sobretudo, a intensificação dos

1 Infelizmente não existe disponível a informação do município de entrada no país, apenas da UF de entrada nesta fonte de dados. Assume-se que a entrada seja pelas cidades situadas junto à fronteira na região amazônica, sendo Pacaraima (RR), Tabatinga (AM) e Brasília e Assis Brasil (AC).

fluxos migratórios com origem no Acre e destino a diversas capitais e cidades de estados principalmente da Região Sul do país. Também neste ano existiu uma desconcentração dos locais de residência, sendo que estes fluxos mais representativos correspondiam a perto de 1/3 do total de RNEs concedidas aos haitianos naquele ano.

Já no caso dos venezuelanos, em 2017 e 2018, estes basicamente entraram pela fronteira terrestre de Pacaraima (RR) com seu país e ficaram por lá ou se dirigiram para a capital Boa Vista ou para Manaus (AM) e aguardaram sua documentação nestes locais, correspondendo a 73% e 82% do total dos venezuelanos que obtiveram seu RNE para 2017 e 2018, respectivamente. Bem menor é a porcentagem dos venezuelanos que entraram no país diretamente via São Paulo ou Curitiba (menos de 2%).

TABELA 2: Haitianos e venezuelanos que obtiveram RNE em 2012, 2016-2020* segundo tempo de residência no Brasil (em anos).

(Em números absolutos)

Tempo no Brasil	Haiti						Venezuela					
	2012	2016	2017	2018	2019	2020	2012	2016	2017	2018	2019	2020
0	2.176	18.324	10.344	9.452	10.241	2.175	591	736	5.510	25.489	64.063	11.885
1	2.005	8.702	2.495	2.626	6.907	5.550	136	78	1.027	5.056	20.269	6.886
2	89	8.851	753	223	1.136	738	23	48	207	1.185	3.938	3.956
3	3	6.373	644	1.032	247	133	24	26	70	266	983	1.027
4	0	116	416	471	673	33	6	13	18	66	216	268
5	0	24	48	313	230	60	3	4	11	18	43	49
6+	0	33	8	91	249	63	15	31	41	155	206	53
Total	4.273	42.423	14.708	14.208	19.683	8.752	798	936	6.884	32.235	89.718	24.124

(Em porcentagem)

Tempo no Brasil	Haiti						Venezuela					
	2012	2016	2017	2018	2019	2020	2012	2016	2017	2018	2019	2020
0	50,9	43,2	70,3	66,5	52,0	24,9	74,1	78,6	80,0	79,1	71,4	49,3
1	46,9	20,5	17,0	18,5	35,1	63,4	17,0	8,3	14,9	15,7	22,6	28,5
2	2,1	20,9	5,1	1,6	5,8	8,4	2,9	5,1	3,0	3,7	4,4	16,4
3	0,1	15,0	4,4	7,3	1,3	1,5	3,0	2,8	1,0	0,8	1,1	4,3
4	0,0	0,3	2,8	3,3	3,4	0,4	0,8	1,4	0,3	0,2	0,2	1,1
5	0,0	0,1	0,3	2,2	1,2	0,7	0,4	0,4	0,2	0,1	0,0	0,2
6+	0,0	0,1	0,1	0,6	1,3	0,7	1,9	3,3	0,6	0,5	0,2	0,2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

* Os dados referentes ao ano de 2020 foram disponibilizados até o mês de maio.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

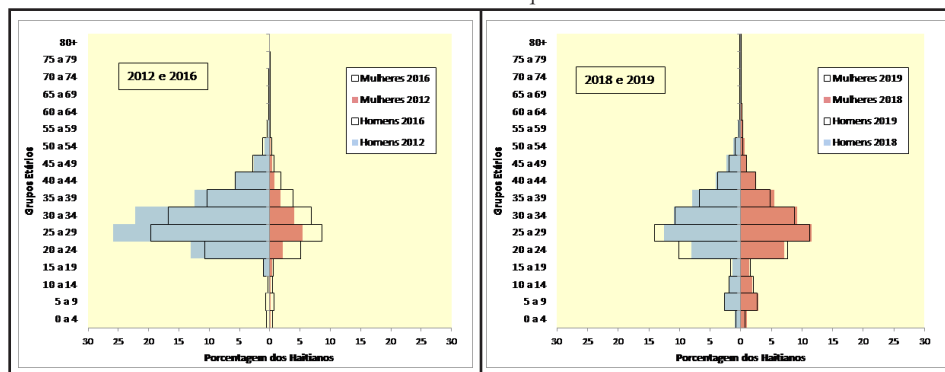
E este tempo de obtenção do registro não é grande (conforme já mencionado antes). A Tabela 2 mostra que a maioria dos haitianos e venezuelanos ficou menos de 1 ano no Brasil para obter.

As participações relativas variaram de 74% a 80% para os venezuelanos e chegaram a 70% para os haitianos. Para este último grupo, o ano de 2016 foi mais atípico, e parece ter havido um esforço para liberação de registros que estavam parados até ano, ocasionando a liberação de 42 mil registros.

E conforme mencionado anteriormente, deve-se analisar com cautela os dados do ano 2020, uma vez que se referem apenas aos 5 primeiros anos e para serem completamente comparáveis com os demais anos, seria necessário aguardar a consolidação anual. De qualquer forma, podem apresentar alguma tendência de aumento do tempo de obtenção dos registros para os estrangeiros de maneira geral.

O perfil dos haitianos e venezuelanos é bem diferente também em termos do sexo e idade, como mostram os gráficos 8 e 9.

GRÁFICO 8: Pirâmide etária dos haitianos que obtiveram RNE em 2012-2019.

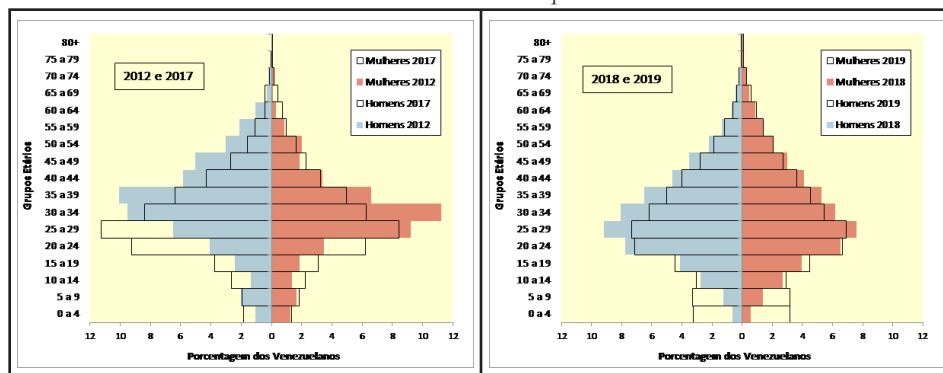


Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

A pirâmide etária dos haitianos mostra que houve uma leve desconcentração da participação de homens entre 20 e 39 anos de idade entre 2012 e 2016, em prol das mulheres destes grupos etários, assim como de grupos mais jovens. Tal é assim que, em 2012, os homens representaram 84,6% dos haitianos que obtiveram o RNE, valor que se reduziu para 70,5% no ano de 2016. Mas ainda a concentração era muito significativa, sobretudo para os homens de 25 a 34 anos de idade.

Mais recentemente, para os anos 2018 e 2019, não se observa uma participação muito maior de homens em relação às mulheres. O perfil etário dos imigrantes haitianos mudou significativamente, se caracterizando por uma migração mais familiar, sobretudo nas idades de 25 a 29 anos com filhos de 5 a 9 anos.

GRÁFICO 9: Pirâmide etária dos venezuelanos que obtiveram RNE em 2012-2019.



Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Para os venezuelanos, as pirâmides etárias desde 2012 já eram bem mais uniformes entre homens e mulheres, uma vez que a participação dos homens variou entre 54,6% em 2012 e 56% em 2017. Esta participação foi ainda menor para os dados mais recentes, sendo a proporção de homens de 53,5% em 2018 e 50,9% em 2019

Também pode-se perceber que parece ter havido certo rejuvenescimento da pirâmide entre 2012 e 2016, com o aumento da participação relativa dos grupos com menos de 30 anos de idade para os homens (e menos de 25 para as mulheres).

Da mesma forma que para o caso dos haitianos, a migração mais recente dos venezuelanos ficou muito mais familiar, com uma grande proporção de crianças sobretudo em 2019. Percebe-se também em 2018 e 2019 uma desconcentração de pessoas dos grupos etários de 20 a 35 anos, que eram grande maioria em 2017.

Assim, observando os gráficos 8 e 9, parece que os venezuelanos eram representados por um maior número de famílias, enquanto os haitianos por homens sozinhos, mas agora, a participação da migração familiar aumentou muito para ambos. Para conhecer mais sobre isto, a Tabela 3 traz estes estrangeiros segundo estado civil.

TABELA 3: Haitianos e venezuelanos que obtiveram RNE em 2012, 2016-2020* segundo estado civil.

(Em números absolutos)												
Estado Civil	Haiti						Venezuela					
	2012	2016	2017	2018	2019	2020	2012	2016	2017	2018	2019	2020
Solteiro	3.000	30.249	10.773	10.280	15.763	7.494	488	482	5.330	27.626	79.668	21.908
Casado	1.160	10.094	2.799	2.770	3.297	1.270	433	389	1.349	3.933	8.112	1.872
Viúvo	2	32	13	34	48	20	15	24	69	97	269	71
Outro	116	2.048	1.126	1.130	752	141	20	48	146	589	1.779	312
Total	4.278	42.423	14.711	14.214	19.860	8.925	956	943	6.894	32.245	89.828	24.163

(Em porcentagem)												
Estado Civil	Haiti						Venezuela					
	2012	2016	2017	2018	2019	2020	2012	2016	2017	2018	2019	2020
Solteiro	70,1	71,3	73,2	72,3	79,4	84,0	51,0	51,1	77,3	85,7	88,7	90,7
Casado	27,1	23,8	19,0	19,5	16,6	14,2	45,3	41,3	19,6	12,2	9,0	7,7
Viúvo	0,05	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	1,6	2,5	1,0	0,3	0,3	0,3
Outro	2,7	4,8	7,7	7,9	3,8	1,6	2,1	5,1	2,1	1,8	2,0	1,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

* Os dados referentes ao ano de 2020 foram disponibilizados até o mês de maio.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Os dados da Tabela 3 mostram que pouco mais de 70% dos haitianos que obtiveram RNE no Brasil entre 2012 e 2017 declararam ser solteiros, e por volta de 20% casados. Em 2019 e 2020, aumentou significativamente a participação de solteiros, com valores de 79% e de 84%, respectivamente. Isto pode parecer inconsistente com a análise das pirâmides etárias (Gráfico 8), uma vez que foi afirmado que aumentou a proporção de famílias, e assim seria de se esperar que aumentasse também o peso relativo dos casados. Porém, deve-se lembrar que o aumento da proporção dos solteiros ocorre em função justamente das crianças que estão em maior número, e declaram ser solteiras.

Já com relação aos venezuelanos, até 2016 os solteiros eram pouco mais da metade (51%) e pouco mais de 40% os casados.

Estes números se modificaram em 2017, sendo 77% os solteiros e menos de 20% os casados. Ou seja, neste ano se modificou o perfil dos venezuelanos em termos do estado civil, ocorrendo um aumento significativo dos solteiros em contraste com os casados. Parece ter se alterado a estratégia da migração neste ano em questão.

E a partir de então, a proporção de solteiros aumenta ainda mais, chegando a 91% nos primeiros meses de 2020. A mesma análise dos haitianos pode ser feita aqui, sendo os solteiros representados inclusive pela maior participação de crianças nos anos mais recentes de estudo.

Por fim, para verificar se houve modificação nas profissões, a Tabela 4 traz as principais para os haitianos e venezuelanos também nestes anos selecionados como sendo os de maior representatividade destes subgrupos populacionais¹.

1 No ano de 2017 não foram liberados dados de profissão.

Comparando-se o perfil dos venezuelanos com o dos haitianos em termos de profissões, percebem-se diferenças marcantes. Os venezuelanos possuíam uma maior participação de estudantes (25% em 2012 e 19% em 2016 e 2019), ou então profissões que exigem mais qualificação, como engenheiros, médicos, professores e até dirigentes até 2016. E aqueles sem ocupação representaram menos de 5% em 2016 e 2019.

Por outro lado, no caso dos haitianos, as profissões que foram mais declaradas exigem uma menor qualificação, como por exemplo, pedreiros, mecânicos, padeiros, eletricitas, vendedores no comércio, etc. Os estudantes eram apenas 2% em 2012 e 6% em 2016, bem menos que os venezuelanos. Porém chegaram a 15% em 2019. E aqueles sem ocupação variaram de 8,5% a 9,1% entre 2012 e 2016, mas eram quase 20% em 2019.

Pode-se perceber então, que os venezuelanos até 2016 deveriam estar conseguindo uma colocação melhor no mercado de trabalho do que os haitianos, ou até mesmo um amparo legal mais específico.

Porém, dados mais recentes mostram que os venezuelanos não mais declararam uma profissão mais qualificada em comparação com os haitianos. Além de estudantes, informaram prendas domésticas, vendedores no comércio e pedreiros, por exemplo.

TABELA 4: Haitianos e venezuelanos que obtiveram RNE em 2012, 2016 e 2017 segundo profissões mais representativas.

Venezuelanos

2012			2016			2019		
Profissão	Valor	%	Profissão	Valor	%	Ocupação	Valor	%
Estudante	235	24,6	Estudante	183	19,4	Estudante	17.082	19,0
Engenheiro	133	13,9	Outra não classificada	113	12,0	Prendas domésticas (lides do lar)	8.384	9,3
Médico	91	9,5	Engenheiro	99	10,5	Menor (criança não estudante)	7.824	8,7
Outra não classificada	70	7,3	Sem ocupação	45	4,8	Vendedor/empregado no comércio	6.857	7,6
Oficial	58	6,1	Médico	44	4,7	Pedreiro	6.128	6,8
Prendas domésticas (lides do lar)	54	5,6	Professor	42	4,5	Outra não classificada	4.376	4,9
Profissional liberal	51	5,3	Diretor, gerente ou proprietário	37	3,9	Sem ocupação	4.308	4,8
Dependente de titular de visto temporário	37	3,9	Prendas domésticas (lides do lar)	36	3,8	Mecânico	2.904	3,2
Diretor, gerente ou proprietário	37	3,9	Dependente de titular de visto temporário	31	3,3	Cozinheiro	2.868	3,2
Sub-total	766	80,1	Economista	28	3,0	Barbeiro	2.642	2,9
Total	956	100	Oficial	28	3,0	Professor	2.523	2,8
			Profissional liberal	27	2,9	Motorista	1.532	1,7
			Menor (criança não estudante)	26	2,8	Profissional Liberal	1.488	1,7
			Biólogo	18	1,9	Porteiro/ Doméstico	1.316	1,5
			Sub-total	757	80,3	Eletricista	1.235	1,4
			Total	943	100	Administrador	1.224	1,4
						Sub-Total	72.691	80,9
						Total	89.828	100,0

Haitianos

2012			2016			2019		
Profissão	Valor	%	Profissão	Valor	%	Ocupação	Valor	%
Pedreiro	1.398	32,7	Outra não classificada	9.121	21,5	Sem ocupação	3.880	19,5
Outra não classificada	972	22,7	Pedreiro	8.016	18,9	Outra não classificada	3.314	16,7
Sem ocupação	364	8,5	Sem ocupação	3.849	9,1	Estudante	3.000	15,1
Mecânico	156	3,6	Padeiro	2.840	6,7	Vendedor/empregado no comércio	1.523	7,7
Padeiro	129	3,0	Estudante	2.605	6,1	Pedreiro	1.428	7,2
Eletricista	102	2,4	Vendedor/ empregado no comércio	2.291	5,4	Menor (criança não estudante)	843	4,2
Estudante	102	2,4	Mecânico	1.357	3,2	Cozinheiro	460	2,3
Vendedor/empregado no comércio	80	1,9	Cozinheiro	1.279	3,0	Trabalhador agrícola	451	2,3
Carpinteiro	72	1,7	Trabalhador agrícola	811	1,9	Prendas domésticas (lides do lar)	423	2,1
Porteiro	71	1,7	Diretor, gerente ou proprietário	780	1,8	Mecânico	402	2,0
Sub-total	3.446	80,6	Eletricista	737	1,7	Padeiro	357	1,8
Total	4.278	100	Professor	716	1,7	Sub-Total	16.081	81,0
			Sub-total	34.402	81,1	Total	19.860	100,0
			Total	42.423	100			

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Portal de Imigração Laboral, SISMIGRA.

Deve-se chamar atenção para o fato de que o dado informado mudou de “profissão” para “ocupação”, o que poderia modificar um pouco os valores, mas mesmo assim foi detectada uma mudança substancial no perfil dos migrantes venezuelanos com relação a seu trabalho.

Observando seus números absolutos, aumentaram de 956 em 2012 para 943 em 2016 e para quase 90 mil em 2019. E se a migração era bem qualificada com poucas pessoas, agora são muito mais pessoas e famílias com menor qualificação, que fogem da crise econômica e política na Venezuela.

Já entre os haitianos, diminuiu significativamente a proporção de pedreiros entre 2012 e 2019 (de 33% a 7%, respectivamente), aumentaram os migrantes sem ocupação (de 8% a 19%), assim como de estudantes (de 2% a 15%). Para os haitianos, embora a maioria das profissões ou ocupações seja de baixo nível de qualificação, seria interessante saber mais sobre a categoria de “outra não classificada”, que sempre esteve nas duas primeiras posições das tabelas de 2012, 2016 e 2019. Este quesito parece não ser muito adequado para captar as profissões principais dos haitianos. Mas infelizmente não podemos abrir mais esta informação agregada desta forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram que houve mudanças importantes no perfil dos estrangeiros que obtiveram seu Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) no Brasil, e mais especificamente na Amazônia brasileira, e não se pode se valer apenas dos dados do Censo Demográfico de 2010 para analisar estes migrantes estrangeiros. O período pós-2010 mostra, sobretudo, a presença marcante de haitianos e mais recentemente de venezuelanos, que não apareciam no ano 2010.

Os pesquisadores necessitam procurar fontes alternativas de dados aos censos demográficos para realmente analisar o período mais recente, ainda mais neste momento em que não se sabe ao certo o futuro do censo 2020.

Neste sentido, este trabalho procura mostrar ainda mais a importância desta fonte de dados governamental para migrantes internacionais, e o perfil dos haitianos e venezuelanos que obtiveram seus registros no país.

Por meio dos gráficos e tabelas mostrados, foi possível inferir análises que resultaram em algumas conclusões para aqueles estrangeiros que obtiveram seu RNE no Brasil no período 2000-2020 (estrangeiros documentados):

-
- 1) Parece haver uma diminuição gradativa no tempo de obtenção do RNE no decorrer do período abordado;
 - 2) A maioria dos estrangeiros que conseguiram seu RNE era natural do continente americano (mais de 60%);
 - 3) Os estrangeiros documentados naturais do continente americano eram ainda mais representativos na Amazônia Legal brasileira (mais de 80%), tanto para os que entraram quanto para aqueles que residem na Amazônia brasileira;
 - 4) Os principais estrangeiros documentados que entraram pela Amazônia são do Haiti ou Venezuela;
 - 5) Os haitianos que entraram pela Amazônia correspondiam a 61% dos estrangeiros documentados em 2012 e 88,7% em 2016;
 - 6) Os venezuelanos correspondiam a 84% dos estrangeiros documentados que entraram pela Amazônia em 2018 e 94% daqueles que residiam ali em 2019;
 - 7) Em comparação com os haitianos, os venezuelanos documentados possuíam profissões mais qualificadas, representavam mais famílias, possuíam uma idade mais concentrada nos 20 aos 29 anos de idade (enquanto os haitianos de 20 a 39 anos de idade) até 2016, conseguiram obter o RNE com um pouco menos de tempo de residência no Brasil, seus fluxos eram mais concentrados na entrada por Roraima e residência em Boa Vista (capital de RR) e 60% a 80% deles apresentaram mesma UF de residência e de entrada no país;
 - 8) A partir de 2017, os migrantes venezuelanos começam a ser muito mais representativos na Amazônia Legal brasileira, e muda significativamente suas características, com uma migração com mais crianças, e menor qualificações, sem dúvida fugindo da crise econômica e política instauradas em seu país;
 - 9) Observando-se gráficos como o 5 e o 6, podemos inclusive definir momentos distintos de entrada de migrantes estrangeiros na Amazônia: de 2000 a 2010, com a maior participação de peruanos e bolivianos; de 2012 a 2016, com o surgimento mais expressivo dos haitianos; e de 2017 em diante, caracterizado pela presença muito mais significativa dos venezuelanos, chegando a 94% em 2019 para os residentes na Amazônia brasileira.

Análises como estas são de extrema importância para a adequada elaboração de políticas sociais por parte de órgãos públicos e organizações não

governamentais, especialmente no tocante ao recebimento e melhor assimilação de migrantes estrangeiros no Brasil, e ainda mais nas cidades de entrada e de residência destes migrantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, R. et al. Novos espaços das migrações internacionais no estado de São Paulo: uma análise do período recente a partir do município de Campinas. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, Poços de Caldas, MG, 2018.

JAKOB, A.A.E. A Migração recente na Amazônia Brasileira: como analisar? In: Baeninger, R. et al. (orgs) **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, p.251-259.

_____. Mobilidade populacional na Amazônia brasileira. Seminário internacional reservas da biosfera, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável da Pan-Amazônia. **Anais...**, Foz do Iguaçu, PR, 2015.

_____. A migração de estrangeiros na Amazônia brasileira nos anos 2000. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, São Pedro, SP, 2014.

_____. Aspectos da migração na Amazônia brasileira nos anos 2000. XXIX Congresso Latinoamericano de Sociología ALAS 2013. **Anais...**, Chile, 2013.

MAGALHÃES, L.F.A et al. Novos olhares para migração de mulheres: haitianas, angolanas, venezuelanas e bolivianas na cidade de São Paulo – SP. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...**, Poços de Caldas, MG, 2018.

Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Portal de Imigração Laboral**, SISMIGRA. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra> (acesso em 31 de agosto de 2020)

ANÁLISES PRELIMINARES DA 'INDÚSTRIA DAS MIGRAÇÕES' EM RORAIMA

*Janison Machado de Albuquerque
Márcia Maria de Oliveira*

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte do Projeto de Dissertação de Mestrado em processo de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). A pesquisa, se encontra no final da sua primeira fase subsidiada por amplas análises documentais e revisão teórica acerca do tema. Fechada esta primeira fase, as conclusões preliminares apontam para a existência sistêmica de uma Indústria das Migrações em pleno funcionamento em Roraima dado o volume de negócios e a circulação de economias vinculadas ao fato migratório observados nesta pesquisa.

ESTRUTURA, CARACTERÍSTICAS E ATORES, ANÁLISE A PARTIR DAS AÇÕES HUMANITÁRIAS EM RORAIMA

Com vistas à compreensão ainda que resumidamente sobre o tema migração internacional e a atual migração venezuelana em Roraima, é importante trazer à baila as cifras quantitativas envolvidas nos processos migratórios, ao passo que estimativas da Organização Mundial das Migrações (OIM), reportam que no ano de 2019 cerca de 272 milhões pessoas viviam em países distintos de seu país de origem, o que corresponde a 3,5% da população mundial, quantitativo que no período de 2010 a 2019 se mantém estável em relação, no entanto repercute uma tendência de aumento com perspectivas de mais pessoas migrando em países de uma mesma região (OIM, 2020)¹³.

De igual modo, em termos de regionalização dos deslocamentos migratórios observa-se que aos deslocamentos em direção ao Sul Global (incluindo os movimentos Sul-Sul e Norte-Sul) equivale aos deslocamentos para o Norte (considerando os movimentos Sul-Norte e Norte-Norte), ainda que a Europa e Estados Unidos sejam os destinos mais requisitados (WENDEN, 2016).

¹³ Informe sobre Las Migraciones en el Mundo 2020, disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2020-capitulo-2>. Acesso em 22/06/2020.

Esses deslocamentos sul-sul se relacionam com as restrições que os países do Norte e Europa impelem aos migrantes (DE HAAS, 2009; PHELPS, 2014), o que expõe a contradição do sistema socioeconômico vigente, qual seja, “O ‘Mundo Sem Fronteiras’ é parte da definição da globalização, mas não se aplica ao movimento de pessoas.” (MARTINE, 2005), de outra forma, ao mesmo tempo em que a globalização alimenta a livre circulação de capitais, impõe cada vez mais restrições ao movimento de pessoas, assim, a globalização comporta um processo, seletivo, excludente e segregador (VASCONCELOS, BOTEGA, 2015).

Ipsa facto, as migrações Sul-Sul em especial àquelas ocorridas na América Latina na última década, refletem a complexidade e diversidade das migrações internacionais, ao mesmo tempo instigam abordagens teórico-metodológicas com vistas à compreensão dos movimentos migratórios entre e para os países da região (BAENINGER, 2018).

No mesmo sentido, segundo Pereda et al, 2019, diante das desigualdades econômicas inerentes a globalização, no sentido que as mantém e realimenta, um recente desenho migratórios surge na América Latina.

Nesse contexto se insere a condição da República Bolivariana da Venezuela, que envolta num caos socioeconômica e político, dispersa um número crescente de refugiados e migrantes, da ordem de 695 mil no final de 2015 e atinge 4 milhões em meados de 2019, um segmento de países da região recebem grande parte dos venezuelanos, quais sejam, Colômbia na ordem de 1,3 milhão, Peru 781 mil, Chile 288 mil, Brasil 168 mil, a Argentina com 130 mil (OIM, 2020). Antes disso, a partir de 2010 ocorre no Brasil um incremento de novos deslocamentos migratórios do sul global, nacionais oriundos do Haiti, Bolívia, Senegal, entre outros, diversificam esses movimentos (CAVALCANTI, OLIVEIRA, 2016).

Nessa acepção, segundo dados Polícia Federal (BRASIL, 2019), observa-se no período de 2015 a 2019 que o número de venezuelanos solicitantes de refúgio no Brasil cresceu de forma exponencial, passando de 830 em 2015, 3.385 em 2016 e 17.942 em 2017, 62.295 em 2018 e 19.626 até abril 2019, desse total cerca de 83.000 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ocorreram em Roraima, destaca-se ainda que até abril de 2019 cerca de 47.000 venezuelanos residiam em Roraima.

A situação em Roraima se agrava diante da carência de políticas públicas integradas no Estado, nas áreas de saúde, educação, mercado de trabalho (RUEDIGER, et al., 2018), assim, muitos migrantes são compelidos a condições de vulnerabilidade, miséria, desemprego, marginalização, prostituição, violência e xenofobia (SILVA; SOUSA, 2019).

A dinâmica migratória venezuelana em Boa Vista-RR teve como efeito o surgimento de uma indústria da migração no Estado. Em meados de 2017 observa-se a implantação de escritórios de agências internacionais, centros de referência, abrigos, estruturas até então incomuns na região. Muitas empresas prestadoras de serviços se fixaram em Roraima coordenadas pelas das forças armadas na assunção dos abrigos (VASCONCELOS, SANTOS, 2019).

Diante da complexa situação circunscrita no âmbito do Estado de Roraima, a presente pesquisa buscou compreender a sistematização e estruturação da indústria da migração em Roraima observando o volume de negócios e a circulação da economia no Estado a partir do advento das migrações venezuelanas.

Nesta perspectiva buscamos aprofundar o conceito da indústria da migração e identificar quais as interligações e interconexões que ela estabelece entre os diversos atores que a compõe no Estado de Roraima. Nessa acepção, a pesquisa no que se refere à natureza se caracteriza como exploratória, de abordagem qualitativa, quanto aos instrumentos de coleta de informações utilizou-se análise documental, por meio, artigos científicos, dissertações, teses, livros, *sites oficiais* do Estado, entre outros.

A justificativa da pesquisa surge em razão da percepção de novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Além dos venezuelanos, outros migrantes passam a percorrer a nova rota denominada pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” (BAENINGER, et al, 2018). Além disso, há um campo aberto de estudos a cerca dos atores na organização social da migração internacional (HERNÁNDEZ LEÓN, 2013, p. 24). Dessa forma, proposta de pesquisa amolda-se ao cenário complexo de migrações regionais e busca aprofundar este contexto à luz das teorias migratórias.

ASPECTOS CONCEITUAIS DA INDÚSTRIA DA MIGRAÇÃO E SUA INTERDEPENDÊNCIA COM AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Os novos conceitos e definições da situação migratória (SAYAD, 1998) em nível mundial são absurdamente marcados pela violência (BAUMAN, 2017) e pela expulsão compulsória (SASSEN, 2016) que se fazem notar também na Amazônia (OLIVEIRA, 2016), região onde ainda há poucos estudos sobre esta nova conjuntura migratória (OLIVEIRA & DIAS, 2020).

Nos últimos séculos as migrações internacionais ganham relevância em razão do colonialismo, industrialização e desenvolvimento do capitalismo mercado, influenciados pelo processo de globalização, que favorece os movimentos migratórios e vislumbram por novas oportunidades de trabalho e padrões de vida, caracterizando a questão econômica como principal fator que desencadeia as migrações (ALMEIDA, 2018).

Nessa abordagem a imigração constituiu um fato repleto de elementos importantes na construção do Estado-Nação, refletidos na presença da população migrante e todas as suas consequências culturais, econômicas, políticas e sociais, de certo a população migrante trás consigo uma bagagem cultural, étnica e religiosa, heranças sociais e econômicas que lhe conferem uma identidade (MAHLKE, 2005).

Por esse prisma, conforme expõe Reis (2004) o Estado detém o monopólio sobre mobilidade e controle sobre a nacionalidade das pessoas, a autor complementa: “A imigração, uma vez que subverte a relação povo/Estado/território obriga o Estado a formalizar, por meio de políticas de imigração e cidadania, as regras de acesso ao território e à nacionalidade” (REIS, 2004, p. 154). O crescimento de processos migratórios é uma característica do panorama atual, as tensões e conflitos que advém a partir desses movimentos internacionais constituem um dos grandes desafios políticos contemporâneos (MOREIRA, 2017).

Paliativos às migrações, a exemplo da existência dos campos de detenção nos EUA e Europa, igualmente aos abrigos de migrantes instalados em Roraima, espelham as exclusões abissais, como mecanismos de regulação da violência, apropriação de vida e de recursos, em grande medida são os resquícios da colonialidade (SANTOS, 2018), presentes ainda hoje no Sul geográfico.

Nesse sentido, frente à importância da temática migratória no Estado, é impensável tratar do gerenciamento das migrações, ou da própria migração sem, contudo abordar a indústria que a envolve, sua complexidade, e o conjunto de atores que facilita, sustenta e expande a mercantilização do processo de mobilidade internacional, assim as migrações constituem um grande negócio (GAMMELTOFT-HANSEN; SORENSEN, 2013).

Outrora, a concepção das migrações como negócio tem sua gênese nos trabalhos de Harney (1977), Salt e Stein (1997), Kyle e Liang (2001) e Catles e Miller (2009), que abordam sob a perspectiva restrita das organizações criminosas, tráfico de mulheres, crianças, órgãos, entorpecentes, entre outros.

Para além do comércio ilegal, Hernández León (2012, p. 41), considera que a indústria da migração corresponde basicamente a: “[...] es el conjunto de empresarios,

negocios e infraestructuras que, motivados por la búsqueda de ganancias económicas, prestan servicios que facilitan y sostienen la migración internacional.”.

Na concepção do autor, essa indústria inclui atividades legais, ilegais, formais, informais, e as interações e articulações de atores chaves no processo de migração internacional, a saber: governos, empregadores, migrantes e suas redes, e as organizações defensoras de migrantes.

Logo, a indústria da migração e o mercado da migração, tem desempenhado um papel central e crescente de facilitação, controle e resgate das migrações. Em primeiro lugar reflete o rol de atores especialmente motivados pelo lucro que permeiam atividades relacionadas com a mobilidade humana, em segundo compreende o modo que a mobilidade humana está sujeita ao gradual processo de mercantilização (BETTS, 2013, p. 45).

Por outro lado, atores não estatais se relacionam com a indústria das migrações sem almejar a lucro financeiro, a exemplos das ONGs, movimentos sociais ou religiosos, as redes de migrantes (GAMMELTOFT-HANSEN; SORENSEN, 2014), constituem por sua vez a chamada indústria do resgate (AGUSTÍN, 2009).

Diante do resumido aporte teórico é possível categorizar a indústria migração em três áreas, não sendo exaustivo e nem delimitando sumariamente a atuação dos atores, que podem em maior ou menor grau está envolvidos ao mesmo tempo nas fases da indústria. O Estado, por exemplo, se mostra presente nos três planos de ação. O quadro a seguir que demonstra a infraestrutura basilar da indústria da migração.

QUADRO 1: INDÚSTRIA DA MIGRAÇÃO			
FASES			
	FACILITAÇÃO	CONTROLE	RESGATE
ATORES	<ul style="list-style-type: none"> - Estado - Rede de Migrantes - Contrabandistas - Recrutadores - Transportadores Informais - Agiotas - Prestadores de documentos falsos - Agencias de viagens 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado - Empresas privadas/transnacionais - Centro de detenção - Regressos forçados - Terceirizados 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado - Agencias internacionais - ONGs - Universidades - Movimentos Sociais - Organizações religiosas - Rede de migrantes - Centros de Informação de Filantropia - Projetos Sociais

Fonte: Adaptado de Moreira (2016).

Os arranjos cooperativos entre os atores estatais e não estatais, elucidada várias perspectiva, quais sejam, o Estado financia a indústria migratória com interesse, ao delegar as atividades a terceiros não diminui o seu poder, uma vez que é assegurada sua competência em controlar a gestão dos movimentos migratórios, por outro prisma, permite compreender a influência da indústria da migração sobre a governança migratória e como essas condutas evidenciam a reestruturação das redes de ações estatais na transformação da dinâmica nas relações desses atores (BASSI, 2015, p. 4).

A MIGRAÇÃO VENEZUELANA E A INDÚSTRIA DA MIGRAÇÃO EM RORAIMA

A situação econômica do sistema capitalista global reflete o processo de ciclos, com preponderância do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, a mobilidade e o volume das transações realizadas no mercado internacional pode rapidamente resultar em problemas cambiais em um Estado-Nacional. A análise do retrospecto histórico da Venezuela demonstra que há uma relação direta entre a economia e a valorização e queda do preço do petróleo no cenário internacional (CARVALHO, 2017).

A partir de agosto de 2017 sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos, comprometem ainda mais a situação econômica com impacto principalmente sobre a população, em termos de saúde e mortes prematuras, além da influenciar as migrações venezuelanas (CEPR, 2019)¹⁴. No contexto da América do Sul e particularmente no Brasil, da segunda década do século XXI em diante, o país recebe novos movimentos advindos de países de reduzida ou ausente tradição com destino ao território brasileiro (CASTRO, OLIVEIRA, 2018).

Nesse lance, a partir de 2015 as migrações venezuelanas forçadas são os movimentos mais representativos, em face do desabastecimento de alimentos e produtos de primeira necessidade (JAROCHISNKI SILVA, 2017), sendo os problemas de ordem econômica e política os fatores de maior peso para as migrações com destino ao Brasil (SIMÕES et al, 2017).

Segundo RUSEISHVILI, et al (2018), no período de 2016 a 2017 os governos estadual e municipais de Roraima adotaram um modelo de gestão com ênfase na securitização e ajuda humanitária, ao assumir a responsabilidade de controle e

¹⁴ Center for Economic and Policy Research, Sanções Econômicas como punição Coletiva: O Caso da Venezuela, disponível em no sítio /<https://www.cepr.net/>, acesso em 31/08/2020.

regularização migratória, enquanto se exclui de outras funções ao delegar a sociedade civil atribuições de acolhimento, em termos de moradia, alimentação e inclusão laboral.

O Governo Federal só passou a atuar no início de 2018, com edição da Medida Provisória nº 820, convertida em Lei nº 13.684/18, que estabelece medidas de assistência emergencial aos migrantes, ao abordar a situação migratória como “crise” humanitária emergencial, cria o Comitê de Assistência Emergencial, a lei objetiva articular ações integradas entre os governos federal, estaduais, distrital e municipal, como instrumento de cooperação federada.

A referida norma compôs o cerne das ações do governo federal, que hoje atua por meio das Operações Acolhida e Controle disseminada sob três eixos: (i) ordenamento de fronteira, documentação, vacinação e operação de controle do Exército Brasileiro, (ii) acolhimento, oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde, e (iii) interiorização, deslocamento voluntário de venezuelanos de Roraima para outras Unidades da Federação, com o objetivo de inclusão socioeconômica.

A Operação Acolhida atua mediante uma estrutura composta pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial¹⁵, e parceiros como, órgãos dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, entes federativos, organizações da sociedade civil, entidades privadas, especialistas e organismos internacionais. Em três anos de Operação, já foram realizados cerca de 890 mil atendimentos na fronteira, implantados 13 abrigos para acolhimento de migrantes, e 35 mil migrantes foram interiorizados¹⁶.

Por esse prisma a Operação Acolhida se desenvolve no modelo de governança que inclui inúmeros atores, todavia, é essencialmente militarizada com pouca atuação de agentes civis em termos de formação da temática migratória, além de possuir foco nas migrações venezuelanas em detrimento de migrações de outras nacionalidades, apesar da visibilidade internacional do estado brasileiro decorrente da mobilidade de pessoas nas fronteiras amazônicas, as políticas para a região se mostram incapazes de trazer benefícios aos imigrantes e refugiados (JAROCHISNKI SILVA, BAENINGER, 2020).¹⁷

Em razão disso Simões e Rocha (2018, p. 80), refletem: “[...] a ideia de governança global confere importante ferramenta analítica para compreender a gestão multidimensional da gestão da situação migratória no Estado de Roraima”. Os autores ao discutir a situação atual da migração venezuelana,

15 Resolução Nº 12, de 12 de agosto de 2020, Publicada no Diário Oficial da União em: 13/08/2020 | Edição: 155 | Seção: 1 | Página: 5, Órgão: Presidência da República/Casa Civil/Comitê Federal de Assistência Emergencial. Dispõe sobre a Secretaria-Executiva e as Assessorias de Comunicação e da Gestão da Informação do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE).

16 Informações disponíveis no sítio <https://www.gov.br/acolhida/>, acesso em 24/06/2020.

17 Artigo a ser lançado na Revista Sociologias do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS.

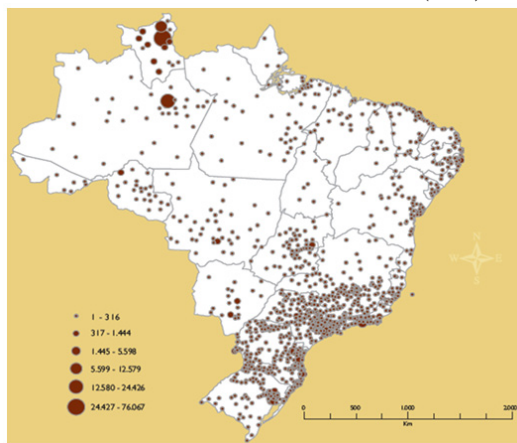
abordam a complexidade da situação migratória em termos dos inúmeros atores envolvidos, governamentais, segmentados em municipais, estaduais e federais, e não governamentais divididos em agências internacionais e sociedade civil, além dos pressupostos legais no âmbito nacional e internacional, e ainda os processos gerados por esses atores.

Observa-se que a governança migratória normalmente segue um esquema de estrutura global, que vem de cima para baixo (*top-down*), em que o processo de tomada de decisão não considera as especificidades domésticas e regionais (BRAZ, 2018).

A governança migratória em Roraima segue a mesma lógica, de forma que as políticas acerca dos movimentos migratórios são elaboradas pelas agências internacionais, sobretudo pelo Alto Comissariado das Nações Unidas – ACNUR com sede em Genebra na Suíça, e aplicadas por seus escritórios locais e pelos agentes governamentais e sociedade civil (SIMÕES; ROCHA, 2018).

A governança global das migrações, em conjunto com as ações governamentais não se limita ao Estado de Roraima, embora seja a unidade da federação com maior número de venezuelanos, o processo de interiorização dos migrantes dirigida pelo Estado Central tem o objetivo de inclusão laboral, repercutindo a expansão da indústria migratória. A imagem permite visualizar a situação dos venezuelanos no Brasil no período de 2000 a março de 2020.

IMAGEM 1: Venezuelanos no Brasil (2020)



Fonte: Atlas Temático-Migrantes Venezuelanos – NEPO/Unicamp.¹⁸

¹⁸ Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/atlasvenezuela.php>. Consultado em 16/12/2020.

Conforme expõem Cranston, Schapendonk e Spaan (2018, p. 546) “as condições prévias para a mercantilização das migrações advêm do neoliberalismo, ao incrementar o livre comércio de serviços e a estrutura de governança pública que prioriza a abertura de negócios privados ao terceirizar funções de gestão e controle de migração, antes públicas”.

Diante das informações coligidas é possível elucidar que em Roraima, o Governo Federal financia a Operação Acolhida por meio de recursos públicos, com apoio logístico das forças armadas, sendo que o acolhimento, e a gerência dos abrigos, e a interiorização dar-se mediante parcerias com ONGs e as organizações internacionais, mormente a ACNUR e OIM, e ainda com entidades da sociedade civil.

O *status* que compreende um mosaico de instituições que se entrelaçam, atuando nas fases de controle e resgate do migrante, compondo o que Secchi (2014, p.3) denomina como gestão multicêntrica, na qual considera como protagonistas no estabelecimento das políticas públicas, além do próprio agente estatal, outros atores, tais como, organizações não governamentais, se junta a essa abordagem, as teorias da governança pública e das redes de políticas públicas (*policy networks*).

Por outro lado, a governança migratória em Roraima não é pacífica, a ação em torno da demanda de migrantes venezuelanos que de início se deu por meio de ONG's e entidades da sociedade civil, foram substituída pela institucionalização das ações humanitárias, a partir da confluência da ACNUR, OIM, demais agência da ONU, e os representantes do governo estadual e federal. Ao mesmo tempo, a inserção das Agencias Internacionais, pôs em conflito os atores da sociedade civil e os representantes políticos do Estado, na disputa simbólica por prestígio e recursos econômicos, além da resistência à militarização da Operação Acolhida (SARMENTO E RODRIGUES, 2020).

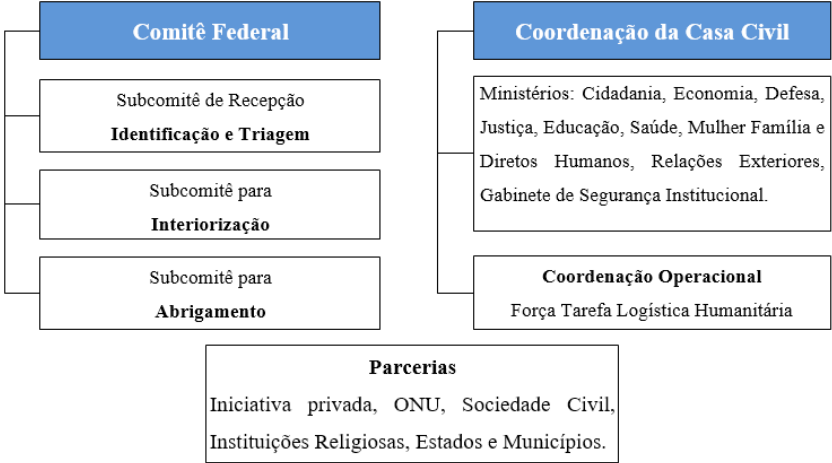
A esse respeito, vale apontar que a militarização como resposta ao ingresso de venezuelanos vai de encontro a Lei nº 13.445/17 (Nova Lei da Migração), fundamentada na premissa dos direitos humanos em contraponto a ideia de segurança nacional, outrossim, a acolhida de migrantes abarca a necessidade de documentação, abrigamento e acesso a direitos, aspectos que não correspondem as atribuições das FFAA¹⁹.

Apesar dos interesses de ordem social e econômica, as ações políticas ocorrem no contexto do aparato estatal, com influência em iniciativas e decisões

19 Relatório das Violações dos Direitos contra imigrantes venezuelanos no Brasil-CNDH jan/2018.

de diferentes origens, de certo que há interação do Estado e sociedade numa simbiose horizontal, ainda que conflituosa, para tratar dos problemas de natureza pública (SECCHI, 2014, p.3). O quadro abaixo demonstra a estrutura de governança da Operação Acolhida.

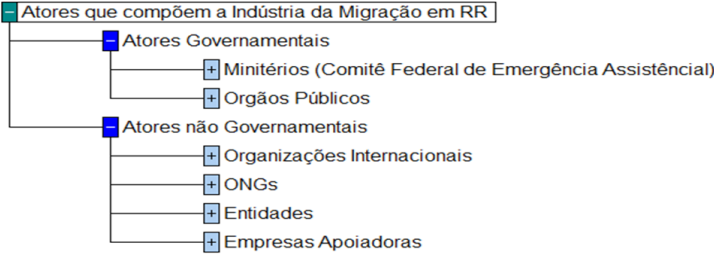
QUADRO 2: Estrutura de Governança Operação Acolhida (2020).



Fonte: Adaptado de Brasil (2020).

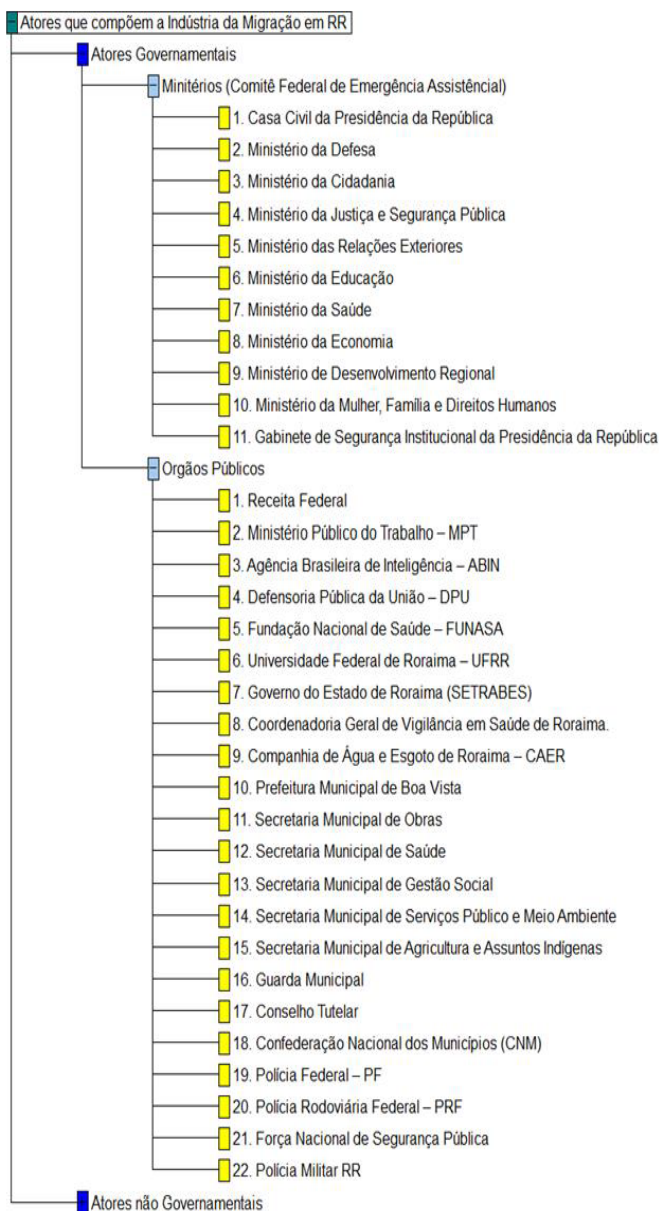
Em decorrência da estrutura apresentada é possível expandir especificidades dos atores participantes, em termos de categorias, subcategorias e características comuns, a imagem 2 demonstra a estrutura geral, enquanto que imagem 3 dá ênfase ao setor governamental, em seguida a imagem 4 prioriza o setor não governamental.

IMAGEM 2: Rede de atores da Operação Acolhida.



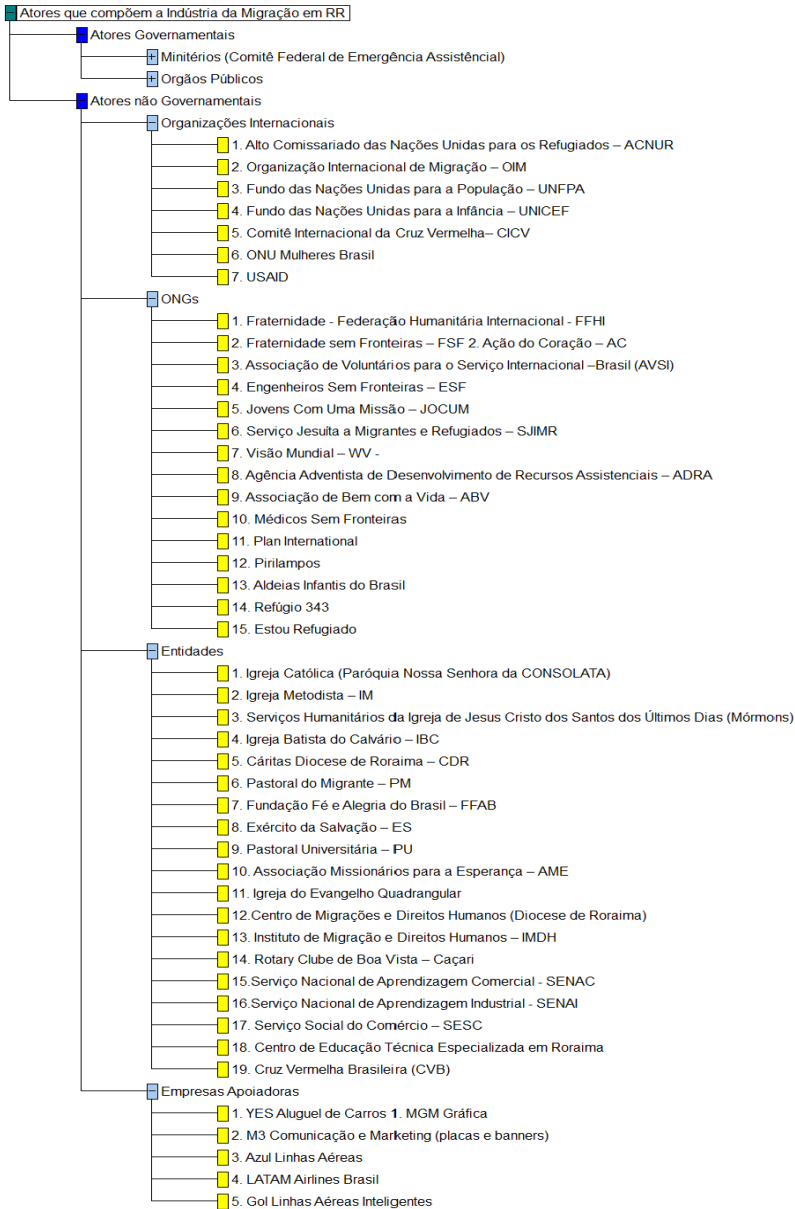
Fonte: Adaptado de Costa (2020).

IMAGEM 3: Rede de atores governamentais que atuam na Operação Acolhida.



Fonte: Adaptado de Costa (2020).

IMAGEM 4: Rede de atores não governamentais que atuam na Operação Acolhida.



Fonte: Adaptado de Costa (2020).

As estruturas arborescentes elencam 79 atores que realizam atividades nas ações humanitárias e emergenciais no âmbito da Operação Acolhida, algumas das quais já atuam desde 2015, ao passo de outras passaram a integrar o rol após 2018, com a configuração da Operação Acolhida.

A estrutura da Operação Acolhida contrasta com as fragilidades das ações do Estado brasileiro diante da situação migratória em Roraima, demonstradas pela fragmentação na coordenação de políticas migratórias e falta de sintonia entre as instâncias de poder (OLIVEIRA, 2019), ineficiência das condutas governamentais, ausência de integração e coordenação dos entes federados (ARAÚJO, PEREIRA & RODA, 2019) e baixa capacidade do Brasil na construção de políticas migratórias oriundas do imbróglio burocrático ou raso engajamento dos atores envolvidos (BARBOSA, 2015).

Por derradeiro, não se pode deixar de evidenciar o papel financeiro do Estado, na figura do Poder Executivo Federal, por meio da Ação Orçamentária 219C são investidos recursos para a implementação da Operação. Assim, nos exercícios de 2018, 2019 e 2020, o Governo Federal dispôs respectivamente os montantes aproximados de R\$ 265 milhões, R\$ 270 milhões e R\$ 303 milhões, valores que representam os orçamentos atualizados de recursos destinados ao acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras, recursos estes gerenciados pelo Ministério da Defesa.

Considerando apenas o ano de 2018, primeiro ano da Operação Acolhida, observa-se que o dispêndio com custeio atingiu a cifra de R\$ 152 milhões, sendo que os maiores favorecidos no referido ano correspondem: a Petrobrás Distribuidora SA com fornecimento de combustíveis e lubrificantes de aviação, valor executado de R\$ 34 milhões. A Raizen Combustíveis SA obteve a soma de R\$ 13 milhões. A empresa Multiteiner Comércio faturou R\$ 11 milhões, com serviço de locação de Contêineres. Na mesma linha, a empresa GHS Artex Construções Serviços e Reformas, para serviços de locação de Contêineres, percebeu recursos da ordem de 10,6 milhões²⁰.

Os recursos objetivam compor a logística e estrutura da Operação Acolhida, gerando lucro ao setor privado. Em 2018 os recursos financeiros foram descentralizados entre 52 Unidades Gestoras, no contexto de Roraima o braço estatal da indústria das migrações venezuelanas contempla recursos que foram distribuídos para quatro Unidades Gestoras responsáveis pela execução de

20 Informações disponíveis no sítio <https://www.portaltransparencia.gov.br/>, acesso em 05/08/2020.

aproximadamente R\$ 36 milhões em despesas, correspondendo 24% de todos os recursos pagos em 2018²¹, conforme recorte a seguir:

TABELA 1: Unidades Gestoras com valores empenhados, liquidados e pagos em 2018 na Ação 219C.

Ordem	Unidades Gestoras	Empenhado	Liquidado	Pago
01	120637 - GRUPAMENTO DE APOIO DE BOA VISTA	5.898.598,53	4.380.025,96	4.380.025,96
02	160352 - COMANDO DE FRONTEIRA DE RORAIMA/7 BIS	11.791.637,35	9.673.441,67	9.425.736,68
03	160353 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	21.710.497,85	7.853.116,42	7.853.116,42
04	160482 - COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	42.021.216,99	15.513.014,85	14.410.925,47
Total Geral		81.421.950,72	37.419.598,9	36.069.804,53

Fonte: Adaptado do Portal da Transparência do Governo Federal.

De acordo com o TCU (2018)²² os contratos centralizados são destinados para locação de overlays, contêineres, geradores e banheiro, alimentação e aquisição de gêneros alimentícios.

Diante da breve exposição bibliográfica do assunto em tela, é oportuno afirmar que o estudo não pretende esgotar o tema da indústria da migração, ao contrário busca uma aproximação conceitual com a perspectiva de melhor entendimento sobre o assunto, em face de sua incipiência, promovendo contribuições e exploração de novos horizontes de conhecimentos, pois a complexidade da migração internacional em Roraima é um fato social inédito e revela à ausência de políticas públicas destinadas a população local, bem como para aqueles que por sua condição e falta de perspectivas, são forçados a migrar para um único caminho possível, as adjacências de sua própria periferia. Portanto, o estudo promoveu análises gerais sobre o papel do Estado, a sociedade civil e das entidades não governamentais e as relações com o “grande negócio” das ações humanitárias e emergências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, num esforço didático a cerca do tema em ênfase, é imprescindível trazer à luz a definição de indústria, sob o viés econômico, que corresponde: “conjunto de

21 Informações disponíveis no site <https://www.portaltransparencia.gov.br/>, acesso em 13/12/2020.

22 Relatório de Auditoria Secex/RR-2018, disponível em www.tcu.gov, acesso em 13/12/2020.

atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias” (SANDRONI, 1999, p. 300). Doravante, a existência de indústria da migração, necessariamente implica a existência da matéria-prima, que em primeira instância é o próprio ser humano, adjetivado na imagem do migrante.

A analogia metafórica é provocativa e necessária, como tentativa de demonstrar a interdependência do binômio indústria-migração, no sentido de sua mutualidade exclusiva, ou seja, os termos se complementam e retroalimentam ao mesmo tempo em que configuram causa e consequência, acaso, se uma das partes se extingue a outra perde sua razão de existir. As crises do capitalismo reverberam as mesmas lógicas estatais, se por um lado as migrações ocorrem em razão de interesse econômico ou por sobrevivência, ao seu cabo o destino das migrações trata de encontrar caminhos para exercer a exploração continuamente, numa dinâmica permanente.

Adiante, as ações humanitárias e emergências legitimam a gênese da indústria migratória em Roraima, o entrelaço da multiplicidade de atores, seus conflitos e interesses difusos constituem um amplo campo de estudos, ainda pouco explorados e teorizados. Portanto, como recomendações de futuras pesquisas, se tem a necessidade de aprofundar a análise orçamentária dos recursos destinados às ações em prol da migração, especialmente no que tange a legalidade, economicidade, eficiência e sustentabilidade dos contratos públicos, em termos de controle cidadão da execução das políticas públicas, desde sua construção até as ações finalísticas, inclusive quando aos fundos e doações às organizações e entidades não estatais.

Outro ponto não tratado nesse artigo, diz respeito às “missões” das ONGs, no sentido de buscar uma compreensão sobre “a razão de ser” dessas entidades, observadas numa análise simplória de que elas são moldadas pelo voluntariado e interação de indivíduos para o bem comum, assim sendo, o capital social permeia suas ações. Longe de questionar o valor e a importância, a seriedade e a razão existencial destas agências, a sua atuação humanitária se converte em mecanismos essenciais para o funcionamento da indústria das migrações.

Em conclusão, ressalta-se que a pesquisa conseguiu alcançar o propósito que se destina, qual seja, conceituar a indústria da migração, bem como, compreender a composição da indústria das migrações no Estado de Roraima, destacando seus atores, fases e dinâmicas. A indústria da migração comporta evidências de ordem transnacional (MOREIRA, 2016) e interagências, na lógica do neoliberalismo e da globalização, em que a mercadoria ganha novos elementos, constituindo o migrante

como necessário, mas não desejado (MARTINE, 2000, p. 9), o que revela uma dicotomia das forças de poder no mundo capitalista que lida com as migrações como uma grande oportunidade de negócios. E, pelo que analisamos nesta pesquisa, esta oportunidade está sendo bem aproveitada pelos capitalistas de plantão e de prontidão.

REFERÊNCIAS

AGUSTIN, L. M. **Sex at the margins: migration, labour and the rescue industry**. London; New York: Zed Books, 2008.

ALMEIDA, Valquíria. Diálogos de Cooperação – Soberania estatal e políticas de controle migratório, 2018. **Arquivo Sobrevivência Anais do Seminário Internacional sobre migrações na pasta Bibliografia**.

ARAÚJO, PEREIRA, RODAS, Ações Estatais ou Políticas Públicas? Fronteiras, Fluxos Migratórios e Política Migratória, **Revista Franco-brasileira de Geografia**, Paris, n. 39, p. 1-15, 2019.

BAENINGER, Rosana et al. (Org.) **Atlas Temático: Observatório das Migrações – Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2020. 446 p.

BAENINGER, Rosana et al. **Migrações Sul-Sul**. 2ª edição. Campinas, SP: Nepo/ Unicamp, 2018.

BARBOSA, R. F., Reassentamento solidário e políticas públicas para refugiados no Brasil, **Universistas Relações Internacionais**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 17-23, jul-dez 2015.

BASSI, Marie. Politiques de contrôle et réalités locales: le cas du centre d'accueil (pour demandeurs d'asile) de Mineo en Sicile. **L'Espace Politique**, n. 25, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa Porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BETTS, Alexander. The migration industry in global migration governance. In: SORENSEN, Ninna Nyberg; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas (Org.) **The migration industry and the commercialization of international migration**. London and New York: Routledge, 2013.

BRAZ A. M. A Governança Migratória na América do Sul: a difusão de baixo para cima (bottom-up) do acordo de residência do mercosul, **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 303-320, abr. 2018.

CARVALHO, Reginaldo Pereira de. **O petróleo e a crise econômica venezuelana: impactos socioeconômicos na zona de fronteira Brasil-Venezuela no Período de 2008 à 2015**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia da Universidade Federal de Roraima, 2017.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The Age of Migration: international population movements in the modern world**. Basingstoke, UK: Palgrave, 2009.

CASTRO, OLIVEIRA, 2018, Desafios de Incorporação do Tema dos Direitos Sociais e Migração Internacional nas Políticas Públicas, 2018. **Arquivo Sobrevivência Anais do Seminário Internacional sobre migrações na pasta Bibliografia**.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; ARAUJO, D., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

COSTA, Renata Alves da. **Cooperação interagências: um estudo da relação civil-militar na operação acolhida (2018-2020)**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, 2020. Versão de Defesa.

CRANSTON, Sophie, SCHAPENDONK, Joris, SPAAN, Ernst. New directions in exploring the migration industries: introduction to special issue, **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 44:4, 543-557, 2018.

DE HAAS, H. Mobility and Human Development. **Human Development Research Paper**, p. 73, 2009.

GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas. SØRENSEN, Ninna Nyberg. **The Migration Industry and the Commercialization of International Migration**, Routledge, 2014.

HARNEY, R. F. **The commerce of migration**. Canadian ethnic studies/ Etdes ethniques du Canada, n. 9, p. 42-53, 1977.

HERNÁNDEZ LEÓN, R. 2013. "Conceptualizing the Migration Industry." In **The Migration Industry and the Commercialization of International**

Migration, edited by T. Gammeltoft-Hansen and N. Nyberg Sorenson, 24–44. Oxford: Routledge.

HERNÁNDEZ LEÓN, Rubén. La industria de la migración en el sistema migratorio México-Estados Unidos, **Trace**, n. 61, 2012, 41-61.

JAROCHISNKI SILVA, J.C., BAENINGER, R., A Regularização Focada no Controle Estatal: Mobilidades e Reações pelas Fronteiras Amazônicas do Brasil. **Revista Sociologias do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFRGS**. Trabalho não publicado.

JAROCHISNKI SILVA, J.C., Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil, **GT16 Migrações internacionais: Estado, controle e fronteiras**, Caxambu, 2017.

KYLE, D.; KOSLOWSKI, R. **Global human smuggling: comparative perspectives**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

MAHLKE, Helisane. **O Estado-Nação e a migração internacional de trabalhadores: Uma reflexão sobre a migração argelina na França**. 146f. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MARTINE, George. A globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21, **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MARTINE, G.; HAKKERT, R.; GUZMAN, J.M. Aspectos sociales de la migración internacional: consideraciones preliminares. In: **SIMPOSIO SOBRE MIGRACIÓN INTERNACIONAL EM LAS AMÉRICAS**, San José, Costa Rica, CEPAL/BID/OIM/FNUAP, 2001. p. 278-296.

MOREIRA, Ludmilla Amria Mendes Leal. **Indústria migratória brasileira: evidências de uma ordem transnacional privada a partir do estado de São Paulo e do Distrito Federal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, 2016.

MOREIRA, Stefânia Rezende. O papel do Estado frente às migrações internacionais: uma análise do caso brasileiro, **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 82-91, out. 2017.

OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos. In:

Dossiê Temático: Migrações contemporâneas na América Latina e Europa em perspectiva comparada, **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 13, nº 1, 2019. p. 219-244.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016.

OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos (Org.), **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**, v. 2, 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA MIGRAÇÕES (OIM), **Informe sobre las migraciones en el mundo 2020**, 2019, p. 24. Disponível em <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2020>. Acesso em 22 junho de 2020.

PEREDA, Lorena; MARCHIOR, Pedro; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Márcio, Haitianos no Paraná (Brasil) em 2018: estratégias em momento de crise. In: Dossiê Temático: Migrações contemporâneas na América Latina e Europa em perspectiva comparada, **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas**, v. 13, nº 1, 2019. p. 193-218.

PHELPS, Erin. D. **South-South Migration: Why it's bigger than we think, and why we should care**. The Migrationist, 2014.

POLÍCIA FEDERAL (BRASIL), **Relatório da Diretoria Executiva**: 2019. Coordenação Geral de Polícia de Imigração, 2019.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p.149-163, jun. 2004.

RUEDIGER, M. A., et al. **Desafio Migratório em Roraima**: Repensando a política e gestão da migração no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

RUSEISHVILI, S., CARVALHO, R. C., NOGUEIRA, M. F. S., Construção Social do Estado de Emergência e Governança das Migrações o Decreto Estadual nº 24.469-E como divisor de Águas. In: Baeninger, R. (Org.), et al, **Migrações Venezuelanas**, São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. p. 57-67.

SALT, J.; STEIN, J. Migration as a business: the case of trafficking. **International migration**, Oxford, n. 35, p. 467-494, 1997.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fim do Império Cognitivo - A afirmação das epistemologias do SUL**, 2018.

SARMENTO, Gilmara Gomes da Silva, RODRIGUES, Francilene dos Santos, Entre a Emergência e os limites do Acolhimento: Atores, Protagonismos e Contradições. In: OLIVEIRA, Márcia Maria de; DIAS, Maria das Graças Santos (Org.), **Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica**, v. 2, 2020. p. 17-36.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SECCHI, Leonardo, **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 268 p.

SILVA, F. C. A., SOUZA, E. M. A Migração Venezuelana e o Aumento da Pobreza em Roraima, **Revista Tensões Mundiais-Congresso: Refugiados Transformações Globais**, v. 14, nº 27, 2018. p. 105-119.

SIMÕES, G. F., ROCHA, R. Governança no Âmbito da Imigração Venezuelana no Estado de Roraima: O Papel da Universidade Federal de Roraima. In: Baeninger, R. (Org.), et al, **Migrações Venezuelanas, São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. p. 78-86.**

SIMÕES, G. F., SILVA (Org.), L. C., OLIVEIRA, A. T. R., **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: CRV, 2017. 112 p.

SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. **Resumo executivo – Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: CNIg, 2017.

SORENSEN, Ninna Nyberg; GAMMELTOFT-HANSEN, Thomas. **La comercialización de la migración internacional y los múltiples actores en la industria migratoria**, e-dhc, núm. 2 (pp. 6-23)

VASCONCELOS, Ana Maria Nagoles; BOTEGA, Tuíla. **Política migratória e o paradoxo da globalização**. Porto Alegre: EDIPUC, Brasília: CSEM, 234 p. 2015.

VASCONCELOS, Iana dos Santos; SANTOS, Martins de Almeida. Refugiados em Roraima? Instituições, papéis e a competição pelas categorias. In: Baeninger, R. (Org.), et al, **Migrações Venezuelanas**, São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, 2018. p. 250-256.

WENDEN, Catherine Wihtol de. As novas migrações: Por que mais pessoas do que nunca estão em circulação e para onde estão indo? **Dossiê Sobre Migração e Direitos Humanos**, v. 13, n. 13, p. 17-28, 2016.

UMA MESMA PARTIDA, UM MESMO DESTINO: HAITIANOS E VENEZUELANOS EM BOA VISTA – RR

Beatriz Patrícia de Lima Level
João Carlos Jarochinski Silva

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como base o que foi desenvolvido na primeira parte da dissertação intitulada “O “Nós” e o “Outro” nas Relações de Trabalho de Venezuelanos e Haitianos em Boa Vista – RR (LEVEL, 2020). Aqui nos propomos a compreender parte do processo migratório de haitianos e venezuelanos até a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Nosso entendimento é que a migração que acontece atualmente faz parte de um movimento transnacional. Por este conceito se entende que os migrantes mantêm “múltiplas relações sociais entre o local de emigração e a sociedade hospedeira, [...] O enfoque transnacional enfatiza a emergência de um processo social que cruza fronteiras geográficas, culturais e políticas.” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 13). A partir deste entendimento, partimos do pressuposto teórico de imigração como *fato social total* (SAYAD, 1998), em que se entende que a imigração é um conjunto complexo, um fato social completo, que compreende em si processos sociais, culturais e econômicos, se fazendo sentir tanto no lugar de origem como no de destino. Compreender os estudos migratórios como “fato social total” é entender que os movimentos migratórios estão conectados com todas as partes que compõem a sociedade.

Os sujeitos de nossa pesquisa são oriundos de países ditos subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, - Venezuela e do Haiti, respectivamente -, e por esse motivo acabam sendo mais massacrados com as crises, tendo em vista as situações peculiares dessas localidades. Essas crises, que muitas vezes podem ser amenizadas, mas permanecem e tendem a se aprofundar com o tempo, uma vez que existe um movimento interno pela manutenção do *status quo* ou do interesse externo em manter esses locais como dependentes e explorados, não permitindo outras formas de desenvolvimento que não seja o da “hegemonia das altas finanças em escala mundial.” e da chamada “globalização econômica” (POCHMANN et.al., 2004, p. 12).

Dessa forma, ao mesmo tempo em que são criados mecanismos de incorporação, ampliando a interdependência entre as nações, estimuladas pelo grande capital, segue a criação e reprodução, por conta disso, de fatores de expulsão de milhões de pessoas de seus espaços, os quais são empurradas a encontrar na migração uma forma alternativa de vida. Acontece que ao mesmo tempo em que são criados estes fatores de expulsão, também são criados mecanismos de controle mais intensos por parte dos Estados-nacionais para barrar a entrada indesejada de pessoas, contradizendo a ideia de que as nações estão cada vez mais integradas.

Em relação especificamente ao fluxo migratório atual, tanto de venezuelanos como de haitianos, entendemos que tais processos não são ocasionados por força voluntária dos migrantes em busca de construir um projeto de vida que foi planejado com tempo para sua execução, e que, portanto, estas pessoas estão deixando seus lugares de origem por conta de fatores sistêmicos que estão alheios as suas vontades. Para explicar melhor tal questão, nos alinhamos ao pensamento da socióloga Saskia Sassen (2016), quando afirma que é cada vez maior o número de pessoas que são expulsas de seus lares, seus locais de origem, por motivos diversos, mas esses motivos não deixam de estar conectados com uma totalidade.

Na perspectiva de Sassen, tais fatores vêm se intensificando devido às “formações predatórias” que são sistêmicas e conformadas por “atores sociais” detentores do poder, mais precisamente aqueles para quem a economia mundial deve estar funcionando em condições apropriadas, processo que se acelerou com a implementação da reestruturação produtiva, na década de 1970, transformando os padrões de acumulação e, conseqüentemente, o modo de regulação social por todo o mundo. Dessa forma, entendemos que as “formações predatórias” atuais são responsáveis por agudizar a desigualdade social e, portanto, são responsáveis por produzir e reproduzir formas de expulsões.

Para além da conotação econômica que o termo carrega, as expulsões não são constituídas apenas pelo ato de deixar para trás a sua terra, mas, também por destituir os indivíduos de seu meio de sobrevivência, do seu pertencimento social, do seu projeto de vida, e, logo, ser expulso do que se tem de mais fundamental nas sociedades atuais, de sua participação na democracia liberal. As pessoas, expulsas do seu espaço de pertencimento, são consideradas, como coloca Bauman (2005, p. 77), como “o refugio da globalização”, são elas “os refugiados, os deslocados, as pessoas em busca de asilo, os migrantes, os *sans papier*”. São essas pessoas que com o avanço do capitalismo, em sua grande maioria, não possuem mais

do que os seus corpos, pois se encontram na pobreza extrema. E vivem em um mundo que tem capacidade de alimentar a todos, mas não o faz, porque a lógica dominante atende as prioridades do mercado, e não da vida humana.

É por isso, que nesse contexto, diante dos dados disponíveis sobre a migração e segundo o que postula Sassen (2016) sobre expulsões, não podemos deixar de considerar os deslocamentos dos migrantes venezuelanos e haitianos de outra forma se não como um deslocamento forçado. Pois, como analisa a autora, os deslocamentos por causa de guerras, doenças e a fome podem ser variáveis úteis para entender as expulsões no Sul global, como também, acrescentamos, os desastres climáticos e ambientais.

MIGRANTES HAITIANOS

POR QUE HAITIANOS MIGRAM?

A República do Haiti localizado na América Central, foi o primeiro país da América Latina que declarou sua independência, que iniciou com uma mobilização de escravos em 1791, mas que só se efetivou em 1804 quando sob a liderança de Jacques Dessalines conseguiram derrotar o exército francês. Com uma população formada majoritariamente por escravos de origem africana, que se revoltaram e iniciaram um processo revolucionário, a *Revolução Haitiana*, tornando o país um símbolo da luta contra a escravidão em todo o continente americano, em especial na América Latina.

A independência se deu tanto no plano político e econômico, como em relação à escravidão. Ocorreu, porém, que essa independência não obteve o reconhecimento das potências da época e, por conta de sua posição estratégica na região, associada ao medo dessas potências e das elites coloniais de que as ideias de liberdade geradas no Haiti pudessem transpassar as fronteiras e chegar aos demais países colonizados, fez com que o país fosse bloqueado economicamente por 20 anos. Segundo Louidor (2013, p. 18) a França obrigou o Haiti a pagar uma indenização de 150.000.000 francos em ouro aos proprietários de plantações pelas suas propriedades. Para pagar essa indenização, o país contraiu uma dívida pública que os levou a ter que “adotar uma economia de exportação, ao invés de uma economia orientada para a satisfação das necessidades básicas de seus

cidadãos, e de transferência de seus capitais e seus recursos naturais para a antiga metrópole [...]” (LOUIDOR, 2013, p, 19)

Essa situação levou o país a sofrer várias tentativas de ocupação, entre as quais a empreendida pelos Estados Unidos, entre 1915 até 1934, uma das mais duradouras que ocorreram no Haiti. Outra época que marcou a história do Haiti foi entre 1957 a 1986 em que o país foi governado por François Duvalier (Papa Doc) e em seguida por seu filho Jean Claude Duvalier, ficando esse período conhecido como uma das mais longas ditaduras que ocorreram no século XX, afundando o país progressivamente na dependência econômica, em crises políticas, corrupção e descaso para com a população. Após esse período de ditadura, o país enfrentou diversas crises políticas e em 1994, após uma intervenção militar planejada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e liderada pelos Estados Unidos (operação Uphold Democracy – Defender a Democracia), Jean Bertrand Aristide que havia sido eleito em 1990 e deposto por um golpe de estado em 1991, reassume o poder.

Por conta da instabilidade política, a partir de 1993 o Haiti já recebeu seis missões para manutenção da paz, planejadas pelas Nações Unidas. Essas missões acabaram por se tornar fundamentais para a sociedade haitiana, uma vez que o ingresso financeiro realizado para apoiar as missões representam uma parcela importante do orçamento do país. Dessas seis missões de intervenção das Nações Unidas no Haiti, uma delas foi liderada pelo Brasil, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti – Minustah. Assim que, em 25 de maio de 2004 o Brasil enviou ao Haiti 1.200 militares para dar início às diretrizes propostas para a missão. É perceptível por meio dos discursos oficiais da época, que ao aceitar o comando da Missão, o Brasil possuía uma série de interesses políticos. Ricardo Seitenfus (Apud VALLER FILHO, 2007, p. 224) chamou a isso de espírito da diplomacia solidária, pois percebeu que o discurso brasileiro, a partir de 2003, estava usando o termo solidariedade conjugado às relações internacionais para justificar a presença brasileira no Haiti. Fugindo da visão romântica explícita no discurso diplomático brasileiro quanto a esta definição de diplomacia solidária, vale ressaltar que no caso brasileiro, a motivação estava ligada aos interesses do país em ocupar uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Outra questão importante sobre o Haiti é que o povo haitiano tem uma tradição migrante bem articulada, ocasionada pela instabilidade política e econômica no país, associada a um “Estado que não cumpre sua função” (COUTO, 2016, p. 166), ao que se somam as catástrofes que assolam o país devido a sua localização

geográfica e o status que a migração proporciona. Assim, destacamos que a vinda de haitianos para o Brasil é o quarto fluxo migratório de haitianos dentro do continente americano. O primeiro fluxo ocorreu entre o final do século XIX até os anos 1930 em direção à República Dominicana. Nesse período também, mais especificamente, entre 1915 a 1930, um segundo fluxo foi em direção a Cuba. Já a partir de 1960 os haitianos iniciaram um terceiro fluxo migratório em direção, principalmente, aos Estados Unidos. Destacamos que a França, mesmo estando distante, em virtude de alguns traços culturais comuns do período colonial, também se tornou destino dos movimentos migratórios haitianos.

O fato de o Haiti ter características que fazem seus habitantes emigrarem, somado à dependência econômica de considerável parte da população das remessas de haitianos que já estão vivendo em outros países, indicam alguns elementos que colocaram o Brasil na rota das migrações haitianas. Além desses fatores mencionados contribuiu também para isso as restrições impostas pelos Estados Unidos e França a imigração, associada a presença brasileira no Haiti, por meio das Forças de Paz da ONU, da presença de ONGs e das ações humanitárias de igrejas brasileiras, projetando o Brasil como um dos principais destinos buscados pelos migrantes haitianos quando esses se viram forçados a se deslocarem em massa em razão do desastre climático de 2010.

MIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL E PARA BOA VISTA

A partir de 2010 constatou-se um aumento de migrantes haitianos dirigindo-se ao Brasil, e um dos fatores que explicam esse processo de migração é o fato de que, nesse ano, um terremoto de magnitude 7.0 na escala *Richter* atingiu o Haiti, deixando um rastro de destruição.

Em decorrência do terremoto e do Brasil estar realizando uma Missão Diplomática dentro do Haiti, desde o ano de 2004, o presidente do Brasil a época, Luiz Inácio Lula da Silva, fez uma visita ao país e declarou apoio e disposição para receber haitianos no Brasil. Ao mesmo tempo em que, de acordo com Couto (2016, p. 165) as “oportunidades de trabalho, visibilidade econômica, relações diplomáticas, são fatores que projetaram o Brasil como um espaço de oportunidades para os haitianos”. Além disso, de acordo com Magalhães e Baeninger (2014) este fluxo também aconteceu em decorrência de “transformações processadas no interior do capitalismo mundial, especialmente

relacionadas à elevação das seletividades migratórias nos destinos clássicos da migração haitiana, como os Estados Unidos e a França”.

Pode-se considerar, portanto, essa combinação de fatores constituída pela presença brasileira no país, a intensificação da necessidade de migrar por conta dos desastres climáticos, suas consequências sociais e econômicas e as restrições postas pelos principais países de destino desses migrantes são fatores explicativos por esse movimento com destino ao Brasil.

Dentro das rotas utilizadas por esses migrantes para chegarem ao Brasil estavam as fronteiras terrestres nos os estados do Amazonas e Acre em 2010, além da via área pelo estado de São Paulo, para aqueles que já chegam com um visto concedido pela embaixada brasileira no Haiti. Um pouco depois, a partir de 2015, começou a se constatar também a entrada de migrantes haitianos no estado de Roraima. Durante pesquisa que realizamos em 2016 constatamos que a maioria dos haitianos que se encontra vivendo em Boa Vista não veio diretamente do Haiti e sim da Venezuela, país vizinho ao estado de Roraima. Nesse sentido achamos interessante nesse primeiro momento contextualizar brevemente a migração haitiana para a Venezuela, país que também concedeu visto humanitário para esses migrantes.

Pesquisa realizada por Carlos Romero Bermúdez (2017) na Venezuela conseguiu identificar redes migratórias de haitianos para lá há mais de quarenta anos, articulada por meio de instituições religiosas, amigos e familiares. Ele ainda afirma, que apesar das relações entre os dois países existirem desde antes das independências desses países, a migração haitiana para a Venezuela é relativamente recente comparadas a outros fluxos migratórios.

A partir da década de 60 os haitianos intensificaram sua migração para a Venezuela, no início da ditadura de François Duvalier. Logo depois, quando a Venezuela entra no boom do petróleo, muitos haitianos enxergaram essa possibilidade como uma forma de se estabelecer e melhorar suas condições de vida. E assim seguiram entrando haitianos na Venezuela, por conta das redes sociais estabelecidas entre os migrantes. Bermúdez (2017, p. 161) explica que

Las redes migratorias de haitianos en Venezuela no son nuevas, al contrario, esta estructura tiene alrededor de tres décadas instaladas en el país. Se podría afirmar que estas redes comenzaron a estructurarse a partir de los años setenta, cuando la situación económica del país estaba en auge. En el presente es posible hablar de la consolidación de las redes migratorias de haitianos en Venezuela, pues con el correr de los años y gracias a la incursión de varios miles de inmigrantes, este tejido se ha ido

espesando, dando lugar a que la migración a Venezuela desde Haití sea una opción cercana para muchos haitianos.

A Pesquisa de Bermúdez (2017) também identificou um número significativo de haitianos vivendo indocumentados na Venezuela, o que dificulta saber o quantitativo dessa população no país. Embora se tenha dificuldade de obter os dados da quantidade precisa de haitianos que se estabeleceram na Venezuela, verificamos que os dados que estão disponíveis são significativos o suficiente para fazerem dos haitianos uma das principais nacionalidades dos migrantes na Venezuela.

Vale destacar também que após o terremoto de 2010 no Haiti, o presidente Hugo Chávez, emitiu um decreto ampliando o acesso a benefícios aos migrantes haitianos. Bermúdez (2017, p. 142) explica que “Este instrumento jurídico buscaba brindar a todos los haitianos la posibilidad de obtener cualquier tipo de visado posible, y de esta forma poder acceder a los diversos beneficios sociales que se les garantizan a los trabajadores en el país”.

Conforme já elucidamos a maioria dos haitianos em solo brasileiro chegou por via terrestre fazendo a travessia em cidades de fronteiras no Amazonas e no Acre ou entrando por via aérea pelo estado de São Paulo. Esse movimento migratório que teve seu início em 2010 não tem correlação direta com os motivos que fizeram os haitianos migrarem para Boa Vista.

Em meados de 2015 a 2019, com base no trabalho de campo realizado, nos permitimos afirmar que grande parte dos migrantes haitianos que viviam/vivem em Boa Vista estavam vindo da Venezuela e migraram pelas mesmas razões que os venezuelanos: fugindo da crise econômica que assola o país, cujas condições econômicas e a crescente desvalorização da moeda não permite que o soldo mínimo estabelecido seja suficiente para garantir a sobrevivência das pessoas.

Importa pensar que, possivelmente, pelo fato de essas pessoas já terem articulada em suas vivências uma cultura migrante, ou por terem sentido antes dos próprios venezuelanos os efeitos da crise econômica e política que continua em plena vigência, elas acabaram percebendo bem antes dos nacionais que o país estava caminhando para uma situação insustentável para a sobrevivência, o que as levou a iniciar seu deslocamento em busca de melhores condições de vida antes dos nacionais daquele país.

A grande maioria desses migrantes utiliza a rota Pacaraima/Boa Vista como porta de entrada para se deslocarem para outras regiões do Brasil, ou mesmo

para saírem em direção a outros países. São migrantes que estão migrando pela segunda vez. Por conta disso, recorreremos a Couto (2016, p. 153) que explica que “[...] a presença maciça de imigrantes haitianos que tem chegado à região norte nos últimos anos, nos permite pensar essas trajetórias recorrendo às suas relações históricas.” A autora em questão estava recorrendo as relações históricas dos caribenhos que migraram para a Amazônia no século XX para trabalharem nos planos de desenvolvimento para a região pretendidos pelo governo. No nosso caso como já citado anteriormente, trata-se de entender essas relações a partir da migração haitiana para a Venezuela. Dessa forma, concordamos com a autora, quando esclarece que “[...] O contexto atual, em que se dá a migração de haitianos para a região, é resultado de outra conjuntura que nos permite pensar as representações e os significados desse processo para compreendermos suas causas e suas relações.” (Couto. 2016. p. 160).

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa, alguns relataram que muitos haitianos que já se encontram estabelecidos na cidade de Boa Vista vieram da Venezuela, confirmando informações que coletamos em outra pesquisa realizada em 2016. É importante pensar no que essas pessoas tiveram que deixar novamente para trás quando a Venezuela entrou em crise. Eles lamentaram bastante tal fato, pois dizem que na Venezuela tinha muito mais oportunidades do que no Brasil. “A Venezuela era melhor de viver que aqui, conseguia mandar mais dinheiro pra família, aqui no Brasil é difícil trabalho” (LEVEL, 2020. Entrevista 08, 07/12/2019). A “Venezuela era muito melhor que aqui [Boa Vista], lá tinha casa, tinha carro, podia comprar as coisas, trabalhava para crescer e não só para comer”. (LEVEL, 2020. Entrevista 04, 03/12/2019). Percebe-se que se a vida na Venezuela voltasse a ser como antes muitos dos migrantes haitianos que vivem em Boa Vista retornariam para lá.

Esses migrantes que se encontram em Boa Vista, em sua grande maioria, não têm intenções de permanecer na cidade. Trabalham majoritariamente no setor informal e vivem em casas alugadas localizadas nos bairros mais centrais da cidade.

Além disso, queremos também ressaltar que mais recentemente, a partir do primeiro semestre de 2019, foi verificada a entrada de migrantes haitianos pela fronteira com a Guiana. Em um primeiro momento essa entrada não foi significativa, porém a partir dos dois últimos meses do ano, as organizações que atendem migrantes para auxiliá-los com sua regularização migratória relataram estar atendendo uma quantidade significativa de haitianos.

É importante situar que, após o ano de 2012 o Brasil aumentou a quantidade de vistos emitidos a haitianos pela Embaixada do Brasil no Haiti com o intuito de

tentar diminuir a quantidade de migrantes que recorriam aos “coiotes”. Acontece que esta medida não foi suficiente, uma vez que o processo para retirada do visto é burocrático, demorado e não atende à demanda. Por isso as rotas alternativas continuam a ser uma opção para esses migrantes.

Como a rota de entrada pelo Acre ou Amazonas se tornou menos atrativa devido ao fato de o Equador passar a exigir visto de entrada aos nacionais do Haiti, a rota de entrada pela fronteira entre Bonfim e Lethem tornou-se uma alternativa, uma vez que a Guiana não exige visto de entrada para esses migrantes. Assim, a nova rota de entrada está sendo Haiti – República Dominicana – Panamá – Guiana (Georgetown – Lethem) – Brasil (Bonfim).

Para além da atratividade da rota, a escolha por essa nova rota também tem como motivação a agilidade em obter a regularização migratória, pois por conta do fluxo venezuelano tem-se uma estrutura em Boa Vista – distante mais de 100 Km de Lethem – República Cooperativa da Guiana - que agiliza o processo de atendimento dos migrantes para tal fim. Quase todos optam pela solicitação de refúgio, apesar da legislação não os reconhecer enquanto refugiados, uma vez que a via de regularização migratória deles se dá por meio de Portarias Interministeriais focadas na regularização de pessoas dessa nacionalidade. O motivo pelo qual eles optam por esse tipo de documentação é porque ela é entregue muito mais rápido do que a documentação de residência temporária, e eles precisam dos papéis em mãos para prosseguir viagem.

De acordo com dados da Polícia Federal, de janeiro a novembro de 2019, entraram pela fronteira do Brasil com a Guiana 13.511 haitianos. Um número que aumentou significativamente em relação a todo o ano de 2018, em que se registrou a entrada de 993 haitianos. Importante salientar que em anos anteriores a entrada de migrantes haitianos por essa rota não foi significativa, a saber em 2015 somente quatro pessoas entraram, em 2016 e 2017 foram doze. Interessante apontar também que para além da entrada de haitianos por essa fronteira, também foi registrado nesses últimos dois anos a entrada significativa de nacionais de Cuba. Entre 2018 e 2019 entraram no país, de acordo com dados da Polícia Federal, 31.675 migrantes cubanos.

Por meio de questionamento feito a eles no atendimento para a documentação, pudemos constatar que se trata de um movimento para reunir famílias. Quase todos os haitianos que entram por Bonfim já vêm com a passagem comprada para outra região do Brasil, os principais destinos são: São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, ou seja, região Sudeste e Sul, lugares em que se encontram

vivendo a maior concentração de haitianos no país. Como mencionamos acima, os haitianos que se encontram vivendo em Boa Vista, em sua maioria, entraram pela fronteira com a Venezuela. A nova rota pela Guiana está relacionada com as redes migratórias estabelecidas anteriormente, usando a fronteira com Roraima como porta de entrada no Brasil.

MIGRANTES VENEZUELANOS

POR QUE VENEZUELANOS MIGRAM?

A partir da década de 1930 a Venezuela passa a ser um grande exportador de petróleo mundial e esse cenário muda completamente a forma como se orienta a política econômica do país, pois as divisas advindas da exportação do petróleo passam a ter grande importância para as finanças venezuelanas. Ribeiro (2015, p. 260) analisou que “profundamente relacionado com este regime petrolero proprietário foi sendo constituído um regime político apoiado nesta renda, o laço fundamental que unia a Nação e seu petróleo [...]”. Esse alinhamento entre exploração do petróleo e política do Estado transformou a Venezuela em um país rentístico e isso marca a formação social venezuelana e torna este país totalmente dependente economicamente dos ganhos com a exportação do petróleo. Para ser ter uma ideia, em 2013, 96% das exportações venezuelanas eram petróleo.

Por conta disso é que, em 2011, quando o preço do barril do petróleo despencou o país entrou em uma crise econômica que vem, desde então, assolando a economia venezuelana com drásticas consequências para sua população. Apesar da tentativa de se querer culpabilizar apenas o regime chavista pelo colapso que vive o país, Edgar Lander em entrevista para o jornal Valor Econômico analisa que “a atual crise venezuelana existe há décadas e tem a ver com modelo petrolero rentista, que se mostrou insustentável e entrou em crise ainda nos anos 1980” (GOMBATA, 2017, p. 1). Ele acrescenta ainda que o modelo rentista não foi superado pelo governo de Chávez, que continuou a utilizá-lo e se beneficiou do bom período do preço do barril no mercado internacional para consolidar suas políticas.

O governo chavista aproveitou bem o período de alta dos preços do petróleo e garantiu a população uma série de políticas sociais que transformaram a vida dos venezuelanos, garantido a população acesso gratuito a serviços essenciais. Nesse item podemos citar as chamadas “Missões Bolivarianas”, que tinham por

objetivo garantir o acesso da população a educação, em todos os níveis, a cultura, a saúde, entre outros. Contudo a baixa do preço do petróleo ocasionou uma hiperinflação no país, sendo um dos fatores do desabastecimento de itens básicos como comida, material de limpeza e remédios, baixando em muito as condições de vida do povo venezuelano, e conseqüentemente, tornando a vida mais difícil para a maioria da população, principalmente daqueles que já se encontravam em situação de pobreza.

Para além disso, por interesses políticos, os Estados Unidos implementaram uma sanção econômica contra a Venezuela, congelando todos os bens do governo venezuelano e impedindo transações bancárias. Nesse contexto, houve um enfraquecimento do governo e uma forte desvalorização da moeda local. Isso teve impacto direto na população que teve seu poder de compra drasticamente diminuído.

Associada à crise econômica, cujo estopim foi a queda do preço do barril de petróleo, a Venezuela começa a enfrentar uma séria crise política. Opositores ao governo se tornam mais incisivos. Ribeiro (2015, p. 268) aponta que o governo venezuelano mostrou evidências de que houve “[...] ações coordenadas de setores empresariais visando aumentar os preços e promover a escassez de produtos, [...]”, tal qual ocorreu no início do segundo mandato de Chávez.

Dessa forma, o enfraquecimento do poder de ação do Estado impossibilitou a continuidade dos projetos de transferência de renda, criando, assim, uma desassistência a população, que é historicamente dependente dessa prática (LAFRONT, 2019). O povo começa a sofrer com o desabastecimento de serviços essenciais, como energia e água, além de acesso a médicos (que também migram) e remédios. O acesso a alimentos passa a ser extremamente difícil, pois os vencimentos mensais não são suficientes para comprar alimentos e a população passa então a sofrer com a fome e a desnutrição.

Temos que ter em conta que toda a economia venezuelana está baseada no esquema rentista, um país totalmente dependente da exportação do petróleo. Com a morte de Chávez, o bolivarianismo chavista vai perdendo apoio popular, e as elites do país que por muitos anos ficaram caladas, pois também estavam se beneficiando com esse regime, aproveitaram a oportunidade para ensaiarem sua retomada ao poder. Em todo esse contexto, acrescenta-se o interesse do Capital internacional, e em particular, dos Estados Unidos em ter o país subjugado aos seus ideais para se beneficiar da abundância de petróleo que se encontra no país. Boicotes e a promoção da escassez de produtos essenciais a sobrevivência levaram, como já tinham levado em outros períodos, a um caos econômico e,

consequentemente, político no país. Um evento histórico, sem precedentes na história desse país., que tem castigado da pior forma possível seu povo. Tais ocorrências estão gerando fatores de expulsão nessa população que para não morrer de fome decide deixar seus lares em direção aos países vizinhos.

Esses são fatores que levaram com que milhares de venezuelanos deixassem seu país. Segundo dados da Plataforma R4V, até outubro de 2019 já tinha deixado o país cerca de 4,5 milhões de venezuelanos. Desse total 3,7 milhões se deslocaram em direção a países da América Latina e Caribe. Os primeiros a deixarem o país foram pessoas que faziam parte dos setores médios da sociedade, profissionais qualificados que quando saíram impactaram severamente os serviços oferecidos no país. A partir de 2015 o estado de Roraima começou, então, a receber uma quantidade significativa de migrantes venezuelanos.

MIGRAÇÕES DE VENEZUELANOS PARA O BRASIL E PARA BOA VISTA

Segundo relatório de uma pesquisa feita pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais e a UFRR – Universidade Federal de Roraima (FGV, 2020), “entre 2013 e 2019, mais de 260.000 venezuelanos solicitaram o status de refugiado ou residência no Brasil”. Além disso, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estima que o dobro do total de migrantes que solicitaram regularização no país tenha passado pela fronteira brasileira usando-a como rota de entrada para outros países da América do Sul.

Essa entrada expressiva de venezuelanos pela fronteira Santa Elena de Uaiarén/Pacaraima, nunca registrada antes, gerou um alvoroço na população que vive em Roraima. O governo do estado e as prefeituras de Pacaraima – cidade fronteiriça – e Boa Vista – capital do estado – declararam situação de calamidade pública. Importante frisar que vários países da América do Sul receberam um fluxo mais numeroso de migrantes venezuelanos do que o Brasil.

A fronteira do país com a Venezuela é exatamente em uma região do país que apresenta diversas carências, realidade não somente da fronteira Brasil/Venezuela, como de quase todas as fronteiras da região Norte do Brasil, haja vista as reações assistidas em 2010 quando os haitianos começaram a entrar pelas fronteiras de Assis Brasil e Brasília no Acre e Tabatinga no Amazonas.

É importante registrar que antes da entrada do fluxo migratório de venezuelanos, a partir de 2016, já havia vinda de venezuelanos em direção ao Brasil desde os anos 2000. Nesse período, como aponta Baeninger (2018, p. 136) entraram no Brasil 9.723 venezuelanos “[...] composto por profissionais em cargos de gerência e alta qualificação, a maior parte com visto de trabalho [...]”. Essas pessoas se direcionaram em sua maioria para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Especificamente para Roraima a migração venezuelana, antes de 2016, nunca alcançou números significativos, apesar da proximidade fronteiriça e das intensas trocas comerciais. Destacamos que a Venezuela não possui um histórico de migrações de seu povo em direção a outros países, se configurando como um país receptor de migrantes e não o contrário. Pela fronteira com Pacaraima, segundo Rodrigues (2016) desde 1970 há um fluxo de migrantes brasileiros em direção a Venezuela, principalmente para trabalhar nos garimpos, sendo a migração de brasileiros em direção a Venezuela, nessa época, bem mais significativa do que a de venezuelanos em direção ao Brasil. Além disso, segundo a autora, desde de 1940, antes mesmo da criação do município de Pacaraima, já existiam trocas comerciais entre a cidade de Boa Vista e o município de Santa Elena do Uaiarén.

Assim verificamos que os venezuelanos não possuem um histórico de saídas de seu país em direção a outros, e que estão tendo que abandonar seu local de origem, por fatores alheios a sua vontade, fugindo de uma crise que está afetando sobremaneira sua qualidade de vida. O que verificamos com a pesquisa é que eles não deixariam a Venezuela se tivessem outra opção e por isso estes não possuem um projeto migratório, alguns preferiram se estabelecer em Roraima, não por conta das oportunidades que conseguiram no local, mas porque o estado está mais próximo à Venezuela, e eles ainda nutrem a esperança de que se a situação melhorar por lá, possam regressar novamente ao país.

Para aqueles que não querem ficar em Roraima, uma alternativa viável é a interiorização. Essas modalidades de interiorizações foram organizadas e incentivadas pela Operação Acolhida e por algumas organizações da sociedade civil com o objetivo de desafogar o fluxo de pessoas vivendo em Boa Vista, uma vez que a cidade não dispunha de infraestrutura adequada para receber o número de pessoas que estava recebendo, assim o objetivo desse processo de interiorização é proporcionar a distribuição dessas pessoas em outras regiões do país e liberar vagas nos abrigos locais para a recepção dos migrantes recém-chegados e que continuam chegando.

Apesar dos esforços conjuntos das organizações internacionais, organizações da sociedade civil e do Exército, até agora, segundo relatório da OIM (2020), de abril de 2018 até junho de 2020 foram interiorizados cerca de 38.643 venezuelanos. A grande maioria dos interiorizados estão indo para o Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Minas Gerais; verifica-se, portanto, que o fluxo se direciona aos estados brasileiros que têm maior capacidade de oferecer oportunidades de empregos a esses migrantes. Importante frisar também que há um movimento espontâneo de venezuelanos em direção a outras cidades do país. O que é visível no aeroporto e rodoviária da cidade, onde pode ser percebida grande quantidade de venezuelanos nos aviões que saem da cidade e nos ônibus que se destinam a cidade de Manaus, no Amazonas.

Há condicionantes que afetam o do processo de interiorização, que, mantendo a tradição brasileira, reforça uma ideia de integração por meio da inserção laboral, o que, não necessariamente, atende aos anseios e demandas desses migrantes. Além disso, outras medidas necessárias à integração perdem-se no anseio de se evitar o colapso do sistema emergencial desenvolvido.

Apesar dos números expressivos de interiorizados, deve-se salientar que em Roraima, com destaque para Boa Vista, há uma maior concentração desses imigrantes, necessitando de políticas mais efetivas de integração, capazes de garantir uma vivência digna aos imigrantes, melhoria nos serviços públicos e estruturas, além de aproveitarem melhor os benefícios que a presença de mais pessoas tem gerado para o estado e município, fora combater o preconceito contra essas pessoas que se faz tão presente no cotidiano da cidade e estado.

Em relação ao saldo econômico positivo que esse processo migratório trouxe para Roraima, apesar de negado por parte da população munida pelo já salientado preconceito, assim como por parte da classe política que busca no preconceito um elemento capaz de gerar votos nas eleições, o crescimento econômico, mesmo num cenário de crise econômica no Brasil foi expressivo (FGV, 2020). Houve significativo aumento do fluxo de compras no comércio e da complexidade econômica em Boa Vista. A Pesquisa sobre o cenário econômico de Roraima depois do fluxo venezuelano (FGV, 2020) demonstra que o Produto Interno Bruto de Roraima teve um crescimento superior ao dos demais estados da federação. A arrecadação com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aumentou 25%.

Na fronteira, em Pacaraima, em muito tempo não se via um funcionamento tão intenso do comércio local. Os principais itens adquiridos são produtos

alimentícios e de higiene e têm como destino a Venezuela, seja para revenda, seja para suprir as necessidades familiares de quem os compra.

A pesquisa também apontou que, ao contrário do que as autoridades governamentais alegam, não foi constatado um inchaço nos serviços públicos locais por conta da migração venezuelana e o Relatório ainda conclui que, a medida que esses migrantes forem se inserindo no mercado de trabalho, começarão a gerar mais ingressos às receitas do país, e os gastos com assistência para com eles tenderá a diminuir cada vez mais (FGV, 2020).

Para esses migrantes o regresso ao seu país, embora seja desejado por eles, só ocorrerá quando a situação por lá apresentar melhoras ou o cenário brasileiro para eles se deteriore, como, infelizmente, já vem se ocorrendo em decorrência da Pandemia e de algumas medidas econômicas que vêm sendo adotadas, levando alguns poucos a buscarem o retorno, mesmo sem as melhorias necessárias na Venezuela.

Entre os migrantes venezuelanos que foram entrevistados (LEVEL, 2020) existe um sentimento de alívio por terem conseguido chegar ao Brasil, mesmo que eles estejam enfrentando dificuldades de integração. Em suas falas percebe-se que, apesar de não estarem em um local confortável, como o que alguns tinham no seu país, ainda assim para eles é melhor estar desta forma do que não ter o que comer. “Na Venezuela tudo estava bastante caro, com meu salário não conseguia comprar o suficiente para comer uma semana, aqui vivo na rua, mas pelo menos faço uma refeição por dia” (LEVEL, 2020. Entrevista 12, 14/12/2019). “Lá eu tinha um teto, tinha carro, emprego, mas não tinha como comprar comida e nem remédio” (LEVEL, 2020. Entrevista 20, 21/12/2020). O que percebemos é o desejo que essas pessoas têm de se estabelecerem no local em que se encontram com dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos migratórios, tanto de haitianos, como de venezuelanos, estão relacionados a fatores sistêmicos que fizeram com que várias pessoas pertencentes a estas nacionalidades mencionadas tivessem que optar pela migração. Apesar de esta ter sido uma opção, temos que levar em consideração de que ela não foi planejada, portanto, o sujeito migrante em questão não realizou um projeto migratório; este foi impulsionado por fatores que são alheios a sua vontade a encontrar no deslocamento a outro país sua opção de sobrevivência.

Entendemos, em função destes fatores, a necessidade de situar o processo migratório em uma análise mais ampla que compreenda o porquê desta mobilidade, considerando o sistema econômico em que estamos inseridos e os fatores sócio-históricos de cada país, é fundamental para situar e compreender as condições do sujeito migrante, pois compreendemos que esta conjuntura vem a cada ciclo aprimorando as formas e possibilidades de expulsão (SASSEN, 2016) e, por conseguinte, transformando e ampliando os mecanismos de precarização da força de trabalho, o que afeta diretamente o migrante em seu processo de busca por uma vida mais digna.

Por fim, podemos concluir que a presença destes grupos em Boa Vista, assim como em todo o estado de Roraima, decorre do contexto, principalmente geográfico e temporal desta migração, não sendo resultado de fatores de atração numa perspectiva estruturalista. Entretanto, apesar dessa constatação, agora são parte integrante da cidade, da comunidade, não permitindo que a se perpetue uma referência dicotômica em que são apresentados como “eles”, pois se trata de “nós”.

REFERÊNCIAS

BAENINGER, Rosana. Governança das Migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: **Migrações Venezuelanas** / Rosana Baeninger, João Carlos Jarochinski Silva (coordenadores); Catarina Von Zuben; Paolo Parise; José Carlos Pereira; Francisco Max; Luís Felipe A. Magalhães; Daniel Menezes; Durval Fernandes; Alberto Jakob; Luís Renato Vedovato; Camila R. da Silva; Natália Demétrio; Joice Domeniconi; Victor Del Vecchio (organizadores) – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005

BERMÚDEZ, Carlos Romero. Voy después de ti. Aproximación etnográfica a las redes migratorias de haitianos en Venezuela. **Espacio Abierto**, n. 3, vol. 26, 2017

COUTO, Kátia. Do Caribe para a Amazônia: a migração fomentando a conexão entre as duas regiões. In: **Em busca do Eldorado: o Brasil no contexto das migrações nacionais e internacionais**. / Organização de Sidney A. da Silva e Gláucia O. Assis. Manaus: EDUA, 2016

FGV (Fundação Getúlio Vargas). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para política públicas** [recurso eletrônico] / Fundação Getúlio Vargas, Diretoria de Análise de Políticas Públicas – Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020

GOMBATA, Marsílea. Chavista nunca superou modelo rentista do petróleo. **Valor Econômico** (online). Publicado em: 29/08/2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/mundo/noticia/2017/08/29/chavismo-nunca-superou-modelo-rentista-do-petroleo.ghtml>. Acesso em: 07/01/2020

LAFRONT. Entrevista com Márcia Maria de Oliveira, professora da Universidade Federal de Roraima. **Laboratório de Pesquisa em Fronteiras, Estado e Relações Sociais – LAFRONT** (online). Publicado em 5 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.gpfronteras.com/post/entrevista-com-marcia-maria-de-oliveira-professora-da-universidade-federal-de-roraima>. Acesso em: 06/02/2020

LEVEL, Beatriz Beatriz Patrícia de Lima. **O “nós” e o “outro” nas relações de trabalho de venezuelanos e haitianos em Boa Vista - Roraima**. Dissertação de mestrado. Mestrado em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, 2020, p. 128.

LOUDOR, W. E. Uma história paradoxal. In: **Haiti por si: a reconquista da independência roubada** / Adriana Santiago [organizadora]. – Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Brasil e remessas para o Haiti. In: BAENINGER, R. et al. (orgs) **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiá: Paco Editorial, 2016

OIM (Organização Internacional para as Migrações). **Informe de interiorização de migrantes venezuelanos no Brasil**. (Informe). OIM & Ministério da Cidadania: maio de 2020

POCHMANN, M. [et. al.] (orgs.). **Atlas da exclusão social**, volume 4: a exclusão no mundo. São Paulo: Cortez, 2004

R4V - Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela, Venezuela: Refugiados y migrantes de Venezuela. **América Latina y el Caribe**. A enero de 2019. Publicado em 15 de Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/docid/5c6c46814.html>. Acesso em 03 de abril 2019.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. Venezuela bolivariana: disputas pelo controle do petróleo em perspectiva. In: **A Era Chávez e a Venezuela no tempo presente** / Karl Schurster, Rafael Araujo, organizadores. – Rio de Janeiro: Autografia; Edupe, 2015

RODRIGUES, Francilene dos Santos, et. al. Migrações, trânsitos transfronteiriços e mercado laboral na Pan-amazônia: Brasil, Venezuela e Guiana. In: **Migrações e outros deslocamentos na Amazônia Ocidental: algumas questões para o debate** / organização Carla Monteiro de Souza. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Glacia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais. In: **XII Encontro Nacional da ABEP 2000**. Caxambu, outubro de 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf. Acesso em: 25/04/2017

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**; tradução Angélica Freitas. – 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. tradução Cristina Murachco – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007;

MIGRAÇÕES E MOBILIDADES VENEZUELANAS: FRONTEIRA GUIANA FRANCESA - AMAPÁ

*Edilson de Souza Silva
Handerson Joseph*

Em julho de 2017, circulou nas redes sociais do programa Balanço Geral Amapá, da TV Record, a notícia de um casal e cinco filhos vindos da Venezuela, que acabara de chegar a Macapá, atravessando a fronteira em Roraima e rumando de barco de Manaus ao Amapá. Em Macapá, procuraram ajuda em uma igreja evangélica no centro. Lá, receberam o apoio de uma missionária, comovida com suas histórias, que reuniu dinheiro para auxiliá-los. Com a ajuda que obtiveram, pouco mais de R\$ 200,00, conseguiram alugar uma quitinete no bairro Perpétuo Socorro. A família gravou entrevista para a Record, pedindo auxílio financeiro e trabalho, informando que em Roraima havia muitas pessoas na mesma situação que a deles. Por conta disso, foram a Macapá à procura de trabalho e também de oportunidades e de uma vida melhor longe da situação sociopolítica da Venezuela e dos lugares de interiorização da maioria dos conterrâneos chegados ao Brasil¹.

Relatos como este ilustram as dinâmicas migratórias venezuelanas na região de fronteira Guiana Francesa (França) e Amapá (Brasil), e é semelhante às trajetórias de tantas outras pessoas e famílias que conhecemos quando, em meados de 2017, começamos a mapear as novas configurações da mobilidade venezuelana para a referida região fronteira, notadamente para Macapá e Caiena, visto que, até então, não fazia parte da geografia do sistema migratório venezuelano². Novos sujeitos passaram a fazer parte dessa paisagem amazônica devido à situação sociopolítica e econômica na Venezuela, trazendo à tona debates políticos, públicos e acadêmicos, sobre a porosidade entre as categorias de migração e refúgio, além da interiorização desses sujeitos em diferentes partes do Brasil e pelo mundo³.

- 1 Boa parte dos dados de campo expostos aqui faz parte do trabalho de mestrado de Edilson Silva, defendido no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira, sob a orientação do Prof. Dr. Handerson Joseph. Este capítulo é uma versão modificada de um artigo em inglês submetido para publicação em uma revista brasileira.
- 2 Esse estudo faz parte do projeto de pesquisa “O perfil socioeconômico e as dinâmicas da vida social dos migrantes e refugiados residentes na região de fronteira franco-amapaense (Guiana Francesa e Brasil), financiado pelo CNPq, sob a coordenação de Handerson Joseph.
- 3 A intensificação da chegada de venezuelanos ao Brasil contribuiu para que o governo brasileiro publicasse o Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018, editando a Medida Provisória n. 820 de 15 de fevereiro de 2018, convertida na Lei n. 13.684/18, que dispõe sobre medidas de assistência

Em Macapá e Caiena houve recentemente mudanças nas paisagens locais, nos sinais de trânsito, nas praças públicas, nas casas de câmbio, nos mercados e nos portos por onde circulam pessoas venezuelanas falando com sotaque espanhol. A pousada Esther, quase em frente à rodoviária de Macapá, é o lugar preferido de hospedagem de boa parte desses migrantes, dada a localização estratégica para pegar o ônibus e continuar viagem em direção à cidade de Oiapoque, atravessando o rio e, conseqüentemente, alcançar a Guiana Francesa que é um Coletivo Territorial da França⁴.

A essa pousada geralmente chegam em grupos, de malas, alguns bem vestidos, com joias e acessórios. Enquanto alguns optam por permanecer no Amapá, outros seguem para a Guiana Francesa, onde podem ganhar em euro. Durante a nossa pesquisa de campo, não identificamos nenhum indígena venezuelano no Amapá e na Guiana Francesa, como os Warao chegados a outras partes do Brasil, principalmente nos estados do Pará, Amazonas, Roraima, Rio Grande do Sul etc. Isto justifica o fato de analisarmos somente as trajetórias de venezuelanos não indígenas, o que não significa não haver indígenas venezuelanos na região investigada.

A presença de venezuelanos na Guiana Francesa remonta à década de 1960, quando os pescadores originários de La Guiara, próximo de Caracas, começaram a desenvolver a atividade de pesca no Coletivo Territorial da França. Tanto neste último local quanto no Amapá estão se inserindo principalmente nos setores educacional, de saúde, prestação de serviços, manicure, barbearia, serviços gerais, comércios e pesca artesanal. Uma boa parte trabalha no mesmo setor em que atuava na Venezuela antes de realizar a viagem.

Desta forma, neste capítulo, examinaremos as recentes dinâmicas migratórias e de mobilidades venezuelanas nas paisagens da Guiana Francesa e do Amapá. Mostraremos como ambos os lugares fazem parte das rotas e dos circuitos dos venezuelanos, constituindo locais de passagem e de residência desses sujeitos, em escalas diferentes, visto que se encontravam em situações bastante diversas: refugiados, com pedido de refúgio, com visto de estudante, com autorização temporária de trabalho em atividade de pesca artesanal, com visto humanitário e de residência, e naturalizados.

emergencial para o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, o que decorre de processos migratórios, provocado por crise humanitária, conhecida como Operação Acolhida e, ainda, definiu a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento por meio do Decreto nº 9.286 da mesma data.

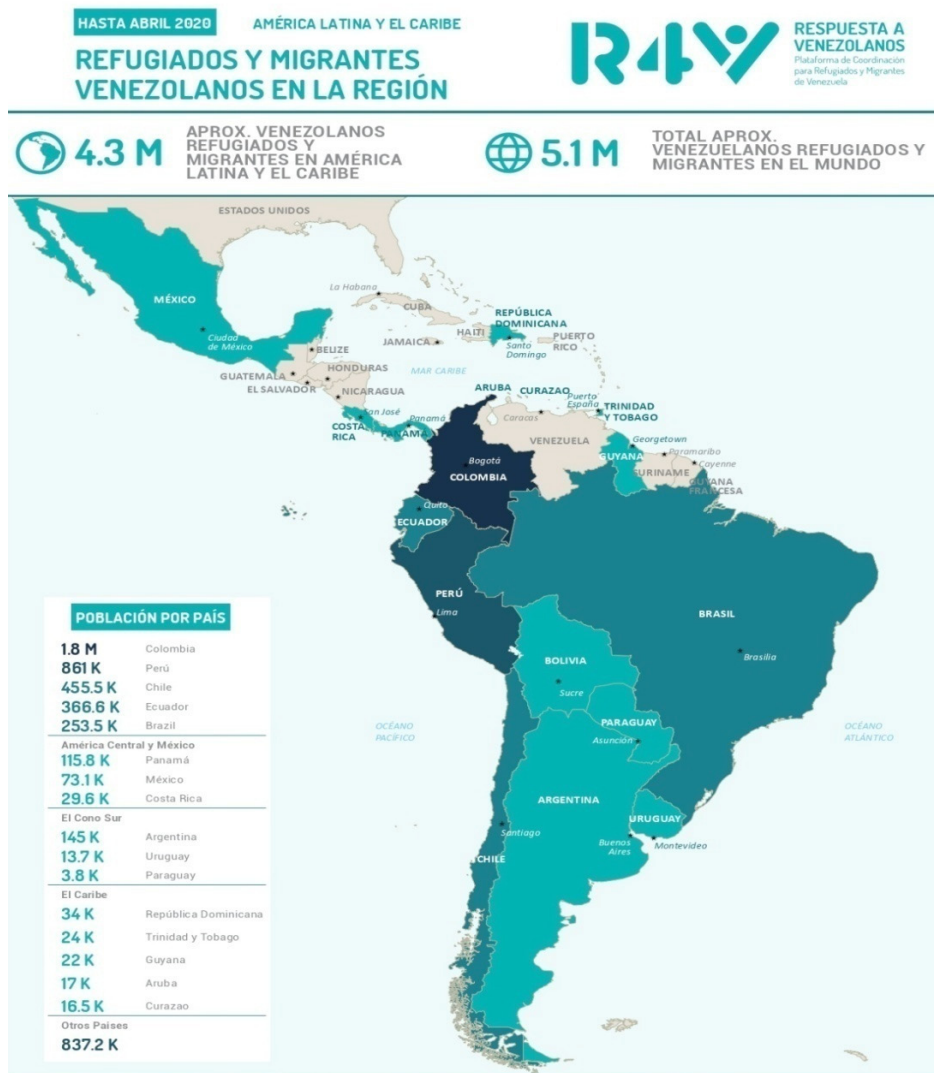
4 Do ponto de vista jurídico-político-administrativo, até o ano de 2018, a Guiana Francesa era um Departamento Ultramarino da França; a partir daquele ano se tornou um Coletivo Territorial da França. Ela se localiza na região da Amazônia, faz fronteira com o Brasil pelo estado do Amapá através do rio Oiapoque, e com o Suriname através do rio Saint Laurent-du-Marroni.

Apontaremos também que os sujeitos da pesquisa, por diferentes motivos e contextos específicos, decidiram sair da Venezuela, rumando para o Brasil e a Guiana Francesa. Observamos que essa lógica migratória vai ao encontro dos processos sociais do cenário atual da Venezuela, envolvendo instabilidade, violência, repressão e insegurança – pública, política, socioeconômica, alimentícia, educacional, incluindo a área da saúde – decorrentes da extrema escassez de produtos, serviços e recursos materiais com a qual tem vivido o país nas duas últimas décadas, além da crise energética que a Venezuela padece nos dois últimos anos. Sugerimos como hipótese de trabalho que esses processos incidem para que as mobilidades venezuelanas no Brasil e em suas regiões fronteiriças tenham ganhado importante visibilidade. De fato, devido ao poroso cenário político e econômico desse país, elas ganharam relevância social e densidade demográfica no Brasil e na região das Guianas, fazendo surgir novos sujeitos e percursos no sistema migratório internacional.

No início deste texto, mencionamos a família venezuelana que chegou a Macapá em um momento no qual o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) registrava um intenso crescimento dos deslocamentos de venezuelanos desde 2015, que chega aproximadamente a 5 milhões atualmente, entre migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio, além de outros pedidos de residência temporária e permanente, no universo da população local de 28,4 milhões (ENCOVI, 2019-2020). Dentre esses, seriam cerca de 253 mil no Brasil; no Equador, 366 mil; no Chile, 455 mil; no Peru, 861 mil; e na Colômbia, 1.8 milhões, e também em outros países (Figura 1). Nos dados divulgados pelo ACNUR, baseados em fontes oficiais, não há números relacionados à presença de venezuelanos na Guiana Francesa (R4V, 2020)⁵.

5 Esses dados quantitativos dizem respeito a uma estimativa que inclui migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio venezuelanos a partir do levantamento e da metodologia de processamento de dados dos governos de cada um dos países. Como se trata de dados oficiais que não incluem pessoas em situação não documentada, provavelmente há um quantitativo bem maior. Por isso, é importante problematizá-los.

FIGURA 1: Dados sobre os venezuelanos refugiados e migrantes na região, até abril de 2020.



Fonte: R4V – Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela (2020).

Nesta última década, houve uma evolução das redes migratórias e de mobilidades venezuelanas dentro e fora da Amazônia e da América do

Sul, caracterizando configurações migratórias regionais, intrarregionais e transfronteiriças. Outros circuitos e rotas passaram a fazer parte dos horizontes de possibilidades de vida dos venezuelanos, como é o caso da região das Guianas, notadamente o Suriname, a Guiana Francesa e o estado do Amapá, que se tornaram recentemente *campos migratórios* que integram os *sistemas migratórios* venezuelanos para além das travessias em que já havia uma tradição migratória, como a Colômbia, e mais recentemente, Peru e o estado de Roraima, no Brasil, além dos Estados Unidos, da Espanha, dentre outros.

Os conceitos de *campos migratórios* e *sistemas migratórios* permitem observar a dinâmica dos espaços percorridos pelas pessoas para além das fronteiras nacionais. Tais espaços compreendem o conjunto dos lugares de vida das pessoas venezuelanas não como uma sucessão de espaços com fronteiras delimitadas, mas sim como uma pluralidade de campos não isenta de conflitos e contradições, ao mesmo tempo autônomos e articulados com lógicas próprias, nos quais os papéis aparecem de maneira mais eficaz na dinâmica migratória.

A noção de campo migratório é útil para compreender o espaço de mobilidade internacional desenhado por nossos interlocutores venezuelanos. Gildas Simon o define como

O conjunto do espaço percorrido, praticado pelos migrantes. A noção de campo refere a um espaço específico, estruturado por fluxos importantes, significativos, aplicados no âmbito internacional. Ela compreende, ao mesmo tempo, o país de partida e o de chegada (1981, p. 85).

Ao definir esta noção, Simon propõe uma abordagem analítica, demonstrando insatisfação com aquela dos estudos migratórios clássicos, cuja ênfase recaía sobre a emigração ou a imigração. “Esse movimento unilateral, fragmentado, obviamente bloqueia uma análise global de um campo migratório” (1981, p. 86). Os conceitos “fluxos migratórios” ou de “populações migrantes” utilizados nos estudos clássicos não dão conta das relações complexas dos sujeitos com o espaço praticado e vivido nos percursos migratórios, ou seja, o fato de que a complexidade dos itinerários migratórios varia ao longo dos próprios trajetos.

Foi a partir da ideia de campo migratório que Simon (1995) formulou a noção de sistema migratório, congregando diferentes campos numa vasta escala que abrange três sistemas: “norte-americano”, “europeu” e “Ásia-Pacífico”, centralizados respectivamente nos países de migrações industrializadas como “Estados Unidos/Canadá”, “Comunidade Europeia/AELE” e “Japão/Austrália”, incluindo um “complexo migratório mediterrâneo e Médio oriental”.

Yann Moulier Boutang e Demetrios Papademetriou definem, por sua vez, a noção de sistema migratório como

A combinação particular de tipos de fluxo de população entre os países de saída e países de chegada (fenômeno que pode se estender por várias gerações) com as regras que regulamentam esses fluxos e com as respostas institucionais das agências envolvidas na sua continuação ou extinção (MOULIER BOUTANG; PAPADEMETRIOU, 1993, p. 3).

É nesse contexto, que envolve a necessidade de abordagens diversas, que a região da fronteira Guiana Francesa e Amapá se torna um campo microcosmo no interior do sistema migratório amazônico e das Guianas. É cada vez mais um campo de atração para novas mobilidades, visto que os países do norte, como Estados Unidos, Canadá e os da União Europeia endureceram as políticas migratórias, expandindo tecnologias e regimes globais de controle das mobilidades internacionais e as renovadas conceptualizações sobre o controle das fronteiras “a partir do qual se desenvolvem políticas de regulação dos fluxos migratórios impulsionadas por uma tecnocracia apegada a conceitos como ‘gestão’, ‘administração’, ‘governabilidade’ ou ‘governança’” (DOMENECH, 2015, p. 27).

Apesar de vários estudos conduzidos por diferentes pesquisadores (GRANGER, 2007; SILVA, 2012; ALBUQUERQUE, 2010; BAENINGER; SILVA, 2018; JOSEPH, 2015, 2020; MALKKI, 2015, entre outros), tratando das configurações migratórias no Brasil nessa última década e em diferentes regiões fronteiriças do país, ainda pouco se sabe sobre estudos relacionados à migração venezuelana no estado do Amapá (Brasil) e na Guiana Francesa (Coletivo Territorial da França). Como mostram Baeninger e Silva (2018), boa parte dos estudos acerca da migração venezuelana para o Brasil tem privilegiado sobretudo os locais de ingresso no território brasileiro, nas cidades de Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima.

Este capítulo privilegia as migrações venezuelanas no contexto do Amapá e da Guiana Francesa. A primeira fase da pesquisa foi iniciada em 2017, em Macapá, e continuou em Oiapoque e Caiena, entre novembro de 2018 e setembro de 2019, através de trabalho de campo que incluiu entrevistas realizadas com pessoas venezuelanas em português e espanhol. Na investigação, analisamos as trajetórias de dez venezuelanos, seis homens e quatro mulheres, entre 17 e 70 anos, vindos de diferentes regiões da Venezuela. O contato com alguns dos interlocutores foi mantido ao longo do tempo em que a pesquisa se desenvolveu por intermédio

das redes sociais (Facebook, Instagram e WhatsApp) e ligações telefônicas. Essas novas tecnologias de comunicação foram úteis, pois possibilitaram acompanhar os percursos individuais, familiares dos interlocutores para outras localidades e explorar situações múltiplas em espaços sociais diferentes.

A MOBILIDADE VENEZUELANA E A REGIÃO DE FRONTEIRA GUIANA FRANCESA E AMAPÁ

Emilio, 58 anos, nascido em Táchira, estado de San Cristóbal, região Oeste da Venezuela,⁶ divorciado, quando decidiu realizar a viagem estava desempregado.⁷ Ele tem um irmão que trabalhava como motorista de aplicativo no Chile, uma irmã que foi para os Estados Unidos para trabalhar no setor doméstico, outra que morava na Colômbia e um irmão que estava no Canadá. Ao todo são nove irmãos, dos quais apenas dois permaneceram na Venezuela e cuidavam da mãe. Sete residiam no exterior. A família estava espalhada pelo mundo, tentando uma vida melhor longe da Venezuela.

Emilio tem duas filhas, nascidas em Táchira, atualmente residentes na Espanha, uma em Barcelona e outra em Tenerife. Ambas trabalhavam no setor de serviços gerais. Seu sonho era conseguir documentos de viagem e auxílio financeiro do governo francês para ir encontrá-las na Espanha.

Em agosto de 2018, após ter sido ameaçado por um grupo vinculado ao governo atual venezuelano, decidiu sair de sua cidade.⁸ Depois da ida de suas filhas para a Espanha, optou para tentar uma oportunidade no Brasil. Foi quando estava em Manaus que Emilio decidiu ir a Caiena. Realizou a viagem pedindo carona, saiu do porto de Manaus e foi até Santarém, no Pará, viajando três dias de barco. De lá seguiu até o porto de Santana, no Amapá, mais três dias e meio de barco. Depois continuou a pé até o km-09, em Macapá, onde pegou carona até o município de Porto Grande. Nesta última cidade conseguiu outra carona com destino ao Oiapoque, e atravessou a fronteira do lado da Guiana Francesa sem conhecer ninguém no local.

Quando chegou, foi ao porto em Caiena tentar conseguir informações com os pescadores venezuelanos, regularizar sua situação e permanecer na Guiana Francesa. Os pescadores eram da Ilha de Margarita, na Venezuela.⁹ Eles o ajudaram com comida, e deram pescado para se alimentar e comercializar para o seu próprio sustento. Fez um pedido de refúgio, mas foi rejeitado pelo Escritório Francês de Proteção de Refugiados e Apátridas (OFPRA, sigla em

6 Os nomes dos interlocutores e das interlocutoras utilizados neste texto são fictícios.

7 Não informou sua profissão e o que fazia na Venezuela.

8 Ele não deu detalhes por que foi ameaçado e qual era o grupo.

9 No último item, trataremos sobre os pescadores venezuelanos na Guiana Francesa.

francês), porque, segundo os funcionários, não apresentou provas suficientes de ameaças e perseguições constantes na Venezuela e, por conta disso, foi intimado a deixar a Guiana Francesa, caso contrário seria deportado.

Na França, do ponto de vista jurídico, quando a primeira solicitação é indeferida, o solicitante tem o direito ao *recours* (recurso) contra a decisão, por meio de uma carta destinada a *Cour Nationale du Droit d'Asile* (CNDA), criada pelo artigo 29 da Lei de 20 de novembro de 2007. Porém, há uma prática estatal coercitiva e, além de boa parte dos pedidos ser rejeitada pelo OFPRA, a maioria é obrigada a deixar o país, antes mesmo de ter acesso ao serviço de um advogado para auxiliar juridicamente.¹⁰

Em Caiena, Emilio se encontrava sem muita perspectiva do que fazer. Todavia, teve a ideia de fabricar e projetar uma mensagem num papelão, fazendo uso da língua francesa, pedindo ajuda no semáforo de uma das ruas mais movimentadas para regressar ao Brasil ou retornar à Venezuela. Escreveu o seguinte, “Pedido de asilo rejeitado! Ajuda-me a retornar para meu país Venezuela com qualquer quantia de dinheiro, por favor. Obrigado” (*Demmande d'asile rejetée! Aidez-moi à retourner dans mon pays Venezuela avec n'importe quelle somme d'argent, SVP. Merci*). Sua atitude exprime uma racionalização estratégica. Essa prática mostra o modo pelo qual esses sujeitos mobilizam diversos recursos, suas mãos segurando o papelão com a frase na língua francesa, estando na rua, tudo isso constituindo dispositivos para poder seguir viagem.

Emilio não tinha o poder econômico, mas sim o saber-fazer que lhe permita transformar sua própria história e construir outros horizontes de vida. Na ausência de políticas migratórias com ênfase nos direitos humanos, ele se viu na obrigação de buscar novas estratégias. Estamos de acordo com Michel de Certeau quando afirma que “a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (1998, p. 101). A autonomia e a agência se tornam palavras-chave. Para dar conta dessas práticas de agenciamentos, recorreremos às palavras de Certeau: *são trajetórias táticas* que fazem uso de linguagens através da seleção de palavras, produzindo frases capazes de compor histórias singulares como a de Emilio. Nesse sentido, as estratégias e as táticas enquanto ações se constituem e se revelam através da autonomia em movimento, aproveitando “ocasiões” e reconstruindo histórias e projetos migratórios. Os imprevistos permitem, sem dúvida, a mobilidade.

A trajetória de Emilio ilumina os dados evidenciados em relação às múltiplas violências, à luta pela sobrevivência, às incertezas políticas e socioeconômicas. A motivação para chegar até a Guiana Francesa foi a tentativa de buscar condições melhores longe da sua situação de vida e da família. Antes de chegar à Guiana

10 O processo é regulamentado pelo Code de l'entrée des étrangers et du droit d'asile (Código de entrada dos estrangeiros e do direito de asilo) na França para deferir ou não a solicitação de refúgio. Ver o conteúdo desse código em: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070158>. Para saber mais sobre o OFPRA, ver: <http://www.ofpra.gouv.fr/>. Acesso em 03/06/2014.

Francesa, tinha a perspectiva de ser acolhido pelo governo francês, porém encontrou uma realidade bem diferente, as restrições impostas pelo governo dificultando sua regularização e conseqüentemente impedindo sua permanência, tendo sido obrigado a rumar para outro lugar. Isto deve ser entendido no quadro do incremento das exigências burocrático-administrativas, das leis e das políticas migratórias que endurecem cada vez mais nos países do Norte.

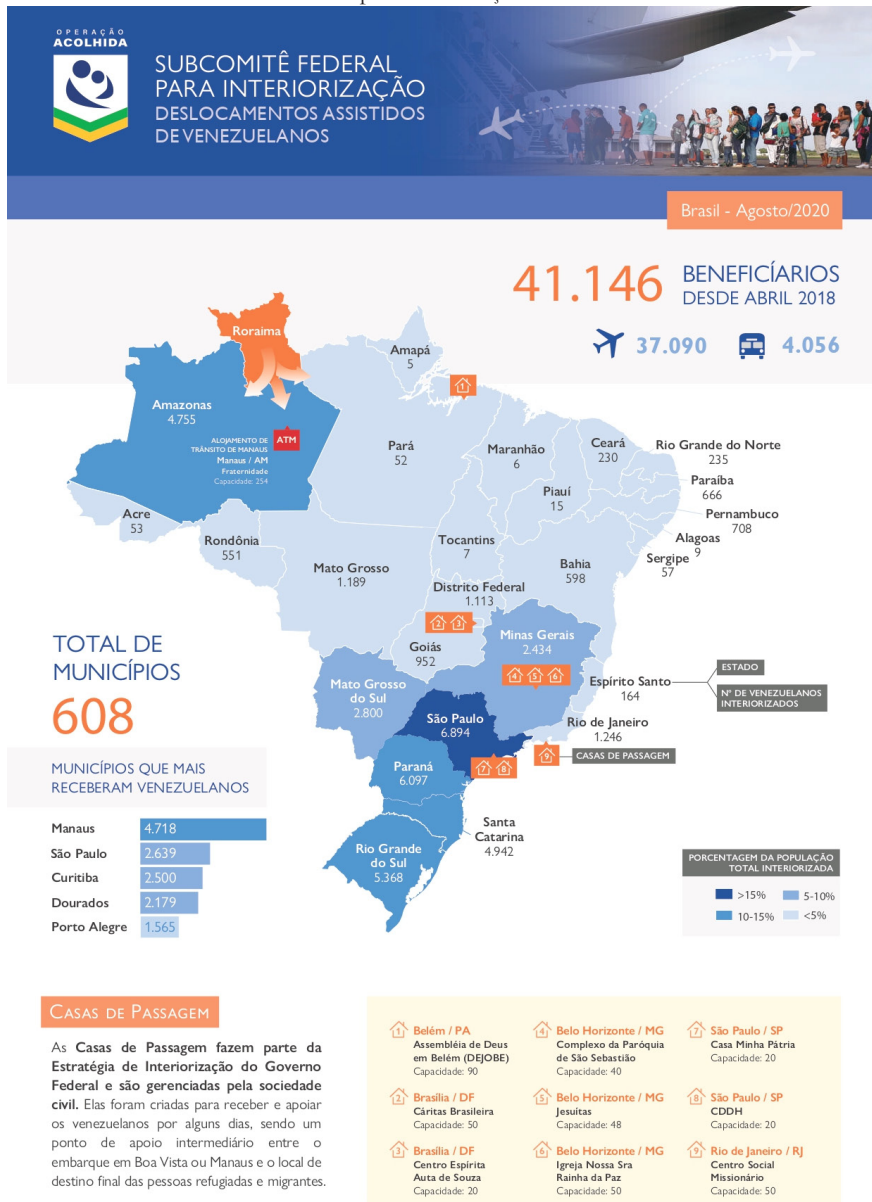
No que tange à chegada de venezuelanos na fronteira entre o estado do Amapá, pelo município de Oiapoque, com a Guiana Francesa, via Saint Georges, esta fronteira se diferencia de outras brasileiras, principalmente porque o lado francês tem controles mais rigorosos para o ingresso de venezuelanos do que o lado brasileiro. A circulação de pessoas até Saint-Georges, por meio das embarcações, conhecidas como catraias, que cobram em média R\$10,00 ou € 5,00 pela travessia ida e volta, não significa que o ingresso em Caiena seja tão simples e facilitado. Mesmo com a abertura oficial da Ponte Binacional desde 2018, a circulação através de embarcações continua. Na Ponte, há um posto de controle dos oficiais franceses em relação às entradas nesse Coletivo Territorial da França.

A proximidade entre o Amapá e a Guiana Francesa despertou interesses econômicos e tentativas de acordos de integração. O interesse econômico, por vezes, está acima de tratativas voltadas para a migração, já que, mesmo a Guiana Francesa sendo um território europeu, a exigência de visto para aqueles que desejam ingressar na região tornou-se uma barreira para os migrantes, incluindo brasileiros e venezuelanos, além de outras nacionalidades.

O isolamento geográfico do Amapá do resto do Brasil e o da Guiana Francesa em relação à França podem ser o *leitmotiv* de haver um número baixo de migrantes venezuelanos em ambos os lugares, quando comparado com outras regiões do Brasil e mesmo com o continente latino-americano. No campo de acolhimento organizado pelo governo brasileiro aos migrantes venezuelanos por razões humanitárias, a chamada interiorização se destacou como a principal estratégia de inserção social e econômica dos venezuelanos que ingressam no Brasil (Figuras 2 e 3).¹¹

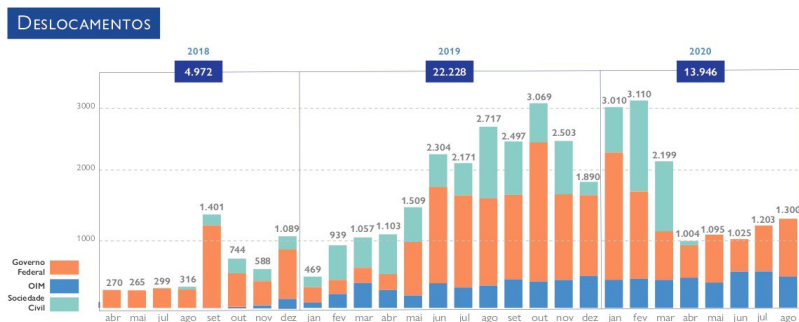
11 Iana dos Santos Vasconcelos destaca e questiona a preeminência e a ambigüidade entre políticas de acolhimento, controle, repressão praticadas pelas Forças Armadas brasileiras contra venezuelanos no Brasil. Segundo a autora, “A chamada Operação Acolhida, que envolve o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, se norteia em três frentes de atuação: ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização. [...] O ordenamento de fronteira caracteriza-se pela primeira recepção dos imigrantes, ainda à beira da estrada, antes mesmo de sua entrada na zona urbana de Pacaraima. [...] O abrigamento certamente é o aspecto mais visível da atenção militar para os solicitantes de refúgio. [...] Foi implementada ampla infraestrutura para recepção e identificação dos venezuelanos recém-chegados, sobretudo em Pacaraima, primeira cidade brasileira após a fronteira Brasil-Venezuela, e na capital Boa Vista, onde se concentra a maior parte desses migrantes. [...] Na interiorização (oferta de emprego, abrigo, reunião familiar, amizade), as Forças Armadas, em parceria com agências internacionais, instituições civis e empresas privadas, visam encaminhar os/as migrantes venezuelanos/as que voluntariamente queiram se deslocar para outros estados brasileiros” (2020, p. 149-155). Em dois anos, já foram destinados aproximadamente R\$ 500 milhões para esse programa Operação Acolhida.

FIGURA 2: Dados do Subcomitê Federal para interiorização. Deslocamentos assistidos de venezuelanos.



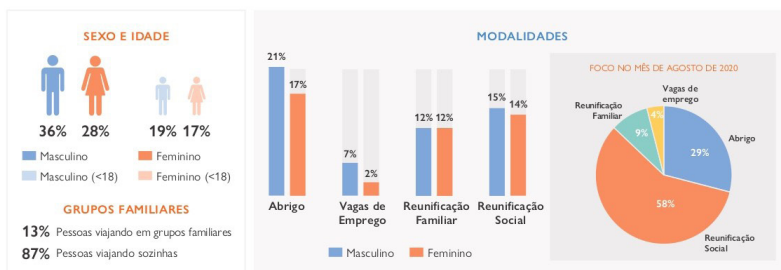
Fonte: OIM (2020a).

FIGURA 3: Dados do Subcomitê Federal para interiorização. Deslocamentos assistidos de venezuelanos.



PERFIL DOS VENEZUELANOS

* Dados referentes às informações disponíveis sobre os voos do Governo Federal e da OIM



DE BOA VISTA A BELO HORIZONTE



“A Operação Acolhida, com a OIM e todos os parceiros, está fazendo um grande trabalho para os venezuelanos, desde a documentação até as viagens de interiorização”, Renner.

O venezuelano foi um dos 1.300 beneficiários da Estratégia de Interiorização em agosto. Ele saiu de Boa Vista com a esposa e o filho de 11 anos e ficou na Casa de Passagem de Belém por alguns dias até seguir para Belo Horizonte.



Com o apoio financeiro do Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM) do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA



Fonte: OIM (2020b).

Independentemente das motivações do governo, o programa de interiorização teve um forte efeito pragmático e simbólico no acolhimento das pessoas venezuelanas. Todavia, várias delas têm se interiorizado espontaneamente, sem participar do programa de interiorização, nos moldes adotados pelo governo federal desde o início do ano de 2015. Este é o caso dos interlocutores encontrados em Macapá e Oiapoque.

Como no caso da família mencionada no início deste texto, e na própria trajetória de Emilio, as dinâmicas migratórias de venezuelanos observadas na região da fronteira Guiana Francesa e Amapá apontam para a sua espontaneidade. Neste caso, a presença ou a participação do Estado é reduzida ou mesmo inexistente. Os interlocutores desta pesquisa chegaram ao Amapá e à Guiana Francesa por conta própria, sem apoio direto de agentes estatais, ainda que tenham utilizado meios de transporte diversos e realizado trajetórias muito distintas entre si. De acordo com dados da ACNUR, o Amapá teve 42 pedidos de solicitação de refúgio de venezuelanos em 2018, por intermédio do CONARE. Contudo, a OIM divulgou os números dos deslocamentos assistidos até dezembro de 2019, o Amapá sendo o único estado da federação que não havia recebido venezuelanos através da Operação Acolhida.¹²

Como evidenciado na trajetória de Emilio e de tantos outros, os meios utilizados para chegar à Guiana são diversos, como embarcações (catraias), ônibus, caminhadas etc. Os recursos mobilizados para chegar até Caiena são altos devido à distância geográfica. No caso do Emilio, ele pediu carona e ajuda das pessoas durante o percurso da viagem.

Atraídos pelo euro e pela vida econômica na Guiana Francesa, boa parte dos interlocutores afirma ter decidido ir à Guiana pela possibilidade de se inserir no mercado de trabalho, de ter melhores condições de vida no que tange à saúde, à educação, às condições socioeconômicas etc. Todavia, esses desejos nem sempre se concretizam. À exceção dos casos das irmãs venezuelanas Marina e Valentina, das quais trataremos mais adiante, que contaram com o apoio da tia Carla, médica residente em Caiena, também venezuelana, os demais entrevistados enfrentaram dificuldades para permanecer na Guiana Francesa – tanto documentais quanto de assistência material.

Desta forma, pelo conjunto de dados obtidos, observa-se que o estado do Amapá e a própria região da fronteira Guiana Francesa e Amapá são possíveis locais de instalação procurados de maneira espontânea pelos venezuelanos, que,

12 Não temos a informação porque o Amapá não havia recebido pessoas venezuelanas através do Programa de Interiorização. No entanto, é importante dizer que a participação depende dos municípios e dos estados manifestarem interesse no acolhimento dos venezuelanos e das venezuelanas.

em sua maioria, enfrentam longas jornadas até chegar ao seu destino. Há uma ausência de dados quantitativos acerca da passagem e da permanência dessas pessoas tanto no Amapá quanto na Guiana Francesa, o que também representa um desafio para a formulação de ações e políticas públicas de apoio nesta região, tal como o Programa de Interiorização, além de outros.

“GRAÇAS A DEUS, ESTOU VIVO!”: GOVERNAR AS MOBILIDADES

O sr. Guzmán, 61 anos, casado, sete filhos, chegou a Caiena em junho de 2016. Ele morava em Caracas antes de deixar a Venezuela. Tinha dupla nacionalidade: dominicana, por nascimento, e venezuelana, pela naturalização. Na Venezuela, viviam cinco filhos do sr. Guzmán, dois foram para a República Dominicana, os três que permaneceram na Venezuela já são adultos e construíram famílias. Ele expressou seu sentimento de gratidão pela vida, “Graças a Deus, estou vivo!”.

Estou vivo, que é o mais importante. Por um lado, me sinto mal, porque não vejo minha família. [...] Não posso retornar para Venezuela, porque posso ser preso ou morto. Sinto-me perseguido pelo governo venezuelano. Estou vivendo um calvário, pois se o governo da Guiana Francesa aprova minha situação para viver aqui, eu retiro a minha família da Venezuela, para viver na Europa e não aqui, em Caiena. O governo venezuelano está matando as pessoas, e quando os corpos aparecem, informa que foram ajustes de conta (sr. Guzmán, em Caiena, novembro de 2018).

Segundo ele, corria risco de vida no país porque se negou a pegar uma pistola oferecida por militares para disparar contra uma multidão. Após esse evento, recebeu ameaça de morte da parte de alguns policiais que já o conheciam. Quando decidiu sair da Venezuela, queria ir para o Chile,¹³ porém, durante a viagem, conheceu um pastor peruano residente em Manaus, que lhe falou da Guiana Francesa como um lugar onde poderia encontrar trabalho e receber em euro. Segundo o pastor, em Caiena havia muitos venezuelanos, que são pescadores, e que ganhavam em torno de € 500,00 semanalmente.

Quando decidiu realizar a viagem, o sr. Guzmán não tinha parentes e amigos em Caiena. Viajou sozinho para Ciudad Bolívar, região Sudeste da Venezuela, de avião, depois pegou um ônibus até Santa Elena de Uáiren. Seguiu para Boa Vista,

13 Esta escolha do sr. Guzmán está associada ao fato de que, em 2015, intensificou-se a migração venezuelana para a região de Santiago do Chile, chamada pelos venezuelanos de uma segunda Caracas. Para aprofundar sobre as pessoas venezuelanas em outros países latino-americanos, ver Gandini, Ascencio e Prietro (2019).

em Roraima. De lá foi até Manaus e foi de barco até Belém. Na viagem descobriu que pegou o barco errado, que ia para o Peru. Passou 14 dias viajando e depois o trocaram de barco, para rumar para Belém. Seguiu para Macapá, passando por Oiapoque e Saint-Georges para alcançar Caiena. A viagem durou 23 dias e foi realizada em diferentes meios de transporte, barco, ônibus etc.

Em Saint Georges foi impedido de entrar porque não tinha visto exigido pelo governo francês. No controle de fronteira, o policial francês o avisou que deveria ser deportado. Nesse período, já havia uma desconfiança generalizada dos oficiais de fronteira e das autoridades públicas em relação ao aumento exponencial dos números de solicitantes de refúgio em todos os territórios franceses. Então, esses oficiais já rejeitavam um número crescente de potenciais solicitantes de refúgio antes mesmo que pudessem apresentar seus casos.

O sr. Guzmán não falava francês, então, exigiu um tradutor e um advogado para intermediar sua conversa. Depois de descrever a situação de violência e perigo que vivia na Venezuela, os policiais franceses se sensibilizaram e o orientaram a solicitar o refúgio. Como mostra Didier Fassin (2014), a exibição da comisseração substitui o reconhecimento de um direito garantido pela Convenção de Genebra de 1951. Segundo o autor, “a biopolítica do asilo deve ser entendida como a substituição de uma ordem social fundada na ‘obrigação’ por uma ordem social fundada na ‘solidariedade’” (p. 14).

O sr. Guzmán tinha provas em seu celular das ameaças que sofreu, mas, segundo ele, este foi perdido durante a viagem, bem como suas malas, documentos e roupas. A OFPRA estabelece mesmo que o migrante ingresse sem documentos em território francês, ele pode solicitar refúgio. A análise do pedido pode durar até dois anos sem nenhuma garantia de a solicitação ser aceita, como no caso de Emilio.¹⁴

É Interessante observar o dilema vivenciado por policiais através dos contatos com os migrantes na fronteira e como um processo burocrático-administrativo pode se tornar “emocional” dependendo das circunstâncias. No entanto, é preciso nuançar este fato, pois, como mostra Fassin, “tais emoções podem ter seus limites, como a repetição de narrativas patéticas que corrói as respostas afetivas dos funcionários públicos e até mesmo provoca uma desconfiança geral em relação à acumulação de infortúnios narrados pelos candidatos a asilo” (FASSIN, 2014, p. 5). É, por esta razão que alguns funcionários na Guiana Francesa diziam que a maioria dos pedidos de refúgio era negada, visto que as mesmas histórias se repetiam e os solicitantes não apresentavam provas convincentes. Havia certo

14 Para saber mais sobre os procedimentos de pedido de refúgio e asilo, deportações na Guiana Francesa, ver Joseph (2020).

descrédito quanto aos solicitantes de refúgio, desqualificando-os e pondo em dúvida suas histórias de ameaças e de perseguições para legitimar práticas de securitização e de criminalização das mobilidades. No entanto, tais afirmações dos funcionários merecem também um olhar crítico, desnaturalizando o Estado-cêntrico para levar a sério as experiências vividas pelas pessoas, pois havia uma linguagem estatal que mobilizava expressões como “falsos refugiados” para se referir aos “migrantes econômicos”, que reivindicam o refúgio, tendo se tornado central para o senso comum burocrático.

Num outro plano, quando aportou, sr. Guzmán trouxe US\$1.200,00. Na fronteira com o Brasil pagou R\$ 200,00 e foi assaltado na cidade de Belém, quando levaram o resto de seu dinheiro. Daí o deixaram em uma casa de acolhida. Depois, seu irmão lhe mandou mais dinheiro para poder seguir viagem. Ele conheceu alguns pescadores venezuelanos. Alojou-se num quarto que anteriormente fora usado para a vigilância do porto.

Em Caiena conheço muitos venezuelanos, pois a maioria dos pescadores é venezuelana, e vivem da pesca artesanal. Nas embarcações viajam em média 17 pessoas, viajando em 50 embarcações. Todos os dias faço contato com os pescadores, pois vivo aqui no porto (sr. Guzmán, em Caiena, novembro de 2018).

Dentre os solicitantes de refúgio, na época, alguns recebiam do governo francês um subsídio mensal de aproximadamente 300 euros (uma média de 11,20 euros por dia), chamado de *Allocation temporaire d'Attente* (ATA). Porém, para receber tal auxílio, era proibido ter vínculos empregatícios ou desenvolver atividade remunerada, o que nem sempre era respeitado, alguns fazendo “bicos” sem vínculos empregatícios, como no caso de sr. Guzmán, que às vezes vendia peixe no porto. Uma parte dos 300 euros que ele recebia era usada para pagar suas necessidades e, quando dava, enviava alguma quantia para sua família na Venezuela.

O sr. Guzmán descreveu a boa vida em família que levava e o amor à Venezuela. Nutria a expectativa do reencontro com a família. Para ele, migrar, saber e poder viver longe da família eram recursos importantes, mesmo estando em situação de precariedade e na condição de refugiado.

Em maio de 2019, numa viagem para a Guiana Francesa e indo até o porto, não foi possível reencontrar o sr. Guzmán, pois tinha partido para o Panamá.¹⁵ Através de uma ligação pelo celular, disse que não ter podido permanecer em

15 Desde 2015, o Panamá também se tornou um dos espaços migratórios venezuelanos, tanto como lugar de passagem como de residência.

Caiena, o seu pedido de asilo havia sido rejeitado, perdera a ajuda do governo francês, ficando sem trabalho e salário, só com a ajuda financeira dos pescadores *margaritenhos*,¹⁶ e por isso partira para o Panamá. A ausência de evidências prevaleceu sobre seu testemunho, apesar da crise política e da situação atual de violência sem precedentes vivida na Venezuela. A experiência de sr. Guzmán permite refletir sobre as tecnologias de governo (FOUCAULT, 2008 [1977-8]) e o caráter eminentemente coletivo da empreitada – que envolve também, evidentemente e de modo muito especial, os pescadores venezuelanos em Caiena.

Sua experiência em Caiena mostrou que a realidade, no entanto, era mais complexa do que as expectativas. Do ponto de vista econômico, não conseguiu ganhar os 500 euros como informara o pastor peruano; do ponto de vista burocrático, não pôde regularizar a situação para se manter no local causa da sua frustração, porque, segundo ele, sofreu perseguições políticas, ameaças de morte na Venezuela o que se deu pela falta de provas materiais e de documentos, e por questões burocrático-administrativas francesas, tendo sido rejeitado o seu pedido de refúgio. Tal experiência permite olhar criticamente o Estado-cêntrico e seus processos político-administrativos que se efetuam através de tecnologias de poder e de controle que, por vezes, escapam e não dão conta das experiências vividas pelas pessoas.

O TRABALHO

Samuel é um barbeiro venezuelano de 29 anos, nasceu no estado de Vargas, capital La Guaira, o chamado litoral de Caracas, o mesmo lugar de origem dos primeiros pescadores venezuelanos chegados à Guiana Francesa na década de 1960. Ele tem três filhos, cursou o ensino médio. Saiu de casa em novembro de 2017 para vir ao Brasil. Para realizar a viagem, reuniu dinheiro de seu trabalho como barbeiro e contou com a pequena ajuda de amigos e clientes, que há dez anos cortavam cabelo com ele. Para a viagem levou documentos pessoais, como passaporte e carteira de identidade, que foram roubados em Boa Vista. Conseguiu recuperar o passaporte em Roraima antes de ir para Macapá. Viajou apenas com uma mochila que continha algumas roupas e artigos de higiene.

Antes da viagem não contou para seus familiares sobre o projeto migratório para o Brasil, com exceção de seu companheiro de trabalho e alguns clientes. Saiu do estado Vargas e seguiu para Caracas, Ciudad Bolívar e Santa Elena. Ingressou

16 Refere-se às pessoas naturais da Ilha de Margarita, no Oeste da Venezuela.

no Brasil por Pacaraima, passou por Boa Vista, onde permaneceu por seis meses. Em Roraima não havia trabalho e era mais difícil encontrar uma oportunidade.

Juntamente com outras quatro pessoas, que conheceu em Boa Vista, foi caminhando e pegando carona por 8 dias de Boa Vista até Manaus. Ficou nesta cidade por quatro meses, trabalhando como barbeiro. De lá, Samuel viajou de barco até Belém do Pará, passando por Santarém, aí e permanecendo por um mês. No Brasil, solicitou e vive em situação de refúgio.

Samuel viajou para Belém para trabalhar como barbeiro em um hotel, onde também ficou hospedado, pois recebeu uma proposta de trabalho de um cliente do qual cortara o cabelo em Manaus. Em Belém, ao cortar o cabelo de outro cliente, este lhe ofereceu trabalho como barbeiro num shopping de Macapá. Em 2019, chegou a Macapá de avião. O atual empregador foi quem lhe pagou as despesas da viagem de Belém para Macapá.

Segundo Samuel, era muito difícil ficar longe da família, com a qual mantinha contato por vídeo-chamada pelas redes sociais (WhatsApp, Messenger e Facebook).¹⁷ Sua mãe desejava sair da Venezuela, e ele pretendia trazê-la para o Brasil. A sua ex-esposa é venezuelana e estava no Peru. Tinha planos para que seus filhos fossem morar com a mãe nesse país. A cada 15 dias, enviava remessas em torno de R\$150,00 para os filhos. O envio era realizado por um venezuelano que trabalhava para um brasileiro numa casa de câmbio em Boa Vista, que ele conhecera na época de sua estada por lá.

Observa-se que, na trajetória de Samuel até chegar a Macapá, sua mobilidade pelas cidades de Boa Vista, Manaus e Belém se deu em função dos contatos com seus clientes nas barbearias onde trabalhou. Samuel demonstrava orgulho e reconhecimento pelo trabalho realizado. Em Macapá, ele estabeleceu relações de confiança com seus patrões, que também o acolheram em casa e posteriormente alugaram um apartamento para se hospedar. O aluguel era pago com parte do seu salário, em torno de R\$ 450,00.

O trabalho se torna crucial no contexto migratório dos venezuelanos na região da Guiana Francesa e do Amapá. Como diria Abdelmalek Sayad, o “trabalho é a razão de ser do imigrante, o trabalho contém em si, a partir de nossa representação atual do mundo, toda a inteligência do fenômeno migratório

17 Desde 2018, a Venezuela padece de uma crise energética, não há luz de forma regular. O colapso no sistema elétrico também afetou drasticamente a comunicação entre os que estão fora do país e os que ficam, muitas vezes, gerando angústias pela falta de notícias dos familiares. Ver <https://www.voanoticias.com/venezuela/colapso-electrico-en-venezuela-un-ingrediente-mas-de-la-profunda-crisis>. Acesso em 30/12/2020.

[...]” (2000, p. 21). Para boa parte dos interlocutores, o trabalho está na origem de seu projeto migratório, assume dimensão importante pelo fato de representar uma forma de buscar uma vida melhor para si e para os que ficam na Venezuela. É importante salientar também que alguns deixaram para trás empregos como médicos, enfermeiros, professores, comerciantes, engenheiros – o que também coloca em questão a visão do migrante venezuelano como vítima de uma situação de necessidade extrema e nos obriga a considerar um conjunto mais complexo de motivos que a análise da situação atual sociopolítica e econômica do país ilumina.

Além do trabalho, a dimensão familiar também aparece como importante motivadora da migração nos relatos de outros venezuelanos, principalmente pelas redes de apoio na Venezuela, no Brasil e na Guiana Francesa, seja através do apoio financeiro na viagem, seja como forma de ajuda aos recém-chegados da Venezuela. No caso de Blanca, a configuração familiar e a decisão de migrar para o Brasil alteraram significativamente sua vida, tanto pelo divórcio do marido quanto pelo apoio dos demais familiares no Brasil.

A FAMÍLIA E O RETORNO

Blanca, 27 anos, professora, divorciada, natural de Bejuma, Carabobo, na Venezuela, tem dois filhos. Na época em que a conhecemos o mais novo tinha 2 anos e o mais velho 4. Filha de mãe brasileira e pai venezuelano, tem dupla nacionalidade. Quando ela tinha 10 anos de idade, sua mãe solicitou no consulado a sua nacionalidade brasileira.

Na época da entrevista, estava há um ano vivendo no Brasil. Tem família em Belém, onde sua mãe e os dois filhos ficaram. Segundo Blanca, “está mais difícil de conseguir trabalho em Belém”, então decidiu ir para o estado vizinho, o Amapá. Ela morava no interior do estado, no município de Pedra Branca do Amapari, onde conseguiu um trabalho na Prefeitura Municipal como diretora do Departamento de Ensino, trabalhando com educação especial e ministrando palestras para o corpo docente.

Logo que chegou ao município viveu com sua tia, e vendia bolos e lanches típicos venezuelanos no hospital da cidade, até conseguir o trabalho na prefeitura. Seu pai faleceu há dez anos na Venezuela. O ex-marido de Blanca é venezuelano, atualmente mora na Colômbia. Separaram-se antes de saírem da Venezuela. A princípio, viriam juntos para o Brasil, mas com a separação, rumaram para países

diferentes. Ainda quando estava na Venezuela, em razão da escassez de produtos, viajava regularmente para a Colômbia para comprar fraldas e alimentos. Seus filhos foram a principal motivação para ela sair da Venezuela a fim de possibilitar um futuro melhor para eles.

Na Venezuela, trabalhou inicialmente por dois anos como professora substituta numa escola para crianças especiais. Depois, foi aprovada num concurso para coordenar uma casa de idosos. Após seis meses trabalhando nesse novo emprego, decidiu deixar o país. Ganhava o equivalente a R\$ 8,00 por mês, o que não dava para custear suas despesas básicas. Devido à inflação na Venezuela, não tinha condições de se manter lá, mesmo com o salário dela e do ex-marido. Nas suas palavras, “Aqui tem comida no supermercado, lá não tem. O governo começou a ameaçar as famílias de pegar as crianças de 7 anos e levar para uma escola militarizada” (Blanca, Macapá, janeiro de 2019).

Decidiu sair da Venezuela em novembro de 2017. A família de Belém ofereceu moradia, viviam todos num quarto na capital paraense. Ela enfrentava muita dificuldade para conseguir o reconhecimento do seu diploma de graduação no Brasil, porque ainda lhe faltavam os registros das disciplinas cursadas na Venezuela; algumas faculdades estavam em greve e, sem elas, não podia prosseguir com o processo de revalidação. Segundo ela, este era um requisito fundamental para ter acesso a melhores empregos e salários, ou seria um passaporte valioso para poder prestar concurso público no Brasil. Sua irmã é médica geriatra e também não conseguia revalidar seu diploma no país.

Antes de deixar a Venezuela, Blanca foi ao consulado brasileiro para fazer a documentação da dupla nacionalidade dos filhos. Com a venda de todos os seus móveis, joias e eletrodomésticos, conseguiu realizar a viagem de avião. Partiu de Caracas para o Panamá. Depois, foi do Panamá até Bogotá, de Bogotá até Manaus, fazendo conexão em São Paulo. Em Manaus passou uma noite em um hotel. No dia seguinte fez o trecho Manaus-Belém.

Teve dificuldades por estar viajando com duas crianças. Na mala, estavam as roupas dos filhos, fraldas que conseguiu comprar na Colômbia e também computador portátil, que foi apreendido no aeroporto da Venezuela. O diploma veio escondido na mala, porque, segundo ela, para o governo venezuelano, ninguém poderia sair levando algo que o país possibilitou à pessoa. “Você deixa o país, mas não leva o que você fez aqui”.

Na época da entrevista, há cinco meses não via seus filhos, que ficaram em Belém com sua mãe, e expressava sua tristeza de estar longe deles, sem

poder abraçá-los. Dizia que se sentia acolhida no Amapá, estabelecera laços de amizade, mas sentia um pouco de ciúmeira por parte de pessoas locais, que não consideravam justo uma “estrangeira” ter um cargo na prefeitura.¹⁸

Com o salário que ganhava, além de usar para seu sustento, enviava dinheiro para a Venezuela por meio de uma casa de câmbio em Roraima. Fazia transferência para o Banco Bradesco em Boa Vista e enviava para seu primo, e outra parte enviava para os filhos em Belém. Blanca era a única que tinha salário regular para manter seus familiares nos dois países.

Quando falava da Venezuela, descrevia com indignação que não conseguia fazer nada com o salário que recebia. Sentia-se ameaçada quando o governo dizia que poderia tomar os filhos das pessoas para levá-los para uma escola militarizada. Nas suas palavras, “O governo afundou a Venezuela. Se o governo Maduro sair hoje, eu volto amanhã para ajudar a reconstruir meu país”. Seu sonho era retornar, ver seu país prosperar, ter seu emprego de volta, porque teve que romper o vínculo empregatício antes de vir para o Brasil. Como observado na sua afirmação, Blanca e outros interlocutores tinham uma visão crítica do cenário socioeconômico e político da Venezuela, bem como do governo atual.

Blanca sonhava um dia voltar para sua cidade natal: “meu sonho era retornar para minha casa e estar no meu apartamento na Venezuela, no meu município”. Frequentemente mantinha contato com seu primo por aplicativo de mensagens, mas a internet era inconstante. “Evito falar pelo telefone, pois tenho informação de que o governo monitora a comunicação”. Tinha tia e primos vivendo na Venezuela.

A história de Blanca permite iluminar a dimensão familiar e do retorno da migração. É a família que estava também na origem de sua decisão de migrar para o Amapá para contribuir na manutenção dos que ficaram no Pará e na Venezuela. Do dinheiro que recebia no Amapá, enviava R\$ 600,00 por mês para sua mãe e os dois filhos no Pará; e para os outros familiares que ficaram na Venezuela, incluindo seu avô doente, enviava R\$ 500,00 mensalmente para sua medicação e seus alimentos.

No final de 2019, Blanca decidiu deixar o emprego na Prefeitura de Pedra Branca do Amapari para reencontrar os outros familiares e seus filhos que ficaram em Belém, no Pará. Lá abriram um pequeno restaurante de comidas venezuelanas. Meses depois, mudou-se, e atualmente está vivendo em Criciúma, no estado de Santa Catarina, onde está trabalhando em um hotel e vivendo na casa de alguns amigos.

18 Vasconcelos (2020) descreve os múltiplos preconceitos vivenciados pelas pessoas venezuelanas no Brasil, principalmente em Roraima.

Dizia ter o objetivo de reunir novamente a família e seus dois filhos, dessa vez em Santa Catarina, tão logo conseguisse recursos financeiros suficientes. Toda a trajetória de Blanca no Brasil é marcada pela busca de reunir e ajudar seus familiares e obter trabalho para o sustento de seus filhos. À medida que o tempo passa, a vontade de retornar para Venezuela diminui, conforme vai adquirindo a estabilidade financeira e as condições de trabalho aos poucos melhorando.

A questão do retorno à Venezuela apresenta-se de forma distinta nas falas dos interlocutores, sempre muito vinculadas à singularidade das trajetórias de vida de cada pessoa e família. Para Sayad (2000, p. 11), “o retorno se apresentaria como um natural desejo de todo migrante”. Seria como recuperar a visão ou a luz que falta ao cego. Todavia, como cego, sabem que o retorno é um empreendimento impossível. O que lhes resta, então, é se refugiarem numa intranquila nostalgia ou saudade da terra (SAYAD, 2000).

Como mostra Bela Feldman (1995), aparentemente as práticas sociais dos migrantes podem sugerir uma certa nostalgia da terra natal, no entanto, ela considera que essa experiência é cercada de múltiplas camadas de tempo e espaço, que com frequência geram conflitos entre os migrantes ao verificarem as mudanças nas suas condições e na interseção de culturas. Esta nostalgia está presente nas narrativas dos venezuelanos, e o conflito entre tempo e espaço aparece no momento da decisão de migrar e, mais tarde, no desejo de retornar às suas cidades.

As trajetórias venezuelanas abordadas nesta pesquisa rompem com a lógica de migração clássica, de maneira semelhante àquela descrita por Handerson Joseph (2015) acerca dos haitianos chegados ao Brasil e daqueles que seguem a viagem para a Guiana Francesa.

[...] Estes sujeitos em mobilidade rompem com a lógica de emigrantes e imigrantes, como, por exemplo, aqueles que saem de um lugar X de origem para ir a um lugar Y de destino. Não há apenas um movimento unidirecional de um lugar de saída (Haiti) para outro de destino (Brasil ou Guiana Francesa). Por isso, devem ser compreendidos na equação de pessoas em mobilidade (JOSEPH, 2015, p.43).

Independente da singularidade das trajetórias, a família exerce papel central nos relatos. Todas as pessoas entrevistadas tiveram seus familiares como um núcleo de apoio, seja na Venezuela, no Brasil, ou na Guiana Francesa, contribuindo na viagem, emocional ou materialmente, em alguns casos, através de auxílio de moradia e alimentação. Além disso, a família que permaneceu na Venezuela aparece também como um vínculo de manutenção dos laços com o

país, seja por meio dos contatos pelas redes sociais, por ligações frequentes, ou por conta do envio de remessas para manter os que ficam.

Em alguns casos, as remessas eram realizadas semanal ou mensalmente, conforme a possibilidade de cada um, ou de acordo com a data de recebimento de dinheiro no país de instalação. Se no Brasil os venezuelanos utilizavam casas de câmbio em Roraima para enviar remessas para os que ficaram, no valor que variava entre R\$ 150,00 (€23,00) e R\$ 600,00 (€94,00), por sua vez, em Caiena, remetiam em euros, entre €50,00 e € 150,00, utilizando as casas de câmbio locais. Os residentes na Guiana Francesa enviavam mais dinheiro do que os do Brasil, pois, além de receberem melhores salários, o valor do câmbio do euro era mais favorável para eles.

Como foi destacado por Massey, Alarcón, Durand e González (1987), a migração suscita um processo que se constrói a partir das experiências individuais e que contribui, por sua vez, para reproduzir as condições de movimento para os futuros viajantes. A dinâmica coletiva da mobilidade merece atenção. Diferentes estratégias são utilizadas por algumas famílias para decidir quem viaja e para onde viajar. Não se trata de um processo mecânico ou unidimensional.

“EM CAIENA, ME SINTO SEGURA”

Marina é uma jovem venezuelana de 25 anos, solteira, católica e estudante de mestrado (Master II) em Sociedade e Interculturalidade, na Universidade da Guiana Francesa, em Caiena. Nasceu na ilha Nova Esparta, a mesma localidade de onde vem atualmente a maioria dos pescadores venezuelanos que trabalham em Caiena. É primogênita, sua única irmã morava com ela, e seus pais viviam na Venezuela. Neste país atuava como professora de inglês numa escola, ganhava em torno Bs. 50.000 por mês, equivalentes a US\$ 2,00 mensais. Para o sustento da família, juntava seu salário com os de seus pais, para que pudessem comprar os itens de suas necessidades.

Em outubro de 2017, com o apoio dos pais e da tia Carla, residente em Caiena, decidiu deixar o país e ir para a Guiana Francesa porque a situação piorava a cada dia na Venezuela. Segundo Marina, estando num engarrafamento com seus pais na cidade de Valência onde residiam, foram sequestrados por pessoas que diziam querer dinheiro. Este evento foi o principal motivo de deixar o país. Os pais ficaram sequestrados por seis dias, Marina ficou por oito. Durante o sequestro sofreram violência psicológica, os sequestradores diziam “vamos matar vocês”.

O pagamento foi feito em duas vezes, um para o resgate dos pais, e o outro, para o da Marina. Primeiramente exigiram dólares ou euros, porém nos bancos não era simples levantar uma quantia maior em dinheiro devido à situação econômica no país. Os sequestradores queriam dinheiro em espécie, mas também aceitavam comida, roupas ou outros objetos. A família conseguiu reunir dinheiro para pagar com Bolívares. Nas palavras dela, “Tem sempre que pensar e agir conforme o governo, do contrário você é perseguido. Principalmente se você tem ideias ou pensamentos diferentes do governo. O governo não se importa com as pessoas, os venezuelanos estão lutando para sobreviver” (Marina, Caiena, novembro de 2018).

Marina falava francês antes de ir para Caiena. Com o intermédio da embaixada francesa na Venezuela, ela expôs sua situação, e a auxiliaram nas providências em relação à obtenção de documentos. Buscou o curso de mestrado na Universidade da Guiana Francesa pela internet. Fez contato com a instituição e, depois do aceite, solicitou o visto de estudante. A tia Carla ajudou-a com recursos para organizar a viagem, e em sua casa Marina se hospedou.

Ela saiu de Caracas de avião, indo para Trinidad e Tobago, onde passou dois dias. Depois voou para Paramaribo, no Suriname, e ali pegou um táxi que a levou até a fronteira com a Guiana Francesa. Lá, pegou uma van que a deixou onde a tia residia. Ela gastou em torno de € 1.000 para fazer toda a viagem de aproximadamente quatro dias.

Quando chegou a Caiena, Marina estava muito abalada, porque haviam se passado apenas duas semanas do sequestro, e também porque tinha deixado sua família para trás. As primeiras semanas foram muito traumatizantes e difíceis para ela. Trouxe uma única mala, com poucas roupas. Durante o sequestro roubaram boa parte de seus objetos e documentos, como diploma e certidão de nascimento, e também fotos dela com a família.

Na Guiana, Marina tinha *titre de séjour*, documento legalizador da situação do estrangeiro em território francês. Quando questionada se era refugiada, dizia se reconhecer como estudante. Em Caiena, ela acompanhava sua irmã Valentina, de 17 anos, à escola, e depois ia para a universidade todos os dias. Marina trabalhava como assistente de espanhol numa escola pública. Segundo ela, sentia-se bem afetivamente, porque tinha seus tios e sua irmã morando juntos em Caiena, mas acreditava que, se estivesse sozinha, poderia ser outra situação. Ao mesmo tempo, achava difícil ter deixado seu país, e ver que a cada dia a situação ficava ainda pior na Venezuela. Os pais de Marina pensavam em ficar no país, porque seus avós ainda

estavam vivos e necessitavam de ajuda. Após terminar o mestrado, pensava em conseguir um trabalho em Caiena, ajudar sua irmã na escola e apoiá-la para seguir os estudos universitários. Ela mantinha contato com seus familiares e amigos. Sentia muita falta de seus pais e da comida venezuelana. Seus amigos saíram da Venezuela e estavam vivendo em países diferentes, como Peru, Colômbia e Argentina.

Por ocasião da entrevista, evitamos falar sobre o sequestro, porque percebíamos que o assunto não deixava Marina confortável, trazia lembranças desagradáveis. Por conta disso, a Venezuela não estava nos seus planos de retorno, pois temia ser novamente sequestrada. Após a chegada de sua irmã Valentina, que está sob a guarda de sua tia, o propósito de permanecer na Guiana Francesa passou a ter um novo sentido. Contudo, dizia sentir saudades dos pais, mas entendia que partir fora a melhor decisão que tomara diante do evento do sequestro. A trajetória de Marina suscita um conjunto de associações ligadas às racionalidades econômicas, às questões afetivas e emocionais, às dimensões individuais e familiares.

Estas emoções são, no entanto, ambivalentes. A Venezuela era representada como um lugar de referência, de pertencimentos, de saudades, de memórias e de laços que são recriados de diferentes formas: a distância, nas ligações telefônicas, por exemplo. Entretanto, também aparecia como o lugar de onde não pode voltar, devido à falta de perspectivas de trabalho, às questões de saúde ou ao difícil acesso à mercadoria e aos alimentos, sobretudo ao medo de ser sequestrado novamente. Estas duas dimensões, o pertencimento e a vontade de estar longe, andam juntas e se correlacionam.

Marina teve que lidar com múltiplos sofrimentos iniciados na Venezuela e que continuam em Caiena. Nesse sentido, a vida que se inicia no lugar de instalação, o acolhimento dos familiares, a formação acadêmica que se continua através dos estudos de mestrado, o novo emprego e as novas amizades não necessariamente eliminam o sofrimento, mas podem contribuir para lidar com os antigos e transformá-los em outros, como a saudade dos pais, os resquícios da violência psíquica do sequestro, o abandono dos bens materiais, a perda dos laços com os amigos que foram para outros países, o medo do retorno, mas sem expectativas de quando isso poderá acontecer.

Em maio de 2019, foi possível Valentina e Carla puderem ser entrevistadas. Carla tem 50 anos, nasceu em Caracas e é casada. Seu marido é franco-venezuelano. Juntos, tiveram um filho que nasceu em Caracas, mas vivia e estudava em Paris.

Em Caiena, Carla vive com seu marido, sua sogra e suas sobrinhas Marina e Valentina. É médica e, na época, atuava em um hospital privado.

Valentina nasceu em Carabobo, Valência, vivia com os pais e Marina antes de realizar a viagem, em março de 2018, financiada pela tia Carla. Fez uma longa viagem, foi à Nueva Esparta, em Margarita, para pegar um voo, de lá rumou para Trinidad e Tobago, onde ficou por alguns dias. Depois, pegou outro voo para o Suriname. Lá fez uma conexão de uma hora e nesse mesmo avião chegou a Caiena. Como Valentina era menor de idade (na época tinha 16 anos), durante a viagem a mãe a acompanhou até Caiena, depois retornou para a Venezuela.

Quando Marina e o pai foram sequestrados, Valentina estava em Nueva Esparta, em férias com o avô. Valentina considerava que todo migrante era um valente. “Migrar é um ato de valentia”, dizia ela. Ela fazia contato com a família e amigos frequentemente pelas redes sociais (Facebook, Messenger e WhatsApp). Segundo ela, a maioria de seus amigos migrou para a Argentina, o Chile, a Colômbia e o Panamá.

Ao contrário de outros relatos de venezuelanos em Caiena, Marina e Valentina foram as interlocutoras que mais contaram com o apoio das redes familiares. A tia, que residia em Caiena, financiou a viagem das duas, hospedou-as e intermediou a regularização da situação delas como estudantes. Como observado na trajetória de Marina e Valentina, os recursos para a viagem não se resumem aos aspectos econômicos. Também conta muito o fato de ter familiares no exterior, mesmo que a sua existência não garanta a mobilidade dos que ficam. A capacidade de acesso a redes e haver recursos à disposição são dois fatores essenciais do capital social dos candidatos à viagem, mas não os únicos.

Marina e Carla tinham laços de amizade com os pescadores venezuelanos que trabalhavam em Caiena, vinham da mesma região de Nova Esparta, nas *Islas Margaritas*. Carla fazia reuniões com os pescadores para criar uma associação de venezuelanos em Caiena. O objetivo principal era comprar remédios e alimentos para serem transportados até a Venezuela. Devido ao desabastecimento, eles viram nessa ideia uma possibilidade de enviar por meio das embarcações dos pescadores ajuda aos familiares e compatriotas que ficaram.

OS PESCADORES VENEZUELANOS NA GUIANA FRANCESA

No início da década de 1960, houve o advento das Companhias Internacionais de pesca, a principal sendo Pescarias Internacionais de Guiana (PIDEG, sigla

em francês). Nessa mesma década, começou a história social dos pescadores venezuelanos na Guiana Francesa, originários do porto La Guiara; atualmente são das Islas Margaritas (DESSE, 1988).

Nosso investimento reside no esforço etnográfico voltado à maneira com que a pesca artesanal se revela como um pilar das redes de mobilidades, e que atravessa direta e indiretamente a trajetória de vida das pessoas venezuelanas na Guiana Francesa, e por meio da qual os laços sociais e identitários culturais são tecidos. Quase todos os interlocutores tinham uma relação com a pesca artesanal ou com os pescadores, como observado nas trajetórias de Marina e Carla, que não eram pescadoras, porém originárias das Islas Margaritas, e estavam articulando a criação de uma associação com os pescadores. Por sua vez, Emilio e o sr. Guzmán, quando chegaram a Caiena, foram ao porto e receberam ajuda dos pescadores para permanecerem por um período no local e depois seguirem viagem.

Nesse sentido, o porto de Caiena, localizado no centro da cidade, ocupa um lugar especial na vida das pessoas venezuelanas e na paisagem guianense, sendo o local de desembarque da produção de quem atua na pesca artesanal, conhecido pelos moradores locais como reduto dos pescadores venezuelanos. Passando pelo porto, é possível ouvir as pessoas falando em espanhol. Ele fica próximo do mercado de peixe, da casa da Secretaria Cultural da Guiana Francesa e da fábrica de gelo. Essa região também é conhecida como o bairro dos brasileiros pela pequena favela que se formou na entrada do porto, tendo um número significativo de moradores brasileiros.

Basta ir ao porto para encontrar várias embarcações venezuelanas, como La Poderosa, que traz a imagem de uma santa, Carmentina, El Testigueiro Altamira, Cefiro II e Abrama-Pampatar, compondo a paisagem local. Além dessas, distanciando o olhar na paisagem do mar, havia também outras quatro ancoradas em águas mais distantes do porto. Os pescadores venezuelanos conhecidos na Guiana Francesa eram todos homens, contudo isto não significa que se trata de domínio masculino, evidentemente há mulheres que exercem tal atividade.

No porto, conhecemos sr. Omar, 40 anos, proprietário da embarcação Cleyfimar I, que transportava 16 pessoas. Quando questionado por que os pescadores venezuelanos atuavam na pesca artesanal em Caiena, o Sr. Omar respondeu o seguinte: “A pesca é a nossa arte”. Segundo ele, tanto as cores quanto as embarcações são regulamentadas por lei da Venezuela. Elas são pintadas de branco, com detalhes em vermelho e azul, cores da bandeira da Venezuela e da França. Para que os pescadores possam desenvolver esta atividade na Guiana

Francesa, necessitam de um contrato de trabalho com as três principais empresas francesas de pescado em Caiena: SAF, Cogumel e Mercado. Em 2019, 46 licenças de pesca foram concedidas pelo governo francês aos pescadores venezuelanos, assim divididas, SAF, 22; Cogumel, 18; e Mercado, 6.

Para que as licenças de pesca sejam renovadas anualmente, cada embarcação deve ter uma produção mínima de 35 toneladas de pescado por ano. Cada campanha dura em média dez dias pescando no mar. Em cada uma dessas campanhas, uma embarcação consegue uma média de 3 toneladas e meia. As embarcações são fabricadas na Venezuela. Cada uma é chamada de casa pelo sr. Omar, pelo fato de os pescadores fazerem todas as suas atividades nelas, dormem, comem, tomam banho, se vestem e viajam, em outras palavras, as embarcações participam também da vida social dos pescadores, das suas estratégias criativas para além da produção de renda, fazem parte de suas experiências vividas, constituindo também um empreendimento coletivo e familiar, por laços de sangue e de amizade entre as pessoas originárias das Islas Margaritas.

Em Caiena, os pescadores *margariteños* reivindicam o porto como o lugar de sociabilidade e a atividade da pesca artesanal como venezuelana. Eles constroem suas trajetórias de vida e de migração através do ir e vir entre a Venezuela e a Guiana Francesa. Um aspecto interessante na construção dessas demarcações socioespaciais e identitárias culturais é que elas são atravessadas pelas delimitações dos espaços, notadamente pelas maneiras de se apropriar, física e simbolicamente, do espaço relacional, que inclui pessoas, mercadorias, objetos e moedas.

Para além de ser uma atividade econômica, a pesca artesanal também é um recurso que se constitui através da “multipolaridade da migração” e da “interpolaridade das relações”. Como explicado por Emmanuel Ma Mung, com base em seus trabalhos com os chineses na França, “essas relações físicas (migração de pessoas), financeiras, comerciais, industriais se desenham e se apoiam sobre as redes de solidariedade familiares e comunitárias, de interesses econômicos e frequentemente políticos convergentes” (1992, p. 187). É oportuno entender essas mobilidades venezuelanas no contexto da noção de territórios circulatorios cunhada por Alain Tarrius. Itinerários e circuitos são cada vez mais complexos e mundializados e, a partir deles, surgem novas rotas imprevisíveis e inéditas, como é o caso do Amapá e da Guiana Francesa, no universo da mobilidade venezuelana. Segundo o autor, “os territórios circulatorios compreendem as redes definidas pelas mobilidades de populações que possuem o seu status de saber-circular” (TARRIUS, 2000, p. 125). Tarrius explica que

“a noção de território circulatório constata a socialização de espaços que, como se refere, seguem as lógicas de mobilidades” (p. 125).

Assim, o tripé que atravessa as trajetórias migratórias da maioria dos interlocutores e interlocutoras venezuelanas, o trabalho, a família e o retorno, constitui uma interseção tanto em Macapá quanto em Caiena. Estas três dimensões contribuem para fortalecer os laços com a Venezuela, bem como a reconfiguração de suas vidas como migrantes trabalhadores ou estudantes no Brasil e na Guiana Francesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo analisar as dinâmicas migratórias e de mobilidades venezuelanas na região de fronteira da Guiana Francesa e do Amapá. Ao longo do estudo, foi possível observar tanto a presença quanto a circulação de venezuelanos na região, ainda que possa ser considerada tímida em termos numéricos se comparada a outras regiões brasileiras, ou em outras fronteiras na América do Sul, como a Colômbia e o Peru. Isto pode ser compreendido pelo fato de o Amapá inicialmente não ter sido parte das ações de interiorização conduzidas pelo governo brasileiro, por meio da Operação Acolhida, para os venezuelanos que ingressaram no Brasil e decidiram participar de tal ação. Ainda assim, a presença dessa população traz mudanças na paisagem da Guiana Francesa e do Amapá.

Os dados empíricos contribuem para evidenciar outras rotas e outros circuitos da mobilidade venezuelana na região da Amazônia e das Guianas. As redes familiares e os laços de amizade tiveram um papel fundamental na mobilidade dos que saíram de diferentes cidades, como Táchira, Valência, Ciudad Bolívar, Caracas, Bejuma, Estado Vargas, e passaram por várias cidades e regiões brasileiras até chegarem a Macapá e Caiena. Os relatos revelam as principais razões que motivaram a migração venezuelana, sobretudo a partir de 2015, como uma consequência da situação econômica e sociopolítica na Venezuela que impactou a vida das pessoas residentes no país. Os relatos trouxeram à luz indícios de múltiplas violências, perseguições políticas, ameaças e sequestros.

O sr. Guzmán não teve a mesma oportunidade que Marina, embora ambos terem sofrido violências. Marina regularizou a situação através de um visto de estudante, contava com a ajuda familiar na Venezuela e na Guiana Francesa, enquanto o Sr. Guzmán teve seu pedido de refúgio rejeitado pelo governo

francês, contou com a pequena ajuda dos pescadores para se estabelecer no local e posteriormente seguir viagem. Já Marina afirma estar segura, principalmente porque está vivendo com seus familiares, além de estar seguindo seus sonhos e projetos individuais e familiares e estar trabalhando como professora de espanhol em uma escola de Caiena, tendo finalizado há pouco seus estudos de mestrado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

BAENINGER, Rosana. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coords.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP), 2018. p. 135-138.

BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (Coords.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP), 2018. p. 152-157.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. 3ª ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

DESSE, Michel. Les pêches guyanaises à la conquête de nouveaux espaces, analyse des vingt dernières années. **Les Cahiers d'Outre-Mer**, n.164, p. 357-37, 1988.

DOMENECH, Eduardo. 2015. O controle da imigração “indesejável”: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Cienc. Cult.**, v. 67, n. 2, p. 25-29, 2015.

ENCOVI – Encuesta Nacional de Condiciones de Vida 2019-2020. **Instituto de Investigaciones Económicas y Sociales (IIES)**. Disponível em: https://assets.website-files.com/5d14c6a5c4ad42a4e794d0f7/5f0385b934325d1f93373758_Presentaci%C3%B3n%20%20ENCOVI%202019%20cambios%20demogr%C3%A1ficos_compressed.pdf. Acesso em 10/01/2021.

FASSIN, Didier. **Compaixão e repressão**: a economia moral das políticas de imigração na França. Ponto Urbe, n. 15, 2014.

FELDMAN-BIANCO, Bela; HUSE, Donna. Entre a Saudade da Terra e a América: Memória Cultural, Trajetórias de Vida e (Re) construções de Identidade Feminina na Intersecção de Culturas, 1995. **Ler História**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16921/15479>. Acesso em 13/06/2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População (Curso no Collège de France- 1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1977-8].

GANDINI, Luciana; ASCENCIO, Fernando Lozano; PRIETRO, Victoria (Coords.). **Crisis y migración de población venezolana: entre la desprotección y la seguridad juridical en Latinoamérica**. 1. ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

GRANGER, Stéphane. Guyane et Surinam, à l'intersection des migrations caraïbes et sud-américaines. In: CALMONT, André; AUDEBERT, Cédric (dirs.). **Dynamiques migratoires de la Caraïbe**. Paris: Karthala, coll (Terres d'Amérique), 2007. p. 287-301.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora. As Dinâmicas da Mobilidade Haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: < https://www.academia.edu/15267521/Tese_de_doutorado_Diaspora._As_din%C3%A2micas_da_mobilidade_haitiana_no_Brasil_no_Suriname_e_na_Guiana_Francesa_?auto=download. Acesso em 14/08/2020.

_____. **Os sistema migratório haitiano nas Guianas: para além das fronteiras Diálogos**, 24 (2), p. 228-258, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/dialogos.v24i2.54154>. Acesso em 14/08/2020.

MASSEY, Douglas S; ALARCÓN, Rafael; DURAND, Jorge; GONZÁLEZ, Humberto. **Return to Aztlan**. The social process of international migration from Western Mexico. Berkeley: University of California Press, 1987.

MOULIER BOUTANG, Yann; PAPADEMETRIOU, Demetrios. Comparative analysis of migration systems and their performance. In: OECD. **Migration and International Co-operation: Challenges for OECD Countries**. Paris, 1993. p. 3-33.

OFPPRA – Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides. **A Pécoute du monde, rapport d'activité 2018**. Disponível em: <https://www.ofpra.gouv.fr/fr/l-ofpra/actualites/publication-du-rapport-d-activite-7>. Acesso em 17/05/2020.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. Subcomitê Federal para interiorização. **Deslocamentos assistidos de Venezuelanos**. Brasil, ago. 2020a. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/09/boletim-Interioriza%C3%A7%C3%A3o-Agosto-de-2020-1.pdf>. Acesso em 15/12/2020.

_____. Subcomitê Federal para interiorização. **Deslocamentos assistidos de Venezuelanos**. Brasil, ago. 2020b. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/09/boletim-Interioriza%C3%A7%C3%A3o-Agosto-de-2020-1.pdf>. Acesso em 15/12/2020.

R4V. **Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela**, 2020. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/publisher,R4V,STATISTICS,,5ed1cbc64,0.html>. Acesso em 05/12/2020.

SAYAD, Abdalmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

_____. O Retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia, **Revista do Migrante**, Ano XIII, número especial, jan. 2000.

SILVA, Edilson de Souza. As dinâmicas migratórias dos venezuelanos na região da fronteira franco-amapaense. **Relatório Técnico** (Mestrado em Estudos de Fronteira) – PPGEF, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020.

SILVA, Sidney Antonio. **Migrações na Pan Amazônia: fluxos, fronteiras e processos culturais**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SIMON, Gildas. **Réflexion sur la notion de champ migratoire international**. Hommes et Terres du Nord, Acte du colloque international Migrations Internes et Externes en Europe Occidentale. Lille, 16, 17, 18 octobre 1980, numéro spécial, tome 1, p. 85-89, 1981.

_____. **Géodynamique de migrations internationales dans le monde**. Paris: Presses universitaires de France, 1995.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. “Entre acolher e manter a ordem. Notas etnográficas sobre a gestão das Forças Armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR”. In: MACHADO, Igor José de Renó. **Etnografias do refúgio no Brasil**. São Carlos: EdUFSCar, 2020. p.147-166.

EL DESPLAZAMIENTO DE VENEZOLANOS AL BRASIL Y LOS DESAFÍOS PARA LA INTEGRACIÓN¹

*Militza Pérez Velásquez
Márcia Maria de Oliveira*

INTRODUCCIÓN

La regulación del tema migratorio en el espacio suramericano se ha convertido sin duda alguna, en uno de los retos más importantes que tiene planteado el Mercado Común del Sur (MERCOSUR) en los últimos años. La gestión en el marco de la dimensión social conlleva la suscripción de acuerdos y articulación de acciones que buscan fortalecer la posición asumida por la organización, adoptando medidas comunes para los países parte y asociados, en el entendido de una movilidad intrínsecamente relacionada con el avance en la consolidación de un mercado único en la región.

Formalmente, la base normativa vino a establecer las condiciones de acceso, regularización y derechos de la población inmigrante, así como la promoción de los mecanismos de cooperación y una base jurídica para los países del MERCOSUR, con el objeto de garantizar la vigencia de los Derechos Humanos y la libre movilidad humana, en coherencia con los objetivos del organismo de integración.

Se desprende entonces, la importancia de una consecuente armonización de las legislaciones de los países que conforman el esquema subregional, con miras a consolidar las estructuras de protección e integración de los migrantes, así como, la ejecución de una política común, integral y unitaria, en un espacio social dinámico que evidencia un considerable aumento y complejidad de los flujos en movilidad humana.

Analizar la situación particular de migrantes venezolanos en Brasil, constituyó el objetivo de la investigación, particularmente, las posibilidades e influencia del marco regulatorio del MERCOSUR, analizando los aspectos normativos de la

¹ Este texto constituye parte de la Tesis presentada para la Defensa de la Especialización en Derecho Internacional Económico y de la Integración del Centro de Postgrado de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas de la Universidad Central de Venezuela en el mes de marzo de 2020 y que por el decreto de cuarentena por el Covid-19, quedó suspendido hasta el retorno de las actividades universitarias. Una versión resumida de este artículo fue publicada en la coetánea *Migração & Wash: reflexões sobre o contexto de Roraima*, titulado *Migración e integración regional en el MERCOSUR: una mirada desde la movilidad venezolana al Brasil*. In: OLIVEIRA, Márcia Maria de; LUTTNER, Cristina Mendes Altavilla; MACIEIRA, Raphael Douglas dos Santos (orgs.). *Coletânea Migração & Wash reflexões sobre o contexto de Roraima* v. 1. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

gestión migratoria y las perspectivas dentro del proceso de integración, circunscribiéndose el estudio al período comprendido entre los años 2015-2019. El método utilizado fue el estudio bibliográfico-documental y la revisión normativa, tomando como referencia teórica a los autores que desarrollan estudios sobre derecho, migración e integración.

MIGRACIÓN INTERNACIONAL, MERCADO COMÚN DEL SUR Y LA SITUACIÓN VENEZOLANA

El estudio Migración Internacional en las Américas, elaborado conjuntamente por la Organización de los Estados Americanos (OEA) y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE), apuntó que la migración intrarregional entre países de América Latina y el Caribe representa una cuarta parte de toda la emigración registrada en la región, como consecuencia, entre otros factores, de la estabilización de los flujos hacia los países de la OCDE y de la consolidación de procesos de integración regional como MERCOSUR (OEA, 2017).

Por su parte, la Organización Internacional para el Trabajo señalaba: “que cerca del 27% de todos los trabajadores migrantes del mundo se encontraban en las Américas (37 millones en América del Norte y 4.3 millones en América Latina y el Caribe), una cifra que está en aumento. Sólo entre 2010 y 2015, el número de trabajadores migrantes en la región se incrementó en un 34%” (GUERRERO, 2018, p. 1).

A este respecto, la Organización Internacional para las Migraciones (2017, p. 3) indicaba que el desplazamiento dentro de la subregión ha estado promovida y facilitada por “la aprobación de nuevos marcos normativos e institucionales a nivel nacional y de acuerdos de integración a nivel regional (UNASUR, el MERCOSUR y la Comunidad Andina de Naciones)”.

Los países fundadores del MERCOSUR son Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, signatarios del Tratado de Asunción del 26 de marzo de 1991. Posteriormente, a efectos del Derecho Internacional su personalidad jurídica fue asumida con el Protocolo de Ouro Preto, firmado el 17 de diciembre de 1994, que entró en vigor el 15 de diciembre de 1995².

Inicialmente, este organismo regional tuvo como objetivo según el Tratado Constitutivo de Asunción, la promoción de “un espacio común que generara oportunidades comerciales y de inversiones a través de la integración competitiva

2 Página web oficial del MERCOSUR. Disponible en <https://www.mercosur.int>.

de las economías nacionales al mercado internacional” (MERCOSUR, 1991, p. 1), para lo cual se instituyó el desarrollo simultáneo de una zona de libre comercio, de una unión aduanera y un mercado común.

Como parte del impulso integracionista, paralelamente, se incorporaron ámbitos relacionados con la cultura, ciudadanía, aspectos laborales, migratorios y políticos. Respecto a este último, se aprobó en 1998 el Protocolo de Ushuaia sobre Compromiso Democrático en el MERCOSUR, Bolivia y Chile, estableciéndolo como “condición esencial para el desarrollo del proceso de integración entre las partes” (ARELLANO, 2013, p. 2), siendo profundizada la iniciativa con el Protocolo de Ushuaia de 2011.

Venezuela en el año 2006 se constituyó como el primer país latinoamericano en adherirse al acuerdo constitutivo, completando en el año 2012 su incorporación y convirtiéndose como miembro pleno (VILLALOBOS; ORTIZ, 2012). Durante el proceso, Brasil se ofreció como promotor de la inserción venezolana al mercado común, mostrándose un renovado impulso en consonancia con la integración en evolución, resultado de la dinámica económica y la estabilidad política durante el gobierno de Hugo Chávez (MORALES, 2001, p. 265).

Sin embargo, será con base en la referida cláusula democrática, que en el 2017 se sustente la suspensión de nuestro país indefinidamente en todos los derechos y obligaciones inherentes a su condición de Estado Parte del MERCOSUR, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 5º del referido Protocolo, argumentándose una “ruptura del orden democrático” (MERCOSUR, 2017, p. 1).

La ampliamente difundida situación venezolana y su tránsito por una profunda crisis humanitaria y en sus diversos espacios: económico, político y social, se agudizaban sin que se evidenciara un cambio sustancial en las circunstancias que lo propiciaban. Para el 2018, se daba cuenta del desplazamiento de sus nacionales (Cuadro 1), con “tres millones de personas, siendo el mayor en la historia reciente de América Latina” (SPINDLER, 2018, p.1).

CUADRO 1: Evolución de la población migrante venezolana en Sudamérica.

AÑOS			
2005	2010	2015	2019
54.616	62.240	86.964	3.659.570

Fuente: Organización Internacional para las Migraciones (2019).

Analizando variables económicas, cifras publicadas por el Fondo Monetario Internacional, estimaban que la inflación anual de Venezuela podría haber alcanzado el 1.370.000% antes de finalizar el 2018 (CAÑIZÁLEZ, 2018).

Para el año 2019 tampoco fueron optimistas, en su Informe Perspectiva de la Economía Mundial, el FMI proyectaba que “los precios al consumidor aumentarán hasta 10.000.000%, infringiendo que la contracción del Producto Interno Bruto (PIB) sería del 18%” (EL UNIVERSAL, 2019), acumulando más de un 50%, adicionalmente a una caída vertiginosa de la producción, exportación y precios del petróleo.

Simultáneamente, como resultado de un deterioro político y social, grave y generalizado (ESPAÑA; PONCE, 2018), tal y como se preveía para el año 2019, Venezuela experimenta una forma sin precedente de desplazamiento humano, con el aumento constante de sus cifras, constituyendo aproximadamente 4.769.498 de sus nacionales alrededor del mundo (ACNUR; OIM, 2019).

Concentrando el 77% del total de este flujo en el extranjero, América del Sur se transforma en el principal receptor del desplazamiento (OIM, 2019), y en este tránsito, Brasil constituye el quinto país de destino en la subregión (OEA, 2019) (Cuadro 2).

CUADRO 2: Estimaciones de venezolanos migrantes en Brasil.

AÑOS	
2015	2019
3.425	224.102

Fuente: Organización Internacional para las Migraciones (2019).

Constituye por lo referido, un momento histórico que sienta precedente y oportunidades en la región, colocando en análisis los diversos lineamientos de la respuesta a tan urgente situación. La afluencia de connacionales que han elegido buscar nuevas alternativas que respondan a sus expectativas de vida, o en *migración de sobrevivencia*³, se han constituido como un particular reto para los países receptores y consecuentemente para la institucionalidad y gestión del MERCOSUR.

La especificidad que nos brinda el estudio del fenómeno migratorio, sus acepciones económicas y legales en el escenario de la integración multidimensional en la subregión, identifica el proceso regional como un mecanismo socioeconómico, susceptible de avances, retrocesos que indiscutiblemente implicarían inexorables cambios para su consolidación.

³ Alexander Betts (2013), conceptualiza la migración de supervivencia como el desplazamiento de personas que están fuera de su país de origen debido a una amenaza existencial para la cual no tienen acceso a un recurso interno o resolución.

Ahora bien, en la perspectiva relativa a la integración, particularmente en el contexto del MERCOSUR, se ponen evidencia las ventajas estratégicas que adquieren los estados al asumir reglamentaciones basadas en acuerdos multilaterales (SARMIENTO, 2014). Siendo Brasil figura clave en el desarrollo del mecanismo y promotor de la profundización normativa e institucional, en la gestión migratoria la nación auriverde se evidencian contradicciones para su avance unilateral en un contexto complejo de movilidad internacional.

En lo relativo a la recepción de venezolanos, básicamente migrantes laborales, hasta el año 2015, en el marco establecido para países del MERCOSUR, se observa que nuestros nacionales utilizaron el mecanismo instituido en los acuerdos derivados de la integración para su regularización y se inicia el incremento del índice de permanencia, es decir, una variación negativa para los venezolanos entre 2014 y 2015 (OBMIGRA, 2016).

A partir de 2016, se data que el flujo de venezolanos que se trasladó hacia Brasil lo realiza con una mayor permanencia (OBMIGRA, 2017) y el aumento en el flujo de connacionales, por esta y otras situaciones políticas planteadas en la región, se introducen en la agenda, debates y políticas públicas de los diversos mecanismos en la región.

Las variables en esta nueva movilidad humana vulnerable se convierten en nuevos desafíos: la acogida humanitaria y de migrantes en el ámbito MERCOSUR, así como la recepción y autorización de residencia para nacionales venezolanos, sólo por mencionar los que responden a nuestro espacio de estudio.

Será la visa brasilera temporal V (nacionales del MERCOSUR con visa permanente y automática), la que, en consonancia a los acuerdos suscritos sobre residencia de países miembros, Argentina, Paraguay y Uruguay, posee un acuerdo que flexibiliza la libre residencia y que se extiende también a Bolivia, Chile, Perú, Colombia y Ecuador, como países asociados a este mercado común suramericano (Cuadro 3). En este sentido, el registro evidencia una baja concesión de autorizaciones para ciudadanos de esos países (OBMIGRA, 2016, p. 9).

CUADRO 3: Número de autorizaciones de trabajo concedidas a nacionales de países del MERCOSUR por autoridades de Brasil entre 2011-2015.

PAÍSES	2011	2012	2013	2014	2015
Argentina	530	487	459	310	241
Perú	640	629	488	413	216
Venezuela	765	519	621	447	205
Colombia	1.006	999	630	348	191
Chile	300	309	282	266	107
Uruguay	62	34	54	59	42
Ecuador	99	95	106	57	28
Bolivia	70	80	43	33	20
Paraguay	15	23	12	13	7
TOTAL	3.487	3.175	2.695	1.946	1.057

Fuente: Observatorio para las Migraciones de Brasil (2016).

En los últimos cinco años, Brasil a través del Consejo Nacional de Inmigración (CNIg), registra dentro sus informes anuales, especialmente en los datos recogidos entre 2011 a 2015, nuevos flujos –oficialmente– y nuevas incidencias que desafían las políticas públicas y la gestión de las migraciones.

Se observa que, durante el período referido, los países que recibieron más autorizaciones fueron Argentina, seguido de Perú y Venezuela. Según el análisis del Observatorio para la Migraciones (OBImigra), Chile y Venezuela fueron los que tuvieron un mayor índice de permanencia, es decir, una variación negativa entre 2014 y 2015, establecido entre el -59,77% y el -54,14% respectivamente (OBIMIGRA, 2016, p. 19)

Para los primeros semestres 2017-2018, en cuanto a los países miembros del MERCOSUR y asociados, se observa que Venezuela continua con el mayor número de registros –con visado laboral– en el primer semestre de 2018 con 31,43%, y a pesar de las circunstancias registra una leve disminución en lo cuantitativo de autorizaciones comparado en el mismo período en 2017 (Cuadro 4), cerca de 13,61% (OBMIGRA, 2018, p. 39).

CUADRO 4: Número de autorizaciones de trabajo concedidas a nacionales de países del MERCOSUR por autoridades de Brasil.

Países	1° Sem. 2017	1° Sem. 2018
Venezuela	147	127
Colombia	65	80
Perú	45	66
Argentina	81	52
Chile	52	43
Bolivia	5	19
Ecuador	14	11
Paraguay	3	3
Uruguay	23	3
Total	435	404

Fuente: Observatorio para las Migraciones de Brasil (2018).

Es relevante señalar que Brasil, temporalmente aplicó esta categoría migratoria, de ámbito estrictamente laboral. Posteriormente, Brasil no aplicó a los venezolanos en Acuerdo de Residencia MERCOSUR, a consecuencia de nuestro país no haberse adherido a dicha normativa.

En su defecto inicialmente en 2017 y en base a la Resolución Consejo Nacional de Inmigración CNIg No. 126⁴, se concede residencia temporaria por 2 años a nacionales de países fronterizos para los cuales aún no está en vigor el Acuerdo de Residencia MERCOSUR (BRASIL, 2017), medida que facilita y favorece sobre todo la regularización a los venezolanos, buscando la prevención del tráfico, explotación y trata de inmigrantes, favoreciendo –formalmente– la posibilidad de incorporarse al mercado de trabajo.

En el sentido, se crea un mecanismo alternativo y paralelo que coadyuvaría la política de libre circulación y promoción de la regularización migratoria de los nacionales de la región, sobre todo de los países fronterizos que no son parte de dicho Acuerdo. En cumplimiento de esta Resolución hasta el mes de noviembre de 2017 se concedieron 3.015 de estos permisos temporales (OIM, 2017).

Para 2018, la Portaria Interministerial N ° 9 del mes de marzo, reemplazó la Resolución CNIg 126/2017⁵, permitiendo la opción de regularización

4 Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 mar. 2017. Disponible en: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf>.

5 Que concedía la residencia temporal, pero solo por un año.

migratoria con la solicitud de residencia temporal por dos años⁶, manteniendo su aplicabilidad a ciudadanos de países vecinos que no forman parte del Acuerdo de Residencia MERCOSUR (BRASIL, 2018).

Bajo estos esquemas de regularización disponibles y utilizados en gran medida por los venezolanos, aunado a la posibilidad de solicitud de refugio⁷, las cifras oficiales muestran el aumento desde el año 2017, contabilizándose hasta agosto de 2019, a 481.864 entradas y 280.407 salidas, con un saldo migratorio de 201.354 (BRASIL, 2019).

Argumentando una reciprocidad frente a Venezuela, Brasil marca distancia en cuanto a la aplicación del Acuerdo de Residencia del MERCOSUR. Para dar una respuesta a un nuevo patrón de movilidad ofrece la regularización, utilizando otras medidas institucionales, enfocada y asumida con un carácter economicista-laboral, sin dejar de responder a una situación de vulnerabilidad sin precedentes –refugio–, ofreciendo, en términos formales, garantías y facilidades en la recepción, en el marco de la inclusión de esta población en la sociedad brasilera.

¿MOVILIDAD CONSTRUCTIVA EN EL MARCO DEL MERCOSUR?

La Oficina de la Organización Internacional para las Migraciones, sección Suramérica indicaba que el MERCOSUR entregó cerca de dos millones de residencias temporarias y permanentes, así como la promoción de diálogos regionales (OIM, 2018a), fundamentándose en el Acuerdo de Residencia para Nacionales de los Estados Parte y Asociados, como base para el acceso a la residencia regular sus países integrantes.

El MERCOSUR, sí bien es cierto que inicialmente respondió a objetivos netamente económicos, como proceso regional advirtió que, para poder avanzar hacia la integración, era necesario incluir la variable social y construir una estructura institucional que pudiese canalizarla. Esto tiene su propia concepción en las directrices adoptadas a favor de una mayor movilidad y la garantía de derechos laborales, asistencia social y educación entre los miembros y asociados al mecanismo (OBMIGRA, 2017, p. 19).

6 Autorización que después de dos años se puede convertir en un permiso de residencia con plazo indeterminado, pero que debe ser justificado en cuanto se ejerza un empleo formal.

7 Mecanismo de refugio establecido en la Ley 9.474, la cual regula el procedimiento para determinar, cesar y perder el estatus de refugiado (BRASIL, 2017).

En un entorno de una creciente migración internacional venezolana, este acuerdo va a señalar el camino para la aplicación por algunos países miembros del MERCOSUR del Acuerdo de Residencia. Aun cuando Venezuela no se ha adherido a este tratado, tal como se ha señalado anteriormente, su población se ve beneficiada con la entrada en vigor de instrumentos normativos que les brindan residencia regular en Argentina, con la Ley No. 25.871/2004 y en Uruguay, con Ley No. 19.254/2014 (OIM, 2018b).

Se puede observar, como el territorio brasilero se va configurando como punto de ingreso en el corredor terrestre y/o puente aéreo utilizado por emigrantes que se dirigen a Argentina, Uruguay, Chile y Perú, por lo podría asegurarse que su rol en este escenario de desplazamiento es secundario, al no ser un destino prioritario para los venezolanos (OIM, 2019). Para más de la mitad de las personas que ingresaron entre 2017-2019, constituye parte de la “ruta migratoria”, a través de la cual se mueven los nacionales de Venezuela en la región.

Imagen 1: Rutas migratorias en las Américas desde Venezuela.



Fuente: Organización Internacional para las Migraciones (2018b).

Uldemolins explica pertinentemente que “la sociedad receptora tiene, por tanto, un papel decisivo en la integración de los inmigrantes, dado que son las instituciones de la sociedad de acogida son las que definen las políticas y el marco en el que se realizará la pretendida integración en torno a los tres ámbitos que acabamos de mencionar: legal, socioeconómico y cultural” (ULDEMOLINS, 2017, p. 88)

Simultáneamente, un marco de responsabilidad binacional compartida y trabajo conjunto a mediano y largo plazo tendría el potencial de brindar

protección a miles de personas que se salen diariamente de su país, se establecen o se encuentran en tránsito, sentando una base sólida para facilitar soluciones duraderas. Se desprende la dimensión humana de los desplazamientos y la necesidad de que los estados receptores garanticen efectivamente un marco normativo de protección de los migrantes (PEREZ, 2011).

Factores económicos, sumados a la tensión política y una crisis humanitaria de gran escala, son fundamentales para entender los nuevos patrones en el desplazamiento de venezolanos y definitivamente no escapan de elementos generadores, resultado del sistema mundial capitalista (SASSEN, 2015). Para el Brasil, ya puntualizaban Baeninger y Bonk que “las migraciones internacionales tenderán a intensificarse, correspondiendo a la velocidad de movilidad del capital con la consecuente redefinición en el papel de la migración en el desarrollo y constitución del mercado de trabajo de Brasil” (BAENINGER; BONK, 2016, p. 16).

Es importante destacar que, aunque Brasil posee la economía más grande de la región, los inmigrantes representaban hasta 2015 solo el 0,3% de la población, lo cual en contraste con la media mundial estimada en 3%, constituye un promedio bajo, con un total de población que para esa fecha rondaba los 200 millones de habitantes (PISON, 2019). La escena en 2019 no ha variado sustancialmente con aproximadamente 210 millones de habitantes y un 0,4% de población inmigrante⁸.

En la complejidad un proceso migratorio inédito como el venezolano, no se evidencia que la gestión para su atención pueda ser reorientada a lineamientos establecidos en el marco del cumplimiento de la normativa MERCOSUR, así como los aplica al resto de los países miembros y asociados.

Un viraje al enfoque multilateral podría representar la oportunidad de tener “acceso a capital humano relativamente calificado, subsanar desequilibrios demográficos, sostener sistemas de seguridad social como contribuyentes y aumentar el desarrollo económico en general” (SELEE; BOLTER; MUÑOZ; HAZAN, 2019, p. 3).

En este sentido, según Betilde Muñoz, Directora de Inclusión Social de la OEA “al menos 60% de los venezolanos/as migrantes tienen estudios universitarios. La gran mayoría también cuenta con experiencia laboral” (MUÑOZ, 2019, no paginado). La atención a esta población debería atenderse con políticas públicas que, como sujetos de derecho, más allá de una acción solidaria, constituye una

8 Información generada en tiempo real por Portal de datos mundiales sobre la migración. Disponible en: https://migrationdataportal.org/es?i=stock_perc_&t=2019&cm49=76.

herramienta en la medida de que se evita el trabajo irregular y la competencia con trabajadores locales.

Para los inmigrantes se traduce en el incentivo a establecerse en el país, ingresar al mercado de trabajo con mejores salarios, incorporarse a la población económicamente activa, la contribución con el PIB de Brasil y la posibilidad de fomentar la diversidad y el pluralismo.

Aun con las debilidades presentadas, inicialmente en la recepción de venezolanos, el estado brasileño instituyó vías de regularización alternativas. La intención quedó plasmada en la adecuación de su marco legal, institucionalidad y la cooperación con organismos internacionales. Existen numerosos desafíos que en la práctica continúan surgiendo, así como una gran deuda en cuanto al ejercicio de una residencia con los correspondientes derechos y obligaciones, de la cual el MERCOSUR sería el referente.

La puesta en marcha de la libre circulación de trabajadores en el marco del MERCOSUR ha permitido la reducción de la irregularidad migratoria y la vulnerabilidad de los inmigrantes en la subregión. Se suma el ya mencionado Acuerdo de Residencia y la creación de un estatus migratorio especial para pequeños empresarios de países de Suramérica (OBMIGRA, 2017, p. 3).

Como se puede observar y a fin de responder a la situación actual, a favor de una movilidad constructiva, es imprescindible el conocimiento sistemático del fenómeno de la movilidad internacional suramericana. Ciertamente, mientras más abstracto sea el conocimiento sobre la materia, mayores serán los prejuicios, las imprecisiones sobre sus reales dimensiones e implicaciones y, por consiguiente, mayores serán las dificultades que deberán enfrentar en el diseño y la ejecución de políticas adecuadas.

Finalmente, la meta a cumplir está vinculada ineludiblemente al cumplimiento del ordenamiento nacional e integracionista, que fortalezcan las capacidades nacionales, en el manejo de una situación inédita en la subregión, a través de la articulación, de la promoción y la protección de los Derechos Humanos de las diversas categorías de migrantes, de acuerdo con las necesidades específicas de asistencia.

Del mismo modo se hace vital, estimular la reflexión sobre el principio de responsabilidad compartida en el tema migratorio que compete, tanto a los sujetos en tránsito, como a los países de origen y receptores, a fin de facilitar la regulación, ordenación de los flujos migratorios y en general, evitando en principio su carácter irregular, aún más, cuando la vecindad entre ambos países

evidencian una movilidad dinámica, con entradas, salidas, circulación, tránsito e inclusive retorno al territorio de ambos países (ACNUR; OIM, 2019).

Las acciones tomadas por el Gobierno de Brasil han reconocido y atendido a la población venezolana que cruza a diario la frontera, buscando responder a los nuevos flujos internacionales en la subregión, particularmente de un país parte del MERCOSUR, el cual, puertas adentro, discute su posicionamiento como nación abierta a la migración, en el marco de la aplicación de una nueva ley en la materia y su liderazgo integracionista.

PROFUNDIZACIÓN INTEGRACIONISTA DEL MERCOSUR CON BASE EN UNA MOVILIDAD SOCIAL Y ECONÓMICA

Nuevas tendencias y patrones en la circulación de personas se desarrollan entre un gran número de países, conllevando al aumento de sus cifras. La movilidad humana, tal como está configurada en el siglo actual, representa intrínsecamente las reconfiguraciones sociopolíticas, económicas y culturales de la sociedad global contemporánea (MOULIN, 2011).

Indiscutiblemente los espacios de integración regional no escapan a la tendencia. Sí bien es cierto que no se pueden negar que las razones económicas se convierten en el factor que por excelencia impulsa dichos procesos, vale acotar que la interseccionalidad de la movilidad humana permite hoy analizar diversas incidencias que influyen en la toma de decisiones, el estudio del fenómeno y la cooperación regional.

Si partimos de que la migración es un agente de cambio, también podemos asegurar que “es un poderoso impulsor del desarrollo sostenible. Los migrantes representan aproximadamente el 3% de la población mundial, pero producen más del 9% del PIB mundial, unos 3 billones de dólares más que si se hubieran quedado en su lugar de origen” (PISANI, 2019, p. 1)

De acuerdo con los objetivos de esquema de integración, los países que conforman el MERCOSUR han creado las condiciones adecuadas para el intercambio, al impulsar una mayor unificación de todas las economías en un mercado cada vez más extenso y con menos barreras e impedimentos para el tránsito de todo tipo de bienes, servicios, incluyendo en su evolución la circulación de personas (ULDEMOLINS, 2017, p. 83).

A este respecto el mecanismo viene adoptando, como ya se indicó, desde 1991, normas destinadas a garantizar el desplazamiento de personas entre los países parte con la creación de un espacio integrado (MERCOSUR, 2018, p. 3). La desigualdad entre las diversas economías implicó que se formarán centros de atracción migratoria y otros como fuente de emigrantes.

El balance general, al evaluar los diversos acuerdos evidencia un desarrollo progresivo, mostrando un panorama favorecedor a la profundización del esquema regional en función de promover y responder a las dinámicas en el tránsito de sus nacionales, con la intención de aplicar una política migratoria común. Aunque frente a otros esquemas de integración como, por ejemplo, la Unión Europea, el otorgamiento de la residencia no se asume plenamente con una libre circulación de personas, en la cual no se solicita tramitación migratoria para los países parte y asociados al MERCOSUR.

Se evidencia, una de las debilidades del mecanismo en cuanto a “la ausencia de aplicación directa, inmediata y privilegiada de las normas. Esto significa que la normativa fundamental al proceso de integración, que se aprueba en los órganos comunitarios, debe ser incorporada para su cumplimiento por los órganos nacionales, proceso de incorporación que varía en cada país” (ARELLANO, 2013, p. 4). Esta aprobación puede ser catalogada de lenta en cuanto a los diversos mecanismos de ratificación, entrada en vigor y ejecución.

En el marco de la materia abordada, se puede asegurar que Venezuela se encuentra en deuda en cuanto a la adopción del conjunto normativo vigente del bloque, previsto para una articulación gradual, en donde lo concerniente a su gestión aparece pendiente, impidiendo a los venezolanos de ampararse de las normativas migratorias especiales de este bloque regional en la mayoría de los casos.

Si bien es cierto Brasil, cónsono con el compromiso en la creación y funcionamiento de mecanismo de integración, lo utiliza como un instrumento dentro del proceso de profundización de su política de desarrollo y que a lo concebido como un esquema “diseñado muy acorde a las capacidades productivas de Brasil, garantizando su liderazgo productivo, lo cual le otorga más seguridad al mercado ampliado... en la práctica se observa una situación contradictoria, en la consolidación del proceso lo que refleja el predominio de un marcado nacionalismo de su actuación exterior” (ARELLANO, 2013, p. 7).

Esta situación podría estar influyendo en la posición asumida frente a la población migrante venezolana y su negativa a la recepción en el marco de las regulaciones del MERCOSUR, en contraste con otros miembros fundadores, quienes de manera

proactiva han utilizado el marco institucional integrador, brindando la regularización establecida, como respuesta a una movilidad inédita en la región.

Los retos se siguen sumando con el surgimiento de nuevos patrones en el tránsito de personas en la región, lo cual está requiriendo urgentes respuestas, asumiendo nuevos enfoques en las políticas y cooperación, en el entendido de que la movilidad implica la suma de diversos componentes: corredores de tránsito, motivaciones resultado de una cercanía geográfica, seguridad fronteriza o también puede ser influidos por factores comerciales, económicos o situaciones de conflicto.

La oportunidad que se presenta en el contexto actual puede ser vista como un momento clave que favorecería el abordaje en la materia, ofreciendo mayores facilidades en la inserción del migrante en las sociedades de acogida, más allá de asumirlo como un desplazamiento de perfil meramente laboral.

La visión estratégica de este organismo de integración cuenta con las bases normativas e institucionales para que la circulación de personas entre los estados miembros y asociados puedan traducirse en desarrollo e innovación, con el avance de diversos procesos que incluyen políticas en áreas como la salud, la educación, el empleo y la seguridad social.

Particularmente en el caso de Brasil, se registra un aumento de trabajadores migrantes que responde a la ampliación del mecanismo, con el ingreso nuevos estados miembros y asociados (OBMIGRA, 2018, p. 57).

Vale señalar que, para Brasil, los inmigrantes oriundos de los países MERCOSUR, no precisan realizar el proceso administrativo de solicitar autorización de trabajo al Ministerio de Trabajo y Prevención Social o a la Coordinación Nacional de Inmigración, debido a los acuerdos alcanzados en el ámbito de la integración regional.

Para Brasil, los venezolanos constituyen el principal desafío migratorio, con más del 68% de los permisos de trabajo emitidos a inmigrantes en 2018 y donde más del 90% de esta porción de inmigrantes trabaja 44 horas a la semana o más, con un promedio de 1.5 salarios mínimos mensuales, lo que indica una situación precaria para esta fuerza laboral, en general con una calificación mucho más alta que la necesaria para ejercer las funciones a las cuales los inmigrantes son referidos o donde tendrían acceso (OBMIGRA, 2019).

El resto de los miembros y asociados del MERCOSUR, no escapan a la tendencia. Argentina y Uruguay son los países que se adecuaron al basamento legal del organismo y en el primer caso, luego de dos años se puede aplicar a un estatus permanente.

La cifra de venezolanos en Argentina asciende a 130.000 hasta junio de 2018, mientras que en Uruguay se estima que al menos serían 10.000 los connacionales

establecidos (SELEE; BOLTER; MUÑOZ; HAZAN, 2019, p. 10). Para 2019 las cifras llegarían aproximadamente a 200.000 y 16.000, respectivamente (ACNUR; OIM, 2019).

Estas acciones unilaterales frente este fenómeno migratorio han dejado en evidencia la falta de unicidad en la aplicación de las normativas comunitarias con respecto a este caso particular. Las interpretaciones y razones argumentadas por los países del bloque pueden catalogarse como discrecionales, evidenciándose discrepancias y dudas frente a una respuesta común, que efectivamente contrarreste los efectos de un nuevo desafío regional y fortalezca el proceso de integración en evolución.

En el caso particular en estudio se demuestra que el protocolo de acción “seguro, ordenado y regular”, ha presentado debilidades para responder con pragmatismo en una circunstancia inédita, de creciente aumento y complejidad, como el venezolano.

La Argentina se muestra como el país con mayores facilidades la integración de nuestros connacionales: “por un lado, permitió que los ciudadanos venezolanos pudieran acceder al régimen de residencia en el país para los países del Mercosur y flexibilizó los plazos del trámite. Por otro lado, el Ministerio de Educación de la Nación emitió dos resoluciones para simplificar los trámites de convalidación de títulos” (MARTÍNEZ, 2018, p. 1)

La gobernanza en este ámbito involucra diversos sectores en su gestión, políticas públicas, niveles de gobierno, sociedad civil, organismos internacionales, el MERCOSUR e inclusive los propios migrantes.

Tomando en cuenta que el MERCOSUR y sus objetivos están relacionados con la complementariedad, en donde el desarrollo de sus países miembros es su base fundamental, el reto se plantea en función de no sólo responder a una situación puntual, sino que las medidas sean utilizadas como una oportunidad de beneficiar a las sociedades inmersas en la problemática de forma creativa y coherente, desde una perspectiva de Derechos Humanos, con la aplicación de políticas migratorias, regularización y protección jurídica para inmigrantes en situaciones de vulnerabilidad.

No puede negarse los costos asociados al manejo de estas corrientes migratorias. En este sentido y tal como se señalaba en capítulos precedentes, el establecimiento del mecanismo de cooperación del MERCOSUR con la OIM, ACNUR, ONU e inclusive países, viene a aportar fuentes de financiación para un complejo esquema de atención (ACNUR, 2018, p. 1).

Sin embargo, en este momento coyuntural se requiere asumir el compromiso basado en la dimensión social del organismo y lo establecido en la Carta de Buenos

Aires sobre Compromiso Social⁹ que dirigen a las autoridades competentes de los respectivos países miembros y asociados a “...fortalecer el trabajo conjunto, así como el intercambio de los problemas sociales más agudos que los afectan y a la definición de los temas o áreas donde sea viable una acción coordinada o complementaria tendiente a su solución” (MERCOSUR, 2000, p. 2).

A este respecto, no puede reducirse este análisis solamente a la posibilidad de residir en la zona común. Como ya fue indicado, los acuerdos del MERCOSUR van más allá, transversalizando la circulación de personas, en coherencia con las estrategias integracionistas que lo inspiran. La implementación de los acuerdos en materia laboral, concebidos en el MERCOSUR –analizados en el capítulo correspondiente– complementan la acogida y radicación de trabajadores entre sus países miembros, conllevando a mejores condiciones, mayores ingresos y contribución a las sociedades receptoras.

Del mismo modo el mecanismo cuenta con el reconocimiento de títulos y créditos de educación, con el objeto de facilitar a los inmigrantes la posibilidad de cualificarse o perfeccionar conocimientos en las sociedades receptoras. Trascender las restricciones impuestas a los desplazamientos de población el contexto regional se hace necesario, con el objeto de cumplir con los acuerdos dirigidos a la consolidación de una mayor integración entre los países del sur.

Definitivamente, sociedades que consideren al inmigrante únicamente desde una perspectiva utilitaria o económica vulnera su dignidad, de este modo su reconocimiento como sujeto social y en condiciones de igualdad repercutirá en su estabilidad, arraigo y reunificación familiar (SABATER, 2004, p. 34).

De allí la importancia que tienen las bases de los acuerdos de integración, concibiendo el alcance del beneficio y las ganancias sociales asociadas a largo plazo a la regularización de los inmigrantes y a un impulso para la armonización de estructuras legales e institucionales de sus miembros frente a nuevos desafíos.

CONSIDERACIONES FINALES

Como se ha señalado el desarrollo del proceso integrador y las circunstancias actuales en el espacio MERCOSUR han permitido ampliar la agenda de trabajo e incorporar el tema de la migración intrarregional frente a nuevos desafíos.

Es indiscutible que la iniciativa manifestada por los Estados parte y asociados del organismo de profundizar la gestión de la movilidad en el bloque, favoreció la

9 Carta de Buenos Aires Sobre Compromiso Social en el Mercosur, Bolivia y Chile, 30.06.2000.

conformación de una política común plasmada en el Acuerdo sobre Residencia. A pesar de ello, en un contexto de altos flujos de migrantes -sin precedentes, pero parte de tendencias recientes- se manifiesta cuando cada país tiene plazos, prioridades y dificultades particulares que han obstaculizado en ciertos casos el cumplimiento de lo convenido.

La situación actual evidencia que no resulta suficiente, tal como se ha advertido innumerables veces, la firma de tratados sin la voluntad política y el compromiso humano- de incorporar en la legislación nacional lo acordado en instrumentos internacionales y su posterior ejecución. Las acciones deberían direccionarse a concretar una zona de libre residencia y trabajo -donde efectivamente se respeten los derechos de los inmigrantes en igualdad de condiciones que los nacionales- que sirva de base para continuar con el proceso de integración del bloque, como una apuesta firme por los derechos y pleno ejercicio de su ciudadanía.

Podemos observar que la gestión de las personas en movilidad, atendiendo a la situación de los venezolanos se convirtió en un fenómeno heterogéneo que ha afectado a una población con necesidades y especificidades. En veloz y creciente número, la diversificación de los países destino son característicos del desplazamiento en América del Sur, en evidencia de la migración sur-sur.

El tratamiento del caso implica hoy un reto organizacional y práctico para los diversos actores involucrados, que al ser un fenómeno transversal ha requerido indiscutiblemente la articulación coherente que brinde respuestas a la situación presentada.

Si bien es cierto que Brasil se coloca como una elección secundaria para los venezolanos migrantes, atribuyéndose a razones idiomáticas, posibilidades de regularización, identificación cultural, entre otras que impactaron para que inicialmente no fuera un destino prioritario en sus diversas estrategias, hoy en día Brasil ofrece espacios de regularización, lineamientos y la creación de instrumentos legales para la inserción de venezolanos en la sociedad y economía local, ampliándose por lo menos formalmente al respeto de sus derechos y al ejercicio de su ciudadanía. Sin embargo, el espacio regulatorio además de superar la frontera entre legalidad y restricción de las personas en movilidad debe garantizar la efectiva integración e inclusión en las sociedades de destino.

De esta forma, se considera en el caso de la recepción de migrantes venezolanos en Brasil, requiere superar las dificultades institucionales en el acceso a los derechos, resultado de acciones estatales que pueden condicionar a los venezolanos a un acceso precario a los derechos, que de momento se constituye fuera del mecanismo integrador del MERCOSUR.

El cumplimiento de las directrices adoptadas en el MERCOSUR, a favor de una mayor movilidad y la garantía de derechos laborales, asistencia social y educación entre los miembros y asociados al mecanismo, redundaría en mayor acceso al mercado del trabajo, beneficios sociales y en general, de mejores condiciones de vida y la contribución consecutivamente a los objetivos del proceso integrador, en este caso para Brasil.

Vemos entonces que en la consecución de sus objetivos el MERCOSUR, plantea que las zonas fronterizas entre sus países miembros y asociados deben ser transformadas en espacios de derechos y garantías de circulación de las personas, no desapareciendo, sino transfigurándose en áreas de gestión y acuerdos que fomentan la permanencia o tránsito.

REFERENCIAS

ACNUR; OIM. AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS; ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. **Plataforma Regional de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela - R4V**, 05 dic. 2019. Disponible en: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acceso en: 07 dic. 2019.

ACNUR. AGENCIA DE LA ONU PARA LOS REFUGIADOS. Venezuela situación 2014-2018. **Portal operacional, situación de refugiados y migrantes 2018**. Disponible en: <<https://data2.unhcr.org/es/situations/vensit>>. Acceso en: 03 ene. 2019.

ARELLANO, Félix Gerardo. **La entrada de Venezuela al Mercado Común del Sur (MERCOSUR)**: Implicaciones políticas y económicas. Caracas: Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2013. 26 p.

BAENINGER, Rosana; BONK, Romeu. Integração regional e fronteiras: desafios para a governança das migrações internacionais na América Latina. **Revista Transporte y Territorio**. São Paulo, n. 5, p. 146-163, 2016. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5692927.pdf>>. Acceso en: 8 sep. 2019.

BETTS, Alexander. State fragility, refugee status and 'survival migration'. States of fragility, Forced. **Migration Review 43**, Refugee Studies Centre Oxford. Jul. 2013. Disponible en: <<https://www.fmreview.org/sites/fmr/files/FMRdownloads/en/fragilestates/betts.pdf>>. Acceso en: 2 jul. 2019.

BRASIL. **Resolução Normativa Nº 126 de 3 de março de 2017**. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 mar. 2017. Disponible en: <<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2017/11016.pdf>>. Acceso en: 11 nov. 2019.

_____. Ministério de Estado da Justiça, Ministério Extraordinário da Segurança Pública, Ministério das Relações Exteriores e do Trabalho. **Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018**. Regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. Diário Oficial da República Federativa de Brasil, Brasília, DF, 15 mar. 2018. Disponible en: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694>. Acceso en: 17 jun. 2019.

_____. **Refúgio em números**. 4. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. 46 p. Disponible en: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acceso en: 10 nov. 2019.

CAÑIZÁLEZ, Andrés. Diáspora: La transformación migratoria de Venezuela en el siglo XXI. **Journal of Latin American Communication Research**, 11 dic. 2018. Disponible en: <<https://www.medianalisis.org/wp-content/uploads/2018/12/300-979-1-PB.pdf>>. Acceso en: 15 nov. 2019.

EL UNIVERSAL. FMI prevé hiperinflación de 1.370.000% al finalizar 2018. **Diario El Universal**. 20 dic. 2018. No paginado. Disponible en: <<https://www.eluniversal.com/economia/28694/fmi-preve-hiperinflacion-de-1370000-al-finalizar-2018>>. Acceso en: 25 dic. 2018.

ESPAÑA, Luis Pedro; PONCE, María. **Encuesta sobre condiciones de vida en Venezuela febrero 2018**. Caracas: IIES-UCAB, 2018. 18 p. Disponible en: <<https://encovi.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ucv-ucab-usb-encovi-pobreza-2017.pdf>>. Acceso en: 05 oct. 2019.

GUERRERO, Sofía. **¿Cómo fortalecer la protección de los trabajadores migrantes en las Américas?** Buenos Aires: Oficina Regional de la OIM para América del Sur, 2018. 12 p. Disponible en: <<http://rosanjose.iom.int/>>

site/es/blog/c-mo-fortalecer-la-proteccion-de-los-trabajadores-migrantes-en-las-americas>. Acceso en: 3 ene. 2019.

MARTÍNEZ, Lucía. **Radiografía de la inmigración venezolana en la Argentina**. Chequeado.com. 7 dic. 2018. No paginado. Disponible en: <<https://chequeado.com/el-explicador/radiografia-de-la-inmigracion-venezolana-en-la-argentina/>>. Acceso en: 2 feb. 2019.

MERCOSUR. Mercado Común del Sur. Tratado de Asunción para la Constitución de un Mercado Común, 1991. **Web oficial del MERCOSUR**. No paginado, Disponible en: <<https://www.mercosur.int/documento/tratado-asuncion-constitucion-mercado-comun/>>. Acceso en: 3 ene. 2019.

_____. Carta de Buenos Aires Sobre Compromiso Social en el Mercosur, Bolivia y Chile, 2000. **Página web oficial del MERCOSUR**. No paginado. Disponible en: <<http://www.casi.com.ar/sites/default/files/Cartilla%20M%20Ciudadano.pdf>>. Acceso en: 2 feb. 2019.

_____. Decisión sobre la suspensión de la República Bolivariana de Venezuela en el MERCOSUR, en aplicación del Protocolo de Ushuaia sobre compromiso democrático en el MERCOSUR-2017. **Página web oficial del MERCOSUR**. Disponible en: <http://www.cartillaciudadania.mercosur.int/uploads/decision-suspension-de-venezuela-del-mercosur_es.pdf>. Acceso en: 3 dic. 2018.

MORALES, Juan. Perspectivas de la integración venezolano-brasileña. **Revista de Ciencias Sociales (RCS)**, Maracaibo, v. VII, n. 2, p. 249-266, may-ago. 2001. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5850461.pdf>>. Acceso en: 3 jul. 2018.

MOULIN, Carolina. Eppur si muove: mobilidade humana, cidadania e globalização. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 9-17, jun. 2011. Disponible en: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S0102-85292011000100001>. Acceso en: 1 ago. 2019.

MUÑOZ, Betilde. **Migración: Los venezolanos en la mira**. Oraculus Mex. 15 enero de 2019. No paginado. Disponible en: <<https://oraculus.mx/2019/01/15/migracion-los-venezolanos-en-la-mira/>>. Acceso en: 1 feb. 2019.

OBIMIGRA. Observatório para as Migrações Resumo executivo. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil 2016. **Conselho Nacional de Imigração**.

Brasília. 2016. Disponible en: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CRGD.pdf>. Acceso en: 20 oct. 2019.

_____. Resumen ejecutivo. Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil 2017. **Conselho Nacional de Imigração**. Brasília. 2017. Disponible en <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2017/Perfil_imigracao_ven_Roraima_resumo.pdf>. Acceso en: 20 oct. 2019.

_____. Resumen ejecutivo. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil 2018. **Conselho Nacional de Imigração**. Brasília. 2018. Disponible en: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/publicacoes-obmigra/publicacoes-do-obmigra>>. Acceso en: 20 dic. 2019.

_____. Resumen ejecutivo. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil 2019. **Conselho Nacional de Imigração**. Brasília. 2019. Disponible en: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoesobmigra/RESUMO%20EXECUTIVO%20_%202019.pdf>. Acceso en: 25 dic. 2019.

OEA. Organización de Estados Americanos. **OEA y OCDE presentan Informe sobre Migración Internacional en las Américas SICREMI 2017**. Web de la OEA, Washington, 2017. Disponible en: <https://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-093/17>. Acceso en: 3 jul. 2019.

_____. **Informe del Grupo de Trabajo de la OEA para abordar la crisis de migrantes y refugiados venezolanos en la región**. Bogotá: Sigma Editores, 2019. 98 p.

OIM. Organización Internacional para las Migraciones. Informe Migratorio Sudamericano. Buenos Aires: **Oficina Regional de la OIM para América del Sur**, 2017. n. 1, 8 p. Disponible en: <https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Documentos%20PDFsInforme_Tendencias_Migratorias_Am%C3%A9rica_del_Sur_N1_SP.pdf>. Acceso en: 02 jun. 2019.

_____. Evaluación del Acuerdo de Residencia del MERCOSUR y su incidencia en el acceso a derechos de los migrantes. Buenos Aires: **Oficina Regional de la OIM para América del Sur**, 2018a. 214 p. Disponible en: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/estudio_sobre_la_evaluacion_y_el_impacto_del_acuerdo_de_residencia_del_mercosur.pdf>. Acceso en: 09 jun. 2018.

_____. Tendencias Migratorias Nacionales en América del Sur: República Bolivariana de Venezuela Febrero-2018. Buenos Aires: **Oficina Regional de la OIM para América del Sur**, 2018b. 12 p. Disponible en: <<https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Documentos%20PDFs/SerieTendenciasNacionalesRepBolVenezuela.pdf>>. Acceso en: 16 sep. 2018.

_____. Tendencias migratorias nacionales en Américas Venezuela octubre 2019: República Bolivariana de Venezuela. Buenos Aires: **Oficina Regional de la OIM para América del Sur**, 2019. 12 p. Disponible en: <<https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias-Migratorias-en-Américas-Octubre.pdf>>. Acceso en: 2 oct. 2019.

PEREZ, Militza. **Marco teórico conceptual de las migraciones internacionales a la luz de las normas y sistemas vigentes en la República Bolivariana de Venezuela**. 2011. 106 f. Trabajo especial de grado. (Especialización en Derechos Humanos)- Dirección de Investigaciones y Postgrado. Universidad nacional Abierta, Caracas, 2011.

PISANI, Marcelo. Gobernanza migratoria: clave para alcanzar los Objetivos de Desarrollo Sostenible. San José: **Oficina Regional de la OIM para Centroamérica, Norteamérica y el Caribe**. 2019. No paginado. Disponible en: <<http://rosanjose.iom.int/site/es/blog/gobernanza-migratoria-clave-para-alcanzar-los-objetivos-de-desarrollo-sostenible+%&cd=1&hl=es&ct=clnk&gl=ve>>. Acceso en: 11 feb. 2019.

PISON, Gilles. **¿En qué lugar del mundo hay más inmigrantes?** The Conversation US, 14 de marzo de 2019. No paginado. Disponible en: <<https://theconversation.com/en-que-lugar-del-mundo-hay-mas-inmigrantes-113330>>. Acceso en: 11 nov. 2019.

SABATER, Joaquim. La Inmigración Irregular: Vías de llegada y condiciones de vida. Barcelona: Fundación CIDOB, **Serie Migraciones**, n. 3. 2004. 48 p.

SARMIENTO, S Santiago. Estrategias de internacionalización y globales para países en desarrollo y emergentes. **Revista Dimensión Empresarial**, Barranquilla, v. 12, n. 1, p. 111-138, 2014. Disponible en: <<http://www.scielo.org.co/pdf/diem/v12n1/v12n1a10.pdf>>. Acceso en: 11 nov. 2019.

SASSEN, Saskia. **Expulsiones: Brutalidad y complejidad en la economía global**. Buenos Aires: Katz Editores, 2015. 286 p.

SELEE, Andrew; BOLTER, Jessica; MUÑOZ, Betilde y HAZAN, Myrian. Creatividad dentro de la crisis: opciones legales para los migrantes venezolanos en América Latina. Washington: **OEA/MPI**, 2019. 24 p. Disponible en: <<https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/VenezuelansLegalPathwaysBrief-Spanish-Final.pdf>>. Acceso en: 9 dic. 2019.

SPINDLER, William. La cifra de personas refugiadas y migrantes venezolanas alcanza los 3 millones, ACNUR. **Web del ACNUR**. 08 nov. 2018. Disponible en: <<https://www.acnur.org/noticias/press/2018/11/5be443b54/la-cifra-de-personas-refugiadas-e-inmigrantes-venezolanas-alcanza-los-3.html>>. Acceso en: 3 ene. 2019.

ULDEMOLINS, Enrique. Migraciones, modelos de integración y riesgo. La inmigración ¿un riesgo social? Barcelona: **Revistes Científiques**, Número 5, p. 75-103, 2017.

VILLALOBOS Soto, Dani; ORTIZ Valenzuela, Enio. Venezuela en el proceso de incorporación al MERCOSUR. **Revista ciencia e interculturalidad**, Managua, v. 10, n. 1, a. 5, p. 116-130, Ene-jun, 2012. Disponible en: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=26178>>. Acceso en: 9 feb. 2019.

EIXO TEMÁTICO 02

**NOVAS TERRITORIALIZAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS NOS
CONTEXTOS URBANOS NA AMAZÔNIA: DESLOCAMENTOS
COMPULSÓRIOS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS
SOCIOCULTURAIS**

REFLEXÕES SOBRE OS DESLOCAMENTOS DOS POVOS KARO ARARA E IKÓLÓÉHJ GAVIÃO NA AMAZÔNIA MERIDIONAL¹

Lediane Fani Felzke

INTRODUÇÃO

As pesquisas acerca do estado de Rondônia destacam o caráter migratório de sua formação, sobretudo dos grandes fluxos populacionais que tiveram lugar a partir da segunda metade do século XX.

Podem-se distinguir três grandes fases de ocupação mais intensa do atual Estado de Rondônia: a primeira fase ocorreu durante o I Ciclo da Borracha entre o final do século XIX e início do século XX; a segunda concretizou-se em meados do século XX, durante o II Ciclo da Borracha; e a terceira e mais impactante teve lugar a partir da década de 1960 (FELZKE, et.al., 2015, p.08)

Devido seu impacto na formação histórica e geográfica da região, inúmeros são os trabalhos que dão conta da chegada de migrantes de outros estados brasileiros para Rondônia, elevada à categoria de estado em 1981. Quanto aos efeitos de tais migrações para os indígenas da região, geralmente são tratados separadamente nas teses e dissertações acerca de cada povo. A ideia aqui é reunir algumas reflexões sobre as condições internas e externas dos movimentos, deslocamentos e andanças empreendidos por dois grupos étnicos de Rondônia, os Ikólóéhj Gavião e os Arara Karo que atualmente coabitam a Terra Indígena Igarapé Lourdes, no município de Ji-Paraná, divisa com o Mato Grosso.

No artigo em tela iremos tratar, portanto, de aspectos desses deslocamentos que são estruturantes de tais grupos étnicos, bem como das condições impostas pela presença dos não indígenas, tratados pelos indígenas como *os brancos*, expressão que utilizaremos a partir deste momento. Tais condições se materializaram inicialmente pela presença dos seringais nas margens do Rio Machado, tributário do Rio Madeira, e na sequência pela aproximação das fronteiras de ocupação agropecuária da região.

Para compor este texto, lancei mão das pesquisas de arquivo e dos dados etnográficos por mim construídos a partir da minha pesquisa de campo junto

¹ A seção sobre os Ikólóéhj Gavião foi concebida a partir da reelaboração de parte do capítulo dois da tese “Dança e imortalidade: igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia” (FELZKE, 2017a).

aos Ikólóéhj Gavião e que compõem a tese intitulada “Dança e imortalidade. Igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóéhj Gavião de Rondônia” (FELZKE, 2017a), bem como das bibliografias disponíveis sobre pesquisas realizadas junto aos Karo Arara, tais como a dissertação de Isidoro (2006) e a tese de Otero (2015).

Os grupos étnicos em questão habitavam, desde tempos imemoriais, parte das terras que são chamadas de “Área Etnográfica Aripuanã” por Melatti² (2011[1992]) denominadas, em uma perspectiva mais ampliada, de “Grande Rondônia” por Vander Velden³ (2010). Antes do contato interétnico, os Ikólóéhj e os Karo estavam estruturados em unidades menores constituídos por famílias extensas liderados, no caso *Ikólóéhj*, por um dono de maloca (*zavidjaj*). Tais unidades se deslocavam de tempos em tempos pela região descrita acima, no entanto, os efeitos da aproximação das frentes colonizadoras foram determinantes para o acirramento dessas movimentações como veremos a seguir.

OS IKÓLÓÉHJ GAVIÃO E SEUS MOVIMENTOS

Começamos, portanto, pelo grupo étnico sobre o qual obtive dados primários. Os Ikólóéhj Gavião são residentes seculares das bacias dos rios Aripuanã, Roosevelt e Branco (MT e AM). Em um período difícil de precisar empreenderam um deslocamento desde as proximidades dos rios Aripuanã e Roosevelt em direção ao rio Branco, mais ao sul. No início do século XX, encontravam-se entre o rio Branco e a Serra da Providência, encerrando seu périplo em meados daquele século, ao se aproximar das margens do rio Machado, onde encetaram relações com os brancos dos seringais e aí se fixaram.

2 Esta pequena área sobre a fronteira de Mato Grosso com Rondônia, entre os rios Aripuanã e Ji-Paraná (também chamado Machado), afluentes do Madeira, foi traçada preliminarmente com base em duas características: quase todos os grupos indígenas aí presentes falam línguas da família mondé, integrante do tronco tupi; e todos fizeram contato com os membros da sociedade brasileira recentemente, na segunda metade do século XX, de modo mais intenso a partir da década de 1970 (MELATTI, 2011, Cap. 24, p.01).

3 Em termos geográficos, estamos nos referindo à região que compreende, além de Rondônia, também o noroeste do Mato Grosso, o sudeste do Amazonas e ainda o nordeste do Oriente boliviano – ou seja, grosso modo, a área drenada pela bacia do alto rio Madeira e seus formadores – Mamoré, Guaporé e Beni – e afluentes. Em outros termos, estamos considerando o território compreendido entre os rios Tapajós (a leste) e Madre de Deus (a oeste), o alto Madeira (ao norte) e o médio-baixo Guaporé (ao sul), zona que poderíamos denominar de “Grande Rondônia” (VENDER VELDEN, 2010, p.116 e 117).

Em conversas com o dono de maloca que estabeleceu o contato oficial com os brancos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) às margens do rio Machado nos anos 1950, o *zavidjaj* Djiguhr⁴, pude registrar inúmeras narrativas, mediadas pela tradução de seus filhos e netos. Transversal a todas estas histórias encontra-se o tema da relação com o *outro*, os *zarébj*⁵, sejam eles brancos ou índios. Para se aproximar ou se afastar, a relação ao outro era um dos motivos pelos quais os grupos domésticos se deslocavam pela região. Questões de ordem ecológica, como a presença de caça e a fertilidade da terra; ou cosmológica, como a morte de um dono de maloca, também eram acionadas para proceder tais movimentos, no entanto, é imperioso considerar que as relações com os *outros* tangenciaram os deslocamentos dos grupos *ikólóéhj*, mas também dos Karo Arara como veremos adiante.

As *histórias dos antigos*⁶ dos Ikólóéhj dão conta do desejo de contato com os outros, sejam indígenas ou não, por parte dos ancestrais dos meus interlocutores. Alguns nem tão outros assim, como é o caso dos Zoró, povo vizinho cujas relações oscilavam entre intensa aproximação com intercassamentos, e afastamentos com guerras; alguns outros, por sua vez, eram totalmente estrangeiros para os *Ikólóéhj*, como é o caso dos *djálaéhj*, os brancos. Sobre estes últimos veremos que o contato com seringueiros, caucheiros e marreteiros⁷ desde os anos 1940 promoveu os deslocamentos e as transformações mais impactantes vividas até então e que culminaram na inédita conformação residencial que agrupou a maior parte das famílias extensas em uma única aldeia denominada posteriormente de Igarapé Lourdes.

OS IKÓLÓÉHJ SE CONSTITUEM COMO UM POVO

Do ponto de vista da socialidade, a unidade étnico-política (GUERREIRO JR, 2012) dos Ikólóéhj foi se constituindo no decorrer da história. Neste processo, a chave analítica de Sahlins (2008), de que a estrutura de uma sociedade se *reproduz* ao mesmo tempo em que se *transforma* pela mediação da história, contribui

4 Zavidjaj Djiguhr nos deixou em fevereiro de 2014. Contava então, segundo seus parentes, com aproximadamente 100 anos de idade.

5 Um dos termos genéricos utilizado para se referir aos grupos desconhecidos dos Ikólóéhj, sejam outros indígenas ou os brancos.

6 Categoria *ikólóéhj* que se refere não apenas a história, mas à cosmologia, aos mitos, à organização e que é constantemente atualizada.

7 Marreteiro: comerciantes que percorriam os rios e igarapés da Amazônia trocando produtos da floresta por artigos industrializados junto aos ribeirinhos, indígenas e seringueiros. Tal comércio se caracterizava pelas condições assimétricas e exploratórias.

para a compreensão dos processos internos e externos que concorreram para a constituição deste grupo étnico como um povo, tal como se apresentaram nos anos subsequentes ao contato com os brancos.

Tal identificação é recente e parece ter sido acionada na esteira do contato interétnico, como uma forma de se circunscrever diante dos brancos, tal como Brunelli (1989) identificou com respeito aos Zoró. Guerreiro Jr (2012) se referindo às chefias Kalapalo, no Xingu, chama a atenção para o fato de que estas unidades étnico-políticas não são dadas de antemão: “são antes o produto de recortes e sobreposições de redes mais extensas [...] mais como o *resultado* das relações regionais do que como unidades discretas que teriam, em um dado momento, entrado em relação” (idem., p.61). No entanto, se a identificação com um etnônimo/povo consumou-se diante do contato interétnico, tal operação só foi possível porque, antes disso, as festas e as guerras acionavam a socialidade ampliada daqueles grupos domésticos, que utilizavam o mesmo arcabouço linguístico, cosmológico e ritual para se relacionar.

Partindo da premissa da inexistência de estruturas dadas *a priori*, pode-se afirmar que os Ikólóéhj foram se constituindo como povo no contexto dos deslocamentos populacionais levados a cabo desde tempos remotos, a partir dos rios Aripuanã/Roosevelt, até período mais recente, ao se aproximar do rio Machado – outrora mais conhecido como rio Ji-Paraná – motivados entre outras coisas pela expansão dos brancos no território amazônico.

Os dados levantados por Brunelli (1989), entre os Zoró nos anos de 1984 e 1985, dão conta que, assim como aqueles, muito antes de se identificarem como um único povo diante dos brancos, os Ikólóéhj estavam divididos em diversos grupos. Os Zoró chamavam “certos Gavião”, afins costumazes, de “Pab?” (idem., p.142). Alguns velhos e também os professores indígenas falam da existência, além dos Pàbiéhj (lit. povo dos rostos), dos Báhsèhvéhj (lit. povo das folhas) dos MavSágàéhj (lit. povo da base da castanheira), dos Guléhj (cuja tradução é desconhecida) e dos Ikólóéhj (lit. povo gavião). Tais grupos tinham em comum a língua, embora com algumas variações de pronúncia e, como atestam as narrativas sobre as festas, o mesmo arcabouço mítico e ritual. Mesmo meus amigos ficam intrigados sobre a existência desta divisão. Por razões que não consegui precisar, o etnônimo Ikólóéhj, passou a ser hegemônico mesmo sendo, ao que parece, o grupo minoritário.

Brunelli (1989, p.14) compreende que “*se podría difícilmente hablar de los Zoró antes del contacto*”. Assim como o etnônimo Ikólóéhj, a noção de povo Zoró, se

estabeleceu contextualmente e contrastivamente. Nesse sentido, é possível que meus amigos passaram a se identificar como Ikólóéhj na sequência do contato amistoso com os brancos, por meio dos Karo Arara.

Em certo sentido, isso explica uma história bastante lembrada pelos meus interlocutores. Ocorre que em meados dos anos 1950, possivelmente entre 1953 e 1954, o etnógrafo Harald Schultz, durante uma expedição do SPI, contactou os indígenas que acampavam às margens do rio Machado, nas proximidades do seringal Santa Maria⁸. Neste encontro o pesquisador conversou com o *Zavidjaj* Djiguhr, mediado por um intérprete *karo arara*. Ao ser perguntado sobre o nome do seu povo, o líder informou seu nome, Djiguhr. Assim os Ikólóéhj passaram a ser arrolados na literatura etnológica como povo “Digüt”. Possivelmente a autoidentificação Ikólóéhj não estivesse ainda fortemente estabelecida, nem para o entrevistado, nem para o intérprete, restando a ambos referir-se ao nome pessoal do *zavidjaj* Djigúhr, afinal, aquelas pessoas que seguiam o chefe eram seu povo, ou seja, seus parentes.

Naqueles tempos, e em certa medida ainda hoje, a maloca (*zav*), com seus consanguíneos e afins constituía a unidade social básica em que a noção de pertencimento fazia algum sentido. Além disso, momentos pontuais de socialidade ampliada eram produzidos pelos trabalhos coletivos, pelas festas promovidas pelos mais prestigiados donos de maloca juntamente com os xamãs e possivelmente, embora não tenha obtido dados a respeito, pelas guerras com inimigos.

Portanto, não foi na forma povo (OTERO, 2015) que os antepassados dos Ikólóéhj chegaram até aos igarapés que desaguam no Rio Branco como atesta o conhecimento que os Zoró possuíam dessa gente. No limite, eram os grupos domésticos liderados por um dono de maloca/guerreiro que se deslocavam.

DESLOCAMENTOS DOS IKÓLÓÉHJ GAVIÃO

Para melhor compreensão, dividi as andanças dos Ikólóéhj em quatro fases (FELZKE, 2017b). O que chamo de “primeiro movimento” diz respeito ao deslocamento dos grupos domésticos das imediações dos rios Roosevelt/Aripuanã, quiçá próximo ao rio Madeira, até os igarapés tributários do rio Branco. O “segundo movimento” foi motivado por rearranjos na ocupação do território, levados a cabo, por sua vez, pelas frentes de expansão dos brancos na Amazônia, fato que inequivocamente

8 Não localizei os relatórios de tal expedição que possivelmente se perderam no incêndio que destruiu os arquivos do órgão em 1967.

causou tensões entre grupos vizinhos, e que conduziu os Ikólóéhj até aos igarapés que deságuam no rio Madeirinha, na Serra da Providência. O “terceiro movimento” processou-se sob influência direta do contato interétnico quando os grupos domésticos passaram a residir às margens do igarapé Lourdes, próximo aos seringais e aos brancos. Neste movimento, os grupos domésticos, cujas malocas estavam pulverizadas pelo território, se reuniram na aldeia Igarapé Lourdes. O “quarto movimento”, por sua vez, iniciou-se quando da retomada da terra invadida por posseiros nos anos 1980, onde famílias *ikólóéhj* (e também karo arara) se dispersaram novamente para garantir a posse da terra; este movimento permanece em fluxo, com alguns grupos domésticos se distanciando das grandes aldeias, Igarapé Lourdes e Ikólóéhj, e abrindo moradias neolocais. Esta última fase, segue a lógica da história do contato interétnico da maioria dos povos ameríndios, qual seja, o agrupamento inicial em uma única aldeia e posterior dispersão pelo território (LIMA, A.,1995).

Inúmeras aldeias foram sendo formadas à medida que os Ikólóéhj se deslocavam das imediações do rio Branco em direção à Serra da Providência e dali para as proximidades do rio Machado. As justificativas dos mais velhos para tais deslocamentos vão desde a morte do *zavidjaj* da maloca, passando pela procura de lugares mais fartos em caça e coleta, até a exaltação dos ânimos entre Ikólóéhj e Zoró, quando ambos habitavam entre o rio Branco e o rio Madeirinha. As relações entre eles oscilavam constantemente. Momentos de paz e trocas matrimoniais se alternavam com momento de conflitos e guerras, o que levou os Ikólóéhj a se afastar do rio Branco e procurar locais mais seguros no vale entre o rio Branco e a Serra da Providência. Assim evitaram guerrear com os *Pangyjej* (Zoró) com os quais mantinham laços de parentesco e se afastaram das escaramuças entre estes, os Suruí e os Cinta Larga que também perambulavam pela região e estavam sendo pressionados pelas frentes colonizadoras que vinham do leste.

Ao fazer este movimento, os Ikólóéhj foram se aproximando cada vez mais dos brancos que já haviam se estabelecido nos seringais do rio Machado. O cacique Sebirop conta que, desde que sua memória alcança, se por um lado os objetos dos brancos exerciam fascínio sobre os índios, por outro, provocavam temor. O medo de doenças desconhecidas, das “exalações deletérias” provenientes daquelas peças (ALBERT, 1992) misturava-se ao desejo de se aproximar de seus donos, os *djalaéhj*, os que fizeram a escolha correta de acordo com o mito de origem da humanidade. Mas não se tratava apenas de um desejo, os sinais cada vez mais próximos da presença dos brancos levaram os Ikólóéhj a se acercar de forma mais sistemática dos brancos nos anos seguintes, quando algumas malocas

se encontravam no lado leste da Serra da Providência, atualmente divisa entre os estados de Mato Grosso e Rondônia. O fizeram aproximando-se primeiramente dos Arara, com os quais estabeleceram de imediato alianças matrimoniais. Ou seja, o desejo de se relacionar com estes *outros* e seus objetos superou o temor das eventuais doenças e violências decorrentes.

Mas não se tratava somente disso. Ressalto que estes grupos familiares perceberam que a presença dos brancos era inexorável e, portanto, melhor se aproximar destes *outros* de forma amigável para estabelecer relações de trocas e assim acessar suas mercadorias. Não previam que tal contato se desdobraria na exploração de sua força de trabalho e que não seria possível conter as frentes colonizadoras que se apropriariam de suas terras.

Os Arara já trabalhavam para os seringalistas quando os Ikólóéhj se acercaram. Eles foram os intermediadores para que os recém chegados lidassem também na extração de caucho e seringa e assim pudessem obter os desejados instrumentos, sobretudo os facões (MINDLIN et. al., 2001; FELZKE, 2006). A partir da aproximação com o seringalista José Barros, *zavidjaj* Djigúhr estabeleceu uma relação estreita com o capataz do seringal, conhecido como Baiano. Em uma das visitas ao Santa Maria, Djigúhr permitiu que Baiano o acompanhasse quando retornou à Serra da Providência com sua família. O seringueiro estava interessado em conhecer os cauchais e os seringais da região. Foi assim que, diante da contingência do contato, os Ikólóéhj passaram a “pacificar os brancos” (ALBERT e RAMOS, 2002) e trazê-los, estrategicamente, para perto de si. Baiano passou a residir temporariamente com seus novos conhecidos em suas aldeias na Serra da Providência. Após os primeiros anos de trabalho, Baiano convenceu Sorabáh Djigúhr a transferir sua aldeia para as proximidades do rio Machado alegando que os índios ficariam mais perto do seringal e dos “remédios”, pois a esta altura dos acontecimentos as doenças dos brancos já os tinha atingido.

Nesta época, as doenças – catapora, gripe e sarampo – faziam muitas vítimas entre os indígenas. Sem compreender o que se passava, alguns grupos domésticos, que já mantinham contatos intermitentes com os *djáláéhj*, voltaram a se afastar temendo estas misteriosas doenças que nem mesmo os pajés (*vávábej*) conseguiam curar. Essas mortes, como vimos acima, eram associadas aos objetos exógenos, às “exalações deletérias” de que fala Albert (1992) referindo-se às concepções Yanomami sobre as mercadorias dos brancos.

Um dos meus interlocutores, Xiko Xíhv, com quem eu conversei na aldeia Igarapé Lourdes, lembra daqueles tempos nos seguintes termos:

Minha aldeia ficava na Serra da Providência, Takor Pòh Aka Váh [Lugar de matar animal que anda em fileira]. Lá eu morava antes do contato, era rapaz novo. Cresci lá. Quando eu era rapaz, o branco apareceu. Era o *papá Marró* [papai Barros]. Eu trabalhava pra ele, seringalista. Aprendi a derrubar caucho e tirar seringa. O Baiano que disse pra gente, 'vai pra perto do rio e do seringal pra buscar remédio mais fácil'. Aí mudou pra cá. Ainda não tinha posto da FUNAI ainda. Fomos nós mesmos que abrimos isso aqui.

A mudança da Serra da Providência para as margens do igarapé Lourdes seguiu inicialmente o padrão das malocas localizadas distantes umas das outras, mas na sequência esse padrão foi substituído por uma aldeia centralizada. Mas havia outra razão para Baiano convencer os Ikólóéhj da mudança. Depois da Segunda Guerra Mundial e da decadência do Segundo Ciclo da Borracha na Amazônia, a goma já não era mais tão interessante do ponto de vista financeiro. Concomitante a isso, a descoberta de metais nas proximidades da aldeia Gorá Áxoéhj Abihv Váh, na Serra da Providência atraiu levas de garimpeiros para próximo das aldeias, como explicou Sebirop:

Baiano trabalhou de caucheiro e [...] descobriu uma gruta de cassiterita. Aí vieram muitos homens, muita gente. Xambete, lá na roça da Gorá Áxoéhj Abihv Váh, foi plantar e achou uma pedra deste tamanho, um palmo, bonita, lapidada, dessa grossura mais ou menos [aponta para o gravador digital] e entregou para o Barros. Dizem que o Barros vendeu por muito dinheiro. Vieram muitos homens atrás daquelas pedras, tem muito buraco lá. Muitos homens entraram lá procurando aquelas pedras. Depois que fiquei grande soube que era ouro. Aí veio mais gente, entrando pra procurar pedra, veio estrangeiro, veio americano, canadense aqui pra dentro. Nós não ficamos no garimpo, só os brancos, os índios não sabiam de nada.

Possivelmente essa tenha sido uma das razões que levou o capataz a convencer líderes de maloca a deixarem a Serra a Providência e migrarem para as margens do igarapé Lourdes. Algumas malocas, no entanto, permaneceram no território tradicionalmente ocupado, a meio caminho entre o Rio Branco e a Serra da Providência. Uma destas malocas era a do *zavidjaj* Xikov Pí Pòhv que iria se tornar sogro de Sebirop. Este chefe se mantinha reticente em relação ao contato com os *djálaléhj* e deixou sua aldeia chamada *Zav Póhj* (lit. Maloca Grande) apenas após a demarcação da T.I. Igarapé Lourdes em 1977 porque sua aldeia havia ficado fora dos limites por ocasião do processo demarcatório.

O panorama de meados de 1960 traz, portanto, as seguintes características: a intensificação das (desiguais) relações entre os Ikólóéhj com seringueiros,

caucheiros, marreteiros e garimpeiros; as eventuais visitas de padres salesianos e militares de que fala o padre Vitor Hugo (HUGO, 1959); algumas famílias instaladas nas margens dos igarapés Lourdes e Orquideia (que deságua no Lourdes); e, por fim algumas malocas na face leste da Serra da Providência. As epidemias já haviam reduzido drasticamente a população que segundo dados de Leonel (1983) contabilizava cem pessoas em 1966.

A presença dos brancos, por fim, teve um efeito tão destrutivo quando o das suas mercadorias. Diante da inexorabilidade destes fatos, os Ikólóéhj procuravam estabelecer alianças com os brancos entregando-lhes mulheres e crianças, além das trocas já rotineiras de borracha, peles de animais e castanha pelos bens manufaturados. Por outro lado, enquanto incorporavam com facilidade os bens dos brancos, a despeito das vicissitudes, tentavam manter seu ciclo ritual, suas festas.

A aldeia Igarapé Lourdes, que havia começado como um pequeno acampamento de verão (*gere*) de um pajé chamado Alamàh, cresceu e ocupou o *status* de aldeia central dos Ikólóéhj por mais de vinte anos. Três fatores foram decisivos para que atingisse tal condição. O primeiro diz respeito ao seu papel de entreposto de troca de borracha. O segundo fator está relacionado à instalação, em 1966, de funcionários do SPI (substituído pela FUNAI a partir de 1967), garantindo um mínimo de proteção contra os abusos de seringueiros, marreteiros e garimpeiros. Tal fator tornou-se mais determinante quando da criação do Posto Indígena (PIN) Igarapé Lourdes em 1971. O terceiro aspecto, por sua vez, diz respeito à instalação permanente de missionários protestantes que desde 1965 visitavam o lugar. Mantendo seu propósito de “pacificar” os brancos, os Ikólóéhj acolheram os agentes do Estado e os missionários.

Desta forma, ir morar “no Lourdes”, onde estes *djáláéhj* e já haviam parentes instalados, tornou-se uma opção razoável, pois ali era possível encontrar as dimensões do mundo dos brancos que se tornaram importantes para os Ikólóéhj, tais como as mercadorias e algum atendimento de saúde. Diante destas possibilidades, vários grupos domésticos, ainda dispersos, afluíram para esta aldeia. Tal configuração constituiu um tempo de exceção na organização social deste povo cujo padrão era a dispersão pelo território. Durante este tempo o padrão residencial esteve momentaneamente interrompido.

A T.I. Igarapé Lourdes foi homologada em 1983 (Decreto 88.609 de 09 de agosto de 1983) depois de um superficial processo de identificação e demarcação (FELZKE, 2018). Desde meus primeiros contatos com os Ikólóéhj fiquei sabendo que suas terras tradicionais, entre o rio Branco e a face oriental da Serra

da Providência haviam sido preteridas e ficaram fora da área reconhecida pelo Grupo de Trabalho e efetivamente demarcada entre 1976 e 1977.

Em outubro e novembro de 2006 durante a coleta de castanha, acompanhei parte da família extensa de Séríhr, filho do *zavidjaj* Xikov Pí Pòhv, até o local onde antigamente se encontrava a maloca de seu pai – Zav Póhj – na Serra da Providência. Naqueles dias convivi com a desolação do grupo pela exclusão deste território ancestral dos limites da área demarcada. Viajando na camionete pelas estradas que atravessavam as imensas fazendas até o acampamento, meus amigos apontaram a direção das aldeias “dos antigos”, atualmente tomadas de latifúndios de criação de gado e plantação de soja. Para compreender melhor as circunstâncias da exclusão desta área, me detive sobre a documentação do processo de identificação, demarcação e homologação da T.I. Igarapé Lourdes. Tais documentos revelaram que interesses em destinar a área para fazendeiros que já ocupavam a região interferiram no processo.

Para obter a identificação do território tradicional dos Ikólóéhj, o Grupo de Trabalho da FUNAI simplesmente sobrevoou a área (FUNAI/BSB/440/1983). Nenhum diálogo como os indígenas foi efetivado. Este mesmo GT sabia da existência de pelo menos duas malocas nas terras que ficaram fora da demarcação, conforme mapa abaixo, de 1974. A delimitação obrigou estes *zavidjajébj* a se deslocarem juntamente com suas famílias extensas, para dentro da área demarcada, deixando suas terras para a ocupação de grandes latifúndios. Desta forma, verifica-se que os movimentos empreendidos pelos Ikólóéhj foram, em grande medida, resultados da presença dos brancos. Reunir estes dois povos em uma única terra, de ocupação histórica dos Karo Arara, facilitou para que suas áreas originais fossem “loteadas” pelos brancos.

BREVE DESCRIÇÃO DOS DESLOCAMENTOS DOS KARO ARARA

Os Karo Arara, por sua vez, contam suas histórias informando que seus ancestrais sempre residiram, caçaram, plantaram suas roças e perambulavam nas terras às margens do rio Machado, incluindo a área urbana do município de Ji-Paraná. Desde que conheci os Karo Arara, soube que no lugar onde hoje está instalado o centro da cidade, havia uma grande maloca do seu povo.

As terras banhadas pelo rio Riachuelo, tributário do Machado, além dos igarapés Molin e Prainha, ao sul do que é hoje a Terra Indígena Igarapé Lourdes;

além daquelas que hoje compõem o distrito de Nova Colina, são apontadas como terras *arara*, onde estão enterrados seus parentes. Otero (2015, p.58) informa que Pedro Agamenon Arara, cacique da aldeia Pajgap, contou-lhe que “seu pai (seu homônimo e antigo cacique geral dos Arara) estava enterrado em terras que ficaram de fora da demarcação da Terra Indígena Igarapé Lourdes e que foram apropriadas pelo fazendeiro Mário Piloto”. Assim como o território ancestral *ikólóéhj*, estes territórios densamente povoados pelos Karo Arara ficaram fora da área demarcada, embora a proposta original de demarcação feita pelo funcionário do SPI, o senhor Fiúza, fizesse menção a um território que se estendia até o Rio Riachuelo, tendo seu curso como limite natural.

A partir da correspondência de 1966 para a 9ª Inspeção Regional do SPI (ININD-9) em Porto Velho, de que as terras dos índios estavam sendo invadidas por seringueiros, garimpeiros e donos de mineradoras, o Inspetor Regional, senhor Fiúza, solicitou ao governador do Território Federal de Rondônia, para que fosse “preservada” uma área de terras “devolutas”, totalizando 97.500 ha para serem futuramente demarcadas pelo SPI. O croqui entregue ao governador incluía o Rio Riachuelo que ficou de fora da área efetivamente demarcada dez anos depois (FELZKE 2017a, p.124).

Quando efetivou-se uma proposta mais concreta de demarcação, essa área já havia sido loteada pelos projetos de colonização administrados pelas colonizadoras privadas, tais como a Calama S/A (FELZKE, 2014).

Isidoro (2006) em sua dissertação de mestrado, divide a história dos KaroArara em cinco tempos:

i) tempo das malocas: período antes do contato com os não-índigenas e o contato com outros povos indígenas (período anterior a 1940); ii) primeiros contatos, e vida nos seringais: contatos com os seringalistas. Período do trabalho semi-escravo dos Arara nos seringais (a partir de 1940); iii) realdeamento: volta dos Arara à vida comunitária em suas aldeias (período a partir de 1966); iv) luta pela terra: a luta dos Arara pela posse de suas terras (década de 80); v) venda de madeira: a exploração da terra Arara (décadas de 80 e 90); vi) os arara hoje: como vivem, os conflitos, mudanças e novos aprendizados (ISIDORO, 2006, p. 17-8).

O tempo do seringal marca a presença irremediável dos brancos na vida dos Karo Arara. Na sequência, a chegada do SPI, que ocorreu de forma mais sistemática em 1966, como aponteí acima, é marcada pela alternância entre períodos de trabalho nos seringais e períodos de vida na aldeia e nas colocações⁹

9 Expressão regional relativa à residência do seringueiro no inteiro da floresta.

dos grupos familiares. As aldeias se consolidaram somente por volta dos anos 1980 (OTERO, 2015).

Em suas pesquisas para desvelar a história deste povo, Otero (2015, p.62) encontra menções ao nome Arara desde os séculos XVIII e XIX, em

relatos de viajantes, encarregados do governo e de missões religiosas. Há menções a grupos que recebem essa designação nos cursos médios e baixos do Madeira, todas elas pontuais e sem qualquer elemento que nos possibilite associá-lo aos Arara do Machado. No início do século XX, principalmente a partir dos trabalhos daquela que viria a ficar conhecida como Comissão Rondon, surgem relatos de grupos cujas autodenominações são em língua Ramarama e bastante similares aquela usada pelos meus anfitriões.

É certo que, mais intensamente do que entre os Ikólóéhj Gavião, os Karo Arara se deslocaram pela região devido a presença de caucheiros e seringueiros. Vimos acima que, ao se aproximarem dos seringais, os Ikólóéhj o fizeram por meio dos Karo Arara que já eram bastante experientes no trato com os brancos.

As pesquisas de Otero (2015) dão conta que os trabalhos entre os patrões de seringais no primeiro ciclo da borracha, entre fins do século XIX e início do século XX, foram intermitentes, se intensificando, no entanto, a partir dos anos 1940. As narrativas de perseguições e violências se estendem ao princípio destes contatos, como o caso relatado à pesquisadora sobre um homem chamado Maruano, “considerado muito *brabo* por derrubar as malocas araras, atacar os índios e obrigá-los a derrubar caucho. Chegou a envenenar alguns Araras com açúcar em reprimenda a roubos efetuados pelos índios” (OTERO, 2015, p.84).

A aproximação entre Ikólóéhj Gavião e Karo Arara promoveu relações amistosas que originaram diversos intercassamentos até que um grave incidente, ocorrido provavelmente em 1959, e lembrado sempre com tristeza por ambos, resultou na morte de sete Karo Arara (OTERO, 2015). Em decorrência disso, estes se afastaram da região do igarapé Lourdes, indo viver em outros seringais. A partir da criação do posto indígena Igarapé Lourdes em 1971, estes começaram a se aproximar e estabeleceram aldeias próximas ao igarapé Orquideia, Na sequência, em fins dos anos 1970, ocuparam o local próximo ao Igarapé Setembrino que veio a se tornar a sua aldeia central.

O fato dos aldeamentos terem encerrado a fase de deslocamentos constantes não impediu que as famílias mantivessem colocações que chamam atualmente de “sítios” e onde passam parte do tempo, sobretudo na estação seca, entre os

meses de maio a outubro. “Hoje, os Arara não exploram mais a borracha, mas não abandonaram as colocações. Nelas produzem, principalmente, suas roças (PAULA; FELZKE, 2010, p.11). Otero (2015, p.97) relata que algumas famílias planejam se mudar definitivamente para estes locais.

Depois de terem a terra atual homologada, em 1983, os Ikólóéhj Gavião e Karo Arara enfrentaram novos deslocamentos decorrentes da invasão da área sul da TI por colonos oriundos do sul e sudeste do país. Iludidos por funcionários inescrupulosos, cerca de 700 famílias ocuparam ilegalmente a área sul da TI. Depois de expulsar os invasores, e para impedir que outras levas de migrantes, que não paravam de chegar a Rondônia nos anos 1980, invadissem a área demarcada; os grupos familiares indígenas procederam novo deslocamento, desde suas aldeias no interior da TI, para os limite sul da terra demarcada e homologada.

Otero (2015, p.98) analisa que as andanças constituem um diacrítico de humanidade dos Karo Arara,

[q]uanto às andanças das pessoas, o ideal é a moderação. Não se deve “ficar andando” longe do cônjuge ou da família, nem fixo em casa, sem passear ou trabalhar. Mais do que isso, as andanças também são função do parentesco. Anda-se para estar junto aos parentes. Quando esse caminhar afasta parentes, ele é considerado uma ação antissocial.

Nesse sentido, como reflete a antropóloga, a fixação em um único lugar trouxe dilemas para os Arara na medida em que a proximidade excessiva interfere na socialidade. O mesmo se observa entre os Ikólóéhj que alguns anos após terem se reunido na aldeia Igarapé Lourdes por conta da igreja, do atendimento de saúde e da escola, voltaram a adotar o padrão residencial anterior ao contato, ou seja, cada família extensa reunida em pequenas aldeias separadas umas das outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves análises realizadas acima mostram que há diferenças e similitudes entre os movimentos dos povos em tela. O contato interétnico dos Karo Arara com os brancos e seus deslocamentos progressos são mais antigos do que os Ikólóéhj Gavião. Estima-se que em fins do século XIX, no primeiro ciclo da borracha, portanto, os Arara já estavam percorrendo os seringais do Rio Machado e tiveram que deixar suas malocas ancestrais, tal como a existente no centro atual da cidade de Ji-Paraná, por conta de presença dos brancos. Os Ikólóéhj Gavião,

embora soubessem da existência dos brancos (*djalaéhy*) há bastante tempo, contataram estes *outros* de forma definitiva apenas nos anos 1940, tendo como mediadores justamente seus vizinhos Karo Arara.

A aproximação aparentemente irremediável dos brancos que adentravam as matas em busca de caucho e seringa e o desejo pelos seus instrumentos, sobretudo facões, fez estes povos superarem o medo e entrar em contato com aqueles. Nesses contatos, tornaram-se mão-de-obra semiescrava pois trocavam trabalho árduo por facões e outros objetos.

Com a aproximação dos migrantes, na terceira fase de colonização do então Território Federal de Rondônia, procedeu-se a demarcação da TI Igarapé Lourdes (1976 e 1977). No entanto, as terras ancestrais dos Karo Arara e dos Ikólóéhj Gavião foram descartadas durante o processo de identificação e demarcação. Um dos argumentos utilizados é que não havia índios, conforme consta no processo da Terra Indígena Igarapé Lourdes, “De qualquer forma, esclareço, que, quando o Exmo. Sr. Presidente determina a desinterdição de uma área, razão precípua é sempre a comprovada ausência de índios” (FELZKE, 2018, p. 296), o que não constitui toda a verdade, pois sabia-se da existência de ao menos duas malocas Ikólóéhj no lado leste da Serra da Providência, estado do Mato Grosso. Tais famílias foram convencidas a deixar suas malocas, nas cabeceiras do Igarapé Madeirinha e se transferir para os limites da área demarcada.

A estrutura social destes povos previa malocas que abrigavam um dono e sua família extensa e que estavam localizadas distantes umas das outras em até um dia de caminhada na floresta. Tal estrutura foi momentaneamente desconstruída a partir dos aldeamentos, tal como o Igarapé Lourdes que agregou a maior parte das famílias *ikólóéhj* por aproximadamente 20 anos.

Nos anos 1980, a despeito da terra estar demarcada e homologada, colonos invadiram a terra dos índios e estes se organizaram para expulsá-los. Na sequência de tal feito, os Karo e Ikólóéhj empreenderam novos deslocamentos em direção ao sul da TI para prevenir invasões futuras de suas terras. Neste processo, as aldeias centrais foram substituídas pelo retorno às unidades residenciais menores, pulverizadas pelo território, sobretudo no limite sul da TI para prevenir novas invasões. Atualmente contabilizamos 16 aldeias *ikólóéhj* e 11 aldeias *karo* no interior da TI.

Os deslocamentos vivenciados por estes povos no decorrer do último século, diretamente influenciados pela presença dos brancos, certamente podem ser replicados às demais etnias de Rondônia. Com maior ou menor violência, a

configuração territorial do estado é marcada de forma indelével pelos deslocamentos populacionais dos mais de cinquenta povos indígenas que vivem em vinte terras demarcadas e em, pelo menos, cinco áreas que estão aguardando a demarcação.

REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. **Anuário Antropológico**, n. 89, p. 151-189, 1992.

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. **Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 88.609 de 09 de agosto de 1983**. Homologa a demarcação da área indígena que menciona, no Estado de Rondônia. Coleção de Leis do Brasil - 1983, Página 232 Vol. 6. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88609-9-agosto-1983-438710-norma-pe.html>. Acesso em, 30/03/2019.

BRUNELLI, Gílio. **De los espíritos a los micróbios: salud y sociedad em transformación entre los Zoró de la Amazonía Brasileña**. Quito, Ecuador: Abya-Yala; Roma, Itália: MLAL, 1989. (Colección 500 años).

DE PAULA, Jania Maria; FELZKE, Lediane Fani. **O povo Arara-Karo: entre a produção tradicional e o mercado**. ANPPAS, 2010. Disponível em: <http://anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT14-399-392-20100903100626.pdf>. Acesso em: 29/08/2020.

FELZKE, Lediane Fani. **Dança e imortalidade: igreja, festa e xamanismo entre os Ikólóhéj Gavião de Rondônia**. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_ae8a42b3ccb9e021d6b30400e96162b1. Acesso em: ago. 2017.

_____. **Os Ikólóhéj Gavião: a terra e os outros**. Editora Oikos, 2017.

_____. A trama dos documentos em torno da demarcação da Terra Indígena Igarapé Lourdes. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 10, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/>

article/view/20979 . Acesso em: 15/08/2020.

FELZKE, Lediane Fani et al. Memória e resistência na migração para a Amazônia: o caso de Nova Londrina em Ji Paraná, estado de Rondônia, Brasil. **Mundo agrário**, v. 15, n. 30, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84533800010>. Acesos em 15/08/2020.

FUNAI/BSB/440/1983. **Identificação e Delimitação da Terra Indígena Igarapé Lourdes, localizada no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia**. Setor de documentação e arquivos da sede da Funai.

GÃRAH ITXA. **Corredores etnoambientais na Amazônia Ocidental: principais resultados do projeto GãrahItxa, 2009-2012**. Disponível em: https://iieb.org.br/wp-content/uploads/2019/02/22-02-2013-Garah_itxa_1.pdf. Acesso em: 15/08/2020.

GUERREIRO JR, Antônio. **Ancestrais e suas sombras: uma etnografia da chefia kalapalo e seu ritual mortuário**. PPGAS/DAN/UnB, Brasília: 2012 (Tese de doutorado).

HUGO, Victor. **Desbravadores**. Humaitá: Missão Salesiana de Humaitá. 1959.

ISIDORO, Edinéia Aparecida. **Situação sociolinguística do povo arara: uma história de luta e resistência**. Universidade Federal de Goiás, 2006. (Dissertação de mestrado em Linguística).

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELATTI, Julio Cezar. Aripuanã. In: **Áreas etnográficas da América Indígena**. 1992. Retocado em 2011. Disponível em: <http://www.juliomelatti.pro.br/areas/24aripuanana.pdf>. Acesso em: 25 de março de 2014.

OTERO, Julia. **Sobre mulheres brabas, parentes inconstantes e a vida entre outros: a festa do jacaré entre os Arara de Rondônia**. Brasília: UNB, 2015. (Tese de Doutorado)

SAHLINS, Marshall. **Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios as história do reino das ilhas Sandwich**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

VANDER VELDEN, Felipe. Os Tupí em Rondônia: diversidade, estado de conhecimento e propostas de investigação. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica** 2(1): 115-43, 2010.

WARAO, O POVO NAVEGANTE SEM CANOA QUE TRANSITA PELO ASFALTO AMAZÔNICO

Marília L. P. Cotinguiba
Geraldo C. Cotinguiba

INTRODUÇÃO

O povo *warao* – ou *gwarao* – histórica e milenarmente viveu na região do delta do rio Orinoco, na Venezuela. O significado de seu nome quer dizer ‘o povo da canoa’, devido a sua íntima relação com o ambiente aquático. Nos últimos anos, porém, iniciou um processo de mobilidade espacial que, ao que sabemos, é a primeira vez na história dos Estados modernos do continente que se tem conhecimento de um processo migratório de um povo indígena para além das fronteiras nacionais. Da Venezuela, os *warao* emigraram rumo ao Brasil e sua presença já foi registrada em todas as regiões do país.

Este texto apresenta uma abordagem sobre a presença de migrantes *warao* na cidade Porto Velho, capital do estado de Rondônia, uma cidade no ‘coração’ da Amazônia. A presença de homens, mulheres e crianças *warao* nessa cidade colocou em evidência a imigração sob uma perspectiva diferenciada, a de que se trata de um movimento migratório com múltiplas variáveis e que exige, de modo semelhante, abordagens várias. A abordagem que realizamos aqui é de cunho descritivo e participativo, com base na vivência de um processo de mediação de trabalho de intervenção do poder político local – Secretaria Municipal de Assistência Social e Família (SEMASF).

É importante ressaltar que – apesar da lei do refúgio (nº 9.474/97) e de imigração (nº 13.445/2017), da entrada do país no Pacto Global das Migrações das Nações Unidas (2018) e que, logo em seguida (2019), o governo brasileiro disse “não ao Pacto das Migrações” sob o argumento da soberania nacional – o Brasil ainda apresenta limitações no que tange a uma política de migração de modo clara em seu território. É uma prática ainda em construção no país.

No caso de Porto Velho, a cidade se tornou um campo social de mobilidade humana como destino final ou de trânsito para outras partes do país ou para outros países. A cidade converteu-se, incontestavelmente e devido ao seu lugar geográfico, em um ponto de interconexão com outras partes do planeta por meio das migrações internacionais: bolivianos, peruanos, haitianos, venezuelanos

e cubanos, além de outras nacionalidades que se instalam na região ou a utilizam como rota de passagem.

Porto Velho se tornou, assim, uma cidade interconectada com outras cidades do mundo por meio das migrações, especialmente a migração haitiana, que a vincula com o seu espaço social transnacional, seja como espaço de chegada, de circulação, de trânsito ou de saída (COTINGUIBA, 2019, p. 191).

A migração haitiana mudou em definitivo as discussões sobre imigração no Brasil, por um lado, no plano jurídico e político, com a concessão do Visto por Ajuda Humanitária (VAH) pela primeira vez na história do país (Resolução nº 97/2012), ou com o fomento das discussões para publicação da nova Lei de Migração (Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017). Por outro lado, no plano econômico, com sua inserção no mercado de trabalho formal, de modo a superar as demais nacionalidades entre 2014 e 2014 (CAVALCANTI, 2017) e, também, no contexto acadêmico, que passou a dedicar mais interesse à questão migratória. Os reflexos das migrações internacionais sobre o território nacional apresentam, dadas a devidas proporções, características semelhantes na realidade social local do estado de Rondônia, especialmente na cidade Porto Velho.

Se no passado as migrações tinham conexões com o passado colonial entre países e povos, as primeiras décadas do século XXI trazem como principal mudança o fluxo de pessoas entre países sem esses históricos. São as chamadas migrações sul-sul (BAENINGER, 2018). Ademais, devido a diferentes fatores como guerra, perseguição religiosa ou política, crises econômico-política, catástrofes ambientais, instabilidade de regimes políticos etc., a cada ano aumenta o número de pessoas vivendo fora de seus países de nascimento.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2019, os deslocados forçados alcançaram a soma de 70 milhões de pessoas, enquanto o número de migrantes já chega a mais de 300 milhões no mundo. Os prognósticos são pessimistas para os próximos anos e a tendência é que esses números aumentem devido a fatores como: 1) conflitos entre países, 2) instabilidades internas em países, 3) fome, 4) problemas ambientais, 5) guerras, 6) crises econômicas. Esses fatores afetam indistintamente as populações, sejam nas cidades, no campo ou mesmo aqueles que histórica e tradicionalmente viviam nas florestas, como é o caso do povo *warao*.

No caso *warao*, é imprescindível que se tenha em mente que se trata de um povo indígena de outro Estado nacional – Venezuela – e que não estão

amparados no Brasil pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Ademais, ao que sabemos esta é a primeira vez que se registra, na história dos povos indígenas, uma migração entre países. Por se tratar de um fato social novo, dificuldades aparecem quando se deseja tomar providências para a realização de ações para o atendimento dessa população.

Desenvolver uma política pública ou uma ação pontual com os *warao* que se encontram na cidade de Porto Velho é um desafio para as autoridades governamentais e para profissionais de diferentes áreas. É este o objeto de reflexão deste texto, a saber, apresentar um panorama geral sobre a presença *warao* na cidade de Porto Velho, elencar as ações que foram realizadas pela esfera estatal e, também, apontar possíveis ações que possam servir de apoio a esse grupo étnico.

UMA BREVE APRESENTAÇÃO DOS *WARAO*¹

Os *warao* são, originariamente, um único povo que histórica e tradicionalmente viveu no que atualmente é o estado de Delta Amacuro, na região do delta do Rio Orinoco, na Venezuela, região que os vestígios arqueológicos indicam uma presença humana de cerca de 9.000 anos (HEINEN, GASSÓN y GARCÍA-CASTRO, 2012). Sua língua nativa leva o mesmo nome do povo e a palavra *warao* é polissêmica e significa gente, pessoa, humano. Quando se refere ao povo, seu significado quer dizer “o povo navegante” ou “o povo da canoa”, pois o modo de vida desse povo é basicamente simbiótico com as águas, os rios, a navegação.

Os *warao* vivem há milênios nessa região e, de acordo com pesquisadores, somente a partir da década de 1960 teve início um contato mais intenso com a sociedade venezuelana, especialmente por causa de fontes e recursos naturais em seu território. Os meios de subsistência tradicionais são baseados na caça, na pesca, na coleta e, nas últimas décadas, na horticultura. Observa-se que devido a um processo de mudança pelo qual a região que tradicionalmente foi ocupada pelos *warao*, o delta do Orinoco, o grupo tem sofrido modificações no modo de vida e, principalmente, migrado para áreas urbanas de cidades venezuelanas.

¹ As informações sobre os *warao* que apresentamos aqui neste relatório é com base em informações verbais em conversas que tivemos com pessoas desse grupo e, também, em fontes bibliográficas como (ACNUR, 2019; ARIAS, 2008; GARCIA-CASTRO, 2000; 2018; SILVA et al., 2018). Podemos dizer que realizamos uma pesquisa de campo exploratória, a qual está inscrita no Observatório das Migrações em Rondônia – OBMIGRON. A pesquisa mais ampla foi aprovada no Comitê de Ética e tem como foco um estudo comparativo das migrações haitiana, venezuelana e cubana para Porto Velho.

Entre os anos de 1990 e 2000 a situação dos *warao*, segundo Alvaro Garcia-Castro (2018), piorou e, uma vez nas cidades, uma das estratégias para encontrar os recursos de sobrevivência tem sido a mendicância².

En la coyuntura actual, cuando se está produciendo un fenómeno migratorio masivo desde Venezuela hacia Brasil, los Warao se encuentran, una vez más, practicando sus estrategias ancestrales, donde la clave de la supervivencia está en saber aprovechar la diversidad de recursos que les aportan ambos medios: el natural y el humano. Creemos que en Brasil estamos ante el comienzo de un proceso similar al que se dio en Venezuela, incipientemente después de 1964. (GARCIA-CASTRO, 2018, p. 35).

Antes, porém, de serem afetados pelo avanço dos processos da sociedade venezuelana sobre seu modo de vida, os *warao* viviam dos recursos naturais extraídos do bioma no qual estiveram inseridos há milênios. Além dessas características, no plano da cultura material, os *warao* produzem manualmente uma quantidade relativamente grande de itens derivados da palmeira Buriti (*Morichi*, em espanhol e *Óbi*, em *warao*). De acordo com informações que nos foram ditas por interlocutores *warao*, a matéria prima é a folha dessa palmeira.

Segundo um dos homens mais velhos, o sr. Jose, é necessário, no entanto, levar em consideração o estágio de desenvolvimento da folha. Não servem as que estão secas ou que já estejam abertas, é necessário que a folha seja extraída no estágio em que se encontra na forma de um “bastão”, antes de abrir. Uma tarefa que compete aos homens. Uma vez extraída, a folha é aberta manualmente e transformada em fios, levada para cozimento e tingimento para, posteriormente, secagem das fibras. Desse processo obtém-se a o material necessário para a produção dos materiais de uso corporal, tais como braceletes, colares, pulseiras ou de uso doméstico, tais como suportes para panela, pratos, cestos etc. e, dessa forma, podem ser comercializados e, conseqüentemente, gerar renda. Essa segunda etapa é uma tarefa das mulheres, conforme nos relatou o nosso interlocutor.

Um dos entraves encontrados em Porto Velho – no Brasil, de modo geral – é o fato de não terem acesso aos territórios onde se encontram as palmeiras de Buriti. O Buriti é, de uma perspectiva simbólica, um elemento central na cosmovisão *warao*, pois serve como alimento – frutos, a farinha extraída de seu tronco, a bebida ritual – e como fonte de recursos para a fabricação de utensílios – cestos, ‘pratos’, fibra para colares e outros utensílios – e como elemento

2 Usaremos o termo *mendicância* para seguir a definição do autor, porém pensamos que o melhor seria falarmos de uma *estratégia de coleta de recursos em contexto urbano*, visto que a prática é realizada pelas mulheres acompanhadas de crianças.

simbólico sagrado. A palmeira serve como marco calendário, indica épocas, rituais, festas, mudanças no ambiente etc. Ainda, no processo de contato com a sociedade não-*warao*, é matéria prima que as mulheres usam para a fabricação de objetos que são comercializados, fonte de renda que serve para a sobrevivência do povo no processo de contato étnico.

O deslocamento forçado nesse processo de mobilidade e, também, de desarraigamento com o ambiente referencial provocam uma ruptura incorrigível, visto que as crianças e jovens não serão iniciados nos ritos e, conseqüentemente, serão uma geração de ruptura cultural *warao*. Assim, esse processo migratório mostra-nos que é novo o fato de um povo indígena migrante entre territórios de Estados nacionais e, ao mesmo tempo, estamos diante de um processo de ruptura cultural.

IMAGEM 1: Utensílios warao manufacturados a partir do Buriti.



Fonte: Projeto de Educação Karika Nakuri, Belém, 2018.

WARAO EM PORTO VELHO – CHEGADA, ESPAÇO DE MORADIA E DE MENDICÂNCIA E FAMÍLIA

A migração *warao* para Porto Velho se insere nos circuitos migratórios internacionais contemporâneos e é motivada por diferentes fatores, dentre eles o principal é a situação econômico-política da Venezuela. Classificamo-la

como uma migração de crise. Estudos indicam que esse povo já se encontra em processo migratório entre a Venezuela e o Brasil desde 2014 (GARCIA-CASTRO, 2018, p. 35) e, também, se registra recentemente uma presença mais intensa em outras cidades brasileiras da região amazônica, como Boa Vista, Manaus, Belém e Santarém (SILVA e TORELLY et. al., 2018), além de Cuiabá, Brasília-DF, Natal-RN e Salvador-BA³. Pela dinâmica dessa mobilidade, indica-se que a circulação poderá ocorrer em muitas outras cidades do Brasil e mesmo chegar a outros países da região.

Primeiramente, esclarecemos que o termo mendicância aparece aqui como conceito que expressa a prática das pessoas pedirem dinheiro ou ajuda de alimento para sobrevivência. Usamos o termo desprovido de carga semântica pejorativa e, como já indicamos, seguindo a definição de Alvaro Castro-García. Outro esclarecimento é sobre o conceito de família. De modo geral, todos os indivíduos do grupo formam uma única família, o povo *warao*, porém, os núcleos familiares se dividem e no interior do grupo, quando não são de um mesmo núcleo patriarcal chamam-se a si mesmos de *parentes*. Cada grupo familiar elege um líder, sempre um homem, preferencialmente entre os mais velhos⁴.

Diante desse quadro – e circunscrito ao quadro geral da imigração na cidade –, os *warao* chegaram à cidade de Porto Velho e, diante disso, a SEMASF deu início a um processo de levantamento de informação com vistas à tomada de decisão. Dois dos principais elementos motivadores da mobilização do poder político municipal foram a presença de crianças na prática de mendicância e a cobrança da sociedade civil para uma resolução do ‘problema’. Como se sabe, no Brasil – ao menos no plano ideal das leis – a criança não deveria estar fora da escola e muito menos trabalhando.

De acordo com a SEMASF, no dia 18 de outubro de 2019 foi realizada uma ação de reconhecimento pelo Serviço de Abordagem Social da Secretaria. À ocasião a abordagem foi realizada em uma avenida nos arredores da região central da cidade, a saber, a Avenida Governador Jorge Teixeira. Verificou-se que se tratava de imigrantes vindos da Venezuela, indígenas da etnia *warao*, dos quais foram identificadas 18 famílias, compostas por adultos e crianças que já se encontravam no Brasil há pouco mais de 01 ano e em Porto velho já se encontravam há 02 meses.

3 Para Cuiabá alguns dos que estavam em Porto Velho seguiram e para Brasília, por algum tempo mantivemos contato via Whats App com um rapaz que também conhecemos na capital de Rondônia.

4 Em Porto Velho houve um princípio de desestabilização provocado por interesses divergentes de liderança, quando um homem mais jovem quis assumir o controle do grupo, porém perdeu a disputa. Esse jovem é o que nos referimos que se encontra em Brasília.

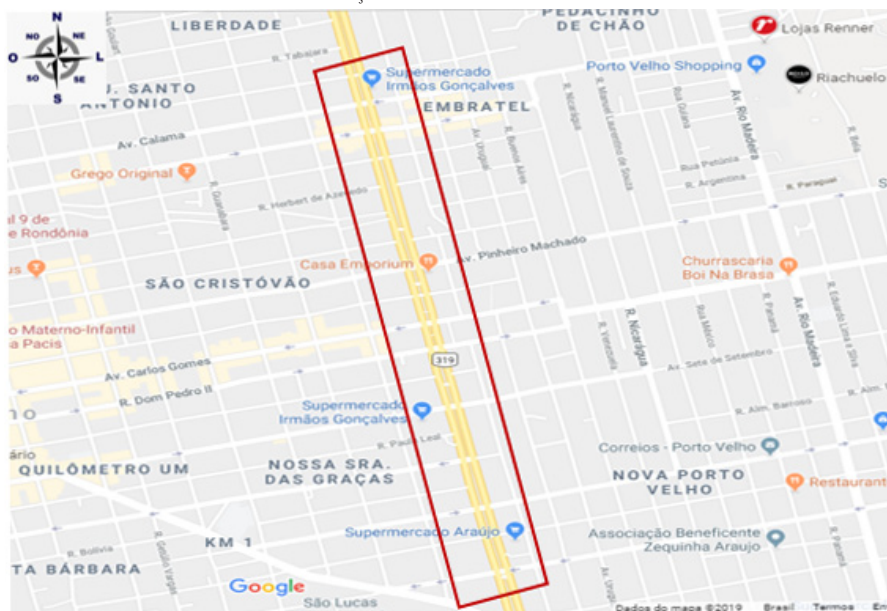
Alegaram como motivos principais as dificuldades econômicas vivenciadas pelo grupo na Venezuela, causadas pela situação sociopolítica do país. A rota utilizada nesse processo de mobilidade em território brasileiro incluía, assim, as cidades de Pacaraima e Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Porto Velho (RO), além de informarem que outros *parentes* se encontrava na cidade de Belém (PA).

Informaram, ainda, que o local onde se encontrava residindo ficava próximo à referida avenida, em um imóvel localmente conhecido como uma vila de apartamento, cujo aluguel tinha como média o preço de R\$ 300,00 a R\$ 400,00 reais. Outros, no entanto, disseram que naquele momento pagavam diárias no hotel Real, situado na avenida Gov. Jorge Teixeira, próximo à rodoviária, cujos valores médios eram entre R\$ 40,00 a R\$ 80,00. Vale ressaltar que a região de entorno da rodoviária da cidade é uma área considerada localmente como degradada.

Na ocasião, a sondagem da equipe de abordagem identificou o quantitativo de 51 pessoas, das quais 20 eram crianças e adolescentes, 31 mulheres com idade média de 18 a 58 anos. No começo do mês de novembro a SEMASF teve a necessidade de ampliar as abordagens e orientar-se melhor sobre o assunto e, para isso, contatou-nos e solicitou a nossa colaboração na equipe. Assim, passamos a compor a equipe da SEMASF como pesquisadores convidados, para colaborar com os conhecimentos científicos da linguística e antropologia, além da expertise nos estudos migratórios. Com a nossa entrada na equipe, as abordagens passaram a receber, também, uma análise dos processos migratórios internacionais.

Desse modo, realizamos observações exploratórias, além de diálogos com os interlocutores para identificar da área espacial de moradia e mendicância dos *warao* na cidade. Verificamos que havia um retângulo ao longo da avenida Governador Jorge Teixeira, mais especificamente entre a rua Raimundo Cantuária e a Avenida Calama. Além do grupo que informou como endereço o hotel, identificamos também outro grupo familiar residindo na Rua Quintino Bocaiúva. Nesse endereço, os imóveis têm em torno de 15 a 20 m². As famílias variam em número de pessoas, sendo algumas com 4, 6, 8 ou mais pessoas. Com esse grupo mantivemos contato por mais tempo e realizamos ações como regularização documental, exames de saúde, auxílio financeiro etc.

IMAGEM 2: Área de concentração e de mendicância dos warao – Porto Velho-RO.



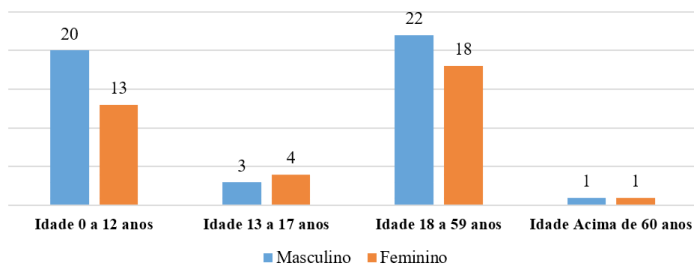
Fonte: Google. Adequação: Geraldo Cotinguiba.

Com as abordagens realizadas foi possível verificar o quantitativo de pessoas que residia e transitava na área indicada, contudo, percebemos que havia um fluxo de chegada e partida. Conforme as tabelas a seguir, naquele momento identificamos 82 pessoas entre homens, mulheres, sendo eles crianças, jovens adultos e pelo menos um casal considerado ancião.

TABELA 1: warao masculino			TABELA 2: warao feminino		
Sexo	Idade	Quant.	Sexo	Idade	Quant.
Masculino	0 a 12	20	Feminino	0 a 12	13
	13 a 17	03		13 a 17	04
	18 a 59	22		18 a 59	18
	Acima de 60	01		Acima de 60	01
Total		46	Total		36

Fonte: SEMASF – OBMIGRON.

População *warao* atendida inicialmente pela SEMASF - Porto Velho - Rondônia



Fonte: SEMASF – OBMIGRON.

Os trabalhos de abordagens e pesquisa de campo exploratória continuaram, e na primeira quinzena de novembro de 2019, a equipe realizou visitas aos locais de moradia, com o objetivo de estabelecer contato mais proximal e melhor conhecimento sobre a realidade social na qual estavam inseridos os *warao*. Verificou-se que as famílias se encontravam vivendo em locais insalubres para os padrões urbanos, em pequenos imóveis, como informados acima. A observação focou sobre aspectos como habitação, alimentação, renda, área geográfica da cidade, educação e cuidados com as crianças, *status* jurídico, comunicação linguística. Foi a partir dessas visitas – e de outras que se seguiram até o mês de dezembro – que a equipe conseguiu ter melhor conhecimento do grupo.

Nas ruas de Porto Velho, a mendicância é uma prática exclusiva das mulheres *warao* e tem como objetivo conseguir recursos para a sobrevivência diária. Na visão de mundo do grupo não se trata, especificamente, de uma atividade de mendicância, mas de trabalho. É coleta de recursos. De acordo com o antropólogo Alvaro Garcia Castro (2000), a prática da mendicância realizada pelas mulheres e crianças teve início, na Venezuela na década de 1990. Portanto, trata-se de uma prática já histórica, e, também, uma estratégia de sobrevivência de um povo indígena inserido no contexto urbano que teve de encontrar uma forma de conseguir recursos para se adaptar nesse novo meio físico. A mendicância é, antes de tudo, uma prática de coleta, uma estratégia de sobrevivência. Sabemos que nas sociedades indígenas, tradicionalmente, uma das atividades atribuídas às mulheres é a coleta e elas, ao saírem para coletar – frutas, sementes etc. – levam consigo as crianças⁵.

5 Estamos falando, essencialmente, de uma divisão sexual do trabalho.

Estrategia particular de adaptación a este medio urbano de los grupos Warao (bandas), que emplean para pedir a las mujeres (en su papel de recolectoras) y los niños, repartidos en un área extensa, en puntos claves de lugares y avenidas del centro de la ciudad. (GARCIA CASTRO, 2000).

Vê-se que a mendicância, além de ser encarada pelos *warao* como uma estratégia de sobrevivência e trabalho, é uma prática que tem uma racionalidade que vislumbra lugares de atividades a serem explorados e há, ainda, uma divisão sexual do trabalho de acordo com o modo de vida. A escolha dos locais não é aleatória, mas como se pode notar é uma estratégia que tem como objetivo a escolha de “puntos claves de lugares” onde os recursos sejam mais abundantes. No caso de Porto Velho, a mendicância não é a única fonte de renda.

Vale ressaltar que em nossa pesquisa exploratória conseguimos constatar 03 fontes de renda que são a base econômica dos *warao* em sua trajetória no contexto urbano, sendo elas: 1) a mendicância feminina; 2) a venda de artesanatos; 3) o trabalho masculino. A mendicância, no entanto, era a principal fonte de renda, pois havia duas limitações para as demais atividades. A primeira pela língua, pois os homens são falantes da língua *warao* e de espanhol, de modo limitado, além do que, as propostas de trabalho, quando surgem, são em forma de diárias. No caso dos artesanatos, alguns itens trazidos da Venezuela estavam sendo comercializados, assim como alguns colares feitos com materiais comprados em lojas da cidade. A principal matéria-prima dos artesanatos não estava acessível, a palha da palmeira Buriti.

Diante desse panorama geral que acompanhamos sobre a realidade social envolvendo os *warao*, relacionamos a seguir dois quadros com diferentes perspectivas. O primeiro nos mostra um cronograma geral de ações da equipe junto aos *warao* entre outubro e dezembro de 2019 e o segundo quadro mostra as ações realizadas pelas esferas do poder político em três níveis, o municipal, o estadual e o federal.

QUADRO 1: Cronograma de registro de atividades realizadas em Porto Velho pela SEMASF.

QUADRO DE AÇÕES PARA A QUESTÃO WARAO EM PORTO VELHO		
Data	Local	Objetivo / Ação
18/10/2019	Av. Jorge Teixeira	• Abordagem para obtenção das primeiras informações.
06/11/2019	Residências dos <i>warao</i>	• Primeira visita às famílias nos locais de residência; • Levantamento de informações gerais.
08/11/2019	SEMASF	• Reunião com diversas entidades para discutir propostas de ação voltadas para a questão dos <i>warao</i> .
11/11/2019	Residências dos <i>warao</i>	• Levantamento de informações gerais e demandas das famílias.
12/11/2019	Escritório do Cadastro Único	• Realização do Cadastro Único no sistema; • Cadastro para auxílio aluguel (prefeitura); • Renovação de protocolo de pedido de refúgio.
13/11/2019	Residências dos <i>warao</i>	• Ida à casa para observações e aprendizado de termos na língua.
17/11/2019	Residências dos <i>warao</i>	Observações: fluxo de indivíduos nas casas, situação documental, necessidades. • 11 famílias – divisão dos próprios indivíduos; • 39 pessoas (adultos e crianças); • 05 sem CPF e protocolo; • 01 com Carteira de Trabalho vencida.
19/11/2019	Superintendência do Ministério do Trabalho	• 16 Retiradas de Carteira de Trabalho; • 03 Renovações de Carteira de Trabalho.
20/11/2019	Escritório do Cadastro Único	• 03 Renovações Protocolo de Solicitação de Refúgio; • 15 Inscrições Protocolo de Solicitação de Refúgio; • 11 Tiraram foto para o Protocolo. • Reunião dos pesquisadores da equipe com as Secretárias Adjuntas da SEMED e SEMASF para inserção das crianças na escola e geração de renda para adultos.
22/11/2019	Banco do Brasil	• Abertura de 15 contas, em 03 agências do Banco do Brasil, para recebimento de auxílio moradia.
27/11/2019	Residências dos <i>warao</i>	• Entrega dos documentos e assinatura dos termos para recebimento dos benefícios. • Validade do benefício entre novembro/2019 a abril/2020.
02/12/2019	Residências dos <i>warao</i>	• Morte de criança de 07 meses. Acionado o SAMU; SEMASF providenciou auxílio funerário.
05/12/2019	Escritório do Cadastro Único	• Ação em conjunto com a SEMUSA; • 41 Consultas com clínico geral; • 15 Vacinações – por solicitação e com consentimento dos vacinados ou autorizados pelos pais; • 90 Orientações de saúde; • 11 Atendimentos farmacêuticos; • 197 Medicamentos entregues; • 15 Cartões do SUS emitidos; • 30 Cartões de saúde atualizados; • 80 Testes rápidos para Hepatite A e B; HIV; Sífilis e regulação para agendamentos de exames.
16/12/2019	SEMUSA	• Reunião da SEMASF com a SEMUSA discutir atendimentos na rede pública de saúde.

Fonte: SEMASF – OBMIGRON.

Com base nas observações e diálogos com os *warao* e pelas ações que realizamos junto a algumas instituições, constatamos que mesmo após praticamente uma década de um fluxo migratório internacional socialmente perceptível, inexistem

ações estatais (municipal, estadual e federal) que possam ser classificadas como uma política de migração no sentido estrito do termo ou mesmo de uma política pública para migração. Num plano mais amplo, todavia, existem sim, ações mitigadoras e que são realizadas por governos ou pela sociedade civil, como se nota a seguir⁶.

QUADRO 2: Relação de ações estatais sobre a migração warao – 2019.

Ação de Governo
<ul style="list-style-type: none"> • Esfera Municipal <ul style="list-style-type: none"> • SEMASF – Destacou uma equipe (Psicólogo e Educadora Social) e tomou as providências para atendimentos iniciais e emergenciais e realizar um relatório diagnóstico. • Realizou o Cadastro Único para famílias. • Regularizou a situação documental dos que não tinham documentos. • Organizou documentação e concedeu apoio logístico para abertura de contas em bancos. • SEMED – realizou reunião com a SEMASF e pesquisadores para propor ações de inserção das crianças na escola (rito obrigatório).
<ul style="list-style-type: none"> • Esfera Estadual <ul style="list-style-type: none"> • SEAS – Realizou reunião com o objetivo de iterar-se dos acontecimentos.
<ul style="list-style-type: none"> • Esfera Federal <ul style="list-style-type: none"> • UNIR – Destacou um membro (Linguista/Pesquisadora) para assessorar a SEMASF nas ações. • IFRO – Destacou um membro (Cientista Social/Pesquisador) para assessorar a SEMASF nas ações. • MTE – Emissão de Carteira de Trabalho (rito obrigatório). • PF – Emissão de protocolo de pedido de refúgio (rito obrigatório). • Receita Federal – Emissão de CPF (rito obrigatório). • Banco do Brasil – Abertura de contas

Fonte: OBMIGRON.

Num plano geral sobre as migrações, destacamos que até o momento em que realizamos as observações e com base em nossa experiência de campo com pesquisas sobre migração internacional, havia uma lacuna da parte do Estado no sentido de conhecer a dinâmica migratória e, conseqüentemente, ter controle de dados e informações sobre o fluxo de entrada e saída de pessoas na cidade⁷.

6 É importante distinguir duas coisas. A primeira é o fato de até aquele momento não existir uma política pública de migração na cidade e, segunda, que o governo do estado inaugurou, no mês de setembro de 2020, Central de Informação para Migrantes e Refugiados e que, mesmo tendo sido aprovado pelo Decreto nº 16.288, de 29 de outubro de 2019, somente em novembro de 2020 foram eleitos os membros do Comitê de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida do Município de Porto Velho. Essas ações indicam que está em curso a criação de uma política pública de migração em Porto Velho.

7 Mais uma vez consideramos fundamental informar que uma instituição tem realizado um trabalho fundamental em prol de populações migrantes na cidade Porto Velho, a CÁRITAS. Para mais informações ver (COTINGUIBA et. al., 2020). O texto se encontra em formato livre

Desse modo, indicamos a seguir um conjunto de necessidades que externavam essa lacuna estatal sobre o tema até o início de 2020.

- Ausência de locais de atendimento para imigrantes – além da Delegacia de Imigração da Polícia Federal;
- Ausência de controle da imigração em locais de entrada na cidade de Porto Velho – Porto e Rodoviária;
- Ausência de um protocolo básico de atendimento ou de controle com informações sobre direitos e deveres;
- Ausência de informações voltadas para a sociedade civil;

Como indicativos de ações que consideramos importantes e que podem ser desenvolvidas pelo Estado, destacamos os seguintes pontos. Os indicativos aqui são sugestões de medidas que o Estado pode colocar em prática com vistas ao desenvolvimento de uma política pública no tratamento da migração de modo mais amplo.

- Estabelecer uma aproximação do Estado com o empresariado e setores de triagem e contratação – Serviço Nacional de Emprego (SINE) municipal e estadual, por exemplo, com o propósito de inserção laboral dos homens e mulheres;
- Mapear potencialidades de saberes e profissões e fomentar oportunidades de geração de renda – microfinanciamentos, treinamento no SEBRAE e em parceria com alguma instituição não governamental;
- Criar um banco de dados em parceria com as instituições que desenvolvem trabalhos de acolhida, ajuda ou pesquisa com a migração – UNIR, IFRO, CÁRITAS, PASTORAL DO MIGRANTE, FRATERNIDADE SEM FRONTEIRA;
- No caso específico dos *WARAO*, estreitar diálogo com o governo federal sobre a situação e buscar parcerias;
- Ainda sobre os *WARAO*, proporcionar condições para geração de renda para as mulheres por meio do artesanato do Buriti, com o objetivo de que as crianças fiquem em companhia das mães em seu local de trabalho – conseguir autorização ambiental para manejo sustentável do Buriti junto à Secretaria Municipal ou Estadual de Meio Ambiente;

e grátis para acesso como capítulo em livro disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/impactos_pandemia/COVID%20NAS%20MIGRA%C3%87%C3%95ES%20INTERNACIONAIS.pdf

-
- Artesanato de miçanga *WARAO* – proporcionar a aquisição de materiais para a confecção de adereços como pulseiras e colares, que são objetos que fazem parte do universo de trabalho das mulheres.

Os resultados aqui apresentados são preliminares e apontam apenas os dados e ações realizadas até o momento. Ressaltamos que o trabalho é contínuo e necessita ser prosseguido, visto que se trata de um grupo étnico com peculiaridades culturais diferenciadas em relação ao modo de vida da sociedade brasileira e, para melhor conhecimento, é necessário um trabalho mais prolongado.

CONSIDERAÇÕES

A migração *warao* é um fato duplamente novo no âmbito, por um lado é uma novidade para os estudos migratório abordar a questão da mobilidade espacial de um povo indígena e, por outro lado, é a primeira vez que se registra na história o deslocamento de um povo indígena entre Estados nacionais modernos. Apesar de o processo colonizador europeu do continente ter provocado historicamente o deslocamento forçado dos povos indígenas, após a delimitação das fronteiras nacionais dos Estados a atual migração é uma novidade.

Verifica-se que o processo de mobilidade dos *warao* pelo Brasil está inscrito no processo de crise política e econômica pelo qual a Venezuela vem passando nos últimos anos. No caso da cidade de Porto Velho, a presença *warao* passou a ser registrada no início de 2019, porém somente a partir dos meses de setembro e outubro foram realizadas ações com vistas a abordagens pela SEMASF e levantamento de dados a partir de uma pesquisa de campo exploratória em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, por meio do Observatório das Migrações em Rondônia.

Apesar das informações geradas por meio da pesquisa de campo exploratória, as ações de intervenções da SEMASF sobre os *warao* na cidade de Porto Velho, o que se constatou até o início da pandemia da COVID-19 e mesmo ao longo de 2020, é que se trata de uma migração diferenciada, complexa em comparação aos movimentos migratórios registrados na cidade. Por se tratar de um grupo étnico indígena do interior de outro Estado nacional – Venezuela –, seus membros enquadram-se em distintas categorias no contexto brasileiro, uns são portadores de documentos venezuelanos, outros não portam documentos e são vistos como apátridas, enquanto outros já nasceram no Brasil e foram registrados e, portanto, são considerados cidadãos brasileiros.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Nota informativa para municípios sobre chegadas espontâneas de população venezuelana, incluindo indígenas**. ACNUR; Ministério da Cidadania: 2019.

ARIAS, Hortensia Caballero. La Mujer Warao: De recolectora deltana a recolectora urbana. (2008). In. **Antropológica de la Fundación La Salle de Ciencias Naturales**. 2008, 110:149-152. Tomo LII.

BAENINGER, Rosana (et. al. Org.). **Migrações Sul-Sul**. 2ª ed. Campinas: Nepo/Unicamp, 2018, v. 2.

CAMPOS, Gustavo Barretos de. **Dois séculos de imigração no Brasil: a construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo et. al. Haitian immigrants in the Brazilian labour market: an overview. In. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**. Vol. 11, nº 1, 2017.

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL. **Grupo de trabalho interinstitucional projeto político pedagógico warao projeto de educação Kuarika Naruki**. Belém, 2018.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Aletranje: a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano – o Brasil como uma nova baz**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2019.

COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL-COTINGUIBA, M. L.; DIAS, W. N.; SITTA, T.; OLIVEIRA, E. G. Mobilidade e migração em Rondônia em tempos de pandemia da Covid-19. In: **Migrações Internacionais e a pandemia de COVID-19**. Rosana Baeninger; Luís Renato Vedovato; Shailen Nandy. (Org.). 1ed.Campinas: Unicamp, 2020, v. 1, p. 407-416.

GARCIA-CASTRO, Alvaro A. **Mendicidad indígena: Los Warao Urbanos**. Boletín Antropológico N° 48. Enero-Abril, 2000. Centro de Investigaciones Etnológicas - Museo Arqueológico - Universidad de Los Andes. Mérida.

_____. Los Warao en Brasil son refugiados, no inmigrantes. Cuestiones etnológicas y etnohistóricas. In. PÉRIPILOS. **Revista de Investigación sobre Migraciones**. Vol. 2, n° 2, 2018. Pp. 32-55.

HEINEN, Dieter, GASSÓN, Rafael, GARCÍA-CASTRO, Alvaro. Desarrollo institución warao: identidad étnica y diversidad histórica. Cuestiones clave en la etnografía y la ecología histórica del delta del orinoco y el territorio warao-lokono-paragoto. In. **Revista Lider** Vol. 21. 2012. pp 113-142.

SILVA, Sidney da; TORELLY, Marcelo (Orgs.). **Diagnóstico e avaliação da migração indígena da Venezuela para Manaus, Amazonas**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.

ETNOGRAFÍA DE UN BARRIO INDÍGENA: EL ASENTAMIENTO WARAO DE LA HORQUETA, VENEZUELA

Antonio García-Castro Alvaro

INTRODUCCIÓN

Los Warao son el grupo étnico venezolano que habita en el delta del Orinoco desde hace siglos y tal vez miles de años¹. Se han caracterizado por su adaptación al medio natural, especialmente al riparino, que los caracteriza como una cultura de humedales, comportamiento que evidentemente es una de las claves de su supervivencia, dada la naturaleza de la costa oriental de Venezuela en general y del delta orinoquense en particular. Tradicionalmente viven de la pesca, la caza, la recolección de frutos y la extracción de fécula de la palma moriche (*Mauritia flexuosa*). La llegada de los europeos trajo como consecuencia la dominación de los grupos indígenas que ocupaban el territorio y, en el caso de los Warao, éstos se convirtieron pronto en aliados de aquéllos, desarrollándose con el tiempo una convivencia y colaboración mutuas. La llegada de misioneros y colonos, así como el surgimiento de pueblos y ciudades, trajo consigo nuevos elementos a los que los Warao, tal como lo hicieron en el pasado, se adaptaron en función de su supervivencia como grupo diferenciado. La simbiosis de los Warao con otros grupos como estrategia de supervivencia, está documentada a partir del siglo XVI y pareciera haberse originado en esta zona desde la época prehispánica, con el fin de mantenerse dentro de un hábitat que ofrecía para los Warao una gran variedad de alternativas de subsistencia. Dentro de este sistema antiguo y estable, los Warao, como cultura, han sobrevivido mediante la creación de instituciones específicas, basadas en prácticas y valores tradicionales, adaptándose a la implantación de la sociedad nacional dominante local, a la cual han modificado a su vez de manera irreversible. Pero también es cierto, que esta persistencia de los indígenas como grupo diferenciado, le es muy conveniente a esa misma sociedad nacional local, conformada para sobrevivir, a su vez, gracias a la desigualdad existente entre los indígenas y los no indígenas. Una de estas estrategias es su acercamiento a los centros poblados criollos; en el caso que aquí contemplamos, se trata del “barrio” indígena de La Horqueta, donde varias familias de indígenas conviven en una especie de simbiosis asimétrica con la población criolla. Entre

1 En sus tradiciones orales, recuerdan una época en la cual la isla de Trinidad estaba unida a tierra firme, es decir, hace aproximadamente entre 8.500 y 9.000 años (Wilbert W. 1995b: 336).

1998 y 2001, visitamos regularmente el lugar, con estancias entre una semana y un mes, realizando entrevistas, fotografías y acompañando a los indígenas en todas sus ocupaciones cotidianas por los caños Cocuina, Pedernales y Capure, con la pequeña embarcación del IVIC, la *Wanta Sanuka*.

LA PRESENCIA INDÍGENA EN ESTA ZONA

El centro poblado de La Horqueta es la cabeza de la parroquia Virgen del Valle, en el municipio Tucupita, del estado Delta Amacuro, en Venezuela. Está situado en el cuadrante noroeste del delta del Orinoco, llamado Delta Occidental y es una población criolla con un asentamiento indígena Warao asociado a él. Está situado a 35 Km de Tucupita, la capital del estado, en la confluencia de los caños Cocuina y Pedernales, ubicado a medio camino, tanto de los centros urbanos de los estados Delta Amacuro y Monagas, como de las rancherías Warao del Delta Medio occidental. En el momento de este estudio (2000) contaba con 218 casas y una población de 1.255 habitantes (OCEI 1994a), en su mayoría criollos. Una característica especial de esta población, que es lo que quisiéramos destacar aquí, es que también posee una comunidad de indígenas Warao, establecida en dicho sitio desde hace unos 50 años y que fue en su momento señalada como de 134 indígenas, asentada e integrada allí en forma permanente (OCEI 1995b). Nuestro trabajo de campo para esta investigación arrojó la cifra de 293h., 158 hembras (53,9%) y 135 varones (46,1%) para la población indígena de La Horqueta en el año 2000. Según el censo más reciente (OCEI 2011), la población de la parroquia era entonces de 7.872 personas.

Los Warao que habitan en este centro poblado se autodenominan “Horoquetarao”, gentilicio que se deriva de las palabras *Horoqueta* = La Horqueta y *Arao* = habitante. afirman que en ese sitio estuvieron ellos primero que los criollos y ciertamente, las evidencias históricas y testimoniales indican que en el pasado hubo aquí una presencia indígena esporádica, no necesariamente en forma de rancherías permanentes y sí en cambio, relacionada con la actividad de españoles, extranjeros y criollos. El sitio de La Horqueta parece haber sido siempre un lugar fronterizo, quizás desde tiempos precolombinos; un punto de intercambio entre indígenas y no indígenas, un espacio para transacciones y abastecimiento, especialmente ilícitos, antes que un lugar de residencia estable.

En cuanto a los Warao, a en el siglo XVII, en el mapa de sir Robert Dudley de 1637, aparece indicada una aldea indígena habitada por “Verotiani”, una

denominación antigua de ellos, en la bifurcación de dos caños en el Delta Occidental que podrían corresponder a los caños Cocuina y Pedernales, aunque la imprecisión de su configuración le resta valor como evidencia. Pero en ese siglo tenemos también el testimonio más preciso y extenso de Diego Ruiz Maldonado, funcionario español que viajó desde Santa Fe hasta Trinidad por el Orinoco. Al llegar a Santo Tomé de Guayana, el 12 de febrero de 1639, dejó constancia escrita de que el gobernador de la provincia le pidió cuarenta soldados de su escolta, con alférez y un sargento, para incursionar en lo que ellos llamaban “el Paraíso de Mahoma”² y que resultó ser el delta del Orinoco. Allí estaba situado precisamente el sitio de “La Oqueta”, en el que los guayaneses tenían ya un hato de ganado y era el mismo sitio donde pocos días después, el propio gobernador, con dieciséis soldados más de los de Ruiz Maldonado, se instaló, con la finalidad de destruir unas curiaras que los indígenas habían hecho para los holandeses y para “hacer” carne y sebo. Estando en esto, regresaron al sitio los 40 infantes mencionados, procedentes del supuesto “paraíso” musulmán, cuyo capitán le hizo entrega de más de treinta indígenas, hombres y mujeres, marchándose luego a Trinidad. En La Horqueta permanecerían veinticinco hombres de los de Ruiz Maldonado, al mando del capitán Pedro de Padilla, que seguían allí en junio de ese año, cuando aquél y el gobernador, recalaron nuevamente en el sitio, de paso para Trinidad. Los indígenas de esa zona eran de dos tipos: los Chaguanes (Siawanni) y los Tivitives con “Más de mil varones de trabajo” (Ruiz 1650: 348-349). Todas ellas denominaciones de los europeos para los Warao.

Ya en el siglo XIX, tenemos otra referencia de un asentamiento indígena en la zona, en los *Apuntes Estadísticos* de Guzmán Blanco de 1876, en los cuales se menciona que, en la unión del caño Cocuina con el Manamo, existe una ranchería (Venezuela 1876: 77). Pero en las décadas de 1930 y 1940, ya consolidado el centro poblado criollo, la presencia indígena en La Horqueta parece disminuir, pues los indígenas residían en las rancherías de los caños permanentemente y sólo iban a La Horqueta en ciertas ocasiones. Estas idas tenían como objetivo principal el aprovisionamiento, en especial de herramientas, hachas, machetes (Turrado 1945: 124, 190).

2 El Paraíso musulmán reserva a los fieles (masculinos) que mueren devotamente en el seno de su religión, el premio de disfrutar eternamente de la compañía de siete (o setenta, según las versiones) huríes (jóvenes hermosas) para su uso exclusivo.

LOS INICIOS DEL “BARRIO” INDÍGENA DE LA HORQUETA

La Horqueta era una población muy próspera, compuesta mayormente por criollos, trinitarios y guyaneses, fundamentalmente agrícola, que abastecía su región circundante y hasta producía excedentes para exportar a Trinidad, Ciudad Bolívar, Güiría y Margarita. Los principales rubros eran maíz (*Zea mays*), plátano, cambur (*Musa*), ocumo (*Xanthosoma sagittifolium*) y cacao (*Theobroma cacao*). Había siembras industriales de arroz y se extraía también madera, con un aserradero en Jotajana (caño Cocuina). Se traía pescado salado de las bocas y el fresco se pescaba localmente. Se talaban los conucos antes de las lluvias, entre mayo y junio y se dejaban cubrir con la creciente, entre julio y septiembre. En octubre se sembraba y se cosechaba antes de la llegada de las siguientes lluvias en julio. El caño Cocuina estaba abierto en su totalidad y se viajaba regularmente por él a Tucupita. Había un gran tráfico fluvial y el muelle estaba siempre completamente lleno de embarcaciones. Los habitantes de La Horqueta parecen haberse considerado a sí mismos como miembros de una gran familia, hasta el punto de que no se vendían nada entre ellos, “*si uno mataba un cochino, se repartía entre los vecinos y otro día ellos hacían lo mismo*” (Juana González, 1999. Com. Pers.).

Había siempre una presencia de indígenas, que venían desde los caños, Capure, Cocuina y Pedernales, los cuales hacían unos ranchos provisionales y se quedaban por unos días, pero eran familias nucleares que luego regresaban a las rancherías. Los Warao proporcionaban la mano de obra estacional y a su vez traían frutas, cestas, pájaros, chinchorros y pescado para vender. Muchos no hablaban castellano y todavía usaban guayuco (*buba*) o taparrabos (Juana González, 1999. Com. pers.).

La época de prosperidad terminó en 1965, al cerrarse con un dique el caño Manamo, desafortunada intervención que interrumpió el flujo de la corriente del Orinoco después de Tucupita, afectando a los caños Manamo, Pedernales y Cocuina y sus riberas. Al trastornarse el equilibrio ecológico de la región noroccidental de Delta Amacuro, también se alteró irreversiblemente la economía. Se terminó el abundante comercio, el caño Cocuina se sedimentó, dejando de ser navegable hasta el Manamo y se contaminó, desapareciendo la pesca abundante. Como resultado, los centros poblados como La Horqueta fueron perdiendo su población criolla y extranjera, que emigró hacia otros lugares (García-Castro y Heinen 1999). Los Warao que no eran bilingües ni tenían experiencia en el trabajo a jornal, permanecieron en las rancherías y regresaron al morichal. Pero

los que estaban acostumbrados a trabajar con criollos, eran bilingües y tenían conocidos y relaciones entre los criollos de La Horqueta, estimulados por el chamán de Capure, Julián Güira, decidieron instalarse permanentemente en ese centro poblado, llegando como familias nucleares y “adoptando” un determinado patrono criollo (iramo) en especial, si ya era conocido de antemano.

No existía todavía el “barrio” Warao permanente de hoy. Los testimonios de los mismos indígenas indican que, si bien la presencia de ellos y su relación con los criollos, ha sido siempre una constante en el lugar, sólo fue a partir de esa década, cuando las primeras familias Warao decidieron establecerse en forma permanente en La Horqueta, procedentes de Remansón. Jesús Ramón Ramírez, el primer Warao que vino a quedarse, tomó para sí mucha tierra que luego vendió a los criollos y poco a poco irían llegando más familias Warao (Víctor Gómez, Jesús Ramón Ramírez, 1999. Com. Pers.). Las fotografías aéreas tomadas por el Servicio Cartográfico Venezolano (OCEI 1967), muestran que ese año sólo había una construcción permanente al margen del centro poblado en la ribera derecha del caño Cocuina, precisamente en el espacio que hoy ocupa la casa de Jesús Ramón Ramírez.

El estímulo del Wisiratu (chamán) de Capure, Julián Güira, respetado líder en la zona, fue decisivo. La cercanía de la sociedad nacional, la menor dependencia del trabajo en el morichal y la existencia de la agricultura como alternativa de subsistencia, eran constantes en la vida de los Warao de la zona, pero igualmente lo eran el ingreso monetario y las necesidades de bienes de consumo, los cuales desaparecieron al arribar la crisis de 1967. Esto impulsó a Julián a buscar una alternativa de subsistencia para solucionar esta crisis. Una vez que los criollos y sus fuentes de trabajo abandonaron los caños, si se quería seguir manteniendo esta fuente de recursos, había que desplazarse e ir a buscarla. Se inició así la llegada de familias nucleares a La Horqueta, pero sin abandonar totalmente las otras alternativas ni las relaciones con los parientes de las rancherías y sin mendigar, únicamente en busca de trabajo. Con el tiempo, la conveniencia del asentamiento Warao, tanto para criollos como para indígenas demostró ser vital para la supervivencia de ambos.

Julián nació en 1924, hijo de padre criollo y de una indígena de aquella ranchería y fue criado por sus abuelos criollos en La Horqueta, hasta la edad de 20 años, cuando decide irse a vivir a Capure con su familia indígena. En su versión, él cuenta que, en esa época, hacia 1944, los indígenas de aquella zona vivían de la pesca, el conuco y la recolección. Apenas iban de visita esporádicamente a La

Horqueta, a cambiar artículos por chinchorros, ocumo y pescado. Güira alega que él primero los estimuló a salir del caño y del morichal, para buscar trabajos estables en aquella población.

Para la década de 1950, los indígenas trabajaban ya como motoristas, peones, macheteros, caleteros y pescadores y a cambio, recibían dinero en efectivo, alimentos, herramientas y otros artículos de consumo. En esos años se iniciaron también las grandes siembras de arroz, y en la década de 1960, se instaló un aserradero en Jotajana a mitad el caño, siendo la mano de obra exclusivamente indígena. Para entonces, los Warao de los caños Capure y Cocuina ya estaban acostumbrados a trabajar para los criollos.

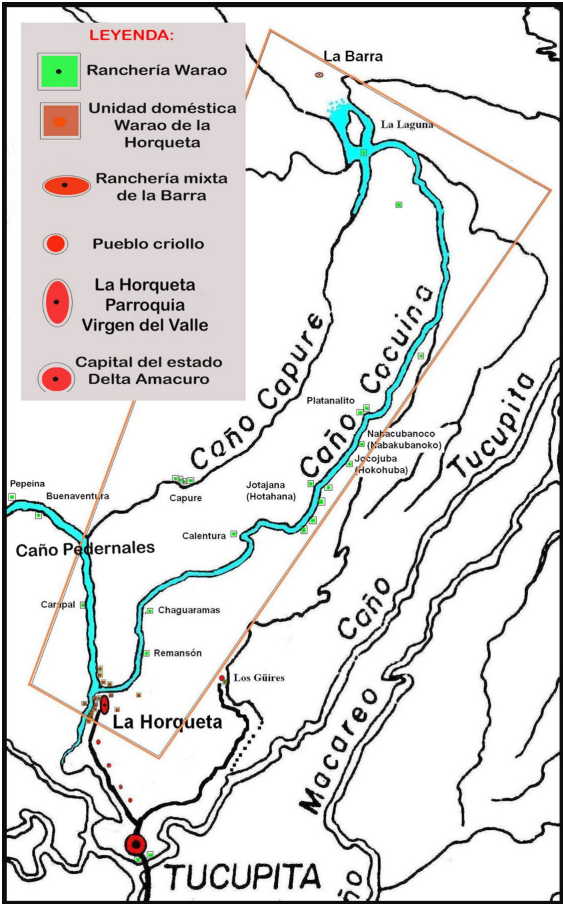
Según Julián, eso trajo mucha prosperidad a los caños, porque, si bien en realidad ellos siempre fueron autosuficientes, gracias a que nunca dejaron sus actividades tradicionales, al mismo tiempo tenían ingresos monetarios adicionales, que les permitían comprar otros bienes de consumo: “*Sin dejar de vivir del monte y del caño, trabajaban por un salario o a destajo*”. Julián opina hoy que eso les dio seguridad, y la certeza del trabajo como medio de subsistencia. Decía que los Warao de Capure y La Horqueta deben ser los únicos que no piden limosna ni están errantes en Tucupita. Reconoce, no obstante, que los jóvenes ya no tienen hoy interés en sacar yuruma³, ni se continúan las costumbres antiguas, como la iniciación del paso de *anibaka* (niña) a *iboma* (púber) y nadie sabe las historias antiguas (*debe nobo*) (Julián Güira, 2000. Com. pers.).

Julián mismo practica algunas costumbres esenciales de la vida Warao de manera poco ortodoxa, por ejemplo, en su propia unidad doméstica encontramos que no sólo vivían con él sus hijas y sus maridos, sino que también vivían sus cuatro hijos varones con sus esposas, lo cual es una aparente desviación del patrón residencial postmatrimonial reseñado como tradicional y en cambio, es similar al patrón de residencia común de los Horoquetarao. El principio de uxorilocalidad, en este caso se aplica a AMBOS sexos, es decir, no se restringe a las hijas, que traen yernos a la unidad doméstica, sino también a los hijos, que traen nueras a la misma, maximizando así la recolección y aprovechamiento del producto social. Sería éste un ejemplo de una aparente “transgresión” de la norma, tal como la que se presenta en La Horqueta, pero pudiera ser que quizás se trata más bien de una norma Warao que implica que todos, tanto hijos como hijas, permanecen en la unidad doméstica si su *Aidamo* es lo suficientemente eficiente como para proporcionar abundantes beneficios para todos.

³ Yuruma en criollo, Ohidu aru en Warao: Fécula de la palma moriche, principal fuente tradicional de carbohidratos en la dieta de los Warao.

Este patrón de residencia pareciera haber sido así ya desde muy antiguo en esta zona y un líder como Julián Güira, decidió aplicarlo en La Horqueta; el asentamiento Warao aquí es sólo la expresión de esa estrategia de “mejoramiento”, tal como él mismo dice haber implantado entre los indígenas de Capure y Cocuina. Tal disposición mantiene el producto social y la mano de obra útil de las unidades domésticas Warao, junto con los ingresos monetarios, dentro de la misma y su administración se lleva a cabo por la pareja de ancianos, de la misma forma que en un asentamiento tradicional.

Imagen 1: Zona de La Horqueta y área del estudio.



Fuente: Mapa base de Carlos Quintero, departamento de diseño, Centro de Antropología, Instituto Venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC). Modificado por AAGC.

PROCEDENCIA DE LOS HOROQUETARAO

Como veremos en detalle más adelante, la mayoría de los Horoquetarao provienen de los caños Capure (*Kabori*) y Cocuina (*Jokuina*); unos pocos vienen de caño Pedernales (*Anaburni*). Esto se justifica porque entre Buenaventura y La Horqueta hay muchos criollos y pocos morichales, mientras que en caño Cocuina, es al revés: siempre hubo menos criollos que indígenas y los morichales están cerca, y los primeros tuvieron las haciendas de cacao, maíz y arroz. Ahora en ambos sitios abundan los hatos de ganado donde los indígenas trabajan para ellos y además pescan, cazan, venden artesanía, coco y cacao.

A partir de Jotajana, en caño Cocuina, los indígenas ya no dependen tanto de La Horqueta y frecuentan los morichales, donde cogen cangrejos azules o Motana (*Gecarcinus ruricola*, *Cardiossoma* sp.), busco o musoto, (*Erythrinus erythrinus*) guabina, kohu o kahu (*Hoplias malabaricus*), aguadulce o hoku (*Hoplerythrinus unitaeniatus*) y viejitas o bono (*Biotodoma warrini* Gosse), peces de morichal, y de río: coporo o saboara (*Prochilodus mariae*), morocoto u osibu (*Piaractus brachyomus*). Estas actividades tradicionales se han incrementado cada vez más con la crisis económica y la falta de trabajo (Víctor Gómez, 1998. Com. pers.).

LA COMUNIDAD WARAO DE LA HORQUETA

En la zona de La Horqueta, que hemos definido ya como “fronteriza”, por tratarse de un lugar caracterizado por la continua y secular interacción entre indígenas, criollos y extranjeros, el forastero percibe de inmediato que se trata de un lugar con un fuerte componente mestizo entre sus habitantes. De hecho, a primera vista, no es evidente la procedencia de los individuos, pues sus características externas (fenotipo, vestimenta, habla) tanto de criollos como de indígenas, son muy similares. Todos los indígenas residentes en La Horqueta, incluso las ancianas, son bilingües y muchos criollos, a su vez, hablan Warao. No obstante, predomina el uso del idioma castellano, aun entre los indígenas. Pero un indicio de la existencia de una estructura socioeconómica basada en diferencias étnicas (división étnica del trabajo), es que existe localmente una suerte de “**esquema clasificadorio**” de uso corriente, compartido por ambos grupos, que considera ciertas características específicas, para definir la condición

de “indio” o de “criollo” de sus habitantes. Este esquema se basa en categorías de origen, lingüísticas, residenciales e ideológicas.

Según este esquema, la adscripción al grupo de los “indios”, se da en ciertos habitantes más fieles a las costumbres ancestrales, como sucede también en otras partes del delta (Ayala y Wilbert 2001: 152), si se reúnen ciertas condiciones:

- 1) Han nacido de padre y/o madre considerados Warao
- 2) Pueden remontar su ascendencia dentro de cualquiera de los grupos Warao de la zona
- 3) Hablan Warao.
- 4) Viven como Warao (en la orilla del río, en casa de horcones, no de bahareque o bloques, durmiendo en chinchorros y no en camas, su economía es de subsistencia y recurren normalmente a la caza y la pesca para proveerse).
- 5) Piensan como Warao (comparten y practican los valores y principios Warao de reciprocidad, colaboración, vínculos de parentesco, creencias).

En los casos de aquéllos niños hijos de madre indígena y padre criollo, serán considerados Warao si su educación transcurre mayormente en el caño, entre otros Warao, sin educación formal y aprendiendo el idioma Warao con preferencia sobre el castellano.

Por el contrario, se es “criollo” si:

- 1) Se ha nacido de padre y/o madre criolla.
- 2) Pueden remontar su ascendencia dentro de cualquiera de los grupos no indígenas de esa o de otras zonas.
- 3) Hablan castellano preferentemente y suelen recibir educación formal.
- 4) Viven en el pueblo, en casa de bloques o en los caños en casa de bahareque y duermen en cama y no en chinchorro.
- 5) Piensan como criollos.

En otros sitios del delta, los hijos que se crían en el seno de la unidad doméstica Warao con sus madres, son considerados como Warao (Ayala y Wilbert 2001: 150, 152). En la Horqueta, un niño de madre indígena y padre criollo de La Horqueta o de otro sitio, lo cual es muy común, es considerado como Warao si se cría en el seno de la casa materna, con su madre o sus abuelos Warao, ya sea en el caño o en el pueblo, hablando principalmente Warao y relacionándose mayormente con

otros indígenas. Pero si el mismo niño es educado con su padre, o los abuelos criollos en el pueblo, va a la escuela, aprende castellano primero que Warao y vive en casa de bloques o de bahareque, se le considerará “criollo”.

Una característica de este asentamiento es la frecuencia de uniones entre mujeres Warao y criollos; incluso, en unos pocos casos, de mujeres criollas con indígenas y aquí el concepto se amplía también a los hijos de madre criolla y padre Warao que residen con éste. Pero los que permanecen con sus padres criollos, o son reconocidos por ellos y son educados como tales, considerados criollos dentro de la sociedad no indígena, suelen ser los que, al crecer, se desvinculan de su ascendencia indígena y parten hacia otros lugares del delta o fuera de él. En cambio, los que no son reconocidos por sus padres criollos, se educarán con sus madres como Warao. De todas formas, la línea entre Warao y criollo es a veces tan tenue, que hay varios casos en los cuales un abuelo y el padre son criollos, mientras otra abuela y la madre son Warao. De éstos se suele decir que son criollos, aun cuando vivan con sus parientes Warao; esta afirmación se hace cuando quien pregunta es criollo, en la práctica son consecuentes con su condición de Warao. Casos de José Marín, Ramón Ramírez, José Subero.

También existe una categoría intermedia: el “medio indio” o “medio criollo”. Se suele decir de algunos Warao que “es casi criollo”; o que “se puede decir que es criollo”, con lo cual se reconoce que es Warao, pero que presenta muchas características que lo califican también como criollo y que lo apartan, al menos ocasionalmente, de los indígenas.

GENTILICIO: LOS HOROQUETARAO

Los Warao de La Horqueta utilizan diversos términos para autodenominarse y diferenciarse de otros Warao, criollos o extranjeros. En primer lugar, la palabra con la cual se refieren a sí mismos, es la de “*Horoquetarao*”, de “*Horoqueta*” (La Horqueta) y “*Arao*” (gente, habitante), es decir, habitante de la Horqueta. Los Horoquetarao se consideran Warao, sin ninguna duda, pero distintos a otros y hasta donde hay memoria, todos coinciden en afirmar que los indígenas de esta zona **nunca** vivieron en el interior de las islas. La trashumancia estacional, característica de otros grupos Warao del Delta Central, nunca fue necesaria para ellos, porque los morichales aquí están a muy corta distancia de las riberas y esto es considerado por los Horoquetarao como una diferencia importante entre

ellos y otros Warao, que “salieron de los montes” hace apenas unas décadas. Los Horoquetarao y los que habitan las rancherías de los caños Capure y Cocuina asumen una actitud de superioridad no disimulada con respecto a estos otros, que sí dependen de la trashumancia para su subsistencia. En las pocas ocasiones en que éstos acuden a La Horqueta a vender artesanías; se les hace ver que no son precisamente bienvenidos y viceversa, cuando algún Horoquetarao va a las bocas, debe cuidarse mucho para no tener roces con los Warao de allí, pues las peleas son frecuentes.

Para dar una idea de su status considerado como “superior”, dicen: “soy Warao pero no como gusano” o *mo*, es decir, las larvas del escarabajo del moriche (*Ryncophorus palmatum*) (Juan Yáñez, 2000. Com. pers.), con lo que quieren decir que no son Warao del monte y aquéllos no forman parte de su dieta. Para ellos, los Warao que residen en las islas del Bajo Delta son “*daunaraó*” (habitantes del bosque o selva); “*daina arotú*” o “*inarao*” (habitantes del caño, del monte). También se refieren a ellos como “*ohidu arotú*”: indios o amos del morichal o como “*Mariuseros*”, por vivir en la isla de ese nombre (término que también emplean los criollos para referirse a estos indígenas de la parte baja del delta). Los que habitan la laguna de Cocuina se conocen como “*ina boku*” e “*ina arotú*” (Ser del monte), una categoría considerada por los Horoquetarao como particularmente subdesarrollada, cuyos integrantes se reconocen fácilmente, pues son monolingües, visten con ropas muy deterioradas y suelen ir descalzos a la ciudad, mientras que ellos, cuando tienen que hacerlo, se visten y calzan con cuidado.

El “barrio” Warao de La Horqueta no es una unidad homogénea; está formado, en realidad, por catorce unidades domésticas independientes. Este asentamiento no aparece hasta después de 1967, cuando, como ya hemos mencionado, las condiciones ecológicas locales, después del cierre del caño Manamo fueron drásticamente alteradas y la economía de la zona se derrumbó. La población indígena, que había experimentado un aumento demográfico por el cambio en las condiciones de subsistencia y estaba acostumbrada ya a obtener productos y asistencia médica provenientes de la sociedad criolla, resultó excesiva para la capacidad de sustentación de una economía meramente de subsistencia en los caños. A través de estrategias como la que implantó Julián Güira, algunos de los indígenas que ya estaban incorporados parcialmente en la economía salarial, se trasladaron a los centros poblados deltanos como La Horqueta, en pos de las ahora exiguas fuentes de trabajo y del acceso a los recursos sanitarios y alimentarios que ofrecía el medio urbano. Al mantenerse indefinidamente

las nuevas condiciones ambientales y económicas, lo que pudo haber sido una estadía temporal, se fue transformando en un asentamiento permanente que dura hasta el día de hoy.

VENTAJAS DEL “BARRIO” WARAO

Sin excepción, los Horoquetarao consideran que vivir en La Horqueta tiene más ventajas que vivir en el caño. Estas ventajas son:

- B. Trabajo: Hay oportunidades para trabajar, tanto por su cuenta como para otros.
- C. Comodidades: La vida en la ciudad da menos trabajo que la del caño, hay abundancia de bienes de consumo.
- D. Se mantienen relaciones ventajosas con los parientes de los caños que necesitan a veces de su ayuda.

Al comparar ambos medios, el caño y la población, se considera que vivir en las rancherías de los caños es mucho más duro. Se trabaja mucho y se tiene poco. Si se enferman, se mueren. Si no hay pescado o cacería, no comen bien y se depende de factores ambientales y estacionales para la obtención de recursos cada vez más escasos. En cambio, en La Horqueta, el dispensario está siempre cerca, así como la escuela, los comercios y el mundo del consumo de la sociedad nacional. Siempre puede comprarse (o “ganarse” como salario) por un día de trabajo, un pollo o unas latas de sardinas. La Horqueta representa para los indígenas una sobreabundancia de productos y circunstancias favorables y residenciarse dentro de ella implica “colocarse” en una posición favorable, para que puedan acontecer eventualidades beneficiosas. Pero este medio trae también ciertas condiciones.

DEPENDENCIA DEL CENTRO POBLADO URBANO

La residencia en el centro urbano trae consigo un modo de producción basado en el trabajo asalariado y/o el comercio al por menor de cacao, coco y reciclaje de aluminio. Todos ellos, con la finalidad de procurarse ingresos

monetarios para poder adquirir los bienes de subsistencia. La consecuencia inmediata esto es la disminución del consumo de alimentos provenientes de la pesca, la recolección de frutos y la cacería y su substitución por el consumo de alimentos procesados, con un alto índice de carbohidratos (harina de trigo, azúcar, espagueti, arroz) y pocas proteínas, vitaminas y minerales. Esta dieta se asemeja mucho a la de los propios criollos y al igual que en éstos, se traduce en una desnutrición permanente, alta morbilidad y elevado índice de mortalidad infantil. Lo cual ha quedado expresado por todos los médicos entrevistados a lo largo de tres años y como lo han demostrado estudios hechos en la zona por especialistas (Holmes 1998a: 3 y 1998b: 50; Doutriaux 1998).

Las nuevas generaciones de indígenas nacidos en La Horqueta crecen alejados del medio tradicional Warao, es decir, la vida a lo largo del caño, las islas y los morichales. Sólo los integrantes de la primera generación y tal vez de los de la segunda generación que llegaron con aquéllos a La Horqueta, cuentan con todo el conocimiento adecuado para sobrevivir en el medio tradicional Warao. Como contrapartida, sus descendientes optaron por adquirir los conocimientos y la experiencia necesarios para sobrevivir en el medio urbano; que substituyen al conocimiento ancestral de sus mayores y ya no participarán de la experiencia ni del conocimiento necesarios para subsistir en el medio tradicional.

El resultado inmediato para esta nueva generación de indígenas urbanos, muchos de los cuales son renuentes a acudir a los métodos de subsistencia tradicionales, es la imposibilidad de regresar a las rancherías de los caños, puesto que carecen del conocimiento y de la inclinación necesarios para vivir tal como lo hicieron sus padres y abuelos. Por otra parte, al mismo tiempo que aquéllos se urbanizan definitivamente, siempre hay un “trasvase” de jóvenes “tradicionales” desde las rancherías de los caños hacia las unidades domésticas Warao de La Horqueta, en busca de trabajo, cónyuges o ambas cosas. Estos sí están familiarizados con la vida tradicional y van a renovar a los mayores que van falleciendo poco a poco y a las nuevas generaciones que se alejan. Con el tiempo, estos nuevos residentes se manejarán en ambos ambientes y el ciclo se repite una vez más. En las unidades domésticas Warao se imparten de todas formas unos valores y normas que son los de los mayores, se habla el idioma Warao y los Horoquetarao mantienen su ya probada estrategia mixta de supervivencia, en la cual se mezclan criterios y valores Warao y criollos simultáneamente.

El resultado a largo plazo es un comportamiento urbano típico en términos generales, que garantiza su supervivencia en dicho medio, pero expresado

bajo valores y normas propios de la organización social Warao tradicional. Las consecuencias de esto son las siguientes:

- A. Adaptación de roles urbanos criollos bajo conceptos Warao: es decir, la adopción de roles subordinados ante los criollos, interpretados según valores Warao.
- B. Tendencia a especializarse en trabajos considerados “sólo para indios”: Es decir, una División étnica del trabajo.

ESTRATEGIA DE SUPERVIVENCIA EN EL CENTRO URBANO

La principal estrategia de supervivencia que los Horoquetarao, como cualquier Warao, ponen en práctica en su quehacer diario, es la adaptación a las circunstancias de dicho medio. Así como en el medio natural su cultura está basada en la adaptación al río y el morichal, en el medio urbano se procede a adaptarse a las eventualidades particulares de la vida de la ciudad. Esto es muy importante y determina la naturaleza misma del asentamiento, el **barrio**, que se ha constituido en una verdadera institución de integración a la sociedad nacional. La residencia en el centro urbano, bajo estos conceptos, transporta entonces a este contexto los elementos fundamentales de la subsistencia tradicional Warao: valores, adaptación al medio, pesca, recolección, caza y organización social.

La unidad doméstica Warao constituye un eficaz mecanismo optimizador de recursos, cuya finalidad es la de lograr la supervivencia del grupo, su mantenimiento y reproducción y la etnografía Warao describe cómo funciona en el medio tradicional de los caños e islas del delta orinoquense desde hace milenios. Al aplicar en el entorno urbano los sistemas tradicionales, éstos se van a modificar en consecuencia, adquiriendo nuevas formas para el nuevo entorno.

Los hombres Horoquetarao salen entonces a la calle a buscar trabajo con la misma actitud con la que en las rancharías salen a pescar o cazar, con las mismas expectativas de éxito eventual, que implica regresar a casa con la curiara vacía o llena de pescado y/o presas de cacería. La elevada aleatoriedad de las actividades laborales, los lleva a “adoptar” un “*iramo*” criollo, con todo el significado Warao que trae consigo dicha categoría, es decir, la subordinación de toda la unidad doméstica, bajo la figura protectora tradicional de la persona, generalmente el anciano o yerno mayor, que organiza los equipos de trabajo de la unidad doméstica Warao y garantiza el suministro diario de alimentos para la misma.

Las mujeres, por su parte, continúan con sus actividades tradicionales, como la recolección (frutos, peces de morichal), la neo-recolección (latas, coco, cacao) y la elaboración y venta de artesanía. A las que se le añaden otras, como el servicio doméstico, que implican para ellas un aumento de responsabilidad, a consecuencia del carácter aleatorio del ingreso de los hombres. Los roles de las mujeres dentro del barrio urbano se ven aquí potenciados y, por consiguiente, aumenta también su cuota de poder y de decisión en el seno de las mismas.

La redistribución del producto social en las unidades domésticas de La Horqueta se realiza tal como lo expresa la etnografía del Delta Central y Suroriental, con la madre/suegra (*arani/dabai*) organizando el control y el reparto del producto social dentro de su unidad doméstica. Sin embargo, la mayor importancia que en el “barrio” indígena tienen los ingresos monetarios, implica que la madre/suegra debe extender ahora sus atribuciones también hacia éste renglón. Adicionalmente, debe también controlar a los hombres devengadores de ingresos, cuyos criterios típicamente Warao, los llevan a menudo a despilfarrar el dinero que perciben por su trabajo. El dinero no es considerado como los demás recursos provenientes del conuco, el morichal o el caño; se aplica aquí el refrán Warao: “El dinero es para gastar” y efectivamente, se gasta con mucha facilidad. Las suegras y esposas deben mantener una constante vigilancia sobre los hombres, para que los ingresos que ellos perciben lleguen a la unidad doméstica y no a los bares locales. También por esto, hay mujeres solas como cabezas de algunas unidades domésticas Warao en La Horqueta.

PERSISTENCIA DE PRINCIPIOS Y VALORES WARAO

Dentro de este proceso, se conservaron valores fundamentales de la cultura Warao ya citados, normas de conducta, estructuras organizativas, la división sexual del trabajo y el sistema de jerarquías y los roles dentro de las unidades domésticas. Al urbanizarse y adoptar nuevos medios de subsistencia, no se procedió a substituir las antiguas instituciones en forma drástica, sino que se mantuvieron subyacentes. Tampoco se rompieron del todo los nexos con las rancherías “madres” y se estableció una suerte de “Red social interna de distribución de bienes y servicios Warao” de reserva, entre los residentes en La Horqueta y los parientes en las rancherías de los caños, siempre dentro de sus respectivas unidades parentales y según el patrón de reciprocidad Warao.

Simultáneamente, aunque se produjo la articulación con la sociedad nacional, se haría siembre bajo premisas fundamentadas en una mentalidad Warao, expresada en valores y normas tradicionales, de asociación con los no indígenas, de muy antigua data en esta parte del estado Delta Amacuro.

A pesar de la discriminación que, sobre todo en el pasado, sufrieron los Warao en un medio que los utilizó como mano de obra indispensable, al tiempo que limitaba sus beneficios, los Horoquetarao, sin embargo, parecen haber encontrado a partir de la mitad del siglo XX una mejor respuesta con este modelo de asentamiento. En la búsqueda de recursos de subsistencia, la técnica empleada es la misma, ya sea en el morichal o en la ciudad, trasladándose allí donde se encuentren hasta agotarse aquéllos. En el “barrio”, sin embargo, cuentan con una gama mayor de alternativas a las cuales recurrir, lo cual les proporciona evidentes ventajas en comparación con los parientes en las rancherías de los caños. Esta es una de las razones que (desde una perspectiva emic) les hace decir que en La Horqueta están mucho mejor y les permite sostener la actitud de pertenecer a un status más elevado con respecto a otros Warao.

TERRITORIALIDAD

Hay entre los Horoquetarao un fuerte sentimiento de territorialidad, extensivo a las rancherías de los caños adyacentes, común a todos los Warao, tal como ha sido descrito en otras regiones del delta (Heinen 1972b: 43).

El “territorio” de los Horoquetarao tiene como centro el caño Capure y abarca hasta Tucupita y alrededores, y por los caños, entre Pedernales y Macareo, que marca una especie de “frontera”, más allá de la cual no viajan. Tampoco emigran a sitios como Puerto Ordaz, Barrancas, Maturín, San Félix, “territorio” de otros grupos. Dentro de este territorio, existen distintas “subfronteras”, según las unidades parentales respectivas.

La población Warao de La Horqueta proviene, fundamentalmente, de las rancherías de los caños Cocuina y Capure, diez unidades domésticas (71,4%) y, en menor medida, cuatro unidades domésticas (28,5%), provienen de la parte alta del caño Pedernales. Al estudiar la distribución del personal asalariado Warao que laboraba entonces en las empresas que procesaban los cogollos de la palmera joven de moriche, el palmito, surgió un patrón por demás interesante: Entre este colectivo estaba vigente un concepto muy estricto de territorialidad, basado

en el lugar de origen de las unidades domésticas y del sistema de relaciones parentales que existe entre ellas. A consecuencia de esto, los grupos de trabajo que faenaban hacia caño Cocuina, estaban formados por indígenas cuyo origen estaba en alguna de las rancherías de dicho caño o de Capure y no trabajaban en el caño Pedernales. Como contrapartida, en el caso de los indígenas de La Horqueta que laboraban en Pedernales, ocurría lo mismo. Los trabajadores de las fábricas de palmito, pues, pertenecían a dos unidades parentales diferentes y ninguno trabajaba en la concesión de la otra, pues cada una de ellas abarcaba un territorio diferente. Esto se combinó con el componente político: en la década de 1990, las fábricas de palmito estaban asociadas al exgobernador Emery Mata Millán, por consiguiente, éste era también “territorio” controlado por el partido MERI y los indígenas que allí laboraban eran fieles partidarios del mismo, en especial si querían seguir trabajando en el palmito, claro. Posteriormente, el partido político PUSV ocupó dicho lugar, hasta la expropiación y desaparición de dichas empresas.

ESTRATEGIA DE SUBSISTENCIA

Una gran ventaja sobre otras partes del delta del Orinoco, que los indígenas reconocen en esta zona, es que los morichales se encuentran aquí a muy corta distancia de las riberas de los caños, apenas a media hora de camino, en contraste con la zona del Delta Central y Suroriental, donde se deben emplear hasta cinco horas, para llegar a los morichales desde las riberas de los caños. Esta característica pudo haber sido determinante en tiempos pasados a la hora de establecerse en ella, puesto que indudablemente es una ventaja el no tener que atravesar tierras pantanosas por horas y luego verse obligados a instalarse en los morichales durante semanas, en la época en la cual la extracción de la fécula de moriche era de vital importancia para la subsistencia del Warao. Por otro lado, una vez que empezaron a llegar a esta región grupos Caribes y Arawaks y después los europeos, la convivencia pacífica y la negociación deben haber sido alternativas mejores para los Warao de esta zona, que el abandono de una tierra que seguía ofreciéndoles ventajas, incluso para el desarrollo de la horticultura, conocimiento que trajeron los recién llegados.

La búsqueda de recursos de subsistencia para los Horoquetarao, aunque a primera vista pareciera ser diferente de la considerada “tradicional”, está

plenamente insertada dentro de la organización doméstica tradicional. En ellas no existe la democracia; todas las actividades están bien determinadas según la edad, sexo, jerarquías basadas en nexos parentales y sus roles en las actividades productivas. Su actividad está orientada principalmente a la obtención de recursos, su distribución y su permanencia en el tiempo y el espacio, expresándose en la forma de alianzas matrimoniales y en las técnicas de trashumancia, caza, pesca y recolección. Es un equipo completo, con jefes y subordinados, ejecutando una estrategia determinada por el *iramo* ya sea éste indígena o no. No se busca acumulación de recursos o de capital; la economía de los Horoquetarao se mantiene estrictamente en el nivel de subsistencia diaria, en parte por su propia práctica cultural y en parte porque a la sociedad criolla le conviene que así sea, conformando con ellos un sector laboral de bajo costo que los beneficia. Es por ello que decimos que esta asociación es asimétrica y sólo puede existir mediante la combinación de los valores Warao en uso y vigencia, aprovechados en beneficio propio por el sector criollo, que los conoce muy bien.

Las unidades domésticas Warao de La Horqueta han desarrollado una optimización de recursos y procedimientos que les permiten mantenerse en el centro urbano y “disfrutar” de las ventajas que ello significa, según su concepto. Si bien el salario es la fuente de recursos más buscada, también hemos visto cómo existe toda una gama de actividades complementarias, destinadas a proporcionar ingresos monetarios adicionales o recursos alimentarios. Además de aquellas, tienen la horticultura y las técnicas ancestrales de caza, pesca y recolección; mediante el intercambio con las rancherías de su unidad parental. También llevan a cabo otras actividades que podríamos llamar de “neorrecolección”, porque es la aplicación de las técnicas recolectoras tradicionales Warao, pero en dos maneras diferentes. Primero, en cuanto a los productos que se recolectan: latas y desechos de aluminio, que se venden a los recicladores; semillas de cacao, que se extraen y secan y la recolección de coco, cuya pulpa se seca también para ser vendida como copra a ciertos industriales. Y después en cuanto al destino que se les da: Son fuentes de ingresos monetarios, para comprar cosas y no todas para el consumo doméstico (García-Castro 2000a).

Esta estrategia se traduce en una relación simbiótica entre indígenas y no indígenas, que les permite mantener una gama de alternativas de subsistencia, que van desde la más tradicional hasta la más urbana, haciéndose dependientes de ésta, ciertamente, pero también haciendo dependiente al criollo de su mano de obra y su conocimiento. La relación entre indígenas y no indígenas en La

Horqueta ha sido desde siempre de tipo pacífico, aunque las tensiones entre ambos grupos están siempre subyacentes y afloran en ocasiones como fiestas, bailes, borracheras. No obstante, prevalece la cooperación ancestral, que configura la relación de ambos como mutuamente dependientes desde hace generaciones.

VENTAJAS ADICIONALES

Otra ventaja adicional del centro poblado criollo, es la presencia del dispensario y su dotación de médicos y enfermeras. Los Horoquetarao están conscientes de la conveniencia de los servicios médicos, aunque también acudan a sus propios “especialistas”. Por supuesto, las mujeres Warao, en especial también reconocen las ventajas de la escuela local y procuran que sus hijos reciban, al menos, una formación básica. Suelen ser ellos los que, en muchos casos, ayudan a sus padres y abuelos con las cuentas y documentos. Es importante destacar que la mayoría de los estudiantes Warao de La Horqueta suelen ser niñas; sus madres esperan que se capaciten para hacer cuentas y operaciones que les ayuden posteriormente en la administración de la unidad doméstica, rol tradicional de la mujer Warao.

La alimentación es otro factor muy importante, que se combina con el anterior, para convertirse en una ventaja con respecto a la vida en las rancherías de los caños. De hecho, un estudio de nutrición realizado en esa zona entre ellos, demuestra que las diferencias en los índices de nutrición, peso y altura, de los niños de comunidades Warao y criollas con acceso a poblaciones importantes, en este caso, Tucupita y La Horqueta, fueron casi insignificantes. De hecho, estadísticamente indiferenciadas. La conclusión fue que, a pesar de sus carencias, la cercanía de los centros poblados, tiene un efecto claramente positivo en la nutrición infantil, tanto indígena como criolla (Holmes 1998a: 19). Comúnmente, los niños Warao de los caños suelen presentar un déficit apreciable en los indicadores de peso y estatura, en comparación con los niños criollos; estas diferencias desaparecen cuando los indígenas se establecen en los centros poblados criollos o cerca de ellos.

El acceso a los alimentos manufacturados por parte de los Warao de esta zona, aunque limitado, se combina con las prácticas cotidianas de subsistencia tradicional. Dentro de este contexto, el “barrio” Warao de La Horqueta representa una acumulación de diversas alternativas de subsistencia para ciertos miembros de algunas unidades parentales, que han decidido “disfrutar” preferentemente

de los beneficios que proporciona la vida urbana moderna y de los que ellos carecen en las rancharías del caño. Por otro lado, tenemos la “administración del hambre” estacional, institucionalizada en la sociedad Warao a través de las prácticas chamánicas, que originan el mantenimiento de la endogamia dentro de la subtribu o unidad parental, el trabajo colectivo y la ausencia de conflicto hacia otros grupos, tanto indígenas como no indígenas (Wilbert J. 1993: 244-245).

En La Horqueta, situada dentro de una zona de frontera cultural muy antigua, la sociedad Warao local ha desarrollado formas propias de dichas estrategias, para enfrentar las contingencias naturales y humanas que pudieran poner en peligro su supervivencia como grupo. De tal manera, el chamán o Wisiratu local, aun cuando no resida en La Horqueta, es en gran parte responsable de su existencia, ejerce una fuerte influencia en toda esa zona y sus responsabilidades se han diversificado hacia áreas más acordes con el medio local. Esto quiere decir que dichas responsabilidades, tal como ocurre con todo Wisiratu que se respete dentro de la sociedad Warao, se han adaptado a un contexto en el cual las prácticas de subsistencia tradicionales (pesca, recolección, caza) resultan insuficientes para satisfacer las necesidades de una unidad parental que no sólo crece cada vez más, sino que, en contacto con la sociedad nacional, exige ciertos beneficios adicionales, como son los bienes de consumo y los servicios educativos y asistenciales.

El chamán o Wisiratu fue entonces la cohesión de su comunidad, que incluía las unidades parentales a lo largo de los caños Cocuina, Capure y alto Pedernales, estimulando otras alternativas de subsistencia, para adaptarse a las cambiantes condiciones del medio. En este caso: la creciente urbanización de la zona, la disminución de recursos de subsistencia tradicionales y el aumento demográfico de la población Warao. Y este proceso adaptativo tuvo lugar bajo principios culturales Warao: cooperación, reciprocidad, no agresión y relaciones de parentesco. Por ello en esta zona, tenemos toda una gama de alternativas de supervivencia, desde las más tradicionales hasta las menos ortodoxas.

LA ORGANIZACIÓN SOCIAL WARAO EN LA HORQUETA

Se ha dicho que la organización social Warao, en contacto con la economía del salario, se desintegra, dejando a la unidad doméstica desamparada ante las necesidades diarias, pues el sistema de seguridad social a largo plazo, es

substituido por el contrato comercial a corto plazo (Heinen 1980: 120; Heinen y Caballero 1993: 67-68). Así, al introducirse la economía monetaria y la relación obrero-patronal en la organización social Warao tradicional, se originaron al menos dos respuestas diferentes:

En primer lugar, aunque quizás lo anteriormente expresado sea acertado, en contextos en los cuales el paso de la economía tradicional a la moderna ha sido muy brusco, esto no ocurre exactamente así entre los Horoquetarao, ubicados dentro de una zona de contacto multicultural. En La Horqueta, como hemos dicho antes, estamos ante un proceso que pareciera estar ya integrado en las formas organizacionales tanto de indígenas como de criollos; el contacto aquí entre Caribes, Arawaks, europeos y criollos es muy antiguo. En el transcurso de este contacto, se fue configurando una forma especial de organización social entre los Warao de esta zona. En este último caso, la incorporación del factor monetario y de las actividades laborales entre los Warao, no están destinadas a la producción de excedentes ni acumulación de capital, sino que se integran como una alternativa más dentro de su sistema de subsistencia y consumo, a menudo según el criterio Warao de que “el dinero es para gastarse”. No se interrumpieron los principios de reciprocidad ni de parentesco, tanto en el seno de las unidades domésticas, como en el de las unidades parentales más extensas a lo largo de los caños; al contrario, no sólo se mantuvieron, sino que se extendieron a la sociedad criolla, que las utilizó en su beneficio.

Al mismo tiempo, también ampliaron la organización social tradicional, como son: la intermediación para obtención de trabajo, el conocimiento del medio urbano compartido con los parientes, intercambios mutuos, alianzas matrimoniales provechosas dentro del medio urbano, etc. Igualmente, se conservaron algunas de las actividades de subsistencia tradicionales e incluso las creencias en lo sobrenatural, que hasta los mismos criollos llegan a compartir. Ciertamente, desaparecieron funciones y jerarquías que ya no eran operativas, caso de los chamanes menores, si es que alguna vez existieron, pues no tenemos evidencia etnográfica de ellos en tiempos pasados. Pero en cambio, otras fueron reforzadas en función de su efectividad en el medio urbano, como son los roles del *Hoarotu*, el *Wisiratu*, el *Iramo* y los padres (*dima-dani*)/suegros (*arabi-dabai*), especialmente el de la dueña de casa, la *Hanoko arotu*. De hecho, en La Horqueta, las unidades domésticas grandes se comportan como “minirancherías”, formadas por varias bandas recolectoras que, según lo ameriten las circunstancias, llevan a cabo indistintamente actividades tanto tradicionales como modernas, aunque predominen éstas últimas.

CONCLUSIONES

La sociedad nacional en esta región introdujo nuevos factores que ejercieron una gran influencia entre los indígenas: comercio, ganadería, agricultura con excedentes para la venta, trabajo asalariado, misioneros, funcionarios comerciantes, ganaderos, empresarios, con sus respectivas leyes, normas y valores; en fin, se introdujo un modo de producción muy distinto al del Warao, conformando de hecho, un nuevo medio. Siguiendo su estrategia de supervivencia ancestral, los indígenas se fueron adaptando al mismo, según las distintas circunstancias y regiones del delta y, al ir apareciendo los centros poblados, procuraron irse adaptando también a ellos, conforme sus conveniencias y necesidades lo ameritaban. Creemos que esta adaptación es una estrategia culturalmente transmitida y llevada a cabo según el medio y las circunstancias, que ha demostrado tener un elevado valor de supervivencia.

Así, las condiciones ambientales y culturales de las diferentes zonas del delta del Orinoco, siguiendo esta tendencia cultural Warao, contribuyeron a conformar conductas e instituciones que, si bien se basan en los principios tradicionales, pueden presentar diferencias en sus expresiones, según las diferentes zonas en donde se desarrollaron. Este es el caso de los caños Capure, Cocuina y alto Pedernales, cuyo centro está en la estratégica bifurcación conocida como La Horqueta, lugar de intenso tráfico desde hace siglos y donde la interacción se incrementó especialmente a partir de la segunda mitad del siglo XIX. Desde hace siglos, el contacto de los Warao de esta zona con otros grupos indígenas, españoles, extranjeros y criollos, fue configurando una sociedad donde la clave de la supervivencia estaba en saber aprovechar la diversidad de recursos que les aportaban ambos medios: el natural y el humano.

El “barrio” indígena, entonces, es una institución e supervivencia dinámica que surge de esta predisposición. Como contrapartida, la residencia permanente en el centro urbano, origina en las nuevas generaciones que nacen allí una menor vinculación con el medio natural. El conocimiento de la naturaleza deltaica ya no es tan necesario y es substituido por el conocimiento del medio urbano moderno, tanto o más especializado para sobrevivir en él, que el conocimiento del medio natural. Pero éste no desaparece del todo: permanece en los ancianos de las primeras generaciones de Horoquetarao y en los parientes que vienen de los caños o que permanecen en las rancherías, con los cuales mantienen siempre alguna relación. Conocimientos que, si es necesario, se activan en casos de

emergencia, cuando los ingresos monetarios han disminuido a niveles críticos y la dinámica entonces se revierte. Para los Warao urbanizados de La Horqueta, el morichal y el caño son siempre una alternativa de subsistencia, aunque de menor importancia con respecto a los ingresos monetarios y servicios que les ofrece.

En la búsqueda de ingresos monetarios para obtener ciertos bienes de consumo y servicios considerados como necesarios, es indispensable incorporarse al mercado laboral local, integrándose dentro de la sociedad nacional. Pero dado que ésta los discrimina y limita sus oportunidades de participación, procuran realizar esta integración en forma gradual, para alcanzar así el *status* oficial de criollo, con el cual sí lograrían acceder a todos los derechos que les están vedados ahora en su condición de indígenas. Por último, esta incorporación está basada en valores fundamentales de la cultura Warao tradicional, totalmente vigentes, que en el medio urbano toman formas diferentes, según las conveniencias para ellos y según las circunstancias externas.

Si bien a la tercera generación ya se ha producido la “criollización” y es irreversible la vuelta al modo de vida del indígena tradicional que habita en los caños y depende del medio natural para subsistir, también es cierto que existe un continuo flujo de individuos proveniente de éste. Se mantiene así en la comunidad Warao de La Horqueta un contingente permanente de personas con conocimiento y contacto con el medio tradicional, perpetuando dicha institución y sus valores en el tiempo y el espacio.

El asentamiento indígena de La Horqueta tiene claros antecedentes en estrategias seculares de adaptación al entorno humano propias de la cultura Warao, basadas en la cooperación y coexistencia con otros grupos, antes que con el enfrentamiento y la conflictividad. Creemos que este mecanismo está funcionando como una fase importante de un proceso mayor de integración de los indígenas en la sociedad nacional. En él están involucrados como un todo, tanto el “barrio” indígena como las rancherías de los caños; donde persisten y están vigentes los nexos parentales y todas las modalidades culturales, prácticas sociales y económicas, desde las más tradicionales hasta las más urbanizadas. Los Horoquetarao representan la fase intermedia de esa integración, que se inicia en las comunidades de los caños y finaliza en los centros poblados nacionales. El “barrio” Warao de La Horqueta puede considerarse, pues como una etapa institucionalizada, permanente en el tiempo y el espacio, que actúa como estrategia adaptativa de supervivencia desarrollada por los indígenas de esta zona a través de su contacto con otras sociedades durante al menos 5 siglos y quizás más.

Este asentamiento funciona entonces como un “umbral” de transición entre la sociedad Warao y la sociedad nacional, que se configura en esta zona con un componente considerable de elementos indígenas. A través del “barrio” Warao como institución, los Horoquetarao no sólo han desarrollado una alternativa de subsistencia mixta, adaptada a las especiales características de la zona, proporcionando a sus miembros medios para la obtención de recursos monetarios, sino que están plenamente incorporados y, de hecho, son indispensables para la economía local. Además, mantienen al mismo tiempo una red de relaciones con las rancherías de los caños correspondientes, es decir, con el territorio ancestral y con técnicas, valores y principios fundamentales de la cultura Warao. Este proceso gradual, a lo largo de generaciones, ha afectado también a la sociedad criolla local, compuesta, en parte por descendientes de indígenas, que aún mantienen vigentes, valores y normas Warao, embebidos dentro de su cotidianidad y que le dan un carácter muy particular a esta parte del país.

FUENTES

AYALA, Cecilia y Werner Wilbert. 2001. **Hijas de la Luna**. Caracas: Instituto Caribe de Antropología y Sociología (ICAS). Fundación La Salle (FLASA).

COVARRUBIAS Y HOROZCO, Sebastián de. 1611. **Tesoro de la lengua castellana o española**. Madrid. Edición Facsimilar publicada por la Real Academia Española de la Lengua en 1943.

DOUTRIAUX, Sylvie. 1998. **The Warao Diet**. Delta Centro Operating Co. Social Development Program.

DUDLEY, Sir Robert. 1637. **Mapa**. En: Vanini de G. Marisa. El viaje de Sir Robert Dudley de Inglaterra a Guyana, y su relación, descripción y mapas de la desembocadura del Orinoco. Caracas: Universidad Central de Venezuela. Anuario CDCH 2006.

Fundação Nacional do Índio (FUNAI). 1971. **“Estatuto del Indio de Brasil”**, en: América Indígena. XXXI, 2, México, D.F. 451-465.

GARCÍA-CASTRO, Alvaro. 2000a. “Mendicidad Indígena: Los Warao urbanos”. En: Boletín Antropológico. (Revista arbitrada del Centro de

Investigaciones Etnológicas y el Museo Arqueológico de la Universidad de Los Andes (ULA). Mérida). Nro. 48: Enero/abril. (79-90).

_____. 2001. “Mendicidad Warao en Caracas”. En: **Revista Bigott**. N° 56. Agosto-septiembre-octubre.

_____. y H. Dieter Heinen. 1999. “Planificando el Desastre Ecológico. El cierre del caño Manamo en el delta del Orinoco, Venezuela”. **Antropológica**. Caracas: ICAS. Fundación La Salle. 91, (31-56).

HEINEN, Dieter H. 1972b. “Economic Factors in Marriage Alliance and Kinship System among the Winikina Warao”. En: **Antropológica**. 32. Caracas: Instituto Caribe de Antropología y Sociología (ICAS). Fundación La Salle (FLASA). (28-67).

_____. 1980. **Aportes para una Etnografía Warao**. Caracas: Instituto Caribe de Antropología y Sociología(ICAS). Fundación La Salle (FLASA).

_____. 1982. “Estructura social tradicional y mecanismos de desintegración en la Sociedad Warao”. En: **Acta Científica Venezolana**. 33. (419-423). Caracas.

_____. y Hortensia Caballero. 1993. **Informe sobre los Indígenas del Estado Delta Amacuro: Situación actual (Suplemento Censal)**. Caracas: Instituto venezolano de Investigaciones Científicas (IVIC).

HOLMES, Rebecca. 1998a. **The Warao Child: Health, Safety and Education**. Caracas: Delta Centro Operating Co. Social Development Program.

_____. 1998b. **The Warao Child: Nutritional Status and Diet**. Caracas: Delta Centro operating Co. Social Development Program.

MEDINA RAMOS, Jesús Alberto. 1987, “Las migraciones del joven Guarao” En: **Venezuela Misionera**. N° 536. Enero-febrero. (28-29).

OCEI 1967 (Oficina Central de Estadística e Informática). 1967. **Cartografía Nacional**. Fototeca. Fotografía aérea de La Horqueta. Caracas: Mayo. Misión N° 040518.

OCEI (Oficina Central de Estadística e Informática). 1994a. **Nomenclador de Centros poblados**. (1992). Caracas, Venezuela.

OCEI (Oficina Central de Estadística e Informática). 1994b. **Situación Demográfica y Socioeconómica**. Caracas, Venezuela.

OCEI (Oficina Central de Estadística e Informática). 1995b. **Censo Indígena de Venezuela 1994**. (1992). Caracas: Vols I y II.

OCEI. (Oficina Central de Estadística e Informática). 2011. **Anuario Estadístico de Venezuela**. XIV Censo de población y vivienda. 2011. Caracas Ruiz 1650

RUIZ MALDONADO, Diego. 1650 [1638/39]. “Viaje por los ríos Casanare, Meta y Orinoco, de Santa Fe de Bogotá, a Guayana y Trinidad. Realizado en los años 1638-1639 por Diego Ruiz Maldonado.” En: Arellano Moreno, Antonio. 1964. Relaciones Geográficas de Venezuela. Caracas: Academia Nacional de la Historia. **Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela**. N° 70. (51-56).

SUÁREZ, María Matilde. 1978. “Cambios en la Economía Agraria en Poblaciones Rurales de los Andes Venezolanos”. En: **Régions et Regionalisation en Amérique Latine**. (435-456).

SURVILLE, Luis de. 1778. “Mapa Corográfico de la Nueva Andalucía”. En: Caulín, Antonio. 1966. Historia de la Nueva Andalucía. Caracas: Academia Nacional de la Historia. **Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela**. N° 81.

TURRADO MORENO, Angel. 1945. Etnografía de los Indios Guaraúnos. Caracas: Comité organizador. **III Conferencia Interamericana de Agricultura**. Tipografía Vargas.

VENEZUELA. 1876. **Apuntes estadísticos del Estado Guayana, formados de orden del Ilustre General Guzmán Blanco, Presidente de la República**. Caracas: Ministerio de Fomento. Dirección de Estadística. Imprenta de La Opinión Nacional.

WILBERT J. 1993. **Mystic Endowment: Religious Ethnography of the Warao Indians (Religions of the World)**. Cambridge, Massachusetts. Center for the Study of World Religions. Harvard University Press.

_____. 1996. **Mindful of Famine**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

WILBERT, Werner. 1995. **Fitoterapia Warao**. Caracas: Instituto Caribe de Antropología y Sociología (ICAS). Fundación La Salle de Ciencias Naturales.

EIXO TEMÁTICO 03

MIGRAÇÕES, COLONIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE RONDÔNIA

DAS MARGENS DO RIO MADEIRA AO INTERIOR DA FLORESTA: PERCURSOS DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE RONDÔNIA (1970-1995)

Ricardo Gilson da Costa Silva

Analisar as transformações sociais contemporâneas de uma dada sociedade e de um dado território implica retirar da realidade concreta as variáveis que possam constituir elementos coerentes, para recompormos suas partes e ordenarmos o espaço-tempo analisado. Pensar a evolução do território, suas tramas e suas formas-conteúdo que lhe dão objetividade numa história territorial requer, como partido de método, a periodização dos processos sociais mais amplos. Assim, o foco deste texto é analisar algumas transformações espaciais do estado de Rondônia, no período de 1970/1995.

Localizado na Amazônia Brasileira, o estado de Rondônia possui uma área de 243.044 km², com uma população de 1.560.501 habitantes, distribuídas em 52 municípios, cuja taxa de urbanização atualmente é de 73%. O crescimento populacional já foi um dos maiores do Brasil, com variações de 342% e 131%, respectivamente, nos períodos de 1970/1980 e 1980/1991 (IBGE, 2010).

Em duas décadas sua formação socioespacial altera-se profundamente, sendo o Estado (Governo Federal e Estadual) o agente central condutor dos processos geográficos que, estruturalmente, transformaram o espaço e a sociedade rondoniense. Nesta perspectiva, nossa análise está circunscrita ao período de 1970 a 1995, pois, consideramos que o Estado assume papel fundamental das transformações estruturais que se manifestaram em Rondônia. É certo que, para atingirmos uma coerência funcional das metamorfoses que se processaram, devemos aproximar os acontecimentos pretéritos e suas manifestações espaciais, coerentes com as variáveis-chaves deste período.

Assim, neste período (1970-1995), a trajetória assumida se deu, sobretudo, com a ação do Estado e suas estruturas institucionais, como agente territorial público, na formação de uma coerência territorial cujo objetivo macro foi a construção de uma estrutura funcional em meio a um embrionário processo econômico e de forte migração populacional que se desdobrou na produção e expansão do território. Tem-se a expansão do território de natureza *estatal* que possibilitou uma maior presença do Estado e seus órgãos na fronteira amazônica. Neste período, a produção literal do território é proeminente, manifestada na

colonização agrícola, na formação de cidades, na migração populacional e no fomento à agricultura camponesa.

MIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO DO CAMPESINATO EM RONDÔNIA

As políticas de colonização agrícola e de estímulo à migração inter-regional na Amazônia constituem capítulos dos mais significantes na transformação da região nas últimas décadas do século XX. Seus impactos se manifestam em todas as dimensões sociais, atuando em processos que permanecem fundamentais à nova geografia que se erigiu na região amazônica. O cerne da política de colonização consistiu na produção de condições materiais para efetivar novas relações produtivas e inserir elementos da socialidade capitalista à floresta.

O acesso à terra para milhares de famílias de colonos produziu a espacialidade de pequenas e médias propriedades, assim como, a presença de grandes latifúndios de setores do capital, tornando um processo irreversível, ainda que embrionário, do avanço das relações capitalistas no espaço rural amazônico. A ocupação de novas terras na Amazônia Ocidental se deveu ao fracasso das iniciativas públicas de colonização agrícola na rodovia Transamazônica, onde os camponeses enfrentaram inúmeros problemas de ordem técnica, ambiental e política para se efetivar como alternativa de produção nessas terras. Contudo, foi a natureza estrutural da transformação da agricultura brasileira, iniciada nas décadas de 1960 e 1970, quando a grande propriedade se moderniza com inserção de pacotes tecnológicos, concentração de terras e expropriação do campesinato, a razão do maior fluxo populacional das regiões Sul e Sudeste para as novas terras de Rondônia.

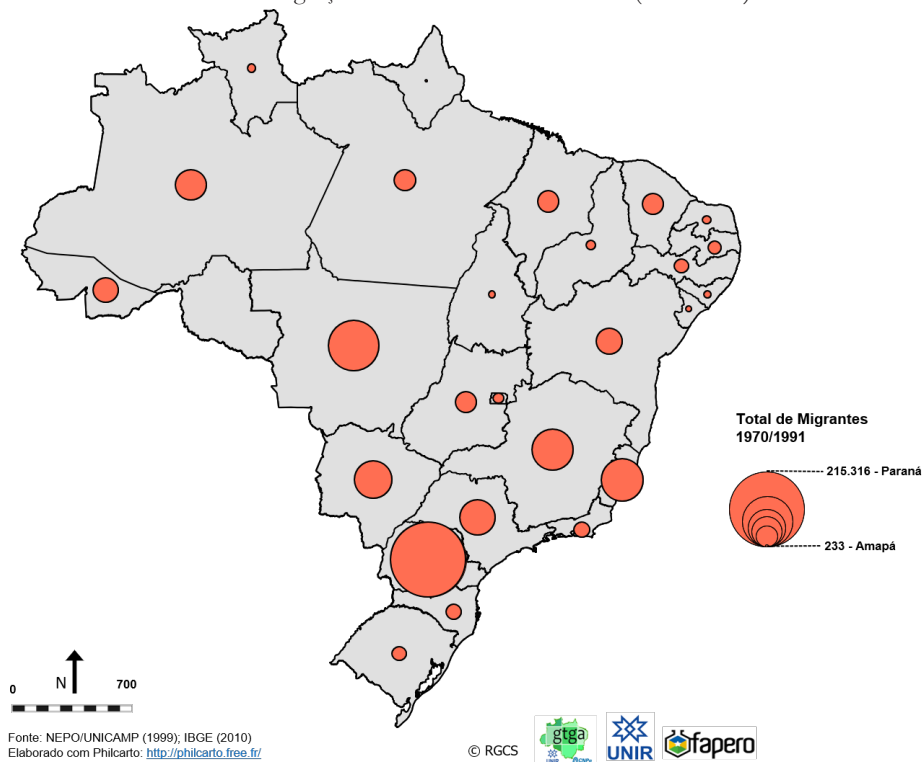
A materialização dessa nova política de colonização foi implantada pelo Governo Militar através do Plano de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970, que se desenhou como política territorial de escala nacional, pois, seus objetivos constituintes desdobraram-se em transformações espaciais profundas na Amazônia, que décadas depois, completaria a integração territorial, ainda inacabada, aos circuitos da economia moderna, criando uma cooperação do Estado com frações do capital nacional e internacional na produção do espaço fragmentado. Em seus objetivos centrais, essa política sublinha a natureza espacial da ação estatal para com a Amazônia (BRASIL, 1970), especialmente no desígnio de

constituir imediata materialidade técnica no território, transformando a Amazônia em fronteira econômica nacional, criando assim, as condições para se implantar a economia de mercado integrada às regiões mais dinâmicas do Brasil. Transformar a produção extrativista e de subsistência da região em atividade capitalista no espaço rural constou como estratégia nodal para atrair capitais privados e garantir a formação de mão de obra, através dos incentivos e propaganda à migração inter-regional. Significa, portanto, que essas políticas produziram outro uso do território, agora centrado na mediação capitalista, com práticas que socializaram até então uma natureza intocada.

Em Rondônia, a partir da década de 1970, a colonização dirigida pelo INCRA assume feições diferentes na geografia regional. Os estímulos aos fluxos migratórios e a gestão do território, via a institucionalidade da política de colonização, promoveram novos usos e significados do território sob a gestão do Estado. O crescimento populacional, derivado da migração interestadual, assume dimensões sociais transformadoras do espaço rondoniense. Anterior a década de 1970, a população era composta por 111.064 habitantes, crescendo para 491.025 habitantes (1980), e atingindo 1.132.692 habitantes, em 1991 (Tabela 1), cujo volume de migrantes foi de 285.494, no período de 1970/1980, e de 411.795 pessoas, no período de 1980/1991 (NEPO/UNICAMP, 1999). Conforme (Mapa 1), o principal fluxo migratório, nos dois períodos, foi do Centro-Sul, destacando-se, respectivamente, os estados do Paraná (36% e 25%), Mato Grosso (17% e 10%), Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo (20% e 25%) e do Mato Grosso do Sul (10% e 6%). Somente no segundo período as regiões Norte e Nordeste (22%) contribuem com mais migrantes, quando os estados do Amazonas, Acre e Pará representaram 11%, a mesma taxa de migração dos estados da Bahia, Ceará e Maranhão.

Nesse período, a população cresceu tanto nas cidades como no campo, impulsionada pelo fluxo migratório (1970/1991) que apresentou proporções extraordinárias que fugiram do controle do Estado, gerando crescente demanda por terras. Embora houvesse terras para todos os colonos, o INCRA não tinha estrutura física, orçamentária e recursos humanos suficientes para atender o conjunto de migrantes que chegavam a Rondônia. Isso contribuiu para o crescimento dos conflitos agrários, resultado tanto da crescente demanda social por novas áreas, quanto da apropriação privada feita pelas empresas colonizadoras, assim como, das grilagens de terras e expropriação dos camponeses.

MAPA 1: Migração interestadual em Rondônia (1970-1991).



Fonte: NEPO/UNICAMP, 1999; IBGE (2010). Elaboração: RGCS.

TABELA 1: Crescimento populacional de Rondônia (1970-2010).

Anos	Total	Urbana	Rural	Var. total	Var. Urb. (%)	Var. Rur. (%)
1970	111.064	59.607	51.457	-	-	-
1980	491.025	228.168	262.857	342	283	411
1991	1.132.692	659.327	473.365	131	189	80
2000	1.379.787	884.523	495.264	22	34	5
2010	1.560.501	1.142.648	417.853	13	29	-16

Fonte: IBGE, 2010. Censo Demográfico.

Inicialmente, o INCRA executou o modelo de assentamento rural Projetos Integrados de Colonização (PIC). Sua organização consistiu na presença desta instituição em todas as fases do assentamento rural, desde a distribuição dos lotes de até 100 hectares, garantindo crédito, assistência técnica e social, produção e

armazenagem aos camponeses. Entre 1970 a 1975, foram criados cinco PICs (Tabela 2), onde as famílias de colonos recebiam lotes, penetrando as matas e ocupando o território com atividades agropecuárias e extração madeireira. O PIC Ouro Preto foi o primeiro a ser criado, e a presença do governo na assistência quase que total aos colonos teve um *efeito-demonstração* (BECKER; MIRANDA; MACHADO 1990) que mobilizou novos fluxos de migrantes, crescendo a demanda por terras e a conseqüente expansão da colonização em novas áreas de Rondônia. O fluxo de migrantes, estimulado tanto pela propaganda governamental, quanto pelas famílias de colonos que se correspondiam com seus parentes, cresceu exponencialmente, obrigando o INCRA a ampliar os projetos de assentamentos.

TABELA 2: Projetos de Colonização em Rondônia (1970-1980).

Projeto	Ano	Município	Área (Ha)	N. Lote
<i>PICs</i>				
Ouro Preto	1970	Ouro Preto	512.585	5.164
Sidney Girão	1971	Guajará-Mirim	60.000	686
Ji-Paraná	1972	Cacoal	486.137	4.756
P.A. Ribeiro	1973	Colorado	293.580	3.106
Adolph Rohl	1975	Jaru	407.219	3.786
<i>PADs</i>				
Burareiro	1974	Ariquemes	314.962	1.000
Marechal Dutra	1978	Ariquemes	501.314	4.667
Total			2.575.797	23.165

Fonte: INCRA/RO, 2012. Divisão de Obtenção de Terras e Criação de Projetos.

Em função da massa de migrantes, o INCRA adotou outra metodologia de assentamento denominado de Projetos de Assentamentos Dirigidos – PADs. A estratégia foi garantir o acesso à terra sem o apoio governamental dispensado aos PICs. Nesse novo modelo, o Estado exigiu dos colonos maior especialidade no trabalho agrícola, recursos financeiros e experiência para ter acesso ao crédito, sendo os lotes com áreas entre 250, 500 e 1.000 hectares destinados à médios e grandes fazendeiros e à empresários rurais (AMARAL, 2004, p. 56-57). Os PADs Marechal Dutra e Burareiro foram experiências dirigidas a uma nova forma de exploração agrícola, centrada na grande propriedade para produzir mercadorias para exportação, principalmente o cacau. Na prática, esse novo modelo consistiu

na formação de territórios de grandes fazendeiros, sendo espaço de grupos economicamente fortes, como ocorreu na região de Ariquemes. Esses sete projetos incorporaram cerca de 2.575.797 hectares ao processo produtivo, dos quais 1.759.521 ha (68%) foram destinados às famílias de pequenos camponeses, cujos lotes eram de até 100 ha, representando 69% das famílias assentadas.

A dimensão socioespacial dessa política pública se expressou na mudança fundiária e nos processos subsequentes à colonização. Até 1970 (Tabela 3 e 4), o espaço rural rondoniense tinha somente 7.082 estabelecimentos rurais, crescendo para 25.483 estabelecimentos, em 1975, e 48.371 unidades, em 1980. Em termos de incorporação de área, os dados apresentam, respectivamente, 1.631.640 ha, 3.082.052 ha e 5.223.630ha para o mesmo período (IBGE, 2006). Ao longo desse tempo, formou-se e consolidou-se a presença do campesinato nos estratos de até 100 ha, que atualmente representa 80% dos estabelecimentos rurais de Rondônia, embora só corresponda a 27% da área, enquanto os estratos de 100 a 1.000 ha, e acima de 1.000 ha, respectivamente, representem 39% e 34% da área (IBGE, 2006).

TABELA 3: Rondônia: estabelecimentos agropecuários por grupo de área (Unidades).

Total	1970	1975	1980	1985	1995	2006
	7.082	25.483	48.371	80.615	76.956	87.077
Menos de 10 ha	565	4.864	12.157	22.467	17.618	16.220
10 a menos de 100 ha	2.769	7.143	19.780	42.249	43.581	53.666
Menos de 100 ha	3.334	12.007	31.937	64.716	61.199	69.886
100 a menos de 1.000 ha	3.639	13.196	15.865	15.431	14.874	15.185
1.000 ha e mais	109	278	563	468	881	1.092

Fonte: IBGE, 2006. Censo Agropecuário.

TABELA 4: Rondônia: área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares).

Total	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
	693.775	303.318	1.631.640	3.082.052	5.223.630	6.032.645	8.890.440	8.329.133
Menos de 10 ha	508	482	3.043	17.903	53.379	99.247	86.085	80.227
10 a menos de 100 ha	6.360	26.684	90.709	306.947	1.147.651	2.006.252	1.821.932	2.154.939
Menos de 100 ha	6.868	27.166	93.752	324.850	1.201.030	2.105.499	1.908.017	2.235.167
100 a menos de 1.000 ha	46.976	38.048	912.046	1.735.147	2.042.727	2.138.502	2.774.041	3.272.672
1.000 ha e mais	639.931	238.104	625.843	1.022.055	1.979.866	1.788.640	4.208.382	2.821.294

Fonte: IBGE, 2006. Censo Agropecuário.

Nessa perspectiva, a política de colonização sob a ação direta do Estado produziu o espaço do campesinato, que ao proporcionar sua reprodução social, modificou o padrão geográfico do território, deslocando-o da configuração extravista-ferroviário-fluvial para o agropecuário-rodoviário. Ressalta-se que os lotes ou estabelecimentos rurais, até a década de 1960, restringiam-se às áreas de influência do sistema Mamoré-Guaporé-Madeira, considerando que não havia estradas transitáveis para o interior de Rondônia que pudesse fazer conexão com o Centro-Sul do país. Somente com a abertura, e posterior pavimentação da rodovia BR-364, esse processo se modifica e inicia-se a interiorização de Rondônia, deslocando-se das margens dos rios para o interior da floresta, estruturando a colonização com a rede rodoviária (COSTA SILVA, 2010).

A inserção espacial da sociedade emergente em Rondônia, via a colonização, formada majoritariamente por sulistas e proporcionada pela intensa migração, resultou no espaço de grande crescimento e efervescência social. Almeida e David (1981, p. 22) destacam a rápida ocupação humana que se expandiu, pois, a:

Instalação de Projetos de Colonização do INCRA [...] e a abertura das novas rodovias [BR-364] gerou um fluxo populacional dos mais intensos já observados na história do país, tendo a população se multiplicado quase cinco vezes na década de 70. Rondônia, sem dúvida, é hoje o palco da mais importante expansão da fronteira agrícola brasileira.

Para Miranda (1990, p. 66), a ação estatal com a incorporação de novas terras “adquire uma dinâmica peculiar, cuja marca é a rapidez e a intensidade, evidenciadas no incremento populacional e nas transformações da base econômica regional”, transformando Rondônia no espaço da ação do Estado e de reprodução social do campesinato.

Delinea-se, pois, um novo espaço rondoniense com expressiva presença do campesinato, massificado no trabalho familiar e nas atividades agropecuárias como nova forma de trabalho materializado do espaço agrário. Transforma-se, portanto, o conteúdo geográfico da sociedade, agora com elementos estruturais em que a propriedade da terra e sua transformação em mercadoria, a incorporação da natureza como expressão materializada do trabalho e a sociabilidade capitalista centrada no desenvolvimento da agropecuária e a transformação das pequenas vilas em *proto-cidades* constituem a nova configuração geográfica de Rondônia (COSTA SILVA, 2010).

Nesse conjunto maior pensado para a Amazônia, a colonização agrícola tornou-se a política territorial de primeira grandeza, compondo uma estratégia

de intervenção que alimentava as transformações espaciais que se projetavam à região (MACHADO, 1992). Embora a política de colonização já estivesse pensada no Estatuto da Terra, seu aproveitamento mais intenso ocorreu com o Programa de Integração Nacional, no Governo Médici (1969-73). Situada no âmbito do Estatuto da Terra, a primeira lei agrária do regime militar, a colonização agrícola, segundo Tavares dos Santos, qualificou-se como “uma técnica social associada à expansão da fronteira agrícola e à difusão da propriedade familiar” (1985, p.128). A política de colonização serviu para manter as estruturas fundiárias concentradoras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, na medida em que incentivava os fluxos de camponeses para a Amazônia, diluindo os conflitos sociais nas regiões antigas (IANNI, 1979). Contraditoriamente, a colonização agrícola serviu à reprodução do capital e dos camponeses, delimitando a funcionalidade da fronteira agrícola quanto à obstrução da reforma agrária, cujo resultado é assegurar a manutenção da concentradora estrutura fundiária brasileira.

Formou-se aliança de classe entre a burguesia industrial e os latifundiários, num pacto político que apontava a colonização como alternativa à reforma agrária, ao tempo em que expandia as áreas de produção agrícolas, sendo esta uma reserva espacial de reprodução do capital. No âmbito das alterações sociais e espaciais, a ação desempenhada pelo Estado, como um agente sintagmático que desenvolve um projeto/programa de transformação do espaço, se impõe pelos mecanismos de dominação e estratégia de ação no território. O controle e orientação dos fluxos populacionais, a gestão do acesso à terra e aos recursos do território, a sociabilidade mediada pelos órgãos governamentais decorrente do fluxo de crédito e ingresso ao trabalho, constituíram em poderosos mecanismos de domínio do território (RAFFESTIN, 1993). Na Amazônia, a colonização agrícola tornou-se umas das políticas territoriais de maior potencial transformador do espaço regional, mobilizando o que Raffestin (1993) denomina de trunfos importantes do Estado para com o exercício do poder, quais sejam: população, território e natureza. Em sua dimensão geográfica, a colonização serviu como um ajuste espacial dos conflitos socioeconômicos que se adensaram nas regiões economicamente dinâmicas no país, ao tempo que pavimentou a inserção de atividades capitalistas no campo e na cidade, modificando da *borda ao coração* da floresta amazônica (COSTA SILVA, 2010).

FORMAÇÃO DA REDE URBANA E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Diferente das outras formas de expansão territorial no Brasil, nos últimos 40 anos, a dimensão urbana se impõe na formação espacial amazônica. A fronteira traz em seu processo a urbanização como gênese do processo de acumulação e produção do espaço regional incorporando a Amazônia à nova divisão territorial do trabalho que se instala no Brasil (SANTOS, 1982; BECKER, 1985; BROWDER; GODFREY, 2006).

Correa (1987) analisa a evolução da rede urbana na Amazônia a partir do recurso à periodização, dividindo-a em setes períodos, sendo que a partir de 1960, tem-se a formação urbana articulada com o capital nacional e internacional com apoio do Estado, momento que o autor qualifica a rede urbana como *fronteira do capital*, considerando que nesse período aumenta a exploração dos recursos do território – floresta, terra, energia elétrica e minérios. A produção e a circulação de mercadorias articuladas à economia nacional vão proporcionar a diversificação da rede urbana amazônica, onde o revigoramento de antigas vilas e povoados ganham relevância regional em função do sistema rodoviário que se instala.

Transforma-se a organização espacial amazônica, deixando de prevalecer o sistema espaço *rio-várzea-floresta* para o espaço *estrada-terrafirme-subsolo* (PORTO-GONÇALVES, 2008), em que os projetos de colonização, mineração e a construção de novos sistemas rodoviários vão refuncionalizar a rede urbana e o povoamento regional, cujo impacto territorial em Rondônia foi estrutural. Becker (1985) destaca que os povoados surgidos ao longo das rodovias federais na Amazônia, embora apresentassem feições rurais, sua funcionalidade estaria “vinculada ao seu papel no padrão global de circulação do produto excedente socialmente designado”, configurando o núcleo urbano como “elo na cadeia de mobilização, extração e concentração do produto excedente” (BECKER, 1985, p. 357-369). Referindo-se a essa região, sobretudo para os estados de Mato Grosso e Rondônia, Coy (1995) assinala que, inicialmente, as cidades “apresentavam principalmente características rurais/agrícolas, se convertendo cada vez mais em frentes pioneiras *urbanizadas*” (1995, p. 53). O autor destaca as cidades de Sinop, no Mato Grosso, e Ji-Paraná, em Rondônia, discutindo suas transformações internas a partir do crescimento populacional motivado pela intensa migração, e o controle do espaço urbano pelas elites locais. A precariedade da infraestrutura urbana, as ocupações habitacionais nas periferias e um mercado de trabalho insuficiente para a demanda assumiam as características espaciais dessas cidades.

Para o estudo da urbanização da Amazônia, Browder e Godfrey (2006) propõem a *teoria pluralista de urbanização desarticulada*, em que discutem dois tipos de urbanização da fronteira: a *corporativista* e a *populista*. A primeira designa os processos de ocupação urbana fomentados pela ação do Capital e do Estado, baseado no planejamento centralizado onde as cidades são construídas na lógica corporativista e ligadas à extração intensiva de recursos naturais, cujo produto urbano, por exemplo, foram as *company towns*; a fronteira populista caracteriza-se pelo acesso à terra, pela migração espontânea de colonos sulistas onde se formaram assentamentos pioneiros para o desenvolvimento da agricultura, como ocorreu no Mato Grosso e em Rondônia. O estudo da fronteira populista agrária se concentrou no centro-sul de Rondônia, no eixo Rolim de Moura – Santa Luzia – Alto Alegre dos Parecis, em que o fluxo de migrantes permitiu a formação de movimentos pioneiros baseados na extração da madeira (principalmente do mogno), na agricultura camponesa, nucleada pelo povoamento de Rolim de Moura, que depois se tornou município. A expansão do campesinato constitui a variável principal que delinea a fronteira populista (BROWDER; GODFREY, 2006, p.178-219).

Igualmente, ao observar as modificações espaciais em Rondônia decorrentes da colonização agrícola nos anos 70, Santos (1982, p. 62-63) distingue que a urbanização se fez, com exceção das antigas cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, em aglomerações territoriais onde as relações campo e cidade assumiram feições econômicas e sociais que ele denominou de *agro-cidades*. Essas pequenas cidades desempenharam a função de entreposto comercial e de trabalho das atividades dos colonos antes destes terem acesso à terra. E mesmo com a posse da terra, em função da escassez de recursos públicos que pudessem melhorar a infraestrutura local, principalmente as estradas, os colonos viviam nas cidades, seja como empregados rurais ou ocupantes temporários. Assim, o viés urbano da fronteira agrícola constitui um elemento diferenciador da geografia regional, sendo uma novidade propriamente geográfica na formação territorial contemporânea da Amazônia.

Em Rondônia, a colonização dirigida pelo o Estado impulsionou o surgimento de novas cidades, agora situadas no eixo da rodovia BR-364, sendo uma frente de ocupação da Região Central de Rondônia. Propusemos uma tipologia para a rede de cidades (COSTA SILVA, 2010), conforme sua origem e dinâmica territorial fundadora, que podem ser agrupadas em quatro grandes processos (Quadro 1).

QUADRO 1: Tipologia genética da rede de cidades de Rondônia (décadas de 1970-2010).

Década	Tipologia	Quantidade	Principais Municípios
1960	Primeiras Cidades/cidades amazônicas	02	Porto Velho (Capital) Guajará-Mirim
1970	Cidades Pioneiras da Colonização	05	Ji-Paraná (Cidade Pioneira) Ariquemes Cacoal Vilhena
1980	Cidades de Expansão da Colonização	16	Colorado do Oeste Machadinho D'Oeste Ouro Preto do Oeste Rolim de Moura
1990	Adensamento Interiorano	29	Buritis Cujubim São Francisco do Guaporé

Fonte: Costa Silva (2010).

PRIMEIRAS CIDADES – CIDADES AMAZÔNICAS

A sociedade rondoniense, até 1970, tinha um vínculo especial com os rios Guaporé, Mamoré e Madeira. Sua geografia se dinamizava em duas cidades – Porto Velho e Guajará-Mirim, interligadas pela lendária *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, que percorria cerca de 360 km, margeando as diversas corredeiras dos rios que deram nome à ferrovia. Trata-se das *Primeiras Cidades ou Cidades Amazônicas*, originadas das atividades inerentes à extração do látex (borracha), cuja rede de circulação se organiza em função da ferrovia, conectando Porto Velho à Guajará-Mirim, e do rio Madeira, que liga Porto Velho à Manaus, já no início do século XX (SILVA, 2010). São antigas cidades que formaram o sistema Guaporé-Mamoré-Madeira, cuja configuração geográfica se conservou inalterada até a década de 1970, quando inicia o fluxo migratório e a política de Colonização para Rondônia.

A função principal dessas cidades era a de gestão do então Território Federal e Rondônia, que depois passou a ser estado de Rondônia, a partir dos órgãos públicos instalados, ou seja, das estruturas de governança do território. Sua característica decorre da formação territorial ligada à construção da *Madeira-Mamoré*, que potencializou a ocupação humana com base na economia da borracha. Porto Velho, a capital do então Território Federal de Rondônia,

em 1970 representava 76% da população, concentrada no núcleo urbano, enquanto Guajará-Mirim, sua população se espalhava nas áreas rurais (57%). No percurso entre as duas cidades, um conjunto de vilas e povoados se formou, inicialmente funcionando como ponto de apoio da *Madeira-Mamoré*, a exemplo da Vila Murtinho e da Vila do Iata, em Guajará-Mirim, e Abunã, Mutum-Paraná, Jacy-Paraná, em Porto Velho. As vilas do município de Porto Velho receberam os nomes dos rios que cruzavam a antiga ferrovia e local de vários povoados.

Nesse período, a economia regional era movida pelo extrativismo vegetal e pela extração da cassiterita, mas, sobretudo, circunscrita à região de Porto Velho, e os fluxos mercantis e populacionais restritos aos dois municípios e às poucas vilas e povoados formados ao longo dos rios. A configuração geográfica do sistema territorial *Vale Guaporé-Mamoré-Madeira* tinha na artéria fluvial o canal de toda circulação na região. Sua comunicação era com o Estado do Acre e Amazonas, cuja centralidade espacial decorria da hegemonia de Manaus. Através desta cidade, os fluxos se comunicavam com o restante do Brasil, denotando a herança de um sistema de circulação nos tempos do Brasil Colônia. O sistema Guaporé-Mamoré-Madeira perdurou por muito tempo. Nos vales do Guaporé e Mamoré, a via fluvial prevalecia, sendo povoadas por diversas comunidades ribeirinhas, cujos destaques eram as vilas de Costa Marques, Forte Príncipe da Beira e Pedras Negras, todas centralizadas pela cidade de Guajará-Mirim. A navegação atendia as pequenas comunidades, cujos produtos se resumiam à farinha, castanha-do-pará, pescado e outros gêneros alimentícios locais retirados da floresta. A borracha era o principal produto e, em função dela, as atividades econômicas se desenvolviam na região.

A ferrovia completava o sistema Guaporé-Mamoré-Madeira, ligando Guajará-Mirim até Porto Velho, formando ao longo do circuito vilas e povoados articulados ao extrativismo vegetal e à produção de pequenos gêneros alimentícios. A restrição do sistema fluvial decorre das flutuações dos rios, que no período chuvoso, permite a circulação de pequenas e médias embarcações, mas no período de vazante, limita o intercâmbio e as trocas nos vales do Guaporé e Mamoré. Somente no sistema ferroviário esse fluxo era permanente, o que explica a maior presença das populações, povoados e das atividades extrativistas e agropecuárias no trecho entre Guajará-Mirim e Porto Velho. Configura-se em Rondônia o *meio natural* (SANTOS, 1996), cuja paisagem era preenchida pelas grandes massas florestais, igarapés e rios, pequenas vilas e povoados e pelas duas cidades. O tempo social estava articulado ao tempo da natureza, e ainda

que o extrativismo vegetal e a mineração pulsassem na sociedade, sua escala era local, não alterando e não acelerando o tempo social. Embora os sistemas de engenharias (SANTOS, 1996) já povoassem o território, sua potencialidade era limitada, e o território contido em suas dinâmicas endógenas, cuja configuração geográfica estava assentada em tempos pretéritos, próprios da formação da Estrada de Ferro, da extração gomífera potencializada durante a Segunda Guerra, e, por fim, na extração mineral da cassiterita.

CIDADES PIONEIRAS DA COLONIZAÇÃO

As novas cidades de Rondônia, localizadas ao longo da rodovia BR-364, em função de seus emergentes dinamismos os geógrafos Thery (1976) e Coy (1988, 1995) as denominaram *cidades pioneiras*, indicando as mudanças na estrutura regional e na configuração geográfica do território. As cidades de Ji-Paraná, Ariquemes, Pimenta Bueno e Vilhena surgem nas proximidades dos antigos postos telegráficos construídos pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Em termos de hierarquia regional, depois de Porto Velho, a capital do Estado, a cidade de Ji-Paraná assume a centralidade no processo de interiorização do povoamento, sendo um centro regional que articula o funcionamento das outras cidades (THERY, 1976).

Essas cidades são *proto-urbanas*, servindo como espaço de gestão do fluxo migratório e de trabalho temporário, que se direcionam para as terras agriculturáveis distribuídas pelo INCRA. Esses núcleos não apresentam os elementos dinâmicos da urbanização, sobretudo, centrados na modernização dos serviços e do comércio, mas se comportam como embrionários espaços de gestão do território, como “sala de entrada” para as áreas rurais.

O modelo de formação das cidades baseia-se na estratégia do INCRA relacionada à organização da hierarquia territorial. Conhecida como *urbanização dirigida pelo Estado* (BECKER, 1985), como efeito da política de colonização, semeia-se a ocupação rural a partir dos núcleos urbanos, cuja funcionalidade Coy (1995, p. 58) descreve como *receptora*, pois, sua função era de receber os migrantes e colonos que ainda não conseguiam acessar um lote de terra, desenvolvendo uma economia urbana embrionária nos setores de serviços e pequenos comércios.

As *cidades pioneiras* absorvem parte considerável da população que migram para Rondônia. A rede urbana rondoniense, composta por dois municípios, estava sob

a influência de Manaus, modificando sua geografia a partir da década de 1970, quando as *idades pioneiras* assumem um novo padrão espacial, (i.e), a interiorização do povoamento baseado na economia agropecuária (Tabela 5). Esse é o período em que a paisagem se modifica pelo trabalho materializado no espaço, momento em que a floresta cede lugar ao pasto e um novo uso do território se produz a partir da mercantilização da terra e dos recursos da natureza.

Tabela 5: Rondônia: crescimento da população urbana e rural (1980).

Município	População	Urbana	Rural	% Urb.	% Rur.
Porto Velho	133.882	102.593	31.289	77	23
Guajará-Mirim	34.751	21.957	12.794	63	37
Ariquemes	53.365	19.670	33.695	37	63
Cacoal	67.030	13.601	53.429	20	80
Ji-Paraná	121.714	39.557	82.157	32	68
Pimenta Bueno	29.993	10.964	19.029	37	63
Vilhena	50.290	19.826	30.464	39	61
<i>Primeiras Cidades</i>	168.633	124.550	44.083	55	17
<i>Cidades Pioneiras</i>	322.392	103.618	218.774	45	83
Rondônia	491.025	228.168	262.857	46	54

Fonte: Costa Silva (2010). (Organizado a partir do Censo Demográfico).

Concomitante ao processo de interiorização, registra-se a desconcentração do crescimento populacional e o deslocamento da população urbana, fruto da criação de novos municípios, para o eixo da rodovia BR-364. Ao fim da década de 1970, as *idades pioneiras* já representavam 66% da população absoluta, 45% da população urbana e 83% da população rural. Nesse período, Porto Velho representava somente 27,26% da população absoluta, enquanto em 1970, esse quadro era de 76%, o que demonstra o deslocamento da dinâmica territorial da agropecuária para a área de influência da nova rodovia.

As *idades pioneiras* apresentaram o crescimento de seus núcleos urbanos (45%), que serviram de entreposto para sua grande população rural, que representava 83% da população rural absoluta. Desse modo, constata-se a formação de um adensamento urbano com expansão da população rural. Nesse período, as cidades de Ji-Paraná e Vilhena se destacam pela densidade do fluxo populacional e sua localização geográfica estratégica na rodovia BR-364. A primeira foi sede dos principais projetos de colonização e o núcleo urbano que

recebeu o maior contingente populacional, sobretudo, os migrantes que não tinham acesso à terra. No extremo sul de Rondônia, a cidade de Vilhena serve de entrada às demais cidades e vilas/povoados que estão no eixo do Vale do Guaporé e de entreposto para os migrantes que vieram das demais regiões do país que aguardavam a distribuição de terras.

A principal característica das cidades pioneiras é a composição da população migrante e a localização estratégica dos núcleos urbanos ao longo da rodovia BR-364, que exercia uma atração para os diversos fluxos populacionais e de mercadorias com o restante do Brasil. As cidades acumulavam população e recursos a partir do comércio e serviços urbanos, do comércio de terras e, principalmente, da criação de gado e da extração da madeira, que inaugurava a economia da agropecuária e madeireira em Rondônia.

Cabe destacar a importância da cidade de Ji-Paraná. Sua relevância se expressa no tamanho de sua população e no conjunto de projetos de assentamentos no raio de abrangência do núcleo urbano. Conforme (Tabela 5), em menos de 10 anos, comparativamente, Ji-Paraná representa 90% da população de Porto Velho, e contém a maior população rural de Rondônia (82.157 habitantes).

CIDADES DE EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO

No período de 1980/1991, o crescimento geométrico populacional de Rondônia foi de 7,89% a.a, cujo acréscimo correspondeu a 641.667 pessoas. Assim, em pouco mais de 20 anos (1970-1991), a população multiplicou por 10 vezes, saltando dos meros 111.064 para 1.132.692 habitantes (IBGE, 2010). O crescimento populacional foi acompanhado com a criação de novos municípios, cujo conjunto denominamos de *Cidades de Expansão da Colonização*. Justificamos tal assertiva em função da origem dos municípios, criados a partir da expansão rural e urbana das *Cidades Pioneiras*, que alimentada pelo crescente fluxo migratório nos anos 1980, pressionou o Estado a reorganizar o território, sobretudo, com a expansão dos projetos de colonização.

TABELA 6: Rondônia: crescimento da população urbana e rural (1991).

Grupo de Cidades	Total	Urbana	Rural	Tot. (%)	Urb.(%)	Rur.(%)
Primeiras Cidades	320.117	257.194	62.923	28	39	13
Cidades Pioneiras	348.439	224.806	123.633	31	34	26
Cidades de Expansão da Colonização	464.136	177.327	286.809	41	27	61
Rondônia	1.132.692	659.327	473.365	100	100	100

Fonte: Costa Silva (2010). (organizado a partir do Censo Demográfico e Contagem da População).

Em 1970 somente dois municípios formavam a rede urbana rondoniense, em 1980 esse número salta para sete, e alcança 23 cidades em 1991. Na década de 1980, a adição de 16 municípios representa o dobro do que foi organizado na formação territorial de Rondônia, que por sua vez, demonstra a dimensão espacial que a migração teve na região (Tabela 6).

Os aspectos geográficos relevantes que se afirmam são o crescente fluxo migratório na década de 1980, a participação da população no conjunto das *Cidades de Expansão da Colonização*, com ênfase no crescimento da população rural (Tabela 6), e no fenômeno da migração intra-estadual, variável quase ausente na década anterior.

Na análise comparativa com os demais conjuntos, percebe-se que as *Cidades de Expansão da Colonização* representam 41% da população absoluta e 61% da população rural, sendo mais que o dobro da população rural das *Cidades Pioneiras*, na década de 1980. O acréscimo dos 16 municípios se localizou, principalmente, ao longo da rodovia BR-364 e das estradas que a ela se conectava, formando as frentes de expansão no território.

Nesse período, registra-se o maior acesso dos produtores rurais aos lotes de terras (Tabela 3). Entre 1970 e 1985, as categorias que se destacam são os proprietários e os ocupantes. Todavia, ao mesmo tempo em que o INCRA concedia titulação, paralelamente aumentava a demanda por terras, dado o enorme fluxo migratório na Região Central.

Em 1980, Rondônia tinham 24.116 ocupantes (posseiros) e 17.817 proprietários, declinando os posseiros nos levantamentos subsequentes dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006. Para o mesmo período, o comportamento dos arrendatários e parceiros encontravam seu auge em 1985, quando 10.878 produtores/agricultores dividiam suas terras. Ainda que o INCRA acelerasse a titulação da propriedade da terra ou outras formas de acesso, duas variáveis são importantes, a considerar na expansão territorial. Como já registramos,

a quantidade de imigrantes foi de 411.795 indivíduos, dos quais 64,10% se concentravam nas microrregiões de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena. Mas o fluxo emigratório também foi enorme, num total de 157.795 indivíduos, cujo refluxo maior se registrou para o conjunto dos municípios citados (pioneiros), representando 59% do total.

Contudo, o fenômeno novo foi a mobilidade geográfica da população na escala intra-estadual (Tabela 7), ou seja, a população se deslocou entre os municípios, expandindo a ocupação de terras e as atividades produtivas no território, o que aumentou de 25.483, em 1975, para 80.615, em 1985, o número de estabelecimento agropecuário em Rondônia, conforme indica a (Tabela 7).

TABELA 7: Volume de Migração Intra-estadual por Microrregiões – Estado de Rondônia – 1970/1980 e 1981/1991.

Microrregiões	1970/1980			1981/1991		
	Migração Intra-estadual			Migração Intra-estadual		
	Imigração	Emigração	Saldo Migratório*	Imigração	Emigração	Saldo Migratório*
Mun. não decl. e mal def.	-	6.934	-	-	25.853	-
Porto Velho	4.220	3.155	1.065	23.709	7.852	15.857
Guajará-Mirim	1.441	1.761	-320	6.077	5.380	697
Ariquemes	10.823	1.045	9.778	19.427	6.267	13.160
Ji-Paraná	3.674	9.898	-6.224	18.421	33.655	-15.234
Alvorada D'Oeste	-	-	-	30.570	4.930	25.640
Cacoal	3.884	4.313	-429	21.466	37.240	-15.774
Vilhena	5.504	2.440	3.064	17.680	11.522	6.158
Colorado do Oeste	-	-	-	4.932	9.583	-4.651
Total	29.546	29.546	-	142.282	142.282	-

Fonte: NEPO/ UNICAMP 1999, com base nos Censos Demográficos de 1980, 1991 e Contagem da População de 1996 do IBGE.

A migração intra-estadual foi impactante nas cidades pioneiras. Estas receberam 54,11% dos imigrantes, mas perderam 62% da população, registrando saldo migratório negativo, com exceção de Ariquemes. O maior fluxo migratório obrigou o Estado a reorganizar a ocupação do território, delineando novas frentes de expansão. They (1976 e 1997) já assinalava a organização espacial na região Central de Rondônia, ao longo da rodovia, distinguindo Ji-Paraná como Cidade Pioneira. Nessa região se estabeleceu os principais projetos de colonização do

INCRA, que organizava a frente de interiorização a partir dos núcleos urbanos de apoio rural (NUAR), servindo como pequenas localidades urbanas no espaço rural os quais “mediavam” as relações setoriais do campo e cidade (COY, 1988).

Nesse processo de migração na escala intra-estadual, as novas microrregiões de Colorado D’Oeste, Alvorada D’oeste e o crescimento de Ariquemes potencializam a pressão social, considerando as limitações do INCRA em atender a demanda crescente, o que resulta nos novos eixos de expansão territorial com os municípios emancipados (Quadro 2):

QUADRO 2: Frente de expansão territorial em Rondônia (Período 1980/90).

Eixos de Expansão	Sub-Regiões	Cidade Polo	Principais Municípios
Rodovia BR-364	Central	Ji-Paraná	Machadinho D’Oeste, Jarú, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici e Espigão D’Oeste
Rodovia RO-479/010	Zona da Mata	Cacoal	Rolim de Moura, Santa Luzia, Alta Floresta D’Oeste e Nova Brasilândia D’Oeste
Rodovia BR-429	Vale do Guaporé	Ji-Paraná	Alvorada D’Oeste, São Miguel do Guaporé e Costa Marques
Rodovia BR-425	Madeira Mamoré	Porto Velho	Nova Mamoré
Rodovia RO-399	Cone-Sul	Vilhena	Cabixi, Cerejeiras e Colorado D’Oeste

Elaboração: Costa Silva (2010).

Destaca-se, nessas novas unidades espaciais, sua vinculação com os municípios pioneiros e os projetos de colonização que dão vazão a esse novo fluxo populacional. Tais núcleos adensam o modelo agropecuário e servem como núcleos urbanos que mobilizam as frentes de trabalho, alguns adquirindo possibilidades de crescimento urbano, formando sua embrionária *binterland*, como é o caso de Rolim de Moura.

ADENSAMENTO INTERIORANO

Na última década do século XX, o fluxo migratório diminuiu significativamente para Rondônia, e o crescimento populacional não manteve a força das décadas anteriores. Entre 1970 a 1991, a população rondoniense cresceu exponencialmente, deixando os poucos mais de 100.000 habitantes para

1.132.692, e alcançando 1.560.501 habitantes em 2010. Nesse período, a variação da população urbana foi maior que a rural, e esta última entra em declínio a partir de 1996. Atualmente, tende a diminuir consideravelmente, sobretudo, quando se observa que a população rural é menor do que a registrada no Censo de 1991.

Nas décadas de 1970/1980, a migração e a colonização foram variáveis que transformaram o território, superando o modelo extrativista para adensar o agropecuário, resultado dos trabalhos dos colonos das regiões Sul e Sudeste que implantaram um novo modelo agrícola em Rondônia, sob a gestão estratégica e geopolítica do governo federal. A paisagem rural expõe as formas-conteúdo da migração, do trabalho e da relação com a natureza, no qual se destacam o desmatamento, a produção agrícola do café e a pecuária bovina.

A população se especializou no território, avançando com as frentes de expansão formadas pelos eixos rodoviários na década anterior (Tabela 8). Embora a população tenha crescido pouco, porém, ela se desconcentrou dos grupos de *idades formadoras*, elaborando um novo mapa político dos municípios.

TABELA 8: Rondônia: crescimento da população urbana e rural (2007).

Grupo de Cidades	Total	Urbana	Rural	Tot. (%)	Urb.(%)	Rur.(%)
Primeiras Cidades	408.796	337.601	71.195	28	34	16
Cidades Pioneiras	365.861	308.075	57.786	25	31	13
Cidades de Expansão da Colonização	383.659	238.369	145.290	26	24	32
Cidades de Adensamento Interiorano	295.440	117.037	178.403	20	12	39
Rondônia	1.453.756	1.001.082	452.674	100	69	31

Fonte: Costa Silva, 2010; IBGE, 2010.

(Censo Demográfico e Contagem da População. Acessado no Banco de Dados SIDRA).

A evolução das três gerações de cidades (Primeiras Cidades, Cidades Pioneiras e Cidades de Expansão da Colonização) resultou em 23 municípios. Depois de 1990, essa geografia se modifica com o acréscimo de mais 29 unidades territoriais especializadas em todas as sub-regiões de Rondônia, processo que qualificamos como *Adensamento Interiorano*.

Conforme os dados da (Tabela 8), o conjunto das cidades do Adensamento Interiorano representa 20% da população absoluta, 12% da urbana e 39% da rural. A população no campo é o estrato mais forte do grupo, indicando que as frentes de expansão diminuíram em termos de fluxo populacional, mas se mantêm atuantes em sua dimensão política, ou seja, a pressão política para formação de novas unidades territoriais (municípios).

São municípios pequenos, sendo que o a maior desse conjunto tem 33.072 habitantes, enquanto 12 unidades estão na faixa de 10.000 a 20.000, e o restante na faixa inferior a 10.000 habitantes. A população do campo é majoritária, composta por famílias de camponeses que se dedicam à policultura, à pecuária de corte e, principalmente, à pecuária leiteira. Do ponto de vista econômico, o PIB municipal desse conjunto é baseado no setor agropecuário, que aquece a pequena economia urbana.

Desse modo, os municípios do *Adensamento Interiorano* constituem o grupo da “frente rural” de Rondônia. Partindo da Região Central, avança para o Vale do Guaporé e para o norte rondoniense (Porto Velho, Buritis e Nova Mamoré), áreas que estão localizadas as principais Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Nessa “marcha” evolui a pecuária, o desmatamento e os conflitos rurais.

Neste grupo, a população é instável, pois, a variação populacional no período de 2000 a 2007 foi extremamente negativa. A emigração na escala intra-estadual tem nestes municípios seu ponto de partida que se dirige para as cidades do eixo da BR-364 e para as áreas rurais do Vale do Guaporé e norte rondoniense.

OUTROS APORTES GEOGRÁFICOS

A colonização, o estímulo ao fluxo populacional, a organização da rede urbana, a produção agropecuária, dentre outros, produziram efeitos geográficos estruturais na configuração territorial de Rondônia. Aumentou o número das unidades territoriais (municípios) que serviu como frentes de penetração agropecuária em todas as sub-regiões rondonienses e, simultaneamente, expandiu os caminhos do desmatamento.

O primeiro efeito na escala intra-estadual é a quebra de simetria da antiga região de povoamento de Rondônia. Até 1970, a configuração territorial esboçava articulações entre as cidades de Porto Velho e Guajará-Mirim, testemunho da ocupação promovida pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e pela atividade extrativista, sobretudo, a borracha.

Toda área do sistema rodoviário rondoniense reforça o processo de desconcentração urbana e da rede de cidades, que até 1970 convergia para Porto Velho, sendo geograficamente modificada com a implantação dos projetos de colonização. A ocupação interiorana e a formação de novos municípios foram alicerçadas nas artérias (rodovias) federais que se constituíram numa armadura

da qual toda expansão territorial e sua densidade econômica as tem como centro de difusão.

A geografia das redes de cidades é tributária do processo de colonização iniciado na década de 1970, sob a égide do Estado. Dos 52 municípios que compõem a rede urbana estadual, somente três foram criados na região de influência de Porto Velho, e os demais correspondem à estratégia do Estado na elaboração dos nexos geográficos de adensamento do território. Em 30 anos, pequenos povoados que viviam da parca produção extrativista, são hoje cidades acima de 40 mil habitantes, com dinamismo econômico e social, e sob sua influência gravitam inúmeros municípios, formando sub-redes de influência.

As *cidades pioneiras* manifestam a metamorfose do território ao longo desse período. É o caso de Ji-Paraná, que segundo o estudo do IBGE (2008) sobre as *Regiões de influência das cidades*, é classificada como *Centro Sub-Regional A*, e sob sua influência gravitam 11 cidades. Incorporam-se na análise, numa escala menor, as cidades de Ariquemes, Cacoal e Vilhena (*Centro Sub-Regional A*), que juntas influenciam 36 cidades, organizando uma rede mais articulada e distante da capital de Rondônia. Todas essas cidades foram beneficiadas diretamente por três grandes processos geográficos estruturantes do território: a construção da rede rodoviária, a intensidade do fluxo migratório e a inserção dos projetos de colonização voltados para a agropecuária.

Todo esse período caracteriza-se pela construção e integração do território sob a expressa gestão do Estado e suas agências. Destaca-se o INCRA, cuja história em Rondônia, de certa forma, se confunde com a história territorial de vários núcleos rurais que hoje estão emancipados. A ação do Estado foi a de transformar o território, apoiando outra forma de uso e significado: deixou-se o modelo extrativista para consolidar a economia centrada na agropecuária, e voltando as dinâmicas territoriais para as dinâmicas do território nacional nesse período de globalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. L. O. & DAVID, M. B. **Tipos de fronteiras e modelos de colonização na Amazônia: revisão da literatura e especificação de uma pesquisa de campo.** IPEA – Textos para discussão, n. 3, 1981. 84 p.

AMARAL, J. J. O. **Mata virgem, terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 128.

BECKER, B.K. Fronteira e urbanização repensadas. **Revista Brasileira de Geografia**, 47 (3/4), p.357-371, Rio de Janeiro, jul./dez., 1985.

BECKER, B.K.; MIRANDA, M. & MACHADO, L.O. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília/Rio de Janeiro: Editora UNB/Editora UFRJ, 1990. 219 p.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto Lei nº 1.106 de 16.06.1970**. Cria o Programa de Integração Nacional.

BROWDER, J.O. & GODFREY, B. **Cidades da floresta**: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira. 1a ed. Manaus: EdUA, 2006. 384 p.

CORREA, R.L. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 49 (3), p.39-68, Rio de Janeiro, jul./set., 1987.

COSTA SILVA, R. G. **Dinâmicas territoriais em Rondônia**: conflitos na produção e uso do território no período de 1970/2010. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COY, M. Cidades pioneiras e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: Transformação sócio-econômica e desafios para o planejamento nas frentes pioneiras. **Geosul**, ano 10, nº 19/20, p.51-67, 1995.

_____. **Desenvolvimento regional na periferia amazônica**. Organização do espaço, conflito de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “fronteira”: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN (org.) **Fronteiras**. Brasília/Paris: UNB/ORSTOM, 1988. p.167-194.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. **Censo Agropecuário – 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2010.

INCRA. Superintendência Regional de Rondônia. **Divisão de Obtenção de Terras e Criação de Projetos**. Informações Gerais – Projetos de Assentamento e Colonização. Porto Velho, 2012. 11 p.

MACHADO, L.O. A fronteira agrícola na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 54, n. 2, p.27-55, abr./jun., 1992.

NEPO. **Núcleo de Estudo da População**. Sistematização das informações censitárias sobre migração – Estado de Rondônia. Campinas: UNICAMP/NEPO, 1999. 44 p.

PORTO-GONÇALVES, C.V. **Amazônia, Amazônias**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática. 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 51-77, 1982.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. A continuidade de uma forma de Dominação, do Estado Novo à Nova República. **Reforma Agrária**, 25 (1), p.39-64, jan-abr, 1995.

THERY, H. **Rondônia – Mutations d'un Territoire fédéral em Amazonie Brésilienne**. Paris, Université Paris I, 1976. 233 p. (Tese de Doutorado).

_____. Routes et déboisement en Amazonie brésilienne: Rondônia 1974-1996. **Mappemonde**, p.35-40, n° 97/3, 1997.

LUGARIDADES HAITIANAS EM PORTO VELHO: O QUE AS FONTES DE INFORMAÇÃO CONSTROEM

Rosa Martins Costa Pereira

Clara Miranda Santos

Cledenice Blackman

INTRODUÇÃO

Na historiografia de Rondônia observa-se a indução estatal deliberada da migração para a criação de núcleos de povoamento caracterizada pelas incertezas e indefinições dos limites geográficos, pela submissão dos indígenas e por diferentes tentativas de povoamento ligadas a projetos nacionais.

Os interesses econômicos e políticos pela construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré promoveram um fluxo migratório intenso na região. Foram milhares de profissionais que se deslocaram para Rondônia, sendo que a maioria veio do nordeste brasileiro e de outros países. Segundo Teixeira e Fonseca (2001) a região recebeu imigrantes gregos, turcos, sírio-libaneses, barbadianos e bolivianos, caribenhos, italianos, norte-americanos, ingleses, espanhóis, hindus e portugueses. Contudo, em Porto Velho, a predominância de grupos migratórios foram de caribenhos.

Os vários fluxos migratórios proporcionaram uma diversidade cultural intensa, pois além dos imigrantes havia a população indígena que subsistiu, mesmo diante da sua dizimação progressiva, seja pela escravização no século XVIII ou pela sua expulsão na década de 1970. Esta última devido à intensa migração interna de “colonos” provenientes do sul do Brasil que chegaram para ocupar o “espaço vazio” amazônico.

A presença de haitianos no Brasil antes de 2010 era praticamente despercebida. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR (2015), após o terremoto de 2010 no Haiti, o número de haitianos subir de 7 para 595 em 2010. Entretanto, conforme defende Pereira (2016), a migração caribenha não depende de um evento gerador como podem ser os desastres naturais. A história da migração caribenha é de escravidão e de boicotes internacionais.

Desde o século XVIII havia uma cultura de imigração entre as ilhas próximas existentes na região caribenha-antilhana.

[...] dos imigrantes franco-haitianos para a cultura, que remete ao século XVIII, o estudo etnográfico de Jesus Guanche *Procesos Etnoculturales de Cuba* (1983) apresenta uma análise do ponto de vista etnográfico sobre as influências culturais dos imigrantes (franceses) no país se tornando evidentes em múltiplos aspectos da vida sócio-econômica da área oriental de Cuba, para onde foram levados nas primeiras décadas do século XX (GUANCHE, 1983 p. 300 apud COUTO, 2006, p. 21).

Vejam os abaixo, em destaque na Figura 1, a localização do Haiti que sempre foi uma área de disputa desde a chegada dos espanhóis em 1492 através da figura colonizadora de Cristóvão Colombo (HAITI, 2013, p. 1).

Figura 1: Mapa do Caribe.



Fonte: Base de Dados. Disponível em: <http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/caribe/imagens/mapa-do-caribe-2.gif>. Acesso em 20 de jul. 2009.

A história da região haitiana é marcada por disputa política territorial, sendo que, em 1697 Espanha e França assinam o Tratado de Ryswick¹. Em 1957 o

¹ [...] e o Haiti passa, então, para o controle francês. O Haiti foi o primeiro país latino-americano a declarar-se independente (1804). Negros e mulatos se uniram contra as tropas francesas, primeiro sob a liderança de Toussaint L'Ouverture e, mais tarde, sob comando do ex-escravo, Jean-Jacques Dessalines (HISTÓRIA, 2013, p. 1).

país haitiano passou por um momento de política ditatorial, conseqüentemente, ocorreram diversas formas de repressão política, econômica², social e cultural (HISTÓRIA, 2013, p. 1). Sendo que:

Haiti, de 1986 a 1990, foi governado por uma série de governos provisórios. Em 1987, uma nova constituição foi feita. Mas a grande esperança de redemocratização surgiu em 1990, quando ocorreram eleições livres e a população elegeu o padre Jean Bertrand Aristide para presidente, com 67% dos votos (HISTÓRIA, 2013, p. 1).

A frágil estabilidade política durou pouco. Poucos meses depois, Aristide foi deposto por novo golpe militar e a ditadura foi restaurada no Haiti. Em 1994, Aristide retornou ao poder, com auxílio dos Estados Unidos. Mesmo assim, **o ciclo de violência, corrupção e miséria não foi rompido** (HISTÓRIA, 2013, p. 1) [Grifo Nosso].

Em dezembro de 2003, sob pressão crescente da ala rebelde, Aristide prometeu eleições novas dentro de seis meses. Os protestos Anti-Aristide, em janeiro de 2004, fizeram várias mortes na capital do Haiti, Porto Príncipe. Em fevereiro, com o avanço dos rebeldes, Aristide fugiu para a África e o Haiti sofreu a intervenção internacional da ONU (HISTÓRIA, 2013, p. 1).

Em janeiro de 2010, o país sofreu um terremoto devastador que praticamente o destruiu. Desde então, o Haiti recebe ajuda internacional, incluindo do Brasil (HISTÓRIA, 2013, p. 1) [Grifo Nosso].

Desse modo, a História do Haiti, pequena porção territorial localizada no Caribe conforme figura 1, foi estigmatizada como sendo uma nação, e conseqüentemente, seus cidadãos e cidadãs ligados(as) a termos como: miséria, violência, corrupção, instabilidade política/econômica que contribuem para a imigração dos(as) haitianos(as) para região como o Brasil, mais, especificamente Porto Velho/Rondônia a partir do ano 2011 que é o objeto de estudo deste artigo.

O Haiti que tem como capital Porto Príncipe fica:

Localizado numa das regiões mais bonitas naturalmente do planeta, Mar do Caribe, **com uma população de cerca de nove milhões de pessoas, o Haiti amarga a condição de país mais pobre das Américas e Caribe, com a maior parte da população vivendo na condição pobreza, o que quer dizer que recebem menos de cerca de 2 dólares por dia e, em 2010, apresentava um dos mais baixos IDH do mundo, de acordo com dados da ONU, ocupando a 146ª posição.** A economia do país é baseada na produção agrícola de frutas como manga, banana e grãos como café, arroz e milho. Se Porto Seguro é considerada pelos brasileiros como o começo do Brasil, o Haiti é o começo do chamado Novo Mundo, com a chegada de Colombo em

2 Baseada na cultura da produção da cana-de-açúcar e seus derivados (HAITI, 2013, p. 1).

1492. De maneira semelhante, os haitianos são o começo de uma nova fase histórica das relações internacionais do Brasil neste século XXI no âmbito da imigração e dos direitos humanos (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2013, p. 1) [Grifo Nosso].

Essa situação no excerto sobre o Haiti demonstra como esse país tem sido evidenciado por suas condições negativas. “Um terremoto de magnitude 7,0 atingiu o Haiti no dia 12 de janeiro, 2010 e devastou Port-au-Prince” (HAITI, 2013, p. 1). Em consequência, da situação do Haiti de emergência, devastação ambiental, instabilidade econômica, arquitetônica foram alguns fatores que motivaram a imigração haitiana para Porto Velho.

SER IMIGRANTE

Nascer, crescer, viver, morrer é situação inerente à vida humana. Quem nasce, nasce em algum lugar. A partir de um suporte, inicia-se a caminhada no mundo, sem a certeza se a morte acontecerá onde se nasceu. Apesar do nascimento caracterizar a primeira forma de identificação do ser-no-mundo, muitas outras experiências irão, continuamente, transformar o ser em quem é. Tão certo como o desejo de permanecer é também o de ir. Entretanto, ir nem sempre é uma escolha.

Processos migratórios formam povos, reconfiguram dimensões territoriais, criam culturas, plasmam o mundo. Prova disso é a formação das Américas nos últimos quinhentos anos. Guerras, desastres naturais, extrema pobreza, banalização cultural são alguns dos motivos que tem gerado processos migratórios. Entretanto, para estudar migração é preciso considerar que o deslocamento humano ultrapassa a motivação econômica, estando relacionado inclusive com a busca pelo desconhecido, como afirmam Amaral, Silva e Leandro (2011).

A dimensão existencial da migração tem despertado o interesse dos campos como a antropologia, a história e a psicologia, entretanto, a geografia pouco tem participado desse debate, ainda que a migração seja um fenômeno eminentemente geográfico. De um modo geral, a ênfase nos estudos econômicos valoriza as implicações territoriais dos processos migratórios, em contrapartida, a perspectiva existencial ainda necessita de maior atenção dos geógrafos.

As abordagens humanistas e culturais na geografia são as que melhor possibilitam campo fértil para estudos intersubjetivos de processos migratórios. Destacam-se as contribuições de geógrafos humanistas como Marandola Júnior

e Dall Gallo (2010) para os quais a migração já é em si um fenômeno geográfico com implicações territoriais e existenciais.

Outros geógrafos e estudiosos da ciência geográfica, mesmo não abordando de forma direta o tema migração, construíram e constroem bases teóricas para sua análise existencial, como Dardel (2011), Relph (2012), Holzer (2012), entre outros. Suas contribuições não podem ser subestimadas, pois pensam a geografia a partir da experiência intersubjetiva do mundo em seus fundamentos, em suas distâncias e direções a serem vencidas, fisicamente ou na imaginação, valorizando as vivências, lugaridades cotidianas como centros de significados.

As características dos fluxos migratórios da fase recente são complexas, pois, de um modo geral, fluxos indocumentados que escapam ao controle oficial. Muito se tem discutido sobre a presença de imigrantes e refugiados no Brasil, entretanto, não se deve desconsiderar que o número de brasileiros no exterior é muito expressivo. As estimativas indicam a existência de aproximadamente 2 milhões de brasileiros emigrados, sendo os Estados Unidos o país de destino de maior concentração, especialmente em Nova York, Miami e Boston. De maneira mais tímida, mas já perceptível, constata-se a migração de brasileiros para países da América Latina, sendo o Paraguai o país da maioria dos destinos brasileiros, com cerca de 350 mil. O perfil é de pequenos empresários do Sul do país ou trabalhadores com baixa qualificação profissional que entram no Paraguai indocumentados, como diaristas e trabalhadores agrícolas sem-terra (MARTES, 2009).

O Brasil continua sendo destino para muitos imigrantes. Quais os motivos para isso? Martes (2009, p. 12) afirma que “[...] um eventual bom desempenho macroeconômico não é condição necessária e nem suficiente para um país tornar-se polo receptor”.

Dentre as variáveis que contribuem para a atração de imigrantes estão a perseguição política que atraiu, predominantemente, argentinos, uruguaios e chilenos nas décadas de 1970 e 1980; os refugiados, especialmente africanos (Angola e Libéria), colombianos e asiáticos (Afeganistão); migração de profissionais qualificados, com predomínio de europeus e latino-americanos, principalmente argentinos, bem como a migração laboral, de trabalhadores de baixa qualificação e nível de escolaridade, fluxo “voluntário”, a maioria não-documentados, com predomínio de sul-americanos, como chilenos, bolivianos, peruanos, paraguaios e também de imigrantes africanos, sobretudo angolanos e moçambicanos (MARTES, 2009).

Para Milesi (2005), as migrações atuais são dramáticas, pois ocorrem em meio a complexas situações de conflitos, guerras, desequilíbrios socioeconômicos, violência, pobreza, fome e exploração.

Segundo o dicionário Houaiss², imigrante é uma palavra originada do latim relacionada com os verbos “passar”, “penetrar”, “entrar”. Por imigrante se compreende a pessoa que imigra, isto é, se estabelece em país estrangeiro. É interessante destacar que a palavra imigrante é, ao mesmo tempo, adjetivo e substantivo de dois gêneros. Homens e mulheres são sujeitos e objetos da ação de imigrar, praticam e sofrem ao mesmo tempo. São pessoas de quem se fala pela ação que realizam e pela qualidade dos efeitos que nela vivenciam.

Segundo Serres (2014), da Agencia Brasil, calcula-se que atualmente há cerca de 12 milhões de apátridas em todo o mundo. Essas pessoas estão morando em algum lugar, mas oficialmente é como se não existissem. Segundo os dados do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), divulgados pela agência, o número de refugiados triplicou no Brasil e somente os sírios já representam 43% dos que buscam refúgio no país. Além da Síria, outros países também se destacaram na concessão de refúgio em 2013 pelo governo brasileiro, como a República Democrática do Congo, com 106 concessões, a Colômbia (87), o Paquistão (32) e Angola (17). Entre os países da América do Sul, aparecem na lista a Bolívia (16) e a Venezuela (6).

Destaca-se ainda a imigração de haitianos para o Brasil. O país reservou um lugar diferente para estes imigrantes no tocante ao contexto legal, não os considerando como “refugiados”. Mais especificamente, o governo brasileiro concedeu visto humanitário permanente para cinco imigrantes haitianos por meio de Resolução Normativa – RN (no 97) do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Por razões humanitárias se entende “aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (BRASIL, 2012, p. 1). Segundo relatório de pesquisa coordenada por Fernandes (2014), entre 2011 e 2012, o CNIg concedeu 5.580 autorizações de permanência no país para imigrantes haitianos, um fluxo com padrão eminentemente masculino (87,1% do total).

Não é objeto deste trabalho adentrar em questões de cunho legal. Por enquanto, é importante destacar que muitos países, entre eles o Brasil, são signatários de convenções internacionais de proteção à dignidade humana, como o Estatuto dos Refugiados de 1951 e a Declaração de Cartagena de 1984, fruto de um acordo entre países da América Central e que é considerada um divisor de águas na conceituação de refugiado na América Latina.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE IMIGRANTES

Porto Velho³ tornou-se uma importante rota migratória para os haitianos, não apenas como portal de acesso a outras cidades brasileiras, mas também como porto para trabalho, especialmente nas obras de dois grandes empreendimentos em construção⁴ à época dos maiores fluxos migratórios.

Com base nos dados do estudo desenvolvido por Pereira (2016) os registros de atendimentos feitos pela Secretaria de Estado de Assistência Social de Rondônia (SEAS/RO) até fevereiro de 2014, indicavam que já haviam sido atendidos mais de 4 mil haitianos e havia entre 1.600 a 1.800 haitianos e haitianas com residência fixa; somando-se o contingente de imigrantes em trânsito, haveria aproximadamente 2.500 imigrantes haitianos em Porto Velho, entre homens, mulheres e crianças, sendo que, destas, pelo menos 42 já eram portovelhenses.

Ainda segundo o estudo, em relação à faixa etária, o primeiro e o segundo fluxo (2011 e 2012) eram compostos majoritariamente por homens jovens, e, a partir do fluxo de 2013, a presença das mulheres passou a se tornar marcante e numa faixa etária menor do que a dos homens.

Logo, são essas pessoas que encontramos cotidianamente pelas ruas de Porto Velho⁵, imigrantes oriundos do Haiti e, involuntariamente estabelecemos uma relação de contato. Para a maioria das pessoas esse contato não ultrapassa o limite visual, no entanto, mesmo assim, somos capazes de emitir uma série de opiniões e (pre)conceitos a respeito delas.

Tal situação influencia não só a produção da indiferença e da exclusão social, mas também a produção das representações sociais que as pessoas têm a respeito dos imigrantes. Jodelet (2001), seguindo os passos de Moscovici define

3 Porto Velho foi criada por desbravadores por volta de 1907, durante a construção da E.F. Madeira-Mamoré. Fica nas barrancas da margem direita do rio Madeira, o maior afluente da margem direita do rio Amazonas [...]. Elevada à categoria de vila e município com a denominação de Porto Velho, pela Lei Estadual n.º 757, de 02-10-1914, desmembrada da vila de Humaitá. Sede na povoação de Porto Velho. Constituído do distrito sede. Instalada em 24-01-1915 [...]. Pela Lei Complementar n.º 41, de 22-12-1981, elevou o Território de Rondônia a categoria de Estado, conservando o município de Porto Velho como capital. Fonte: PORTO Velho Rondônia - RO. Histórico. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/portovelho.pdf>. Acesso em 06 de set. de 2020.

4 As usinas de Santo Antônio e Jirau. MOREIRA, Bruno. **A necessidade dos grandes empreendimentos hidrelétricos**. Disponível em: <http://www.osetoreletrico.com.br/a-necessidade-dos-grandes-empreendimentos-hidreletricos/>. Acesso em 16 de mar. de 2018.

5 Oficialmente fundada em 02 de outubro de 1914, Porto Velho foi criada por pioneiros em torno de 1907, durante a construção da Madeira-Mamoré. Após [...] foi concluída, a população local foi de cerca de mil habitantes, seus edifícios foram principalmente às instalações da ferrovia e das casas de madeira dos trabalhadores do Caribe [...] (FERREIRA H, 1969, p. 47 e 48). Era uma cidade que, com a construção, estava surgindo nessa região da Amazônia (FERREIRA, 2005, p 243).

representações sociais como uma forma de conhecimento, elaborada socialmente e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social.

Numa pesquisa realizada por Batista e Bonomo (2017) os resultados apontaram que as representações sociais em mídia espanhola, italiana e portuguesa, a respeito da imigração e do imigrante, apresentam ambiguidades quando se referem ao sujeito imigrante como necessário à mão de obra dos países, ao mesmo tempo em que julgam os processos migratórios como responsáveis pela desordem social.

São questões de grande complexidade e que estão diretamente relacionadas à alteridade e sobre como a sociedade se pensa e pensa o outro. Ou seja, sobre como constrói e representa o mundo, e compartilha essa representação; e sobre como o discurso da mídia vai trazer à tona o senso comum ou questioná-lo, para promover sua mudança. No que se observou da enunciação construída sobre os migrantes esta é permeada pela discriminação – produtor/consumidor ou refugio/mercadoria. (DADALTO, s.d., p. 81).

Assim, as representações sociais que emergem sobre os imigrantes são compartilhadas limitam o sentido da realidade do estrangeiro, destacando, na maioria das vezes somente as diferenças sociais, econômicas, culturais e políticas.

Desta forma, no campo simbólico, pode-se inferir que com o tempo há por parte dos indivíduos uma apropriação das representações sociais, isto é, a própria pessoa introjeta e cria uma identidade do conhecimento compartilhado do qual ela é alvo.

Algumas perspectivas da ciência geográfica também coadunam desta afirmação da formação da identidade sob o conceito do “lugar”:

A identidade assume, então, um alcance geográfico novo, pela mediação conceitual do “sentido de lugar”. Porque participa inteiramente da vida dos indivíduos e dos grupos, o lugar influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente com objetivamente, identidades culturais e sociais. (ROSENDAHL, CORRÊA, 2013, p. 225).

Para Escorel (1999), a posição de excluídos sociais, mantém o indivíduo prisioneiro do próprio corpo, pois o não pertencimento a nenhum *topos social* torna a existência limitada a sobrevivência singular e diária. Nesse sentido, a relação dos imigrantes com a sociedade, bem como com os articuladores das políticas públicas, se dá também de forma limitada, e desta forma podemos inferir que, lhes são retiradas as possibilidades de serem atuantes na exposição de suas necessidades diante da condição de serem “estranhos” em outro país.

A complexidade do fenômeno Imigratório envolve questões naturais e/ou ambientais (terremoto, catástrofes, secas, inundações, mudanças climáticas, etc.), aspectos sociopolíticos (caso das ditaduras, milícias, guerras, terrorismo, entre outros), aspectos econômicos (descontrole inflacionário, desemprego, etc.), bem como o processo de globalização que tem potencializado maior deslocamento ou mobilidade migratória em escala planetária e com maior intensidade do que o verificado em outros períodos da existência humana. Além disso, a Imigração pode ser também interpretada como produto de um processo de exclusão social permeado por trajetórias psicológicas de vulnerabilidades e fragilidades, incluindo rupturas de vínculos da existência humana em sociedade. Entende-se, assim, por exclusão social a definição de Escorel (1999):

processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição (estado) de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício das potencialidades da condição humana.

Os problemas sociais e a exclusão passaram a ser mais notáveis desde quando a exploração do homem pelo homem foi utilizada como meio de produção e organização social (MENDONÇA, 2006). No entanto, ganha contornos específicos na nossa sociedade, que nas últimas décadas tem acompanhado um crescimento acentuado de problemas sociais, que podemos considerar como um sinal emergente das mudanças sócio-político-econômicas (VARANDA, 2004).

GEOGRAFICIDADE E A PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Ao pensarmos na temática dos Imigrantes, propomos neste estudo uma interlocução com o conceito de Geograficidades de Eric Dardel, ao considerarmos que, pelo prisma deste autor, a Geografia deve ser compreendida pelo significado que os indivíduos dão à sua passagem pela Terra, e que este lugar é o que torna a Geografia como essência e que dá sentido à consciência do homem no mundo.

Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o Homem à Terra, uma ‘geograficidade’ (géographicité) do Homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2011, p. 1)

Demonstra-se desta forma a necessidade de apropriação do fenômeno da imigração por parte da Geografia, que pode nos ajudar a compreender as formas de deslocamento destes imigrantes e os significados que são construídos, e, sobretudo, por parte da Geograficidade, com a possibilidade de conhecer a dimensão existencial do lugar que estes indivíduos estão imersos. Segundo Dardel (2011, p. 5):

A geografia não implica somente no reconhecimento da realidade em sua materialidade, ela se conquista como técnica de irrealização, sobre a própria realidade [...]. Se a geografia oferece à imaginação e à sensibilidade, até em seus voos mais livres, o socorro de suas evocações terrestres, carregadas de valores terrestres (*terrienes*), marinhos ou atmosféricos, também, sempre espontaneamente, a experiência geográfica, tão profunda e tão simples, convida o Homem a dar à realidade geográfica um tipo de animação e de fisionomia em que ele revê sua experiência humana, interior ou social.

Visto a relevância desta temática e as questões que emergem, é percebida uma lacuna, ao não observar a singularidade em que essas pessoas vivenciam a experiência em sua condição de rua pela perspectiva da Geograficidade.

A situação de um Homem supõe um espaço onde ele se move; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência. Perder a localização, é se ver desprovido de seu lugar, rebaixado de sua posição eminente, de suas relações, se encontrar, sem direções, reduzido à impotência e à imobilidade. (DARDEL, 2011, p. 19).

Portanto, existe uma construção de territorializações, de relações, vínculos e trocas que é produto do movimento nos espaços que transitam os imigrantes mesmo com as idiossincrasias ao adotar um novo país como nova moradia. No caso específico dos Haitianos, a necessidade da imigração surge de maneira compulsória, por carência de condições básicas de sobrevivência, deixam a terra natal já fragilizados de maneira física, psíquica e socialmente.

Nesse sentido, Lopes (apud MENDONÇA, 2006) comenta que a dificuldade de implantar políticas públicas efetivas e transformadoras encontra-se no desconhecimento de configurações subjetivas, uma vez que, este desconhecimento não permite perceber a variedade de manifestações da pobreza, uniformizando, equivocadamente, o que é heterogêneo. Segundo Haesbaert (2004), para os hegemonizados, o território adquire força e combina funcionalidade e símbolo. Assim o território não é apenas ligado ao ter (apropriação), mas também ao

ser (sentido de pertencimento), portanto, há desta forma o estabelecimento do território simbólico e do território funcional.

Desse modo, estas pessoas passam pelo processo de exclusão social no processo migratório, o que pode envolver a anulação social, revestem seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade. Não é difícil, assim, situar os imigrantes nesse processo que os anulam socialmente, e os prendem em uma condição limitante. Porém, é possível inferir que há um lugar sendo construído.

A respeito desta construção Dardel (2011, p. 34) cita que:

[...] A realidade geográfica é, para o homem, então, o lugar onde ele está, os lugares de sua infância, o ambiente que atrai sua presença. Terras que ele pisa ou onde ele trabalha, o horizonte do seu vale, ou a sua rua, o seu bairro, seus deslocamentos cotidianos através da cidade. A realidade geográfica exige, às vezes duramente, o trabalho e o sofrimento dos homens.

Segundo Holzer (2013), lugar é o compartilhamento de experiências intersubjetivas entre os seres humanos e o movimento à medida que nos deslocamos no espaço. Neste sentido emerge o conceito de lugaridades que “são expressões das vivências cotidianas, da relação dialógica dos seres em movimento com lugares e caminhos” (PEREIRA, 2016b, p. 31).

No texto denominado “As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas”, Mathias Le Bossé, estuda a noção de identidade constituída pelo conjunto das ciências humanas e sociais, a qual afirma as pluralidades teóricas existentes que podem contribuir com este conceito. Bossé (2013) afirma que as convergências destas diferentes perspectivas trouxeram um aprofundamento da reflexão sobre os conceitos fundamentais da geografia cultural – lugar e espaço.

Os geógrafos se interessam particularmente pela identidade dos lugares e pelos papéis que eles desempenham na formação de consciências individuais e coletivas. Observam como as pessoas, sujeitos e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações espaciais. (BOSSÉ, 2013, p. 222).

AS FONTES DE INFORMAÇÃO ONLINE E OS(AS) HAITIANOS (AS)

As fontes de informação online “tendem a facilitar seu acesso ao pesquisador” por este motivo optou-se em analisar as fontes de informação online que trazem como base central a temática imigração haitiana para Porto Velho.

Utilizamos como ferramenta o site de busca Google para nortear a nossa pesquisa. Sabemos que “[...] esse tipo de ferramenta não é considerado totalmente confiável por não possuir garantias quanto à qualidade do que disponibiliza, mesmo que, eventualmente, também recupere documentos que possuam todos os requisitos para serem considerados científicos” (CRESPO, 2005, p. 92).

Contudo, ao bibliotecário, pesquisador, cientista da informação e/ou usuário comum tem necessidade de dominar este meio de aprendizagem de forma satisfatória, buscando obter informações de qualidade e tirar o proveito necessário, já que a Ferramenta de Busca na Internet consegue recuperar conteúdo de inúmeras páginas disponíveis na WEB (RODRIGUES, CRESPO, 2013, p. 8).

Diante da gama informacional à qual possibilita os sites de busca, elegemos o Google como base de busca de nossa pesquisa.

Em vista disso, optamos com objeto investigativo por apenas duas reportagens online disponível na Ferramenta de Busca Google, pois ao digitarmos na barra de busca do Google a seguinte frase: “Haitianos em Porto Velho” foram encontrados cerca de 33.400⁶ resultados ligados diretamente e/ou indiretamente a temática de imigração haitiana para Porto Velho e levando cerca de 0.40 segundos para disponibilizar as variadas informações ligadas ao assunto.

OS DISCURSOS DISSEMINADOS/REPRODUZIDOS PELA REDE ONLINE E AS LUGARIDADES HAITIANAS EM PORTO VELHO

Diante da pesquisa sobre a imigração haitiana para Porto Velho através das fontes de informação online, percebemos, por intermédio da leitura e análise dos discursos proferidos pelo site de busca da Ferramenta Google uma dose sutil de preconceito estigmatizado através da História do Haiti ligado a situação como: miséria, Haiti com índice populacional alto constituída por negros e as negras, dentre outras.

6 Essa informação foi registrada no primeiro semestre de 2013.

Dentre as inúmeras matérias encontradas no Google optamos por analisar as intituladas: 1) Haitianos criam ‘pequena Porto Príncipe’ nas ruas de Porto Velho⁷; 2) Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho-RO;

1) Apesar de o título ilustrar uma forma subjetiva de preconceito em relação à “pequena Porto Príncipe” o teor do texto menciona como estão vivendo alguns haitianos em Porto Velho, onde estão trabalhando, no caso, quase que de forma hegemônica foram absorvidos pelos trabalhos na Usinas de Santo Antônio e Jirau, descreve como fazem para pagar o aluguel enfatizando que muitos(as) dos(as) haitianos(as) moram em quitinetes em grupos e dividem o aluguel em média de 500 reais. Sobre a língua falada a matéria informa que é o crioulo, enfatiza a dificuldade de adaptação cultural como língua, alimentação, religião.⁸

2) Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho-RO – Descreve a chegada dos haitianos em Porto Velho matéria publicada em 08 de março de 2011 mostra fotografias de haitianos (as) localizados no Ginásio Cláudio Coutinho e enfatiza a busca por uma vida melhor através da imigração para Porto Velho e também da falta de documentação de passaporte e visto, o que torna a vivência em Porto Velho/RO/ Brasil irregular [...] Clandestina.⁹

Importante frisar que na primeira reportagem verificamos no título a carga negativa vinculada a “pequena Porto Príncipe”, referindo-se à realidade que a capital haitiana se encontra; e na segunda, ao mencionarem o termo “invadem”, deixa subentendido que os haitianos (as) são contraventores(as). Assim é válido destacar que:

As representações do mundo social assim construída, [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

A ideologia que o veículo de comunicação produz é uma discrepância entre a realidade no cotidiano dos imigrantes e a realidade que os leitores constroem a respeito dos imigrantes.

Os contextos sociais são compostos por aspectos subjetivos e objetivos estabelecidos no dia a dia, e podem ser diferenciados a partir das experiências decorrentes da interação

7 Publicada em 13 de dezembro de 2012.

8 Haitianos criam ‘pequena Porto Príncipe’ nas ruas de Porto Velho. Base de Dados. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2012/12/haitianos-criam-pequena-porto-pr%C3%AAdncipe-nas-ruas-de-porto-velho/>. Acesso em 12 de jan. de 2018.

9 Refugiados haitianos “invadem” Porto Velho- RO <http://www.alvonoticias.com.br/Noticia.asp?Noticia=1513>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

e da comunicação entre as pessoas. Assim, o jornalista ao realizar sua função, tem sua ação fundada por fatos e ações relacionadas à tessitura social, econômica, política e ideológica em que está inserido. E esta sinaliza o processo instituído na sua conduta profissional, carregada de significado cultural e produzido pelas representações sociais. (DADALTO, s.d., p.80).

O conteúdo das lugaridades construídas pelas fontes de informação online analisadas sobre os Haitianos em Porto Velho são: a miséria, por serem imigrantes de um país historicamente constituído por exploração, escravidão e pobreza, além dos desastres naturais que por sua vez já devastaram o país; preconceito por acreditarem que os haitianos estão ocupando postos de trabalho que deveriam ser dos brasileiros, a ilegalidade quando se refere a refúgio, as informações oferecidas aos leitores é de que muitos não têm documentação para ingressar no Brasil; e por isso a invasão é a denominação que eles utilizam para aqueles que buscam acolhida, deixando subentendido que são contraventores.

Segundo um estudo realizado por Daniele Teresa Samora, a análise do discurso midiático sobre o processo de imigração na Amazônia está narrada nos textos dos veículos de informação de maneira descontínua e irregular.

Tais caracterizações repetidas muitas vezes, propiciaram a formação de imagens pejorativas e preconceituosas, através de matérias veiculadas pelas mídias virtuais a respeito dos imigrantes haitianos, provocando uma forte rejeição por parte da sociedade, tornando-os indesejados, como observado nos comentários dos interlocutores. Em vista de que, ora se posicionam de forma a questionar por que se deve dar assistência aos estrangeiros, já que os brasileiros vivem na mesma condição de miséria. Ora, fazem uma reflexão utilizando a vertente de que são seres humanos e merecem a mesma atenção dada ao brasileiro ou a outro povo. Além daqueles que afirmam que por se tratarem de haitianos não há interesse governamental, nem da população local para resolução do “problema” (SAMORA, 2015, p. 93).

Desta forma, as lugaridades que as fontes de informação emitem são conceitos que se reproduzem na sociedade, os quais podem fomentar reações xenófobas e racistas.

Ainda de acordo com Samora (2015, p. 91), é “perceptível a partir da afirmativa de que se os imigrantes fossem franceses, holandeses ou italianos, ou seja, brancos e de origem europeia, não haveria problemas por “considerarmos” dignos para migração, porém como são [...]”, devem ser rejeitados e deportados. A construção desse estereótipo desejado é o que constitui a ideia de “imigrante

ideal”, geralmente caracterizada pela especialização técnica, alta escolaridade ou a origem em países economicamente favorecidos.

Um estudo realizado por Nahomie Laurore (2013) identificou que a representação social dos imigrantes haitianos construída no discurso jornalístico do jornal Folha de S. Paulo é quem vive de forma ilegal no Brasil e aguardam por ajuda humanitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou as lugaridades haitianas construídas por meio de duas Fontes de Informação online encontradas por intermédio da ferramenta de busca Google com a temática-chave “Imigração Haitiana para Porto Velho”.

Dessa maneira, foi possível observar a construção das lugaridades haitianas em Porto Velho, por intermédio do universo midiático tecnológico, mais especificamente a internet e o site de busca *Google*, como sendo, concepções contextualizadas de estigmas negativos, preconceituosas, tendo em vista, que conforme afirma Said “o poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas, é muito importante para cultura e o imperialismo” (SAID, 2011, p. 11). Consequentemente, as práticas discursivas vivenciam momentos de disputas hegemônicas diariamente, sendo possível identificar o caráter marginal das questões migratórias estrangeiras ao longo dos fins do século XIX e início do século XX e ressignificando sua característica legitimadora no atual século XXI, no caso em tela da Imigração Haitiana para Porto Velho alinhada aos moldes da sociedade da informação.

Portanto, os resultados apontam para lugaridades voltadas à miséria, ilegalidade e preconceito, tendo como representações sociais o sentido de que o imigrante é um “invasor”, indivíduos que “devastaram o próprio país”, associação da cor negra à escravidão e a trabalhos menos qualificados e estereotipados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Januário do; SILVA, Adnilson de Almeida; LEANDRO, Ederson Lauri. Migração e colonização na Amazônia brasileira: notas para um debate. In: OLIVEIRA, Valéria de; LEANDRO, Ederson Lauri; AMARAL,

José Januário do (Org). **Migração: múltiplos olhares**. São Carlos: Pedro & João Editores/ EDUFRO,UNIR, 2011. p. 13-35.

BATISTA, Roberta Rangel. BONOMO, Mariana. Representações sociais de imigração e imigrantes em mídia espanhola, italiana e portuguesa. **Quaderns de Psicologia**, 2017, Vol. 19, No 3, 211-227

BOSSÉ, M. L. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Z., CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural: Uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa no 97, de 12 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Brasília: CNIg, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representação**. Editora: Difel, 1988.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. **Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho**. <http://lnx.scalabriniane.org/smr/wp-content/uploads/2012/09/ARTIGO-HAITIANOS-EM-PORTO-VELHO-MAIO-2012.pdf>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

COUTO, Kátia Cilene do. **Os desafios da sociedade cubana frente à imigração antilhana**. (1902-1933). Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

CRESPO, Isabel Merlo. **Um estudo sobre o comportamento de busca e uso de informação de pesquisadores das áreas de biologia molecular e biotecnologia: impactos do periódico científico eletrônico**. 2005. 119 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DADALTO, Maria Cristina. **A Representação Social Sobre A Imigração Na Mídia Brasileira – Mapeamento e análise dos discursos comunicacionais**. S.D. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/dadalto-maria-representacao-social-sobre-imigracao-na-midia.pdf> Acesso em 20 de fev. de 2018.

DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FERNANDES, Duval (Coord.). **Projeto “Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral”**. Belo Horizonte: MTE, IOM, PUC-Minas, GEDEP, 2014.

FERREIRA, Hugo. **Reminiscências da Madmarmrly e outras mais**. Porto Velho, s/ ed., 1969.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

HAITI. **Base de Dados**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Haiti>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

HAITIANOS criam ‘pequena Porto Príncipe’ nas ruas de Porto Velho. **Base de Dados**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/83537-haitianos-criam-pequena-porto-principe-nas-ruas-de-porto-velho.shtml>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a Multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2017.

HISTÓRIA. **Base de Dados**. Disponível em: <http://www.cooptripartite.icict.fiocruz.br/dialogos-com-o-haiti/o-haiti/historia>. Acesso em 21 de abr. 2013.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: MARANDOLLA JÚNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 281-304.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**. v. 10. n. 17, p.18-29, 2013.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LAURORE, Nahomie. **Representação social dos imigrantes haitianos na Folha de S. Paulo**. Florianópolis, 2013. Monografia – UFSC.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; DALL GALLO, Priscila Marchiorini. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 27, n. 2, jul./dez., 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982010000200010. Acesso em 01 de janeiro de 2019.

MARTES, Ana Cristina Braga. Velho tema, novos desafios: gestão pública da migração. **Cadernos Adenauer X** (2009) - Migração e políticas sociais, Rio de Janeiro, n. 1, ago. 2009.

MENDONÇA, G. C. **Sentidos Subjetivos de Moradores de Rua Frente ao Futuro**. Campinas, 2006. Dissertação (Mestrado) – PUC.

MILESI, Rosita. **Refugiados e Migrações Forçadas**: Uma reflexão aos 20 anos da Declaração de Cartagena. Instituto Migrações e Direitos Humanos (2005). Disponível em: http://www.migrante.org.br/refugiados_e_migracoesforçadas16jun05b.htm. Acesso em 02 de janeiro de 2019.

PORTO Velho Rondônia - RO. **Histórico**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/rondonia/portovelho.pdf>. Acesso em 06 de set. de 2020.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues.; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional**: Rondônia. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

PEREIRA, Rosa Martins Costa. **Bondye beni ou**: lugaridades com haitianos evangélicos. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Tese (Doutorado) – UFPR. Curitiba, 2016(b). Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43029>. Acesso em: 21 de mar. de 2018.

REFUGIADOS haitianos “invadem” Porto Velho-RO. <http://www.alvonoticias.com.br/Noticia.asp?Noticia=1513>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MARANDOLA JUNIOR, Eduardo; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 17-32.

ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. **Geografia Cultural**: Uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

RODRIGUES, Ana Vera; CRESPO Isabel. Fonte de Informação Eletrônica: O Papel do Bibliotecário de Bibliotecas Universitárias. **Base de Dados**. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/348/230>. Acesso em 21 de abr. de 2013.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SAMORA, Daniele Teresa. **UM RECORTE DO DISCURSO MUDIÁTICO SOBRE O PROCESSO DE IMIGRAÇÃO HAITIANA NA AMAZÔNIA: UMA ANÁLISE DAS REGULARIDADES DISCURSIVAS**. Porto Velho, 2015. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) UNIR.

SERRES, Carolina. Número de refugiados no Brasil triplica em 2013, Sírios representam 43%. **Agência Brasil**. Disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-08/numero-de-refugiados-no-brasil-triplica-em-2013-sirios-representam-43%>. Acesso em 02 de janeiro de 2019.

VARANDA, W., ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Rev. Saúde e Sociedade**. v. 13, n.1, p.56-69. 2004.

FACES DA MIGRAÇÃO ESLAVA NA ZONA DA MATA RONDONIENSE: A “ESLAVICIDADE DE INTERIOR” E A SOLIDÃO ÉTNICA

Janina Maria de Paula

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte da tese de doutorado *Nossa terra em outras terras: os descendentes de eslavos na Zona da Mata Rondoniense*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no nível de doutoramento e defendida no ano de 2017.

O estudo teve por objetivo compreender o modo de vida dos migrantes paranaenses descendentes de poloneses e de ucranianos e que no âmbito da pesquisa formaram uma unidade que denominamos “eslavos”, também buscou compreender os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização – TDR que atingem esse grupo étnico migrado em sua maioria de um único estado brasileiro e que não conseguiu construir, no território de destino, espaços comuns de vivência. Que fatores levam o grupo a manter-se em certa invisibilidade local, ao tempo em que manifestam o *habitus*¹ eslavo de forma mais reservada e restrita ao interior das famílias, razão pela qual estamos considerando parte de sua identidade cultural enquanto “eslavicidade de interior”.

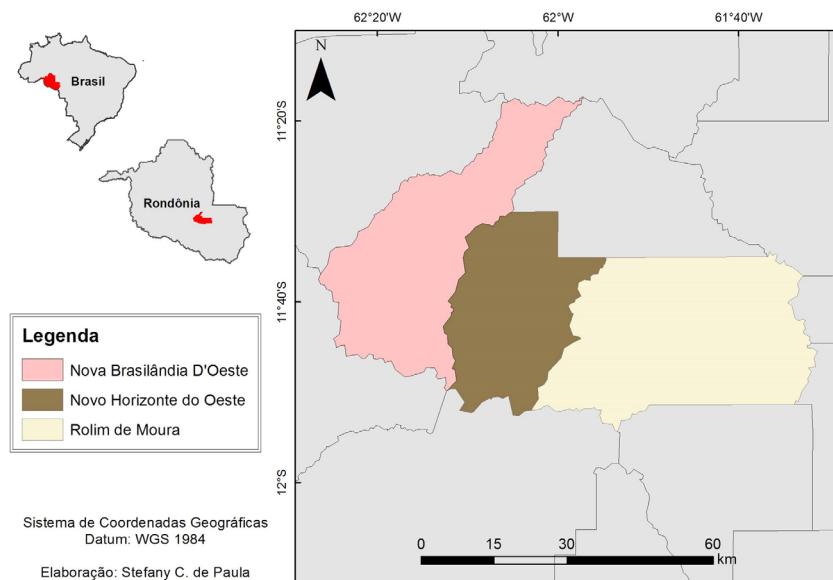
A área escolhida para o recorte geográfico da pesquisa municípios de Rolim de Moura, Novo Horizonte do Oeste e Nova Brasilândia componentes da Zona da Mata Rondoniense, conforme demonstra a figura 01.

Para compreendermos melhor a presença eslava na região, é necessário uma pequena análise sobre os processos de migração que contribuíram para a formação sociocultural do estado de Rondônia. Sob este ponto de vista, Rondônia pode ser concebida como colcha de retalhos, resultante das ações individuais do ato de migrar determinadas pelas ações institucionalizadas do Estado Brasileiro em garantia aos interesses do capital. Assim, em diferentes temporalidades históricas as populações nativas foram sendo colocadas em contato com populações migrantes, situações causadoras de inúmeros conflitos interétnicos com sensível aniquilamento dos grupos locais. Sucintamente podemos estabelecer

1 A noção de *habitus* aqui é sempre utilizada a partir dos conceitos de P. Bourdieu.

três momentos históricos considerados marcantes para a ocupação da região amazônica devido aos significativos contingentes populacionais para lá dirigidos.

FIGURA 1: Recorte geográfico dos municípios componentes da pesquisa.



Tratando-se especificamente do atual estado de Rondônia, seu primeiro momento como área receptora de imigrantes teve lugar em fins do século XIX e início do século XX ocasionado pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que deveria escoar a produção de látex dos vales dos rios Madeira e Guaporé, bem como da vizinha Bolívia. Para a construção da ferrovia foram arregimentados trabalhadores de diversas nacionalidades, além de brasileiros nordestinos atingidos pelo flagelo da seca. Na ocasião, os ingleses retiraram da Amazônia a *hevea brasiliensis* para cultivá-la sob forma de *plantation* na Malásia, provocando a decadência comercial da borracha amazônica (TEIXEIRA, 1998). Sem atrativos imediatos para o capital, as terras que hoje formam o estado de Rondônia, assim como toda a região amazônica caíram no esquecimento para o poder central do país.

O segundo momento ocorreu a partir da eclosão da II Guerra Mundial, quando a dominação japonesa sobre os seringais da Malásia colocou novamente a borracha brasileira no cenário mundial, principalmente como matéria prima para a indústria bélica. Momento em que o Governo Vargas criou os territórios nacionais e entre eles o Território Federal do Guaporé – atual Rondônia, sob a alegação estratégica de “ocupar e proteger” as fronteiras. Enviou para a Amazônia um enorme contingente de trabalhadores, notadamente homens cearenses solteiros que deveriam explorar o látex (TEIXEIRA, op. cit.), considerando sua participação indireta na guerra, ficaram conhecidos como os soldados da borracha, terminado o conflito a Amazônia foi novamente distanciada do poder central.

Os dois momentos citados acima se caracterizaram pela predominância de migrações originárias do Nordeste. Rondônia contou ainda com a chegada de migrantes de outros estados do Norte como do Pará e do Amazonas. Entretanto, com ocupação mais restrita à porção norte do estado gerada pelas rotas migratórias fluviais e que deram origem aos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim.

O terceiro momento apresentou características completamente distintas, a ocupação se deu como estratégia para resolução de sérios conflitos sociais que surgiam no Centro-Sul do país resultante de seu processo de industrialização, modernização agrícola e latifundiarização (OLIVEIRA, 2007; PAULINO, 2012). Aos pobres agricultores expulsos do campo, o então Território Federal de Rondônia se acenava como oportunidade única para continuarem vivendo na terra e mantendo seu modo de vida camponês.

A partir da década de 1970, Rondônia foi ocupada por levadas migratórias oriundas principalmente do estado de Paraná, que sozinho foi o responsável pelo envio de 36% de colonos (CUNHA e BAENINGER, 1999) aos projetos de colonização implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A abertura da rodovia BR-364 no início da década de 1980, ligando Cuiabá a Porto Velho intensificou sobremaneira a entrada desses migrantes em Rondônia.

Por esta mesma rodovia, acessaram a Zona da Mata Rondoniense, uma das regiões micro administrativas do estado de Rondônia, poucos grupos de nordestinos, grupos em quantidade significativa de capixabas e mineiros e uma imensa maioria de sulistas. Comum a todos eles foi o fato de terem vivido no Paraná, Mato Grosso do Sul ou Mato Grosso antes de atingirem Rondônia.

No deslocamento da fronteira agrícola que levou tais para a Zona da Mata Rondoniense, o projeto de colonização lá instalado atraiu também paranaenses

de origem eslava, notadamente descendentes de poloneses e de ucranianos. Trata-se de um grupo de origem camponesa que tem na relação com a terra e nas migrações os componentes de sua trajetória de vida.

Na relação com a terra sua ligação vem de tempos imemoriais; nas migrações, carregam um histórico iniciado pela diáspora de seus antepassados ao Brasil nos anos finais do século XIX. Muitas famílias do grupo pesquisado ao saírem de suas colônias de origem migraram para outros municípios do oeste paranaense, entraram no Mato Grosso do Sul ou cidades do Paraguai nas imediações da fronteira, retornaram ao Brasil, dirigindo-se ou para o Mato Grosso ou para outros projetos de colonização em Rondônia antes de se fixarem na Zona da Mata Rondoniense. São trajetórias de vida que evidenciam as “andanças” do grupo em busca de terra e trabalho.

O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Alguns motivos nos levaram a pesquisar o tema e aqui elencamos dois deles: i) a possibilidade de compreender melhor como vivem os povos transplantados para a Amazônia, a partir das políticas migratórias desenvolvidas pelo Governo Brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 e que em Rondônia foram implementadas através dos projetos de colonização administrados pelo INCRA, que mudanças estes povos produziram em seus modos de vida para adaptarem-se ao ambiente amazônico? ii) questões de ordem pessoal: de um lado nossa própria história de vida – paranaense, descendente de ucranianos por linhagem materna, migrada a Rondônia no início da década de 1990; de outro nossa trajetória profissional – professora da rede pública, por certo período vivemos a experiência de trabalhar com formação de professores indígenas. O contato com estes professores, imbuídos na tarefa pedagógica de valorizar suas culturas próprias, manter ou revitalizar suas línguas maternas, nos despertou o desejo de compreender melhor as nossas próprias raízes.

Em 2014 iniciamos as pesquisas de campo que abrangeu 62 entrevistados moradores tanto da zona rural quanto urbana dos três municípios acima mencionados. O universo de entrevistados se compôs por 36 descendentes de poloneses, 20 descendentes de ucranianos, 04 descendentes ucraniano-poloneses e 02 casais sendo eles descendentes de poloneses, elas de ucranianos.

Ainda que na área do recorte geográfico da pesquisa os interlocutores formem um núcleo de descendentes (TEIXEIRA, 1999), eles não formam uma comunidade

étnica organizada que manifeste localmente sua identidade cultural. Espalham-se pelos bairros urbanos e pelas linhas vicinais na zona rural da área pesquisada. Não se conhecem, poucos sabem uns da existência dos outros. Essa constatação, logo no início dos trabalhos de campo, nos levou a mesclar duas técnicas de pesquisa: a história oral, associada à aplicação de formulário semiaberto.

Optamos pela utilização da história oral, enquanto técnica, pautada nos conceitos de J. C.S. Meihy (2005), por acreditarmos que ela permite aos movimentos de minorias culturais encontrarem aí espaço para abrigar suas palavras, dando sentido social às experiências vividas sob as mais diferentes circunstâncias.

Em observação ao referencial teórico que analisa o uso da história oral em pesquisas, consideramos que os argumentos de M. Pollak (1989, p. 03) “ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressalta a importância de minorias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória oficial” provocam uma correlação direta com os migrantes descendentes de eslavos que vivem em Rondônia. Trata-se de uma população invisível à sociedade local/regional e que juntamente com alguns outros seguimentos da sociedade rondoniense, são manejadas pelos interesses do Governo Brasileiro ao longo da construção da história nacional.

Para a utilização da história oral, trabalhamos com entrevistas de 06 colaboradores que no processo de construção da rede de pesquisados mostravam maior potencial narrativo. Os demais interlocutores colaboraram através de entrevistas com formulários. Assim, a junção de técnicas nos permitiu partilhar o respeito pela fala do participante e sua visão de mundo com a verificação do contexto de vida do grupo analisado, resultante da aplicação de formulários organizados com questões fechadas e abertas.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ESLAVA NA ZONA DA MATA RONDONIENSE

É inerente ao homem desenvolver relações afetivas com o local de vivência e moradia. Quando os descendentes de eslavos foram desterritorializados² no Paraná, iniciaram a busca de uma nova terra, na qual a permanência de seus modos de vida e suas identidades culturais pudessem ser assegurados.

² As considerações sobre o processo TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) utilizadas neste artigo estão sempre pautadas no arcabouço teórico dos geógrafos R. Haesbaert (2006; 2012) e M. A. Saquet (2013; 2015).

No processo de desterritorialização ou de perda do território provocada pelas migrações marca definitivamente o indivíduo que manifestará sentimentos de saudade, embora a vivência em novo lugar possa reterritorializá-lo gradual e parcialmente. A construção do território sob os signos da perda e da conquista pode ser constante e/ou ocorrer diversas vezes, isto é, em diversos lugares a depender das trajetórias migratórias vividas pelo indivíduo ou grupo, pois “a reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI, 2005, p. 388).

Para um grupo de migrados construir novas territorialidades, desenvolver sentimentos de pertença ao lugar são partes intrínsecas do processo de conhecer o novo ambiente, e, gradativamente adaptar-se a ele até torná-lo integrado e integrante de seu modo de vida. Todas as adaptações, ambientais, sociais ou materiais se dão com certas dificuldades, e como nos adverte M. Santos não é processo fácil, pois

[...] os migrantes trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criados em função de outro meio, e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento [...]. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo de memória (SANTOS, 2006, p. 328).

Frente a tal embate, o *habitus* também será atingido pelo processo de reterritorialização e tende a modificar-se, pois, “as condições diferentes de existência produzem *habitus* diferentes” (BOURDIEU, 2007, p. 164). Nestas conjunturas, *habitus* e identidades culturais se reconfiguram, práticas sociais se ressignificam em um mesmo tempo e sob os mesmos processos (des)reterritorializantes. Simultaneamente, parte das manifestações identitárias e do *habitus* apresentam caráter de resistência, isto é, mantêm características anteriormente herdadas e adquiridas de antigos territórios de vivência.

Isto pode ser observado no quadro 01, onde os entrevistados identificam em suas práticas cotidianas e de suas famílias algumas heranças étnico-culturais.

QUADRO 1: Heranças étnico-culturais mantidas e identificadas pelos descendentes de escravos da ZMR.

Conjunto de respostas	Zona Rural		Zona Urbana	
	V. a.	%	V. a.	%
Continuidade nos hábitos alimentares	-	-	02	4,7
Forma de arrumação da casa	-	-	03	7,1
Manutenção da religiosidade	03	15,0	05	11,9
Encontro da família nas datas de Natal e Páscoa	02	10,0	05	11,9
Organização da casa (decoreação) e do quintal para o Natal, ano Novo e Páscoa	02	10,0	03	7,1
Guardar os dias santos e jejuar durante o período da quaresma	03	15,0	04	9,5
Pedido de bênçãos aos membros mais velhos da família (avós, pais, tios e padrinhos), respeito aos mais velhos	02	10,0	03	7,1
Contar histórias de família e relembrar o passado	02	10,0	02	4,7
Conserto de objetos com sua reciclagem (otimização de uso)	-	-	01	2,3
A reunião da família para as refeições	-	-	01	2,3
Praticar sempre os bons hábitos (pagas as contas em dia)	-	-	01	2,3
Autossuficiência da unidade familiar (casa, propriedade) “fazer em casa”	1	5,0	01	2,3
Não identifica mudança Não soube responder	09	45,0	26	61,9

* Os valores percentuais ultrapassam 100/ porque os entrevistados identificaram a manutenção de mais de 1 herança étnico-cultural da família.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Observamos que as identificações de heranças étnico-culturais mais citadas estão majoritariamente relacionadas ao mundo da religiosidade, quer sejam de comportamento social como o jejum quaresmal, o pedido de bênçãos aos mais velhos, quer de organização estrutural para que as práticas religiosas possam ter continuidade como a organização da casa e da propriedade para as festas de Natal e Páscoa, pois todo o arcabouço de concepções e cosmovisão levado pelos migrantes, como a religião, organização do espaço ou valores culturais fazem parte da composição ou construção das novas territorialidades.

Se há resistências e manutenção de antigos hábitos, há também suas adequações ao novo local de moradia. Apesar da difícil adaptação, um bom exemplo a ser citado é o clima amazônico, apontado por 76% dos entrevistados como condição positiva para se viver na região, frequentemente foi seguido por

comentários desabonadores sobre os rigores do frio paranaense. O comentário de um entrevistado evidencia claramente esse processo de adaptação ao ambiente local e que pode ser compreendido como a fase final do processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização - TDR.

Rondônia é uma terra abençoada, aqui só tem duas estações: ou seca ou águas. No tempo das águas a gente planta o que tiver que plantar, colhe e não perde nada, no tempo da seca faz o que tiver que fazer preparando pras águas. Então não tem perigo de perder nada. Olha como o pasto tá bonito mesmo com a seca! É que eu aprendi a conhecer o clima da região, esse pedaço de pasto eu já deixo pra seca. Sempre mudo o gado de um pasto pra outro, de manhã numa parte e a tarde na outra. Assim não judia do pasto, nem do gado. (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 11/06/2014).

Outros elementos da cultura e *habitus* eslavos que incorporam-se no espaço geográfico local, tornando-se integrantes da identidade regional estão na própria estruturação da paisagem local, como o modelo arquitetônico das casas e construções rurais, a organização de quintais, hortas e jardins. As ações e comportamentos como a manutenção da culinária típica, o grau de importância dedicado à mesa farta, ao trabalho, na manutenção de profissões tradicionais, como ilustra o fragmento de fala de um de nossos entrevistados sobre o seu ofício metalúrgico: *além da agricultura, a metalurgia é um dos trabalhos tradicionais do homem polonês e eu sigo essa profissão que vem passando de pai pra filho na minha família* (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 10/12/2014).

Todos os exemplos acima, tratam-se pois, de processos produzidos por relações multiescalares, como bem sintetiza M. Saquet

[...] a TDR ocorre no tempo histórico e é substantivada, concomitantemente, por relações multiescalares, no mesmo ou em diferentes lugares. [...] este processo histórico é simultâneo e relacional, no qual se perde e se constrói identidade simultaneamente. [...] os elementos principais da territorialização também estão presentes na desterritorialização: há perda, mas há reconstrução da identidade; mudanças nas relações de poder, de vizinhança, de amigos, de novas relações sociais, de elementos culturais, que são reterritorializados (SAQUET, 2015. p. 63).

É mesmo um processo relacional, sendo desterritorializante abriga a manifestação de antigos e novos *habitus* e, portanto, antigas e novas formas de composição do novo território. Sob estas nuances de análises acerca da interferência e consequência dos processos (des)reterritorializantes para a construção das identidades culturais é preciso refletir então, sobre o que significa

ser eslavo em Rondônia? Tal reflexão, por sua vez, nos direciona a outro questionamento, é possível afirmar que há uma identidade eslava contida na identidade regional da Zona da Mata Rondoniense?

Não temos a pretensão de apresentar respostas conclusivas, em virtude do curto espaço de tempo que se deu chegada dos descendentes eslavos na região e considerando as colocações de Bauman (2005) sobre o contínuo processo de (re) construção que forjam identidades, elas são muito frágeis, inconclusas e de condição eternamente provisória. Em sua provisoriidade possuem natureza intrinsecamente híbrida, principalmente as identidades diaspóricas (SOVIK, 2011, p. 15).

Utilizando o argumento de L. Sovik (op. cit.) de forma mais generalizada, é possível afirmar que o grupo de nossos entrevistados tanto compreende a si próprio, quanto pode ser compreendido, identitariamente, como descendente de eslavos, camponês³ e rondoniense, o que lhe confere uma identidade regional facetada, formada por características agregadas ao longo de sua história de vida.

Compreender aqui, os colaboradores da pesquisa sob a ótica da identidade étnica ou da etnicidade não nos levaria à aproximação do real. Sua interação com a sociedade local se dá sem qualquer referência a essa identidade étnica. Não significa, entretanto, concluir que o grupo pesquisado não tenha conscientização de seu pertencimento étnico.

Desconsiderando a referência étnica, a interação do grupo pesquisado com a sociedade local revela sinais de relação consolidada. Contudo, é interação permeada por características multiformes e que vão desde o considerar-se totalmente rondoniense até o estabelecimento de marcada distinção entre sua família, o grupo de amigos migrados do Sul e o grupo que compreendem como população local, condição que provoca alguns atritos de sociabilidade.

Quando questionados sobre a sua relação com o local de moradia, 69,5 % dos entrevistados afirmam que suas famílias estão completamente adaptadas em Rondônia e ao município em que vivem, enquanto 22,5% alegam estar parcialmente adaptados e somente 8% asseguram que suas famílias não se adaptaram à região. Vem dos dois últimos grupos (30,5%) a marca de distinção entre si e parte da sociedade local⁴.

3 Neste texto, não discutiremos a face de sua identidade camponesa.

4 Alem da presença dos sulinos, a sociedade local é eminentemente composta por migrantes de Minas Gerais e Espírito Santo, em maior parte, assim como pessoas de outros estados brasileiros que se estabeleceram na Zona da Mata Rondoniense pelo mesmo processo migratório. O contato com aquela que seria realmente a sociedade local, a indígena, é pequeno. Pois, no caso de Rondônia, a migração de grupos indígenas para as áreas urbanas ainda é pouco expressiva, ficando estas populações “confinadas” em suas terras indígenas.

Em estágios distintos, tanto o grupo majoritário (69,5%) que pode ser avaliado como portador de uma relação mais afetiva com o ambiente local ou mais reterritorializado, quanto o grupo minoritário (30,5%), que sugere maior intensidade para o sentimento de desterritorialização, caminham construindo uma identidade regional constituída por muitos fragmentos culturais. Seu modo de vida estruturado no *habitus* eslavo apresenta variados acréscimos sobrepostos no decorrer de um movimento diaspórico intergeracional.

É necessário termos em mente que a construção de um novo território local pelo grupo analisado não se dá sob as bases de um território político, econômico e cultural pré-existente constituído através da monopolização do território pelo capital. Trata-se de uma construção em andamento sob todos os seus aspectos materiais e imateriais, a partir da recente ocupação não indígena e não extrativista daquela região.

A área recorte geográfico da pesquisa fez parte do Projeto Integrado de Colonização – PIC Gy-Paraná e foi território imemorial de perambulação dos povos Tupari, Makurap, Kampé dentre outros que pouco antes da implantação do PIC foram reunidos e denominados Povos do Rio Branco na Terra Indígena de mesmo nome (GONÇALVES, 2011). Ao serem oficialmente confinado em uma terra indígena desocuparam as áreas adjacentes para serem exploradas pelo capital, logo, não houve assimilação das possíveis características culturais locais. Há, sim, um espaço [não sem tensões] marcado por diversas identidades regionais.

A “ESLAVICIDADE DE INTERIOR” E A SOLIDÃO ÉTNICA

As evidências de eslavicidade estão presentes na identidade regional do grupo envolvido na pesquisa e foram empiricamente comprovadas em campo. Contudo, é pertinente levar em conta seu caráter velado, vivenciado com maior ênfase no interior das famílias. É nesse ambiente que o *habitus* camponês eslavo toma corpo e revela faces peculiares dessa identidade cultural.

O que nos parece óbvio é o comportamento que sugere a vivência de uma “eslavicidade de interior” aqui compreendida a partir do entendimento de Hall (2011, p. 62) sobre algumas manifestações de minorias étnicas que “mantêm costumes e práticas sociais distintas na vida cotidiana, sobretudo nos contextos familiar e doméstico”.

Em nosso ponto de vista, o argumento de Hall se fortalece diante de alguns casos que supõe certa conduta de omissão do pertencimento étnico em espaços de relações sociais interétnicas. É comum, por exemplo, que as mulheres não deem

aos filhos os seus sobrenomes eslavos. Em situações onde lhes requeiram uma assinatura ou declaração do nome completo, o fazem suprimindo o sobrenome de solteira ou abreviando-o sob a alegação de que as pessoas não compreenderão sua grafia ou se espantarão com a dificuldade de pronúncia.

Uma situação de vivência de “eslavicidade de interior” que nos chamou a atenção foi o caso de uma entrevistada descendente de poloneses. Demonstra predicados contundentes da mulher eslava: mesmo vivendo na cidade, afirma-nos não ter perdido suas raízes camponesas, canta cantigas populares polonesas para os filhos, prepara alimentos da culinária polonesa, mantém uma diversificada horta caseira, utiliza elementos da cultura eslava na organização da casa, personifica o habitus das *matrioskas* ou *babuska*⁵ que trazem para si o cuidado de toda a família extensa.

Entretanto, a entrevistada compartilhou conosco um episódio de sua história de vida bastante curioso – por ocasião do registro civil de seu primogênito não deu a ele seu sobrenome, tomando certa idade o filho passou a questioná-la sobre o fato de não possuir o sobrenome materno. Ao engravidar pela segunda vez, seu primogênito lhe pediu que o bebê fosse registrado também com o sobrenome materno. O filho a comoveu de tal maneira que ela assim o fez, além de buscar judicialmente o acréscimo de seu sobrenome ao registro civil do filho mais velho. Segundo a entrevistada, o episódio serviu-lhe de incentivo à valorização de sua identidade étnica (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 26/08/2014).

Acreditamos que a timidez na manifestação da eslavicidade em espaços de convivência extrafamiliares seja resquício da condição histórica enfrentada pelos imigrantes eslavos e seus descendentes ainda no Paraná. Para a afirmativa, nos embasamos principalmente nos estudos sociológicos das relações entre negros e brancos no Brasil desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores liderados por Florestan Fernandes, o Paraná ficou sob a responsabilidade de Octávio Ianni que em Curitiba desenvolve as atividades de campo a partir 1955.

A pesquisa que tinha por objetivo comprovar o mito da democracia racial brasileira provocou “a inesperada descoberta de Otávio Ianni sobre preconceito contra descendentes de imigrantes poloneses em Curitiba⁶”. Ianni assim descreve o teor da diferenciação racial que pesa sobre o polonês na região de Curitiba

5 As *matrioskas* ou *babuskas* são bonecas tradicionais da cultura eslava, confeccionadas em madeira e ocas em seu interior para que abriguem as demais bonecas do conjunto quando somente a menor é maciça. Diversas lendas explicam a simbologia das bonecas, uma delas é exatamente a de representar o habitus da mulher camponesa eslava, mãe de extensa prole e que toma para si a responsabilidade de cuidar tanto dos filhos, quanto com dos membros mais velhos da família tronco.

6 Título do ensaio de Márcio Oliveira sobre o preconceito contra os poloneses e seus descendentes na cidade de Curitiba constatado pelas pesquisas do sociólogo Octavio Ianni. O ensaio foi publicado na Revista Sociedade e Estado – vol. 30 número 03 de 2015. Disponível em: www.scielo.br/scielo

[...] o polonês e muito de seus descendentes ainda não foram definidos como brasileiros pelo consenso social. [...] ainda o prendem ideologicamente a um suposto universo *polonês*, em que este é tido como: inclinado ao alcoolismo; exacerbadamente religioso; sempre loiro; dado preferencialmente aos trabalhos braçais; rude e, por conseguinte, intelectualmente inferiores. Dado ao acasalamento com negros. No contexto da ideologia racial dominante, o imigrado de primeira geração ou das gerações seguintes, desde que tomados socialmente como tal, não é nem *polonês*, nem brasileiro – é polaco, isto é uma categoria social à parte, inferior (IANNI, 1966 p. 54-55) (grifos originais).

No caso dos descendentes de ucranianos, estes foram também alvos do comportamento antipolonês presente em alguns dos municípios paranaenses. Um de nossos colaboradores nos confidenciou que em sua infância e adolescência vividas no município de Pitanga/PR, lhe causava sofrimento o fato de ser descendente de ucranianos. Pois era sempre considerado pelos colegas de escola como um “polaco bocó”, termo que remete ao estereótipo do homem polonês intelectualmente inferior. Segundo este informante, somente agora tem consciência de suas origens étnicas e tenta passá-las aos filhos (Pesquisa de campo, Rolim de Moura, 24/06/2014). O mal estar vivenciado por este descendente de ucranianos, não esteve centrado no fato de ter sido confundido com um descendente de polonês sem sê-lo, mas no estereótipo preconceituoso para com os descendentes eslavos construído em parte da sociedade paranaense.

O histórico de preconceitos direcionado aos eslavos pode ter desenvolvido em seus descendentes algumas atitudes que contribuem para sua invisibilidade na Zona da Mata Rondoniense. Neste caso, o espaço que se demonstraria como seguro seria apenas o interior das famílias, razão pela qual estamos considerando a característica observada localmente como “eslavicidade de interior”. Ela não se perde, não deixa de manifestar-se, contudo não se mostra à comunidade de acolhimento, seu espaço de manifestação se restringe ao interior das famílias.

Esta configuração comportamental pode ser compreendida como estratégia de sobrevivência e proteção do modo de vida estruturado no *habitus* eslavo. Contudo é um comportamento que provoca consequências, a “eslavicidade de interior” pode ser uma das principais responsáveis pelo sentimento de solidão étnica que manifestam os entrevistados, assim como impede formação de comunidade cultural local.

A noção de solidão étnica que aqui utilizamos se traduz como os sentimentos de tristeza e saudades do antigo grupo de convivência [cultural] e da terra natal ou do território de referência, considerado histórico, imaginário e subjetivo

(RAFFESTIN, 2003). Um sentimento de afastamento dos “seus”, guardadas as devidas proporções, similar à noção de banzo, manifestada pelos africanos escravizados no Brasil Colonial, portanto um sentimento desenvolvido em condições de diáspora.

No grupo pesquisado, a manifestação de solidão étnica parece ora justificar o pertencimento étnico, ora justificar o que consideram o afastamento do modo de vida estruturado no *habitus* eslavo. Vejamos alguns comentários:

Às vezes eu ainda tento falar um pouquinho de *ucraíno* com minha irmã, a Paraika. Mas, é muito difícil, lá já tem a nora dela, tem os filhos dela e a gente tem que ter opinião. Se tiver vergonha não fala. Às vezes a pessoa fala:

- Nós não vamos falar em *ucraíno* porque os caboclo pensam que nois tamo falando mal deles!

É onde se perde a língua, é desse jeito! Eu sinto hoje perder a origem da gente, eu fico triste, mas fazer o que? A vida é assim por diante! (Colaborador A, 2014)

A solidão étnica deste colaborador é revelada em sua tristeza por não ter mais espaços de fala, isto é, não ter mais com quem falar sua língua de origem étnica, sente-se um falante sem interlocutor. Em outros momentos de sua entrevista, a solidão evidencia-se ao revelar que não há mais como cantar em ucraniano, pois sozinho não se canta ou quando constata a ausência local da igreja católica de rito ucraniano. Somente suas orações continuam sendo feitas na língua de origem étnica⁷. O mesmo sentimento foi observado nas palavras de outro colaborador,

Hoje eu sou imigrante do Paraná pra cá, nesse sentido! Mas sendo imigrante o que posso segurar da tradição, eu seguro. Queria segurar mais, eu aqui fico afastado da família, de tudo. Não queria perder as tradições ucranianas que são muito bonitas, não tem outro país que tenha tradições igual ucraniano (Colaborador B, 2014).

A solidão do colaborador B é “de tudo” e que para ele se expressa no termo tradição, na íntegra de sua entrevista foi possível observá-la subscrita em diversos trechos de seus comentários.

Simultaneamente, em todas as famílias que colaboraram com a pesquisa tem havido negociações na construção de uma identidade regional desde o início

7 Os interlocutores descendentes de ucranianos de primeira e segunda geração continuam fazendo suas orações em língua de origem étnica, no entanto ainda o fazem no paleo eslavônico, a língua franca utilizada para as celebrações litúrgicas por todos os povos eslavos e que há aproximadamente 30 anos a Igreja Católica de rito Ucraniano não utiliza mais. Esta realidade local expressa a condição de isolamento dos descendentes, fator que justifica o sentimento de solidão étnica.

de sua chegada à região. Também já se sentem rondonienses, apropriam-se das vivências locais, ressignificam valores ou conceitos coletivos e pessoais

Grosso modo, todo o grupo pesquisado apresenta comportamento social inerente aos grupos impactados pelos processos de TDR configurados no interior dos movimentos migratórios, em outras palavras é a noção que A. Sayad (1988) desenvolve sobre os espaços de deslocamentos migratórios que não são somente físicos, mas também, sociais, econômicos, políticos e culturais. E que, acrescentamos, atinge cada indivíduo em temporalidades distintas.

No processo de reterritorialização conformado em temporalidades distintas, o “sentir-se rondoniense” é outra face identitária de nossos interlocutores resultante do desenvolvimento de relação afetiva com o lugar, que R. Nóbrega (2016, p 14) trata como “sentimento de pertencimento local compartilhado coletivamente”.

Sobre a manifestação das relações entre um grupo étnico e o lugar, seja este de origem ou de vivência, P. Little (2002, p 10) assegura que “ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado”, pois este é capaz de gerar manifestação de pertencimento, podendo então, ser reconhecido como território afetivo. Nele, ainda que conflituosamente, ocorrerá a reterritorialização, a readaptação de modos de vida que contribuem para a redefinição de identidades.

Advindos de processos diaspóricos responsáveis pelos movimentos (des) reterritorializantes, os migrantes paranaenses descendentes de poloneses e de ucranianos estão contribuindo com a formação de um novo território na Zona da Mata Rondoniense, organizando sobre ele rearranjos de identidades que possam lhes assegurar, de alguma forma, a manutenção, mesmo que parcial, do modo de vida estruturado no *habitus* camponês eslavo herdado através das gerações.

EM BUSCA DE CONCLUSÕES

Se considerarmos todos os processos migratórios que envolveram nossos colaboradores, migrando de sul ao norte pela faixa oeste do espaço brasileiro, abandonando e acumulando práticas de distintos universos culturais somos levados a crer e concluir que o grupo encontra-se em franco processo de transformação cultural e que suas próximas gerações pouco herdarão além de sobrenomes um tanto incomuns à população brasileira. Entretanto, se

considerarmos as manifestações culturais ainda existentes no interior das famílias, o modo de vida estruturado no *habitus* eslavo, nos será possível afirmar que há neste povo um forte movimento de resistência perpetuado no espaço e no tempo em seus quase 150 anos de histórias vividas sob a égide da migração.

Embora já transcorridos todo esse tempo, suas concepções sobre o mundo do trabalho, a religiosidade, a sociabilidade, o apego a terra e às atividades do campo conduzem a produção de seu espaço sociogeográfico e são características componentes do *habitus* que manifestam. Ele determina o modelo das relações sociais que envolvem o grupo de descendentes, sejam elas resultantes de sua inserção na sociedade ou de sua participação no mercado local, estão inseridos na modernidade, ora usufruem suas benesses, ora são excluídos delas.

Na Zona da Mata Rondoniense o grupo vai construindo a sua nova identidade regional, onde o *habitus* eslavo gera a particularidade que detectamos em seu comportamento a *eslavicidade de interior* – a vivência da cultura eslava mais restrita ao interior das famílias.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER R. (coord). **Redistribuição da população e meio ambiente**: São Paulo e Centro Oeste 4. Campinas, SP: UNICAMP, NEPO, 1999.

GATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

GONÇALVES, M. **Casa de escrever no papeo**: a escola Tuparí da Terra Indígena Rio Branco, Rondônia. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2011. (Dissertação de Mestrado).

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

LITTLE, P. E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: UNB, série Antropologia 322. Disponível em http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf. Acesso em 12/09/2013.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NOBREGA, R. S. **Entra na roda: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia.** Campinas: UNICAMP, 2016. (Tese de Doutorado – pdf)

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses.** São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1989. Disponível em www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43. (pdf), acesso23/11/2006.

RAFFESTIN, C. Immagini e identità territoriali. In: DEMATTEIS, G. e FERLAINO, F. **Il mondo e i luoghi: geografie delle identità e Del cambiamento.** Torino: IRES, 2003. p. 3-11.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, M. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudeste Paranaense. In: SPÓSITO M. E. B e WHITACHER, A. M. (org). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____. **Abordagens e concepções de territórios.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Edusp, 1998.

SOVIK, L. Para ler Stuart Hall. In. HALL, S. **Da diáspora:** identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TEIXEIRA, C. C. Visões da natureza: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: EDUC, 1999.

TEIXEIRA, M. D. et al. **História Regional:** Rondônia. Porto Velho: Ed. Rondoniana, 1998.

A MULHER HAITIANA EM PORTO VELHO, RONDÔNIA: IMIGRAÇÃO E GÊNERO

Roziane da Silva Jordão

Foto 1: Imigrantes haitianas e Roziane Jordão em Porto Velho, RO.



Fonte: Autor, 2016.

Por que escrever sobre a mobilidade de mulheres haitianas? O “eu pesquisador” como sujeito pós-colonial?

Ao refletir sobre o que me impulsiona à temática da mobilidade de mulheres haitianas em Porto Velho, percebo que minhas filiações teóricas e conceituais não são as únicas responsáveis pela escolha dessa temática. Sou neta de uma mulher negra, descendente de africanos, Izaltina dos Santos Jordão (*in memoriam*), e sei dos desafios enfrentados diariamente pelas mulheres negras brasileiras, porque sou participante deles. Nascer mulher em meio a uma cultura patriarcal, de base eminentemente machista, implica em ampliar os limites impostos. Nascer mulher e negra no seio de uma sociedade pós-colonial, cujo sistema de base foi escravocrata, é bastante desafiador. Foi pensando nos desafios diários dessas mulheres que comecei a questionar o quanto poderia ser difícil, no amplo sentido do termo, uma inserção socioeconômica e cultural das mulheres haitianas no

Brasil. Essas mulheres que não são portovelhenses de nascimento, mas estão em Porto Velho (ainda que de passagem) e já fazem parte da história da cidade.

Em um encontro com o professor Dr. e senegalês Alain Pascal Kaly, no I Seminário “Migração e Refúgio na região fronteira franco-brasileira” sediado pela UNIFAP, Universidade federal do Amapá, nos dias 05 e 06 de dezembro de 2016, fui questionada por ele (Alain) sobre o “lugar de onde falo” na pesquisa que empreendemos junto às mulheres migrantes haitianas em Porto Velho. Naquele dia, comecei a pensar mais sobre o assunto e refletir que ao falar sobre a inserção de mulheres haitianas negras no mercado de trabalho e nos cenários sociais e culturais da capital de Rondônia, estou em muitos aspectos investigando as minhas próprias dificuldades e desafios quanto a uma inserção plena nessa mesma sociedade. Como afirma Malinowski (1976, p. 134) “nosso objetivo final ainda é enriquecer e aprofundar nossa própria visão de mundo, compreender nossa própria natureza e refiná-la intelectual e artisticamente”. Para que “ao captar a visão essencial dos outros com reverência e verdadeira compreensão” possamos contribuir também para alargar nossa própria visão (MALINOWSKI, 1976, p. 374).

Eckert e Rocha (2008) afirmam que “a prática da etnografia no mundo pós-colonial desdobrou-se em importantes debates sobre o lugar do(a) antropólogo(a) e das ciências sociais no âmbito das lutas pelos direitos humanos e dos direitos sexuais” e conseqüentemente esta complexidade é decorrente da “interdependência que une hoje o ofício do(a) antropólogo(a) às formas de vida dos interlocutores”. Nesse sentido, falo de um lugar histórico e social destinado às minorias (KALY, 2011), isso, considerando que eu mesma, quando criança em companhia dos meus pais, tenho migrado de casa em casa e de bairro em bairro até que, aos doze anos de idade, nos situamos em terras ribeirinhas (às margens do Rio Madeira) em um assentamento rural pelo INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Nesse sentido, respondendo à pergunta de Alain Pascal Kaly, falo de “um lugar” de proximidade com as mulheres haitianas. E não é apenas a proximidade do gênero ou da cor da pele, falo de uma proximidade vivenciada em todas as tentativas que eu mesma fiz de inserção social e econômica na cidade de Porto Velho.

Com esse relato, registro a importância da minha trajetória de vida para a aproximação e partilha de experiências com as interlocutoras haitianas no campo de pesquisa.

O nosso maior e mais profundo intento era conseguir captar para este texto exatamente a leveza dos risos espontâneos das nossas interlocutoras haitianas quando comentavam sobre coisas agradáveis em momentos de descontração,

assim como a espontaneidade das respostas que elas usavam para falar de si e dos seus entes queridos, sem incorrerem no erro de rotulá-las e generalizá-las de acordo com um padrão universalmente pré-estabelecido.

INTRODUÇÃO

A partir de 2010, com o advento do abalo sísmico de alta magnitude ocorrido em Porto Príncipe, o Haiti ganha notoriedade entre as mídias televisivas internacionais e o tema da imigração de cidadãos haitianos para o Brasil recebe crescente atenção nas pesquisas. Desde então, uma grande quantidade de haitianos deixou o seu país de origem para residir no Brasil. Não significa, porém, que a chegada desses imigrantes ao Brasil foi motivada unicamente pelo terremoto. Os fatores mobilizadores são diversos, quais sejam, motivações econômicas, políticas, educacionais, culturais, estratégias geográficas e, sobretudo, sociais (HANDERSON, 2015, p. 49).

Os estudos já desenvolvidos sobre a temática da migração haitiana para o Brasil são unânimes em afirmar que esse fluxo migratório é predominantemente masculino, de forma que as mulheres imigrantes representam percentuais menores quando comparadas ao universo de imigrantes homens. Embora em menores quantidades que os homens, as mulheres são contabilizadas entre os imigrantes haitianos no Brasil e a presença delas tem sido notada e analisada pelos pesquisadores (ARAÚJO, 2016; MEJÍA, 2016).

Entretanto, há em Rondônia, no campo das pesquisas, uma lacuna considerável sobre a mobilidade de mulheres haitianas. Levando-se em conta, assim, a ausência de trabalhos relacionados à temática, realizamos um estudo da inserção socioeconômica de mulheres haitianas que migraram em direção ao estado de Rondônia, mais especificamente para a cidade de Porto Velho.

Nessa perspectiva, partimos das seguintes problemáticas: 1) por quais motivos as mulheres haitianas decidiram vir para Porto Velho? 2) qual o perfil socioeconômico e cultural das mulheres imigrantes haitianas em Porto Velho? 3) essas mulheres alcançaram inserção social em Porto Velho no que diz respeito às expectativas construídas por elas em torno do projeto migratório que estabeleceram para si mesmas? Quais os desafios encontrados e quais as consequências desses desafios para a execução do projeto migratório das haitianas na capital de Rondônia?

Quando falamos em inserção na sociedade, temos consciência de que ela é parcial no sentido de que não há uma inserção social plena das mulheres imigrantes do Haiti em Porto Velho. Há muitos aspectos sociais a serem considerados, tais como redes de amizades, grupos religiosos, associações políticas e partidárias, participação em atividades artístico-culturais, entre outros. E sabemos que, mesmo entre as mulheres que nasceram na cidade, não são todas que alcançam os diversos domínios e grupos sociais propostos. Nesse sentido, em nossa análise com relação aos desafios enfrentados pelas imigrantes, pautamos apenas os locais essenciais de sociabilidade, tais como família, mercado de trabalho, estudo e redes de compras.

Considerando a problemática apresentada, bem como a constatação de que há uma mobilidade humana característica dos cidadãos haitianos e uma crescente presença feminina nos cenários migratórios internacionais, traçamos um caminho de investigação, a saber, as imigrantes haitianas que residiam em Porto Velho durante a pesquisa são integrantes de um processo socioeconômico e cultural mais amplo da mobilidade de cidadãos haitianos no espaço social transnacional (SCHILLER; FOURON, 2000) ; a vinda dessas imigrantes para a cidade de Porto Velho, Rondônia, abrange uma dimensão coletiva, envolvida numa rede de familiares e amigos que investem na viagem das mulheres haitianas (HANDERSON, 2015; SCHILLER, 2000).

Diante do exposto, construímos duas hipóteses que conduzem a pesquisa que empreendemos: 1) o fluxo de mulheres imigrantes haitianas em Porto Velho é parte de um processo socioeconômico e cultural amplo da mobilidade de cidadãos haitianos para os diversos países do mundo; 2) os preconceitos étnicos e raciais da sociedade de acolhida para com as imigrantes e as ocorrências abusivas de poder que se estabelecem nas relações de gênero são desafios para o sucesso do projeto migratório das mulheres haitianas em Porto Velho.

Nossas hipóteses de trabalho foram cogitadas a partir da observação, feitas em campo desde o início de 2014 sobre a imigração de cidadãos haitianos para Porto Velho, essa fase de pesquisa possibilitou um contato inicial com os textos e teorias sobre a temática.

Assim, destacamos três eixos norteadores em nossas análises:

O transnacionalismo como uma categoria analítica para entender a migração internacional dos cidadãos haitianos (SCHILLER; BASCH; BLANC- SZANTON, 1992; SCHILLER; FOURON, 2000; CASTRO, 2006; COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015);

O estudo das relações sociais de gênero no contexto migratório para compreender os dinâmismos da migração feminina internacional (BANDEIRA; DUTRA, 2015; MEJIA, 2016; PERES, 2013; ROSA, 2007; SCOTT, 1989; STRARHERN, 2006); Os estudos pós-colonialistas que tratam a questão da cor da pele e da nacionalidade como fatores importantes da opressão que se verifica na relação colonizador x colonizado (FANON, 1968/ 2008; BHABHA, 1998; HALL, 1992; SPIVAK, 2010).

Por se tratar de um processo social recente a presença de mulheres haitianas, em grande quantidade, no Brasil, dispúnhamos de dados limitados para fazer uma análise do fluxo migratório de mulheres haitianas para Porto Velho com enfoque nas relações de gênero. Assim, dentre as muitas teorias e métodos válidos para a pesquisa, optamos por fazer um trabalho de campo, na perspectiva de obter dados empíricos sobre os quais embasaríamos as nossas análises.

Em nossa abordagem em campo, priorizamos o contato direto com as interlocutoras. Assim, pudemos conhecer dados históricos sobre o Haiti, ler algumas obras literárias haitianas, aprender a preparar algumas comidas típicas da culinária haitiana, conhecer pinturas de artistas plásticos haitianos, realizar ensaios musicais com músicos sinfônicos do Haiti, participar de eventos culturais em datas comemorativas para os haitianos e brasileiros, realizar visitas em domicílio, entre outras ações igualmente relevantes que favoreceram nossa abordagem etnográfica para com as mulheres imigrantes.

Esse texto contém parte dos resultados e análises realizadas em minha dissertação de mestrado. A dissertação surgiu a partir de uma pesquisa de campo etnográfica sob a orientação da Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba.

ENCONTROS SEMANAIS COM AS MULHERES HAITIANAS EM PORTO VELHO

Realizamos encontros semanais com as mulheres haitianas em Porto Velho. A proposta inicial fora realizar reuniões com o intuito de discutir assuntos que fossem do interesse das mulheres, com a finalidade de promover uma maior interação entre elas e, conseqüentemente, uma maior aproximação comunicativa entre pesquisadora e as imigrantes. Assim, ao final de cada encontro organizávamos uma espécie de eleição para a escolha do assunto principal do próximo encontro. Essa prática criou um espaço para que as imigrantes expusessem suas dúvidas mais relevantes sobre o funcionamento da sociedade de acolhida, Porto Velho.

Elas sugeriram que falássemos sobre como ir ao médico nos hospitais públicos, quais os documentos necessários para ingressar em cursos superiores, quais os locais públicos de lazer em Porto Velho, dentre outros, tais como oficina de pintura e receitas culinárias típicas do Haiti e do Brasil. Esses encontros foram bastante eficientes como troca de saberes.

O apoio recebido pelo grupo de pesquisa Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira, MIMCAB, foi imprescindível para execução e formalização do projeto. Desde a logística à metodologia. O encontro semanal com as mulheres haitianas foi um importante passo de aproximação entre nós e as imigrantes no campo de pesquisas. Esse procedimento favoreceu a posterior coleta de dados e informações pertinentes à dissertação.

Os encontros começaram a ser realizados em maio de 2016, na escola 21 de abril e desde o início produziram efeitos bastante positivos para a pesquisa, uma vez que as mulheres se sentiam, a cada reunião, mais confiantes em falar sobre suas histórias de vida.

O HAITI, PARA ALÉM DAS MÍDIAS TELEVISIVAS INTERNACIONAIS

A partir de 2010, com o advento do terremoto, o Haiti ganhou notoriedade na mídia internacional e passou a ser “conhecido” por muitas pessoas em vários países do ocidente. Entretanto, as notícias que foram veiculadas pela mídia televisiva nos dias que seguiram ao abalo sísmico estavam saturadas de sensacionalismo. Na sequência, o Haiti passou a ser exibido nos canais televisivos a partir do rótulo de “país mais pobre das Américas”.

A quase totalidade dos repórteres enfatizavam a dor, a fome e a miséria adjacentes ao terremoto, a partir de imagens selecionadas que conotavam um clima de desordem política, moral e social por parte dos cidadãos haitianos. Diante desse cenário, muitas entidades governamentais e não-governamentais se propuseram a enviar donativos (água, remédios, comidas) para o Haiti e faziam questão de registrar em suas câmeras as quantidades e os valores pagos pela ajuda humanitária.

E foi assim, estereotipado, rotulado e supostamente acolhido, que o Haiti passou a ser conhecido dos que sequer sabiam da sua existência no mapa. Da nossa parte, também fomos interpelados pelo apelo das reportagens e também lemos e ouvimos que o Haiti é um país “miseravelmente pobre”.

Ao afirmarem que o Haiti é “o país mais pobre das américas” as pessoas colocam em funcionamento um discurso sobre o Haiti que é similar ao discurso da mídia televisiva no pós-terremoto. O mesmo pode ser verificado em muitos outros trabalhos acadêmicos, como é o caso de Faria (2012, p. 16) que generaliza os imigrantes haitianos quando afirma que “essas pessoas, de forma geral, buscam melhores condições de vida longe de seu país de origem, que é o mais pobre do continente americano”. E, de acordo com a mesma autora (2012, p. 64) “os haitianos continuaram a sustentar o título de população mais pobre das Américas”.

Todavia, temos nos inquietado diante desses posicionamentos, não diante dos dados que apresentam a vulnerabilidade econômica em si, pois os autores mencionados utilizam como fundamentação os sentidos fornecidos por instituições idôneas, nossa crítica se justifica numa tentativa de não utilização dos estereótipos que foram construídos.

Foucault (1984) considera que vivemos em uma sociedade “que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm poderes específicos”. Nesse sentido, o autor (1984) afirma que “a produção de discursos “verdadeiros” (que mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente”. Considerando o caráter volátil desses discursos construídos em torno da produção midiática sobre o Haiti, não compreendemos que o subdesenvolvimento naquele país possa ser entendido como um “título” de “país mais pobre das américas” o que encontramos em muitos escritos acadêmicos.

Diante disso, adotamos como a válida a proposição sobre o estereótipo conforme elucida Bhabha (1969, p. 110) no sentido de que o estereótipo é um “modo de representação complexo, ambivalente e contraditório, ansioso na mesma proporção em que é afirmativo, exigindo não apenas que ampliemos nossos objetivos críticos e políticos, mas que mudemos o próprio objeto da análise.

Por esse olhar, o Haiti não é “miseravelmente pobre” como evidencia a mídia televisiva e os quantificadores institucionalizados, mas foi empobrecido ao longo dos anos (COTINGUIBA, 2014).

OS “PAPÉIS” ECONÔMICOS E SOCIAIS DA MULHER NO HAITI

Ao longo da história, com relação à importância política no cenário nacional, as mulheres haitianas obtiveram grandes conquistas. Até 1950 elas não possuíam o direito ao voto, foram declaradas legalmente incapazes até 1979 e apenas a partir de 1987 que as casadas adquiriram o direito de possuir propriedades. E,

embora estejam presentes nas narrativas populares sobre a formação do estado haitiano, as mulheres eram vistas como capazes de reproduzirem uma nação apenas em conjunto com os homens haitianos. Um exemplo disso é que até bem pouco tempo se uma cidadã haitiana se casasse com um homem estrangeiro, esta perdia a sua cidadania e os filhos decorrentes desse casamento não eram considerados, portanto, haitianos (SCHILLER, 2000, p. 119-122).

Ao longo do processo histórico da emancipação da mulher, as haitianas foram conquistando direitos e assumindo responsabilidades que dantes eram consideradas exclusivas dos homens. Hoje, as mulheres são donas de um espaço privilegiado na sociedade haitiana. Um espaço conquistado e mantido diariamente às custas de trabalho e dedicação tanto à família como à economia do país (SCHILLER, 2000). Elas movimentam financeiramente a casa, os filhos e o mercado. Algumas delas estão inseridas no comércio ambulante de frutas, legumes e demais utilidades alimentícias e não alimentícias.

Somadas às *madan saras* (vendedoras ambulantes) e às demais trabalhadoras locais, há aquelas que decidiram migrar para outros países. Elas enviam remessas resultantes de suas economias para ajudar no sustento dos familiares e amigos. Para Etienne, uma de nossas interlocutoras haitianas,

migrar é uma decisão que deve ser tomada com cautela porque nem sempre você pode levar seus filhos e isso é muito ruim, mas se você fica, você precisa de dinheiro para cuidar dele e eu estava desempregada no Haiti.

É possível observar, por esse comentário, o desafio vivido pelas mulheres que são mães no momento de deixar o país. Por um lado, a necessidade de estar fisicamente próximas dos filhos, por outro, a precisão de alimentá-los, pagar escola, comprar roupas e demais itens imprescindíveis. Ademais, como bem observam Joseph e Handerson (2015, p. 25) “no Haiti, o ato migratório é visto como um progresso social, isto é, um status no mundo social haitiano”.

Verificamos em nossa pesquisa que, embora algumas mães vivam longe dos filhos, a família é uma prioridade para as mulheres haitianas. E, mesmo distantes, essas “mães” enviam mensalmente o dinheiro resultante de suas economias para a família que permaneceu no Haiti. Essa ação parece “justificar” para elas (mães e famílias), de alguma forma, a decisão por estar longe.

A mulher haitiana é de suma importância para a educação familiar e acadêmica dos filhos e filhas. Embora o pai auxilie econômica e moralmente a mãe no processo de educação dos filhos, estes afirmaram (nos casos analisados

por nós) que suas mães são as principais motivadoras do sucesso que porventura alcançam com o projeto migratório.

Adeline, 23 anos de idade, fez o seguinte relato em língua portuguesa (e com bastante fluência vocabular).

Rozi, você sabe, eu ainda não consegui uma vaga para medicina aqui no Brasil, mas eu vim aqui para estudar/ Eu estava matriculada na faculdade no Haiti então minha mãe juntou todas as economias da família para eu estudar no Brasil/ Só que esse dinheiro só pagou as passagens e a instalação/ Eu fiz 3o Enem no ano passado (2014)/ Não consegui bom resultado/ Vou tentar, eu quero ser médica formada aqui. É o sonho da minha mãe para mim e é meu também. /.../ Eu chorei muito quando o resultado saiu/ Muito, porque eu deixei minha faculdade no Haiti e eu ainda não estou estudando aqui/ Você sabe, querida?

As mulheres que deixam o Haiti em busca de trabalho, encontram uma realidade frustrante com relação ao projeto migratório que elas haviam estabelecido para si mesmas, porque as oportunidades remuneradas surgem no campo dos trabalhos domésticos, tais como cuidadoras de crianças e idosos, lavadeiras e afins.

As imigrantes haitianas em Porto Velho, mesmo as que são qualificadas para o mercado de trabalho e possuem fluência vocabular em, pelo menos, mais de um idioma, vivenciam muitas situações onde são subestimadas profissionalmente. Sobre essa situação, Veronica, 18 anos, disse “ela escreveu que vaga queria, você sabe como a minha mãe é orgulhosa! Ela prefere não trabalhar para não cuidar das roupas de família/ sim, ela só vai se ele chama para sua profissão”.

No entanto, a mãe de Veronica não tem recursos suficientes para manter-se desempregada por muito tempo e o mais provável é que acabe submetendo-se a um trabalho diferente daquele que pretende. Os motivos pelos quais o empregador decidiu não a contratar não foram explicitados, porém após a análise do currículo deixado pela imigrante na empresa, o setor de contratação entra em contato com ela para oferecer trabalho como lavadeira de roupas, mesmo não sendo essa a vaga pretendida.

Ainda assim, com todas as incertezas e frustrações, a migração feminina é considerada como uma alternativa para o desemprego no Haiti. Cada vez mais, mulheres haitianas deixam o país natal em busca de trabalho no exterior.

A MIGRAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO PÓS-COLONIAL: INTERSECCIONALIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

As relações de poder que se estabelecem em torno das mulheres negras imigrantes são frutos da classificação de pessoas baseadas em gênero, cor e sexualidade. Isso significa uma hierarquização social. É preciso reconhecer que a análise da migração feminina ou masculina é atravessada não somente por fatores econômicos, étnicos, de geração, mas também, fundamentalmente, por gênero.

Na história das relações sociais de gênero a mulher sempre esteve rotulada e classificada socialmente a partir da sua sexualidade (STRARHERN, 2006). Nesse sentido, mulheres casadas assumem um status social que coloca a mulher separada do marido ou mãe solteira em posição de desvantagem moral aos olhos das pessoas que ainda não conseguiram se dissociar da cultura patriarcal, machista e sexista. Já para Marinucci (2007, p.7), gênero é uma “construção social”, condicionada pela história e também pela cultura de um povo.

Scott (1989, p. 06) afirma que “no seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres””. Segundo a autora, o gênero como categoria analítica tem, entre os autores, proposição de indicar “erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres””. Nesse sentido, utilizar gênero como um conceito para analisar a trajetória das mulheres é uma forma de incluí-las sem nomeá-las, o que, de acordo com a autora (1989, p. 06), “este uso do “gênero” é um aspecto que poderíamos chamar de procura de uma legitimidade acadêmica”.

E é a partir do gênero como construção social, tal como argumenta Marinucci (2007) e Scott (1989) que procuramos inscrever as mulheres imigrantes haitianas em nossas análises. E estamos em concordância com Scott (1989, p. 29) no sentido de que “o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunção com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça”.

O gênero, o status migratório, a origem social, a cor da pele, a prática (ou não prática) de uma determinada religião e a nacionalidade são algumas das inúmeras causas de discriminação. Na maioria dos casos tais causas podem estar sobrepostas numa mesma pessoa, fenômeno que nos estudos de gênero se denomina de “interseccionalidade” e que, sem dúvida, afeta particularmente a vida profissional das mulheres migrantes (DUTRA, 2013.1 p. 188).

Assim considerando, as mulheres imigrantes haitianas ocupam o centro das camadas sobrepostas da interseccionalidade, conforme exemplificamos no esquema abaixo (ver figura/esquema 1). Elas não são discriminadas, rotuladas e estereotipadas apenas por serem mulheres, ou por serem negras, ou porque são imigrantes oriundas de um país subdesenvolvido como é o Haiti, mas sim porque são elas mesmas a junção de todos esses determinantes. São negras, são mulheres e são imigrantes haitianas. Há que se considerar nas análises as dimensões de classe e raça dessas mulheres.

A migração de mulheres negras oriundas de um país com passado de escravidão humana, o Haiti, para outro país com similar histórico de escravidão, o Brasil, está em muito embutida nas reflexões colocadas nos estudos pós-coloniais. Assim, as ideias etnocêntricas abraçadas pelos líderes políticos dos países Brasil e Haiti no período colonial colocavam à margem da história as mulheres e as demais pessoas de peles negras. E é o eco das vozes dessas pessoas marginalizadas, dessas vozes fronteiriças que queremos captar nessa análise.

O aparente silêncio das mulheres é, na verdade, um silenciamento ante as opressões por classe social e cor da pele e gênero. É de suma importância perceber que a mulher migrante negra, no momento que atravessa as fronteiras políticas e geográficas de seu país em busca de novas possibilidades econômicas e/ou sociais, rompe também com uma gama de ideais colonialistas. Se antes essa mulher estava direcionada a viver confinada nos domínios patriarcais da família e do estado concordando com essa direção ou não, hoje, é possível uma tentativa (por vezes frustrada) de projetarem para si mesmas novos direcionamentos.

Quando falamos sobre uma tentativa de autonomia da mulher negra pós-colonial, temos consciência de que há muitas possibilidades de fracasso ou frustrações nessas trajetórias. E o fracasso e frustrações de que falamos não são oriundos da mulher, mas estão imbricados e enraizados no sistema capitalista da sociedade a qual essas mulheres pertencem e na sociedade para qual essas mulheres migram. Nesse sentido, particularidades físicas como cor da pele e sexo ganham proporções e estereótipos sociais que pesam sobre essas mulheres e escapam aos seus domínios.

No quesito raça (cor da pele) esbarramos em uma problemática que não é particular e exclusiva dos brasileiros, mas está presente no Brasil e no mundo pós-colonial, aumentando assim as possibilidades de fracasso e frustrações nos projetos migratórios das mulheres negras. Essa problemática, considerada e rotulada como racismo, é ignorada por uns e mascarada por outros em tal medida que em muitas ocorrências é considerada pelos cidadãos como “normal”, dada a proporção em que ocorre impunemente no meio social.

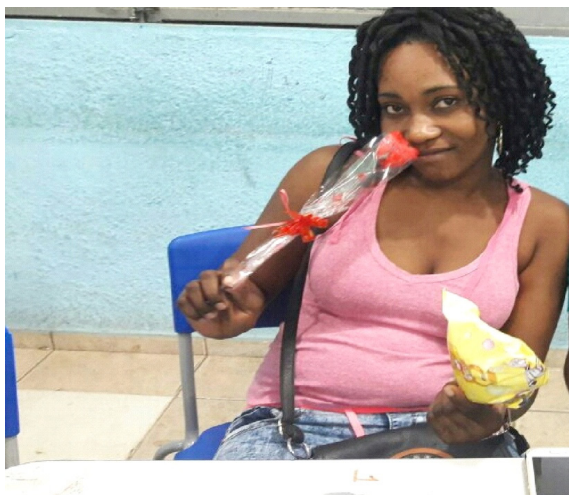
A esse respeito encontramos com Fanon (2008, p.169-170) uma reflexão plausível. De acordo com ele, “o problema negro não se limita ao dos negros que vivem entre os brancos, mas sim ao dos negros explorados, escravizados, humilhados por uma sociedade capitalista, colonialista, apenas acidentalmente branca”. Assim considerando, o que está em discussão não é unicamente a cor da pele, mas todo o processo histórico e social que foi construído ao longo da formação dos estados capitalistas. Tanto dos Estados originários das migrantes, quanto dos Estados de destino dessas mulheres.

Elas, mulheres haitianas em Porto Velho, atraem olhares e comentários maldosos. Sobre isso, Ketsia disse “ eu espera o ônibus e ouvi elas falar que essas haitiana vieram para trabalhar nos bares noturnos, porque a maioria tem jeito de prostituta. Ela fala perto de mim, porque acha que eu não entendi português”.

Sabemos que a mulher negra, migrante do Haiti vem de um contexto social fortemente marcado pelas ideologias sexuais de gênero e, ao chegarem no Brasil, se deparam com situações que em muitos aspectos sequenciam e dão continuidade ao que vivenciaram na sociedade haitiana.

MULHERES HAITIANAS EM PORTO VELHO, A CONQUISTA DE UM ESPAÇO

Foto 2: Mulher imigrante haitiana em Porto Velho faz pose para tirar foto com a rosa que recebeu da professora por ocasião do dia Internacional da mulher.



Fonte: Autora, março de 2016, Porto Velho, Rondônia. março de 2016, Porto Velho, Rondônia.

Até chegar ao destino, Porto Velho, as imigrantes que entrevistamos passaram por várias etapas de preparação para a viagem. Durante a estadia delas no país, sociedade de acolhida, são inúmeras as situações de adaptação pelas quais essas mulheres passam diariamente.

Sherley, que é solteira e acaba de completar dezoito anos, veio para Porto Velho desacompanhada dos pais. Ela nos contou parte de sua trajetória. Ela nasceu no Haiti e antes de completar cinco anos mudou com seus pais para a República Dominicana e depois para a Espanha. Após algum tempo, a família voltou para o Haiti e, recentemente, Sherley veio só para o Brasil com a esperança de se estabelecer em companhia de alguns amigos da família que haviam migrado para o Brasil no ano anterior (2014).

Sabe, Rozi, tem uma rivalidade entre los haitianos e os da República Dominicana. Eles não entendem que a gente estava defendendo eles, o governo estava protegendo eles, mas desde esse tempo tout eles tiveram inimigos do Haiti. Não foi fácil morar lá tout esses anos. As mulheres se acham mejores e pensam que as haitianas são de cabelos com tranças e são feias. Eu sou haitiana e cresci ouvindo isso, mas não vou falar sobre isso.

As relações entre os haitianos que moram na República Dominicana com os naturais do país são marcadas por ideologias políticas e partidárias ao longo dos anos. Há também que se pensar no quesito social e estético que obedecem a certas leis implícitas de comportamento. Embora existam casais que extrapolam essa máxima, há uma rejeição (muito mais social que física) dos homens da República Dominicana para com as mulheres haitianas no que diz respeito a oficialização do casamento (ROSA, 2007).

A trajetória de migração de Sherley e sua família é uma história de deslocamentos. Vir para o Brasil desacompanhada dos pais não se mostrou uma missão impossível para a jovem que já havia passado por outras experiências migratórias, inclusive na Espanha onde aprendeu a falar com fluência o espanhol.

Você elogia meu português. Eu tenho poco tempo aqui, mas como disse, morei na Espanha e aprendi o espanhol. Para mim, foi mais fácil aprender porque acho algumas palavras bem conhecidas. Os meus pais ficaram com medo. Eu estou confiante, vou encontrar um bom emprego e depois eu quero estudar na faculdade.

A trajetória de Sherley é similar em alguns aspectos às trajetórias de outras imigrantes que chegaram em Porto Velho. Dentre as mulheres que nos

concederam relatos, os países citados como lugares que moraram antes de vir para o Brasil foram Equador, República Dominicana, Guadalupe e França.

Embora tenhamos encontrado, com facilidade, trinta migrantes em Porto Velho para responder nossos questionários, os números indicam que as mulheres haitianas são minoria em Porto Velho quando relacionadas ao quantitativo de imigrantes homens. Os dados coletados por Cotinguiba e Pimentel (2015) confirmam que as imigrantes haitianas formam uma minoria feminina, comparada com a grande quantidade de imigrantes homens que já passaram por Porto Velho.

Reconhecemos que o quantitativo de mulheres imigrantes do Haiti em Porto Velho é inferior ao quantitativo de homens da mesma categoria. Todavia, ressaltamos que no cenário mundial os dados oficiais apontam uma crescente presença feminina entre os imigrantes internacionais (CASTRO, 2006; DUTRA, 2012, 2013a, 2013b; PATARRA, 2006; PERES, 2013).

Em nossa pesquisa com as imigrantes haitianas em Porto Velho, verificamos que, embora muitas delas estivessem desempregadas quando concederam entrevistas, com o dinheiro proveniente de seus trabalhos, as mulheres pagavam suas próprias despesas (tais como aluguel, comida, transporte, roupas), enviavam remessas em dinheiro resultantes de suas economias para o Haiti e cogitavam a ideia de poupar fundos monetários para investir em suas próprias formações acadêmicas.

Um dos principais projetos para Bianca é ver a filha, Laurent, formada em medicina por uma das faculdades brasileiras. Em uma tarde do dia 28 de junho de 2016, enquanto preparavam *confiture* de abacaxi, mãe e filha nos participaram um pouco de suas expectativas e relataram parte de suas trajetórias como imigrantes. O pai de Laurent vive na República Dominicana há alguns anos e Bianca migrou do Haiti para a Guiana Francesa e daí para o Brasil. Eles deixaram Laurent na companhia de parentes no Haiti e ambos enviavam dinheiro para que a filha pudesse se manter. Hoje Laurent já possui a maioridade e migrou para o Brasil a fim de cursar medicina. Como ainda não foi aprovada no vestibular (ENEM), Laurent se empregou como caixa em um supermercado e se dedica aos estudos nos dias de folga. Em setembro de 2016, Bianca migrou novamente, dessa vez em direção aos EUA e deixou a filha no Brasil. De acordo com ela, o salário em Porto Velho não era suficiente para manter a família no Haiti e pagar a faculdade da filha. “Você sabe, Santo Deus! Não posso deixar ela sem estudar. Vou fazer o que eu puder para que ela seja médica”. Diz Bianca ao falar sobre os motivos pelos quais decidiu migrar novamente.

As trajetórias de Bianca, da sua filha Laurent e de muitas outras migrantes que conhecemos em Porto Velho circulam pelos espaços sociais transnacionais haitianos, pois, estando em situação de diáspora no Brasil, Laurent reside e trabalha em Porto Velho, mantém uma relação de interdependência com a mãe nos EUA, o pai na República Dominicana e os demais amigos e familiares que ficaram no Haiti.

Cazarotto e Mejía (2017, p. 180) afirmam que “as haitianas não se inserem nos espaços sociais do país que as acolheu, nem procuram fazer amizades com brasileiras”. Nesse aspecto, as mulheres com as quais realizamos nossa pesquisa não se enquadram na afirmação das autoras. Isso se considerarmos como “espaços sociais” o local de trabalho, estabelecimentos comerciais, hospitais públicos, igrejas, escolas e afins.

Diferentemente de Cazarotto e Mejía (2017, p. 180) afirmamos que as imigrantes haitianas em Porto Velho estão acessíveis ao diálogo amistoso para com as brasileiras. Muitas situações que vivenciamos em campo com as interlocutoras haitianas demonstrava o interesse delas pela manutenção dos laços de amizades. Não foram poucas as vezes que recebemos ligações (via celular) das imigrantes com o intuito apenas de perguntar se estávamos bem, se nossa família estava bem e como havia sido o nosso dia de trabalho.

Outra observação importante sobre a disposição das imigrantes em se inserir nos espaços sociais é a participação delas no curso de língua portuguesa para imigrantes oferecido pelo grupo de pesquisas MIMCAB.

Todavia, concordamos com Cazarotto e Mejía (2017, p.180) no sentido de que “elas têm bastante dificuldade de inserção”. Entretanto, a dificuldade encontrada pelas imigrantes não é uma questão de indisposição dessas mulheres. As dificuldades residem no campo ideológico dos preconceitos étnicos e raciais da sociedade de acolhida para com as imigrantes, assim como a partir das ocorrências abusivas de poder que se estabelecem nas relações de gênero.

Em Porto Velho, as imigrantes do Haiti enfrentam situações de desconforto com relação à profissão, pois muitas delas não conseguem uma vaga no mercado de trabalho com profissão equivalente à profissão que exerciam no Haiti (JOSEPH, 2011, 2015). Nos encontros semanais que tivemos com as imigrantes, por exemplo, descobrimos que duas das participantes eram formadas em enfermagem no Haiti e aqui, no Brasil, estavam trabalhando em estabelecimentos comerciais por causa da burocracia necessária para a convalidação dos diplomas.

Dentre os desafios que se apresentam às imigrantes, está o preconceito étnico e racial, seja pessoalmente ou virtualmente. Nos encontros semanais que realizamos ouvimos narrativas de denúncia e resistência. Accoune, 20 anos, disse:

Quando abri o Messenger, vi que uma pessoa me dirigia várias ofensas sobre a cor da minha pele e o motivo de eu estar aqui /.../ ela me disse que o terremoto que ocorreu no Haiti é insignificante perto do que ela deseja que aconteça com os haitianos /.../, sei que eles se aproveitam do terremoto para sujar a imagem do Haiti, mas isso não, não me incomoda e não me machuca, porque já sei quem sou.

O assédio feito pelo internauta à mulher haitiana se configura, nas relações de poder, como reflexo de um sistema colonial. A esse respeito, Fanon (1968, p. 212) afirma que “por ser uma negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade, o colonialismo compele o povo dominado a se interrogar constantemente: Quem sou eu na realidade?”. Ainda que seja inadmissível e considerado crime virtual, essa prática de racismo inconsequente e xenofóbica é uma realidade que as imigrantes amargam. Enquanto pesquisadoras, orientamos que o caso fosse denunciado às autoridades competentes.

Um dos homens imigrantes do Haiti, o qual chamaremos aqui de forma fictícia pelo nome de Pierre, disse-me:

Professora, eu sei que você está fazendo um trabalho com as mulheres do meu país, quero que fale sobre mim para elas, eu preciso muito de uma mulher para sexo, porque a minha esposa ficou no Haiti e eu vou demorar muito para ir de novo para casa.

Após receber a mensagem de Pierre, eu o informei de que o trabalho que estávamos realizando com as imigrantes não era voltado para a temática de encontros sexuais entre parceiros e que eu não poderia ajudá-lo de forma alguma nesse assunto, porque tudo o que conversávamos com as mulheres nas rodas de conversas não poderia ser usado para outra finalidade que não fosse a pesquisa. Como resposta ele disse: “não se preocupa, professora, se ela veio sozinha para aqui, ela também está precisando de um homem”.

Eu disse para Pierre que poderíamos falar sobre o assunto ao fim da aula de língua portuguesa que eu ministraria para os imigrantes no próximo sábado. Conforme combinado, conversamos e eu soube que, para ele, era inadmissível ver que as mulheres de seu país estivessem sozinhas e desempregadas no Brasil.

Ele considerava muito descuido dos pais e irmãos dessas mulheres “permitirem” que elas saíssem de casa sem uma “companhia segura”.

Durante nossa pesquisa, conhecemos muitos outros homens imigrantes e Pierre foi o único que conversou abertamente sobre seu pensamento com relação às mulheres imigrantes haitianas que vieram para o Brasil desacompanhadas de cônjuges. O posicionamento de Pierre é fortemente marcado por ideologias patriarcais nas relações sociais de gênero, ele acredita que um homem imigrante desempregado não está tão vulnerável como está uma mulher nessas mesmas condições.

Em um dos encontros semanais, Adline comentou sobre um assalto de que foi vítima em Porto Velho quando retornava do trabalho ao final do expediente. Ela disse:

Foi muito desagradável, professora, eram dois homens em uma moto. Eles pararam e tomaram minha bolsa. Um deles disse que era para eu não ficar desfilando na rua que eu não era nem bonita e o outro disse “volta para a África”. Eu me senti muito humilhada, mas não pretendo voltar. Ele não manda em mim.

Adline não registrou boletim de ocorrência policial. Ela disse que tinha medo e vergonha de falar sobre isso com a polícia. “Minha bolsa não era valiosa e não tinha dinheiro, não vou falar de polícia, só falo para você porque você está me perguntando”, concluiu a vítima do assalto.

Embora tenha sentido humilhada diante dos assaltantes, Adline não sentiu confiança em ir até a delegacia de polícia. De acordo com ela os motivos aparentes para sentir-se assim eram “medo” e “vergonha”. Um medo capaz de silenciá-la frente a ocorrência criminosa, porque tudo nessa situação corroborava para que ela sentisse insegurança e inibição. Bhabha (1968, p. 39) considera que as vítimas da violência são também as vítimas de “medos projetados, ansiedades e dominações que não se originam dentro do oprimido e não as prenderão ao círculo da dor”

A mulher migrante pode subverter a satisfação perversa do olhar racista e machista que denegava sua presença, apresentando-a como uma ausência ansiosa, um contra-olhar que devolve o olhar discriminatório que nega sua diferença cultural e sexual (BHABHA, 1968, p. 80).

Stephanie vende batatas fritas e salgados em frente a um dos supermercados em uma avenida principal de Porto Velho. Ela falou conosco sobre o relacionamento amoroso que teve com um homem brasileiro.

Ele disse que queria que eu fosse morar na casa dele e eu decidi que seria bom tentar um novo namoro. Foi bom, nós trabalhar e eu podia guardar meu dinheiro, porque ele pagava as despesas da casa. Até que logo ele perdeu o emprego e começou a ficar muito mal. Ele bebia cerveja no bar todo dia. Nós briga e ele me feriu com uma faca...

Stephanie procurou auxílio na casa de uma amiga brasileira que também é professora. E assim, mesmo bastante abalada com a situação, resolveu seguir com o trabalho em busca de seus objetivos. No relato de Stephanie, é possível identificar a violência doméstica contra a mulher no seu aspecto mais brutal. O agressor chega ao ponto de feri-la com uma faca.

Esses relatos são apenas recortes da realidade, ressaltamos que a rotina das mulheres haitianas em Porto Velho não é padronizada e uniforme, daí a dificuldade em taxar uma constante que seja capaz de abranger a dimensão completa dos desafios enfrentados pelas imigrantes no processo de inserção na sociedade portovelhense.

Muitas mulheres ainda não estão contentes com a situação financeira atual. Sobre o desemprego, Ange Michele disse: “Ah! isso pleocupa bastante, mas não é poblema para mim, se eu não achar tbalho aqui, eu vou para o estasiní?”. Essa alusão aos EUA, na fala da informante, corrobora para uma confirmação das teorias sobre a migração de haitianos que têm verificado uma mobilidade humana bastante característica desse grupo (HANDERSON, 2015, p. 67; LOUIDOR, 2013; ROSA, 2006).

Há também aquelas que encontraram um trabalho satisfatório, como é o caso de Yolcie Samenta e de Laurent que disseram estarem muito felizes uma com o novo trabalho de auxiliar de cozinha em um restaurante que serve comidas típicas e a outra como caixa de um supermercado. Sabemos que encontrar um emprego é um dos muitos objetivos dessas imigrantes que deixaram parte da sua família no Haiti em prol de uma vida mais confortável economicamente.

Os depoimentos que ouvimos de nossas interlocutoras em campo denunciam o quanto a inserção nos diversos domínios da sociedade portovelhense pode ser desafiadora para as mulheres imigrantes. Todavia, reconhecemos que os episódios de assalto, assédio e violência doméstica narrados pelas imigrantes são também vividos pelas mulheres brasileiras. Nesse sentido, nossa constatação evidencia o quanto é precária as condições de sociabilidade no Brasil para as mulheres, sejam elas nacionais ou imigrantes.

É necessário esclarecer que essas mulheres que chegaram em Porto Velho não pertenciam todas às mesmas redes de relacionamentos sociais no Haiti.

Estamos falando de mulheres casadas, mulheres solteiras, escolarizadas e não escolarizadas, que moravam no campo ou na cidade, cristãs e não adeptas do cristianismo, mães e não mães, novas ou idosas. Enfim, a característica em comum entre todas é que são mulheres negras e de nacionalidade haitiana que migraram para Porto Velho. Destarte, não seria coerente fazer uma análise que tivesse o intuito de forjar uma constante entre as histórias migratórias dessas mulheres. Não há possibilidade de afirmar que os desafios são maiores ou menores para esta ou aquela, todavia estamos conscientes de que são histórias de vidas interdependentes e plurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo de mulheres haitianas que migraram em direção ao estado de Rondônia, Brasil, é fortemente atravessado por deslocamentos em momentos anteriores (CAZAROTTO e MEJÍA, 2017; COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015). Deslocamento aqui compreendido como a ação de mudar de um lugar para outro (BECHARA, 2011). Assim, grande parte das mulheres que chegam até Porto Velho já integraram outros fluxos migratórios. E mesmo aquelas que nunca haviam saído do Haiti já tinham experiência com projetos migratórios envolvendo a mobilidade de outras pessoas da família.

Entre as famílias haitianas existe a tradição de migrar para outros países, uma migração parcial, pois parte da família fica no Haiti enquanto um ou mais membros vão para o exterior (HANDERSON, 2015; ROSA 2006, 2007). Essa migração cultural (ver item 3.1) assimilada pelas pessoas no interior de suas famílias é reforçada também por motivos socioeconômicos como um meio de complementar a economia familiar e, sobretudo, a economia do próprio Haiti.

Nem todas as mulheres no Haiti possuem condições para migrar porque muitas delas não tiveram acesso a nenhum processo de escolarização e, portanto, tem menos oportunidades de integrar os fluxos migratórios (ROSA 2006, 2007). Todavia, isso não quer dizer que todas elas estão excluídas da mobilidade internacional haitiana (HANDERSON 2015). E, embora haja mais homens haitianos que mulheres haitianas em situação de diáspora, há aquelas que conseguem deixar o Haiti em busca de novas experiências migratórias.

Ao chegar em Porto Velho, essas mulheres carecem de um espaço na sociedade, no entanto, a sociedade de acolhida apresenta diversos desafios

às imigrantes haitianas. Tanto desafios de ordem prática e burocrática, tais como a comunicação em língua portuguesa e a obtenção de documentos necessários; quanto aqueles desafios que encontram suas origens no sistema colonial e patriarcal da sociedade de acolhida, tais como assédios moral e sexual, preconceitos e estigmas contra a cor da pele e a classe social das imigrantes.

Assim considerando, empenhou-se nesta dissertação, a partir do processo de inserção social das imigrantes haitianas na sociedade portovelhense, explorar os motivos pelos quais as mulheres haitianas decidiram vir para Porto Velho, bem como traçar um perfil socioeconômico e cultural das mulheres imigrantes haitianas em Porto Velho; e conhecer as expectativas construídas por elas em torno do projeto migratório que estabeleceram para si mesmas.

Para tanto, foi preciso ir a campo estabelecer contato com as mulheres imigrantes. Esse contato foi estabelecido a partir de uma pesquisa de campo com abordagem etnográfica (ver seção 2). Realizar esta pesquisa nos proporcionou uma maior familiaridade com as mulheres imigrantes haitianas em Porto Velho. Durante o período em que estivemos em campo (e também fora dele) foi possível perceber e vivenciar, em muitos aspectos, as dificuldades, as conquistas e os anseios das nossas interlocutoras. Elas têm dificuldades com relação a execução dos projetos migratórios que traçaram para si mesmas, muitas dificuldades, mas também conquistam diariamente a realização de objetivos pessoais e familiares.

A partir da abordagem que fizemos para responder nossas interrogativas iniciais, verificamos que há uma gama de outros questionamentos que devem ser levados em consideração no que tange à inserção social das mulheres haitianas em Porto Velho. Esses questionamentos de que falamos dizem respeito ao processo histórico e cultural da emancipação feminina, tanto no Brasil como no Haiti. Não seria possível tecer considerações sobre a inserção de mulheres haitianas na sociedade portovelhense sem que, antes, tomássemos conhecimento das trajetórias de mobilidade percorridas pelas mulheres negras de forma global.

A análise que propomos e realizamos ao longo deste texto embasa-se levando em conta as postulações teóricas do transnacionalismo, dos estudos pós-coloniais, bem como os estudos sobre as relações sociais de gênero (ver seção 1).

Da teoria da migração transnacional (SCHILLER; BASCH; BLANC-S ZANTON, 1992; SCHILLER; FOURON, 2000; CASTRO, 2006; COTINGUIBA, 2014; HANDERSON, 2015), extraímos conceitos para classificar os sujeitos da nossa pesquisa. Assim, verificamos que as mulheres haitianas em Porto Velho podem ser consideradas transmigrantes, pois mesmo estabelecidas no Brasil mantêm laços estritos e interdependentes com o Haiti, país de origem.

Dos estudos pós-coloniais (FANON, 1968/ 2008; BHABHA, 1998; HALL, 1992; SILVA, 2009; SPIVAK, 2010), buscamos identificar as identidades, alteridades, subalternidades e relações entre colonizador x colonizado que podem ser percebidas a partir da presença das mulheres haitianas em Porto Velho.

Dos estudos sobre as relações sociais de gênero (BANDEIRA; DUTRA, 2015; MEJIA, 2016; PERES, 2013; ROSA, 2007; SCOTT, 1989; STRARHERN, 2006), identificamos as ocorrências abusivas de poder que se estabelecem nas relações de gênero se configuram como desafios para o sucesso do projeto migratório das mulheres haitianas em Porto Velho.

Embora reconhecemos o sucesso da pesquisa e enfatizamos nossas contribuições para os estudos dos processos migratórios de mulheres haitianas a partir da comprovação das duas hipóteses que levantamos ao longo da dissertação, admitimos, de forma positiva, que não conseguimos traçar uma resposta uniforme para os nossos questionamentos. Não é possível responder de uma só vez tudo o que apreendemos. Embora tenhamos delimitado quem seriam os sujeitos da nossa pesquisa, os resultados nos dão conta de que esses sujeitos são plurais entre si. Não há uma afirmativa que seja constante entre todas as imigrantes.

As mulheres cujas trajetórias de mobilidade analisamos são sujeitos que vêm de uma inscrição histórica e social fortemente marcada por ideologias sociais de gênero e raça. Ao chegarem em Porto Velho, essas mulheres encontram um cenário também marcado por processos sociais e ideológicos em andamento que contribuem para uma maior dificuldade com relação à inserção socioeconômica delas. Embora de maneira, às vezes, muito sutis, as haitianas em Porto Velho são envoltas por barreiras provocadas pela atitude das pessoas e das instituições de poder que compõem a sociedade de acolhida. Essas atitudes se configuram, seja pela não aceitação declarada, ou pela não aceitação velada nos processos seletivos de entrevistas para emprego, nas filas de espera em bancos, estabelecimentos comerciais, hospitais públicos e demais pontos de sociabilidade. O que elucidamos ao longo da seção 4 desta dissertação denuncia as mais variadas formas de preconceitos a que foram submetidas as mulheres haitianas em Porto Velho, tanto nas relações afetivas quanto nas relações de trabalho.

Antes, procurávamos responder se as mulheres migrantes do Haiti se adaptaram às situações de comunicação em língua portuguesa e se foi possível para elas se inserirem no mercado de trabalho e demais locais de sociabilidade da capital de Rondônia. Agora, entendemos que, embora a quase totalidade

delas tenham se adaptado às situações de comunicação em língua portuguesa, a comunicação e a qualificação profissional (ver seção 4, item 4.1) não são suficientes para que as imigrantes se insiram no mercado de trabalho portovelhense. Uma prova disso é que apenas 4% dessas imigrantes estavam empregadas quando nos concederam entrevistas.

O desafio da comunicação linguística é apenas um dos entraves que, em muitos casos, já foi contornado. As próprias leis que regulamentam as instituições de ensino dificultam e, em algumas situações, impossibilitam a validação dos diplomas e certificados acadêmicos adquiridos pelas imigrantes em seu local de origem. Assim, se desejam atuar em sua área de interesse essas mulheres precisam percorrer novamente a jornada de formação na academia.

No caso das mulheres mais jovens que estão interessadas em conquistar uma vaga na universidade, as dificuldades de inserção também são muitas e, ao que se mostra pelos resultados obtidos, quase intransponíveis.

Embora, com todas as situações adversas, verificamos uma determinação pessoal que motiva essas mulheres em suas perspectivas e isso faz com que algumas delas obtenham êxito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades Migratórias Internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: **Migração internacional**/Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, 2013.

ALLES, Natália Ledur; COGO, Denise. MÍDIA E MIGRAÇÃO FEMININA (In) distinções entre trabalho sexual e tráfico de pessoas. In: Questões de gênero e sexualidade no universo das migrações transnacionais. V2.N2, Brasília: **Cadernos OBMigra**, 2016.

ARAÚJO, Adriano Alves de Aquino. Limitações e Estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: categorias de articulação/ Interseccionalidades. In: São Paulo: **Revista Agenda Social**, 2016. V.9 N.2, ISSN 19819862.

BANDEIRA, Lourdes Maria; DUTRA, Delia. Estudos de Gênero na América Latina: dinâmicas epistêmicas e emancipações plurais. In: Brasília: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 2015. V.9 N.2, ISSN 1984-1639.

BARBOSA, Lorena Salet. **Imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul**: uma etnografia de sua inserção no contexto sociocultural brasileiro. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Rio Grande do Sul: 2015.

BASTIA, T. **La reproducción de las desigualdades de género en origen y en destino**: un estudio transnacional a partir de las migraciones bolivianas, en Papeles del. CEIC, vol. 2014/2, n° 110, CEIC (Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva), Universidad del País Vasco. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1387/pceic.12982>.

BECHARA, Evanildo (organizador). **Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras**: língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BOROSKI, Marcia. Os estudos sobre a mulher e os fluxos migratórios nas pesquisas em Comunicação no Brasil. In: Universidade Estadual de Ponta Grossa: **IV Encontro Regional Sudeste de História da Mídia**, 2016. ISSN: 2238 4499.

BULAMAH, Rodrigo Charafeddine. O Lakou Haitiano e suas práticas: entre Mudanças e Permanências. In: Campinas: **Temáticas**, 2013. 21(42) v.2: 000-000, ago./dez.

CASTRO, J.Y.C. **Ahora las mujeres se mandan solas**: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo. Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CAZAROTTO, Rosmari Terezinha; MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no brasil. In: Rio Grande do Sul: **Repocs**,. 2017. V.14, n.27 jan/jun.

COHEN, R. **Global Diásporas - An Introduction**. London: UCL Press, 1999.

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios**. Dissertação de Mestrado,

apresentada ao Programa de Pós-graduação em História e Estudos Culturais da Universidade Federal de Rondônia – Unir/Porto Velho, 2014. Orientador Prof. Dr. Valdir Aparecido de Souza.

_____, Geraldo Castro e PIMENTEL, Marília. **Deslocamento populacional contemporâneo, língua e história**: uma contribuição para os estudos sobre a imigração haitiana para o Brasil. In: Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar. Salvador: Pontocom, 2015.

_____, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília; BAENINGER, Rosana. Haitianos na Amazônia- pessoas em trânsito para uma cidade em transformação socioespacial: um estudo de caso em Porto Velho. São Paulo: **XVII Enanpur**, 2017.

Da MATTA, Roberto. **Relativizando**: introdução à antropologia social. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUANY, Jorge. **Blurred borders**: transnational migration between the Hispanic Caribbean and the United States. Chapel Hill: Univ of North Carolina Press, 2011.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DUTRA, Delia. **Mulheres migrantes peruanas em Brasília**: o trabalho doméstico e a produção do espaço na cidade. Tese de Doutorado. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

_____, Delia. **Migração internacional e trabalho doméstico**. Mulheres peruanas em Brasília. Brasília: CSEM; Sorocaba, São Paulo: 2013a.

_____, Delia. Mulheres, migrantes, trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho. In: **Revista Inter**. Mobilidades. Humana, Brasília, Ano XXI, n. 40, p. 177-193, jan./jun. 2013b.

DUTRA, Delia; COGO, Denise; BADET, Maria (Orgs.). Questões de gênero e sexualidade no universo das migrações transnacionais. **Cadernos OBMigra**, V2.N2, Brasília, 2016.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.,1968.

FARIA, Andressa Virgínia de. **A Diáspora Haitiana para o Brasil: o novo fluxo migratório (2010-2012)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – Tratamento da Informação Espacial da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2012.

_____, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____, Michel. Não ao sexo rei. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo Focal na pesquisa em Ciências Sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça**. São Paulo: Annablume, 2007.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Dr. Federico Guillermo Neiburg.

_____, Joseph; JOSEPH, Rose-Myrle. As Relações de Gênero, de classe e de raça: mulheres migrantes haitianas na França e no Brasil. In: Brasília: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, 2015. V.9 N.2, ISSN 1984-1639.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1ª edição em 1992, 11ª edição em 2006. 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

HALL, S. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: SOVIK, L. (Org). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JACKSON, R. Foreword: locality, globality and popularization of a diasporic consciousness learning from the haitian case by Nina Glick Schiller. In: JACKSON, R. et. al. (Orgs.). **Geographies of the haitian diaspora**. New York: Routledge, 2011.

JORDÃO, Roziane da Silva. **Narrativas Oraís Populares dos imigrantes haitianos residentes em Porto Velho**: depoimentos que sobrevivem aos escombros. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Letras da Faculdade Metropolitana de Porto Velho, Porto Velho, 2015.

JOSEPH, Rose-Myrliè. L'eau et les femmes dans la division du travail: de la corvée à l'esclavage domestique. In: **Eau et féminismes**: petite histoire croisée de la domination des femmes et de la nature. Paris: La dispute, 2011, p. 167-189.

_____, Rose-Myrliè. **L'articulation des rapports sociaux de sexe, de classe et de race, dans la migration et le travail des femmes haitiennes**. Thèse de doctorat. Université Paris 7 et Université de Lausanne, 2015;

KALY, Alain Pascal. **O Ser Preto africano no « paraíso terrestre » brasileiro Um sociólogo senegalês no Brasil**. Rio de Janeiro: Lusotopie, 2001.

KING, Ananda Melo; SUTTER, Christina. **Vivendo sobre escombros**: qualidade de vida no Haiti pós-terremoto. Ceará: Salud & Sociedad. 2012. ISSN 0718-7475.

LAFARRIÈRE, Dany. **País sem chapéu**. Tradução e posfácio de Heloisa Moreira. São Paulo: Ed.34, 2011.

LEIRIS, Michel. **L'Afrique Fantôme**. Paris: Gallimard, 1934.

LOUDOR, Wooldy Edson. Uma história paradoxal. In. **Haiti por si**: a reconquista da independência roubada. Adriana Santiago (Org.). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

MARINUCCI, R. **Feminização das migrações?** Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/feminizacao_das_migracoes_roberto_marinucci2007.pdf> Acesso em: 13 set. 2016.

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria. Relato da experiência migratória de mulheres haitianas no sul do Brasil. **Simpósio 67**: Discursos, relatos y

memórias en torno del transnacionalismo, las migraciones y la etnicidad: 2016. Disponível em: <<http://www.ala.ia.unam.mx/memorias/simposios/ponenciasok/67/67.%Relato%20d%20experiencia%20migrat%03%B3ria%20de%20mulheres%20haitianas.%20Margarita%20Rosa%20Gaviria%20Mej%C3%ADa.pdf>> Acesso em 22/03/17.

NETTO, Waldemar Ferreira. **Tradição Oral e produção de narrativas**. São Paulo: Paulistana, 2008.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais**: teorias, políticas e movimentos sociais. São Paulo: Estudos Avançados, 2006. V. 20, n. 57, p. 7-24.

PERES, Roberta Guimarães. **Mulheres na fronteira**: imigração e gênero. In: Migração internacional / Rosana Baeninger (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp: 2013.

PIERRE-CHARLES, G. Haiti: a crise ininterrupta (1930-1975). In: CASANOVA, P. G. (Org.). **América Latina**: história de meio século. Brasília: Editora da UnB, 1990.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro; RIBEIRO, Ailton Artur da Silva. O crioulo haitiano e o seu reconhecimento político. In: **Universitas Relações Internacionais**. Brasília, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan/jun, 2016.

RIBEIRO, Ailton Artur da Silva. **Religiosidade e Identidade(s) na Diáspora**: por uma Etnografia entre Imigrantes Haitianos em Porto Velho. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia – Unir/Porto Velho, 2016. Orientadora Profa. Dra. Marília Lima Pimentel Cotinguiba.

RODRIGUES, L. C. B. **Francês, crioulo e vodou**: a relação entre língua e religião no Haiti. 2008. 209 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

ROSA, Renata de Melo. A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. In: Brasília: **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 29, 2006.

_____, Renata de Melo. Xenofobização da mulher negra migrante no processo de construção do feminino em emigração: a migração feminina

haitiana em Santo Domingo. In: **REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, n. 29, Brasília: 2007.

SANTANA, Márcio Antônio de. **Literatura e Construção da Comunidade Imaginada Haitiana uma Leitura de Jacques Stephen Alexis e Jacque Roumain (1915-1971)**. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Olga Cabrera Goiânia: Universidade Federal de Goiás Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2003. Tese (Mestrado em história).

SAMORA, Daniele T. **Um recorte do discurso midiático sobre a imigração haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas**. Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Rondônia, como requisito para a obtenção de Mestre em Letras. Porto Velho, RO, 2015.

SCHILLER, Nina Glick. Teorização feminista sobre nação e estado. Tradução Elizabeth Ramos. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 33, p. 113-142, jul./dez. 2000.

_____, Nina Glick; BASCH, Linda; BLANC-S ZANTON, Cristina. **Transnationalism: A New Analytic Framework for Understanding Migration**. Nova York: Annals New York Academy Of Sciences, 1992.

_____, Nina Glick; ÇAGAR, A. Introduction: migrants and cities. In: SCHILLER, N.C.; ÇAGAR, A. (Orgs.). **Locating Migration: rescalling cities and migrants..** Ithaca-New York-USA: Cornell University, 2011.

_____, Nina Glick; FOURON, Georges Eugene. “Laços de Sangue”: os fundamentos raciais do Estado-nação transnacional. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Graça (org.). **Identities**. São Paulo: Ucitec, 2000.

SCHMIDT, H. The United States Occupation of Haiti, 1915-1934. Nova Brunswick: Rutgers, 1995.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press, 1989. Tradução de Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Àvila;

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p.17-102.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1924. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Editora UFMG, Belo Horizonte: 2010.

STRARHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: temporalidades, experiência e narração**. 2ª ed. São Paulo: UPF, 2014. (Tradução de André Villalobos).

THOMAZ, Omar Ribeiro. **O terremoto no Haiti, O mundo dos brancos e o Lougawou**. Campinas: Novos estudos 86, 2010.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti**. São Paulo: Cadernos de campo, n. 20, 2011.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In. NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BARCELONA CABE EM JI-PARANÁ: DINHEIRO E AMIZADE NOS CIRCUITOS TRANSNACIONAIS DE MIGRAÇÃO

Renata da Silva Nobrega

Nas últimas décadas, a emigração internacional que parte de Rondônia tornou-se um elemento de relevância local, alcançando em maior ou menor intensidade os cinquenta e dois municípios do estado. O Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, situa Rondônia a segunda unidade da federação com maior proporção de emigrantes internacionais, com o equivalente a cerca de 0,5% de sua população residindo no exterior, quase o dobro da média nacional (0,26%). Em quase todos municípios rondonienses, as taxas de emigração internacional e de imigração internacional de retorno são superiores à média do país. Em lugares como Ouro Preto do Oeste e Vale do Paraíso, na região central do estado, este valor salta para quase sete vezes a média nacional.

No período coberto pelo Censo 2010 (2000 a 2010), estes deslocamentos dirigiram-se para mais de trinta países situados nos cinco continentes, concentrando-se principalmente na Europa, que acolheu 58,6% do total dos que foram para o exterior. Espanha (26%), Portugal (22%), Estados Unidos (21%) e Bolívia (12%) são os países de maior preferência entre os “*rondonienses ausentes*”², seguidos de Itália (2,7%), Reino Unido (2,3%) e Japão (2%). No sentido inverso,

- 1 O mais recente recenseamento populacional destaca-se por ter inserido no Questionário Básico, pela primeira vez, perguntas diretamente relacionadas à emigração internacional, como o sexo, o ano de nascimento, o ano de última partida para outro país e o país de residência, garantindo que fossem respondidas por todos os entrevistados (SILVA, 2015, p. 112).
- 2 Não se trata, necessariamente, do gentílico de Rondônia e sim de um sentimento de pertencimento local compartilhado coletivamente. O uso que faço aqui do termo “*rondoniense*” remete a uma expressão de Cowboy de Rondônia, um locutor berranteiro que conheci em Somerville, perto de Boston, nos Estados Unidos, durante pesquisa de campo realizada em outubro e novembro de 2012. Nascido no estado de Espírito Santo e criado em Rondônia, ele vivia nos Estados Unidos há mais de uma década, tendo antes morado em diferentes países da Europa. Desde 2006, ele promovia anualmente a festa “*Rondoniense Ausente*”, cujo público-alvo é a comunidade brasileira que vive na região metropolitana de Boston e se identifica com o repertório cultural sertanejo, bastante popular em Rondônia. Seguem as palavras de Cowboy: “Eu defendo Rondônia com unhas e dentes. Onde eu passo eu carrego Rondônia. Inclusive esse DVD que você está levando é o sexto Rondoniense Ausente que eu faço aqui nos Estados Unidos. Eu faço sempre junto com o Capixaba Ausente. Como eu nasci no Espírito Santo eu não posso desfazer do meu estado, mas tudo que eu sei fazer hoje eu aprendi em Rondônia. Em rodeio, essas coisas, eu aprendi em Rondônia. Eu carrego o nome de Rondônia, mas queira ou não queira eu sou capixaba. Nos meus documentos, tá como capixaba, mas a minha vida, a minha alma é de Rondônia. As pessoas que eu quero bem, a minha família... Tá tudo em Rondônia.” [Entrevista com Cowboy de Rondônia, em Somerville, em 17 de outubro de 2012]

Estados Unidos, Espanha, Portugal e Japão foram o ponto de partida de 66,6% dos imigrantes internacionais, sendo que quase 70% deles é composto por brasileiros, entre os quais, 30,6% são naturais de Rondônia., sinalizando a consistência dos movimentos de retorno ao Brasil, tendência que vem se acentuando desde a década de 1990, como decorrência direta da saída para outros países. De forma geral, estes deslocamentos podem ser descritos como predominantemente indocumentados e com origem em camadas populares e rural (KLUG, 2007; 2011; GIBSON, 2010; 2012; SILVA; FERNANDES, 2014; SILVA, 2015; NOBREGA, 2016).

A constituição destas redes migratórias internacionais pode ser explicada pela íntima e recíproca imbricação de três elementos centrais: 1) os laços historicamente estabelecidos com outros processos migratórios, sendo estes um aspecto marcante da formação do território rondoniense; 2) a ampla rede de agenciadores que fomenta e viabiliza os deslocamentos internacionais, em sua maior parte caracterizados pela falta de documentação, sendo enquadrados como “*clandestinos*” pelos Estados e suas polícias, alçados, portanto, à esfera da criminalidade; e por fim, 3) os sentidos atribuídos à saída do país, mobilizados pela disseminação de imaginários positivos sobre a migração (NOBREGA, 2016).

Neste artigo, a cidade de Ji-Paraná, em seu cotidiano de afetos, é a escala de análise para se discutir os novos contornos conferidos por processos econômicos transnacionais (SASSEN, 2010; BAENINGER, 2012). A reflexão é fruto da tese intitulada “*‘Entra na roda’: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia*”, defendida em 2016³ no âmbito do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob orientação do Professor Doutor Fernando Antônio Lourenço. A pesquisa buscou contribuir para a construção de um panorama dos deslocamentos para os chamados países “ricos”, elencando fatores que colaboraram para a consolidação das redes migratórias que partem de Rondônia para outros países, tendo em vista a incipiente produção acadêmica sobre esta temática. A metodologia pautou-se por pesquisa etnográfica realizada entre 2011 a 2015, com a realização de observação participante e entrevistas com moradores de Ji-Paraná e municípios próximos que retornaram do exterior, principalmente da Espanha, Portugal e Estados Unidos (EUA); com familiares de quem havia partido; e também com “*rondonienses*” residentes na região metropolitana de Boston, Massachusetts, tradicional reduto de brasileiros nos Estados Unidos.

3 A pesquisa de doutorado contou com apoio de bolsa CAPES e CNPQ, entre 2011 a 2015.

JI-PARANÁ

Dos três povos indígenas que tradicionalmente ocupavam o território sobre o qual o atual município de Ji-Paraná se estabeleceu, na região central de Rondônia, os Urupá e os Babakuei foram exterminados com a dinâmica estabelecida após os primeiros contatos interétnicos, no fim do século XIX. Resilientes, os Arara reconhecem, sob monumentos da cidade e em currais de fazendas, suas antigas malocas e cemitérios. É o caso do Museu das Comunicações, instalado no antigo posto telegráfico inaugurado pela missão de Marechal Rondon, em 1909, considerado um marco civilizatório na conquista dos sertões brasileiros e rondonienses (NOBREGA, 2008; SANTOS, 2015). No entorno do posto, próximo à balsa que fazia a travessia do rio Machado, ao longo das décadas de 40 e 50, organizou-se o núcleo de povoamento denominado Vila Rondônia (ou Vila de Rondônia), que reunia soldados da borracha, seringalistas, garimpeiros, mascates, pequenos e grandes comerciantes, costureiras, “práticos”⁴, boiadeiros, peões, prostitutas, professoras, missionários e aventureiros de toda sorte.

Para quem vivia distante da capital, acessível apenas por barco ou longas caminhadas até a reabertura da BR 364, sob a autoridade política de seringalistas, grandes garimpeiros e comerciantes e da Igreja, a chegada do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) (mais tarde renomeado como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA), em 1968, antecipada pelos conflitos desencadeados pela CALAMA, foi equivalente à chegada “definitiva” do Estado (PENNA; ROSA, 2015), que introduziu ali novas relações, confrontando a dominação tradicional até então vigente, configurando-a sob novos termos. Muitos são os relatos de que um “*bom conhecimento*” no INCRA poderia assegurar agilidade e destinação de terras melhores para quem não pretendia encarar a “*fila*”.

Os antigos moradores da Vila Rondônia, auto intitulados “*gente da terra*”, viram chegar, em intensidade crescente, a partir dos anos 60, a “*gente de fora*”, “*sulistas*” trazidos em caminhões pau-de-arara, empoeirados da longa viagem pela BR 364, em busca da “*terra onde corre leite e mel*”, como relembrou uma das “*antigas*”:

Aqui tinha pouquinha gente, boba! Pouca gente. Quando ia nas festas aqui, era só os mais velhos. Aí começou chegar o IBRA, primeiro. Depois de alguns anos, o INCRA. Aí foi chegando a *caminhãoçada* de gente de fora. Toda hora e todo dia chegava. Tinha pau de arara por aí, em todo lugar. Chegava e ia pra beira do rio, ver o rio. Os

4 Pessoas com conhecimento médico, farmacêutico e odontológico e eram responsáveis pelos cuidados de saúde na vila pioneira.

paranaenses tinha um medo d'água. Chegavam vermelhinhos de terra lá, o pé deles assim, cá na água, quando a água vinha eles puxavam o pé. “Menino, toma banho aí. Pode tomar banho aí”. Vermelho de terra... Mas chegava gente!! (Dona Iraci, in: NOBREGA, 2014, p .9).

Em pouco tempo, Vila Rondônia experimentou um acréscimo populacional vertiginoso. Dona Elisa, recorda que a vila não tinha mais de cem moradores quando ela se mudou de um seringal do Acre para lá, em 1951. Segundo o levantamento de Roberto Monte Mor (1980), o núcleo urbano do então Distrito de Rondônia, vinculado ao município de Porto Velho, passou de seiscentos moradores contabilizados em 1960, para treze mil em julho de 1973 (MONTE MOR, 1980, p. 162). Deste total, apenas 16% havia chegado ao Território de Rondônia antes de 1970: “o maior contingente, 42%, havia chegado no primeiro semestre de 1973, sendo que 22% chegou em 1972 e 14% em 1970/71” (Ibid., p. 102). No período de 1970 a 1980, a microrregião de Ji-Paraná foi a que mais concentrou a chegada de novos migrantes vindos principalmente do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso, recebendo cerca de 32,5% do total (BAENINGER; CUNHA, 1999, p. 2).⁵ A mudança demográfica foi acompanhada de uma profunda transformação social, como indica a reportagem de Lúcio Albuquerque, encomendada pelo Jornal O Estado de São Paulo durante a campanha do MINTER para conter os fluxos migratórios:

Mudou tudo. Estou morando aqui em Presidente Médici há quinze anos. Primeiro, o que se via era o caboclo com linha de pesca e a espingarda. Hoje é família de cabelos louros, olhos verdes e falando enrolado, com a enxada, a foice ou o machado no ombro. Nós passamos do jamaxi indígena para o caminhão, em menos de cinco anos (diz a farmacêutica Delmira Sousa). Mudaram os costumes: a casa amazônica típica e sempre construída sobre mourões elevados para evitar a umidade do solo. Os migrantes, talvez por desconhecerem esta peculiaridade, fazem o chão da residência sobre o solo. A tradicional comida amazônica, baseada na peixada, foi substituída pelo churrasco, o arroz substituiu a farinha seca nas mesas. Em Vila Rondônia, o jornalista e farmacêutico Dionísio Xavier, que dirige “O Rondônia”, semanário que circula na rodovia, afirma: Quando começou a migração mesmo, o dinheiro passou a circular e ate o linguajar do povo foi trocado. Eu tive de aprender quase todo um dicionário novo. (OESP, 11 de setembro de 1977, p. 33. Migrantes saem de Rondônia desiludidos).

5 Composta pelos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Paraíso e Ji-Paraná, esta microrregião coincide, quase em sua totalidade, com a área originalmente destinada ao Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PIC Ouro Preto), o primeiro projeto de colonização executado pelo INCRA em Rondônia, e mais tarde desmembrado no PIC Adolpho Rohl.

Vila Rondônia deu lugar a Ji-Paraná, alçada à condição de município em 1977. Antigos e novos moradores foram confrontados a um “*dicionário novo*”, necessário para o contato com diferentes geografias, culturas, tecnologias e até mesmo práticas econômicas, tendo em vista a rarefeita circulação de dinheiro no “*tempo da borracha*”. Sem documentos comprobatórios, muitos “*pioneiros*” perderam pequenas e vastas porções de terra no processo de regularização fundiária executado pelo INCRA, enquanto o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) delimitava o território a ser destinado aos indígenas, definindo assim o espaço disponível para a colonização. Embora buscassem terra, muitos dos recém-chegados que se instalaram na cidade à espera de um lote não alcançariam seu objetivo. A eles, somaram-se os que desistiram dos terrenos, diante das dificuldades encontradas, movimentando uma economia da informalidade em área urbana, sob forte risco de marginalização social, tendo em vista a limitada capacidade dos equipamentos urbanos disponíveis (COY, 1988, p. 178). Em sentido inverso, segmentos urbanos constituídos por funcionários públicos, profissionais liberais e comerciantes “*fiéis às raízes patrimonialistas do país*” (BINSZTOK, 2003, p. 18), passariam a investir em terras, adquirindo fazendas, sítios e chácaras, vizinhas das propriedades familiares de pequeno porte.

Para urbanistas que conheceram a Vila Rondônia de 1970 e a Ji-Paraná de 1980, como Roberto Monte Mor e Martin Coy, o cenário futuro desta localidade seria caracterizado por um progressivo esvaziamento do campo, passando a ser ocupado pela pecuária, pela marginalização da parcela mais pobre dos migrantes e por uma contínua mobilidade rumo a outras áreas mais promissoras (MONTE MOR, 1980, p. 98; COY, 1988, p. 182). Não é de se estranhar, portanto, que a partir do acesso facilitado às redes migratórias internacionais estas mobilidades tenham sido direcionadas também a outros países. Com população estimada em mais de cento e trinta mil habitantes em 2015, Ji-Paraná ocupa a 61ª posição no ranking nacional de municípios emissores de emigrantes internacionais, liderando a saída para outros países no estado de Rondônia e acompanha a capital, Porto Velho, como polo de acolhida de brasileiros retornados do exterior.

Assim como aconteceu no período da colonização, estes novos movimentos migratórios têm desencadeado significativas transformações que operam em diferentes escalas, sendo a global e a nacional as mais evidentes, uma vez que estes deslocamentos cruzam fronteiras internacionais e, por seu caráter clandestino, colocam sob tensão os limites entre o lícito e o ilícito ao burlar as restrições migratórias. Em âmbito local, seus efeitos repercutem primeiramente sobre o

sujeito que parte ou pretende partir, seja por motivos individuais, seja como parte de uma estratégia familiar. De todo modo, também sua família é alcançada, ao acompanhá-lo, ao esperá-lo ou ao se acostumar com a ausência indefinida. No seu círculo de relacionamento próximo, sua saída resulta em escolas, locais de trabalho, igrejas, bares e times de futebol esvaziados. A chegada das remessas movimentou o comércio local, que se adapta para realizar as transações financeiras internacionais mais corriqueiras, como as transferências bancárias em caixas da *Western Union* presentes em lugares tão improváveis, quanto as lojas de móveis e eletrodomésticos.

Desde que o dinheiro dos *ausentes* começou a circular, as paisagens urbanas e rurais têm se transformado com a aquisição de terrenos, sítios, chácaras e fazendas e a construção de casas, apartamentos, prédios, pontos e galpões comerciais, todos construídos à distância. Nos casos de pessoas indocumentadas, o andamento das obras é acompanhado por fotografias e vídeos enviados pela internet, sob os cuidados de parentes a quem confiaram o dinheiro e o gerenciamento de sua execução. Um dos meus entrevistados contratou um colega de trabalho em Barcelona, quando este estava prestes a voltar para Ji-Paraná e acertou com ele, presencialmente, os detalhes do projeto de construção de sua casa, minuciosamente vigiado através de uma rede social.

Crianças e adolescentes fluentes em espanhol, catalão e inglês, adaptam-se à sua maneira às escolas brasileiras, muitas vezes enfrentando dificuldades com a língua portuguesa. Estrangeiros chegam à cidade, acompanhando seus cônjuges. Mulheres iniciam pequenos negócios de faxina no estilo americano, oferecendo serviços de *housecleaners*, enquanto os homens abrem *business* de construção ou de *landscape*. Para pessoas trans, travestis e prostitutas, a cidade ainda é pequena para acolher, sem constrangimentos, as práticas afetivas e sexuais vivenciadas com alguma liberdade fora do país. Por onde se olhe, é possível encontrar indícios de que os moradores de Ji-Paraná ganharam o *mundo*.

Nas próximas páginas, discutirei as repercussões dos movimentos destes “notáveis atores das circulações transnacionais” (TARRIUS, 2007)⁶, que, em sua “mobilidade de formigas”, tem transformado Ji-Paraná em um campo social transnacional engendrado pelo esforço relacional que os mantém vinculados tanto a quem ficou, como ao lugar de onde partiram. A atenção destina-se às dinâmicas e aos sentidos acionados pelos deslocamentos internacionais, examinados a partir dos arranjos, rearranjos e desarrajos afetivos que se dão

6 Tradução de Vera da Silva Telles (2009).

neste contexto e suas conexões com os usos do dinheiro. Amizade é o tema central da história aqui narrada, pensada a partir do entrelaçamento de afetos e dinheiro (ZELIZER, 2009; PISCITELLI et al., 2011). Antes de prosseguir, é necessário apresentar a noção de transnacional com a qual proponho adjetivar os processos sociais vinculados às recentes mobilidades em Rondônia.

CAMPOS TRANSNACIONAIS

O recorte temático desta discussão exige uma aproximação das interpretações sobre as migrações internas e as migrações internacionais, que podem ser pensadas como um “fenômeno de mobilidade” (FLORES, 2010, p. 7), adotando uma perspectiva que incorpore sua heterogeneidade e as “mudanças no próprio caráter destes deslocamentos” (PISCITELLI et al., 2011, p. 9). Para além de categorias estáticas de origem e destino, tal compreensão possibilita “captar a diversidade dos movimentos, das trajetórias, as transformações dos espaços, as dinâmicas não só econômicas, mas também sociais, políticas e simbólicas” (MENEZES; GODOI, 2011, p. 12) relacionadas aos processos migratórios.

Em oposição ao “paradigma da assimilação”, que previa a integração gradual dos migrantes à sociedade de destino, o “paradigma transnacional”, em evidência desde os anos 1990 com o *boom* dos “estudos de mobilidade” (GLICK SCHILLER; SALAZAR, 2012), propõe que se dirija o olhar ao “processo pelo qual imigrantes forjam e sustentam relações sociais simultaneamente multissituadas que conectam suas sociedades de origem e de acolhimento” (GLICK SCHILLER et al., 1995, p. 48). Mais do que se dedicar a um novo fenômeno, a abordagem transnacional consiste em uma mudança de perspectiva (PORTES; ZHOU, 2003, p. 74) dirigida aos modos pelos quais as “conexões das pessoas se dão através do espaço, em relação a forças que estruturam as constituições recíprocas do local, nacional e global” (GLICK SCHILLER, 2012, p. 36). Dito de outro modo, trata-se de centrar a atenção sobre as “iniciativas de gente comum visando estabelecer laços duradouros para além das fronteiras nacionais, no plano econômico e não só” (PORTES; ZHOU, 2003, p. 74).

Ao invés de uma inevitável assimilação cultural e de rupturas definitivas, a linha transnacional enfatiza a dupla temporalidade vivenciada pelo sujeito em mobilidade, que coloca em relação tanto quem partiu, como quem ficou, aproximando-se do eixo argumentativo de Abdelmalek Sayad (1998), que reside

na complementaridade paradoxal entre emigração e imigração: “na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica[...]; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração [...]” (SAYAD, 1998, p. 14).

Para o entendimento do que se passa em Ji-Paraná, adoto aqui a síntese de Adriana Piscitelli (2007), que descreve os campos sociais transnacionais como aqueles atravessados por redes, que:

[...] estendendo-se através das fronteiras, incorporam seus integrantes em atividades cotidianas de reprodução social em diversos lugares. Essas pessoas fazem parte das teias da vida cotidiana no local de origem e, simultaneamente, parte da força de trabalho, relações de vizinhança, etc. em outros contextos (PISCITELLI, 2007, p. 740).

A ênfase nas permanências e nas continuidades das relações sociais sustentadas à distância não é estranha aos pesquisadores que se dedicam a processos de migração interna no Brasil, e que nas últimas décadas têm ressaltado em complexas tramas de relacionamento entre os pontos de origem, passagem, acolhida e circulação construídas por quem se desloca e suas famílias. Em seu clássico “Sul, o caminho do roçado”, Afrânio Garcia Jr (1989) reconheceu o assalariamento temporário por meio do emprego nas indústrias do Sudeste brasileiro como um mecanismo de reprodução da condição camponesa entre migrantes nordestinos, assunto também discutido por Marilda Menezes (1985; 2002), Klass Woortmann (1990), Ellen Woortmann (1995), Parry Scott (2009) e Verena Sevá Nogueira (2010), entre outros.⁷ Nogueira (2010) avança em sua elaboração e sugere que se pense a migração como uma estratégia de reprodução da “casa camponesa”, compreendida como “domínio material e simbólico materializado nos locais de moradia, e lugar de referência e centralidade das relações familiares” (NOGUEIRA, 2010, p. 221). A autora alerta para o fato de que “as pessoas não são fixas a um território, no sentido de um espaço estático, único e fechado (que não existe), mas que elas circulam, que elas se encontram em diferentes lugares, que elas trocam, e que há muito fazem isso” (Ibid, p. 26). No interior de Rondônia, Manuela Cordeiro (2015) analisou os movimentos de “se esparramar”, referentes aos diferentes deslocamentos espaciais vivenciados por famílias de pioneiros da região de Ariquemes, e propôs que sejam compreendidos

⁷ Para uma revisão acerca das práticas migratórias como estratégias de longa duração entre famílias camponesas, consultar Menezes (2009) e Nogueira (2010).

como uma forma específica de reprodução familiar ancorada na mobilidade espacial (CORDEIRO, 2015, p. 189).

José Carlos Pereira (2012) e Mateus Zani (2012), por sua vez, estenderam aos circuitos internacionais de migração suas análises sobre as estratégias de reprodução social de camponeses de Minas Gerais, alguns dos quais assalariados nos canaviais e canteiros de obra paulistas. Paula Christofolletti Togni (2014), em sua tese de doutorado sobre jovens de Mantena, Minas Gerais que vivem no Cacém, em Portugal, destaca a noção de “melhorar de vida” como uma das “inúmeras regularidades” entre os estudos de migrações internas, internacionais e os estudos urbanos, cuja centralidade reside na “dimensão espacial das práticas sociais” (TOGNI, 2014, p. 118). Em todos os casos mencionados acima, a “condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais” (MENEZES, 2012, p. 26)⁸.

Em ambos cenários migratórios, o esforço relacional para sustentar tais vínculos evidencia a articulação entre práticas econômicas e afetos (PISCITELLI, 2011, p. 541) e revela uma interpenetração entre as esferas da economia e da intimidade (ZELIZER, 2009, p. 25), que se manifesta no envio de remessas, presentes, notícias, ajudas e outras variedades de bens materiais e simbólicos postos em circulação (NOGUEIRA, 2011, p. 199), entendidos como “garantia de manutenção de laços” (ASSIS, 2004, p. 44) e “sinais diacríticos da presença e interesse no núcleo familiar” (MACHADO, 2009, p. 158). Os processos migratórios oferecem uma oportunidade particularmente interessante para se pensar estas intersecções, tendo em vista se intensificado potencial gerador de dinheiro, por meio do trabalho imigrante, e a sua circulação em âmbito familiar por meio das remessas e dos presentes enviados do exterior (MACHADO, 2014), mas também pela ausência de um outro elemento fundante da intimidade: o corpo. Durante a pesquisa, os usos do dinheiro foram tema frequente nos relatos de meus interlocutores, especialmente quando se tratava de um balanço sobre suas experiências migratórias e de uma avaliação das experiências alheias, ou ainda, dos compromissos familiares assumidos na gestão dos investimentos de quem estava fora.

⁸ Deve-se levar em conta que para alguns a mudança para Rondônia significou um processo de desterritorialização e desenraizamento, com a ruptura dos laços anteriormente constituídos. Entre meus entrevistados, foram recorrentes as menções a parentes desconhecidos que fizeram contato recentemente, pela internet, buscando por aqueles que “sumiram”. Parry Scott (2009) discutiu a desarticulação e desorganização de grupos domésticos que têm pessoas no “meio do mundo”, sem qualquer contato com suas famílias de origem” (SCOTT, 2009, p. 254).

OS (MAUS) USOS DO DINHEIRO

Muitos dos meus interlocutores que voltaram ao Brasil não conseguiram poupar. Alessandro foi um deles. Nos conhecemos quando fui marcar uma entrevista com Simone e ela me alertou que logo receberia a visita de um amigo recém-chegado de Barcelona: “*Coitado! Batalhou tanto pra voltar só com o cachorro*”, referindo-se ao animal de estimação que o amigo fez questão de trazer para o Brasil. O fato de ter morado por sete anos na Espanha e agora não ter sequer uma moto, era sinal de que “*as coisas não deram certo pra ele*”. Durante a pesquisa, as explicações para não conseguir juntar dinheiro – algo esperado de quem vai embora – relacionaram-se a pelo menos duas linhas argumentativas. Uma delas gira em torno dos limites estruturais relacionados ao alto custo de vida no exterior, às restrições de boas oportunidades de trabalho para indocumentados e também à “*sorte*”, que não é distribuída igualmente, como disse Marlene, que morou por seis anos em Vilamoura, Portugal:

Meu sonho era ir pro exterior. Eu quis ir pra lá pra mudar a minha vida. Mas infelizmente eu não tive sorte... Tem pessoas que tem sorte. Desde que eu cheguei eu não tive muita oportunidade. Lá você tem que ter visto, ser legal pra conseguir bons empregos. Eu tive sorte de conseguir trabalhar na padaria, depois trabalhei no café, trabalhei na beira da praia, numa pizzaria, mas lavando louça... Nada de especial, porque eu não tinha visto e lá eles viviam atrás dos brasileiros. Se não fosse legal, eles expulsavam do país. Depois disso fiquei desempregada dois meses. Fiz limpezas, trabalhei de babá.. Mas acontece que aqui no Brasil muita gente tem a mente rica. Pensa que chegou lá, caiu dinheiro de árvore, essas coisas... Você tem que ralar! Lá tem médicos, advogados que trabalham em jardim pra ganhar dinheiro! [Entrevista com Marlene. Ji-Paraná, 22 de agosto de 2012].

A “*mente rica*” de que fala Marlene é a ideia de que fora do país se faz dinheiro fácil, quando comparado às oportunidades locais. A “*mente rica*” permanece entre quem fica, alimentada por notícias que correm, pelas fotos que circulam, pelos presentes que chegam e é confirmada pela pose de quem “*só vem aqui no Brasil pra se luxar, mostrar que aluga carros, roupas bonitas...*”, como disse Marlene. Para quem vai embora, entretanto, essa ideia se revela em “*blefe*”, como disse Artur, ou em um tipo de ilusão que é confrontada com a penosa realidade do trabalho imigrante, muito bem expressa na tradução do “*american dream*” em “*american nightmare*”, mencionada anteriormente. A expectativa inicial é redimensionada a

9 Entrevista com Simone. Ji-Paraná, 12 de dezembro de 2012.

partir da experiência concreta. Para conseguir ganhar dinheiro, é preciso trabalhar muito. Entra aí a outra linha argumentativa para justificar o aparente fracasso do projeto migratório, relacionada ao mau uso do dinheiro. De fato, trabalhando, ganha-se dinheiro, ou ao menos, mais dinheiro do que conseguiriam no Brasil. Mas é preciso *ter cabeça* para que ele não escape. Nesse caso, as avaliações sobre a experiência migratória distinguem aqueles que foram “*para trabalhar*”, classificação associada a uma vida regrada e disciplinada, daqueles que foram “*para curtir*” ou “*aproveitar a vida*”, referente a “*uma agitada vida social e acesso a alguns bens de consumo*” (TOGNI, 2014, p. 83)¹⁰. Para Felix, seu encantamento com as possibilidades de consumo, associado aos ímpetos da juventude, foram decisivas para inviabilizar a poupança durante sua estadia em Barcelona:

Eu botava fogo! Eu, se pudesse comprar a Espanha, eu comprava. De boné, cheguei a ter sessenta. Bonés de quarenta euros. Roupa? Roupa minha eu comprava ela hoje, eu usava um mês, no outro mês já era outra. Discoteca? Eu saía mais os moleques e sempre dei sorte. Os cara da roça, nunca teve nada... Via um tênis da Nike, sessenta e nove euros. Você ta com oitocentos euro no bolso: “*Eu quero aquele dali, aquele outro, daquele lá.*” [Felix, na Casa da Simone. Ji-Paraná, 23 de janeiro de 2013].

Para os homens jovens e solteiros, a vida noturna consumiu parte do dinheiro que ganhavam com uma facilidade desconhecida no Brasil. Sandro, que em uma noite gastou mil e quinhentos dólares com dançarinas em um go-go, contou sua reação ao receber o primeiro pagamento nos Estados Unidos: “*Eu ganhei trezentos dólares e achei que tava rico já. Pensei que era um sheik. Eu falei: “Mãe, eu trabalhei a semana aqui e ganhei trezentos dólares!” Era quase 2,95, dava quase novecentos reais. Mil reais por semana!! Nossa, lavei a égua?*” Cláudio¹¹, encantado com as opções de lazer em Barcelona, só “*pegou rumo*” quando a esposa engravidou:

Se eu recuperasse o dinheiro que eu gastei naquela Vila Olímpica... Sei que Barceloneta, o Samba Brasil e o Bar do Severino devem ter me tomado pelo menos uns cem mil reais. Cê ta doido! Enquanto minha mulher não engravidou e nós pegou rumo na vida, eu só fazia beber cachaça. Lá é o seguinte. Eu, quando fui pra lá, por exemplo, eu

10 Lidiane Maciel (2013) destacou o acesso a bens de consumo possibilitado pela migração como uma das dimensões de “melhorar de vida”, cujo significado ultrapassa seu valor de uso, sendo um elemento de distinção (MACIEL, 2013, p. 104).

11 Capixaba, Cláudio mudou-se com a família para um sítio em Ji-Paraná, em 1986, onde viveu até os dezoito anos. Considerou ir para os Estados Unidos com a namorada, mas acabou indo para Espanha com um primo, em 2005. Antes disso, foi trabalhar em Rolim de Moura, próximo a Ji-Paraná. Morou na casa de Reginaldo e Luzia ao chegar na Espanha. Usou documento falso até seu patrão ser obrigado a regularizar a situação dos funcionários flagrados trabalhando em condição irregular. Casou-se com uma boliviana e mudou-se com ela para Ji-Paraná, em 2011.

tinha vinte e dois anos, eu morava em Rolim de Moura e vivia no piseiro, discoteca... Só que lá em Rolim de Moura, o que é que tem? Uma discoteca. E pra nós era bom demais. Aí você chega na Vila Olímpica, distante como se fosse daqui na BR pura discoteca, uma atrás da outra... Aí você endoia. Ali não é igual aqui. Dependendo do lugar que você vai, o cara olha você de lado... Lá você é livre, do jeito que você quiser, pode gastar seu dinheiro do jeito que você quiser. [Entrevista com Cláudio. Ji-Paraná, 22 de agosto de 2012]

O atrativo da vida noturna no exterior não se esgota na ampla oferta de estabelecimentos e dos inúmeros programas de lazer, quando comparados às escassas opções em Rondônia. Para estes jovens, trabalhadores oriundos de camadas populares, desfrutar destas oportunidades sem se sentir discriminados é uma experiência radicalmente diferente daquela vivenciada na vida noturna rondoniense, onde as boates e clubes noturnos apresentam um evidente recorte de classe. Diferente do “*olhar torto*” que recebem em Ji-Paraná, aqueles que viveram em Barcelona gabavam-se de ter frequentado a mesma boate de Ronaldinho Gaúcho e esbarrado em outros jogadores de futebol e celebridades, como se a familiar cisão de classes estivesse temporariamente suspensa.

No polo oposto, há aqueles que se tornam “*escravos do dinheiro*”, ou seja, vivem apenas para trabalhar, sem “*aproveitar a vida*”. Em Framingham, Priscila refletiu sobre o difícil equilíbrio entre “*ganhar dinheiro e aproveitar a vida*”:

Tem casos de pessoas que vem pra cá e vivem de miojo pra não gastar, pra juntar dinheiro pra ir pro Brasil. Teve um rapaz que fazia isso. Aí juntou dinheiro, comprou umas coisa e foi embora pra Minas. Uma semana que tava lá, morreu. Entendeu? Então eu acho que você tem que vir com um objetivo, tem que trabalhar, mas tem também que ter um lazer, ter que divertir, curtir a vida porque amanhã você morre, e aí? O que você fez lá ou o que você juntou aqui, que seja, não serviu de nada. Não pode ser. Eu acho assim: escravo do dinheiro ninguém tem que ser. Gostar dele sim, mas escravo dele, não. [Entrevista com Priscila. Framingham, 10 de outubro de 2012].

Na casa da Simone, quando comparavam os diferentes caminhos de conhecidos que voltaram de Barcelona, a vida mais tranquila de quem se sacrificou enquanto eles “*faziam zona*” era considerada fruto da maturidade de quem chegou lá com “*cabeça*”, diferente deles. A ex-mulher de Alessandro foi uma das pessoas citadas. Além do emprego em um hotel, ela cuidava da limpeza da casa e da janta dos moradores da república em que vivia, cobrando um valor fixo por pessoa, prática aprendida com outras mulheres imigrantes:

Ela ganhava mil e quinhentos euros no hotel e cinquenta euros de cada um de nós. Era duzentos euros. O aluguel dela era livre. E ela ganhava gorjeta. E ela quase não gastava. Muito segura, muito cabeça. Ela tinha dois filhos, tinha um moleque maior que nós aqui no Brasil. Nós comprava roupa, nós ia pra discoteca, nós fazia zona, bebia cerveja. Ela não. Ela sempre segurou o dinheiro dela. E ela ganhou muito... Ela ficou uns três anos assim, ganhou muito dinheiro mesmo e veio pro Brasil... [Felix, na Casa da Simone. Ji-Paraná, 23 de janeiro de 2013].

As narrativas dos “*rondonienses ausentes*” sobre a fugacidade do dinheiro, especialmente entre os solteiros, permitem uma aproximação com as reflexões de André Dumans Guedes (2014) sobre os sentidos do “*dinheiro amaldiçoado*” ou “*dinheiro maldito*” entre os garimpeiros, aquele que não parar nas mãos das pessoas e tende a se esvaír em “farras e tentações” (GUEDES, 2014, p. 60). Tales é um dos que trabalharam, mas não trouxe nada da Espanha, tudo que ganhou deixou por lá: “*Eu queria uma casa, sei lá, um terreno. Um carro novo. E não consegui nenhum. Uma moto nova e umas coisas. Eu tive e destruí também*”¹². Guedes (2014) lembra ainda que as referências ao “dinheiro maldito” são comuns entre grupos que “*são frequentemente objeto de repressões morais e usufruem de um fluxo irregular e inconstante de recursos – sejam eles travestis, traficantes de drogas ou prostitutas*”, dinheiro não merecido porque supostamente foi “ganho sem trabalho duro ou decente” (Ibid, 61). Um entrevistado considerava-se “abençoado” porque sua primeira e única tentativa de “*ficar rico fazendo coisa errada*” vendendo cocaína traficada de Rondônia para Portugal não deu certo. A correspondência que transportaria a droga “perdeu-se” no caminho nos dias que sucederam o 11 de setembro de 2001 e ele considerou aquilo um sinal para “*andar na linba*”. Para uma entrevistada que trabalhou como prostituta na Espanha, as dificuldades enfrentadas após o cumprimento da meta estabelecida ao sair do Brasil eram resultado de um castigo divino por sua *cobiça*:

Eu tinha o propósito de pagar as minhas contas. Aí fiquei mais... Parece que Deus falou assim: “*Você tem que ir pra pagar suas contas. Pagou suas contas, você volta embora.*” Depois que eu consegui pagar, que eu falei: “Vou juntar pra ter mais e mais”, porque brasileiro sempre cresce o olho, aí, pronto! Foi caindo serviço, foi caindo, você não achava nem faxina, não achava mais nada... E toda aquela dificuldade toda. O negócio era vim embora [Entrevista em Ji-Paraná, 2012].

Namorar ou casar frequentemente foi apontado como marcador temporal para acalmar os ânimos e reorientar os gastos e poupanças. Em Portugal, que “*não é lugar pra ganhar dinheiro*”, Robson só passou a poupar depois do casamento

12 Tales, na Casa da Simone. Ji-Paraná, 23 de janeiro de 2013.

com Marisa, o que possibilitou um retorno razoavelmente tranquilo, com a abertura da loja de roupas do casal:

A pessoa quando vai pra lá sozinha mesmo, é muito difícil juntar, porque tem os amigos, tem a solidão, quer curtir a vida... A gente quando resolveu ficar junto, tinha um foco, um objetivo. Se fosse pra gente viver lá, dava pra viver melhor, comprar um apartamento, ter um belo carro. No primeiro ano até que a gente curtiu bastante, saímos... A gente não tava tão preocupado com dinheiro no começo. No segundo ano, aí a gente começou a ter um foco, um objetivo, se era aquilo mesmo que a gente queria pra gente, ou se a gente ia viver pra lá. Por isso as coisas foram se encaminhando e a gente conseguiu voltar. A gente tem que abdicar de muita coisa, deixar de sair, de curtir. Você tem que trabalhar muito mesmo, segurar pra não sair do seu objetivo. A pessoa tem que cortar tudo, gastos, comer fora. Tem que fazer vida de migrante mesmo. Tem que segurar. Você abre mão de muita coisa. Comprar roupa... É uma renúncia mesmo. A gente passou quatro anos... Muitos amigos nosso falavam assim: “*Vocês é só trabalho, trabalho, trabalho. Vamos viver um pouco.*” Chamava a gente pra sair. Eu falava: “*Eu não vou porque a gente não pode gastar.*” Mas tem muita gente que não vem embora por vergonha. Não conseguiu atingir o objetivo que pretendia, fica frustrado, fica com vergonha de voltar... “*Eu saí da minha cidade, eu queria chegar bem.*” E aí chega pior do que foi [Entrevista com Marisa. Ji-Paraná, 31 de julho de 2012].

Com alguma frequência ouvi histórias sobre algum conhecido que passava dificuldades no exterior, mas postergavam o retorno para não tornar público o sentimento de vergonha e o constrangimento em admitir o fracasso da viagem, revelando as dimensões moral e de honra que informam as expectativas em torno de quem partiu (HANDERSON, 2015).

Para aqueles que ficam e assumem a gestão dos investimentos de quem partiu, em geral filho, genro, sobrinho, primo ou cunhado, a perigosa proximidade entre o dinheiro e as relações familiares exigem vigilância constante. Quando conversei com Karen, na casa que ela morava em Ji-Paraná e fazia parte de um conjunto construído por seu filho, notei um contrato de locação em sua mesa. Ela me contou que antes da partida do filho, só sabia dar aulas. Agora, entendia tudo sobre transações imobiliárias, pois era a responsável por gerir os alugueis e os investimentos dele no Brasil. Em diferentes entrevistas, o assassinato de homem recém-retornado dos Estados Unidos em Ji-Paraná, ocorrido em 2010, foi mencionado como exemplo de como essas relações podiam se tornar problemáticas. A suspeita da autoria do crime recaiu sobre a filha e a ex-mulher, que supostamente venderam imóveis e fizeram uso inadequado de sua placa de moto táxi. Outros casos de pessoas que voltaram e descobriram que não possuíam nada, tendo sido enganadas por parentes também eram constantemente citados.

Por outro lado, o compromisso familiar assumido resulta em responsabilidades que podem limitar a vida de quem fica, que passa a girar em torno dos objetivos de quem está fora. Ao entrevistar Artur, um dos motivos de sua viagem para os Estados Unidos, acompanhado da mãe, era justamente discutir os termos do contrato informal que delegou a eles os investimentos do irmão, um bem-sucedido empresário da construção civil que morava em Salisbury. As duas fazendas adquiridas por ele, com mais de oitocentas cabeças de gado e os funcionários, exigiam dedicação exclusiva de Artur e sua mãe:

Nós teremos uma reunião em família. Nós temos que conversar a respeito de muitas coisas porque quem está no exterior que vai juntar dinheiro tem duas opções: ou junta dinheiro numa conta para depois investir aqui no Brasil ou manda dinheiro para os parentes investirem. Só que de uma forma ou de outra, se você mandar dinheiro para os seus parentes investirem por você, você acaba criando um elo do seu parente com o país, no caso eu e minha mãe. Eu não posso sair de Rondônia porque tenho que cuidar das coisas dele e nós não ganhamos nada por isso. Acabamos fazendo um trabalho de administradores sem ganhar nenhum centavo. Minha mãe hoje mora na fazenda mas não ganha nada e tem que fazer tudo para ele. Aí é que está o motivo de irmos para lá pois ele tem que dar um rumo para o seu capital porque não podemos ficar presos a um negócio sem ter rendimentos. Assim quem não faz pé de meia somos nós [Entrevista com Artur. Ji-Paraná, 23 de julho de 2012].

Artur iria até os Estados Unidos negociar uma possível remuneração para os serviços prestados por ele e sua mãe ao irmão, sabendo que a conversa seria polêmica, a ponto de precisar ser presencial, uma vez que se tratava de colocar preço em uma atividade compreendida como uma obrigação familiar. Como estas, ouvi várias outras histórias que falavam sobre o tênue fio da confiança, da intimidade e dos riscos do dinheiro afetar essas relações.

Este breve retrospecto teórico e etnográfico teve por objetivo ressaltar como a constituição de Ji-Paraná como um campo transnacional implicou em transformações nos sentidos atribuídos ao dinheiro, a partir do trabalho imigrante em outros países. De julgamentos sobre o dinheiro *consumido* nas lojas e boates ao patrimônio constituído por quem *tem cabeça*, o dinheiro virou um assunto de família, fruto de um delicado trabalho de diferenciação dos limites apropriados para estas relações.

EL XIRINGUITO

Na Vila Rondônia dos anos 1970, Roberto Monte-Mor (1980) notou que a distribuição dos novos moradores no espaço urbano obedecia “aos grupos de parentesco e de origem, podendo-se identificar as áreas dos mineiros, a rua dos capixabas, etc.” (MONTE MOR, 1980, p. 102). Quarenta anos depois, na atual Ji-Paraná observa-se um movimento semelhante, porém às avessas: certas áreas da cidade concentram a saída e o trânsito para países específicos, a ponto de se falar que há em Ji-Paraná um “*Bairro de Espanha porque todo mundo ali foi pra Espanha, e quem não foi pra lá foi pros Estados Unidos, Portugal...*”¹³. como ouvi de Mariana, em um salão de beleza. Ela se referia às ruas T-24, T-25, T-26, no Segundo Distrito, que abriga novas casas e pequenos negócios viabilizados com o dinheiro enviado/trazido de fora. Em 2010, quando o Censo foi realizado, esta região da cidade ainda era classificada como Bairro Nova Brasília, uma extensa área de onde partiram quase 20% dos ji-paranaenses e também o maior foco de saída para outros países em todo o estado.

Em outro extremo da cidade, no KM 5, denominação referente à distância em relação à BR 364 e que engloba os bairros Santiago, Jardim Presidencial I e II, o Bar Recreativo El Xiringuito tem se constituído como um ponto de encontro de pessoas que moraram em cidades espanholas situadas na área metropolitana de Barcelona, como Santa Coloma de Gramenet, Sabadell, Badalona, entre outras. Decorado com verde e amarelo, o bar estampa imagens que remetem à Espanha e ao time de futebol Barcelona, sendo bastante frequentado por pessoas que retornaram daquele país e seu nome faz referência aos bares catalães, como me explicou Reginaldo, o dono:

Eu, quando tava construindo, todos meus amigos perguntavam: “*E esse xiringuito, quando fica pronto?*”. Porque lá você vai num barzinho e fala: “*Vamos naquele xiringuito ali?*”. É o bar da praia, tipo um quiosque, mas o que acontece? Nós pegava a mania de chamar de xiringuito, e os colega tudinho, até gente de lá Espanha, me ligava pra saber: “*Quando ta pronto o xiringuito?*”, “*O xiringuito sai ou não sai?*” Aquela “*moagê*” toda... Nós escolhemos um nome e todo mundo chamando de xiringuito... [Reginaldo, no El Xiringuito. Ji-Paraná, 22 de agosto de 2012].

Cheguei ao Recreativo El Xiringuito em 22 de agosto de 2012 graças à indicação de Artur, dono da *jukebox* instalada no bar. A visita para negociar uma possível entrevista com Reginaldo acabou virando uma longa tarde de conversa, à

13 Ji-Paraná, 16 de maio de 2012.

qual se incorporaram clientes que chegavam para tomar cerveja e/ou jogar bola no campo de futebol que faz parte do Recreativo, e depois Luzia, sua esposa. Quase todos os que estavam lá tinham sido acolhidos pelo casal Reginaldo e Luzia ao chegarem em solo espanhol, como o próprio Cláudio. Enquanto conversávamos, Reginaldo aos poucos convidava quem por ali estivesse para se juntarem à nossa mesa: “*Ei, Cláudio, chegam!! Senta aqui. Esse aqui morou comigo lá também*”.

Curiosa, Luzia brincou, querendo saber se eu era da polícia, fazendo tantas perguntas. Ao explicar o objetivo da pesquisa, ela exclamou: “*Ixi!! Você veio no lugar certo!! Encontrou o ninho!! Se você ficar mais horas aqui, vai aparecer mais. Daqui a pouco vai aparecer mais um punhado*”. Cláudio completou: “*Quer saber do povo do Santiago, do KM 5 que foi embora? É só vir no bar do Reginaldo. Toda semana tinha um que voltava... Ou na casa do Alessandro, em Barcelona*”. Quando me dei conta, a mesa estava cercada por outras cinco pessoas que se interessaram pelo assunto.

Em dezembro do mesmo ano, por outros contatos, eu conheceria Alessandro¹⁴, recém-chegado ao Brasil, na casa da Simone, situada no mesmo bairro, próxima ao El Xiringuito. Como Cláudio já havia me avisado em agosto, sua casa em Barcelona era um outro ponto de encontro para os ji-paraenses na Espanha. Em um apartamento de três quartos, doze pessoas moraram juntas no período de lotação máxima, entre irmãos, cunhados e vizinhos. Em janeiro seguinte, Alessandro e Simone organizariam um encontro para que eu conversasse com os moradores da “*casa do Alessandro*” em Passeig de Gracia que já haviam voltado para Ji-Paraná. Assim como o El Xiringuito, a residência de Simone, uma das primeiras a voltar, tornou-se um ponto de referência entre os vizinhos retornados da Espanha. As conversas coletivas nestes dois espaços conduzirão as páginas seguintes, complementadas por outras entrevistas.

“SANTA COLOMA ERA JI-PARANÁ”

Embora Palma de Maiorca, Ilhas Canárias, Ibiza, Granada e Madrid tenham sido localidades espanholas citadas nas entrevistas que fiz, meus interlocutores moraram principalmente em Santa Coloma de Gramenet, município vizinho à

14 Ji-paranaense, filho de mãe pernambucana e pai mato-grossense, Alessandro havia trabalhado em lojas agropecuárias antes de ir para Barcelona, após a morte da mãe. Seus amigos da vizinhança já estavam lá. Trabalhou na construção civil e em uma firma de pavimentação. Passou a organizar as despesas da casa em que morou com os amigos de Ji-Paraná. Voltou ao Brasil em 2012. Nos conhecemos em 13 de dezembro de 2012, ao entrevistar Simone.

capital homônima da Província de Barcelona, na Catalunha. Era, nas palavras de Alessandro, “*uma febre*”: “*Santa Coloma tinha lugar que você só via nego de Ji-Paraná*”. Com tanta gente fora, como disse Diana, moradora do “*Bairro da Espanha*”, a impressão deles era que Ji-Paraná se esvaziara: “*Não tem mais ninguém porque tá tudo aqui em Santa Coloma*”. No limite, como sintetizou Reginaldo, “*Santa Coloma era Ji-Paraná*”.

Considerado um “*pioneiro*” do bairro e de Ji-Paraná na Espanha, Reginaldo orgulhava-se de ter levado “*os colegas do bairro todinbo*”. Seu apartamento virou um ponto de referência e apoio para os que pretendiam ir para lá: “*Toda Ji-Paraná passou pela nossa casa. A gente acolhia mesmo, do jeito que dava. No quarto, eu punha duas beliches, quatro pessoas e uma caminha. Cinco pessoas no quarto*”. O ato de solidariedade, a hospedagem oferecida aos recém-chegados, logo transformou-se em fonte de renda, liberando-os da pesada despesa de aluguel. O casal hospedeiro passou então a “*viver de habitação*”, permitindo que o dinheiro recebido pelo trabalho saísse “*praticamente livre*”.

“*Viver de habitação*” é uma prática comum entre os rondonienses na Europa e exige vigilância para não ser encarado como favor e deixar os anfitriões no prejuízo, nem como exploração, quando os valores ultrapassam aqueles considerados razoáveis. Se estavam todos atrás do mesmo objetivo, tendo saído do mesmo lugar, não é certo viver às “*custas do outro*”. A casa de Alessandro só se estabeleceu nos termos considerados justos após a saída do irmão de um dos moradores, um dos primeiros a chegar.

No El Xiringuito, preocupados em distinguir suas práticas daquelas outras que descreviam como abusivas e mesmo desumanas, Luzia e Reginaldo reagiam: “*Eu não fiz isso com vocês não!*”. Afinal honraram com seus compromissos e o quarto alugado dava condições dignas para os hóspedes viverem bem. Se os moradores da casa do Alessandro comemoraram a saída de quem os “*sacaneava*”, entre os amigos do El Xiringuito, a acolhida generosa do casal era digna de gratidão. Prova disso era a assiduidade dos frequentadores do bar, amigos de Espanha:

O [Reginaldo] cara nunca tinha me visto. Não sabia qual era minha procedência, não sabia de nada. Sabia que nós fomos através do primo dele aqui, mas ele e o primo dele tampouco tinham muita intimidade. O cara fez a coisa pra nós que talvez meu irmão não faria. Por isso hoje eu tenho muita amizade, muito respeito por ele [Cláudio, no El Xiringuito, Ji-Paraná, 22 de agosto de 2012].

Morar na mesma casa, ser bem acolhido, enfrentar juntos as adversidades da vida imigrante, “*aprender no sofrimento*”, todas estas experiências vivenciadas

no exterior fortaleceram os vínculos de quem já se conhecia antes de partir, como os vizinhos de Reginaldo e de Alessandro, ou se fez amigo ao chegar “no estrangeiro”, como Cláudio. De volta ao Brasil, espaços como a casa da Simone e o bar tornam-se não apenas um ponto de encontro entre quem compartilhava a experiência de Espanha, mas também enfrentava a delicada situação de voltar para casa, traduzidas na frase de outro cliente do bar: “*Só sabe quem passou*”. Para me convencer da importância do El Xiringuito nos circuitos que ligam as pessoas que foram para Espanha, Cláudio me explicou que “*o bar faz parte*”:

Se você for puxar o arquivo de fotos da inauguração aqui, 80% do pessoal era de lá. Eu mesmo conheci ele lá. O pessoal que veio são pessoas conhecidas de lá. Eu mesmo não conhecia quase ninguém aqui do [KM] 5, porque quando eu fui pra lá, eu morei até os meus dezoito anos no sítio. Creio que 90% das pessoas que eu conheço hoje na cidade eu conheci na Espanha. A maioria do pessoal. Principalmente do Passeio de Santa Coloma, Parque Severino... [Cláudio, no El Xiringuito. Ji-Paraná, 22 de agosto de 2012].

Desde a inauguração do bar, Reginaldo e Luzia não pensam em voltar pra Espanha, mesmo que tenham documentos: “*Agora eu to sossegado aqui. Tenho meu negócio aqui. O bar tá bem. Não vou dizer pra você que se ganha muito dinheiro, mas se sobrevive sem trabalhar de empregado pros outros*”. Os frequentadores do bar também não, ao menos naquele momento da conversa:

Cláudio: Eu não tenho vontade de voltar. Mas também não tenho do que reclamar de lá. Eu, se Deus abençoar, nem a passeio eu volto mais. Mas não é porque lá é ruim, é porque aqui é melhor. Não tem lugar no mundo melhor! Brasil é Brasil! Não sei se é porque eu fui criado aqui nessa Rondônia, mas não tem lugar melhor pra viver do que aqui. Lá é bom também, mas não é nosso estilo de vida. A gente é acostumado a ir pra um bar, ali nós joga sinuca, assa uma carniinha, joga nosso truço...

Reginaldo: E isso você não pode fazer lá. Você começa a fazer e o pessoal reclama. Na última casa que eu morava eu tinha uma sacada, uma varanda. Até que eu podia fazer um churrasquinho. O problema e os vizinho, eles se incomodam. Lembra?

Cláudio: O problema é o seguinte. O povo lá é invejoso demais. São um povo frio e esquisito, eles não são como nós. Eles vê que você é um imigrante. Você tá ali ralando na obra, trabalhando, e mais contente do que eles. Eles não aceitam isso. [El Xiringuito. Ji-Paraná, 22 de agosto de 2012].

Contra a inveja e o preconceito de um “*povo frio e esquisito*”, convertiam, como podiam, a hostilidade do mundo estrangeiro em algo mais conhecido, familiar: em Ji-Paraná, ou melhor ainda, no churrasquinho ji-paranaense. Se não podiam ser espanhóis, sempre colocados no lugar de “*imigrantes*”, celebrar como um

“*bom brasileiro*” (ou um bom ji-paranaense?), incorporando positivamente os estereótipos da brasilidade, era também um ato de resistência possível.

Naquela tarde, antes de me despedir, ouvi Cláudio dizer que “*Barcelona cabe dentro de Ji-Paraná*”. O tom jocoso da comparação das dimensões geográficas entre as duas localidades revela o alcance das dinâmicas instauradas pelos deslocamentos internacionais dos rondonienses e suas repercussões locais. A expressão é também uma constatação: Cláudio depara-se com a reduzida dimensão de uma das principais cidades da grande “*potência Espanha*”, mesmo diante de singela Ji-Paraná e compara o abismo socioeconômico que as separa. Antes longe e desconhecida, agora “*a Espanha está bem ali*”, acessível tanto pela facilidade em planejar uma viagem para lá, como fez Alessandro, “*o que voltou só com o cachorro*”, quando levou a nova namorada para passear em Barcelona, local em que viveu por sete anos e onde alguns de seus “*parças*” ainda moram, como pela constituição de espaços locais marcados pela experiência comum “*de Espanha*”, como é o caso do próprio bar Recreativo El Xiringuito.

O El Xiringuito é, como vimos, parte daquela Ji-Paraná reconstruída na Espanha, agora retomada em Ji-Paraná. É uma Ji-Paraná dobrada sobre si mesma. A experiência migratória foi o movimento que lhes possibilitou, a partir dessa dobra, mirarem-se a si mesmos, criar o espelho capaz de recriar, com alguma semelhança, seu lugar em outros lugares. O El Xiringuito é parte e faz parte de muitas coisas: é a memória dessas pessoas, é o espaço onde se encontram e passam tempo junto àqueles que compartilharam suas diferentes experiências de vida na Espanha. Mas também é parte da vivência atual, de amizades criadas ali no bar. A cidade de Ji-Paraná possui agora um lugar que remete ao distrito de Santa Coloma de Gramenet, que conta parte dessas múltiplas histórias.

Nestas duas situações particulares, a casa da Simone e o El Xiringuito, que se desdobraram em outros encontros posteriormente, ouvi pessoas interessadas em contar sobre como tinham encontrado e construído uma Ji-Paraná em Barcelona e também como, ao retornarem, foram capazes de construir uma Barcelona – aquela que já continha uma Ji-Paraná – na cidade que hoje habitam. A partir do jogo entre as cidades, na experiência de habitar entre elas, foram capazes de traçar e re-traçar as malhas de suas redes de relações.

Ao encerrar estas páginas, tenho notícias de que alguns deles voltaram para Espanha. Outro seguiu para São Paulo com sua esposa e o filho espanhóis. Alguns, como Alessandro, vão passear e voltam. Principal destino dos ji-paranaenses *ausentes*, a Espanha foi incorporada ao repertório de lugares possíveis para os

moradores desta cidade. Assim como no período da colonização, “os antigos” e “os de fora” precisaram aprender um “*dicionário novo*” de relações, também a saída para o exterior desencadeia um rearranjo no plano dos afetos (ASSIS, 2002). Deirdre McKay (2007) sugere que a experiência intercultural das migrações requer dos imigrantes o aprendizado de uma nova gramática emocional, baseada em emoções e formas de intimidade que trazem consigo de casa (MCKAY, 2007, p. 182). Se, como diz Sayad, a imigração lá e a emigração aqui são faces do mesmo fenômeno (SAYAD, 1998, p. 14), a distância também exige um aprendizado emocional daqueles que ficam.

REFERÊNCIAS

ASSIS, G. O. **Estar aqui... estar lá:** uma cartografia da vida entre os Estados Unidos e o Brasil - Textos NEPO 41. Campinas: Nepo/Unicamp, 2004.

BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil no século 21:** entre o local e o global. Encontro Nacional de Estudos Populacionais 18 (2012).

BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P (coord). **Redistribuição da população e meio ambiente:** São Paulo e Centro Oeste, 4. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1999.

BISZNTOK, Jacob. **Cacoal-RO:** A constituição de um campesinato na fronteira agrícola da Amazônia Meridional. *GEographia* 5.10 (2003).

CORDEIRO, M. **A Casa a rodar:** Projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras.** Brasília: UNB/ORSTROM, 1988. p. 167-194.

FLORES, S.M. L. Introducción. IN: FLORES, S.M. L. (org) **Migraciones de trabajo y movilidad territorial.** México: Conacyt e Miguel Ànghel Porrúa, 2010.

GARCIA, Ricardo Alexandrino. Estimativas dos emigrantes internacionais do Brasil entre 1995 e 2000: uma aplicação do método das razões

intercensitárias de sobrevivência. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo , v. 30, n. 1, p. 99-123, June 2013 . Disponível em: Acesso em: 23 Jan. 2016.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social.** Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/CNPq, 1989.

GIBSON, A. M. **Immigrating to New Orleans post-Katrina: an ethnographic study of a Brazilian enclave.** Tese de PhD na School of Liberal Arts of Tulane University. 2010. GIBSON, A. M. Rondônia, Brazil to New Orleans, USA: Post-Katrina New Orleans as a Brazilian ‘el dorado’”. *Delaware Review of Latin American Studies.* 13(1): 2012. Disponível em: <>. Acesso em: 22 Jan. 2015.

GLICK SCHILLER, L. **The transnational migration paradigm.** 2012.

GLICK SCHILLER, L.; BASCH, L.; BLANC, C.S. “From Immigrant to Transmigrant: Theorizing Transnational Migration”. **Anthropological Quarterly**, vol. 68, nº 1, pp. 48-63. 1995

GLICK SCHILLER, N.; SALAZAR, N. B. Regimes of Mobility Across the Globe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, Vol. 39, No. 2, 183-200, 2012.

GUEDES, A. D. Fevers, Movements, Passions and Dead Cities in Northern Goiás. In: **Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology**, v. 11, n. 1. January to June 2014. Brasília, ABA. Disponível em: . Acesso em: 19 Nov. 2014

HANDERSON, J. **Diaspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

KLUG, C. Novo Horizonte do Oeste: aspectos migratórios para os Estados Unidos. **Revista Farol**, v. N° V, p. 113-137, 2007.

KLUG, C. A emigração clandestina de Novo Horizonte do Oeste (Rondônia) para os EUA. **Revista Multisaberes**, v. I, p. 41-56, 2011.

MACIEL, L. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP.** Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

MACHADO, I. J. R. O ponto de vista das famílias: etnografia sobre os emigrantes internacionais valadarenses (Brasil). In: PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (org.), **Revista Migrações - Número Temático**. 2009

_____. **Valadares em Família**: experiências etnográficas e deslocamento. 1. ed. Brasília: ABA, 2014. v. 1.

McKAY, D. Sending Dollars Shows Feeling: Emotions and Economies in **Filipino Migration**. *Mobilities* Vol. 2, Iss. 2, 2007.

MENEZES, M. A. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba** (Migração, Família e Reprodução da Força de Trabalho). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande: Universidade Federal da Paraíba, 1985.

_____. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

_____. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; Baeninger, Rosana (org). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2012.

MENEZES, M. A.; GODOI, E. P. Introdução. In: MENEZES, M.; GODOI, E. P (org). **Mobilidades, redes sociais e trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNP1, 2011.

MONTE-MOR, R.L.M. **Espaço e Planejamento Urbano**: considerações sobre o caso de Rondônia. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980.

NOBREGA, R. S. **Contra as “invasões bárbaras”, a humanidade**. A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2008. Dissertação de Mestrado.

_____. **A Catedral São João Bosco**: um monumento de Ji-Paraná. 2014. (Relatório de Pesquisa)

_____. **“Entra na roda”**: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2016. Tese de Doutorado.

NOGUEIRA, V. S. **Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa.** Programa de Pós Graduação em Antropologia. Campinas: UNICAMP, 2010. Tese de Doutorado.

_____. Dádivas e redes: o processo migratório em famílias camponesas. In: MENEZES, M.; GODOI, E. P (org). **Mobilidades, redes sociais e trabalho.** São Paulo: Annablume; Brasília: CNP1, 2011.

PENNA, Camila; ROSA, M. C. Estado, movimentos e a produção da reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do INCRA. **Lua Nova** (Impresso) , v. 95, p. 57-86, 2015.

PEREIRA, J.C.A. A migração internacional de jovens rurais do vale do Jequitinhonha e a (des)reestruturação do seu lugar de origem. In: MENEZES, M.A.; GODOI, E.P. **Mobilidades, Redes Sociais e Trabalho.** São Paulo: Annablume, 2012.

PISCITELLI, A. Sexo tropical em um país europeu. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 15(3): 717-744, setembro-dezembro/2007.

_____. Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais. In: Piscitelli, Adriana; Assis, Gláucia Oliveira de, Olivar, Jose Miguel Nieto (Org). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil.** Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Coleção Encontros, 2011, pp.537-582.

PISCITELLI, A.; ASSIS, G. A.; OLIVAR, J. M. N. Introdução: transitando através das fronteiras. IN: PISCITELLI, A., ASSIS, G. A. & OLIVAR (orgs). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil.** 1. ed. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011. v. 1. 582p.

PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. The new second generation: Segmented assimilation and its variants. **The annals of the American academy of political and social science**, 1993, 530.1: 74-96.

SANTOS, J. O. **Sobre mulheres brabas, parentes inconstantes e a vida entre outros:** a Festa do Jacaré entre os Arara de Rondônia. Doutorado em Antropologia 2015 Universidade de Brasília, UnB.

SASSEN, S. **Sociologia da Globalização.** Porto Alegre. Editora Artmed. 2010.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SCOTT, P. Famílias Camponesas, Migrações e Contextos de Poder no Nordeste: entre o 'Cativoiro' e o 'Meio do Mundo'. In: E. Godoi et al. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2. São Paulo: Editora UNESP. pp. 245-268. 2009.

SILVA, R. V.; FERNANDES, D. M. Perfil de alguns imigrantes brasileiros retornados de Portugal que vivem em Rondônia. **Revista Presença Geográfica**, Vol. 1, No 1, 2014.

SILVA, R. V. **Por que, apesar da crise, alguns voltam e outros ficam? Uma análise comparativa da imigração de retorno de Portugal para o Brasil**. Tese de Doutorado em Geografia. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

TARRIUS, A. **La remontée des Suds**. Afghans et Marocains en Europe Méridionale. 247 Paris: L'Aube, 2007.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 84, p. 153-173, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002009000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000200009>.

TOGNI, P. **A Europa é o Cacém**: Mobilidades, género e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal. Tese de Doutorado em em Antropologia Social - ICS e ISCTE, Lisboa. Ano de obtenção: 2014.

WOORTMAN, E. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec, 1995.

WOORTMAN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**, p.35-51, jan./jun. 1990.

ZANI, M. A. **Entre idas e vi(n)das**: transformações e continuidades em um bairro rural no Sul de Minas Gerais a partir das experiências de mobilidade. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. UNICAMP: Ano de Obtenção: 2012.

ZELIZER, V. **La negociación de la intimidad**. México, Fondo de Cultura Económica, 2009.

EIXO TEMÁTICO 04

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS EM RONDÔNIA: IMIGRAÇÃO
INTERNACIONAL E IMPLICAÇÕES LINGUÍSTICAS**

A COR E A NACIONALIDADE DA NOTÍCIA: IMAGENS DOS “BARBADIANOS” A PARTIR DO JORNAL ALTO MADEIRA

Mara Genecy Centeno Nogueira
Sonia Maria Gomes Sampaio

INTRODUÇÃO

A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8).

O jornal, na condição de fonte primária, permite possibilidades de pesquisas que devem ser feitas com determinados cuidados, afinal periódicos impressos não são isentos de intencionalidades, pois seguem linhas editoriais pré-determinadas, selecionam notícias e as formas como devem ser narradas, além de silenciar outras. Nesse jogo de “ditos” e “não ditos” ou entre “o que noticiar” e “o que não noticiar”, os jornais se tornaram atores políticos e grandes influenciadores da opinião pública.

Nesse sentido, o jornal com seu jogo de palavras, por vezes infames, apresenta os indivíduos considerados desviantes e/ou perigosos. É nesse cenário que o sujeito imigrante se enquadra, uma vez que em sua condição diaspórica geralmente ao cruzar fronteiras, acaba por se tornar o “Outro” ou aquele “que ainda não se confunde conosco e nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do *nós*” (MARTINS, 2009, p. 10).

Diante do exposto o nosso exercício de reflexão parte justamente dos enunciados discursivos presentes no Jornal Alto Madeira¹, no período de 1917 a 1950, sobre o grupo de negros, oriundos da América Central, que chegaram a Porto Velho para trabalhar na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (E.F.M.M.)² e nessas paragens amazônicas passaram a ser denominados

1 Jornal mais antigo da cidade de Porto Velho, tendo completado cem anos em 2017, ano em que extinguiu suas atividades. Por suas páginas os portovelhenses e, posteriormente, os rondonienses receberam notícias da cidade, da região e do mundo.

2 A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, corresponde a 366 quilômetros de linha férrea, ligando as duas cidades Porto Velho e Guajará-Mirim, ambas localizadas no atual estado de Rondônia. A necessidade da ferrovia partiu do território boliviano que necessitava encontrar uma saída para o escoamento da sua produção, uma vez que via rota fluvial se tornava inviável devido aos trechos encachoeirados, principalmente entre os rios Mamoré e Madeira. Assim, com a assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903, a referida ferrovia começou a ser planejada e finalmente executada entre o período de 1907 a 1912. É considerada uma obra embrionária de modernidade em plena floresta Amazônica.

“barbadianos”³ – como ficaram conhecidos antilhanos, caribenhos, granadinos, trindadenses, entre outros. Por falar inglês e por ser considerada mão de obra especializada, se candidataram ao trabalho para construção da referida linha férrea, no lugar que ficaria conhecido, anos depois, como Porto Velho, no atual estado de Rondônia, no período de 1907 a 1912.

O percurso historiográfico sobre o surgimento do mito fundador da cidade de Porto Velho, que é a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, aponta a mão de obra dos “barbadianos” como um dos fatores responsáveis pelo sucesso do empreendimento na terceira fase de construção da linha férrea. No entanto, nada foi fácil para essa população de negros participante da segunda orla migratória, uma vez que pelas páginas do jornal nem sempre foram vistos como sujeitos de bem e, sim como provocadores de brigas, responsáveis por delitos e articuladores de desordens.

Assim, a questão posta para o debate na referida pesquisa é analisar os discursos presentes no Alto Madeira sobre os “barbadianos”, tomando como ponto de partida o fato que o referido jornal era e foi durante muito tempo o meio de comunicação de suma importância para a região e, sobretudo, para os portovelhenses. Por meio dele podemos extrair e/ou recuperar notícias que nos ajudarão a pensar na dinâmica estabelecida sobre a condição de sujeito negro e “barbadiano” nessas paragens amazônicas por meio das notícias policiais.

Cabe-nos ressaltar, que mapear a trajetória dos sujeitos “barbadianos” tendo como fonte o jornal, contribui, a nosso ver, para ampliar as discussões dos processos migratórios para além do ato de migrar, uma vez que saber as condições a que esses corpos foram submetidos pelas publicações jornalísticas, principalmente, as policiais, nos ajudam a pensar na discriminação ou mais precisamente no racismo sofrido por esse grupo de trabalhadores e seus descendentes.

Por fim, esclarecemos mais uma vez ao nosso leitor que o jornal não é uma fonte isenta e nesse sentido perceber como os “Barbadianos” foram vistos e lidos pelos enunciados nas páginas do Alto Madeira contribuirá para que possamos entender quais as representações que se pretendeu construir, reforçar ou silenciar, sobre o referido grupo.

3 Foram apelidados de “Barbadianos” todos os negros oriundos da América Central em virtude Ilha de Barbados ter sido o ponto de contratação de trabalhadores afro-caribenhos.

OS “BARBADIANOS” PELAS PÁGINAS DO ALTO MADEIRA

Aceitando-se, o negro afirma-se cultural, moral, física e psiquicamente. Ele se reivindica com paixão, a mesma que o fazja admirar e assimilar o branco. Ele assumirá a cor negada e verá nela traços de beleza e de feiura como qualquer ser humano ‘normal’ (MUNANGA, 1988, p. 32).

Em uma pesquisa que realizamos em 2004, com nativos e descendentes de “barbadianos”, descobrimos, através de entrevistas, que o desembarcar dos negros vindos da América Central provocou incômodos na população de Porto Velho. O grupo era diferente, afirmaram alguns entrevistados, agiam como se não fossem negros. Falavam inglês, ocupavam cargos na ferrovia, se vestiam de forma diferente e agiam como se tivessem nojo dos nativos (NOGUEIRA, 2004). Talvez, a explicação para o incômodo fosse justamente o que Munanga (1988) reforça na epígrafe, ou seja, os chamados “barbadianos” assumiram a cor negada, enquanto os negros que migraram do nordeste para essa parte da Amazônia para trabalhar como seringueiro ou soldado da borracha, ainda tentavam copiar o branco. Era o reflexo da colonização que ainda se processava nesses corpos subalternizados.

Entre os negros afro-brasileiros e afro-caribenhos, a forma de agir era distinta e pode ser vista como um exemplo claro do que Fanon (2008) denominou de “corpo colonial”. Para os primeiros, os corpos ainda eram subalternizados, invisíveis e destituídos de direitos, enquanto que para os segundos, seus corpos eram visíveis em sua performance política. Faziam questão de demonstrar que eram livres, que compunham um contingente de trabalhadores especializados e, acima de tudo, eram alfabetizados.

Pensar sobre esse encontro, não é só percebê-lo entre os grupos afro-brasileiros e afro-caribenhos e sim, pensá-lo em um contexto que implicava a presença de outros atores sociais: nativos, norte-americanos, ingleses e demais nacionalidades expressas no conjunto de trabalhadores que estiveram nestas paragens amazônicas durante e após a construção da Madeira-Mamoré. Localizá-lo significava trazer à tona a forma de pensar e classificar o “Outro”, os preconceitos que reverberaram na primeira metade do século XX e as maneiras que o sujeito afro-caribenho encontrou de se territorializar na cidade ainda em formação.

É interessante observarmos que os “barbadianos” compuseram o maior número de trabalhadores contratados para ferrovia entre as mais de cinquenta nacionalidades que aqui estiveram para imprimir o sonho de modernidade em plena selva. A historiografia produzida sobre a cidade e relatos de viajantes demonstram que inicialmente a cidade tornou-se uma verdadeira “Torre de Babel”, com falares diferentes que iam do grego ao português demarcando a identidade cultural de seus mais diversos sujeitos sociais (CANTANHEDE, 1950; SILVA 1991; PINHEIRO, 1996; BORZACOV, 2007).

É preciso mencionar que apesar de Porto Velho ter recebido aproximadamente 30 mil trabalhadores de nacionalidades diferentes, os únicos que se territorializaram na referida cidade foram os “barbadianos”, uma vez que a grande maioria ou voltou para o seu país de origem ou migrou para outras cidades, a exemplo dos gregos que foram para Guajará-Mirim e dos libaneses que foram para o atual estado do Acre.

O ano em que a companhia engajou mais trabalhadores, em todos os países, foi o de 1910. [...] Então, teremos cerca de 30.000 homens chegados a Porto Velho e Santo Antônio, com o objetivo de trabalhar na construção. Evidentemente, devemos considerar também aqueles que chegaram àqueles locais com a intenção de viver de atividades próprias (FERREIRA, 1981, p. 301)

Nesse sentido, tendo os afro-caribenhos se fixado na cidade, acabaram recebendo a maior carga de representações. Assim, foram vistos, ainda, como seres superiores, uma vez que nesta parte da Amazônia não se viam como sujeitos provenientes de territórios colonizados pelos ingleses e, sim na condição de colonizadores, afinal falavam inglês; andavam sempre limpos; foi o único grupo de trabalhadores da ferrovia autorizado a trazer suas famílias; fundaram um bairro no complexo ferroviário, denominado de “*Barbadoes Town*” (Cidade dos Barbadianos), mas que foi denominado pela população local, de forma pejorativa, como “Alto do Bode”.

A representação que a população local fazia desse grupo, correspondia, guardadas as proporções temporais e espaciais, com a forma trágica, como ressalta Fanon (2008, p. 30), que os funcionários antilhanos possuíam em relação à África e aos africanos “O africano era um negro e o antilhano um europeu” e nessa parte da Amazônia, os “Barbadianos” se achavam europeus e consideravam os nativos como negros.

Do outro lado da cidade e apartados por uma avenida chamada de Divisória, porque dividia o espaço privado da ferrovia dos demais espaços públicos, estava a outra parte da população, vista pelos “barbadianos” como: sujos, analfabetos e sujeitos que viviam na informalidade do trabalho, em contraposição ao princípio organizador da ferrovia ditado pelo poder disciplinar (NOGUEIRA, 2004). A cidade nascia assim, estranha e dual,

[...] Porto Velho era anunciada como uma cidade, moderna, planejada, a partir do pátio da ferrovia, seu núcleo inicial, observa-se a divisão funcional do espaço: o local de recreio, os locais de moradia (hierarquicamente divididos) e de trabalho (oficinas e escritórios). Mas, ao lado do espaço controlado pela ferrovia, surgiu uma aglomeração que, desde o início, revelou ser o avesso de seu embrião. Anarquicamente, nessa parte da cidade, misturavam-se as funções de moradia, trabalho e diversão (pouco recomendável segundo os padrões da administração da ferrovia). (...) Tradição e modernidade superpuseram-se em uma cidade com duas faces, com evidente vantagem para a primeira, em função do meio ambiente circundante ao espaço urbano. Assim, o fato de a cidade ter surgido a partir de um empreendimento industrial conduz a várias confusões, dentre elas a de considerar uma cidade predominantemente moderna em seus pródomos (FONSECA, 2007, p. 92–93).

Foi nesse cenário de construção do espaço urbano que encontramos nos enunciados discursivos presentes no jornal *Alto Madeira*, na primeira metade do século XIX, toda uma carga negativa referente aos “barbadianos”. Cabe-nos destacar que toda a matéria sobre o grupo se refere a um período posterior ao término da ferrovia, tendo em vista que a fase de conclusão se dá em 1912 e o jornal só surge em 1917. Portanto, muitos trabalhadores já haviam sido demitidos da ferrovia, mas continuaram a viver no chamado Alto do Bode.

As notícias sobre os “barbadianos” se enquadram na grande maioria em duas temáticas: brigas por ciúmes ou assassinatos provocados quase sempre pelo mesmo motivo. Na primeira nota (Figura 1) observamos a sentença de condenação de um crime praticado por Arthur Blakett contra um patrício no Alto do Bode. Aqui emerge alguns sentidos que precisam ser analisados. O primeiro é que o jornal substituiu o nome oficial do bairro “*Barbadoes Town*” por Alto do Bode e o segundo refere-se ao ciúme.

Quando nos debruçamos para investigar o que se embutia com a substituição do nome do bairro, localizamos preconceitos. A primeira explicação é a de que o nome do bairro em inglês era difícil de ser pronunciado pela população local; a segunda demonstrava que durante o verão amazônico os negros exalavam um

suor tão forte que se aproximava ao cheiro do bode; a terceira e não menos preconceituosa, alteava que a comunidade ao abrigar negros estrangeiros e que tinham por idioma o inglês, costumavam dizer que eles não falavam e, sim bodejavam; a quarta explicação aponta para o fato de que alguns moradores do bairro por serem maçons, o que gerou entre os nativos a ideia de que a Loja Maçônica a qual eles pertenciam, cultuava bodes e por último localizamos em Hugo Ferreira a seguinte explicação,

Esse morro, de mais ou menos mil metros quadrados, era circundado pelo igarapé e igapó adjacentes, formando uma linha. Devido ao ativo odor do almíscar característico da raça, foi ao certo dia crismado por algum espirituoso nordestino, ao passar por perto, de Alto do Bode, apodo tradicionalmente conservado até hoje (1969, s/p, apud FONSECA, 1995, p. 68)

O jornal, ao denominar o bairro como Alto do Bode em substituição a “*Barbadoes Town*”, contribuiu para apagar a luta de um grupo de negros que tentava se fazer conhecer, a partir do desembarque na cidade. Demonstrava de certa forma, ao seu leitor, que o bairro constituído na área privada da ferrovia, havia se metamorfoseado com o término da construção da linha férrea. A dispensa de muitos trabalhadores ferroviários e moradores do bairro, acabou por colocar um contingente de negros estrangeiros em condição semelhante aos demais homens e mulheres que viviam fora do espaço ferroviário, ou seja, na condição de vadios ou dos que sobreviviam da informalidade do trabalho.

A marca editorial do jornal na primeira metade do século passado acentua por meio do nome pejorativo de Alto do Bode, que o bairro deveria sofrer fiscalização por parte do poder público, pois ali se registravam muitas ocorrências policiais.

É importante frisar que o jornal já vinha, em muitas edições, chamando atenção das autoridades para o crescimento da “vagabundagem” na cidade. Em 1821 foi publicada uma matéria referente a um atrito envolvendo um ambulante e um carregador em frente a um botequim, resultando no corte de navalha no abdome de um deles, mas sem muita gravidade. Nenhum era “barbadiano”, porém a matéria serviu para que o jornal chamasse à atenção do delegado de polícia para “[...] os ajuntamentos de indivíduos desocupados que fazem parada à noite em certos botequins desta cidade [...] A vagabundagem está campeando e necessária se tornam as providências [...]” (ALTO MADEIRA, de 27 de janeiro de 1921, p. 2).

Observa-se que mesmo o jornal trazendo as profissões (ambulante e carregador) dos sujeitos envolvidos na briga, por se tratar atividades informais

não eram reconhecidas. Era a “teoria da vagabundagem”, como bem acentuou Laura de Mello e Souza (1982, p. 83) em seu estudo sobre a pobreza no Brasil no século XVII, que ainda insistia em marginalizar, em pleno século XX, os sujeitos sem ocupações definidas aos olhos dos agentes públicos de segurança.

O segundo sentido a ser analisado é o ciúme, apontado pelo jornal, como o grande vilão e/ou como o grande responsável pelos arroubos de violências. As notas policiais mencionavam o sujeito (homem/mulher) “Barbadiano” como responsável pelo delito. O ciumento tornava-se um delinquente e, conseqüentemente um indivíduo a ser corrigido.

No Alto Madeira, os “barbadianos” foram alvos de notas referentes às traições, roubos, assassinatos, dentre outros delitos.

Figura 1: Alto Madeira, 02 de junho de 1918

Sentença confirmada

Na appellação crime, em que foram appellante Arthur Blakett e appellada a justiça publica, o Superior Tribunal negou provimento, por voto unanime, á appellação.

Foi relator o desembargador Abel Garcia.

Arthur Blakett fôra condemnado pelo Jury desta comarca, em dezembro do anno ultimo, a sete annos de prisão, por haver assassinado um seu patricio, no Alto do Bode, por questões de ciúmes, no dia de natal de 1916.

Quando investigamos a causa do ciúme, encontramos no número de habitantes uma possível explicação para o número de delitos e esta tem relação com o crescimento populacional desigual entre gêneros. O recenseamento feito em Porto Velho em 1917, trazia como resultado da população fixa: 1.270 homens, 575

mulheres e entre estes estavam compreendidos 1.133 brasileiros e 712 estrangeiros, dentre eles 174 pessoas vindas das possessões inglesas. O jornal informava que não foi computada a população da área rural (ALTO MADEIRA, de 27 de setembro de 1917, p. 1). O número reduzido de mulheres e o número pequeno de “barbadianos” pode explicar o ciúme e, conseqüentemente o número de adultério.

Na maior parte das notícias presentes no jornal os estrangeiros e, especialmente, os negros garantiam a movimentação da prisão. Na seção de notas policiais, os “barbadianos” apareciam de forma sempre negativa/pejorativa, igualando-se aos enunciados discursivos presentes em outros jornais do país, quando retratavam a fuga ou a prisão de negros escravos ou alforriados.

Na Consolação foi presa a preta Eufrásia Maria Joaquina por vagabundagem.

Na estação Santa Efigênia foi recolhido o preto Esteves escravo de Manoel Cunha por desobediente (CORREIO PAULISTANO, de 30 de janeiro de 1886, apud SCHWARCZ, 1987, p. 155).

O Alto Madeira seguia os mesmos passos, quando se tratava dos “barbadianos”. Nas notas policiais o caráter doentio e degenerado era acentuado como podemos perceber na Figura 2 e na Figura 3.

Figura 2: Jornal Alto Madeira, 25 de setembro de 1919.

James Best, residente no «Alto do Bode», fogueira da Madeira Mamoré, queixou-se que o indivíduo Seclais Clement na noite de 23 fôra á sua residencia e lhe insultou, atirando-lhe diversas garrafas e dizendo que o havia de cortar a terçado.

Indo Charles Cumberbatch apaziguar a questão, foi tambem agredido pelo Clement, recebendo uma forte cacetada no braço esquerdo, que produziu um pequeno ferimento.

O acusado que é barbadiano, com 24 annos de idade, vagabundo, foi preso.

Figura 3: Jornal Alto Madeira, 16 de fevereiro de 1919.⁴

Scena de Sangue
UMA INFELIZ, EM ESTADO INTERESSANTE, RECEBE UM GOLPE NO BAIXO VENTRE. O MOVEL DO CRIME E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS
<p>Na noite de 13 do corrente preparava-se Gladys Ellis, natural de Barbados, possessão inglesa, para assistir a um “Funge” em certa casa no conhecido “Alto do Bode” um dos departamentos da companhia Madeira Mamoré, reservado, exclusivamente à habitação desses subditos da Inglaterra.</p> <p>Gladys, uma criatura de maus instintos, em indo dar tréguas ai seu gênio buliçoso e irrequieto, armára-se de uma tesoura, que ocultava no regaço.</p> <p>Alli, no referido lugar, tembem residia uma patrícia de Gladys, de nome Ada Wade, que também pretendia associar-se ás satisfações daquela noite.</p> <p>Verificando, porem, que a contendorá, se armára, recebeu e preveu um mau designio, resolvendo ficar em casa.</p> <p>Passou-se a noite.</p> <p>Na manhã seguinte, 14, aos primeiros raios solares, estava Gladys, que trazia, desde a noite anterior, a premeditação de agredir a sua interlocutora, nesta passagem, dirigiu-lhe diversos insultos.</p> <p>Momentos depois, esta, ocupava-se em outros serviços domésticos, quando a outra, em represália, tembem lhe dirige outros tantos insultos.</p> <p>Dahi, seguiu-se a lucta.</p> <p>Gladys, armou-se de uma navalha e investiu contra a outra, já lhe tendo feito diversos ferimentos, quando foi interrompida por diversas pessoas que acudiram ás exclamações de socorro, inclusive o amante, de Gladys, James Allend, este, porém, em auxilio da agressôra.</p> <p>O facto passou-se no barracão nº 5.</p> <p>Aberto o necessario inquerito policial e feito o devido corpo de delicto na pessoa de Wade, ficou constatado o seu estado interessante e ter recebido um ferimento fundo na região do baio ventre.</p> <p>Transportada ao hospital da Candelária, o seu estado inspira sérios cuidados.</p> <p>Foram presos: Gladys Ellis e o amante desta James Allend. Wade, é uma mulher ainda jovem, contando apenas 20 annos.</p> <p>A policia prossegue no inquérito e nas demais diligencias.</p>

4 Transcrevemos a notícias, pois não conseguimos uma boa resolução nas tentativas de copiá-la do jornal.

Nas duas notas observamos a forma como o jornal atribui representações aos “barbadianos”. Na Figura 2, o acusado, Seclais Clement, após ter ferido dois conterrâneos no Alto do Bode, é denominado na nota, de vagabundo. A expressão utilizada pelo Alto Madeira, associada a vadios, indolentes e preguiçosos, foi usada no início da fase republicana no Brasil, onde o negro estrangeiro ou não, passou a formar a raça degenerada e responsável por proliferar doenças e disseminar atos de vadiagem no país, uma vez que com a abolição não houve um projeto de absorção do negro no trabalho dito formal (CHALHOUB, 1996).

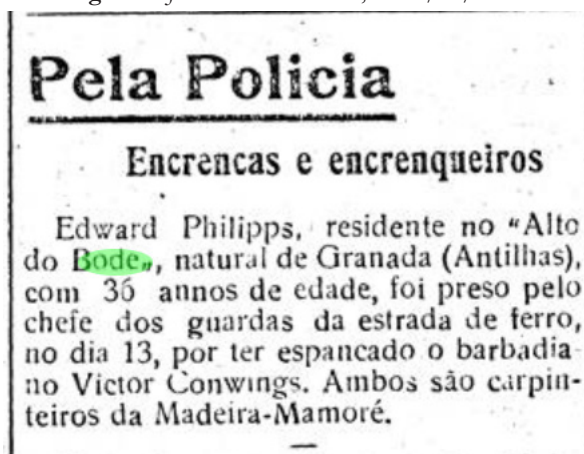
Nesse contexto, podemos dizer que o negro de forma geral passou a ser indiciado socialmente, uma vez que possuía uma índole que deveria ser combatida e/ou condenada pela moral da comunidade. Os jornais da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX ajudaram a propagar a sentença de vagabundos aos que estavam fora do mundo do trabalho formal. Os enunciados discursivos iam apresentando aos seus leitores as relações de trabalhos sendo instituídas como necessárias, ao mesmo tempo que mostrava a formação de uma legião de desempregados que sobreviviam de pequenos “bicos” ou de atividades que transgrediam as leis vigentes.

O vagabundo, como diz Argier (2015, p. 119),

[...] é uma figura antiga, que pôde ser outra vez, ou que ainda é em outros lugares, relativamente “boa para pensar”. Bastante próxima do vendedor ambulante e do nômade, é um estrangeiro [...] Ele é, sobretudo, sem domicilio fixo, eventual e temporariamente “sem teto”, bem mais do que “sem documento” [...].

Como podemos perceber, no início do século XX, as matérias faziam questão, ainda, de apresentar homens e mulheres negros e, nesse caso específico, os “barbadianos”, na condição de vagabundos, encenqueiros (Figura 4) e transgressores, mesmo sendo esses considerados súditos da rainha da Inglaterra. As notas apresentavam um pré-julgamento, ou seja, o jornal julgava antes da justiça ao inserir a responsável pela briga como “criatura de maus instintos”, de “gênio buliçoso e irrequieto”. Todas essas representações tinham raízes na escravidão instituída no Brasil, onde o negro era visto como o sabotador do mundo do trabalho, o que sempre arrumava confusão ou que devia ser vigiado o tempo todo, nos canaviais pelo feitor e na cidade pela população, pela polícia e pelos jornais. Como podemos perceber o feitor jamais esteve ausente.

Figura 4: Jornal Alto Madeira, de 19/10/1919.



Os atos de violência praticados pelos “Barbadianos” e estampados pelo jornal contribuíam para apontar que, em boa parte, os “tais súditos ingleses” não estavam “civilizados”, uma vez que a disciplina era o primeiro passo para se atingir a civilidade.

Levá-los à condenação e conseqüentemente à prisão, a exemplo do que ocorreu com o Arthur Blakett (Figura 1), ao ser condenado, parecia ser a pretensão do jornal como formador de opiniões. Afinal, fazia questão de enaltecer que os transgressores deveriam ter seus corpos penalizados e inferiorizados na condição de marginais.

Fanon (2008) ressalta que os corpos negros foram inferiorizados duplamente durante a colonização, a primeira pela cor da pele que foi determinante para subjugá-lo como mão de obra escrava e a segunda forçosamente provocada pela perda da língua, uma vez que ao ser deslocado para outros territórios, tiveram que aprender o idioma do colonizador.

Apesar de Fanon (2008) se referir especificamente ao processo de colonização, o exemplo traçado serve para pensarmos sobre a desterritorialização dos “Barbadianos” ao chegarem em Porto Velho. Eles não vieram na condição de escravos e nem tampouco substituíram o inglês pelo português. Pelo contrário, chegaram na condição de mão de obra especializada e assalariada; viveram no espaço privado da ferrovia; continuaram a falar inglês e a manter os traços culturais de seus países e se consideravam súditos da coroa Inglesa; tomavam chá das cinco e construíram suas casas com a arquitetura semelhante

às da América Central. Assim, se desterritorializaram ao deixar a terra natal, mas se territorializaram ao desembarcar nessa parte da Amazônia.

Os estereótipos atribuídos aos negros e propagados pelo jornal apontavam claramente que as notícias policiais, na maior parte das vezes, tinham cor e nacionalidade.

Figura 5: Jornal Alto Madeira, de 13/04/1919.



É interessante ressaltar que o Alto do Bode, mesmo situado em espaço privado, era considerado um bairro periférico, uma vez que abrigava negros que com o término da linha férrea, acabaram por se dedicar a informalidade do

trabalho e/ou a formas de sobrevivências consideradas perigosas, especialmente, as desenvolvidas pelas mulheres que na maioria das vezes eram taxadas como feiticeiras e prostitutas.

Associar a figura feminina à condição de feiticeiras ou prostitutas (Figura 5) era uma prática comum e geralmente essas imagens eram veiculadas e dominavam a cena. A mulher negra de forma geral ganhava quase sempre papéis pejorativos nas páginas do Alto Madeira. A negra degenerada podia ser chamada de “*repirrique*” como reproduzia a nota policial, afinal os negros eram desde do processo colonizador taxados de amoraís por viverem uma vida de libertinagem sexual.

A condição de rapariga atribuída à mulher agredida, carrega um sentido semântico amplo, mas que revela, dentre outras coisas, a sua dimensão moral e social. Ao ser associada à figura da prostituta, é imputada a mulher a ideia de uma sexualidade pervertida que entrava em contraposição com a sexualidade sadia proporcionada pelo casamento.

A prostituição trazia como marca o corpo doente que precisava ser regenerado, uma vez que usava o sexo por prazer e, não com o intuito de procriação. Por isso, a prostituição era considerada atentado à moralidade.

O jornal reproduzia a marca da maldade nessas mulheres, quando as colocava na condição de feiticeira, era a demonização da figura feminina voltando à tona, a exemplo da Idade Média e do Brasil Colônia, onde as mulheres eram tidas como feiticeiras, somente pelo fato de ajudar a curar ou a benzer crianças.

O Alto Madeira reproduzia a cena pela perspectiva do repórter e não efetivamente amparado na ocorrência policial. Ao “enfeitar” as notas, o jornal trazia toda uma carga de preconceitos contra homens e mulheres “Barbadianos” e os punia publicamente, antes do final do trâmite da justiça oficial.

O preconceito promovido pelo jornal em relação aos “Barbadianos” acabou ocultando as contribuições dadas pelo grupo à cidade em formação. Para além da construção da Madeira-Mamoré, o grupo é considerado um dos responsáveis pela implantação da primeira Igreja Batista; formação da primeira Loja Maçônica e de ter contribuído com o processo educacional em Porto Velho.

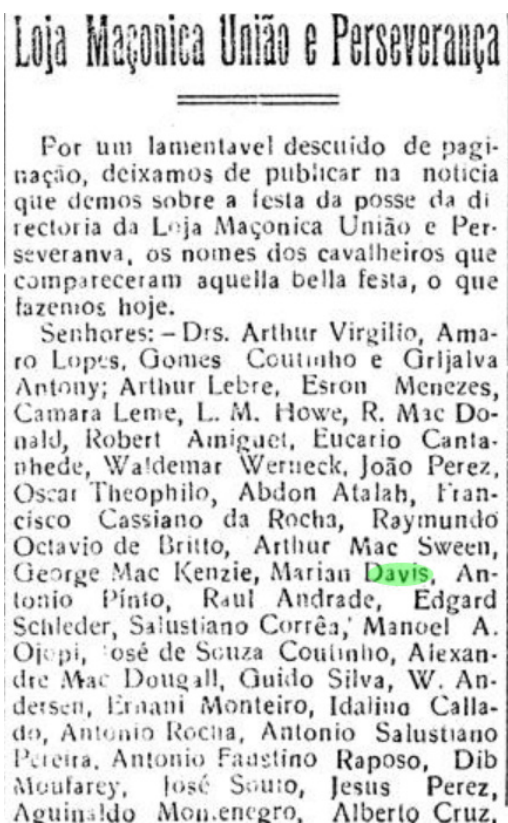
Um dos grandes legados barbadianos que podemos destacar aparece na formação da comunidade evangélica de Porto Velho. Em 1921 nasce, oficialmente, a Primeira Igreja Batista de Porto Velho, seguida da Assembleia de Deus em 1922. Os barbadianos então passam a fazer parte dessas igrejas assumindo lideranças importantes. Entretanto vale lembrar que antes da fundação dessas igrejas já existiam cultos nos barracões do complexo ferroviário da Madeira Mamoré (SCHUINDT, 2016, p. 69).

A religião protestante foi um dos legados mais importantes da população “Barbadiana” nesta parte da Amazônia, porém o jornal não fez menção a essa participação e nem tampouco noticiou a participação do grupo na formação de uma identidade religiosa no bairro, tendo em vista que ao se instalarem no “*Barbadoes Town*” transportaram as bases culturais que expressavam o jeito de viver das ilhas caribenhas, dentre elas a arquitetura das casas e a leitura bíblica,

O bairro desenvolvido pelo grupo, como já abordamos, carregava os traços do lugar de onde haviam partido. Era como se parte da América Central tivesse sido transportada para Porto Velho. As casas seguiam o tipo de construção das ilhas caribenhas, ou seja, apesar de ficar em um morro foram construídas sobre palafitas e em madeira, os quintais com muitas árvores frutíferas, animais, horta e um grau de higiene não vistos por aqui. Além disso, continuaram a desenvolver a leitura bíblica e os seus cultos nos barracões da ferrovia (SAMPAIO, 2010 p. 62)

Da Loja Maçônica conseguimos localizar uma matéria que faz menção a presença de alguns “barbadianos” na festa de posse da diretoria da referida loja.

Figura 6: Jornal Alto Madeira, de 01/07/1926.



Destacamos que as poucas vezes que os “barbadianos” apareciam no jornal de forma positiva, quase não tinham visibilidade, uma vez que o jornal não notabilizava o feito, como observamos na nota abaixo (Figura 7), intitulada “Dia de Orgulho para Porto Velho” que destacava as professoras que estariam colando grau na primeira turma do Colégio Salesiano Maria Auxiliadora. Entre os vários nomes que o jornal trazia, estava Aurélia Banfield, descendente de “Barbadiano”, e considerada a primeira professora negra do município de Porto Velho e moradora do Alto do Bode.

O jornal não só silenciou a importância de dona Aurélia como a de outros professores negros e “Barbadianos” que são destacados pela história oral,

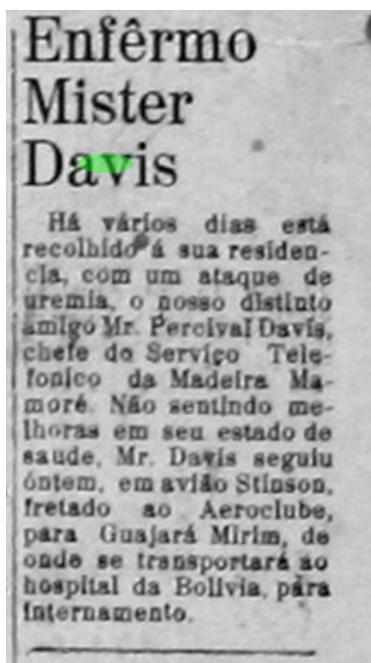
O Alto do Bode foi símbolo de educação e Mister Davis foi o professor mais conhecido das redondezas, mas, só os filhos de Barbadianos e até mesmo brancos que podiam pagar tinham aulas com *Mister Davis, que já tinha vindo da sua ilha de origem com esta profissão e aqui trabalhava como telefonista. Ele não foi o único, muitos outros negros que trabalhavam na E.F.M.M. nas horas vagas, preocupados com a educação dos filhos e conterrâneos, ministravam aulas para essas crianças.* ELTON BLACKMAN, *fez algumas considerações sobre a atuação de Mister Davis na educação no Alto do Bode:* “(...) existia um professor que ensinava a falar inglês, mas era pago, era Mr. Davis. Só quem tinha condições mandava os filhos estudar inglês. Naquela época só tinha Mr. Davis, era da Granada (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO ESTADO apud SILVA, 2013, p. 1).

Figura 7: Jornal Alto Madeira, de 27/11/1940.



Sobre o Mister Davis encontramos no jornal apenas uma nota que mencionava a fragilidade do seu estado de saúde e a sua locomoção para Guajará Mirim.

Figura 8: Jornal Alto Madeira, de 29/11/1949.



Por fim, em uma cidade que já nasce sob o signo da dualidade e que abriga um grupo denominado nativo e outro de estrangeiro, que se enfrentam, as relações não seriam necessariamente de cordialidade, posto que na disputa pelo poder vale tentar aniquilar/desprestigiar o oponente de todas as formas. No caso da cidade de Porto Velho, como em outras cidades do Brasil, o jornal foi um dos veículos que ajudaram a consagrar ou destruir grupos.

Como dito, a imprensa, como qualquer outra instituição, não é isenta e a opinião pública, levada por notícias falaciosas, não exerce o direito da dúvida, condenando todo aquele que ela julga não corresponder aos padrões vigentes de comportamento, principalmente as ditas minorias como negros, estrangeiros, mulheres e pobres. Não importa se cometeram crimes ou não, o que importa é categorizar esses sujeitos em aptos ou não aptos ao convívio em uma sociedade que se considera, nesse caso, branca e dona do território.

Destruir a imagem dos barbadianos por meio de notícias, imputando enfaticamente a eles todos os crimes e improbidades e apagando os feitos

positivos, é uma das formas que a colonização pretensamente arranhou de apagá-los da história e da memória. Todavia, tudo o que se pensa em apagar é o que termina sobressaindo, sobremaneira, aos olhos do mundo

REFERÊNCIAS

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho – 100 anos de história**. Porto Velho: Primor, 2007.

CANTANHEDE, Antônio. **Achegas para a História de Porto Velho**. Manaus, 1950.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, Hélio. Barbadoes Town – cidade dos barbadianos. In: BORZACOV, Ary Pinheiro; DIAS, Antonio Gonçalves. **Compendio da História e Cultura de Rondônia**. V. 3. Porto Velho: FUNCER, 1995.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Fronteiras: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 2a Ed. São Paulo: Ática, 1988.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. Estrangeiro Negro, Sim; mas instruído: um olhar amazônico sobre a presença “barbadiana” no campo das representações sociais em Porto Velho no início do século XX. In: **Revista Saber da Amazônia**, nº 1. Porto Velho: EDUFRO, 2004.

PINHEIRO, Ary Tupinambá Penna et al. **Nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré**. Porto Velho: Conselho Estadual de Cultura. 1996.

SAMPAIO, Sonia Maria Gomes. **Uma escola (in)visível**: memórias de professoras negras em Porto Velho no início do século XX. Tese (Tese em Educação) – UNESP. São Paulo, 2010.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O Negro na Imprensa Baiana do Século XX**. Disponível em: <http://www.negronaimprensa.ceao.ufba.br/index.php/apresentacao> - Acesso em 23 de set. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Retrato em Branco e Negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia**: Porto Velho. Porto Velho: Palmares, 1991.

SILVA, Rita Clara Vieira da. Mulher barbadiana: um modelo educacional. **Revista Zona de Impacto**. Ano 15, v. I, 2013.

MELLO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza no século XVII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

ANÁLISE DAS REGULARIDADES DISCURSIVAS NOS TEXTOS DAS MÍDIAS VIRTUAIS NACIONAIS SOBRE O PROCESSO DE MIGRAÇÃO HAITIANA NA AMAZÔNIA

Daniele Teresa Samora de Oliveira

INTRODUÇÃO

O ensaio trata do resultado da pesquisa “Um recorte do discurso midiático sobre o processo de imigração haitiana na Amazônia: uma análise das regularidades discursivas” realizada para obtenção do título de Mestra em Letras.

Trataremos, aqui, da análise de textos retirados das mídias virtuais – *sites* e *blogs* – durante o período de 2010 a 2013, registrados pelo Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) – Migração Haitiana para o Brasil/Resenha de Imprensa – que catalogou quatrocentos e sessenta e quatro notícias a respeito do processo migratório haitiano para o Brasil. Dessas quatrocentos e sessenta e quatro notícias, selecionamos oitenta e cinco matérias e a partir da observação dos textos publicados, percebemos que havia dois ciclos de notícias que marcavam o processo migratório do haitiano no Brasil e que consideramos importante, naquele momento, salientar: 1) a chegada dos haitianos nas fronteiras do Acre e do Amazonas; e, 2) o fechamento das fronteiras, pela suspensão de visto e a abertura das fronteiras, na concessão de vistos.

Na prática, os ciclos foram organizados a partir da seleção vocabular dos títulos das reportagens publicadas em sites e blogs de notícias ou pela ideia representada por estas palavras – *Chegada e fronteira*.

Analisamos vinte e cinco notícias que falavam sobre a chegada dos haitianos, quinze sobre a abertura das fronteiras e quarenta e cinco sobre o fechamento das fronteiras. Lembrando que elas foram separadas a partir da análise vocabular dos títulos, logo não significa que o restante também não aborde os assuntos escolhidos para análise. Houve, também, muitas notícias registrando o que nos pareceu ser o objetivo da migração: o trabalho. Entretanto, decidimos não tratar, na época, esse tema como um ciclo, pois todas as outras matérias selecionadas por ciclo contemplavam o assunto trabalho.

Procedemos à análise discursiva a partir das teorias de Foucault em discurso, poder, arquivo, sujeito e formação discursiva; sobre as condições de produção, memória e imaginário discursivo, de Pêcheux. De Bakhtin, Bonini e Moreno, gêneros

textuais. Ainda, as teorias de Bauman, Hall, Bhabha e Sayad sobre identidade, pertencimento e migração, respectivamente. Os procedimentos adotados foram organizados da seguinte forma: primeiro, pontuamos os parâmetros textuais, como organização textual, as estratégias de formação discursiva, os operadores e modalizadores discursivos; segundo, buscamos as regularidades discursivas; e terceiro, as condições de produção. No entanto, não necessariamente todos os ciclos e anos analisados seguiram essa ordem rigorosamente. Dessa forma, traçamos a formação dos discursos midiáticos a partir das regularidades encontradas nos textos, situadas em períodos e variadas fontes virtuais.

Por fim, tratamos as mídias virtuais, assim como fez o IMDH – *blogs e sites* – como: 1) grande imprensa, quando nos referimos a mídias de âmbito nacional; 2) imprensa local, quando nos referimos a mídias do Estado do Acre e Amazonas; e, 3) outras fontes, quando nos referimos a mídias alternativas, boletins de entidades e organizações, e os blogs. Entendemos que a divisão proposta foi pertinente para marcar de que lugar o locutor falava e qual a relação de poder que ele estabelecia com o interlocutor da notícia vinculada.

TEXTOS MIDIÁTICOS RELATIVOS À CHEGADA DOS HAITIANOS AO BRASIL

Abordamos os discursos das mídias virtuais por meio da seleção de textos que registraram a chegada dos imigrantes haitianos nas tríplices fronteiras do Brasil-Peru-Bolívia – cidades de Assis Brasil e Brasileira/AC – e Brasil-Peru-Colômbia – na cidade de Tabatinga/AM. A análise ocorreu a partir da busca das singularidades dos discursos através de vocábulos regulares nos textos propagados pelas mídias, pontuando a formação das identidades dos imigrantes haitianos pela chegada e registrando como essas identidades foram apresentadas aos interlocutores dos *blogs e sites*.

TEXTOS EM 2010

Os textos analisados pertencem à mídia virtual do Estado de São Paulo, considerada grande imprensa. Logo, o locutor da notícia representou o poder instituído, estabelecendo as condições de verdade necessárias para sustentar os

discursos veiculados. Pois, “a ‘verdade’ está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2012, p. 54). Ou seja, são as relações de poder que constituem o efeito de verdade nos discursos.

Os textos foram construídos estrategicamente a partir de um fato dado e um fato novo. O texto “22 haitianos são detidos na fronteira com a Bolívia” não trouxe no título da matéria a palavra chegada, porém tratou da chegada e entrada de haitianos ao Brasil, após o terremoto no Haiti. Nesse, o fato dado foi à descrição do trajeto que a maioria dos haitianos fizeram – Panamá, Peru, Bolívia, Brasil; o número de imigrantes (vinte e dois) e a situação que eles se encontravam que era de ilegalidade, pois não possuíam visto para entrar no Brasil, segundo o *site*. O fato novo ocorreu, porém, quanto ao estado de entrada: Mato Grosso do Sul, cidade de Corumbá. Chamamos de novo, já que o estado, porta de entrada, na maioria dos imigrantes é São Paulo, devido aos aeroportos internacionais; e, no nosso objeto de estudo, as rotas nas tríplexes fronteiras do Brasil-Peru-Bolívia – cidades de Assis Brasil e Brasileia/AC – e Brasil-Peru-Colômbia – na cidade de Tabatinga/AM.

A notícia foi veiculada sem aprofundamento do assunto e construída a partir da causa motivadora da migração e a consequência dela. Para o *site*, o terremoto foi a causa, pois não havia mais possibilidades de sobreviver no Haiti após a catástrofe, por isso a vinda ao Brasil; e a consequência foi a detenção e a possível deportação, pois não possuíam autorização para estarem aqui. Veja, “(...) já é rota de haitianos que estão deixando seu país, devastado por um terremoto em janeiro. (...) Todos estão em situação ilegal no Brasil”; ou ainda, “os haitianos serão multados em R\$163. Eles têm três dias para deixar o País, caso contrário, serão deportados (...)”.

A manchete da reportagem já explicitava que os imigrantes eram considerados “criminosos”, pois foram detidos na fronteira com a Bolívia. No texto, sugeriram que a Polícia Federal suspeitava que os haitianos pudessem ter sido aliciados por traficantes de cocaína e, ainda, que foram presos com mercadorias contrabandeadas. Exemplo disso, “Com o grupo preso em Corumbá foram encontradas mercadorias contrabandeadas. A Polícia Federal também suspeitava que os haitianos estavam sendo aliciados por traficantes de cocaína”. Mais uma vez, o discurso propagado na notícia foi sustentado pela instituição que legitima a informação dada pelo *site* – Polícia Federal. Instituição essa que goza de prestígio e reputação ilibada pelas investigações realizadas e reconhecidas pela sociedade brasileira.

Assim, observamos: primeiro, que a voz acionada contribuiu para a formação identitária de um imigrante “criminoso”; segundo, que “as relações de poder

são uma relação desigual e relativamente estabilizada de forças...” (FOUCAULT, 2012, p. 372). De um lado, a lei – representada por órgãos de fiscalização – e do outro os imigrantes, negros, pobres e ilegais.

No texto “Haitianos pedem refúgio ao Brasil após entrada ilegal”, o fato dado continuou sendo à entrada de imigrantes haitianos no Brasil, utilizando a mesma rota, no entanto, agora em menor número (quatorze) e na cidade de Campo Grande (MS). Construíram o texto alegando a mesma causa da migração da matéria anterior - o terremoto – e a consequência, a impossibilidade de sobrevivência no Haiti após o desastre natural. A imagem descrita dos imigrantes foi de ilegal e de refugiado, pois os imigrantes eram “ilegais”, pela falta de documento, mas solicitavam refúgio aos órgãos responsáveis para permanecer no Brasil – o que consideramos o fato novo. Como em: “Um grupo de 14 haitianos que entrou ilegalmente no Brasil, procedente da Bolívia, onde chegou do Haiti, protocolou hoje pedido de refúgio (...)”.

Em “Haitianos buscam refúgio em Manaus” o fato dado se repetiu ao dos textos anteriores e o fato novo (em relação aos textos anteriores) foi a entrada que, naquele momento, deu-se em Tabatinga (AM) – rota Brasil-Peru-Colômbia – e ao número de pessoas, entorno de cento e cinquenta, mas com observação de que mais de quatrocentos e cinquenta já pudessem ter passado pela “pequena cidade”.

Foi interessante observar que as estratégias de formulações e reformulações enunciativas, nesses três primeiros textos, foram acionadas e reforçadas através das vozes de interlocutores representadas por órgãos públicos e pela marcação de poder existente entre elas. Os textos, também, apresentaram uma regularidade quanto à escolha vocabular – *ilegal* e *refúgio* – porém, os dois primeiros trouxeram como dispersão as cidades de chegada – Corumbá e Campo Grande, ambas em MS. Nessa perspectiva, as condições de produção em que foram elaboradas as notícias marcaram o contexto imediato em que os fatos ocorreram (local de chegada e a figura de quem colhe as informações), reforçados pela memória discursiva recente de que houve um terremoto e de que o Haiti é um país pobre, ocasionando a formação de identidades, inicialmente, dos imigrantes haitianos *ilegais* e *refugiados*.

TEXTOS EM 2011

Os textos, que abordaram, desde a titulação, os vocábulos *entrada* e *chegada*, variam pouco quanto ao conteúdo e forma dos analisados em 2010.

O texto “Com país arrasado, Acre se torna rota para entrada de haitianos no Brasil” foi veiculado por mídia alternativa (*blog*) do estado do Acre. O fato dado foi à migração por rotas alternativas, já descritas anteriormente, ao Brasil; o número de imigrantes, em torno de cento e oitenta; e a condição do Haiti, já antecipada no título, através da palavra *arrasado* que situava o interlocutor da notícia ao estado que o país se encontrava após o terremoto, reforçou a ideia de que a migração ocorreu por motivos de catástrofes naturais. Já o fato novo e disperso foi à condição social desses migrantes, que, segundo o *blog*, tratava de imigrantes haitianos pertencentes à elite do Haiti. O que não é comprovado, pois os estudos já existentes, como o de Cotinguiba e Pimentel (2012) e Handerson (2015) sobre o processo migratório haitiano para o Brasil, registram diversas categorias quanto a classes sociais, sexo e nível de escolaridade.

A regularidade aconteceu através das palavras *refugiado* e *terremoto*, sustentadas pelas vozes (representadas aqui pelo Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores e secretário de justiça) que endossaram o dito no blog, ambos atribuíram a causa da imigração ao terremoto que devastou o Haiti e como consequência a vinda ao Brasil, pois assim teriam oportunidade para melhorar de vida.

A notícia “Acre é rota de entrada de haitianos no país” foi veiculada por uma grande imprensa (Folha de SP). Utilizaram a mesma estratégia de formação textual dos anteriores, inicialmente apresentaram o fato dado, que continuou sendo a migração ao Brasil após terremoto no Haiti e o número de imigrantes que foi setenta e seis; o fato novo foi condicionar a vinda dos haitianos ao Brasil também devido à epidemia de cólera ocorrida no Haiti, além da facilidade de acessar o país pela falta de fiscalização nas fronteiras do norte e o fato de não considerá-los refugiados, pois catástrofes naturais não garantem esse status. Entendemos que a partir desse fato novo ocorreu a dispersão do texto, já que em textos anteriores não traziam tais causas como motivador para o processo migratório.

A regularidade lexical permaneceu através dos vocábulos *terremoto* e *refugiado*, mantendo a causa e consequência estabelecida pelas mídias virtuais à migração: terremoto, migração e refugiado. Sendo que o objetivo fim dos imigrantes era a busca de emprego e melhor condição de vida.

Em “Maré de haitianos chega ao Brasil” publicado por mídia alternativa (*site*), observamos logo na titulação uso do vocábulo *maré* que associado a *haitianos* e *milhares* (presente no corpo do texto) formam uma imagem de um fluxo migratório como nunca visto antes, segundo o *site*, era como se houvesse

uma grande elevação na maré (sentido figurado) de imigrantes no Brasil, trazendo milhares deles para cá. O texto tinha um tom irônico quando descrevia o Brasil como lugar dos desejos, acionado pela palavra *miragem*. Compreendemos assim, já que a palavra *miragem* é algo que não é, mas que gostaríamos que fosse.

O texto foi escrito com expressões como: *busca do Olimpo, nova maré migratória e a onda de migrantes não para*. Descrevendo de forma discriminatória o processo migratório ao Brasil. Mesmo sem usar a palavra invasor, o *site* deixou claro o olhar dado ao estrangeiro, porém não estamos falando de todos os estrangeiros, apenas daqueles imigrantes negros e pobres, como a maioria dos haitianos é visto e retratado pelas mídias. Logo, “as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2006, p.48), e foi o que boa parte das mídias virtuais fizeram a respeito da imigração haitiana; as identidades foram formadas pelas mídias, representadas e não estiveram livres do jogo de poder.

Dessa forma, entendemos que os discursos midiáticos foram constituídos a partir de um efeito de sentido, tornando-os discriminatórios, quando se representou os imigrantes como custo ou refugiado. Tais representações sociais acabaram sendo compartilhadas pela sociedade onde os imigrantes foram inseridos, fortalecendo mitos sobre trabalho, cidadania e identidade. Os imigrantes haitianos, portanto, segundo os discursos das mídias, ocuparam a posição de refugiado, ilegal, pobre e sem qualificação profissional. Assim, foi primordial desconstruir o imaginário do senso comum a respeito das identidades dos imigrantes que, na maioria das vezes, produziram e contribuíram mais para o processo econômico do país de destino do que receberam dele.

Os textos “Expectativa e preocupação de voluntários com a chegada de haitianos em Manaus” e “Aumento de imigrantes haitianos que chegam ao Acre preocupa autoridades” foram assinados por mídia local. Ambos tinham o mesmo discurso, a preocupação quanto à chegada de haitianos na região norte, através das cidades de Brasília e Tabatinga. O que chamou atenção nas matérias foi justamente a dispersão do discurso, pois diferentemente dos outros, o primeiro, respectivamente, não tratou os imigrantes haitianos como invasores, diz que “a chegada deles é irrelevante se comparada aos que chegam todos os dias do interior”; e o segundo, que houve um esforço composto por diversos órgãos em colaborar para recepção e estadia dos imigrantes na região.

Em “Fugindo da calamidade que assolou o Haiti após terremoto de 2010, os haitianos buscaram no Brasil oportunidades de trabalho para reconstruir suas

vidas e de suas famílias”, mais uma vez, há regularidade discursiva nos textos entre a causa e a consequência do processo migratório, conforme observado a catástrofe natural levou à imigração em busca de trabalho e melhores condições de vida no Brasil. Não houve, nos dois textos, a presença do vocábulo *ilegal*, o que nos pareceu ser uma mudança nos discursos midiáticos, os discursos remeteram-se a discussão sobre ser ou não refugiado, ou melhor, que tipo de documentação ofereciam a esse imigrante.

Por fim, no geral, a regularidade, nos textos de 2011, deu-se pelos léxicos *refugiados* e *fronteira* que acionaram uma estratégia anafórica, permitindo entender pela repetição a visão retratada sobre a imigração haitiana. A intencionalidade discursiva da mídia pareceu clara, quando confundiu e povoou no imaginário coletivo, que os haitianos geraram um problema humanitário, custos aos cofres públicos e uma ameaça à comunidade local. Imagem criada, primeiro, a partir da polifonia estabelecida entre os representantes dos órgãos públicos e não refutada pelos blogs e sites que a noticiaram; segundo, pela singularidade dos discursos apresentados a partir das regularidades encontradas no arquivo textual. Afinal, a voz que falou/enunciou foi de grandes, médias e pequenas imprensas, portanto, a força da locução marcada pelo lugar que elas ocupam, sustentaram as relações de força discursiva. O que gerou um efeito de verdade daquilo que foi publicado.

Portanto, a posição que ocuparam os diversos locutores/enunciadores, a qual as notícias foram apresentadas, marcou as relações de poder do discurso e conferiu confiabilidade aos interlocutores/leitores dos textos.

TEXTOS EM 2012

Dos textos veiculados em 2012 sobre a chegada de haitianos no Brasil, constatamos uma pequena mudança nos discursos das mídias virtuais em relação à presença dos imigrantes haitianos no país; entendemos que causas prováveis para essa mudança foram: 1) o tempo decorrido em relação à primeira chegada e a presença constante deles no cotidiano das cidades; e, 2) o costume ou a convivência ou a aproximação ou discernimento a respeito da imigração realizada por eles.

É claro, que tais conjunturas não foram vistas em todos os textos publicados, referiam-se apenas a poucos. Por exemplo, a matéria “Haitianos que chegaram na última terça-feira a Manaus recebem apoio”, publicado por mídia local. Nela, não houve referência aos vocábulos *terremoto*, *ilegal* e *refúgio*. É um texto que não

seguiu o padrão visto, quanto ao conteúdo, trata de uma notícia que trouxe como os imigrantes estavam sendo recebidos após chegada ao Brasil; havendo uma inversão da representação das imagens dos imigrantes haitianos pelas mídias; eles eram os necessitados que mereciam atenção e prestação de serviços essenciais à dignidade humana. Exemplo dessa mudança, foi a fala utilizada pelo *site* de uma moradora para reforçar a ideia de que os imigrantes, apesar das adversidades, estavam sendo recebidos e acolhidos no país.

A mudança foi fundamentada por diversas vozes ligadas a movimentos de assistência social e à comunidade que os recebiam. Como em: “A sociedade civil tem se mobilizado e mostrado ação diante dos problemas dos imigrantes haitianos. Tivemos famílias levando até 20 deles para suas casas”, afirma o pároco. Logo, essas falas revelavam que só notamos a humanidade do outro quando nos integramos à cultura do “eu”, assim começamos a valorizar e respeitar aquilo que nos difere um do outro. Portanto, começamos a praticar a alteridade.

No texto “Chegada de haitianos, é fruto da política internacional, diz especialista”, publicado por mídia local, também apresentou um discurso disperso dos analisados em meio às regularidades. A matéria trouxe uma estrutura de texto dissertativo, houve uma sequência de exposição de ideias a partir da tese desenvolvida e questionamento realizado.

A partir daí, foi acionado vozes que refletiam a questão da migração haitiana.

Assim, o fato dado foi apenas o processo de imigração e o fato novo todas as vozes que colaboraram para a formação de um novo discurso, disperso em relação a outras matérias publicadas. Percebemos que as condições de produção foram estabelecidas através de contexto sócio histórico, pois buscaram analisar o fato a partir de questões sociais e políticas.

Sobre a chegada de haitianos no período da resolução de nº 97, tivemos mais textos publicados, sendo por mídias alternativas, outras fontes e por grande imprensa. O primeiro texto, já pelo título, marcado pelo verbo “reforça”, demonstrou haver impedimento para entrada, “PF reforça efetivo para atender haitianos que entram no Brasil pela divisa”. O fato dado foi o aumento da fiscalização na fronteira e o fato novo, a resolução nº 97.

Já no texto “Maioria que chega tem boa qualificação”, publicado por grande imprensa, tratou o assunto chegada no período da resolução nº 97, sem polêmica nem alarde, apenas o registro de que algo foi feito para elucidação do “problema”. O texto chamou atenção para a boa qualificação dos imigrantes, o que pareceu gerar surpresa, pois utilizaram o modalizador *até* incluindo aos imigrantes

os profissionais qualificados de nível superior: “Há até profissionais de nível superior, entre os quais professores de francês”. O que gerou, no mínimo, duas premissas: 1) não havia imigrantes de nível superior vindo para o Brasil; e, 2) esses imigrantes não são quaisquer profissionais, mas professores e da língua francesa. Logo, entendemos que a formação identitária realizada pelas mídias deu-se a partir do imigrante negro, pobre e sem qualificação profissional, pois o não-dito preconizou justamente tal ideia.

Então, concordamos com Pêcheux (2012), quando fala que o sujeito projeta no outro formações imaginárias, ou seja, a capacidade que o sujeito tem em colocar-se em posições, fazendo o jogo de imagens: 1) a imagem que faço de mim; 2) a imagem que faço do outro e 3) a imagem que faço do objeto. O que as mídias virtuais fizeram foi justamente esse jogo de imagens proposto por Pêcheux (2012), especificamente, a imagem que fizeram do outro: os imigrantes haitianos. Nesse sentido, acreditamos que Bhabha (1998, p.85) dialoga com o jogo de imagem de Pêcheux (2012), quando diz que “[...] a identidade nunca é um a priori, nem um produto acabado [...]”, ela é sempre uma questão de interpretação. Portanto, a identidade cultural é sempre construída pela alteridade.

No texto, sobre o mesmo tema, publicado por mídia alternativa, as vozes acionadas, “autorizadas” pela posição que ocupam, reforçaram a ideia de exclusão dos imigrantes a partir do controle das fronteiras e estabeleceu o poder, o que segundo Foucault (2012), intervém materialmente, atingindo ou constituindo os indivíduos e penetrando em suas atitudes cotidianas.

Dessa forma, podemos concluir que, todo episódio de descoberta é marcado por duas questões, como fala Todorov (2003, p. 69), “a alteridade humana é simultaneamente revelada e recusada”. Contudo, é necessário observar que os discursos determinados pelas mídias virtuais foram associados, na maioria das vezes, ao não reconhecimento do outro, quando “eu” não reconheço o “outro” como parte integrante da cultura do “eu”, não há uma assimilação da cultura do “outro”.

Por fim, porém não menos importante, os últimos textos do ciclo de 2012, apresentaram como regularidade as palavras *massa*, *terremoto*, *refúgio* e *ilegal*. São eles: “Tabatinga, no Amazonas, recebeu 208 haitianos em cinco dias”, “Brasileira pede ajuda para manter imigrantes que chegam em massa”, “Mais de 200 haitianos entraram em Tabatinga, no AM, em 2012”, “Haitianos chegam a Rio Branco para tirarem carteira de trabalho”, “MPF quer que governo reconheça condição de refugiados a haitianos que chegam ao Brasil”, “Mais de 200 haitianos desembarcaram em Manaus, nesta sexta”. Ambos reiteraram os

discursos veiculados pelas mídias em 2010 e 2011 de imigrantes *negros, pobres e sem qualificação profissional*.

Além da formação identitária que foi estabelecida “(...) de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida” (HALL, 2006, p 21). Por exemplo, “(...) o país deve reconhecer a condição de refugiado a todos os haitianos que estão e venham a entrar em território brasileiro”; e, “(...) Tabatinga (...), uma das entradas dos refugiados em território em território brasileiro”.

As mídias virtuais utilizaram do mesmo mecanismo organizacional, apresentaram fatos dados e fatos novos, respaldados por vozes institucionalizadas, reforçando os discursos propagados através de um contexto imediato, acionado por uma memória discursiva recente. Atribuíram o processo migratório ao terremoto e que a saída para o Brasil se justificou, pois buscavam melhores condições de vida, ou seja, o objetivo foi à busca pelo trabalho, conforme excertos, “(...) o único objetivo de chegar ao Brasil é trabalhar e arrecadar dinheiro para manter o restante da família que permaneceu no Haiti”; ou ainda, “Quero trabalhar em alguma coisa – diz ele”. Assim, o texto foi estruturado a partir das causas e consequências, permitindo ao interlocutor das notícias produzirem formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Uma vez que os micropoderes, segundo Foucault (2012), promovem luta pelo estabelecimento de verdades, que sendo históricas, são relativas, instáveis e estão em permanentes recomposições.

TEXTOS EM 2013

Em 2013, a regularidade lexical ocorreu pelas palavras *terremoto, ilegal, refúgio e coiotes*. Dessas, apenas a palavra coiote não era singular nos textos anteriores analisados. Os fatos dados foram:

1) o *terremoto* – causa atribuída pelas mídias para imigração haitiana ao Brasil. Veja: “Imigração começou em 2010, após terremoto destruir infraestrutura do Haiti”.

2) a *ilegalidade* dos imigrantes – muitos vieram e continuaram vindo sem visto de entrada e permanência no país, como no exemplo: “Haitianos estão entrando ilegalmente no Brasil em uma nova onda migratória”.

3) o pedido de *refúgio* – realizado aos órgãos Federais no Brasil, devido à chegada sem documentação autorizando entrada, como em “Os haitianos ilegais chegam a Brasília de ônibus e são orientados a procurar a delegacia da PF solicitando refúgio, (...)”

O fato novo deu-se pelo vocábulo *coiote*, porém não houve dispersão, pois foi nos textos de 2013 que ocorreram à regularidade da palavra. Observemos alguns excertos: “Investigações da Polícia Federal revelam que coiotes obrigam haitianos, que buscam refúgio no Brasil, a se passarem por parentes dos menores”; ou, “Muitos são trazidos por coiotes, atravessadores que lucram com o transporte ilegal de pessoas.”; ou ainda, “Segundo ele, os haitianos são contactados por “coiotes” que pintam um quadro irreal do que é a situação no Brasil.”

Diante do exposto, algumas reflexões parecem pertinentes, por hora: 1) a “coitagem” foi vista como um meio de subverter a ordem migratória, devido ao fechamento das fronteiras, através da limitação de concessão de vistos ou pela burocracia em solicitá-los; 2) pessoas atraídas pela suposta riqueza do país de destino e, em contra partida, pela miséria em que vivem no país de origem foram fatores propulsores da mudança de localidade; e, 3) o Brasil apresentou-se como país amigável e disponível a recebê-los, contudo, o fato não foi confirmado, inicialmente. Então, se não tivessem as prerrogativas citadas, supõe-se que não haveria motivos para “coitagem”.

Outra questão curiosa foi a permanência das palavras *onda* e *massa* (sentido figurado – para indicar grandeza, muitas pessoas, exagero) nos textos, quase sempre utilizadas na referência ao número de imigrantes haitianos. Além de outras expressões que reforçaram a ideia de que nunca se viu tamanha imigração.

A voz sustentou o discurso de que os imigrantes eram “invasores”, pois entraram no país em grandes grupos, entendimento acionado pelo vocábulo *magnitude*, e, na maioria das vezes, esses imigrantes eram negros e pobres. Mesmo pontuando que foram momentos históricos diferentes, pelos números oficiais do IBGE, não é possível afirmar que o fluxo atual foi maior que a do século passado. Primeiro, porque ainda não possuímos dados referentes a esse ciclo migratório, o último censo é de 2010. E os imigrantes haitianos, referentes ao quarto ciclo migratório, foram percebidos no Brasil a partir de 2010. O que temos são estimativas das chegadas dos imigrantes ao Brasil, não quer dizer, necessariamente, que tenham permanecido no Brasil, já que muitos almejavam chegar às Guianas. E, terceiro, o maior número de imigrantes ocorreu nas seguintes nacionalidades: Alemães, Espanhóis, Italianos e Portugueses, segundo dados do IBGE. Sendo que de 1894 a 1903, quinhentos e trinta e sete mil setecentos e oitenta e quatro imigrantes chegaram da Itália no Brasil.

Assim, constatamos que, as identidades formadas pelas mídias dos imigrantes haitianos, continuaram sendo do imigrante pobre, negro e invasor. Imagens não

refutadas pelas vozes acionadas durante a veiculação das matérias. Sendo que, as condições de produção deram-se pelo contexto imediato, reforçada por uma memória discursiva recente. Logo, as identidades dos sujeitos se processaram por meio do discurso, que foram construídos; todo discurso é histórico e, naturalmente, dialoga com outros discursos com os quais estabelecem relações e deslocamentos.

TEXTOS MIDIÁTICOS RELATIVOS AO FECHAMENTO E ABERTURA DAS FRONTEIRAS BRASILEIRAS AOS IMIGRANTES HAITIANOS

A análise deu-se a partir da busca das singularidades dos discursos através de vocábulos regulares nos textos propagados pelas mídias. Dividimos a análise, primeiro, pelos textos sobre o fechamento das fronteiras e, posteriormente, os textos sobre a abertura das fronteiras, ambos a partir de 2011 até 2013.

É importante lembrar que tanto o fechamento quanto à abertura foram ocasionadas, respectivamente, pelas publicações do Conselho Nacional de Imigração através da Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, concedendo visto permanente e limitando à emissão de cem vistos mensais, previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, aos haitianos; e a Resolução Normativa nº 102, de 26 de abril de 2013, altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, não havendo mais limite de vistos concedidos aos imigrantes haitianos.

As resoluções, principalmente a normativa de nº 97, geraram grande repercussão nas mídias brasileiras e proporcionaram debate a respeito do tema, pois o Brasil passava a ser um país de imigrantes e não mais só de emigrantes. A discussão foi pertinente, já que controlar as fronteiras não podia se transformar em fechamento delas, nem gerar uma criminalização de quem entrava e residia no território em situação de irregularidade administrativa. O ideal era e é a integração e a convivência humana entre as nações.

TEXTOS EM 2011 – FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS

A regularidade vocabular ocorreu a partir das palavras *illegal*, *refúgio* e *barrar*, marcando o fato dado da notícia. São exemplos: “(...) a Polícia Federal havia

informado poucas horas antes que os pedidos de visto para haitianos que querem permanecer no Brasil como refugiados tinham sido suspensos”. Ou, “O governo brasileiro viola tratados internacionais ao barrar e dificultar a permanência de haitianos que pedem refúgio no país após o terremoto que atingiu o Haiti (...)”. Ou ainda, “(...) estão buscando a cooperação de serviços secretos de outros países latino-americanos para tentar desbaratar a quadrilha responsável por facilitar a entrada ilegal de haitianos no país, (...)”.

Diante do exemplificado, podemos observar primeiro, que o vocábulo barrar foi utilizado como sinônimos de *fechamento* de fronteiras e *suspensão* de visto, ações essas que foram impeditivas para entrada dos imigrantes haitianos no Brasil. E, segundo, que os discursos produzidos criminalizavam os imigrantes quando se dizia que era *ilegal*. Na maioria das vezes, a visão jornalística retratada em *sites* e *blogs*, como os vistos aqui nessa análise, foi constituída pelo senso comum que norteou a representação da sociedade, marcado por um contexto imediato, em condição de produção estrita.

A causa da migração, nos textos, continuou sendo o terremoto e a consequência a saída do país de origem em busca de melhores condições de vida, a busca pelo trabalho. É interessante esclarecer que, “sair da miséria em busca de melhores condições de vida” significava para esses imigrantes ser “massacrados”, diariamente, por planos econômicos e políticos que cercearam direitos básicos a sobrevivência e qualidade de vida. Em contrapartida, foi alimentar o imaginário que outros países, potências mundiais ou em crescimento, poderiam suprir as necessidades de consumo e trabalho. Bauman (2001, p. 97), diz assim sobre esse imaginário instigado pelo consumismo: “(...) o consumismo em sua forma, atual não está (...) fundado sobre a regulação (...), mas sobre a liberação de fantasias desejosas”. Portanto, os desejos consumistas também são fatores que movimentam esse fluxo migratório.

É importante salientar também, que o fechamento neste ano não ocorreu pelas resoluções do Conselho Nacional de Imigração, mas pela aplicação da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Como os imigrantes haitianos não possuíam documentação de autorização de entrada e buscaram uma rota alternativa para a mesma, foram orientados, segundo as notícias das mídias virtuais, a solicitar pedido de refúgio na fronteira, o que segundo a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

E assim os imigrantes fizeram. Muitos chegaram sem documentação de entrada no país e solicitaram o pedido de refúgio, como garantem os art. 7º,

8º e 9º da lei que rege a condição de refugiado. No entanto, a mesma lei que concedia o direito de qualquer imigrante solicitar o pedido de refúgio e de ingressar sem documentação (desde que solicite refúgio) também o descartava dessa categoria de refugiado, porque os incisos I e II excluem a possibilidade dos imigrantes haitianos serem considerados refugiados, já que a causa atribuída para a imigração foi à catástrofe natural, mas o inciso III abre precedentes para reflexões, pois não é definido o que seria “grave e generalizada violação de direitos humanos”. O que nos leva a alguns questionamentos, quais sejam, será que as condições em que muitos imigrantes viviam, não constituíam violação dos direitos humanos? Dado que, os direitos humanos incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre muitos outros. E como definir o que é “grave e generalizada violação de direitos humanos”? Não temos as respostas. Também não é nossa pretensão enveredar por tais caminhos, mas apenas fazer registros e reflexões a respeito do tratado pelas mídias virtuais em relação aos imigrantes haitianos e as políticas públicas adotadas para recebê-los em nosso país.

Contudo, a única resposta que temos é de que os discursos jornalísticos vistos, parte da produção de sentido resultou, de imediato, das escolhas que os profissionais fizeram para compor seus textos. Assim, um discurso é essencialmente uma prática. Já a outra parte, é condicionada pelas imagens que os interlocutores fazem do lido. Dessa forma, as identidades são construções discursivas.

TEXTOS EM 2012 – FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS

Pela catalogação do IMDH, este foi o ano no qual houve maior número de publicações a respeito da imigração haitiana nas mídias virtuais. E dentro dos ciclos trabalhados aqui, o tema “Fechamento das fronteiras” foi o que mais repercutiu nas mídias virtuais com maior número de matérias publicadas. É importante salientar, também, que quando falamos de fechamento das fronteiras, estamos nos referindo àquelas matérias que tratam da publicação da Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012, concedendo visto permanente e limitando a emissão de cem vistos mensais.

Pontuamos que estudando o ciclo *fechamento das fronteiras*, ao mesmo tempo, abordamos mais uma vez o ciclo *chegada*, pois as notícias registraram a chegada e a dificuldade de entrada no país. Porém, o foco não é mais a chegada, mas a resolução e o fechamento das fronteiras.

As dez primeiras matérias catalogadas, cronologicamente, em janeiro de 2012, apresentaram como regularidade as palavras *ilegal*, *limitar* (e sinônimos, como *coibir*, *negar*, *restringir*, *fechar*, *frear*, *impedir*, *inibir* e *controlar*), *terremoto*, *coiotes* e *refúgio*. Foram elas: “Peru e Bolívia, vizinhos do Brasil, negam ajuda a haitianos”; “Governo quer inibir migração de haitianos ao país”; “Governo limita expedição de vistos para haitianos”; “Dilma vai ao Haiti mas, antes, fecha fronteira para imigrantes ilegais”; “Brasil tenta coibir vinda de haitianos ilegais”; “Brasil e Peru passarão a exigir visto de haitianos”; “Conselho de imigração aprova restrição à entrada de haitianos”; “Brasil quis evitar deportação em massa de haitianos, diz Cardozo”; “Conselho aprova limite à vinda de haitianos” e “Decisão do governo de restringir a entrada de haitianos divide opiniões”. Dessas, as quatro últimas são veiculadas quando a Normativa nº 97 já havia sido publicada, limitando a emissão de cem vistos mensais à embaixada brasileira no Haiti.

É fato que as mídias, de forma geral e independente da notoriedade que elas representam, atuam na construção da realidade social ao produzir seu discurso, pois institucionalizam condutas, valores e comportamentos sociais. O modo como as matérias jornalísticas foram construídas e enunciadas promoveram a formação de representações individuais ou de grupos e comunidades. Dessa forma, apresentou-se como campo legitimador da percepção, do sentimento coletivo e dos mitos edificadas, portanto, continuaram sendo promovidas práticas que desenvolveram as imagens de imigrantes ilegais, trazidos por coiotes, fugindo da miséria proporcionada pelo terremoto e desejando refúgio no Brasil.

O assunto foi tratado a partir de um contexto imediato – terremoto e migração – acionados pela memória de que o terremoto foi o causador da imigração haitiana. Pois, usam da repetição de ideias e vocábulos para marcar os discursos regulados numa mesma formação discursiva e formar um arquivo – seleção de textos - pela singularidade estabelecida entre eles.

No entanto, dentre todos os textos elencados, a matéria “Dilma vai ao Haiti mas, antes, fecha fronteira para imigrantes ilegais” chamou-nos a atenção, porque atribuiu o fechamento das fronteiras, primeiro, à pressão exercida pelas mídias ao veicular insistentemente que a imigração haitiana era “onda migratória” ou “massa de haitianos”, construindo a imagem, como já dito anteriormente, de um imigração “invasora”, marcada pelo grande número de pessoas chegadas nas trípliques fronteiras do AC e AM e nunca vista antes no Brasil; e, segundo, a pressão que o Governo do Acre e do Amazonas fizeram perante o Governo Federal para fechamento das fronteiras.

Na mesma linha do texto anterior, observamos mais três que apresentaram dispersão em relação aos motivos regulares atribuídos pelas mídias sobre o fechamento das fronteiras. São eles: “Governo barra haitianos e cria precedente perigoso”, “SP: ONG acusa PF de racismo por deportação de haitianos em Cumbica” e “Haitianos pedem deportação ou autorização para atravessar fronteira Brasil-Peru”. Notamos também, que os quatro textos que foram dispersos aos discursos propagados pelas mídias pertenciam a mídias alternativas (*blogs* ou *sites* vinculados a grupos ou entidades sociais), o que marca o lugar de onde falam e qual a relação de poder que estabeleciam perante as grandes mídias.

Contudo, é notório que essa dispersão em relação aos discursos regulares já vistos foi pequena e sua possibilidade de ressonância do dito, também. Já que a memória discursiva só é formada, segundo Foucault (1987), sempre que se repete, refuta, transforma ou nega um enunciado. Ou melhor, quando há a formação efetiva de discursos pronunciados em uma dada época e que continua a existir através da história que se constitui o arquivo. Portanto, o arquivo e a memória aqui foram constituídos pelas vozes que propagaram, repetiam insistentemente que os imigrantes haitianos eram *invasores* e *ilegais*.

Afinal, quem refutou e negou o dito foram, justamente, essas quatro notícias – dispersas – sendo que duas publicadas pelo mesmo *site*. Por isso, lembramos que no discurso midiático, não há apenas reprodução de modelos, mas também construção, além de propor novas identidades.

Por fim, os textos foram formados a partir de um contexto amplo – social-histórico – buscando pontuar o não-dito a respeito da imigração haitiana e o fechamento das fronteiras pela maioria das mídias analisadas. Porém, o que estava em questão, entre abrir ou fechar as fronteiras, era o lugar que os imigrantes haitianos ocuparam, se ocuparam o lugar de investidor ou custo para o país que os recebiam. Quem foi visto como investidor – pois tinha capital – foi bem aceito, em contrapartida, quem era trabalhador, com pouco ou nenhuma qualificação foi repellido e visto como custo, já que era mais um dentro do país a necessitar de saúde, educação, dentre outras. Sendo que, as mídias virtuais tinham produzido, na sua maioria, a(s) identidade(s) de imigrantes que geraram custo, pois, segundo ela, eram *pobre, negro e sem qualificação profissional*, originando indivíduos excluídos socialmente, já que não foram considerados membros efetivos e dando a impressão de serem cerceados dos direitos reservados aos nativos. Sentir-se parte do local que o recebeu foi uma tarefa difícil, diante das imagens propagadas de imigrantes *ilegais* e *invasores*.

Contudo, há os outros vinte e quatro textos selecionados, nesse ciclo, que não trataram mais, na sua maioria, os haitianos como *ilegais*; as discussões giraram apenas em torno do impedimento da entrada no país e dos pedidos de refúgio negados pela impossibilidade administrativa e legislativa de assim serem considerados. Mesmo assim, com o diagnóstico dessa mudança nos discursos midiáticos, os vocábulos *terremoto* e *coiotes* permaneceram regulares nos discursos promovidos pelas mídias. Para justificar tais singularidades, recorreram a vozes de imigrantes e representantes da sociedade local.

Houve uma mudança no tratamento do imigrante por parte das mídias virtuais, passaram de *ilegal* para *sem documento*, mesmo assim a ideia de criminalizar o ato da imigração sem documento permaneceu, pois corria o risco de ser deportado se abordado pelos órgãos competentes. Outra palavra que se tornou singular nesse período foi *deportação*, devido ao fechamento das fronteiras e a falta de documentação permitindo a entrada no país, os sites e blogs usavam a palavra sempre que abordavam o assunto. Outra ocorrência comum nos textos foi à presença de vocábulos – *barrado*, *impedido*, *preso*, *limitado* e *retido* – que se referiam ao impedimento para entrar no país.

Assim, só podemos concluir que, o processo migratório foi para ambos – imigrante e sociedade que o recebia – uma mudança dos padrões socioculturais, econômicos, políticos e jurídicos, lembrando que nem sempre as mudanças foram consideradas boas pela sociedade, pois a aceitação estava relacionada a quem era esse imigrante, se ele gerou investimento ou custo para a sociedade.

Ainda, nessa perspectiva, os textos, analisados e catalogados, apontaram para a premissa levantada no início deste trabalho de que a imigração ocorreu pelo e para o trabalho, o imigrante que deixava seu país de origem, muitas vezes a família e amigos, com objetivo único: trabalho. Palavra essa que passou a ser regular.

Enfim, as mídias desempenharam um papel na construção social dos imigrantes haitianos: 1) eram os imigrantes que fugiam do país pelas condições sociais que enfrentavam pós-terremoto; 2) procuraram novas rotas migratórias, solicitando refúgio, pois não possuíam documentação de autorização para entrar regularmente no país – o que para grande parte das mídias foi representado pelo vocábulo ilegal; 3) através da publicação da resolução nº 97, passaram a receber autorização limitada a cem vistos mensais – destinada ao trabalho e em caráter humanitário, pois a solicitação de refúgio não era permitida por questões legislativas; e, por último, 4) os imigrantes que buscavam por trabalho. Essas representações sociais, geralmente, eram afirmadas, pelas mídias, conforme

crenças, mitos, atitudes, valores e opiniões dos locutores, formando imagens dos imigrantes que foram compartilhadas na sociedade.

TEXTOS EM 2012 – ABERTURA DAS FRONTEIRAS

Os textos publicados referentes à abertura das fronteiras foram dez. Desses, seis pertenciam à grande mídia e quatro à mídia alternativa.

O que chamamos de abertura, naquele momento, era a concessão de vistos, em caráter humanitário, limitado pela resolução nº 97 de 2012. O posicionamento do governo ocorreu pela autorização temporária de entrada daqueles imigrantes que já se encontravam nas fronteiras ou que já estavam a caminho do Brasil (em viagem), pois a abertura das fronteiras ocorreu apenas em 2013, pela resolução nº 102. Logo, a fronteira continuava fechada.

A concessão de entrada ocorreu devido ao apelo da sociedade civil organizada e pelas ações judiciais movidas, solicitando que abrisse a fronteira para receber os que já se encontravam nas tripliques-fronteiras.

Os textos publicados acionaram como regularidades as palavras *illegal* e refugiado, a organização textual ocorreu a partir dos fatos dados – o fechamento – e o fato novo – a “abertura” para entrada daqueles que já estavam aqui ou em viagem para cá; o uso de vozes – a polifonia – deu aos textos as oposições que nortearam a discussão e sustentaram os argumentos escolhidos. As condições que permearam a produção textual foram vinculadas a um contexto amplo, histórico-social, buscando pontuar políticas públicas que resolvessem o problema instaurado pela resolução nº 97.

A última notícia catalogada, sobre o assunto em 2012, prenunciava uma possível mudança no texto da resolução nº 97 ou não, demonstrando que o Governo brasileiro não possuía políticas públicas definidas sobre a imigração haitiana.

Ser imigrante, então, implicava, segundo as mídias brasileiras virtuais, ter imagem dupla: ora de *invasores* e *ilegais* – portanto, deviam ser repelidos – ora de pobres e necessitados – logo, precisavam ser acolhidos por questões humanitárias. Assim, o processo de inserção dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira foi mais compulsório – pelo dever de Estado – do que integrador – por alteridade. Daí vem o poder estabelecido pelas mídias diante dos imigrantes, as imagens identitárias formadas – *invasores* e *ilegais* X *pobres* e *necessitados* – foram construídas pela materialidade do texto, presente num arquivo constituído por práticas sociais num determinado momento histórico.

TEXTOS EM 2013 – FECHAMENTO DAS FRONTEIRAS

No ano de 2013, foram publicadas cinco matérias sobre a temática *fechamento das fronteiras*. Foram elas: “Brasil quer apoio de Peru e Bolívia para frear chegada de haitianos”; “Brasil vai buscar acordo com Peru e Bolívia para controlar imigração pelo Acre”; “Brasil e cinco países se reúnem para conter imigração de haitianos”; “Brasil pede, e vizinhos barram haitianos” e “Brasil aumenta barreira a haitianos”. Dessas, duas pertencem à grande mídia e três a mídias alternativas. Sendo que as duas primeiras notícias, em ordem cronológica, foram publicadas antes da Resolução nº 102 de 26 de abril de 2013. Mas, independente das matérias serem veiculadas antes ou após a publicação da normativa que abriu as fronteiras e concedeu visto em caráter especial aos imigrantes haitianos, as mídias virtuais brasileiras continuaram a tratar tais imigrantes como *ilegais*, trazidos por coites, fugidos do *terremoto*, *barrados* na fronteira e sujeitos à *deportação*. Vocábulos que marcam a regularidade discursiva dos discursos midiáticos desde as primeiras análises dos textos de 2010. Fora o já citado, ainda houve a permanência de expressões como “chegada em massa”.

As condições utilizadas para a construção dos textos seguiam a linha de contexto imediato, baseados em coleta de dados e tensões emocionais por parte dos envolvidos. As vozes que permeavam os textos dão artifícios para produção textual, fortalecendo a memória de que são imigrantes *ilegais*, *invasores*, *negros* e *pobres*, constituindo arquivo que repetiam o dito.

Por isso, apoiamos Handerson (2015, p.191), quando afirma que “as barreiras reforçaram a mesma retórica estigmatizadora, criminalizante, que lhes deu origem a fala de uma suposta necessidade de defesa contra ‘invasores’, ‘ilegais’ e ‘pobres’”. Portanto, a resolução normativa de nº 97 de 12 de janeiro de 2012 foi o primeiro ato institucional que firmou tal estigma. Assim, podemos dizer que as mídias produziram um discurso de identidade que diversos setores da sociedade “compraram” como referência, já que tais imagens foram repetidas por diversas mídias e instituições sociais.

TEXTOS EM 2013 – ABERTURA DAS FRONTEIRAS

As quatro matérias veiculadas sobre abertura das fronteiras ocorreram posteriormente à publicação da Resolução Normativa nº 102 de 26 de abril de 2013. Dessas, apenas uma pertencia à grande mídia, segundo catalogação do

IMDH; as outras foram publicadas em mídias alternativas. Foram elas: “Governo brasileiro acaba com limite de vistos concedidos a haitianos”; “Governo federal acaba com o limite de concessão de vistos a haitianos”; “Revogar limite de vistos a haitianos tem caráter humanitário, diz Itamaraty” e “Brasil põe fim à cota dos 1200 vistos anuais a haitianos”.

O último texto citado foi o único, neste período, a apresentar dispersão em relação às regularidades encontradas nos outros três. Ele trouxe argumentos que saem da linearidade, o uso vocábulo “remendo”, aciona o sentido de que as resoluções foram paliativas e não resolveram o problema enfrentado pelos imigrantes haitianos na vinda para o Brasil.

Assim, concordamos que essa resposta deve ser dada pelo Estado brasileiro, afinal, foi também o discurso oficial realizado no Haiti pelo Presidente, que demonstrou que o Estado brasileiro era amigável e receptivo à imigração.

Nos primeiros três textos, a regularidade encontrada deu-se pela palavra coioite, pois as mídias atribuíram à mudança do discurso oficial, ou seja, a abertura das fronteiras como forma de coibir a ‘coiotagem’ exercida na imigração dos haitianos, pois com o fechamento, ocorrido anteriormente, eram “obrigados” a buscar rotas alternativas para chegar ao Brasil, estimulando o serviço de coioites.

Dessa forma, notamos que as mídias ao formarem seus discursos, apropriaram-se de outros discursos, não de maneira livre, no entanto condicionada por relações de poder que atravessaram as relações sociais, por isso atuaram na formação do imaginário social ao manter mitos, repetir e instigar noções que forneciam conhecimento comum da vida cotidiana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, propusemo-nos a analisar os locutores (mídias virtuais, representadas por *blogs* e *sites*) que abordaram a temática imigração haitiana para o Brasil. A partir daí, delimitamos nosso objeto de pesquisa a partir de ciclos (elencados por nós) a chegada dos imigrantes; o fechamento e a abertura das tríplices fronteiras: Brasil-Peru-Bolívia (cidades de Assis Brasil e Brasileia/AC) e Brasil-Peru-Colômbia (cidade de Tabatinga/AM).

É claro que ao dividirmos os ciclos em dois, tentamos abordar os momentos mais discutidos pelas mídias virtuais a respeito do processo migratório. É importante salientar, também, que não necessariamente as tríplices fronteiras

encontravam-se fechadas e/ou abertas do ponto de vista físico, ou seja, não havia barreiras físicas (muros, cercas e portões) como em outros lugares do Brasil. Portanto, quando as mídias virtuais se referiam as fronteiras fechadas e/ou abertas não estavam falando de barreiras físicas e/ou a presença de militares, mas das leis migratórias (lei do imigrante, resoluções normativas nº 97 e 102), que inicialmente foram restritivas à entrada de novos imigrantes.

Sobre o ponto de vista governamental, não havia problemas na resolução normativa nº 97, pois segundo os órgãos responsáveis, as emissões de cem vistos mensais seriam suficientes para resolver o “problema” quanto à solicitação de entrada no país. No entanto, a emissão de cem vistos mensais ou mil e duzentos por ano não foi suficiente e causou outros problemas, já que o visto só poderia ser pedido na embaixada do Haiti. E os imigrantes que aqui estavam impedidos de entrar no país, o que fariam? Deveriam voltar para o Haiti e depois de pedir o visto e obter autorização, voltar ao Brasil? Por isso, as mídias virtuais veicularam com tanta veemência a restrição imposta pelo governo, através do “fechamento das fronteiras” pela publicação da resolução normativa nº 97; e a possibilidade de deportação, prevista pela legislação por falta de autorização e clamada por boa parte dos leitores das notícias veiculadas.

Quanto aos imigrantes haitianos que estiveram, nesse período, nas tríplices fronteiras, não temos registros de como reagiram à restrição imposta pelo governo pela publicação da normativa nº 97 na concessão de cem vistos mensais pela embaixada do Haiti, pois nossa pesquisa não se dedicou a este estudo. O que não impede que outros pesquisadores não tenham feito ou não venham a fazer. O que temos, no entanto, são os registros feitos pelos blogs e sites que divulgaram as notícias sobre o acontecimento.

Diante disso, a importância de traçar os discursos veiculados pelas mídias e os efeitos desses discursos para o reconhecimento e/ou formação de identidades dos imigrantes haitianos na sociedade brasileira. Durante estes quatro anos, 2010 a 2013, as mídias virtuais brasileiras criaram um clima de insegurança a respeito da imigração haitiana, criminalizando-os; construíram imagens sensacionalistas, através do uso de vocábulos como *invasor* e *ilegal*, quando na verdade, o processo migratório era e é um fenômeno social positivo, pois experiências e valores foram e são compartilhados.

Assim, identificamos as imagens que os locutores (mídias virtuais – *blogs* e *sites*) fizeram dos imigrantes haitianos nesse processo. Logo, pudemos verificar quais discursos foram repetidos, reconduzidos e deslocados dentro do processo da formação identitária dos imigrantes haitianos. Uma vez que os discursos

se confrontaram e os sujeitos, envolvidos através dos poderes estabelecidos socialmente, promoveram uma luta pelo estabelecimento da verdade e da formação identitária, que foi reproduzida a partir das imagens e generalizações propagadas pelas mídias, criando efeitos de sentidos que se materializavam nos textos veiculados por elas.

Conseqüentemente, os discursos construídos a partir dos textos dos *blogs* e *sites* e as diversas vozes consonantes neles foram projetados a partir do posicionamento assumido pelo sujeito e que anuncia suas relações de força diante das imagens que se faz do objeto “migração haitiana”.

Portanto, a formação discursiva verificada nos textos de sites e blogs de notícias era simultaneamente dispersa, descontínua e regular. Os imigrantes haitianos foram categorizados pelas diversas mídias virtuais como *ilegais*, *invasores*, *refugiados*, *pobres*, *negros*, *necessitados* e *sem qualificação profissional*. Sendo que ilegal e refugiado estimulado pelo governo ao enquadrá-los ou não nas leis migratórias brasileiras – lei do imigrante e as resoluções normativas nº 97 e 102. Tais caracterizações repetidas muitas vezes, propiciaram a formação de imagens pejorativas e preconceituosas, através de matérias veiculadas pelas mídias virtuais a respeito dos imigrantes haitianos, provocando uma forte rejeição por parte da sociedade, tornando-os indesejados.

No fim da pesquisa, a sensação que temos era e é que muito precisa ser dito, explicado, questionado, pois não esgotamos o assunto. Apesar de não termos respostas a todos os questionamentos, cumprimos aquilo que nos propusemos a analisar e entendemos a importância do trabalho para a desconstrução das imagens construídas e divulgadas pelas mídias virtuais sobre os imigrantes haitianos. Contudo, esperamos que as políticas migratórias fossem e sejam avaliadas e que novos mecanismos de enfrentamento para combater o preconceito e os discursos xenofóbicos sejam criados, além de necessários na desmistificação de que todo negro é pobre, criminoso e sem qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de J.J. Moura Ramos. Lisboa/Campinas: Ed. Presença/Martins Pontes, 1992;

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. (Tradução de Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Modernidade líquida.** (Tradução de Plínio Dentzien). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001;

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** Os gêneros do discurso. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997;

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** (Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renata Gonçalves). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998;

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin outros conceitos chaves.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012;

BONINI, A. Mídia, suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. **Revista brasileira de lingüística aplicada.** v.11, n 3, p. 679-704, 2011;

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios.** 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2014;

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. Apontamento sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. Travessia – **Revista do migrante.** n 70. P 99-106. Jan-fun./2012;

_____. Wout, raketè, fwontyè, ampil, mizè: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. **Universitas Relações Internacionais,** Brasília, v.12, n1. P. 73-86, jan/jun 2014;

CUNHA, Isabel Ferini; SANTOS, Clara Almeida. **Media, Imigração e Minorias étnicas II.** Lisboa, 2006;

DADALTO, Maria Cristina. A representação social sobre a imigração na mídia brasileira – mapeamento e análise dos discursos comunicacionais. **Relatório técnico-científico final.** Espírito Santo. Linhas e entrelinhas na construção social do imigrante latino na mídia. CONFIRBERCON. Rio de Janeiro, 96;

_____. Os imigrantes latinos na mídia brasileira. IN: **Anais eletrônicos do III Congresso Internacional UFES/Université Paris-Est/ Universidade do Minho territórios, poderes, identidades (Territoires, pavoires, identités).** Vitória: GM editora, 2001, p. 1-11;

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987;

_____. **A ordem do discurso**. Leituras Filosóficas. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996;

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012;

_____. **As palavras e as coisas**. Uma arqueologia das ciências humanas. (Tradução de Salma Tannus Muchail). 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007;

_____. **Resumo dos cursos do College de France**. Rio de Janeiro: Zанhar, 1997;

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido**: mídia e produção de identidades. CDROM: II SEAD. Porto Alegre, 2005;

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 5. ed. Coleção Linguagem. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009;

Instituto Migrações e Direitos Humanos. Migração haitiana para o Brasil – **Resenha de imprensa**. Brasília, 2013. Disponível em:< <https://www.migrante.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2014;

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu e Guacira Lopes Lauro. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006;

_____. **Pensando a diáspora**: reflexões sobre a terra no exterior.” In: Da diáspora: identidades e mediações culturais. (Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003;

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (org), HALL, S., WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-133;

HANDERSON, Joseph. Diáspora. **As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015. 429f. (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015;

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). Migração Haitiana para o Brasil. Resenha de imprensa – 2010 – 2011 – 2012 – 2013 – Rede Solidária para Migrantes e Refugiados. Brasília. Disponível em < <http://www.migrante.org.br/imagens/arquivos/resenha-de-imprensa-2013>>. Acesso em 14/09/15;

LUBIN, Irdéle. O Haiti após o sismo, qual a reconstrução? In: SANTIAGO, Adriana (organizadora). **Haiti por si**. A reconquista da independência roubada. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2013;

MARTINS, Graça. **A aquisição da Língua Portuguesa por imigrantes haitianos em Porto Velho**. 2013. 85f. (Dissertação de Mestrado em Letras). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho. 2013;

NARZETTI, Claudiana. As linhas de análise do discurso na França nos anos 60-70. **RevLet – Revista Virtual de Letras**. v. 2, n. 02/2010, ISSN: 2176-9125, p. 52, 2010;

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**. Estrutura ou acontecimento. (Tradução Eni Puccinelli Orlandi). 6. ed. Campinas: Editora Pontes, 2012;

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. (Tradução de Eni Puccinelli Orlandi). 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009;

_____. **Papel da memória**. Campinas, v. 2, p 49-57, 1999;

_____. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. (Tradução de Bethânia S. Mariani). Campinas: UNICAMP, 1990;

SAID, Edward. Reflexões sobre o exílio. In: **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução de Pedro Maia Soares. SP: Companhia das Letras, 2003;

SANTIAGO, Adriana de (org.). **Haiti por si**. A reconquista da independência roubada. Fortaleza: Expressão gráfica e editora, 2013;

SAYAD, A. **A imigração**. SP: Edusp, 1998;

RODRIGUES, Luiz Carlos. **Francês, Crioulo e Vodun**: a relação entre língua e religião no Haiti. 2008. 258f. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 2008;

ROSA, Renata de Melo. Raça e colonialismo: o lugar da França na crise política haitiana. **Mneme – Revista Virtual de Humanidades**, n10, v. 5, abr./jun. 2004;

_____. **A construção da desigualdade no Haiti**: Experiências Históricas e situações atuais. Disponível em < www.pdfactory.com www.pdfactory.com>. Acesso em 23/08/14;

SILVA, Fernando Moreno. **O leitor de blog**: um estudo com base nos blogs mais acessados do Brasil. 2009. 157f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara, 2009. Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, 2009;

SILVA, Paloma Karuza Maroni. **Seguindo rotas**: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Brasília, Brasília. 2014;

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira**: entre fatos e representações. 2012. 84f. Graduação (Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e propaganda). Escola de Comunicação ECO/UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 2012;

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos** 86. Cebrap. p. 23-39, Março, 2010;

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América – A questão do outro**. Tradução: Beatriz Perrone-Moisés. Coleção Tópicos. SP: Martins Fontes, 2003;

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana**: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática. Brasília: FUNAG, 2007;

IMIGRAÇÃO HAITIANA CONTEMPORÂNEA EM PORTO VELHO/ RO: UM DIÁLOGO SOBRE RAÇA, RACISMO E VOZES SILENCIADAS

Washington Luiz dos Santos Assis

INTRODUÇÃO

Originada a partir de reflexões sobre temas de cunho racial envolvendo imigrantes haitianos na cidade de Porto Velho, Rondônia, entre os anos de 2014 e 2016, esta pesquisa originou-se sob a expectativa de coletar informações e relatos de imigrantes haitianos que evidenciassem suas impressões, experiências e percepções em relação ao racismo e a discriminação racial no Brasil – considerando a imigração haitiana contemporânea para o Brasil, desde a cidade de Porto Velho.

Como objetivo inicial tínhamos a realização de uma pesquisa para descortinar o racismo brasileiro (à brasileira), sugerindo que o povo brasileiro poderia não ser tão cordial quanto algumas afirmam ser, principalmente, quando se trata de imigrações e relações étnico-raciais. No entanto, somente após o início da pesquisa, especificamente, a entrada em campo, é que foi possível perceber que nem sempre as hipóteses iniciais de uma pesquisa podem ser correspondidas, pois, não é nada incomum que as aspirações de um pesquisador sejam frustradas pelas apreensões que realizadas em campo, quer pela negação de suas indagações ou pela ocultação das informações por parte de seus interlocutores.

Nessa senda, as apreensões obtidas em um campo, em especial nas pesquisas de método etnográfico, não só podem, como devem gerar mudanças no trabalho do pesquisador, posto que, para esses tipos de investigações os relatos dos interlocutores são imprescindíveis para a análise do objeto que se pretende realizar, uma vez que as Ciências Sociais não é uma ciência *hard*, na qual os dados podem ser extraídos de forma abrupta, bruta ou forçada, como nas ciências naturais, tão pouco manipulados em tubos de ensaios. Ao contrário, nas investigações etnográficas para os estudos das ciências sociais, os dados devem ser apreendidos ou fornecidos de forma naturalizada, e não extraídos ou preconcebidos. Ademais, eles (os dados) são geralmente obtidos por meio de interlocuções intersubjetivas, em que se conta com a aquiescência dos interlocutores, sem os quais a pesquisa etnográfica não faz qualquer sentido.

Nesse contexto, somente a partir do segundo terço do tempo destinado à pesquisa de campo, foi possível perceber a inviabilidade do que se pretendia investigar, pois, todas as vezes que se perguntava aos imigrantes haitianos participantes da pesquisa algo sobre racismo ou discriminação racial no Brasil, quando não se negavam a responder silenciavam-se. Foi essa experiência etnográfica que nos levou a realizar a mudança na pergunta problema da pesquisa mudando totalmente o direcionamento do trabalho. Assim, ao invés de perguntarmos porque os haitianos entrevistados se negavam a responder nossas perguntas perguntamos porque eles silenciavam-se, quando interpelados sobre o racismo supostamente sofrido no Brasil.

Deste modo, partindo de um olhar teoricamente domesticado por teorias pós-coloniais, passamos a entender que para melhor compreender tal situação o olhar subalterno, neste caso de um negro, estaria mais apto a mensurar as mazelas que nossos interlocutores poderiam estar sofrendo com o racismo – ainda que em silêncio –, posto que, para aquela análise, compreendeu-se que um pesquisador não-negro – mesmo bem intencionado – dificilmente conseguiria apreender todas as situações e significações relacionadas ao preconceito racial no Brasil, devido a forma sutil como ele se apresenta.

Nesse sentido, apresentamos a pesquisa a partir três dimensões de reflexão, a construção do pensamento racializado no Brasil, a percepção de identidade e “raça” para os haitianos e as relações sociais racializadas dos haitianos.

A primeira dimensão de reflexão da pesquisa, embora seja importante, não será apresentada neste texto, pois abordou a historicidade brasileira a partir do período abolicionista, iniciando com o surgimento do racismo científico, as teses de branqueamento da população, a seleção de imigrantes desejados para o Brasil e a ideia de uma democracia racial, bem como, a influência das teorias determinista e eugenista de Buckle e Gobineau na formação do pensamento racializado brasileiro, cujas teses e intencionalidades políticas são bastante conhecidas no âmbito acadêmico, abordados nas mesas e ações afirmativas sobre discussões étnico-raciais. Já a segunda dimensão de reflexão, trata sobre a percepção de identidade e “raça” pelos haitianos, que devido à complexidade da temática, foi necessário recorrer a conceitos weberianos como tipo ideal e ação social, a partir dos quais criou-se um tipo “ideal haitiano” para, a partir desse parâmetro compreender as possibilidades de ações sociais tomadas por eles, no Haiti, na República Dominicana e no Brasil, o que explicaremos melhor a seguir.

A terceira e última dimensão abarca as análises das dinâmicas sociais e as construções imaginadas no Haiti, a partir de suas diásporas, por meio das quais refletimos sobre a hierarquia racial de negros e mulatos, sobre racismo na República Dominicana e sobre as consequências do contato de imigrantes haitianos e o racismo à brasileira.

AS VOZES DO CAMPO REDIRECIONANDO A PESQUISA

Toda pesquisa científica é iniciada a partir de inquietações e questionamentos, tendo como fonte de inspiração algum motivo particular, que nos incomoda de forma tão significativa que antes de entrarmos em campo, quase sempre, temos elaboradas uma ou mais questões acerca do fenômeno que se pretende analisar, por suposto, é comum que esses questionamentos estejam acompanhados de respostas previamente pensadas pelo pesquisador, que em pesquisas científicas chamamos de hipóteses da pesquisa ou, como muitos preferem, perguntas problematizadoras. Todavia, há de se ter em mente que algumas dessas hipóteses, ou perguntas, podem ser ou até mesmo se tornar inviáveis diante da investigação proposta, e, é exatamente nesse momento, que surge a necessidade do pesquisador o *feeling* para compreender o que o campo quer lhe dizer ou passar a cada momento, em antropologia chamamos isso de *Anthropological Blues*. Pois, é no campo que o pesquisador consegue reunir as condições necessárias para analisar as reais circunstâncias em que seu “objeto de análise” está inserido, somente a partir desse momento é que se torna possível delinear com segurança todos os percalços da pesquisa.

Dentro dessa perspectiva, compreendemos que a hipótese inicial de uma pesquisa etnográfica passa a ser apenas o ponto de partida da investigação, o que não as impede de serem frustradas pela realidade encontrada em campo, haja visto, uma boa e genuína pergunta problematizadora nasce no campo, geralmente, após a dialética das percepções empíricas do pesquisador e das informações contidas em seu caderno de campo, enriquecidas pelas teorias apropriadas e apreendidas por ele durante toda sua jornada de investigações.

Essas construções metodológicas são fundamentais para a realização de uma pesquisa segura. O que no caso deste trabalho, evidenciou-se a partir da percepção do elevado número de respostas negativas, momento em que foram realizadas mudanças significativas no escopo da investigação, quando alterou-se o objeto de

análise e a pergunta problematizadora, e, ao invés de se tentar descortinar o racismo à brasileira, no contexto da imigração contemporânea de haitianos em Porto Velho-RO, passou-se a perseguir os motivos pelos quais os haitianos participantes da pesquisa não falavam sobre racismo e discriminação racial do Brasil.

A alteração suscitou, também, mudanças na estratégia de coleta de dados, as entrevistas focais e semiestruturadas foram substituídas por correntes narrativas, diálogos informais e rodas de conversas. Mas, ainda assim, as respostas negativas eram constantes, e todas as vezes que se perguntava a algum dos haitianos participantes da pesquisa sobre racismo ou discriminação racial no Brasil, enquanto uns diziam não ter conhecimento de casos outros preferiam não responder, permanecendo em silêncio ou mudando o assunto da conversa.

DA HERMENÊUTICA AO MÉTODO: A INTERPRETAÇÃO DO CAMPO E OS PERCALÇOS DA INVESTIGAÇÃO

Devido à pluralização das esferas sociais, é comum no estudo dessas relações a utilização de pesquisas qualitativas para obtenção de análises seguras acerca de um determinado fenômeno da vida social. Todavia, é importante ressaltar que para esse tipo de análise faz-se necessário realizar estratégias indutivas associadas a um conhecimento teórico anterior, bem como olhar para determinado fenômeno com o objetivo de interpretá-lo à luz da teoria apreendida durante todo o processo de pesquisa. Tal esforço, faz com que no exercício de seu ofício o cientista social altere a percepção do objeto estudado, por este motivo, ao realizar suas observações deve atentar para em nenhuma hipótese desconsiderar, desprestigiar ou deslegitimar a visão de mundo dos sujeitos relacionados ao seu objeto de análise, compreendendo todo o processo por intermédio de um conceito que chamamos de alteridade.

Essas estratégias são geralmente desenvolvidas à luz da teoria e durante a pesquisa de campo, momento em que a análise dos dados e o olhar teoricamente domesticado do pesquisador o conduzem de maneira segura e adequada ao método que melhor se encaixa à investigação que ele se propõe a realizar. No entanto, para que o cientista social encontre, verdadeiramente, o caminho que o conduzirá às respostas que tanto procura é imprescindível que, em seu percurso, tenha se apropriado de boa parte das teorias e conceitos relacionados à temática na qual se debruça. Ou seja, deverá conhecer e carregar em sua bagagem o

máximo de intelectuais e teóricos possíveis, pois serão eles quem dialogarão com o pesquisador em todos os espaços e momentos de seu campo.

Ao elaborar esse trabalho, com o intuito de transformá-lo em um artesanato intelectual, foram utilizados textos de diferentes saberes das Ciências Humanas e Sociais. Todavia, mesmo havendo no corpo do texto uma grande abordagem histórico-social das questões raciais no Brasil e no Haiti, percebe-se que a maior parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa permeia o campo de investigação da Antropologia Social e Urbana. Por esse motivo, a pesquisa qualitativa foi eleita como o tipo mais adequado de investigação científico-metodológica para construir as análises.

Uma vez definido o campo de investigação da pesquisa (antropologia social e urbana) e o tipo de pesquisa a ser realizado na investigação (pesquisa qualitativa) encontrar o método ficaria razoavelmente fácil, pois o método antropológico mais utilizado em pesquisas de campo é o etnográfico

Devido ao envolvimento que tínhamos com os interlocutores da pesquisa, e ao método utilizado para a coleta de dados, percebemos a necessidade de realizar mudanças, também, na forma de observação da pesquisa, ao invés de utilizarmos a observação participante na forma tradicionalmente conhecida, optamos pela utilização de uma participação observante, evidenciando a presença do pesquisador no campo e a voz do interlocutor na pesquisa, o que nos proporcionou realizar um exercício de observação seguro, para de uma forma extremamente simples, alinhar o nosso pensamento ao de Gayatri Chakravorty Spivak (2014), na tentativa de reproduzir um discurso crítico, intervencionista e contestador, interpretando o mundo sob uma perspectiva subalterna.

A mudança no tipo observação etnográfica apontada no parágrafo anterior não se trata apenas de um jogo ou inversão de palavras e sim da inversão do *locus* de enunciação do problema da pesquisa e da produção do conhecimento, pois sugere – como tantos contemporâneos já têm feito – a decolonização da forma como são realizadas as pesquisas antropológicas, em especial as nacionais contemporâneas que estudam as relações sociais urbanas. Além disso, esta pesquisa não se debruça sobre estudos de comunidades tradicionais isoladas como as pesquisas realizadas por Curt Nimuendaju, Claude Lévi-Strauss e Bronislaw Malinowski, nas quais a aplicação do método etnográfico consistia mais em observar do que participar do processo, pois enquanto na observação participante o pesquisador observa o campo para realizar suas análises e construir um saber de maneira objetiva, na participação observante a construção desse saber é intersubjetiva, de dentro do campo.

Assim, ao invés do pesquisador apenas observar ele participa do processo, para somente após essa experiência realizar suas análises, de tal sorte que o conhecimento é produzido no campo e pelo campo, ou seja, a voz do grupo pesquisado passa a ser a voz discursiva na produção do conhecimento. Nessa perspectiva, quem fala não é o pesquisador por meio de uma simples interpretação é o “Outro”, ainda que esse “Outro” não seja um conhecedor das teorias sociais, pois para isso existe o cientista social, cuja função é realizar o encontro etnográfico da voz subalterna com a teoria científica mais apropriada para cada caso, legitimando tanto o conhecimento produzido por ele quanto os discursos subalternos, ainda que estes sejam ocultados ou silenciados, por quaisquer fatores ou fatos sociais.

Em termos de metodologia, durante toda a investigação buscou-se de forma participativa e observativa acompanhar a vida cotidiana de todos os interlocutores, de forma a enfatizar a voz do campo e não uma voz científica soberana, de um investigador imbricado de conceitos pré-concebidos, favorecendo ao máximo a intersubjetividade, passando de uma clássica etnografia malinowiskiana para uma etnografia decolonial, bem mais participativa, como sugerem os trabalhos desenvolvidos pelas Ciências Sociais contemporâneas, em especial, os relacionados aos Estudos Culturais e Pós-coloniais.

IMIGRAÇÃO HAITIANA PARA O BRASIL

Com a inclusão do Brasil na rota migratória dos haitianos surgiram muitos relatos de imigrantes no país, o primeiro deles ocorreu ainda em 2010, no Estado do Mato Grosso do Sul (COTINGUIBA & PIMENTEL, 2014, p.78), quando quatorze haitianos entraram no Brasil pela divisa com a Bolívia, desde então várias ocorrências foram registradas, sendo o maior fluxo percebido nas fronteiras da região amazônica, nos Estados brasileiros do Acre e do Amazonas.

A principal rota percorrida pelos haitianos para entrada no Brasil compreende um ponto comum até uma determinada parte da viagem e, noutro, se distingue em dois para a entrada no país. Os dois pontos de entrada são Tabatinga, no estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia e o segundo, em outro ponto semelhante, entre Brasil, Peru e Bolívia. (COTINGUIBA & PIMENTEL, 2014, p.78).

Apesar de os primeiros relatos terem surgidos no Mato Grosso do Sul, na Região Amazônica foi que se inventariaram os principais pontos de acesso dos imigrantes haitianos para o Brasil, os maiores registros se deram em um local denominado tríplice fronteira amazônica, representado pelas fronteiras de Brasil, Bolívia e Peru, com o maior fluxo nas cidades de Brasiléia-AC, Assis Brasil-AC e Tabatinga-AM, local por onde entraram, e ainda entram, a maioria dos imigrantes haitianos que residem em Porto Velho (COTINGUIBA & PIMENTEL, 2014).

No período de realização da pesquisa, estimava-se que na cidade de Porto Velho-RO, existiam, aproximadamente, 2.000 imigrantes haitianos, todavia, devido ao grande fluxo no período, ainda que busquemos regularmente essas informações, dificilmente seria possível atingirmos um número com exatidão, pois a mobilidade haitiana tem características e dinamismo peculiar, por esse motivo, frequentemente, eram percebidas diversas saídas e entradas de haitianos na cidade.

Segundo Cotinguiba e Pimentel (2015), os primeiros imigrantes haitianos a chegarem a Porto Velho-RO entraram pela cidade de Brasiléia-AC, saindo de lá após serem convencidos por representantes do governo do Acre que em Porto Velho-RO haveria maior oferta de empregos por ocasião da construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, Santo Antônio (UHESA) e Jirau (UHEJ). Esse grupo chegou à cidade em fevereiro de 2011, totalizando seis indivíduos. Logo após, já no mês seguinte, outro grupo chegou à cidade, desta vez composto por cento e cinco pessoas. No entanto, em nossas pesquisas e leituras sobre o fenômeno percebemos que “migrar (...) não é uma prática recente dos haitianos, mas algo que se registra há um tempo relativamente considerável” (COTINGUIBA, 2014, p. 83), gerando em toda população um *habitus*, que faz com que cada cidadão haitiano desenvolva o desejo de se tornar um *dyaspora*.

O SENTIDO DA PALAVRA *DYASPORÁ*

Para compreendermos o sentido da palavra diáspora na sociedade haitiana é importante apreendermos o fenômeno da emigração do Haiti como um projeto de vida e práticas sociais, no qual a sociedade amplia os sentidos da migração e ressignifica a palavra diáspora, dando-lhe outro sentido, fazendo surgir a partir do uso cultural da palavra uma categoria social aplicável a todo cidadão haitiano bem sucedido em sua mobilidade, de tal modo que toda comunidade se apropria do termo, identificando esse cidadão como um *dyaspora*, bem como todas as

coisas e objetos relacionados a ele, exemplo, *lajan dyaspora* (dinheiro diáspora) e *Kay dyaspora* (casa diáspora), fazendo dessa categoria um ideal a ser perseguido por quase toda comunidade haitiana.

O desejo de ser um *dyaspora* é forte e latente no seio da comunidade haitiana, gerando um sentimento que nasce e

se nutrifca através de um sonho, uma utopia e também uma prática e um ritual que se realizam pela mobilidade; de uma terra estrangeira imaginada, uma espécie de “lugar metafórico”. *Diaspora* é, ao mesmo tempo, uma construção ideológica e prática que modela a vida social das pessoas” (HANDERSON, 2015, p. 377).

Ademais, diferentemente do que podemos significar a partir de um dicionário de língua portuguesa, a palavra diáspora no contexto haitiano não possui o mesmo significado, para os haitianos a palavra *dyaspora* perde sua forma substantiva para se tornar um adjetivo comum aos indivíduos em mobilidade para fora do país.

O termo *diaspora* serve como adjetivo para qualificar pessoas, além de designar a comunidade haitiana transnacional, o sujeito coletivo. É comum os haitianos no Haiti usarem a palavra *diaspora* para chamar outro compatriota que parte, reside *aletranje*, envia remessas etc: “Diaspora ki jan ou ye?” (Diaspora como você vai?), “Sa k’ap fèt diaspora?” (O que tem feito, *diaspora*? Como está indo, *diaspora*?), “Mwen se diaspora” (Sou *diaspora*). Estas expressões caracterizam o termo diaspora como categoria de autodesignação e de alteridade, permitindo diferenciar os que vivem *aletranje* em relação àqueles que ficam no Haiti (HANDERSON, 2015, p. 352).

A categoria *dyaspora*, bem como as demais categorias que apresentaremos ao longo do texto, necessita de um conjunto de situações e interpretações sociais próprias para que possa realmente ser compreendida. Inclusive, é a categoria *dyaspora* que nos permite analisar a dinâmica da imigração contemporânea haitiana como uma mobilidade humana constante, pois dificilmente conseguiríamos enquadrar os haitianos em categorias comuns aos imigrantes conhecidos no Brasil. Posto que, os haitianos não migram a fim povoar, fixar residências e/ou criar colônias de haitianos – ainda que o façam –, seus objetivos são trabalhar, ganhar dinheiro, enviar remessas para o Haiti e algum dia se tornar um grande *dyaspora*.

Em seu amplo sentido social a palavra *dyaspora* – em sua condição adjetiva – significa para os haitianos uma referência tanto para pessoas quanto para os objetos relacionadas aos haitianos bem-sucedidos em sua mobilidade.

Diaspora, ao mesmo tempo, conceito e categoria. É o movimento de emigração haitiana para os diversos países. Também é a pessoa que emigra. (...) Pode, também, ser aplicado às coisas inanimadas, àquelas enviadas ou presenteadas por um *dyaspora*. (COTINGUIBA & PIMENTEL COTINGUIBA, 2014, p. 64).

Nesse contexto, a palavra diáspora ganha um novo sentido, deixando à parte seu sentido original para ganhar um novo significado, de cunho social e diferenciado daquele inicialmente conhecido para o termo.

Na próxima seção trataremos sobre outras construções sociais haitianas, para que possamos entender mais sobre algumas categorias imaginadas dessa sociedade, a fim de subsidiar o exercício de análise da percepção do racismo brasileiro pelos imigrantes haitianos em Porto Velho-RO.

NÈG, UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE

Alguns estudiosos defendem a ideia de que o racismo é uma forma de nacionalismo, uma vez que “a identidade nacional é um conceito marcado pela raça no sentido em que se considera que as diferenças humanas têm por base uma variação biológica que se manifesta em aspectos físicos” (GLICK-SCHILLER & FOURON, 1997, p. 34).

No final do século XVIII, a teoria da supremacia branca também foi utilizada para afirmar que “nunca existiu uma nação civilizada que não fosse branca” (HUME, 1748; apud GLICK-SCHILLER & FOURON, 1997, p. 37), ao analisarmos essa afirmação, entendemos que esse tipo de pensamento partiria da lógica de que se as civilizações organizadas eram constituídas por homens brancos, não por outras espécies – consideradas inferiores –, as nações civilizadas só poderiam ser constituídas por homens da mesma raça, ou seja, brancos.

No entanto, somente em meados do século XIX a ideia de constituição do Estado-nação foi entendida a partir da memória coletiva, pertencente a um povo num determinado território, antes desse período a da ciência das raças – bastante discutida no século anterior – ainda influenciava bastante as sociedades. As políticas de migrações e os discursos nacionalistas do período se encarregaram, também, em manter – em parte da população – o entendimento de que uma nação seria formada a partir da linha de descendência e não por laços comuns à memória cultural de um povo, reforçando os preceitos da distinção a partir dos conceitos de raça, pois “a ideia de raça está ainda profundamente

implicada nas concepções do Estado-nação, embora surja de modos diferentes nas várias representações contemporâneas da nação” (Domínguez, 1995, apud GLICK-SCHILLER & FOURON, 1997, p. 42).

A compreensão da historicidade dos séculos XVIII e XIX é importante para apreendermos os estudos sobre Estados-nação e identidades nacionais – principalmente, no contexto deste trabalho –, pois tal entendimento ajudará a compreendermos a constituição das categorias aqui trabalhadas.

O Haiti é considerado a primeira nação negra das Américas, sua independência foi proclamada por meio de uma revolução racial (1791-1804), gerando um grande orgulho de negros e mulatos no país, contradizendo todo o idealismo europeu da superioridade da raça branca sobre as demais. Segundo Jeremy D. Popkin, professor do departamento de história da *University of Kentucky*, em *Lexington, Estados Unidos da América*,

O êxito da luta pela independência do Haiti desafiou a mais fundamental das asserções, sob as quais se construiu a identidade dos franceses e, mais além, de todos os europeus: a convicção de que as sociedades criadas pelas populações brancas, de origem europeia, estariam a salvo da destruição por pessoas de cor (2008, p. 293).

Desse modo, os negros vitoriosos da América Latina liderados por Toussaint L’Overture (1743-1803) e Jean-Jacques Dessalines (1758-1806) – mesmo sem essa intencionalidade – puseram em cheque toda legitimidade da teoria racista construída pelos europeus nos séculos XVIII e XIX, formando mais que uma simples nação. A vitória sobre os europeus (brancos) gerou um *ethos* constituído sob a afirmação da raça negra, no qual, um dos produtos dessa conquista foi o nascimento da identidade nacional haitiana, formada sob a afirmação da raça negra e representada pela palavra *nèg*, em oposição à *blanc* ou *blan*. Palavras que quando categorizadas designam os cidadãos haitianos, independentemente da cor de sua pele ou de seu fenótipo, e todas as demais coisas relacionadas ao estrangeiro (GLICK-SCHILLER & FOURON, 1997; HANDERSON, 2015). Para melhor entendermos essas duas categorias (*nèg* e *blan*), apresentaremos, a seguir, a análise de uma conversa realizada com um jovem imigrante chamado Dorestan, o diálogo foi coletado durante uma pesquisa de campo realizada em julho de 2015. O rapaz foi meu colaborador no preenchimento de questionários referentes a estudos demográficos sobre a imigração haitiana para o Brasil, na cidade de Porto Velho. Sua ajuda foi imprescindível para a realização de entrevistas com imigrantes haitianos não falantes da língua portuguesa.

Logo na primeira abordagem da pesquisa, feita a um haitiano residente em Porto Velho há quase cinco anos, Dorestan interrompeu a conversa para me exortar sobre uma afirmação que havia feito, a saber, a de que eu era negro. Ao ouvir a afirmação, Dorestan voltou-se para minha direção e perguntou:

Dorestan pergunta:
– “Quem você falou nêgo?”

Eu respondo:
Eu, eu estou falando de mim!

Dorestan imediatamente contesta:
– você não é nêgo! Como você nêgo? Você é branco!

Sem nada entender, entrei em um debate desnecessário com o rapaz, no entanto nada do que era dito o convencendo do contrário, foram utilizados todos os argumentos possíveis, pois, eu nunca tive dúvidas quanto minha cor ou “raça”, minha pele é preta. Afinal – no contexto brasileiro –, a negritude pode ser caracterizada tanto pelo fenótipo quanto por autodeclaração.

No entanto, um pouco de alteridade nunca é demais em pesquisas de campo, isso por que, a referência utilizada por Dorestan para não me considerar um homem negro eram categorias imaginadas, fundamentadas nas palavras *nèg* e *blan*. Por isso, de nada adiantou minha explicação, para Dorestan eu não era negro, pois ser negro (nesse caso) é ser *nèg*.

Como eu poderia ser negro (*nèg*), se eu não era haitiano?

Foi com base no diálogo com Dorestan que pudemos observar que a palavra *nèg* é categorizada pela comunidade haitiana para representar uma identidade – a identidade negra nacional –, enquanto a palavra *blan* (branco) é utilizada para se relacionar (em primeira análise) ao Outro, ao estrangeiro. Logo, dentro dessa lógica (imaginada), nem mesmo a cor de minha pele justificaria a apropriação daquela palavra (*nèg*/negro) por mim.

A representação da palavra *nèg* – na cabeça de Dorestan e, acredito, de muitos haitianos – é tão forte que transcende os limites fronteiriços de sua nação, ao ponto dele não perceber a possibilidade de outros conceitos para a mesma palavra.

Por se tratar de um assunto extremamente complexo, em busca de uma melhor compreensão das categorias imaginadas *nèg* e *blan*, recorreremos à tese de doutoramento do professor Joseph Handerson, da Universidade Federal do

Amapá (UNIFAP). Antropólogo e haitiano, Handerson defendeu, em fevereiro de 2015, pelo programa de pós-graduação do Museu Nacional, uma tese sobre as dinâmicas da mobilidade haitiana. Em sua pesquisa, destinou um capítulo inteiro para tratar sobre *peyi blan* (categoria com várias significações) e *diaspora* (imigrantes viventes no *peyi blan*), o que nos possibilitou criar um tipo haitiano para compreender e analisar a temática – tendo em vista a impossibilidade de conhecer essa dinâmica a partir do próprio Haiti.

Nessa esteira, podemos perceber que a dicotomia *nèg* (negros) e *blan* (brancos) vai muito além de conceitos raciais ou construtos sociológicos e políticos, trata-se de uma das chaves para a compreensão da nação haitiana e da noção de raça e identidade no imaginário social haitiano. Por esse motivo, Dorestan teve dificuldade em reconhecer um negro brasileiro como negro, pois em seu imaginário não seria possível ser negro sem ser *nèg*. A historicidade haitiana concebeu no imaginário daquele rapaz, quicá de seu povo, mais que uma categoria ou uma classe sociopolítica racializada, a dinâmica do processo de construção do Haiti, a luta pela independência e libertação dos escravos, somadas à revolta e expulsão dos algozes franceses (europeus, *blan*), reforçadas, posteriormente, por movimentos como o indigenismo e o negrismo (1927), fizeram nascer no país a identidade nacional negra haitiana, representada pela palavra *nèg*. Enquanto categoria, a palavra *nèg* é aplicável a todo cidadão haitiano, que independente de seu fenótipo, por meio de uma retórica racial, conseguiu se libertar de seus opressores europeus – o Outro, o *blan*.

Os vitoriosos dirigentes africanos e mulatos que expulsaram os franceses do Haiti definiram-no como uma nação negra utilizando a palavra *blanc* (branco) para definir todos os estrangeiros e a palavra *neg* (negro) para definir todos os cidadãos do Haiti, qualquer que fosse o seu fenótipo ou a sua história genética. (Nichols, 1995; Trouillot, 1990; apud GLICK-SCHILLER & FOURON, 1997, p 42).

Como dissemos anteriormente, a velha hierarquia racial colonial deixou muitas feridas nos países colonizados, chamada por Walter Mignolo de “ferida colonial”, um “sentimento de inferioridade imposto aos seres humanos que não se encaixam no modelo predeterminado pela história Euro-Americana” (2009, p.17). No Haiti, essas feridas reuniram elementos suficientes para gerar um discurso contraditório, que embora afirmasse a cor negra, também, valorizava a cor branca, estabelecendo-a como indicador de beleza física e de poder (SCHILLER, FOURON, 1997).

Ainda no contexto desse debate, percebe-se que “a sociedade branca, a cultura europeia, impuseram ao negro um desvio existencial” (FANON, 2008, p.30), e, por conta desse desvio, os haitianos passaram a supervalorizar a cultura europeia relacionando-a a tudo que é bom (o que chamam de *bon bagay*), que possui boa qualidade e é relativo aos bons costumes. Dessa feita, como diria Frantz Fanon (2008), uma das heranças deixadas pelo colonizador europeu no Haiti – que é comum em toda sociedade que foi colonizada – é o desejo inconsciente de o negro (colonizado) em ocupar os espaços sociais deixados pelo branco (colonizador), cuja consequência é a reprodução de uma sociedade racializada, ainda que por meio de outra lógica de racialização.

A supervalorização cultural da sociedade europeia (branca) pelos haitianos (negros) fez com que o *bon bagay* (boas coisas) fosse associado à palavra *blan*, quais sejam, lugares, produtos, comportamentos, coisas e até pessoas. Lembra-se do caso Dorestan, para quem eu era branco?

Handerson (2015), ao apresentar suas reflexões e explicações acerca do que seria o *peyi blan*, utiliza uma expressão que reflete toda essa discussão: “*tout sa ki bon yo di se bagay peyi blan* (tudo o que é bom dizem ser do *peyi blan*)” (2015, p. 375). Dentro da mesma lógica categórica as palavras *nèg* e *blan* constituem, respectivamente, a representação do povo haitiano em sua identidade e alteridade e todos os estrangeiros

Para entender ainda mais o sentido da expressão *peyi blan*, é importante entender o sentido de *blan*, uma categoria utilizada para denominar o outro, o estrangeiro, o branco. Uma pessoa pode ter a pele preta e ser chamado de *blan* pela condição de estrangeiro, pelos códigos éticos e comportamentais que orientam a sua conduta. Os usos variados e ambíguos do termo *blan* estão no coração das relações entre percepções raciais, desigualdade e hierarquia no Haiti. (HANDERSON, 2015, p.376).

Por intermédio dessas categorias e percepções que os haitianos enxergam o mundo e se apresentam para ele, quer seja enquanto pessoa (cidadão), no país de residência, quer seja enquanto povo, por meio da representação de uma nação transnacional. E, é por essa visão de mundo que eles afirmam suas lutas e conquistas do presente, reafirmando as vitórias e conquistas do passado. Reconhecendo – apesar das dificuldades impostas ao negro, pelo mundo ocidental – na identidade *nèg* um dos símbolos representativos de sua haitianidade.

Na subseção seguinte abordaremos essa questão da identidade negra haitiana em oposição (completa) à identidade nacional dominicana, abordando como esses dois países, apesar de vizinhos, vivem em constante fricção.

A RELAÇÃO COM A REPÚBLICA DOMINICANA

Enquanto os haitianos reconhecem na identidade negra sua haitianidade, os dominicanos rejeitam sua matriz africana, reconhecendo-se como uma nação cuja identidade é firmada sobre os valores (brancos) europeus (RODRÍGUEZ, 2004; ROSA, 2008). Com base nessa dicotomia, discutiremos nesta subseção, de forma bem sucinta, a relação desses dois vizinhos, visando apontar o lugar destinado ao cidadão haitiano no pensamento social dominicano, sem muita extensão, pois esse tema sugere uma pesquisa específica, o que, também, deixaremos para uma oportunidade futura.

Pretende-se com essa discussão apreender como os haitianos se comportam frente a uma declarada xenofobia racista dos dominicanos (haitianofobia), para assim viabilizar um estudo de caso comparativo entre a situação vivida por eles na República Dominicana e no Brasil. Comparação que consideramos muito importante para a obtenção dos resultados desta pesquisa, pois boa parte de nossos interlocutores já estiveram ou trabalharam na República Dominicana.

Ao utilizar o termo “xenofobia racista” proponho compreendermos essa forma de discriminação, sofrida pelos haitianos na República Dominicana, por meio de duas situações, a xenofobia (preconceito cultural ou de origem) e o racismo (preconceito fundamentado em fenótipos como a cor da pele). A união de ambos os fenômenos dentro da mesma situação, uma forma dupla de preconceito que mescla covardemente xenofobia e racismo numa forma exponencial de discriminação, gerando e alimentando no imaginário social dominicano o anti-haitianismo.

A ocorrência de processos conflituosos entre a República do Haiti e a República Dominicana, ao longo da história, serviu de alicerce para construção de sentimentos discriminatórios, que não se restringiram, apenas, ao nacionalismo dominicano.

Alguns fatos históricos foram extremamente importantes para alimentar o nacionalismo dominicano que se converte em *antihaitianismo*. São eles as invasões haitianas a Santo Domingo em 1801, 1804 e 1822 (a mais duradoura). O fato de os dominicanos haverem sido dominados por uma nação que era ela mesma fruto de uma insurreição escravista fez com que, em grande parte do pensamento social

dominicano, a repulsa aos haitianos não se restringisse apenas ao povo, mas à ideia de negritude, religião e culturas de matriz africana. (ROSA, 2008, p. 53).

Esses fatos e acontecimentos propiciaram a constituição de identidades nacionais opostas compostas de alteridades totais, que serviram de combustível para alimentar esse anti-haitianismo existente na República Dominicana. Ademais, para fins dessa reflexão, é importante lembrar que a identidade nacional haitiana é, também, formada pela afirmação da raça negra, enquanto os dominicanos, além do nacionalismo, evocam sua descendência europeia, assumindo em seu imaginário uma posição de superioridade.

Aquí [na RD] se ha enseñado, como que por razones históricas de que entre Haití y República Dominicana hay problemas. Y siempre se ha dicho que el dominicano es superior y que República Dominicana es superior. Pero en el fondo es por el color de la piel porque aquí ha predominado más la ascendencia española. En Haití hay más personas con la piel oscura o con la piel intensamente oscura. De hecho, no hay mucha diferencia [entre los dos pueblos] pero ellos siempre se defienden, se resalta eso. Y es eso que se enseña en la escuela: de que el dominicano es superior. Se enseña que los haitianos son seres inferiores. Los profesores enseñan eso. Es muy grave (apud ROSA, 2007, p. 77).

A citação anterior reforça o pressuposto de análise que as diferenciações aparentes na relação entre dominicanos e haitianos não são motivadas, apenas, por razões históricas. Dominicanos utilizam os marcadores de origem (xenofobia), raça (racismo) e etnia (eticismo) para subalternar os haitianos que trabalham na República Dominicana, transformando as diferenças existentes em diferenciações, que são apreendidas tanto no imaginário social dominicano quanto no imaginário social dos haitianos. Dessa forma, pode-se afirmar que o anti-haitianismo existente na República Dominicana – construído sob a justificativa nacionalista de uma suposta invasão haitiana, a exemplo das tentativas ocorridas em 1801, 1804 e 1822 –, na verdade, esconde outro sentimento, o preconceito racial. Percebido na dicotomia de duas identidades nacionais ideologicamente opostas.

El corazón de estas polémicas se encuentra en las concepciones prevalecientes en Haití y en la República Dominicana en torno a la identidad nacional. Concebida esta obra en el espectro ideológico de la *negritud*, de la que Price-Mars fue uno de sus precursores, su fundamento es que las relaciones y las percepciones raciales han

jugado un papel determinante en el desarrollo de las animosidades políticas entre las dos naciones (SAN MIGUEL, 2000, p. 240).

Na próxima subseção, dialogaremos (teoricamente) sobre o comportamento dos haitianos na República Dominicana frente ao preconceito e a declarada xenofobia racista (haitianofobia), para essa análise utilizaremos como fonte de reflexão um texto de Renata de Melo Rosa, no qual a autora trata sobre um mecanismo de defesa utilizado pelos haitianos na República Dominicana ao serem expostos a uma discriminação explícita.

O SILÊNCIO COMO MECANISMO DE DEFESA

A situação apresentada na subseção anterior visa nos dar suporte para a discussão proposta neste ponto do trabalho, pois será fundamental para a compreensão dos resultados desta pesquisa. Para refletir acerca do assunto, recorreremos a algumas publicações de Renata de Melo Rosa, professora e coordenadora do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário de Brasília, de quem procuramos apreender um pouco sobre a questão do silêncio de haitianos na República Dominicana frente à xenofobia racista e ao racismo declarado. Rosa, em um de seus textos, refere-se a uma categoria de análise chamada “silêncio”, ao estudarmos a lógica desse silêncio, avaliou-se as possibilidades de relacionar a compreensão dessa categoria às nossas experiências de campo e, assim, compreender o objeto de análise no contexto de Porto Velho-RO.

Segundo Rosa, “o que mais desafia o entendimento acerca dos haitianos na República Dominicana não é tanto a xenofobia declarada dos dominicanos mas o silêncio dos haitianos frente a um racismo declarado” (ROSA, 2010, p. 103), a autora utiliza a noção de ação social em Max Weber para analisar a motivação e o sentido desse silêncio coletivo (p. 103-104).

Somente a partir dos estudos de Rosa pudemos perceber que, para os haitianos, existem vantagens em continuar a vida na República Dominicana, mesmo sofrendo preconceitos. Ademais, a forma com que os haitianos aprenderam a lidar com as relações de poder e com a racialização das relações de trabalho – tanto no Haiti quanto em diáspora –, somados ao pensamento social conservador dominicano, faz com que os haitianos que sofrem esse tipo de preconceito aceitem viver sob a influência de uma hierarquização racializada

discriminatória, na qual são subordinados e silenciados. Vale salientar que os haitianos se afirmam sob uma identidade negra, enquanto os dominicanos evocam sua descendência europeia em detrimento a sua origem africana, conforme já discutimos nesta mesma seção.

A contribuição da categoria silêncio para essa pesquisa foi crucial. A partir dela foi possível criar um tipo ideal (MAX WEBER, 1997) de haitiano em diáspora e analisar seu comportamento frente ao racismo dominicano (declarado) e, posteriormente, compará-lo ao racismo brasileiro (ou à brasileira), a partir das narrativas de campo.

Partindo de um tipo ideal, podemos perceber que o silêncio dos haitianos na República Dominicana favorece trabalharmos com dois pressupostos – ou possibilidades –, o primeiro estaria associado ao que Weber chamou de ação social racional com relação aos fins, na qual a atitude do indivíduo é estritamente racional e os atos cometidos são pensados, desde a sua execução até a sua consequência. O segundo pressuposto, também Weberiano, estaria relacionado à ação social tradicional, cujas fontes motivadoras são costumes e tradições vividas ou incutidas no imaginário de determinada sociedade.

Em ambos os casos, a ação (o silêncio) possui a mesma finalidade, evitar problemas que possam gerar prejuízos sociais. Dessa maneira, os haitianos realizam a manutenção consciente (racional) ou inconscientemente (tradicional) de sua permanência no país vizinho, por meio do silêncio. Assim, o silêncio se justificaria pelo desejo coletivo, ainda que analisado de forma individual, de não obter problemas ao ponto de perder sua condição de trabalho ou atividade econômica desenvolvida, quer seja por uma ação racional ou por uma ação tradicional.

Certamente, por se tratar de subjetividades, o método analítico e o conceito apresentado no parágrafo anterior (tipo ideal) ficam expostos a críticas e sugestões. No entanto, apesar da aparente abordagem simplista (ou reducionista) sobre o comportamento cultural e social de um povo a teoria do tipo ideal de Max Weber foi a melhor ferramenta encontrada, para abarcar uma realidade intangível de forma tangível, ainda que sob o risco de receber tais críticas. Ademais, considerando os dados obtidos com essa pesquisa, pode-se afirmar que o silêncio coletivo não é exclusivo dos haitianos que vivem na República Dominicana (ou em diáspora), pois a construção social do Haiti colaborou sobremaneira para a adoção desse tipo comportamento por toda nação transnacional.

No Haiti, “o mulato se distancia do negro (noir) por ser mais próximo do branco do que o negro, pela cor da pele. O negro privilegiado se distancia do negro desfavorecido, por ser mais próximo do modelo ocidental, não pela cor da

pele, mas pela cultura” (HANDERSON, 2015, p. 541). Logo, as relações no Haiti não se dão por racialização biologizada (eugenismo e darwinismo social) como no século XIX e XX, tampouco a distribuição de poder obedece a uma lógica de supremacia branca nos moldes do período colonial. O que existe no Haiti é hierarquização da sociedade e a distribuição desigual de vantagens, entre *noir* (negros) e *mulâtre* (mulatos), na qual o fator preponderante é de cunho cultural e não biológico.

No contexto haitiano os termos *noir* e *mulâtre* não se referem exclusivamente a um grupo étnico. Levam também conotações políticas e sociais. Sociais, porque se o filho ilegítimo de uma trabalhadora negra com um marinheiro branco que visita o porto poderia descrever-se como um mulâtre em aparência, com certeza não o consideraria como membro da classe *mulâtre* (a superior). Ao contrário, um alto funcionário do Governo, ou um homem negro próspero de negócios, se asseguraria como *mulâtre* casando-se com uma guria da classe *mulâtre*. Isso é tolerado, mas não admitido abertamente, e o grupo mulâtre cuida-se na hora de incluir alguns negros no Governo quando está no poder, e o grupo *noir* faz o mesmo quando chega sua vez. (HANDERSON, 2015, p. 541).

Em suma, a forma como a nação haitiana aprendeu a lidar com as relações sociais colaboraram para a constituição de desigualdades tanto na distribuição de recursos e vantagens quanto na distribuição de poderes, autores como Jean Casimir e Renata de Melo Rosa possuem boas obras que discutem amplamente o assunto.

Ainda sobre o silêncio de haitianos em seu país de origem, a abordagem feita nessa pesquisa não utiliza como parâmetro a ideia de *marronage*, utilizada por estrangeiros no Haiti. Até porque, essa ideia é pejorativa e foi muito bem criticada pelo professor Omar Ribeiro Thomaz, da Universidade Estadual de Campinas, em um artigo publicado na Revista Caderno de Campo, em 2011 (São Paulo). No artigo, Thomaz trata sobre a visão do estrangeiro em relação aos haitianos, apontando que para o estrangeiro determinado tipo de comportamento dos haitianos é fruto da ideia de *marronage* (2011, p. 275), que nada mais é que uma visão simplista e colonialista de um povo colonizado, feita por um observador estrangeiro. Por essa perspectiva,

O marronage é interpretado como parte de uma espécie de “caráter nacional”, que explicaria parte dos fracassos haitianos – político, econômico, cultural etc.: os haitianos agiriam diante do Estado e da sua violência, ou diante das transformações, da mesma forma que outrora teriam agido diante do senhor de escravos... (THOMAZ, 2011, p. 275).

Não representando, nem um pouco, o que pretendemos com a nossa discussão, cujo objetivo é demonstrar como os processos sociais influenciam no comportamento coletivo de uma determinada sociedade. Por esse motivo, a reflexão foi desenvolvida a partir dos tipos ideais de Max Weber e não da ideia etnocêntrica e colonizadora de *marronage*. Sendo possível, desta forma, perceber como as discriminações (xenofobia e racismo) sofridas pelos haitianos residentes na República Dominicana são organizadas e naturalizadas no imaginário social desses sujeitos a partir de uma lógica colonizadora, donde as experiências vivenciadas são reproduzidas desigualmente, tanto no Haiti quanto em suas diásporas.

“TIÇÃO! A COR DELE É TIÇÃO?”

Em nossa pesquisa foi possível identificar que, assim como na população brasileira, a colonização e a racialização das relações sociais gerou na sociedade haitiana marcas coloniais que, em contato com a população brasileira, sofreu algumas adaptações, mudou sua roupagem. Por esse motivo, essas questões foram discutidas por meio da análise de algumas relações dicotômicas, tendo como ferramenta de análise marcadores sociais da diferença, tais quais, “raça” (cor da pele), etnia (língua) e origem (nacionalidade).

Nesse contexto, para entendermos a relação desses marcadores com nossas pesquisas realizamos discussões sobre as identidades deterioradas, teoria desenvolvida por Erving Goffman, a partir das quais utilizamos as categorias e os conceitos correspondentes à transmissão de informação social (GOFFMAN, 1982), em virtude de termos observado a promoção de diferenciações entre haitianos e brasileiros (vice-versa) por intermédio da transmissão de símbolos de prestígio, símbolos de estigma e desidentificadores.

Segundo Goffman,

a informação social transmitida por um símbolo pode estabelecer uma pretensão especial a prestígio, honra ou posição de classe desejável - uma pretensão que não poderia ter sido apresentada de outra maneira ou, caso o fosse, não poderia ser logo aceita. (...) Símbolos de prestígio podem ser contrapostos a símbolos de estigma, ou seja, signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução conseqüente em nossa valorização do indivíduo (GOFFMAN, 1982, p. 40).

E segue,

Além dos símbolos de prestígio e dos símbolos de estigma, pode-se achar uma outra possibilidade, ou seja, um signo que tende – real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão, mas lançar sérias dúvidas sobre a validade da identidade virtual. Referir-me-ei aqui aos desidentificadores. Um exemplo é o “inglês correto” de um educado negro do Norte que visita o Sul [dos Estados Unidos das Américas, grifo meu] (GOFFMAN, 1982, p. 40).

Para exemplificarmos a citação acima discutiremos, também, sobre a identificação social transmitida, relacionando-a a um exemplo em que a pretensão especial a prestígio aparece concomitante a um caso clássico de desidentificação, que podemos observar facilmente no caso Pierre.

Pierre é um jovem haitiano, evangélico de uma igreja haitiana situada na zona norte de Porto Velho-RO, todas as vezes em que visitávamos a igreja que Pierre congregava encontrávamos o rapaz à porta, como um recepcionista, sua tarefa era acolher as pessoas que chegavam para participar dos cultos. Após vários dias de observação, percebi que os visitantes brasileiros eram cumprimentados por Pierre em Língua Francesa, enquanto os demais haitianos recebiam os cumprimentos em Crioulo Haitiano. A situação, que era recorrente, passou a me causar bastante estranheza, pois os compatriotas de Pierre não seguiam o mesmo comportamento, ou eles realizavam os cumprimentos em Língua Portuguesa ou o realizavam em sua língua materna, utilizando a expressão *Bonjou, Koman ou ye?* (Bom dia, como vai você?). No entanto, Pierre insistia em utilizar a expressão *Bonjour, Ça va?* Em francês.

Antes das análises a acerca desse diálogo observemos que apesar da expressão *Bonjou, Koman ou ye?* estar na Língua Crioulo Haitiano e a expressão *Bonjour, Ça va?* estar em Língua francesa, que ambas expressões possuem o mesmo significado (bom dia, como vai?). O comportamento de Pierre sempre causou curiosidades, pois, o rapaz era o único a recepcionar visitantes brasileiros de forma diferente. No entanto, somente com o tempo e a apreensão de algumas questões sobre a formação social do Haiti e suas elites foi que pudemos perceber o que Pierre pretendia com aquela atitude, o que nos fez lembrar de Frantz Fanon, quando em “Péle negra, máscaras brancas”, diz que “historicamente é preciso compreender que o negro quer falar o francês porque é a chave susceptível de abrir as portas que (...) ainda lhes eram interdidas” (2008, p.50), sem contar que, falar em

francês, na visão de Pierre, nos situaria de sua posição sociocultural em relação a seus compatriotas, posto que, nem todo haitiano fala a língua.

Segundo o professor e pesquisador Geraldo Cotinguiba, no Haiti existem

(...) duas línguas oficiais, o francês e o crioulo haitiano – *Kreyòl Ayisyen* –, porém numa relação diglósica, isto é, a língua materna e do domínio geral é o crioulo e o francês opera como um demarcador social, um *status* para quem domina, pois pode indicar o nível de escolaridade, é a língua da burocracia (COTINGUIBA, 2014, p.31).

Nesse contexto, podemos observar que o jovem Pierre, ao não se comunicar em sua língua materna, objetivava marcar sua posição social, colocando-se frente aos visitantes brasileiros na condição de haitiano detentor de um capital cultural (BOURDIEU, 1989) maior em relação aos seus compatriotas, por desidentificação ou para obter símbolos de prestígio.

É comum nas relações sociais racializadas os corpos de sujeitos negros serem marcados por estigmas. Neste sentido, o primeiro caso de símbolo de estigma observado nesta pesquisa ocorreu em uma aula de língua portuguesa para imigrantes e teve a contribuição de uma professora voluntária em um projeto de extensão da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Seu nome é Angélica, aluna de graduação em Letras Português pela Universidade Federal de Rondônia, a jovem leciona Língua Portuguesa para uma turma de imigrantes haitianos, e, certo dia se deparou com a seguinte situação:

Certa vez, um aluno trouxe, para sala de aula, algumas palavras escritas em um pedacinho de papel, entregou-me e perguntou os seus significados. As palavras eram: *Careca*, *negão* e *pau-no-cu*, e outras de baixo calão. Eu, assustada, perguntei-lhe onde ouvira aquelas palavras, e a resposta foi, “no trabalho”. Logo deduzi, colegas de trabalho o estão chamando assim (ANGÉLICA).

O exemplo de Angélica reforça a percepção que marcadores de “raça” e etnia têm sido utilizados para estigmatizar imigrantes haitianos de forma extremamente racista por meio da linguagem, tendo em vista o pouco léxico que os imigrantes possuem. Guerby, identificado como o primeiro imigrante haitiano a chegar a Porto Velho, mora no Brasil desde 2011 e também relata uma situação que reforça a observação feita por Angélica, segundo Guerby:

Tem haitiano que está sofrendo preconceito e não sabe, o cara está xingando haitiano e ele não sabe. O haitiano vai comprar uma coisa, a pessoa não entende já xinga o

haitiano. Às vezes eu acho melhor quando o haitiano não entender, porque quando sabe o que fala dói muito. É melhor quem não entende e quem não fala português, quando você entende machuca. (GUERBY, 29 anos).

No relato de Guerby percebe-se que a falta de domínio da língua portuguesa se torna, para alguns brasileiros preconceituosos, uma covarde ferramenta de subordinação, atribuindo aos haitianos diferentes símbolos de estigma, que agem de forma interseccional (CRENSHAW, 2002) e articulada com um ou mais marcadores sociais da diferença.

Num segundo relato de Guerby pode-se observar que o marcador de origem aparece de forma bem mais perceptível, no entanto por se tratar de uma sociedade multiplamente marcada como é a sociedade haitiana, fica bastante difícil compreender de qual marcador parte a discriminação, pois o marcador de origem pode ser facilmente confundido com o marcador de classe – por se tratar do país mais empobrecido da América Latina –, enquanto o marcador de “raça” pode ser confundido com o de etnia, quer por superinclusão ou subinclusão (CRENSHEW, 2002), em virtude de ambos (raça e etnia), nesse caso, estarem relacionados com a “raça negra”, quer seja pela pele preta, pela língua crioula ou pela religião vodú.

Brasileiro fala muita da gente e do país da gente. Eu sei eu não sou brasileiro (...) O que é que tem a ver o Haiti? Nós está aqui, você já está com preconceito com a gente. Não precisa falar mal do país da gente, eu sei aqui não é nosso país. Não pode julgar pessoa pelo cor e pelo país, tem que ser pelo que ele é (GUERBY, 29 anos).

A situação é tão complexa que somente pelas narrativas dos interlocutores dificilmente consegue-se identificar o tipo de discriminação que os imigrantes haitianos têm sofrido, pois das informações sociais possíveis, lhes são atribuídos e corporificados vários símbolos de estigma.

Finalizando as reflexões acerca dos símbolos de estigma destino as próximas linhas desta subseção para apresentar uma situação observada na pesquisa de campo, realizada em abril de 2015, no momento em que eu aplicava alguns questionários que serviriam de dados para as pesquisas desenvolvidas pelos Grupos de Pesquisa MIMCAB (UNIR), GEMA (UFAM) e NEPO (UNICAMP).

Antes de iniciarmos a entrevista com os moradores da primeira casa visitada, ficou decidido que a primeira pessoa a preencher o questionário seria Louis, responsável pela residência, seguido de Gilner, imigrante agregado a casa. Após

haver realizado a entrevista Louis não se distanciou muito, e logo foi iniciada a entrevista com Gilner.

Uma das perguntas contidas no questionário estava relacionada à autodeclaração de raça dos entrevistados. No entanto, assim que Gilner foi indagado a respeito de sua autodeclaração de cor e “raça”, Louis, seu compatriota, fez uma “brincadeira” racista bem ao estilo brasileiro, observemos como foi o diálogo:

Eu pergunto a Gilner:

– Gilner, quanto a sua cor, como você se autodeclara? Ou melhor, como você se identifica? Negro? Pardo? Fale-me.

Louis, sem dar nenhum tempo para Gilner responder, responde:

– *Tiçãô!* a cor dele é *Tiçãô*.

E eu pergunto a Louis:

– O que você falou Louis? *Tiçãô*? Como você conhece essa palavra?

Louis responde:

– “do trabalho, lá no trabalho eles falam assim”.

Percebe-se que as marcas coloniais são evidentes na fala e no comportamento de Louis, que mesmo sendo negro, reproduzia um estigma discriminatório atribuído às pessoas de pele preta no Brasil (tiçãô), utilizando as mesmas estratégias de discriminação adotadas por brasileiros para discriminar negros.

Todavia, podemos perceber que enquanto Pierre se utilizava da linguagem como veículo de desidentificação, atribuindo-lhe um símbolo de prestígio, Louis, atribuía ao seu conterrâneo um símbolo de estigma, reproduzindo a inferiorização imposta pela relação colonial em função da cor da pele, no entanto, utilizando-se de um símbolo de estigma apreendido no Brasil, que é utilizado para depreciar os indivíduos de pele preta.

O SILÊNCIO REFLETIDO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DE HAITIANOS E BRASILEIROS EM PORTO VELHO/RO

As discussões realizadas neste ponto do texto têm o intuito de realizar discussões que propiciem de alguma forma entendermos as razões pelas quais as vozes de nossos interlocutores são silenciadas em contato com a sociedade local, para que desta maneira possamos entender a dinâmica do silenciamento,

sem ocultar as vozes de nossos interlocutores, para que mesmo de forma representativa ganhem voz e saiam do silêncio.

Para essa análise, nos voltemos a outra narrativa de Guerby, pois além de grande colaborador da pesquisa, o jovem haitiano reside há muito tempo na cidade, aproximadamente, seis anos. Ademais, o rapaz traz em sua bagagem uma vasta experiência de vida, fruto de imigrações anteriores. Conversar com Guerby é sempre muito profícuo para as pesquisas que realizamos, pois entendemos que suas experiências o capacitam a reconhecer situações que dificilmente outros haitianos conseguiriam perceber, sem contar que ele fala de situações que os outros haitianos em diáspora preferem não comentar. Perguntado os motivos, Guerby diz: “– tem haitiano que pensa não compensar falar as coisas, tem gente que não entende porque aquela coisa aconteceu, e também tem haitiano que deixa as coisas passar para não dar coisa pior pra ele”.

Da fala transcrita acima, pode-se perceber que existem imigrantes haitianos que não reclamam de discriminações por entenderem que ao falar sobre esses assuntos podem sofrer algum tipo de sanção social, podendo piorar de alguma forma a situação vivida no Brasil.

Os imigrantes haitianos, em especial aqueles com pouco tempo de residência no Brasil, sofrem diversas formas de preconceitos e discriminações, todavia nem sempre os percebem, devido a sutileza com que o racismo brasileiro se apresenta. Outro fator que contribui para esse silenciamento, é a experiência que possuem com as declaradas atitudes racistas dominicanas.

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE HAITIANOS E BRASILEIROS EM PORTO VELHO/RO

As entrevistas com Guerby foram muito importantes para o entendimento desta discussão, pois seus relatos serviram não só como fontes de reflexões, mas, também, como pontos de costura para a compreensão das situações vividas por nossos interlocutores.

Ao falar de uma de suas primeiras experiências no Brasil, Guerby comentou haver passado por uma situação muito constrangedora, que lhe “machucou” bastante.

Eu tinha um ano que estava aqui.

Um dia eu estava trabalhando para uma empresa que chamava Virtual, e estava prestando serviço pro Gerencial, um cara, todo dia, ele está me xingando. Eu era ajudante e ele era profissional.

Um dia eu chegar e falar: cara! Eu vem aqui no Brasil, eu tenho dois motivos. Aí ele nem deixa eu falar e diz: você tem motivo nenhum, você está é no seu país passando fome.
Daí eu respondo: Oh! Cara vou falar sério pra tu, vambora acabar com isso hoje.
Fui procurar o engenheiro pra falar, mas tive dificuldade porque não era bem assim que eu falava, faltava palavra para explicar.
Aí ele (engenheiro) falou assim para mim: Guerby eu gosto muito de você, você é trabalhador. É estrangeiro, é NEGRO CLARO....
E eu falei pra ele, como assim?
Não, não tem isso não engenheiro, negro é negro! ...

Com base nessa narrativa pergunta-se, o fato de ser estrangeiro, negro claro ou negro escuro – se é que essa classificação existe, pois desconhecemos –, legitimaria o ato discriminatório e preconceituoso sofrido por nosso interlocutor? Será que situações como estas não estariam ocorrendo com outros haitianos em seus locais de trabalho? Quantos gerentes como esse engenheiro estariam silenciando vozes (negras) haitianas pelo Brasil? Todavia, não responderemos nenhuma dessas perguntas por esta pesquisa, pois tais indagações são suficientemente substanciosas para fomentar uma nova investigação.

Mas, por intermédio de depoimentos como esse podemos perceber que, na fala do engenheiro há uma postura imperativa para que Guerby (“estrangeiro, trabalhador e negro claro”) ficasse quieto diante daquela situação.

Infelizmente, na relação social com os portovelhenses, em algumas situações, as vozes dos haitianos, como a de todo grupo subalterno, têm sido silenciadas por influência e consequência da construção social racializada desenvolvida ao longo de nossa história. É possível perceber na fala do engenheiro responsável pelo trabalho, que um comportamento aceitável, menos aceitável ou nada aceitável (no Brasil) pode permear a ideia de “raça”, por meio da graduação da cor de pele – negro claro, negro escuro e etc. Ademais, nota-se ainda, que mesmo percebendo que Guerby foi participar-lhe a situação por não suportar mais ser discriminado como imigrante de um país empobrecido o engenheiro somou ao marcador de classe – “você tem motivo nenhum, você está é no seu país passando fome” – o estigma de dois outros marcadores, articulando à classe, os marcadores de raça (negra) e de origem (estrangeiro), aplicados na ocasião com o objetivo de silenciá-lo.

A estigmatização e o comportamento aceitável ou não aceitável constituído a partir de fenótipos como a cor de pele e a da classe já foi suficientemente abordada na seção dois desta monografia, quando logo na primeira subseção abordamos a questão da aparência e da mobilidade social por intermédio da

expressão “quanto mais negroide, menos móvel” de Thomas Skidmore (1976, p. 56). A expressão de Skidmore, se aplicada à discussão desta subseção, pode ser explorada por vários outros aspectos e interpretações, quais sejam no campo estético, no campo da educação ou qualquer outro campo da esfera social e suas relações. Pois, discursos como estes refletem como o imaginário social brasileiro é colonizado pela ideia constituída de “raça”, atribuindo ao “homem de cor” (negros e não-brancos) não apenas um espaço no estrato inferior da sociedade, mas, também, valores sociais morais e comportamentais estereotipados, sempre, fundamentado na ideia de “raça”, de classe ou origem.

Nessa perspectiva, nas relações sociais de haitianos com brasileiros eles têm apreendido que o “melhor” a se fazer em determinados casos no Brasil é manter as boas relações sociais (trabalho, rua, vizinhança e outros), guardando silêncio e sujeitando-se a situações constrangedoras, pois somente dessa forma os objetivos de sua migração (trabalhar em um *peyi blan*, ajudar familiares no Haiti e adquirir alguns *bon bagay*) podem ser atingidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste texto foram organizadas para que possamos perceber como as concepções em torno da ideia de “raça” e a formação de um imaginário social racializado, tanto no Brasil quanto no Haiti, influenciam na formação e na relação social dessas nações, difundidas pelos sistemas coloniais mesmo após a descolonização. Neste contexto, em ambos os países a ideia de “raça”, biologizada ou socialmente constituída, influenciou a constituição das sociedades, determinando o lugar de cada sujeito nos espaços e estratos sociais, quais sejam por fenótipos, classe social ou, como no caso dos haitianos, origem nacional.

A subalternação de indivíduos por meio da reprodução de diferenciações que exploram a ideia de “raça” observa-se de diversas formas, a partir das feridas coloniais (FANON, 1968; MIGNOLO, 2009) – sentimento de inferioridade dos sujeitos subalternados – e na pré-disposição dos indivíduos melhor favorecidos em ocupar os diferentes espaços sociais (supostamente) deixados por seus colonizadores; ao assumir o poder e não subverter a lógica de dominação e exploração anteriormente estabelecida, passando a subalternar seus semelhantes através da manutenção da forma de distribuição de vantagens, aos moldes do sistema colonial.

Enquanto no Brasil a racialização das relações se deu pela influência da constituição de um imaginário social racializado no qual o negro era visto como uma raça inferior, no Haiti esse pensamento foi subvertido por meio de uma revolução racial, gerando um ethos sob a afirmação da “raça negra” contradizendo todo o idealismo europeu da superioridade branca. No entanto, apesar da valorização da “raça”, assim como o Brasil e qualquer sociedade colonizada, o Haiti sofreu um desvio existencial (FANON, 2008), posto que, existem dois discursos contraditórios sobre a cor, um em que a cor negra é valorizada como símbolo da identidade haitiana (haitianidade), força e resistência; e outro em que a cor branca é aceita como superior, referenciando coisas boas e simbolizando beleza – basta lembrarmos a citação “*Tout sa ki bon yo di se bagay peyi blan*” (tudo que é bom dizem ser do *peyi blan*). Vale lembrar, ainda, que essas construções imaginárias quando somadas às questões políticas e ao distanciamento cultural entre *noir* e *mulâtre* – na disputa pelo poder do país –, juntamente, com a experiência apreendida com o racismo na República Dominicana faz com que nossos interlocutores tenham traduções (HALL, 2015) diversas, gerando novas consequências, novos resultados e novas traduções ao menor contato com a sociedade brasileira.

Nessa senda, apreendemos esses desvios (existenciais), presentes na população brasileira e haitiana, como fruto da imposição cultural de uma ideologia (colonial) dominante, facilmente identificada nas relações sociais, construções sociais e visão de mundo constituída politicamente, difundidas em ambos os países, por diversos fatores e situações.

Em outras palavras, há uma constelação de dados, uma série de proposições que, lenta e sutilmente, graças às obras literárias, aos jornais, à educação, aos livros escolares, aos cartazes, ao cinema, à rádio, penetram no indivíduo – constituindo a visão do mundo da coletividade à qual ele pertence (FANON, 2008, p.135).

Podemos dizer que as relações coloniais, o racismo científico, a política e a tese de branqueamento da população, juntamente com as discriminações étnico-raciais presentes na história brasileira, contribuíram para que se forjasse no inconsciente coletivo a ideia do negro-ruim (FANON, 2008) ou subjugado, cujo espaço sempre esteve notoriamente definido por uma hierarquia racial. Enquanto no Haiti, a racialização das relações sociais e do trabalho, a assunção dos líderes da revolução haitiana com a inalteração da lógica estrutural do poder colonial, a sociedade fortemente racializada entre os *noir* e os *mulâtre* e o racismo sofrido na República Dominicana, criaram no imaginário do haitiano em diáspora

uma forma subalterna de lidar com as estruturas raciais de poder nos países de residência, gerando uma lógica própria de comportamento para cada sociedade, inclusive a brasileira, um exemplo claro de hibridização e tradução, aos moldes de Homi Bhabha (2013) e Stuart Hall (2015), respectivamente.

Todavia, o resultado da fricção (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) entre essas duas sociedades apresenta uma forma de discriminação nova para os imigrantes haitianos, pois apesar da discriminação brasileira de ser mais sutil que a dominicana não é menos prejudicial ou depreciativa, pelo contrário, potencializa as desigualdades de serem imigrantes com a discriminação de não possuírem a pele branca, posto que, “nesse sistema [brasileiro], não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, porque as hierarquias asseguram a superioridade do branco como grupo dominante” (DA MATTA, 2000, p. 75).

Dito isso, é certo que o espaço temporal utilizado para realizar esta pesquisa não abarcaria todas as dimensões possíveis para compreensão das questões raciais surgidas com a imigração haitiana contemporânea para o Brasil. No entanto, pelas análises das narrativas e pelas reflexões teóricas realizadas percebemos que os processos sociais e históricos influenciaram – e influenciam – significativamente o imaginário social de ambos os países, materializando em seus imaginários relações sociais hierarquizadas, entre brasileiros e haitianos, o que dificultando a percepção da discriminação racial pelos imigrantes pelos seguintes motivos: 1) Os haitianos recém-chegados a Porto Velho/RO possuem pouco léxico, o que os deixa suscetíveis a discriminações raciais por meio da linguagem, não lhes permitindo perceber o racismo que é feito por intermédio de “brincadeiras” e trocadilhos, por esses requerem boa interpretação e contextualização da situação apresentada. 2) Para outra parcela do grupo a dificuldade está em perceber que tipo de discriminação sofrem, pois todo haitiano é *nèg*, e se todo haitiano é *nèg* (negro) – independente do fenótipo ou da cor da pele – como saber se a discriminação é destinada ao negro ou ao haitiano? Pois, no imaginário social haitiano ser negro e haitiano é quase inseparável, a cor negra é um dos elementos da haitianidade. Assim, a dificuldade está em identificar se se trata de preconceito de cor (racismo) ou de origem (xenofobia). 3) Por último, e não menos importante, percebeu-se que por influência da relação com a República Dominicana muitos preferem utilizar-se da categoria silêncio, e mesmo ao se perceberem vítimas de racismo ou discriminação racial, preferem afirmar não terem conhecimento sobre o assunto, pois o silêncio lhes dá a garantia de continuar trabalhando

no país sem serem perturbados, principalmente os que ainda se encontram na situação de indocumentados.

Diante dos dados apresentados neste trabalho, ressaltamos que esta pesquisa foi realizada dentro de um recorte espacial bastante específico e de um universo previamente determinado de imigrantes haitianos. Uma pesquisa mais ampla sobre o assunto necessitaria de uma visitação ao Haiti e a República Dominicana, para que pudéssemos apreender essas relações a partir de uma verificação (investigação) local. No entanto, com este trabalho, apontamos algumas possibilidades de pesquisa que podem se tornar significativamente útil para, dentro desse mesmo contexto, fomentar uma investigação mais ampla e específica acerca das interfaces da imigração haitiana contemporânea para o Brasil, de tal sorte que possamos em um futuro próximo elaborar uma pesquisa que ultrapasse os limites encontrados nesta investigação.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. *Encontros etnográficos*. Rio de Janeiro: Edufal, 2015.
- ANDREWS, George Reid, Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. **Revista Estudos avançados** v. 11, p. 95-115, 1997.
- _____. **América afro-latina, 1880-2000**. Trad. Magda Lopes. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.11, p. 89-117. 2013.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013 [1949].
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. Ed. São Paulo: Unesp, 2006.
- CASIMIR, Jean. O Haiti e suas elites: o interminável diálogo de surdos. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2012
- COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel e COTINGUIBA, Geraldo Castro. Imigração haitiana para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v.17, n.33, p. 61-87, Jul./Dez. 2014.

COTINGUIBA, Geraldo Castro e PIMENTEL, Marília Lima. Wout, raketè, fwontyè, anpil mizèl: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73-86, jan./jun. 2014.

_____. Elementos etnográficos sobre imigração na Amazônia Brasileira: Inserção social de haitianos em Porto Velho. **Revista Temas de Antropologia y Migración**, N° 7, Diciembre 2014, p. 31–55.

_____. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. **Revista Travessia**, São Paulo, v. 70, p. 99-106, 2012.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução a Antropologia Social**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: ROCCO, 2000.

_____. O ofício do etnólogo, ou como ter “Anthropological blues”. in: NUNES, Edson de O. **A aventura Sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar, p. 23-35, 1978.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Duval; Et al. **Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório**. Disponível para consulta em: <http://www.migrante.org.br/index.php>, último acesso 14/02/2016, à 01 hora e 50 minutos;

FIRMIN, Joseph Anténor. **De l'égalité des races humaines: anthropologie positive**. Paris: Librairie Cotillon, 1885.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GLICK-SCHILLER, Nina e FOURON, Georges. Laços de Sangue: Os fundamentos raciais do estado-nação transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, N° 48, Junho 1997, p. 33-66.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HANDERSON, Joseph. **Diaspora**. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. Diásporas negras no contexto pós-colonial: dialogando com intelectuais haitianos. **Revista Educere et Educare**. Vol.10. Número 20 jul./dez. 2015. p. 537 – 548.

_____. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun.

WEBER, Max. **Os economistas**. Textos selecionados. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

MILLS, Wright. Do artesanato intelectual. In: MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 211-244, 1965.

MIGNOLO , Walter. La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). **Crítica y Emancipación**, (2): p. 251-276, primer semestre 2009;

ORTIZ, Renato (org.). Bourdieu – Sociologia. São Paulo: Ática. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, vol. 39. p.156-183, 1983;

POPKIN, Jeremy D. Uma revolução racial em perspectiva, relatos de testemunhas oculares da Insurreição do Haiti. **Varia Hist**. Belo Horizonte, vol. 24, nº 39: p.293-310, jan/jun 2008;

PRICE-MARS, Jean. **La república de Haití y la República Dominicana**: diversos aspectos de un problema histórico, geográfico y etnológico. Puerto Principe : Colección del Tercer Cincuentenario de la Independencia de Haití, Tomo II, Madri: Industrias Graficas de España, 1953;

RODRÍGUEZ, Nestor E. El rasero de lar raza em la ensayística Dominicana. **Revista Iberoamericana**, University of Toronto, v. 12, n. 1, p. 73-86, jan./jun, 2014;

ROSA, Renata de Melo. Subjetividade e Subversão do Racismo: Um Estudo de Caso Sobre os Haitianos na República Dominicana. **Revista Internacional de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XVIII, Nº 34, p.

99-112, Jan./Jun, 2010;

_____ Xenofobização da Mulher Negra Migrante no Processo de Construção do Feminino em emigração: A migração Feminina Haitiana em Santo Domingo. REMHU. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Ano XV, n 29, p. 71-85, 2007;

_____ A Construção da Desigualdade no Haiti: experiências históricas e situações atuais. **Universitas Relações Internacionais**. v. 4, n. 2 (2006);

_____ República Dominicana: a construção do pueblo criollo. **Revista Universitas Relações Internacionais Brasília**, v. 6, n. 1, p. 53-77, jan./jun, 2008;

RIBEIRO, Omar Thomaz. Eles são assim: racismo e o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti, **Revista Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 20, p. 273-284, 2011;

SAN MIGUEL, Pedro L. Reseña de "La República de Haití y la República Dominicana: Diversos aspectos de un problema histórico, geográfico y etnológico" de Jean Price-Mars. **Revista Mexicana del Caribe**, vol. V, núm. 9, ano 2000;

SEGUI, Franck. Racismo e desumanização no Haiti. **Revista Educere et Educare**. Vol.10 Número 20; jul./dez. 2015; p. 521 -536.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Quase pretos, quase brancos: depoiment. Abril 2007. Pesquisa FAPESP 134, p. 10-15. **Entrevista cedida a Carlos Haag**.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça. in: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs). 2009. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia. P. 70-115.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 [1942];

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o melting pot nacional. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, nov. 2000.

_____ Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio, 2002.

_____ Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

CRIANÇAS HAITIANAS EM PORTO VELHO: PROCESSOS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA NO SISTEMA ESCOLAR

Maquézia Suzane Furtado dos Santos

INTRODUÇÃO

A chegada de homens e mulheres de nacionalidade haitiana em grande número no estado de Rondônia, a partir do ano de 2011, trouxe consigo alguns aspectos concernentes ao processo migratório, como a questão da escolarização das crianças migrantes. Com o crescente aumento de postos de trabalho, mediante o fomento das áreas do comércio e construção civil no estado, aquecido pela instalação de duas hidrelétricas ao longo do Rio Madeira, alguns haitianos se fixaram de forma permanente na cidade e não apenas como passagem em direção à outras cidades do restante do país (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012).

Entretanto, as barreiras linguísticas e socioculturais se fizeram presente no trajeto desses indivíduos. Questões como a dificuldade no aprendizado da língua portuguesa, tão diferente de seu idioma materno, o *Kreyól Ayisyen* (crioulo haitiano) e por serem de uma outra cultura impactaram no processo de busca de emprego e utilização de serviços, como postos de saúde, órgãos públicos, etc. Pensando nessas questões, em 2011, um haitiano que já havia aprendido a falar português, com auxílio da Pastoral do Migrante¹, iniciou aulas para seus conterrâneos também aprenderem a falar. Essa iniciativa chamou a atenção de pesquisadores da Universidade Federal de Rondônia, uma linguista e um cientista social, que em 2012 inauguraram o grupo de pesquisa da UNIR denominado “Migração, Memória e Cultura na Amazônia brasileira” (Mimcab) e o projeto de extensão, também da universidade, denominado “Migração Internacional na Amazônia Brasileira: linguagem e inserção social de haitianos em Porto Velho” que objetiva o ensino da língua portuguesa para esses imigrantes.

Com a estabilização financeira, muitos traziam seus familiares que haviam ficado no Haiti. Devido à reunião familiar, esposas e filhos desses haitianos também desembarcaram em território brasileiro (COTINGUIBA, 2014). Logo que chegavam, trazidos por amigos e parentes que já frequentavam o projeto, essas pessoas iniciavam as aulas para vencerem as dificuldades linguísticas. Com as crianças não foi diferente, visando a inserção em escolas públicas da capital,

¹ O Serviço Pastoral do Migrante é uma instituição católica criada para atender as diversas demandas do imigrantes em território brasileiro e fora dele.

meninos e meninas buscavam ajuda não só para aprenderem o idioma nacional, mas para entenderem como conseguir vagas nas instituições escolares. É este processo de chegada, inserção, permanência e a análise dos dados obtidos durante a investigação que serão apresentados nesse trabalho.

Estruturamos a pesquisa em um recorte temporal que vai dos anos de 2015 a 2018 e em três escolas municipais que atuam com o ensino fundamental. Nosso objetivo foi identificar e descrever possíveis causas de dificuldades enfrentadas tanto por essas crianças e seus pais como pela equipe pedagógica desses locais. A metodologia utilizada concentra aspectos da etnografia (MALINOWSKI, 1978) e da observação participante (VELHO, 1978). Dessa forma o presente capítulo se insere em um caráter qualitativo, descritivo e em formato de relato de experiência da pesquisa científica. Assim, explanaremos alguns elementos determinantes para a compreensão dos dados, como o contexto histórico, social e educacional no Haiti, para só então partirmos para os dados obtidos a partir da pesquisa de campo, finalizando com algumas reflexões e considerações acerca da temática.

ASPECTOS HISTÓRICOS E EDUCAÇÃO NO HAITI

A República do Haiti, mais conhecida simplesmente por Haiti, é um país localizado na América central, no mar caribenho. Divide uma pequena porção da ilha de Hispaniola junto com a República Dominicana e possui uma população de aproximadamente 9,7 milhões de pessoas (IISATTO, 2016).

Possui uma história marcada por escravidão, lutas, exploração e ditaduras ferrenhas, assim como a maioria das ex-colônias europeias da América.

Foram nessas terras de paisagens paradisíacas e solo fértil, que em 1492 chegaram as navegações de Colombo, sendo o Haiti denominado então, como o berço do chamado Novo Mundo (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012). Dominado inicialmente pela Espanha e posteriormente pela França, foi denominado Haiti ou “Aiyti” (terras de montanhas altas) segundo a língua dos nativos locais, que com a chegada dos conquistadores, foram completamente dizimados. Dessa forma, a mão de obra negra escravizada foi uma alternativa para iniciar um grande projeto: o de ser a maior produtora de açúcar da época, o que realmente aconteceu. A colônia francesa do Haiti produzia toneladas e toneladas de açúcar, produto raro e caro nos tempos da navegação, tanto que ficou conhecida como a “Pérola das Antilhas” (COTINGUIBA, 2014).

Após muitos anos de exploração, os negros escravizados iniciaram um processo de libertação de seus algozes franceses. De acordo com Gorender (2004) no ano de 1804 em uma insurreição que ficou conhecida como a Revolução Haitiana, o povo haitiano, que era um misto de escravos negros, crioulos e mulatos, se libertou da metrópole francesa, expulsando-os de seu território e instaurando a primeira república negra do mundo e a maior revolução de escravos realizada com sucesso. Ao longo de sua jornada como país independente, a busca por poder desses governantes, o boicote e exploração sofrida por várias nações e a dívida externa exorbitante por terem se emancipado da França, levaram ao contexto de miséria e sofrimento da população como sê vê nos dias de hoje.

Fora o caráter repressor da ditadura duvaliana, como ficou conhecida durante o governo de François Duvalier e durou de 1957 a 1986, outro ponto característico dessa fase foram as graves crises econômicas pelas quais o país passou, levando ao aumento meteórico da dívida externa junto ao Fundo Monetário Internacional – FMI, que perdura até os dias de hoje (FOURON, 2016). Quanto a esse momento de profunda crise econômica e política em face do passado glorioso de lutas e libertação e que resultou em um retrocesso sem medidas e a intervenção de outros países em seu território, Tissato (2016) nos diz que:

O país passou a mendigar, pedindo ajuda, tamanha as suas dívidas e descontrole econômico, necessitando de auxílio econômico de diversas economias mundiais. O regime ditatorial de Duvalier restringiu-se à manutenção do poder. Outras ditaduras, embora utilizassem a repressão, buscavam a conciliação entre a manutenção do poder e o desenvolvimento do país [...] Duvalier não elaborou/ executou nenhum projeto, nenhum plano de desenvolvimento (TISATTO, 2016. P. 54).

Em detrimento das conquistas de outrora e da completa evasão dos colonizadores, a língua falada no Haiti continuou sendo o francês e o recente idioma falado principalmente pelos escravos daquela colônia, o crioulo haitiano, um misto de francês e outros dialetos de matriz africana que assim como a religião Vodou – ou *voodoo* – constitui o berço cultural do povo haitiano (JOINT, 2008).

Pesquisadores apontam que o crioulo haitiano é falado por cerca de 90% da população ou aproximadamente 8,5 milhões de pessoas (COTINGUIBA; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016) e desde 1961 graças ao empenho de intelectuais como Felix Morisseau-Leroy, escritor e grande incentivador do uso do idioma, é reconhecido como a língua oficial do Haiti, bem como o francês.

Sobre o surgimento e a importância do crioulo haitiano para seu povo, Cotinguiba, Pimentel e Ribeiro (2016), refletem que a língua materna haitiana

constitui mais do que um simples idioma, é parte das estruturas que compõem a identidade do povo haitiano – juntamente com a religião vodu e a bandeira haitiana – pois mesmo tendo o Francês como a língua ensinada nas escolas e utilizadas nas instituições burocráticas, os haitianos sabem que é a língua do colonizador e o preterem.

Mesmo com a instituição do francês como língua oficial no país desde a independência, até a constituição de 1987 – que elege também o crioulo como língua oficial – nunca a população haitiana adotou de fato o francês como sua língua. [...] O francês é uma língua estrangeira no Haiti, tanto para o haitiano menos favorecido, sem estudo que vê o francês como língua dos brancos colonizadores, como para uma elite escolarizada, com instrução que vê o francês como a língua da França ou de outros países. [...] Nos dois casos, são conscientes do fato de que falar francês é característico do não-pertencimento à identidade étnica nacional haitiana (COTINGUIBA; PIMENTEL; RIBEIRO, 2016. P. 35).

Entretanto, para muitos, o crioulo haitiano ainda é visto como a língua dos escravos “rebeldes”, do povo pobre e atrasado e essa desmistificação no imaginário coletivo haitiano ainda deve percorrer sinuosos meandros até sua total desmistificação.

A partir dessa breve contextualização histórica a respeito da formação do povo haitiano e de um dos seus principais pilares identitários, a língua crioula, podemos partir para uma análise de como a educação no Haiti ainda continua elitista, colonizadora e limitada, fomentando a emigração de crianças e até mesmo de grandes intelectuais.

A EDUCAÇÃO NO HAITI COMO FATOR PREPONDERANTE NA EMIGRAÇÃO HAITIANA

Para entendermos a problemática contida no processo de inserção das crianças haitianas nas escolas públicas locais, precisamos entender o funcionamento das instituições de ensino no Haiti e traçar uma comparação com as brasileiras, além de conceber os motivos dessas crianças migrarem e buscarem ser escolarizados em escolas estrangeiras.

Segundo Joint (2008), as crianças haitianas emigram, pois as principais escolas no Haiti ainda são mantidas em sua maioria por igrejas e ONGs que dominam a educação haitiana, que são pagas mesmo sendo confessionais, dessa forma, o

sistema educacional haitiano perpetua, ainda nos dias de hoje, o que tinha como base no passado: o objetivo de formar os filhos das elites separadamente dos das classes populares.

Especifiquemos o sentido de “sistema educacional”. Considero-o, sobretudo no sentido escolar do termo, naquilo que se refere à instrução. Teoricamente, as bases do ensino haitiano foram determinadas pela política educacional do libertário Toussaint Louverture e dos fundadores do Estado haitiano. Entretanto, esse sistema tem suas origens nas práticas educacionais em vigor na época da colonização e da escravatura. Os fundadores, guiados pelo modelo educacional deixado pelos antigos colonos franceses, reproduziram-no após a independência do Haiti. Mas os princípios da nação haitiana são marcados por muitas incertezas e ameaças que tiveram repercussões nas políticas educacionais dos primeiros haitianos (JOINT, 2008. P. 182).

Como podemos observar, as marcas da colonização francesa no Haiti ainda não cicatrizaram por completo, principalmente no contexto do sistema de educação que reproduz o sistema do colonizador. Isso faz com que a educação haitiana ainda não tenha uma identidade própria e abra margem para a intervenção de instituições religiosas e não governamentais que ao realizarem serviços de cunho social também fazem o de cunho educacional. Quanto ao Estado, “este tem dificuldade em aplicar uma política educacional que possa responder à demanda escolar de formação da população” (JOINT, 2008, p. 83).

Além desses percalços, o sistema de educação no Haiti tem por característica a demarcação das classes sociais. Inicialmente quando o Estado criou as primeiras escolas, tinha como objetivo atender os filhos de classes abastadas o que descartou antecipadamente uma rede pública de escolas para todos (JOINT, 2008).

Consoante a isso, nas poucas escolas controladas pelo governo, existe o pagamento de taxas escolares que visam a contratação de funcionários e docentes, porém com a defasagem da manutenção, não valorização e falta de pagamento de professores, desencadeiam irregularidades como atrasos e faltas (JOINT, 2008). De acordo com esse sociólogo, com relação à estrutura e qualidade de ensino oferecida, as escolas no Haiti podem ser divididas em:

- Escolas “*borlette*” (de loteria): de má qualidade, em vista de seu mau funcionamento. O aluno que nela estuda geralmente foi recusado por uma boa escola ou não ter pago as taxas escolares.
- Escolas independentes “onde se levam as coisas a sério”: Possuem nível médio, mas não são rigorosas com os alunos com relação às taxas o que acarreta a evasão de professores por falta de pagamentos.

-
- Escolas congregacionais: possuem um quadro de professores estável, bem formados, estruturas pedagógicas e materiais didáticos um pouco mais adequados e realizam o acompanhamento escolar.
 - Escolas internacionais: no topo da “hierarquia” educacional haitiana, são geridas por estrangeiros e possuem um quadro de professores muito qualificados. Aplicam os programas vigentes em países como França, Canadá e Estados Unidos e preparam seus alunos com foco nos estudos posteriores principalmente no exterior. São as mais caras e frequentadas pelos filhos dos funcionários de altos cargos e estrangeiros residentes no país.

Dessa forma, muitos pais haitianos optam por matricularem seus filhos em escolas estrangeiras, para que aprendam a língua francesa e se possível, o inglês, objetivando uma possível emigração e com ela alcançarem status, oportunidades e melhoria de vida.

Conforme situa Cotinguiba (2014), com o intuito de serem um futuro *diaspora*², esses pais migram e levam consigo seus filhos e filhas, que estudarão em países considerados superiores economicamente e quando retornarem ao Haiti serão figuras de grande prestígio social, uma vez que os haitianos nutrem um sentimento de valorização aos conterrâneos que estudam fora e depois retornam.

PROCESSOS DE INSERÇÃO E PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS HAITIANAS NAS ESCOLAS DE PORTO VELHO/RO

A cidade de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, é a terceira maior capital da região Norte e a quarta em Desenvolvimento e Produto Interno Bruto (PIB), ficando atrás apenas das cidades de Belém, Manaus e Parauapebas.³

Marcada em sua história por grandes ciclos econômicos e migratórios, em 2011, quando chegaram os primeiros grupos de haitianos, a cidade vivia mais um momento de grandes investimentos e explosão econômica e demográfica, devido à construção de duas usinas hidrelétricas, Jirau e Santo Antônio, financiadas pelo governo federal, para exploração do potencial energético do rio Madeira, rio que banha a cidade e faz parte da bacia Amazônica ocidental.

2 Segundo Cotinguiba (2014) “um diaspora é, ao mesmo tempo, aquele que consome recursos e mobiliza algumas pessoas no processo migratório e é, também, aquele em quem se amplia as expectativas da família como fonte de recursos. Migrar, nesse sentido, não é, essencialmente, uma decisão individual, mas coletiva, é um projeto de família.” (p. 134).

3 Fonte: Prefeitura de Porto Velho. Disponível em: <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/17800/a-cidade>. Acesso em: 03 nov. 2018.

Esses primeiros indivíduos que chegavam à capital ficavam em lugares públicos, como praças, abrigos da prefeitura e grande parte foram acomodados em escolas, pois era período de férias e, portanto, não tinham funcionários nem alunos ocupando as salas, e no ginásio poliesportivo Claudio Coutinho, no centro da cidade. Eram locais com pouca ou nenhuma privacidade, e muitos em condições insalubres. Recebiam falsas promessas de emprego, e eram enganados até por quem poderia ajudá-los. Sobre essa chegada e a situação em que se encontravam, relata os pesquisadores Cotinguiba e Pimentel (2012).

No início de 2011, no auge da construção das duas hidrelétricas, no rio Madeira, chegaram os primeiro imigrantes em Porto Velho, atraídos inicialmente por uma promessa de trabalho de uma suposta empresa que estaria instalada no distrito de Nova Mutum, a 110 km de Porto Velho. Esse grupo de pouco mais de 50 haitianos se disse “enganado” por um funcionário do governo do Acre na cidade de Brasiléia, fronteira do Brasil com a Bolívia, que fornecera um número de telefone aos imigrantes de uma empresa que não existia. Enquanto os haitianos tentavam encontrar uma solução para o impasse, as autoridades governamentais já haviam sido acionadas e, em um ônibus, levou-os para a cidade de Porto Velho e os alojou no Ginásio de Esportes Claudio Coutinho, na região central da cidade. Naquela mesma semana a cidade recebeu o total de 105 haitianos. A chegada dos grupos maiores de haitianos a partir de março de 2011, fez com que o governo estadual se mobilizasse e buscasse uma solução ou um paliativo imediato para duas demandas principais, alojamento e alimentação (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012, p. 263).

Mediante a informação da chegada desses imigrantes, grandes empresas vieram em busca de mão de obra barata e qualificada, visto que outros grupos, simultaneamente, migraram para outras partes do país e não era nenhuma novidade que esses indivíduos almejavam oportunidades de emprego. Em Rondônia, parte da demanda de triagem e recrutamento de indivíduos para o trabalho ficou aos encargos da Secretaria de Assistência Social – SEAS.

Na ânsia de conseguirem trabalho para o seu sustento e para o sustento de suas famílias deixadas no Haiti, inicialmente, muitos haitianos aceitavam empregos de baixos salários, outros de grande esforço físico, como no caso dos que foram trabalhar no ramo da construção civil, principalmente nas usinas hidrelétricas em construção (COTINGUIBA, 2014). No entanto, conforme foram tendo ampla aceitação e uma construção de uma imagem positiva de bons trabalhadores, políglotas e pessoas honestas, os trabalhos começaram a variar, conforme o grau de instrução dos imigrantes.

Os primeiros haitianos foram empregados, na sua maior parte, no principal ramo de atividades da época, a construção civil, especialmente para atender à demanda no contexto urbano. A partir da triagem e de reportagens, foi atribuída aos haitianos uma identidade de um grupo composto por políglotas e com alto índice de preparação profissional em diversas áreas, o que consideramos como um fator relevante para o processo de inserção desses imigrantes na cidade de Porto Velho (COTINGUIBA, 2014. P. 121).

Diante desse cenário, é possível perceber que conforme conseguiam estabilidade financeira, seus parentes deixados no Haiti também desejavam vir para o Brasil, formando uma grande rede de relações fincadas no movimento migratório.

Boa parte dessas pessoas buscavam imóveis alugados para morar, esses eram partilhados por grupos de 3, 4 ou 5 pessoas, geralmente, pois assim poderiam dividir o valor do aluguel, que naquele momento estavam supervalorizados mediante o inchaço populacional (COTINGUIBA; PIMENTEL, 2012).

Foi nesse contexto que o projeto Mimcab, que funcionava nas dependências da Escola Estadual de Ensino Fundamental 21 de Abril, passou a receber um número ainda maior de crianças, com intuito de aprender a língua local, nas mais diversas faixas etárias e com isso, começamos a acompanhar seu trajeto para conseguir vagas nas escolas públicas da capital.

Concomitante à entrada em campo, para realização da observação participante, algumas outras ações foram necessárias. Primeiramente, iniciamos uma pesquisa de caráter censitário, com recursos dos próprios coordenadores, que consistia em mapear o quantitativo de crianças haitianas na capital, ou pelo menos no perímetro de maior concentração desses habitantes, que eram os bairros centrais e situados próximos à rodoviária local.

Esse mapeamento objetivava demonstrar há quanto tempo estavam no Brasil, como haviam chegado, idade, sexo, se estavam estudando ou não, dentre outras informações. Porém, não foi possível dar continuidade, devido à dificuldade de pessoal e logística para tal pesquisa, além de que os haitianos não gostavam de dar muitas informações para quem não conheciam⁴. Entretanto, a coleta de dados dessas fichas preenchidas, um total de 50, foi de total importância para este trabalho, pois assim, soubemos que haviam muitas crianças fora da escola e o desejo dos pais era que elas aprendesse o idioma local para matriculá-las o mais rápido possível.

4 Nesse momento da pesquisa, ainda não conhecíamos muitos haitianos, apenas os que frequentavam o projeto, e como a pesquisa fora realizada na rua, muitos tinham medo de pessoas abordando-os e fazendo perguntas pessoais, talvez pelo fato de alguns não estarem com a documentação de imigrantes completa. Logo, foi difícil dar continuidade e finalizar o mapeamento.

Com estas informações retiradas das fichas de recenseamento, e após conversas informais com pais de crianças que haviam acabado de chegar ou que tinham vontade de trazer seus filhos para estudarem no Brasil, iniciamos o mini curso de ensino de língua portuguesa e as observações.

Esse mini curso foi ministrado em janeiro de 2015, sob coordenação do Mestre Geraldo Castro Cotinguiba, que por ser fluente em *kreyòl*⁵ conseguia entender e traduzir as aulas para os alunos. Duas professoras do projeto, incluindo a pesquisadora, foram designadas para aplicar os conteúdos, que consistiam em: ensino das classes gramaticais, expressões verbais, ortografia, sinais, etc. O objetivo era auxiliar no aprendizado mais rápido da língua portuguesa para esses alunos aproveitarem a chamada escolar, que ia acontecer em poucos dias. Contava com a participação de cerca de 10 crianças e adolescentes, de diversas idades. Alguns eram irmãos e isso facilitava a ajuda mútua das lições em casa. Com duração de duas semanas, o curso terminou com a maioria sendo aprovado no teste de localização e matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Herbert de Alencar.

Após o término do minicurso, demos continuidade às observações, orientando os pais em como proceder para conseguirem as vagas. Em grande parte das famílias, era o pai que estava à frente do processo, visto que as mães, assim como as crianças, estavam recém-chegados no país e tinham dificuldades em se comunicar.

Era necessário primeiramente traduzir os documentos dos futuros alunos para que pudessem ser compreendidos pela equipe pedagógica da escola. Esse problema foi solucionado com a utilização dos serviços de tradução de um professor da Universidade Federal de Rondônia, pelos próprios coordenadores do projeto, visto que nenhuma secretaria ou órgão público do estado ou município dispunha de tal servidor.

Mesmo após as traduções dos documentos, os desafios ainda estavam por vir. Os documentos solicitados pelas escolas eram: histórico escolar, certidão de nascimento, cópias dos documentos dos pais e comprovante de residência, porém, muitas crianças não tinham trazido o histórico escolar o que acarretou na falta do documento no período de chamada escolar, o que também foi sanado com a aplicação do “teste de localização”⁶.

5 Utilizaremos a forma original escrita do idioma crioulo haitiano.

6 O teste de localização é um teste pautado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e consiste em identificar o nível escolar do aluno para encaixá-lo em uma série do ensino básico.

A disponibilização de vagas nas escolas estaduais e municipais em Porto Velho é oferecida durante cerca de 2 a 3 dias, sempre em Janeiro ou Fevereiro do ano corrente.⁷ Alguns pais chegam a dormir na escola para garantir que consigam as senhas distribuídas logo no começo da manhã e assim possam conseguir a vaga para seus filhos. Conseguir a senha não é garantia de conseguir a vaga, pois algumas vezes a série escolar do aluno não é compatível com as vagas oferecidas. Os pais haitianos tiveram que fazer o mesmo procedimento. Muitos saíram do trabalho na construção civil e outros locais para dormir nas creches e escolas próximas às suas residências.

Em um dos dias de coleta de dados, ao nos depararmos com vários pais haitianos em uma escola municipal de ensino infantil e creche, dois deles conhecidos por frequentarem o projeto de extensão, pedimos autorização para realizar o acompanhamento do processo. Eles haviam chegado ainda de madrugada, e estavam sentados em um banco no pátio da escola, com as mãos segurando os documentos necessários. Nos boletins constavam aprovação em todas as disciplinas estudadas com notas altas.

Como dito anteriormente, no Haiti a realidade escolar é um grande desafio. Parte das escolas não possuem estrutura adequada e a evasão de bons professores para países desenvolvidos e emergentes é comum, porém o nível intelectual e a capacidade de tirar boas notas dos alunos haitianos não está condicionado a esses fatores. É importante ressaltar, que as disciplinas cursadas nas escolas haitianas (como pudemos observar no boletim) são em sua maioria semelhantes às cursadas no Brasil, com exceção de que ainda no ensino fundamental o aluno tem contato com matérias como Filosofia, Educação Moral, Geometria, etc.

Por saberem que irão precisar de boas notas pois possivelmente irão para outro país, ainda na infância ou quando crescerem, meninos e meninas haitianas dedicam horas para o estudo, não só das disciplinas básicas das escolas, como também o aprendizado de outros idiomas, como inglês e espanhol.

Dessa forma, não raramente, durante o acompanhamento escolar, vimos boletins com notas altas e poucas faltas. Para as matrículas nas escolas da capital era um fator positivo para as crianças haitianas. No entanto, durante aquele dia de chamada escolar a tristeza em saber que a escola não possuía vaga tomou conta após a notícia. Os dois pais haitianos que estavam aguardando voltaram para casa com a orientação de irem até a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, para poderem garantir vagas a seus filhos. Assim foi feito, no dia combinado, eles foram até o local e conseguiram vagas para suas crianças na Escola Municipal Antônio Ferreira.

7 A partir do ano de 2018 a chamada escolar passou a ser também de forma virtual, com um cadastro prévio ofertado no site da prefeitura.

Durante nossas observações, portanto, pudemos constatar que o mesmo acontecia nas outras escolas. Os pais chegavam a noite ou de madrugada para pegarem a senha no início da manhã e quando não tinha vaga para a série do filho, a orientação era ir até a secretaria de educação para saber o local de outra escola que tivesse vaga mais próxima do endereço deles.

Quando acontecia da criança chegar no meio do ano letivo, a principal medida era tomar conhecimento da série que havia deixado no Haiti para poderem igualar à série no Brasil. Às crianças que chegavam primeiro na escola 21 de Abril com o objetivo de aprenderem a língua portuguesa era realizada uma triagem para saber se ela tinha conhecimento do espanhol ou não, pois o domínio dessa língua facilitava o aprendizado da língua portuguesa. Se a criança não tinha, convidávamos a ter aulas de português particulares em domicílio, uma hora-aula _ às vezes até duas_ por semana, a fim de que ela pudesse aprender o mais rápido possível antes de fazer o teste de localização.

Essas aulas aconteciam na casa da criança ou da pesquisadora, com a autorização dos pais, pois eram eles mesmos que iam deixar e buscar a criança no local. O método utilizado era o ensino de palavras, verbos e expressões básicas da língua portuguesa utilizando livros com figuras que expressassem o que queríamos ensinar. Por exemplo, se era o verbo “correr”, mostrávamos a figura de uma pessoa correndo, perguntávamos o correspondente da palavra em *Kréyol* e em seguida traduzíamos para o português. Dessa forma, a criança associava a palavra com a figura e anotava em seu caderno, formando assim um pequeno dicionário próprio para estudos em casa.

Foi assim que o menino Pierre⁸ aprendeu mais rapidamente palavras do cotidiano escolar para que pudesse se preparar para o teste de localização da Escola 21 de Abril e conseqüentemente obteve aprovação para iniciar as aulas nessa escola.

O processo de inserção dos alunos haitianos nas escolas se dava da seguinte forma: após a tradução dos documentos exigidos pela escola e organização dos demais papéis necessários para a matrícula, era marcado um dia, em sala separada, para que o aluno fizesse o teste. Na escola 21 de Abril, por exemplo, segundo a diretora, o conteúdo era algumas questões de interpretação de texto, verbos, adjetivos, substantivos e algumas questões de matemática e ciências.

Alguns alunos conseguiram lograr êxito em dar continuidade à série deixada no Haiti, porém, com boa parte desses meninos e meninas aconteceu de outra forma: a equipe pedagógica, após análise dos testes, optava por colocar o aluno

8 Nome trocado para preservar a identidade da criança haitiana.

em uma série “mais baixa”, por exemplo, se o aluno tinha cursado a 6ª série do fundamental no Haiti, aqui a equipe pedagógica o matriculava no 4º ano do mesmo nível. Isso gerou novos problemas: muitas dessas crianças ficaram bastante atrasadas nas séries, algumas por serem de mais idade tinham vergonha de ficar entre os mais novos, ou então ficavam desmotivados a aprender novamente o conteúdo que já tinham aprendido no Haiti, o que gerou desistência e até caso de depressão em uma adolescente haitiana.

Mesmo após conseguirem se matricular, os haitianos e equipe pedagógica das escolas sabiam que o maior desafio estava por vir. Como garantir a permanência desses alunos, com pouco conhecimento do idioma português, em séries atrasadas, com uma cultura totalmente diferente e com um preconceito racial e xenofóbico implícito reproduzido por crianças brasileiras motivadas por uma visão etnocêntrica?

Nós apenas refletimos sobre esses questionamentos, quando ao entrar em contato com a primeira escola visitada, a Herbert de Alencar, uma coordenadora pedagógica nos relatou alguns fatos vivenciados pelas professoras e outros funcionários da escola com os alunos que tinham entrado no início do ano letivo de 2015, após o curso de férias. Segundo a coordenadora, esses alunos demonstravam em sala de aula profundo respeito pelo professor e tinham uma facilidade muito grande de absorver o conteúdo ministrado, mesmo com as dificuldades da língua.

Os elogios dos professores para com esses alunos, suscitou um sentimento de ciúme por parte de algumas crianças brasileiras, que não gostavam da forma que as professoras as tratavam. Outras, que também reproduziam o que ouviam em casa, nas mídias sociais, etc., começaram a fazer “brincadeiras” de cunho discriminatório quando iam para o intervalo ou na saída da escola. Frases como “volta pro teu país, macaco”, “aqui não é lugar de africano”, “nega do cabelo duro”, “passa-fome”, eram comuns. Em dado momento, as crianças haitianas também revidavam as ofensas e a situação reverberava para as agressões físicas mais graves.

Como nessa escola havia duas crianças haitianas que já estavam matriculadas antes do minicurso e já conheciam bem a vivência com as crianças brasileiras e o dia a dia na escola, começaram a ajudar os novos conforme esses iam entrando na escola, em uma típica ação de pertencimento e reconhecimento dos indivíduos de sua comunidade, na perspectiva de Hall (2015).

Segundo uma professora, elas ajudavam a ensinar a língua portuguesa e auxiliavam nas tarefas, faziam a tradução do que elas falavam para as professoras

e vice-versa. Elas também mediavam as situações de conflito com as crianças brasileiras, levando os acontecimentos até a direção e explicando em português o que os alunos haitianos falavam em *kreyól*.

Em uma situação relatada pela coordenadora, uma criança brasileira havia xingado uma haitiana, e esta por sua vez havia mordido o braço dela, porém somente a ação de morder foi flagrado pelas funcionárias do pátio, que imediatamente levaram a criança haitiana para a direção para ser penalizada. Porém, ao ouvir as motivações da criança haitiana, feita pela menina que estava na escola há mais tempo, é que a diretora entendeu a situação e resolveu de forma que o conflito acabasse.

Além desses conflitos, outra dificuldade, segundo as professoras, eram as provas que por serem em português, os alunos haitianos recém-chegados não conseguiam responder. Eles entendiam o enunciado, mas na hora de responder ou deixavam em branco ou respondiam em *kreyól*. Nessas ocasiões, as docentes cogitavam fazer uma prova diferenciada, sem tanta complexidade, ou deixar fazer a prova em dupla, com os alunos mais antigos que poderiam ajuda-los. Por outro lado, elas se questionavam se isso poderiam deixar os alunos brasileiros confusos ou em desvantagem.

A segunda escola a ser visitada na capital foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Bom Jesus, pois enquanto a Herbert de Alencar era de ensino fundamental, a Bom Jesus atendia crianças da pré-escola (dos 2 aos 5 anos).

Nessa escola não tivemos êxito em conversar com professoras, pois sempre estavam muito ocupadas ou em época de avaliações. Uma entrevista de forma espontânea, aconteceu no pátio da escola, com a funcionária mais antiga do local, que era cozinheira há uns 15 anos. Ela quem fazia as merendas e conhecia todas as crianças que ali estudavam. Carinhosamente chamada de tia Maria⁹, descreveu de forma terna e emocionada a relação dela e dos outros funcionários com os oito estudantes haitianos da escola. Segundo ela, algumas crianças nunca haviam se alimentado de algumas coisas que eram servidas no refeitório, como saladas de frutas, por exemplo, e como sempre muito educadas que eram, comiam e tinham vergonha de repetir, ficavam rodeando a cozinha até que ela percebia que elas queriam mais salada e colocava em seus copos. Segundo a diretora, com quem conversamos rapidamente alguns dias antes do início do ano letivo de 2016, no ano de 2015 a escola chegou a receber 16 alunos haitianos, já no ano seguinte esse número caiu para 8, devido algumas terem sido transferidas por causa da idade, já que ali só atendia o pré-escolar, e outras porque os pais mudaram-se de cidade.

9 Nome trocado para preservar a identidade da funcionária.

Nessa escola, os conflitos mais comuns eram porque as mães nunca apareciam para as reuniões, somente os pais, e estes por sua vez iam poucas vezes já que a maioria trabalhavam o dia todo e não podiam pedir dispensa do trabalho para ir. Dessa forma, as professoras tinham dificuldades em passar alguns recados e informar sobre o desempenho escolar dos alunos.

Esse comportamento das mães foi notado não só pela equipe pedagógica da escola Bom Jesus, mas também por todas as instituições que observamos. Isso pode ser explicado pelo fato de que, no Haiti, as mulheres vivem em um contexto que não lhes permitem serem as chefes de casa, esse posto é sempre de um homem, do marido, ou do filho quando o primeiro falece. Além disso, por não serem estimuladas a conviver com os brasileiros e assim levam muito mais tempo para aprender o idioma, elas preferem deixar com que o marido tome conta da situação, o que pode denotar parte da visão de mundo que essas pessoas possuem.

Para esclarecer a questão, transcrevemos abaixo uma entrevista realizada em agosto de 2016 com uma mãe de aluno haitiano que pouco falava o português, mas como havia morado na República Dominicana e falava bem o espanhol, foi possível conversar:

Pesquisadora: - Porque você veio para o Brasil?

Mãe de aluno: - Para acompanhar meu marido. Ele veio primeiro e eu vim depois com as crianças.

Pesquisadora: - O que é mais difícil e o que é mais fácil para você aqui no Brasil?

Mãe de aluno: - Aqui meu marido ganha mais dinheiro do que na República Dominicana e o mais difícil é aprender o português (risos).

[...]

Pesquisadora: - Porque você não vai na reunião da escola?

Mãe de aluno: - Porque meu marido entende mais o português e ele pode conversar com a professora melhor que eu.

Podemos perceber a partir do estrato publicado que a mãe da criança afirma de forma explícita que não sabe conversar, deixando para o esposo realizar a função, dessa forma a figura da mãe torna-se ausente nas questões que envolvem a escola, demonstrando que as relações sociais haitianas perpassam por questões de gênero, como o fato de deixar o marido resolver as coisas. Esse pensamento pode ser observado nas falas de outras mulheres com quem conversamos.

A terceira escola foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental 21 de Abril. Foi a escola que mais tivemos acesso a professores e equipe pedagógica, devido

ao fato de nos cederem os espaço todos os sábados para a realização do projeto de extensão. Quando alguma criança que tinha cursado o nível fundamental no Haiti e não possuía o documento, era logo encaminhada para o teste de localização nessa escola. As entrevistas e observações, bem como o acompanhamento de alunos haitianos dessa escola ocorreram em diversos momentos, no ano de 2016. Essa escola chegou a ter cerca de 17 alunos durante o período de 2015 e 2016, conforme dados da secretaria pedagógica.

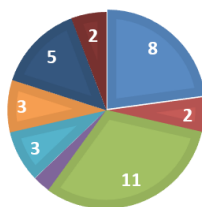
Para sanar alguns desses problemas, principalmente com relação ao preconceito implícito na sociedade rondoniense e dialogar com os pais de brasileiros e haitianos, em todas as escolas participantes a solução da equipe pedagógica era promover oficinas e palestras para apresentar uns aos outros, mostrar como era saudável a convivência de uma multipluralidade de culturas na mesma sala de aula e demonstrar que certas atitudes eram consideradas racistas. Na Herbert de Alencar, essa semana de interação escolar passou a fazer parte do calendário letivo. Na 21 de Abril, o foco era na formação de professores e funcionários para mediar os conflitos e no contato com a língua e cultura haitiana. Tudo isso sem qualquer ajuda ou auxílio pedagógico ou financeiro da secretaria de educação – SEMED. Em algumas dessas palestras, a equipe do projeto era chamada para colaborar com algumas falas.

No último ano de observação, após solicitação de dados da SEMED, conseguimos com que nos apresentassem um documento formal detalhado com o quantitativo de alunos matriculados em toda a rede municipal e as respectivas escolas frequentadas. É o que se pode verificar no gráfico abaixo:

GRÁFICO 1: Demonstrativo do quantitativo de alunos haitianos estudantes da rede pública

ALUNOS POR ESCOLA

- E.M.E.F Antonio Ferreira
- E.M.E.F Saul Bennesby
- E.M.E.I Cosme e Damião
- E.M.E.I.E.F Esperança
- E.M.E.I.E.F Manoel A. N. Almeida
- E.M.E.I.E.F Pé de Murici
- I.M E Eng^o Francisco Erse
- E.M.E.I.E.F Meu Pequeno Jones



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED (junho de 2017).

Como podemos observar, os 35 alunos no total, estavam distribuídos de forma quase igualitária em todas as escolas, com exceção da E.M.E.I Cosme e Damião que possuía o maior número de crianças matriculadas e da E.M.E.F. Antônio Ferreira, já que como foi dito anteriormente, os pais procuravam escolas mais próximas de suas residências, e estas acima citadas por sua vez, estavam localizadas em regiões de fácil acesso e dentro dos bairros mencionados como conglomerados haitianos na capital rondoniense.

Nas escolas públicas estaduais não foi possível obter o quantitativo de alunos haitianos, pois o mesmo não existia, assim como na SEMED foi necessário entrar com um pedido antecipado de levantamento dessas informações, na Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, era preciso um tempo ainda maior para realizar tal estudo, visto que é onde se concentram mais escolas e também o maior número de alunos da rede pública, e deslocar funcionários para obter essas informações não estavam nos planos dos gestores dessa secretaria.

No estado de Rondônia, as escolas tiveram grandes dificuldades para matricular e garantir que esses pequenos imigrantes evadissem das aulas. Todas as ações em prol da comunidade haitiana foram experiências que somaram para o currículo docente desses professores e funcionários. Mesmo sem uma legislação específica para acolhimento de crianças migrantes, em todas as escolas investigadas, a equipe pedagógica elogiava o desempenho e inteligência dos alunos haitianos, faziam o possível para matricular e/ou abrir vagas para que não ficassem de fora da escola e mediavam os conflitos. O mesmo não se pode dizer de alguns outros estados brasileiros, em que os alunos ainda passam por dificuldades que poderiam ser sanadas de forma sensata, como aconteceu na experiência rondoniense.

Em consequência de cenários como esse, a imigração de crianças para o Brasil, não só as haitianas, constitui uma série de problematizações, que mesmo após inúmeros ciclos de imigrações, ainda perduram no contexto educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo procurou demonstrar como o processo de ingresso e permanência de crianças estrangeiras pode ser difícil no Brasil, como é o caso das crianças haitianas. Mesmo após séculos de imigrações, com variados aspectos e por determinados motivos, as crianças imigrantes que vem com seus familiares

para o nosso país, ainda não conseguem ser bem acolhidas e terem seus direitos garantidos, principalmente no quesito educação.

Com a chegada de uma população que veio para o país em busca de melhores condições de vida, por meio do trabalho e da educação, os haitianos configuram um fenômeno migratório que é considerado um dos mais importantes do século no Brasil (SANTIAGO, 2013).

Por meio da análise dos dados, podemos perceber que as dificuldades enfrentadas pelas famílias e pelas equipes pedagógicas das escolas constituem um coeficiente negativo para a educação de crianças não-nacionais, pois elas não atingem somente crianças haitianas, sobretudo como o momento de pandemia do novo coronavírus que estamos vivendo.

A insuficiência de políticas públicas governamentais voltadas para esse grupo social fomenta uma desigualdade no processo de escolarização, uma vez que fatores como atrasos nas séries, dificuldades linguísticas, pouca formação continuada de professores para aprenderem como lidar com as diferenças culturais, entre outros, provocam evasão escolar e desmotivação para o estudo. Como foi descrito, as escolas buscavam formas distintas de sanar as diferenças entre os alunos brasileiros e haitianos. Não houve uma padronização nesse processo, o que nos leva a refletir que ocorreu desigualdades nos métodos de inserção das crianças haitianas nesses locais. Além disso, o estereótipo de país atrasado, pobre e de maioria negra, foi motivo para reproduzir conflitos de cunhos raciais e xenofóbicos dentro de sala de aula. Atribuímos a esses fatores a evasão escolar, bem como alguns problemas psicológicos como a depressão que chegou a atingir alguns deles.

Apesar de toda uma conjuntura que pesava mais negativamente do que positivamente, os estudantes haitianos demonstraram que o seu foco não era desvencilhado. Notas altas, elogios por parte dos professores, rentável rendimento escolar, constituem a característica principal quando se fala dos haitianos em todas as escolas observadas.

Por virem de um país onde as chances de estudar em boas escolas são escassas, a não ser que se tenha muito dinheiro, migrar é uma opção para esses pequenos indivíduos conseguirem melhoras de vida para si e suas famílias e assim retomarem a autonomia de suas vidas e de seu país, há muito explorado e colonizado por nações imperialistas modernas.

A principal contribuição desse trabalho foi, portanto, suscitar discussões e reflexões sobre o tema abordado, sem esgotá-lo. Desse universo, emergem

possibilidades múltiplas de pesquisas que este estudo sozinho não poderia dar conta de tratar.

REFERÊNCIAS

COTINGUIBA, Geraldo Castro. **Imigração haitiana para o Brasil: a relação entre trabalho e processos migratórios**. 2014. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais. Fundação Universidade Federal de Rondônia/ UNIR, Porto Velho/RO, 2014.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. **Travessia**, v. 70, p. 99-106, 2012.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima; RIBEIRO, Ailton. O crioulo haitiano e o seu reconhecimento político. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan/jun/2016.

FOURON, Georges. O Haiti e as correntes migratórias na encruzilhada das falhas de governança e a política hegemônica do capitalismo global. In: **I Seminário Internacional do Observatório das Migrações em Rondônia: Populações e Fronteiras na Amazônia da Universidade Federal de Rondônia**. Porto Velho, 2016.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estud. Av**, v. 18 n.50, Jan./Abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a25v1850.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

JOINT, Louis Auguste. Sistema Educacional e desigualdades sociais no Haiti: o caso das escolas católicas. **Revista Pro-Posições**, v.19, n.2, maio/ago 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Sul: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTIAGO, Adriana (org.). **Haiti por si A reconquista da independência roubada**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

TISATTO, Andrei Cristian. A fome e a educação no Haiti: Uma ausência de Direitos? **Revista Acadêmica Licencia&Acturas**. Ivoti, v. 4, n. 1, p.52-59. Jan/jun 2016.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1978.

EIXO TEMÁTICO 05

**DINÂMICAS MIGRATÓRIAS NA PAN-AMAZÔNIA: IMIGRAÇÕES,
REFÚGIO, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS EM TEMPOS DE
PANDEMIA**

MIGRAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL EM MOMENTO DE PANDEMIA

Duval Fernandes

Felipe de Ávila Chaves Borges

Maria da Consolação Gomes de Castro

Rosana Baeninger

INTRODUÇÃO

Diversos estados que compõem a Amazônia Legal têm fronteira com países da América do Sul e são portas de entrada para imigrantes internacionais. Ao lado dos movimentos fronteiriços marcados pelos processos de trocas comerciais nos entrepostos das fronteiras, (BAENINGER 2018; JAKOB, 2018) há também o trânsito de pessoas que, em alguns casos, ultrapassa os deslocamentos pendulares locais.

Baeninger (2018) e Jacob (2018) ao estudar as cidades de fronteira do arco Norte e Central indicaram que há cidades nas quais o índice de eficiência migratória sinaliza ser o município porta de entrada de processos migratórios. A partir de 2010, o processo migratório que tinha o Brasil como destino, incorporou novos atores que, na maioria dos casos, utilizaram as cidades fronteiriças como ponto de entrada no país. Esse processo foi estimulado pelas ações desencadeadas pelo Governo federal com o intuito de organizar a entrada de imigrantes no país, que, em último caso, contribuíram para a ampliação desse fluxo.

Em janeiro de 2012, ao buscar criar mecanismos para garantir a entrada regular de haitianos no Brasil, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) aprovou a Resolução Normativa nº 97¹ que definia os procedimentos para a obtenção do visto humanitário junto às representações consulares brasileiras. Nesse mesmo instrumento, indicou um número máximo de vistos que seriam concedidos anualmente, 1.200 (CNIg, 2012). Esse fato, por conta da mensagem de acolhida passada pelas autoridades brasileiras, em lugar de levar ao estabelecimento de um processo migratório regular e seguro entre o Haiti e o Brasil, contribuiu para a ampliação da via migratória patrocinada por “coiotes” que colocavam os imigrantes haitianos em situação de extrema vulnerabilidade (OIM, 2014). Nos primeiros anos, 2012 e 2013, a cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas, era o ponto de entrada preferido pelos imigrantes. As dificuldades de deslocamento até outras regiões do país e a pouca sensibilidade do Governo estadual para o

1 Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012.

tema, contribuíram para que se criassem outras opções de entrada no país via os estados do Acre e Rondônia. (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2015)

No caso do estado do Acre, o volume de imigrantes haitianos que chegavam à fronteira e seguiam para as cidades de Epitaciolândia e Brasiléia, nas quais havia pontos de apoio oferecidos pelo Governo estadual, foi sempre crescente no período de 2014 a 2017. Posteriormente, com a criação de novo abrigo para imigrantes em Rio Branco e ações que envolveram organizações da sociedade civil, os impactos nas cidades de fronteira foram reduzidos. Em termos de volume, as estimativas indicam que mais de 70.000 haitianos utilizaram as rotas da fronteira terrestre para entrar no país em um movimento que ainda não cessou e, em alguns casos, incorporou novas rotas, como as que passam pela cidade de Corumbá, no Mato Grosso do Sul. (ALMEIDA, 2020; FERNANDES; FARIA, 2017).

Em processo mais recente, outro grupo de imigrantes, os venezuelanos, têm utilizado a rota da fronteira Norte como porta de entrada no país. No caso dessa migração está presente situação distinta, pois trata-se de migração pela fronteira de um país vizinho, na qual há um processo histórico de trocas comerciais e trânsito de pessoas. Uma vez mais, as ações do Governo federal contribuíram para que a opção pela fronteira terrestre fosse a mais utilizada. A Resolução Normativa nº 126² do CNIg, que estendia aos venezuelanos a possibilidade de obtenção da autorização de residência temporária, de forma semelhante à concedida aos residentes dos países do Mercosul e associados, exigia que a entrada para a obtenção dessa autorização acontecesse pela via terrestre (CNIg, 2017). Diante desse mesmo os que teriam condições de utilizar formas alternativas de se deslocarem ao Brasil deveriam tomar o trajeto terrestre.

Como no caso dos haitianos, a chegada dos venezuelanos levou à cidade de fronteira, Pacaraima, e à capital do estado, Boa Vista, passarem por grandes dificuldades para atender aos que entravam por Roraima. O equacionamento da situação passou por uma concertação entre as várias instâncias de governo, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e forças armadas, o que levou ao desenho de uma intervenção governamental denominada Operação Acolhida (BAENINGER; JAROSHINSKI, 2018). Esse processo migratório está ainda em construção e, estima-se que mais de 200.000 venezuelanos entraram no país até o início da pandemia em março. (BAENINGER; DEMÊTRIO; DOMENICONI, 2020).

2 Resolução Normativa nº 126 de 02 de março de 2017.

Ao se comparar os dois momentos, migração haitiana e migração venezuelana, fica evidente que, por questões que envolvem mais a geopolítica internacional do que a ajuda humanitária, os recursos colocados para atender aos que saem da Venezuela são em volume maior e o engajamento da comunidade internacional, principalmente do sistema das Nações Unidas, que esteve ausente no momento da migração haitiana no Brasil, tem sido de fundamental importância no levantamento da ajuda financeira (OLIVEIRA; MOREIRA, 2019). Em relação às organizações da sociedade civil (OSC) é observada a mesma situação, uma vez que são, no momento, em maior número. No entanto, é importante assinalar que várias OSC que estão envolvidas no atendimento aos venezuelanos estiveram presentes quando da chegada dos haitianos no país. Foram elas as responsáveis por não permitir que o país passasse por uma crise humanitária na fronteira Norte por conta da pouca participação do Governo federal no atendimento aos imigrantes haitianos (FERNANDES; MILESI; FARIA, 2012).

Outro aspecto a ser considerado no quadro da migração internacional para o Brasil na última década é que, além desses dois grupos de imigrantes, haitianos e venezuelanos, houve ampliação do número de imigrantes de nacionalidades que tinham pouca ou nenhuma tradição de migração para o país. Nesse conjunto destacam-se senegaleses, bengalis, sírios, que nesse caso são considerados como refugiados. Outras nacionalidades que tinham alguma tradição de migração para o país também ampliaram sua participação no conjunto dos imigrantes internacionais no Brasil, como chineses e europeus, incluindo portugueses e espanhóis.

As razões para esse retorno do fluxo migratório podem ser explicadas pelo melhor desempenho relativo da economia brasileira frente a de outros países no início da década, logo após o início da crise econômica de 2008. Ao mesmo tempo, continuava o processo de emigração dos brasileiros que apesar da redução de sua intensidade ainda se sobrepunha à entrada de imigrantes (PATARRA; FERNANDES, 2012).

No campo da legislação migratória, foi na década de 2010, o país conheceu o maior avanço, com a aprovação da nova Lei de Migração³ que substituiu o Estatuto do Estrangeiro⁴, trazendo uma nova ótica no trato da questão migratória no país que passa a contar com instrumentos legais que privilegiam aspectos relacionados aos direitos humanos e dos imigrantes, substituindo a tradição legal calcada na ótica da segurança nacional (FERNANDES; SÀ, 2018).

3 Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017.

4 Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980.

No início de 2020, mais precisamente no mês de março⁵, a ocorrência dos primeiros casos de Covid-19 no Brasil, lançaram o alerta de que o país não seria poupado do flagelo que se iniciava e, em curto espaço de tempo – sete meses- o Brasil já contava 150.000 mortos por dessa doença. O impacto sobre a economia mundial e nacional ainda não pode ser mensurado, mas as dificuldades presentes no Brasil ao final de 2019⁶ só foram agravadas e mesmo as medidas emergenciais⁷ lançadas pelo Governo federal não conseguiram assegurar a manutenção dos níveis da atividade econômica anterior à pandemia.

No contexto de crises econômicas os imigrantes são sempre os mais atingidos pela perda do emprego e na redução das atividades econômicas (FERNANDES e CASTRO, 2013; FERNANDES; CASTRO; KUNUP, 2014) e no caso da pandemia a situação não foi diferente.

Este capítulo propõe discutir o impacto da pandemia sobre a condição de vida dos imigrantes residentes na região da Amazônia Legal, com especial ênfase na inserção laboral. Os dados utilizados foram levantados em pesquisa realizada em 22 estados brasileiros, coordenada por professores da PUC Minas e do Núcleo de Estudos Populacionais Elza Berquó, da Unicamp⁸.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa que fornece os dados para esse capítulo se inspirou em trabalhos recentes que estudam a migração internacional, por meio de instrumentos disponibilizados em formato remoto.

Peixoto et al. (2016), em pesquisa sobre a emigração de portugueses, recorreram ao uso de um questionário disponibilizado na internet e divulgado

5 A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março/2020, estado de pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que provoca a doença denominada Covid-19.

6 Taxa de crescimento do PIB de 2019 a 1,1%, taxa de desemprego em 2019 próxima a 12,0% da população economicamente ativa.

7 Algumas das medidas previstas e implantadas podem ser encontradas na Lei nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, no Decreto Legislativo nº6 de 20 de março de 2020 e na Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020.

8 “Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais”, realizada pelos grupos de pesquisa “Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão – Direitos Sociais e Migração (GIPE) coordenado pela professor Maria da Consolação Gomes de Castro, Grupo de Estudos de Distribuição da População (GEDEP), coordenado pelo professor Duval Fernandes, ambos da PUC Minas, e pelo Observatório das Migrações em São Paulo – Núcleo de Estudos da População Elza Berquó da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICMP), sob a tutela da professora Rosana Baenger.

por associações de portugueses no exterior. Essas associações funcionaram como intermediários entre os pesquisadores e pesquisados, criando, de forma adaptada, um fluxo em duas etapas.

Já no momento da pandemia vale destaque o estudo que ainda está em curso “*Apart Together*” financiado pela Organização Mundial da Saúde - OMS que envolve 13 universidades em diversos países e propõe realizar um levantamento sobre o impacto da pandemia na vida de imigrantes e refugiados⁹.

A construção do instrumento de coleta teve como referência a metodologia aplicada no levantamento da pesquisa “O impacto da COVID-19 na migração Brasileira na Europa e em UK”, realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Universidade de Lisboa e a PUC Minas, no primeiro semestre de 2020. A pesquisa utilizou um questionário *on-line* e fez a sua divulgação por meio das redes sociais de imigrantes brasileiros na Europa.

Pesquisas realizadas em formato *on-line* podem apresentar alguns problemas, como a obtenção do número de respostas recebidas em número inferior ao desejado (FREITEZ, 2020)¹⁰, ou uma situação mais delicada que estaria relacionada à qualidade das respostas que pode levar a perdas mais significativas do que as que acontecem em um levantamento presencial (PEIXOTO et al., 2016). Para contornar esses problemas e garantir o maior número possível de respostas recebidas, a pesquisa *on-line* proposta seguiu alguns passos e conceitos da teoria ator-rede (LATOURETTE, 2012) na qual se propõe uma construção metodológica que incluía agentes intermediários que teriam importante papel de identificar, via sua rede social, imigrantes que pudessem responder à pesquisa.

As escolhas dos agentes intermediários foram intencionais, pois se trata de pesquisadores com os quais há afinidades e redes nos estudos migratórios e, assim, contou-se com 16 especialistas. As entrevistas realizadas/mediadas por imigrantes-mediadores representam associações, cooperações e limitações das próprias redes, e para tanto contamos com 22 imigrantes-mediadores nos diferentes estados do Brasil.

Assim, o levantamento de campo remoto teve três frentes: a) manteve o *link* disponível para respostas espontâneas; b) os agentes intermediários/instituições também realizaram entrevistas (especialmente por *WhatsApp*); e, c) imigrantes-

9 Para maiores informações sobre esse estudo acessar o endereço eletrônico <https://www.aparttogetherstudy.org/>

10 Em levantamento sobre o impacto da Covid-19 na migração venezuelana, realizado pelo Observatório Venezolano de Migración de 1.890 possíveis respondentes contatados por meio remoto somente 390 responderam ao questionário.

-mediadores impulsionaram a realização da pesquisa nas diferentes regiões do Brasil na articulação intermediários-mediadores-sujeitos da pesquisa. Destaca-se, portanto, que a pesquisa teve escolha intencional de redes e foi de caráter qualitativo, sem definição amostral, chegando a um total de 436 questionários respondidos para o conjunto dos estados da Amazônia Legal.

O questionário foi disponibilizado entre 12 de maio e 6 de julho, um formulário em seis idiomas diferentes via internet (plataforma Google Forms) com cerca de 60 questões divididas em quatro seções¹¹: caracterização geral dos respondentes, aspectos da imigração para o Brasil, inserção laboral na pandemia de Covid-19 e direitos sociais e pandemia.

RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados são apresentados em quatro subitens. Primeiro é feita uma caracterização geral do conjunto de entrevistados, trazendo informações como sexo, faixa etária e nacionalidade. Depois, observa-se o local de moradia atual dos respondentes, seguido de uma análise sobre a inserção laboral dos imigrantes antes e depois do início da pandemia. Por fim, levanta-se questões sobre os temores dos imigrantes e o acesso deles a redes de assistência social por organizações da sociedade civil.

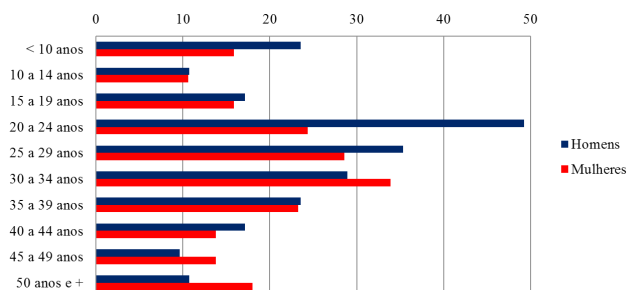
CARACTERÍSTICAS GERAIS

Dentre os 424 imigrantes respondentes à pesquisa na Amazônia legal 53,3% eram do sexo masculino e 46,7% do sexo feminino.

Em relação à estrutura etária, por sexo, como indicado no gráfico 1, o maior número de respondentes à pesquisa do sexo masculino estava no grupo etário 20 a 24 anos (21,8%), seguido pelos grupos 25 a 29 anos (15,6%). Em relação às mulheres é no grupo etário 30 a 34 anos que se encontra o maior volume (17,1%), que supera os homens nesse conjunto.

11 Para maiores detalhes sobre os procedimentos metodológicos adotados na coleta dos dados e acesso a todas as questões do questionário ver Fernandes et al. (2020) e Baeninger e Fernandes (2020).

GRÁFICO 1: Número de respondentes à pesquisa por sexo e grupo de idade - Amazônia Legal - 2020.



Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

Foram identificadas 21 nacionalidades distintas entre os que responderam a essa questão. Duas nacionalidades, venezuelanos e haitianos, respondem por 88,0% do total, cabendo ao primeiro 74,1% e ao outro 13,9%. Os cubanos ocupam o terceiro posto com participação de 2,8%. A tabela a seguir indica as distintas nacionalidades.

TABELA 1: País de nacionalidade dos respondentes à pesquisa - Amazônia Legal – 2020.

Países	Valor	%	Países	Valor	%
Argentina	1	0,2	Haiti	59	13,9
Cabo Verde	1	0,2	Honduras	1	0,2
Colômbia	3	0,7	Marrocos	1	0,2
República Democrática do Congo	1	0,2	Peru	3	0,7
Cuba	12	2,8	Polônia	1	0,2
Benim	6	1,4	Senegal	4	0,9
Guiné Equatorial	6	1,4	Espanha	1	0,2
França	2	0,5	Egito	3	0,7
Gabão	1	0,2	Venezuela	314	74,1
Gâmbia	1	0,2	Não respondeu	1	0,2
Gana	1	0,2	Total	424	100

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

Ao se comparar as nacionalidades indicadas, consideradas em três grandes grupos, venezuelanos, haitianos e o restante dos imigrantes que responderam à pesquisa, com o tempo de permanência no Brasil, calculado por meio do ano de entrada no país, ficou patente que, na área considerada, os venezuelanos são os com menor tempo de residência, mais da metade do grupo chegou entre 2019 e 2020. Nesse grupo não há diferença relevante entre o tempo de residência dos homens e das mulheres. No caso dos haitianos do sexo masculino, dentre os que acessaram o questionário, mais da metade declarou estar no Brasil há cinco ou mais anos, tendência que contrasta com as mulheres haitianas que, em sua maioria, tem até um ano de residência no país. No conjunto que considera as demais nacionalidades, são os homens que têm menor tempo de residência na região.

TABELA 2: Tempo de residência dos respondentes a pesquisa segundo grupo de nacionalidade por sexo – Amazônia Legal – 2020.

Tempo de residência	Venezuelanos				Haitianos				Outros			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	V. Ab.	%	V. Ab.	%	V. Ab.	%	V. Ab.	%	V. Ab.	%	V. Ab.	%
Até um ano	76	53,1	92	54,1	11	28,2	10	50	21	52,5	3	37,5
2 anos	33	23,1	47	27,6	4	10,3	2	10	2	5	0	0
3 anos	23	16,1	18	10,6	2	5,1	1	5	5	12,5	2	25
4 anos	6	4,2	5	2,9	2	5,1	2	10	1	2,5	2	25
5 anos e +	5	3,5	8	4,7	20	51,3	5	25	11	27,5	1	12,5
Total	143	100	170	100	39	100	20	100	40	100	8	100

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

LOCAL DE MORADIA E NACIONALIDADE

A tabela a seguir indica os estados de moradia dos imigrantes que responderam à pesquisa segundo o país de nacionalidade. Três estados se destacam em relação ao número de respondentes, Amazonas (38,9%), Roraima (22,9%) e Rondônia (21,9%).

Ao se considerar o país de nacionalidade, os haitianos estão presentes em maior número em Rondônia (49,2%), seguido pelo Amazonas (40,7%). No caso

dos venezuelanos, dentre os que responderam a pesquisa, a maior parte indicou residir no estado do Amazonas (42,7%), seguido por Roraima (29,9%) e Rondônia (20,4%). Em relação ao conjunto de imigrantes que declarou ter nacionalidade distinta às duas anteriores, a maioria (60,8%) indicou residir no Amapá.

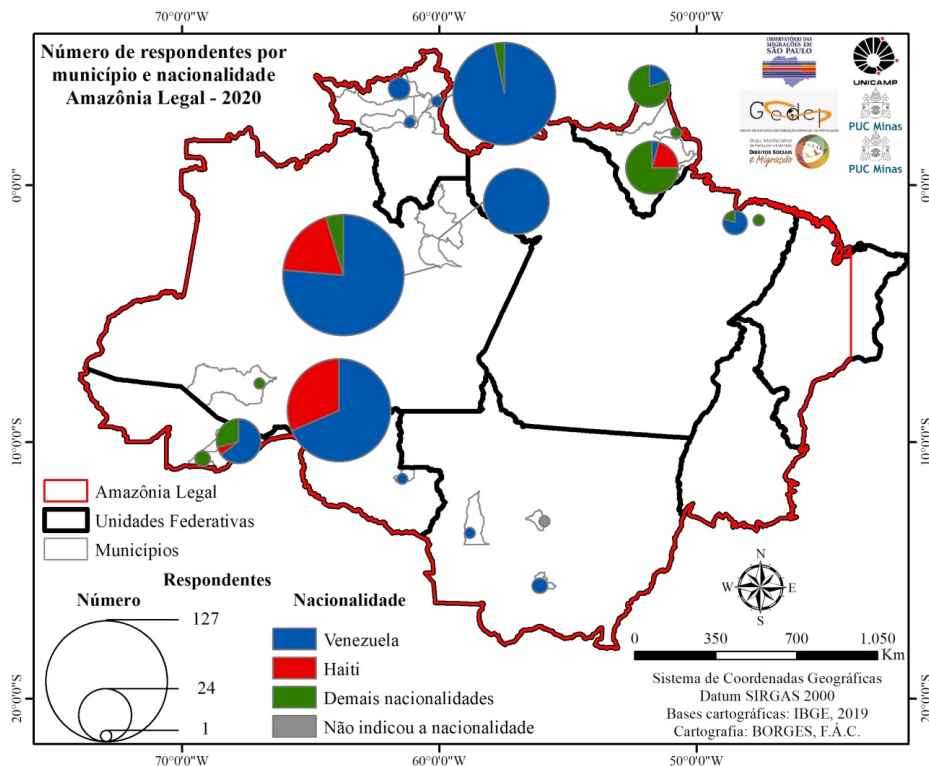
TABELA 3: Distribuição dos respondentes à pesquisa segundo estado de residência por grupo de países de nacionalidade - Amazônia Legal – 2020.

Estados	Haiti	%	Venezuela	%	Outros países	%	Total	%
Rondônia	29	49,2	64	20,4	0	0	93	21,9
Acre	1	1,7	11	3,5	7	13,7	19	4,5
Amazonas	24	40,7	134	42,7	7	13,7	165	38,9
Roraima	0	0	94	29,9	3	5,9	97	22,9
Pará	0	0	4	1,3	2	3,9	6	1,4
Amapá	5	8,5	4	1,3	31	60,8	40	9,4
Mato Grosso	0	0	3	1	1	2	4	0,9
Total	59	100	314	100	51	100	424	100

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

O cartograma a seguir (figura 1) apresenta os municípios de residência dos imigrantes que responderam à pesquisa, segundo os grupos de nacionalidade. A maioria dos imigrantes que responderam à pesquisa indicou morar nas capitais dos estados. Os haitianos que foram pesquisados apontaram residir em Porto Velho (49,2%) e Manaus (40,7%). No caso dos venezuelanos a maioria dos respondentes se distribuiu em três capitais, Manaus (30,9%), Boa Vista (28,2%) e Porto Velho (20,1%). O conjunto dos outros imigrantes afirmou residir em Macapá (36,0%) e, no mesmo estado, em Oiapoque (24,0%).

FIGURA 1: Município de residência dos imigrantes respondentes a pesquisa por nacionalidade – Amazônia Legal – 2020.



Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, maio a julho de 2020.

INSERÇÃO LABORAL E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

Vários foram os impactos da pandemia de Covid-19 sobre a população em geral e particularmente sobre a população imigrante. A seguir é explorado o levantamento realizado na Amazônia Legal, levando em conta os imigrantes com idade igual ou superior a 18 anos que responderam à pesquisa.

Ao se considerar o total de respondentes ao quesito relacionado à inserção laboral, com idade igual ou maior de 18 anos, 327 pessoas, observa-se que dentre

esses 126 (38,5%) estavam desempregados quando do início da pandemia e 201 (61,5%) declararam ter alguma ocupação. Com o início da pandemia 94 (46,7%) daqueles que declararam estar empregados perderam o emprego.

Ao se considerar em separado os homens, 170 pessoas com mais de 18 anos que responderam as questões relativas à inserção laboral, e as mulheres, 157 pessoas na mesma situação, observa-se que, antes do início da pandemia, 115 (67,6%) homens declararam estar empregados e que 86 (54,7%) mulheres tinham alguma ocupação. Após o início da pandemia a perda de trabalho foi maior entre as mulheres, 56 pessoas (65,1%) que antes estavam ocupadas, frente aos homens, 38 pessoas (33,1%) ocupadas antes do início da pandemia e que vieram a perder o emprego.

Em relação à obtenção de um emprego durante a pandemia, 06 homens, 10,9% dos que declararam não estar empregado, foram inseridos no mercado de trabalho nesse momento e 2 mulheres, 2,8% das que estavam sem trabalho, conseguiram ocupação após o início da pandemia.

TABELA 4: Inserção laboral dos respondentes segundo participação do mercado de trabalho antes e após o início da pandemia por sexo – Amazônia Legal – 2020.

Sexo	Trabalhava antes do início da pandemia	Trabalhava após início da pandemia		
		Sim	Não	Começou a trabalhar após o início da pandemia
Masculino	Sim	77	38	-
	Não	-	49	6
Feminino	Sim	30	56	-
	Não	-	69	2
Total	Sim	107	94	-
	Não	-	118	8

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

Ao se analisar a forma da inserção laboral¹² dos respondentes à pesquisa observa-se que a maior parte daqueles que declararam ter alguma ocupação, 158 (76,3%) não tinham carteira assinada. Entre as mulheres 77 (80,2%) pessoas que informaram sobre a situação laboral indicaram não ter um vínculo formal de trabalho. No caso dos homens essa situação foi indicada por 81 (72,9%) pessoas.

¹² No levantamento foram consideradas duas situações, o vínculo formal, com a carteira de trabalho assinada, e outras situações que envolviam trabalho informal e o trabalho por conta própria.

TABELA 5: Número de respondentes que estavam trabalhando antes da pandemia e indicaram a situação laboral, por sexo - Amazônia Legal – 2020.

Situação laboral	Homens	Mulheres	Total
Setor formal	30	19	49
Setor informal	81	77	158
Total	111	96	207

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

Ao considerar aqueles respondentes que informaram ter perdido o emprego após o início da pandemia, 75 (83,3%) tinham ocupação no setor informal. Dentre os homens que declararam terem sido demitidos após o início da pandemia e que indicaram a situação laboral, 28 (80,0%) estavam no setor informal e no caso das mulheres, 47(85,4%) indicaram essa situação.

TABELA 6: Número de respondentes que perderam o emprego após o início da pandemia e indicaram a situação laboral, por sexo – Amazônia Legal – 2020.

Situação laboral	Homens	Mulheres	Total
Setor formal	7	8	15
Setor informal	28	47	75
Total	35	55	90

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

Ao se considerar a inserção laboral e tendo em conta a nacionalidade dos respondentes às questões sobre esse tema e que tinham idade igual e superior à 18 anos no momento do levantamento, observa-se que eram os venezuelanos, número de 161 (67,9%) pessoas que tinham a melhor inserção laboral antes do início da pandemia, seguidos do grupo de outras nacionalidades, 21(48,8%) pessoas. Os haitianos com o número de 20 (37,0%) pessoas compunham o grupo com menor inserção laboral antes da pandemia.

Uma vez iniciado o processo da pandemia, a perda do emprego atingiu de forma mais severa os venezuelanos, dos 161 que declaram estar trabalhando antes da epidemia, 82 (50,9%) indicaram a perda da ocupação. No caso dos haitianos foram 5 (25,0%) pessoas que ficaram sem ocupação dentre 20 que

indicaram estar ocupadas anteriormente. No conjunto das outras nacionalidades 07 (30,0%) perderam o emprego entre as 21 empregadas.

Dentre os 76 venezuelanos com idade igual ou maior de 18 anos que declararam não estar trabalhando antes do início da pandemia, 07 (9,8%) conseguiram emprego após a chegada do Covid-19 à região.

TABELA 7: Inserção laboral dos respondentes segundo participação do mercado de trabalho antes e após o início da pandemia por grupo de nacionalidade – Amazônia Legal – 2020.

Países	Trabalhava antes do início da pandemia	Trabalhava após início da pandemia		
		Sim	Não	Começou a trabalhar após o início da pandemia
Haiti	Sim	15	5	-
	Não	-	34	-
Venezuela	Sim	79	82	-
	Não	-	69	7
Outros	Sim	14	7	-
	Não	-	22	-

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

Ao se observar a formalidade, carteira de trabalho assinada, na relação laboral dos imigrantes, daqueles que declararam estar trabalhando antes do início da pandemia, os haitianos, 15 (75,0%) pessoas, declararam estar trabalhando com carteira de trabalho assinada. No caso dos venezuelanos, 34 (21,2%) pessoas estavam empregadas no setor formal e no grupo das outras nacionalidades somente 01 (5,5%) pessoa declarou estar nessa situação.

TABELA 8: Número de respondentes que estavam trabalhando antes da pandemia e indicaram a situação laboral, por grupo de nacionalidade Amazônia Legal - 2020.

Situação laboral	Venezuela	Haiti	Outros	Total
Setor formal	34	15	1	50
Setor informal	126	5	17	148
Total	160	20	18	198

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

A chegada da epidemia afetou a empregabilidade dos imigrantes que responderam à pesquisa e, como já indicado, foram os venezuelanos os que mais sofreram com a perda do emprego. Assim, dentre os que responderam ao item relativo à situação laboral após a pandemia, dos venezuelanos que perderam o emprego, 11 (13,7%) estavam no setor formal, com carteira assinada, os outros 69 (86,2%) que perderam a ocupação estavam no setor informal. Por outro lado, todos (04) os haitianos que perderam o emprego durante a pandemia tinham carteira assinada e nenhum daqueles no grupo de outros países que estava nesse setor perdeu o emprego, todos (6) estavam no setor informal.

TABELA 9: Número de respondentes que perderam o emprego após início da pandemia e indicaram a situação laboral, por grupo de nacionalidade - Amazônia Legal - 2020.

Situação laboral	Venezuela	Haiti	Outros	Total
Setor formal	11	4	0	15
Setor informal	69	-	6	75
Total	80	4	6	90

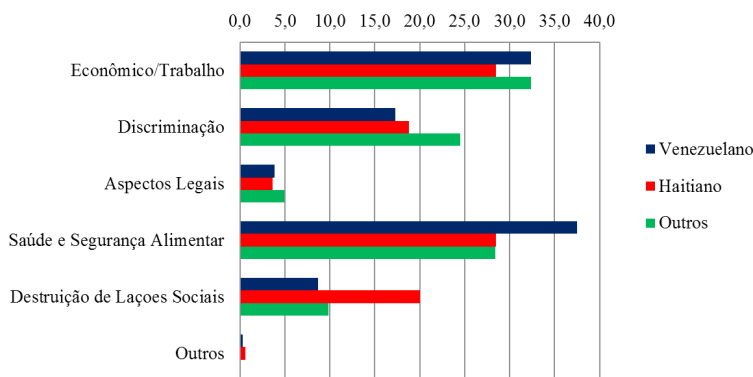
Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP. maio a julho de 2020.

PREOCUPAÇÕES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

No levantamento foi solicitado aos participantes que indicassem as suas preocupações mais imediatas com o momento da pandemia. Foram listadas várias opções que poderiam ser escolhidas em conjunto ou separadamente.

Tendo em conta os três grupos de nacionalidade considerados, duas situações de temor surgem como as mais preocupantes que são a questão laboral e os aspectos relacionados à saúde e segurança alimentar. Para os venezuelanos é esse último item que causava maior angústia. Pode ser que o pouco tempo de residência no país tenha contribuído para ampliar essa preocupação. Os aspectos ligados à discriminação foram mais citados para o conjunto das outras nacionalidades e tal situação poderia ser explicada por ser esse grupo composto por 19 nacionalidades distintas, com histórias de inserção social diversas. Chama também atenção à preocupação dos haitianos com a destruição dos laços sociais, questão considerada secundária pelas outras nacionalidades.

GRÁFICO 2: Proporção de respostas às questões de perspectivas futuras segundo grupo de nacionalidade – Amazônia Legal – 2020.



Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, maio a julho de 2020.

Foi também incluído no levantamento questões sobre o tipo de auxílio buscado pelos respondentes, junto a associações e organizações da sociedade civil que auxiliam os imigrantes. É importante destacar que, vários serviços e mesmo o atendimento aos imigrantes por associações e OSC, foram interrompidos no início da pandemia o que deve ter afetado as possibilidades de atendimento. No entanto, alguns dos respondentes indicaram ter procurado o apoio de associações e organizações no momento da pandemia. No caso dos venezuelanos, 65 (24,1%) pessoas procuraram as instituições em busca de auxílio, que representaram 82,2% dos que declaram ter buscado auxílio.

TABELA 10: Número de respondentes por situação de contato para ajuda junto às associações/ organizações de auxílio aos imigrantes, por grupo de nacionalidade – Amazônia Legal – 2020.

Contato com associações/organizações	Venezuela	Haiti	Outros	Total
Pediu ajuda	65	6	8	79
Não pediu ajuda	205	50	38	293
Total	270	56	46	372

Fonte: Pesquisa Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil. Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Direitos Sociais e Migração (GIPE) e do Grupo Distribuição Espacial da População (GEDEP)-PUCMINAS/Observatório das Migrações em São Paulo-NEPO/UNICAMP, maio a julho de 2020.

As razões declaradas para buscar auxílio tiveram por fim conseguir apoio para a alimentação, cesta básica em 54 (68,3%) casos, ajuda para acesso ao auxílio emergencial em 13 (16,4%) casos e apoio psicológico e emocional em 12(15,2%) dos casos.

CONCLUSÃO

Até o momento, ao final de 2020, não há um estudo conclusivo que possa avaliar o impacto da pandemia de Covid19 sobre a economia e a sociedade. Agências internacionais, como FMI ou Banco Mundial, têm dificuldades em fazer um diagnóstico preciso, pois o processo ainda está em andamento e não há previsão da criação e disponibilização de uma vacina confiável a curto prazo.

Nesse contexto de tantas incertezas é que o esse levantamento foi realizado sem que houvesse possibilidade de entrevistas presenciais com os imigrantes. No entanto, com proposições metodológicas inovadoras foi possível contornar parte das limitações e fazer uma pesquisa de amplitude nacional, que chegou a 22 dos 26 estados brasileiros.

Na Amazônia Legal o levantamento conseguiu contar com o apoio de universidades e organizações da sociedade civil que por meio das redes sociais institucionais contribuíram na realização dos levantamentos juntos aos imigrantes.

Como ocorrido em outras regiões¹³ a vulnerabilidade dos imigrantes é visível na Amazônia Legal. Ao se considerar os três grupos de nacionalidades definidos como os mais importantes em termos numéricos, haitianos venezuelanos e outros países, observa-se que o impacto da pandemia foi distinto em cada grupo.

Na questão da inserção laboral, apesar dos venezuelanos apresentarem maior inserção no mercado trabalho, as ocupações que tinham maior participação desses imigrantes eram as oferecidas no setor informal, sem carteira assinada, o que levou a uma maior proporção de pessoas demitidas com a chegada da pandemia. Talvez a maior precariedade dos venezuelanos que participaram do levantamento possa ser explicada pelo momento de chegada ao país, em data mais recente do que os haitianos e aqueles que declaram outra nacionalidade.

Em relação aos temores expressados por conta da pandemia, em alguns pontos não houve expressiva diferença entre as nacionalidades informadas. A questão labora/ econômica que envolve a perda do emprego é o maior problema na visão dos imigrantes que responderam à pesquisa. Outro ponto com grande

13 “Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais” op. cit.

relevância foi a preocupação com a saúde e a segurança alimentar que no caso dos venezuelanos foi ponto de especial destaque.

Os resultados apresentados não são definitivos, mas indicam um caminho a ser explorado para permitir conhecer o real impacto da pandemia sobre as condições de vida da população migrante no Brasil e uma contribuição para que o poder público, seja em nível federal, estadual e municipal, apresente alternativas para apoiar este segmento populacional no período da pandemia e pós pandemia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Miceno Papa. **Aplicação e transferência de novas técnicas de cadastro de imigrantes, refugiados e apátridas na assistência social do município de Corumbá-MS**. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2020

BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: Rosana Baeninger; Alejandro Canales; João Carlos Jarochinski Silva; Luis Renato Vedovato; Daniel Nagao Menezes; Duval Fernandes; Sidney Silva; Roberta Peres; Clodoaldo Anuniação; Joice Domeniconi. (Org). **Migrações Fronteiriças**. 1ed.Campinas: NEPO/ UNICAMP-Fundo de População das Nações Unidas, 2018, v. 1, p. 462-472.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D. M. Aspectos Metodológicos da Pesquisa “Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais No Brasil”. In: FERNANDES, D. M. ; BAENINGER, R.; CASTRO, M. C.; BALIEIRO, H. G.; ROCHA, J.; BORGES, F. Á. C. ; MAGALHAES, L. F. A.; DEMETRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S. **Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa**. 1ed.Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2020, v. 1, p. 13-19. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_impactospandemia.php Acesso em 30 set. 2020

BAENINGER, Rosana, JAROSHINSKI, João C. (Coordenadores) **Migrações venezuelanas**. Nepo/Unicamp. Campinas 2018.

BAENINGER, Rosana, DEMETRIO, Natália, DOMENICONI, Joice (Coordenadoras). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Venezuelanas**. Nepo/Unicamp. Campinas, 2020.

BRASIL. **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980.** Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm#:~:text=L6815&text=LEI%20N%C2%BA%206.815%2C%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%201980.&text=Define%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADica%20do,6.964%2C%20DE%2009.12.1981. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm Acesso em: 30 out. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (Brasil). **Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012.** Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti. Diário Oficial da União, n. 10, Brasília-DF, 13 de jan. p. 59, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (Brasil). **Resolução Normativa nº 126 de 2 de março de 2017.** Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Diário Oficial da União, n. 43, Brasília-DF, 3 de mar. p. 88, 2017.

COTINGUIBA, G. C., COTINGUIBA-PIMENTEL, M. L. Rondônia, um estado de fronteira na Amazônia ocidental brasileira: fluxos migratórios do passado e a imigração haitiana no início do século XXI. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 8, n. 2, 2015.

FREITEZ, Anita; MAZUERA, Rina; DELGADO, Manuel, NAVA, Bárbara. **Situación de migrantes venezolanos recientes em el contexto del Covid-19.** Observatório Venezolano de Migración. Carcás, 2020. Disponível em: https://assets.website-files.com/5caccadb32e39d3c7d6819e/5ece7d886b16496aaa1888c5_OVM-Reporte-Covid19-Mayo_.pdf Acesso em 30 ago 2020.

FERNANDES, D. M. ; BAENINGER, R.; CASTRO, M. C.; BALIEIRO, H. G.; ROCHA, J.; BORGES, F. Á. C. ; MAGALHAES, L. F. A.; DEMETRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S. (Org.). **Impactos da Pandemia de COVID-19 nas migrações internacionais no Brasil – Resultados de**

pesquisa. 1. ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020. 686p. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/_impactospandemia.php
Acesso em 30 set. 2020

FERNANDES, D. M.; CASTRO, M. C. G. . Migração e Crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU**, Brasília, v. 41, p. 99, 2013

FERNANDES, D. M.; CASTRO, M. C. ; KNUP, Silvana P . **Brazil and international migration in the twenty first century: flows and policies.** 1ª. ed. Paris: Center for Migrations and Citizenship, 2014. v. 02. 44p

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa V. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO (IMPRESSO)**, v. 34, p. 145-161, 2017.

FERNANDES, D. M.; MILESE, Rosita ; FARIA, Andressa V. . Do Haiti para o Brasil o novo fluxo migratorio. **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 6, p. 73-97, 2012

FERNANDES, Duval; SA, Patrícia. R. C. . O Brasil no mapa da migração: aspectos históricos e atuais. In: Lilian Lyra Jubilut; Fernanda de Magalhães Dias Frinhani; Rachel de Oliveira Lopes. (Org.). **Migrantes forçados conceitos e contextos.** 1ed.Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2018, v. 1, p. 579-610.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração internacional recente na Amazônia brasileira. **REMHU**, Brasília, v. XXIII, p. 249-271, 2015

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração recente na Amazônia Brasileira: como analisar?. In: Rosana Baeninger; Lúcia M. Bógus; Júlia B. Moreira; Luís R. Vedovato; Duval Fernandes; Marta R. Souza; Cláudia S. Baltar; Roberta G. Peres; Tatiana C. Waldman; Luís F. A. Magalhães. (Org.). **Migrações Sul-Sul.** 1ed.Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2018, v. 1, p. 251-259

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. Caracterização da mobilidade populacional nas cidades gêmeas no final dos anos 2000. In: Rosana Baeninger; Alejandro Canales. (Org.). **Migrações Fronteiriças.** 1ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População: Elza Berquó - Nepo/Unicamp, 2018, v. 1, p. 332-340.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Salvador: EDUFBA, EDUSC; 2012.

OLIVEIRA, M. A.; MOREIRA, H. Entrevista com Duval Fernandes. **Moções Revista de Relações Internacionais**, v. 8, p. 8-20, 2019

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **La migración haitiana hacia Brasil: características, oportunidades y desafíos**: Cuadernos Migratorios, Buenos Aires, n. 6, 2014.

PATARRA. Neide ; FERNANDES, Duval. Brasil Pais de Imigração?. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, v. 24, p. 65-96, 2012.

PEIXOTO, J.; OLIVEIRA, I.; AZEVEDO, J.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P.; MALHEIROS, J. MADEIRA, P. M. (Orgs). **Regresso ao futuro: a nova emigração e a sociedade portuguesa**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2016.

VALORES-NOTÍCIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE: A COBERTURA JORNALÍSTICA DO G1 RR SOBRE A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA NA PANDEMIA DE COVID-19

*Gersika do Nascimento Bezerra
Vângela Maria Isidoro de Moraes*

INTRODUÇÃO

Essa escrita sobre os dias em que vivemos é marcada, dentre outras tantas perspectivas, por apreensões cotidianas e subjetividades que tecem os significados co-construídos pelas interações sociais e pelo acumulado de informações disponibilizadas, sobretudo na imersão dos ambientes digitais. O gênero textual em si é uma escrita pandêmica, atravessada pelo momento histórico que já se anunciava em fins de 2019 e vem nos acompanhando ao largo de 2020, com o surgimento, a propagação e as variadas consequências do novo Coronavírus nos diversos arranjos simbólicos da existência humana. O vírus, transmissor da doença Covid-19, propagou-se a partir da China, em dezembro de 2019, e a pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020. A disseminação do vírus ocorreu de forma rápida para o restante do mundo, principalmente em função da globalização em que vivemos e das mobilidades humanas.

Assim é que nos propomos a elaborar uma reflexão na tensionalidade desse continuum temporal, a partir de três bases processuais e integradas: jornalismo, imigração e pandemia. A ideia é buscar examinar no cenário fronteiriço amazônico, como o jornalismo, por meio dos valores-notícia e dos critérios de noticiabilidade, lidou, de março a agosto de 2020, com a temática da imigração venezuelana no (e para o) Brasil, em contexto de pandemia.

A imigração venezuelana tem sido um tema recorrente na agenda da imprensa roraimense desde 2015, quando Roraima se tornou uma das principais rotas dos venezuelanos que saíam de seu país de origem em busca de uma vida mais digna no Brasil. As razões desse processo migratório são múltiplas e complexas, e não nos credenciamos a externá-las de modo isolado, mas na tessitura e articulação com os aspectos que constituem a presente problematização. Desse modo, a ideia de instabilidade política, econômica e social na Venezuela, provocada em diferentes camadas por fatores internos e externos ao próprio país, empresta

os sentidos iniciais para configurar a diáspora de parte de sua população para diferentes países do mundo, e de modo particular para o Brasil.

Partindo desse primeiro recorte de análise sobre a imigração venezuelana tem-se a confluência com outro fenômeno transnacional, a pandemia do novo Coronavírus. Esse encontro de situações é escolhido para ser refletido à luz da atividade jornalística, por entendermos que a agenda midiática constrói, com base em seus próprios critérios e escolhas no interior de um intrincado campo de poder, uma representação social da realidade ao atribuir sentidos cotidianos aos acontecimentos.

Esse artigo realiza, então, um levantamento das notícias publicadas no portal G1 RR (Roraima), envolvendo os temas da imigração venezuelana e da pandemia de Covid-19, utilizando o enfoque empírico para observação e análise do material coletado. O objetivo principal é perceber qual o lugar ocupado pelo tema da migração em Roraima no jornalismo local em contexto de pandemia, uma vez que segundo os critérios de noticiabilidade, a transformação de assuntos em notícia atende a requisitos da cultura profissional, a hierarquias e processos específicos.

O período selecionado foi escolhido porque em março foi declarada a situação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e também, neste mês, Roraima registrou o primeiro caso da doença. A pesquisa segue até agosto, levando em consideração o aumento do número de mortes e que esse seria um período razoável para análise em um trabalho como o artigo. Optamos por uma perspectiva qualitativa e multimetodológica de abordagem empírica. Empregamos como procedimentos de coleta a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, com a realização de análise de conteúdo e buscando os enquadramentos usados pela mídia sobre o tema da imigração venezuelana em Roraima.

O campo de análise que interpela os valores-notícia e os critérios de noticiabilidade, todavia, extrapola a artesanania do jornalismo e se articula com as profundas desigualdades sociais num contexto de pandemia, em que os imigrantes, assim como uma parcela empobrecida da população brasileira sob a face de indígenas e negros, são postos de um lado da linha abissal, como sugere Boaventura de Souza Santos (2007).

Dessa forma, esse artigo compõe três seções: uma breve apresentação sobre como a pandemia afetou as mobilidades humanas, com o fechamento de fronteiras que exacerbaram as desigualdades sociais e constituíram-se em violação dos direitos humanos. A seção seguinte contextualiza a pandemia mundial, nacional e localmente, apresentando dados da disseminação do vírus em Roraima, como casos registrados e números de óbitos de nacionais e imigrantes pela Covid-19.

Na terceira seção, fizemos o levantamento das notícias publicadas pelo veículo G1 RR, sobre a migração neste período de pandemia e passamos à análise dos critérios de noticiabilidade, elencando os principais valores-notícia identificados.

FRONTEIRAS FECHADAS: A PANDEMIA COMO EXACERBAÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO MIGRANTE

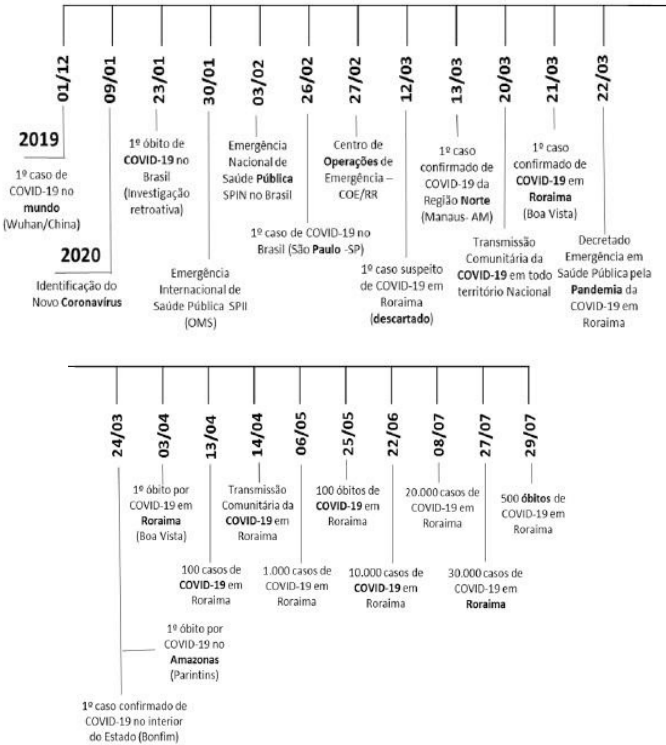
O avanço do novo Coronavírus no mundo também nos leva a refletir sobre como a crise global de saúde exacerba desigualdades sociais de renda, raça e gênero, impactando as pessoas diferentemente. A crise sanitária aumentou ainda mais o abismo existente entre as classes sociais e trouxe efeitos socioculturais e ambientais. Enquanto os mais abastados têm acesso a serviços de saúde, água encanada e rede de esgotos, direitos básicos de qualquer cidadão, nas bordas dos centros urbanos e na zona rural esses serviços são escassos e uma simples recomendação para evitar a contaminação do vírus, como lavar as mãos, parece impossível de ser atendida.

No caso específico dos venezuelanos que estão na capital de Roraima, esses imigrantes, em grande parte, encontram-se nos bairros mais periféricos de Boa Vista, capital roraimense, e nos 13 abrigos mantidos pela Operação Acolhida e atendidos pela força-tarefa de ajuda humanitária que se instalou em Roraima desde a intensificação do fluxo migratório venezuelano. O Sistema Único de Saúde (SUS) historicamente enfrenta problemas estruturais, devido, principalmente, ao mal gerenciamento dos recursos públicos e da corrupção, apresentando serviços escassos para a população brasileira. Com a chegada de venezuelanos em Roraima, em grande número, o serviço tornou-se ainda mais deficitário, dificultando o acesso dos imigrantes aos SUS.

A transmissão do novo Coronavírus começou ainda no final do ano de 2019, a partir da China. O primeiro caso de Covid-19 no Brasil foi registrado em 26 de fevereiro de 2020, segundo o Ministério da Saúde, e seria de um brasileiro que retornou da Itália. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a disseminação do vírus em nível mundial – pandemia, no dia 11 de março. Até então, Roraima ainda registrava altos índices de entrada de venezuelanos por meio da fronteira terrestre. Em média, 550 venezuelanos cruzavam diariamente a fronteira na cidade de Pacaraima, distante 215 km de Boa Vista. Este número já chegou a ser de 1.200 pessoas, por dia, no período de maior imigração (2016 e 2017).

Roraima foi o último estado do Brasil a confirmar casos de infecção pela Covid-19. Apesar da preocupação dos governantes brasileiros com a imigração venezuelana, inclusive com o governador do Estado, Antonio Denarium (PSL), solicitando o fechamento da fronteira no dia 11 de março, os dois primeiros casos suspeitos, no dia 15 de março, foram de pessoas que retornaram de São Paulo; a transmissão da doença foi confirmada em 21 de março. Até aquela data, segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil contava com 1.128 casos confirmados do novo Coronavírus e 18 mortes, sendo três no Rio de Janeiro e 15 em São Paulo. Na Venezuela, de acordo com dados oficiais, o país registrava 70 casos em todo o território nacional; a primeira morte só veio a acontecer no dia 26 de março.

FIGURA 1: Marcos da covid-19 no mundo, no Brasil, na Região Norte e no estado de Roraima.



Fonte: Extraído do Boletim Epidemiológico N° 211 – SESAU-RR, de 30/08/2020.

Com a disseminação do vírus no Brasil, menos de um mês depois, o país começou a adotar medidas mais rígidas para tentar conter o avanço da doença, decretando o fechamento das fronteiras terrestres. Em Roraima, a fronteira com a Venezuela foi fechada no dia 18 de março, sendo permitido apenas o trânsito de mercadorias e a entrada de brasileiros e imigrantes que já possuíam autorização de residência definitiva em território brasileiro. A fronteira do Estado com a Guiana foi fechada no dia seguinte. O Governo Federal também fechou as fronteiras do país com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname. A medida ocorreu logo após a aprovação do decreto de calamidade pública enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados. Inicialmente os bloqueios durariam 15 dias, mas foram prorrogados e seguem vigentes.

Com a crise sanitária, o fechamento de fronteiras foi uma das primeiras ações de vários países, impedindo a entrada de não nacionais. Esta medida proporcionou vários desafios à mobilidade humana internacional.

Os processos migratórios internacionais foram marcados por uma ruptura planetária a partir de fevereiro de 2020 em função de medidas de isolamento, confinamento e quarentena para contenção da pandemia de Covid-19. O fechamento de curto prazo das fronteiras em cerca de 173 países (OIM, 2020), em março de 2020, interrompeu todos os tipos e modalidades de deslocamentos de população no mundo: desde fluxos migratórios internacionais de longa distância, de vizinhança, fronteiriço, mobilidade do turismo, mobilidade estudantil até os deslocamentos intra-urbanos nas cidades e seus bairros (BAENINGER, 2020).

O bloqueio impacta diretamente as migrações internacionais, restringindo fluxos de mobilidade humana e violando os direitos dessas populações, além de afetar os imigrantes que já se encontravam no Brasil. “O fechamento de fronteiras impactou negativamente tanto a migração em geral regulada pela Lei de Migração (Lei n. 13.445/17) quanto o direito ao acolhimento regrado pelo Direito Internacional do Refúgio e pelas normas nacionais, em especial a Lei n. 9.474/97 (Estatuto do Refugiado)” (RAMOS, 2020). Os entraves à migração regular e segura, impostos pelo fechamento de fronteiras, são pontos críticos no que dizem respeito à precária situação desses grupos. Dessa forma, a pandemia afeta a vida dos migrantes e suas famílias, pois a doença não enxerga o limite das fronteiras políticas (RAMOS, 2020). No caso de Roraima, além de impedir a entrada dos venezuelanos que querem imigrar para o Brasil, o fechamento da fronteira impossibilita o trânsito daqueles que vinham apenas para comprar

alimentos, remédios e outros itens de necessidades básicas, para depois retornarem à Venezuela.

Na América Latina, não houve uma ação conjunta para conter a Covid-19, apesar da existência de organizações de integração regional, como o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e a OEA (Organização dos Estados Americanos). Cada país adotou medidas de forma autônoma, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, o Governo Federal não unificou ou direcionou a atuação dos estados no enfrentamento à pandemia; Governos e Prefeituras desse país de dimensões continentais adotaram ações de forma independente para impedir o avanço do vírus. A limitação de circulação de pessoas, o uso obrigatório de máscaras e a proibição de funcionamento dos serviços não essenciais foram algumas das medidas adotadas.

A pandemia também agravou a crise econômica no país. O desemprego e a informalidade aumentaram, o real ficou mais desvalorizado em relação ao dólar, as projeções apontam para a maior recessão de sua história, pois o Brasil já estava lutando para retomar o crescimento antes da pandemia, mas sem muito sucesso devido à instabilidade política. A alta do desemprego afeta duplamente os imigrantes, pois eles deixam de ter meios seguros, confiáveis, com remuneração fixa, para se manterem no país de acolhimento e ajudar os familiares que não migraram. Esse cenário impacta ainda sobre os fluxos de remessa de dinheiro e o nível de renda dos familiares das pessoas emigradas. Ressalta-se que, mesmo antes da Covid-19, havia muitos casos de empregos não confiáveis e de exploração de mão de obra venezuelana, situação que ficou potencialmente agravada na atualidade.

Com a fronteira fechada, os imigrantes deixam de ingressar de forma segura, regular, com controle sanitário, e passam a buscar rotas alternativas, clandestinas, o que aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas, expondo-as a perigos como extorsões, abusos sexuais, violências de várias formas (CASTRO, 2020). É importante ressaltar que, no caso dos venezuelanos, além da falta de alimentos básicos, a assistência de saúde em seu país está precária e muitos migram com a saúde debilitada, subnutridos, estando mais expostos a contaminação por doenças.

O bloqueio da fronteira também ocasiona problemas para o país de acolhimento. A entrada de imigrantes por rotas alternativas faz com que os governos deixem de ter conhecimento sobre a quantidade de pessoas que ingressam no país, dificultando medidas de planejamento para absorção dos imigrantes. E, ao adentrarem em um período pandêmico, onde os comércios estão fechados e a população local em isolamento social, os imigrantes que

buscam renda na informalidade ficam ainda mais vulneráveis. Na fronteira do Brasil com a Venezuela, especificamente, foi mantido o fluxo de mercadorias e os bloqueios afetaram principalmente o trânsito de pessoas, demonstrando ações governamentais mais preocupadas com a manutenção da ordem econômica do que com a condição humana.

Os imigrantes não documentados, além de correrem o risco de serem deportados em função da proibição de acesso ao Brasil desde que a fronteira foi fechada, ficam desprotegidos. Toda essa situação desestimula o imigrante a permanecer no país de acolhimento e ocasiona o fluxo de retorno, o que é bastante complicado de se fazer em um período pandêmico e na atual situação da Venezuela, um país com dificuldades em prestar assistência à saúde, em receber ajuda humanitária, com escassez de alimentos e itens básicos de higiene e que sofre várias sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos e seus aliados europeus.

O fechamento da fronteira do Brasil com a Venezuela já era um anseio dos governantes de Roraima, com apoio de parte da população local, com solicitações em vários momentos, desde que o fluxo migratório ficou mais intenso. Governadora no período de 2015 a 2018, Suely Campos pediu formalmente ao Governo Federal e ao Supremo Tribunal Federal (STF) o impedimento da entrada de imigrantes venezuelanos, o que lhe foi negado. O atual governador, Antonio Denarium, também chegou a falar em fechamento da fronteira, além de outras autoridades políticas do Estado. Ainda em março deste ano, o deputado federal por Roraima, Hiran Gonçalves foi um dos articuladores para que o atual bloqueio fosse efetuado na fronteira. O parlamentar cobrou ao então ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, uma atuação rápida do governo federal pois “aqui estamos recebendo pessoas em situação de vulnerabilidade, pessoas que estão passando fome, debilitadas, pessoas que não têm onde morar, que não tem o que comer, que ficam pelas ruas” e ressaltou que o Estado só possui “um hospital geral, uma maternidade e um hospital para a criança. É tudo que temos para o estado todo”, e questiona: “Como vamos seguir recebendo pessoas em situação de absoluta miséria?”. Com isso, verificamos que a pandemia da Covid-19 acabou tornando-se um alibi para atender aos anseios dos governantes locais, uma vez que vários países do mundo estavam tomando medidas sanitárias semelhantes para conter o vírus e proibindo o acesso de pessoas, seja por meio terrestre, aquaviário ou aéreo.

A última portaria interministerial do Governo Federal publicada até a finalização deste artigo, tornou ainda mais rígidas as normas de acesso para

imigrantes venezuelanos ao Brasil. A Portaria N° 419, de 26 de agosto de 2020, dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade. Contudo, algumas exceções aplicadas aos estrangeiros de forma geral não abrangem os nacionais da Venezuela, não sendo permitida a entrada de venezuelano que seja cônjuge, companheiro, filho, pai ou curador de brasileiro e que seja portador de Registro Nacional Migratório, exceções aplicadas às demais nacionalidades. Além disso, a portaria também proíbe o tráfego de residentes fronteiriços em cidades-gêmeas, mediante a apresentação de documento de residente fronteiriço ou de outro documento comprobatório, na fronteira com a República Bolivariana da Venezuela. A proibição frisa que a exceção é condicionada à garantia da reciprocidade no tratamento ao brasileiro pelo país vizinho e, mesmo não havendo restrição à entrada de brasileiros imposta pelo governo venezuelano, os nacionais do país vizinho não podem adentrar ao Brasil. A medida atinge a movimentação entre as cidades-gêmeas de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uairén (Venezuela), onde tradicionalmente há grande circulação de pessoas e comércio. A portaria é válida por 30 dias.

Desse modo, observamos que com a pandemia o direito de migrar está subordinado a uma questão de saúde pública, justificando o bloqueio das fronteiras. Assim, o fechamento dessas áreas e a proibição de mobilidade se configuram na expressão dos mais diversos tipos de violência e violação dos direitos humanos contra as populações locais e migratórias, principalmente porque estes são espaços de intensos e históricos processos de mobilidade humana de ordem interna, regional e internacional. No caso específico da fronteira Brasil/Venezuela, não é respeitada a porosidade territorial da fronteira amazônica como um espaço que foi construído historicamente quando se refere ao reordenamento jurídico que regula fluxos de mercadorias, ordens e pessoas entre as duas cidades-gêmeas: Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

Diante do exposto, observamos como o novo Coronavírus envolve não apenas aspectos sanitários, mas também evidenciou problemas sociais, políticos e econômicos. Com isso, buscamos observar na próxima seção, por meio de um levantamento feito nos boletins epidemiológicos da Secretaria Estadual da Saúde (Sesau-RR), dados sobre os casos confirmados de Covid-19 e de óbitos pela doença entre os imigrantes, com o objetivo de refletir sobre como a pandemia afetou os imigrantes venezuelanos em Roraima.

ÓBITOS DE IMIGRANTES PELA COVID-19 EM RORAIMA

Como relatamos, os primeiros casos suspeitos da Covid-19 em Roraima foram notificados no dia 15 e confirmados em 21 de março. Uma semana depois, dia 28 de março, já eram confirmados 16 casos no Estado. O primeiro óbito ocorreu no dia 3 de abril. A circulação do vírus, importado de São Paulo, inicialmente se restringia à capital Boa Vista. Até então os boletins epidemiológicos, divulgados diariamente pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), não apresentavam detalhamento de dados. As informações davam conta dos números notificados, suspeitos e confirmados no Brasil e em Roraima.

Um mês depois, eram registrados casos em cinco dos 15 municípios roraimenses. Após 15 dias, em 30 de março, 10 municípios apresentavam casos de Covid-19; nesta data estavam confirmados 519 casos e registrados 7 óbitos pela doença. As cidades mais afetadas no interior do Estado foram Pacaraima (na fronteira com a Venezuela), Rorainópolis (divisa com o Amazonas) e Bonfim (fronteira com a Guiana).

No dia 11 de maio, o Boletim Epidemiológico apresentou um dado novo: a discriminação dos óbitos por nacionalidade, entre as 24 mortes registradas no Estado, duas eram de venezuelanos e 22 de brasileiros. Roraima tinha 1.295 casos diagnosticados. Os números de casos confirmados, no entanto, continuaram sendo apresentados de forma geral. No documento do dia seguinte havia 27 óbitos, sendo três de venezuelanos e 24 de brasileiros. No dia 15 de maio, pela primeira vez, o Boletim apresentou a presença do vírus em todos os municípios roraimenses, nesta altura eram 1.589 casos confirmados e 40 óbitos (quatro venezuelanos e 36 brasileiros).

TABELA 1: Óbitos de venezuelanos pela Covid-19 em Roraima.

Data	Boletim N°	Casos confirmados	Óbitos de brasileiros	Óbitos de venezuelanos	Total de óbitos
11/05/2020	100	1.295	22	2	24
12/05/2020	101	1.328	24	3	27
13/05/2020	102	1.411	Não apresenta	Não apresenta	29
14/05/2020	103	1.500	33	4	37
15/05/2020	104	1.589	36	4	40
16/05/2020	105	1.706	44	5	49
17/05/2020	106	1.791	46	5	51
18/05/2020	107	1.882	55	5	60
19/05/2020	108	1.988	59	5	64
20/05/2020	109	2.072	65	7	72
21/05/2020	110	2.153	74	9	83
22/05/2020	111	2.303	72	9	810
23/05/2020	112	Ao baixar o documento, nestes dois dias, repete-se o Boletim n° 111.			
24/05/2020	113				
25/05/2020	114	2.583	Não apresenta	Não apresenta	102

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados da SESAU-RR (<https://saude.rr.gov.br/>).

O Boletim passou quase dois meses sem especificar os óbitos por nacionalidade. Para acompanhamento da evolução da doença em Roraima, apresentamos os dados gerais. No dia 30 de maio, o Estado contava 3.474 casos confirmados e 116 óbitos. Já no dia 15 de junho, eram 6.935 diagnósticos e 216 mortes. Em 30 de junho, 15.153 pessoas confirmadas com a doença e 314 óbitos. E em 14 de julho, Roraima registrava 23.681 casos confirmados e 403 mortes.

A partir de 15 de julho, o Boletim Epidemiológico n° 165 volta a apresentar as informações de óbitos por nacionalidade. Neste momento, são registrados óbitos também de imigrantes da Guiana, do Peru, de Cuba, da Colômbia, além de nacionalidade ignorada.

TABELA 2: Óbitos de imigrantes pela Covid-19 em Roraima.

Data	Boletim Nº	Casos confirmados	Óbitos de brasileiros	Óbitos de imigrantes		Total de óbitos
				País	Quant.	
15/07/2020	165	24.397	380	País	Quant.	415
				Venezuela	27	
				Guiana	1	
				Peru	1	
				Cuba	1	
				Ignorado	5	
30/07/2020	180	32.016	468	País	Quant.	505
				Venezuela	29	
				Guiana	1	
				Peru	1	
				Cuba	1	
				Ignorado	5	
15/08/2020	196	74.591	525	País	Quant.	568
				Venezuela	32	
				Guiana	2	
				Peru	2	
				Cuba	1	
				Ignorado	5	
30/08/2020	211	43.518	541	País	Quant.	587
				Venezuela	35	
				Guiana	2	
				Peru	2	
				Cuba	1	
				Colômbia	1	
Ignorado	5					

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados da SESAU-RR (<https://saude.rr.gov.br/>).

Conforme a Tabela 2, os dados apresentados no dia 15 de agosto demonstram que 7,4% dos óbitos ocorridos em Roraima, em decorrência da Covid-19, foram de imigrantes, sendo a maior parte de venezuelanos (5,7%). Já no Boletim 211, de 30 de agosto, os óbitos de imigrantes representam 7,9% do total, sendo 6% de venezuelanos. A falta de informações sobre os casos confirmados por nacionalidade pode ser um reflexo do momento de crise na Saúde Pública enfrentada pelo Governo Estadual e que se agravou na pandemia. O governo atual conta com o sétimo secretário de saúde e enfrenta uma Comissão

Parlamentar de Inquérito (CPI), na Assembleia Legislativa de Roraima. Na CPI, os deputados investigam indícios de superfaturamento e outras irregularidades nas compras feitas pelo Governo do Estado de itens e serviços para combate à Covid-19, entre eles, respiradores pulmonares.

Frisa-se que no Brasil há muitas subnotificações, além disso, várias mortes, por não terem os resultados confirmados por testes, são registradas como outra Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) ou em investigação. Em Roraima, esse cenário não é diferente. Em agosto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que 53 mil pessoas realizaram testes em Roraima, o que representa apenas 9,5% da população.

Os dados apresentados demonstram falta de interesse do poder público estadual em apresentar estatísticas específicas sobre o efeito da pandemia nas populações em situação de vulnerabilidade social, como é o caso dos imigrantes. Estas populações são as mais afetadas em períodos de crises, principalmente em uma crise sanitária como a pandemia da Covid-19 que impacta diretamente a economia e as mobilidades humanas, como apresentado na seção anterior. Com isso, espera-se da imprensa um papel fiscalizador da atuação estatal, divulgando e evidenciando os problemas sociais, cumprindo assim sua função social em um mundo que disponibiliza uma gama de informações, sobretudo na imersão dos ambientes digitais.

VALORES-NOTÍCIA E NOTICIABILIDADE: COBERTURA JORNALÍSTICA DO G1 RORAIMA

Realizada a busca por dados oficiais sobre a Covid-19 em Roraima, fizemos o levantamento das notícias publicadas pelo veículo G1 RR, sobre a migração neste período de pandemia e passamos à análise dos critérios de noticiabilidade, elencando os principais valores-notícia identificados. O veículo foi escolhido por ter sido objeto de pesquisa na dissertação “Mídia e diáspora venezuelana: Recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima”, possibilitando dados comparativos sobre a cobertura da migração antes e durante a pandemia (BEZERRA, 2020), além do seu reconhecido índice de audiência.

Inserimos no buscador eletrônico do site as palavras-chave: migração, venezuelano e Venezuela, com o objetivo de fazer um levantamento sobre a produção referente ao tema no período de 1º de março a 8 de agosto de 2020. Os

resultados das buscas apresentaram 12 notícias. Estabelecemos alguns critérios de seleção das notícias, baseados em nosso entendimento empírico, publicadas no portal de notícias G1 RR, tais como: a) notícias sobre a migração em Roraima; b) período de publicação; c) exclusão de resultados em que o conteúdo não abordava diretamente a questão migratória venezuelana para Roraima; d) exclusão de resultados de postagens ligadas às páginas de outros estados ou editorias; e) exclusão de notícias postadas nas páginas dos telejornais locais, pois trazem apenas reportagem em vídeo; selecionando apenas aquelas da equipe de jornalismo on-line do G1 RR.

Vale ressaltar que a ferramenta de busca do G1 gera resultados de todas as publicações veiculadas pelo portal nacional, em suas editorias (como política, mundo, economia, etc.) e também nas páginas vinculadas aos demais estados brasileiros, além dos telejornais da Rede Globo de Televisão, em ordem não cronológica e aleatória, o que dificulta a identificação e seleção do *corpus* a ser analisado, sendo de nosso interesse apenas as publicações do G1 local. Com isso, é possível que algumas publicações do G1 roraimense tenham ficado ausentes dos resultados das buscas. Contudo, entende-se que, mesmo não alcançando todo o material publicado, a dificuldade com o buscador não interfere na realização da pesquisa, visto que se trata de uma análise prioritariamente qualitativa.

Após o levantamento, por meio da pesquisa documental, realizamos a análise das notícias coletadas. A partir da leitura do material, fizemos a identificação e categorização dos temas abordados, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Assim, verificamos que o *corpus* representa os principais acontecimentos e temas ofertados pelo portal G1 RR sobre a imigração venezuelana em Roraima no período selecionado.

Todas as notícias coletadas estão relacionadas à pandemia. Destacamos que, no período em análise, de quase cinco meses, foram encontradas 12 notícias, o que representa uma média de 2,4 notícias por mês. A título de comparação, em 2018 foram 116 notícias publicadas, perfazendo uma média de 9,6 publicações por mês (BEZERRA, 2020). O comparativo demonstra uma queda brusca no interesse sobre as migrações na interface com a pandemia. Contudo, salientamos que todas as notícias publicadas sobre a migração coletadas no levantamento estão relacionadas com a Covid-19 e não mais tratam de outros temas abordados em anos anteriores como: interiorização, abrigamento, regularização de imigrantes, pedidos de recursos das autoridades locais ao Governo Federal,

questões relacionadas à segurança e saúde públicas, conflitos e manifestações, entre outros (BEZERRA, 2020).

A Tabela 3 demonstra que a imigração venezuelana recebeu novo enfoque no G1 RR, agora na interface com a Covid-19. A mudança de perspectiva se justifica pelos critérios de noticiabilidade adotados pelos veículos jornalísticos, onde a atualidade, a novidade, o inesperado, a frequência, por exemplo, tornam um acontecimento mais noticiável em relação a outros (PENA, 2007; TRAQUINA, 2005). Segundo Traquina (2005, p. 78) “os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística”, desde a “seleção dos acontecimentos” e a “elaboração da notícia” até o processo de “construção da notícia”.

Em sua maioria, as notícias selecionadas abordam os números de infectados pela doença, os casos de internação e mortes, sendo nove das doze selecionadas com esse enfoque. Apenas três publicações abordam temas diversos sobre a migração, mas permanecem no contexto da pandemia: uma apresenta a recomendação da Defensoria Pública da União (DPU) para que o governo de Roraima apague vídeos de redes sociais por discriminar venezuelanos, sugerindo que esse grupo só pode buscar tratamento para Covid-19 em um único local da rede pública de saúde do Estado; outra trata sobre venezuelanos que realizam tratamento para HIV em Roraima e ficaram com dificuldades para obter os remédios após o fechamento da fronteira; e a terceira trata sobre um curso de Língua Portuguesa para os imigrantes realizado de forma virtual para evitar a transmissão do vírus.

TABELA 3: Notícias sobre a migração venezuelana em Roraima no período da pandemia.

Nº	Título	Link	Nº de comentários	Data (até 8/8/2020)
1	Sete militares que atuam em acolhida a venezuelanos são infectados pelo coronavírus em RR	https://glo.bo/2Qfn7Hz	3	11/04
2	General chefe de acolhida a venezuelanos e mais 54 militares estão com coronavírus em RR	https://glo.bo/3jip4PN	S/C*	16/04
3	Duas crianças venezuelanas são infectadas por coronavírus em Roraima	https://glo.bo/3aWb8bh	S/C*	16/04
4	Operação Acolhida tem três crianças venezuelanas e 66 militares infectados pelo coronavírus	https://glo.bo/3hlCfPy	2	18/04
5	Operação Acolhida diz que general chefe e outros 42 militares estão recuperados do coronavírus em RR	https://glo.bo/3hnLrmq	1	25/04
6	Operação Acolhida transfere cinco imigrantes com coronavírus para hospital de campanha em RR	https://glo.bo/2EceTxw	S/C*	26/04
7	Índigena venezuelana morre de coronavírus em Roraima	https://glo.bo/31nyvHD	S/C*	11/05
8	Mais dois venezuelanos morrem por coronavírus em RR	https://glo.bo/3l8cKTX	S/C*	12/05
9	DPU recomenda que governo de RR apague vídeos de redes sociais por discriminar venezuelanos	https://glo.bo/34r3RPm	3	28/07
10	Venezuelanos ficam sem remédios para HIV por conta da fronteira fechada em meio à pandemia do coronavírus	https://glo.bo/2YqyzVb	7	03/08
11	Venezuelanos fazem curso virtual de português em abrigos de Boa Vista	https://glo.bo/3aMKLEL	S/C*	03/08
12	Cônsul da Venezuela em Boa Vista morre por complicações da Covid-19	https://glo.bo/2EhSSNG	S/C*	05/08

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de pesquisa documental junto ao portal G1 Roraima.
*S/C – Sem comentários.

Quatro das doze notícias, abordam como tema central o fato de os militares e o general Manoel de Barros, que comanda a Operação Acolhida em Roraima, terem sido infectados. Chama a atenção a quantidade de militares envolvidos na ação humanitária comandada pelo Exército brasileiro para atendimento aos imigrantes, conforme pode se observar nos títulos descritos na Tabela 3. Como não obtivemos resposta do setor oficial sobre dados de venezuelanos diagnosticados com Covid-19, o alto número de militares que lidam diariamente com esta população nos leva a crer que também é grande a quantidade de

imigrantes venezuelanos com casos confirmados. Informação que também pode ser concluída em razão do número de óbitos divulgados oficialmente, relatado na seção anterior deste artigo.

Duas notícias abordam a internação de crianças. Uma publicação informa sobre cinco venezuelanos levados para tratamento da Covid-19 no Hospital de Campanha e mais 76 casos suspeitos. Embora tenhamos nos dados oficiais o número de 42 mortes de imigrantes (32 venezuelanos), apenas três matérias informam casos de óbitos, sendo uma delas relacionada ao falecimento do cônsul da Venezuela em Boa Vista, Faustino Torella, que retornou ao seu país para tratamento e, portanto, não é um caso contabilizado nos registros em Roraima.

Entre as doze notícias, chamamos a atenção para duas: “DPU recomenda que governo de RR apague vídeos de redes sociais por discriminar venezuelanos” e “Venezuelanos ficam sem remédios para HIV por conta da fronteira fechada em meio à pandemia do coronavírus”. A primeira trata de uma recomendação da Defensoria Pública da União para seja retirado o vídeo publicado nas redes sociais oficiais do governo estadual, no dia 28 de julho de 2020, em que seu conteúdo orienta sobre os locais onde as pessoas com suspeita da Covid-19 podem buscar ajuda. No entanto, o conteúdo indica várias opções de unidades de saúde para tratamento dos brasileiros, ao tempo em que para os venezuelanos o vídeo apresenta apenas uma opção: o Hospital de Campanha, nome popular da Área de Proteção e Cuidados (APC).

A peça governamental que estava na conta do governo no Instagram (@govroraima) era constituída pelo seguinte texto: “Você ainda tem dúvidas sobre o fluxo de atendimento em caso de suspeita de COVID-19? Neste vídeo, explicamos qual unidade procurar, de acordo com a idade e nacionalidade do paciente. Compartilhe essas informações com a sua família e amigos e nos ajude a combater a doença” (destaque nosso). Na exibição, o material (que já foi retirado do ar, seguindo a recomendação da DPU) explica que os migrantes do país vizinho devem buscar ajuda apenas na APC. “O que acaba por incentivar uma errônea percepção, por parte da população roraimense, no sentido de que as demais unidades de saúde que disponibilizam tratamento para a referida doença neste estado não deverão prestar atendimento a esse grupo de migrantes”, argumenta a DPU na reportagem.

No entanto, a reportagem não informa que no Brasil o direito à saúde é universal, abrangente a todas as pessoas que estão em território nacional, não podendo ser negado a qualquer pessoa, independentemente de sua nacionalidade.

O material estatal segue a mesma linha discriminatória adotada desde o início da imigração venezuelana para Roraima, independente de quem ocupe o cargo de governador(a). Apesar da recomendação do órgão fiscalizador de que fosse produzido outro vídeo pelo Governo, informando que todas as unidades de saúde podem atender a este público, pois a discriminação “potencializa os riscos de exposição dessa população ao novo Coronavírus”, realizamos uma busca na conta do Instagram do governo e, até um mês após a recomendação da DPU, não foi feito outro material pelo governo e nem tampouco o portal de notícias G1RR voltou a pautar o tema, perdendo uma oportunidade de vigilância que é muito creditada à imprensa.

A segunda reportagem trata sobre os mais vulneráveis entre os vulneráveis: venezuelanos portadores de HIV. Publicada em 3 de agosto de 2020, a notícia relata a luta de venezuelanos que precisam cruzar a fronteira com o Brasil para conseguir remédios para o tratamento do HIV. “Sem fornecimento de remédios no país governado por Nicolás Maduro, o Sistema Único de Saúde (SUS) em Roraima se tornou uma saída para venezuelanos conseguirem remédios para combater o vírus da imunodeficiência humana”, informa a reportagem. Contudo, a fronteira fechada impediu que estas pessoas continuassem o tratamento do lado brasileiro, bem como o retorno daquelas que haviam entrado antes do bloqueio, sendo obrigadas a ficarem no Brasil e sem terem condições de se manter, tornando-os cada vez mais vulneráveis.

Conforme demonstramos, a quantidade de notícias sobre a imigração venezuelana foi reduzida drasticamente em face da Covid-19, que assumiu o posto de assunto mais reportado na atualidade com enfoques para além das mobilidades humanas. E mesmo as notícias publicadas sobre a imigração tiveram a perspectiva direcionada para o contexto da pandemia. Assim, temas que eram destaque outrora deram espaço às notícias sobre venezuelanos diagnosticados ou óbitos pela Covid-19.

Seguindo os valores-notícia para os critérios de noticiabilidade, os veículos de comunicação buscam na atualidade, na novidade, no ineditismo, na proximidade, na frequência, na relevância e no tempo de um acontecimento para publicá-lo ou não. Além desses critérios, se destaca a negatividade, onde a máxima “*bad news are good news*” ganha amplos espaços (PENA, 2007; TRAQUINA, 2005).

Conforme Nelson Traquina (2005, p. 94-95), os valores-notícia “são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham”, assim são observadas “qualidades duradouras do que é

notícia ao longo do tempo: o insólito, o extraordinário, o catastrófico, a guerra, a violência, a morte”. No entanto, tais valores não são imutáveis, eles se adequam conforme as mudanças históricas que ocorrem no mundo, assim as pandemias se encaixam perfeitamente neste rol de critérios.

Também apresentamos o conceito de enquadramento “para identificar as formas de interpretar ou significar um acontecimento, tema etc., e as disputas de sentido aí implicadas, além de permitir ver como os atores envolvidos são posicionados ou qualificados numa determinada situação” (COGO e SILVA, 2016). O conceito é útil pois os quadros adotados pelo veículo permitem aos indivíduos conhecerem os acontecimentos, posicionarem-se e atuarem em determinada situação.

No entanto, ao deixar de fazer cobranças sobre o cumprimento por parte do Governo da recomendação da DPU; de divulgar mais a fundo sobre como a pandemia afetou os imigrantes em Roraima, uma vez que os boletins epidemiológicos com os números de óbitos são documentos públicos; de não entrevistar venezuelanos acometidos pela Covid-19 ou relatar a situação nos abrigos, por exemplo, o G1 RR deixa também de exercer importantes funções da imprensa de fiscalizar o poder público, denunciar descasos, ouvir os mais vulneráveis. Pois a imprensa deve exercer uma função fundamentalmente crítica, tem uma responsabilidade central na construção da democracia, da sociedade, da formação da opinião pública. Ao informar criticamente, os jornais fixam os acontecimentos com muita força, por isso o enquadramento dado às notícias é tão importante em uma sociedade que dispõe cada vez mais de informação. Através da imprensa é que a sociedade se manifesta, assim, o papel fundamental da imprensa é o de se constituir como caminho para a socialização do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura jornalística do portal G1RR sobre a migração venezuelana em contexto de pandemia revela um conjunto de aspectos que podem ser contemplados a partir de alguns aportes conceituais de valor-notícia e noticiabilidade.

Relembramos que os valores-notícia são atributos que já estão presentes nos acontecimentos e que, na dinâmica de determinados contextos, podem ser considerados importantes (critérios) para serem transformados em notícias.

Assim, o fenômeno da migração venezuelana segue sendo, intrinsecamente, um acontecimento que possui pré-requisitos de seleção noticiosa. Todavia, como demonstrado por esta pesquisa de dados no G1RR, em contexto de pandemia, o tema da migração não provou ter o macrovalor que se conhecia da cobertura midiática local em anos anteriores.

As razões para a vertiginosa queda de participação do tema da imigração venezuelana na ordem do dia da cobertura jornalística estão imediatamente associadas a essa dinâmica ou concorrência com outros fenômenos que reúnem critérios de noticiabilidade que na cultura profissional jornalística são firmados como detentores de maior interesse público.

Nesse ponto, a pandemia do Coronavírus dispara em interesse e importância, com larga proeminência sobre os mais diversos campos de noticiabilidade. A realidade social passa a ser costurada pelo fio contínuo da Covid-19. Assim, mesmo reconhecendo o lugar de destaque e de alto impacto social do fenômeno da pandemia sobre a experiência e o cotidiano das pessoas, podemos questionar: Por que a articulação entre migração venezuelana e pandemia não se mostrou potente e frequente na cobertura local? Que fatores podem ter implicação sobre o tímido espaço de visibilidade dos imigrantes venezuelanos no G1RR?

Como visto, as notícias sobre a migração venezuelana na interface com o Coronavírus constituem um campo de análise no G1RR pela perspectiva dos sujeitos infectados, sobretudo pelas autoridades militares da Operação Acolhida, número de mortes, internações de crianças, recomendação da DPU e acesso a medicamentos para pacientes portadores de HIV. Podemos listar como valores-notícia predominantes para a expressão dessas abordagens a proximidade geográfica (todas as notícias com olhar local - Boa Vista); a novidade (como o que irrompe no cotidiano pandêmico) e a negatividade (a notícia ruim, como se diz popularmente).

A articulação dos acontecimentos transformados em notícias entre a migração venezuelana e a pandemia precisa ser refletida em sua decrescente expressividade no G1RR, a partir de alguns critérios. A exemplo da própria rotina dos processos de produção das notícias, que além de ser voltada a uma cobertura mais factual, pode ter sido alterada pelos protocolos e cuidados com a saúde da equipe de profissionais no contexto de pandemia. O distanciamento presencial significa a circulação cada vez mais frequente das fontes organizadas e oficiais. Nesse caso, facilmente identificamos que a notícia da migração venezuelana é construída sobre outros critérios como os da notabilidade e a dimensão numérica dos

infectados e mortos; a tragédia que cerca a situação da pandemia junto a esse grupo social e a notoriedade pela importância social das fontes.

Nota-se, portanto, que a principal alteração sentida nessa articulação é a própria redução quantitativa de matérias. Mas mesmo não tendo uma grande visibilidade como antes, é importante perceber que ao noticiar a imigração venezuelana no cenário de pandemia o jornalismo constrói representações e produz expectativas. Como é recorrente a expressão das fontes oficiais e um tanto quanto visto, há no cenário político local uma visão discriminatória com relação aos imigrantes venezuelanos, não parece ser demasiado concluir que o campo das expectativas segue reiterando estigmas que podem colaborar para o fortalecimento de atitudes xenofóbicas e aporofóbicas. Uma camada sobreposta de desafios para a sobrevivência física e simbólica dos migrantes venezuelanos nesse momento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Edições 70, 2016.

BEZERRA, Gersika. **MÍDIA E DIÁSPORA VENEZUELANA: Recepção dos leitores sobre a migração no G1 Roraima**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, p. 187, 2020.

BAENINGER, Rosana. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19: mudanças na era da migração. In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (Coord.). **Migrações internacionais e Pandemia da Covid-19**. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020.

CASTRO, Albert Mora. Inmigraci[on, desigualdad y Covid-19: una aproximación desde la realidaden España. In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (Coord.). **Migrações internacionais e Pandemia da Covid-19**. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020.

COGO, Denise; BRIGNOL, Liliane Dutra. Reposicionando o nacionalismo metodológico: migrações, transnacionalismo e as pesquisas em consume e recepção. In: SODRÉ, Muniz; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa;

ELHAJJI, Mohammed (Org.). **Diásporas urbanas**. Migrantes, viajantes e transeuntes. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.

COGO, Denise; SILVA, Terezinha. Entre a fuga e a invasão: alteridade e cidadania da imigração haitiana na mídia brasileira. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 23, n. 1, janeiro, fevereiro, março e abril de 2016.

CONARE - COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS. **Refúgio em Números** – 4ª edição, Brasília, 2019.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: Um desafio para la democracia. Paidós Estado y Sociedad, 2017 [versão digital Kobo].

FERNANDEZ, Ádrian Padilla. VENEZUELA ENTRE LA HEGEMONÍA Y LA CONTRA-HEGEMONÍA (UNA LECTURA CONTEXTUAL PARA COMPRENDER UNA COMPLEJIDAD SOCIO-HISTÓRICA). **Textos e Debates: Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima**, N° 32, V. 1, 2019.

FLORES, Raquel Alvarez de. **Análisis y documentos evolucion historica de las migraciones en Venezuela**. Breve recuento. Aldea Mundo. San Cristobal, v. 11, n. 22, dic. 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidades e mediações**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Representação da UNESCO no Brasil (Humanitas), 2003.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em Comunicação**. 8 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LOPEZ MAYA, M. La crisis des chavismo en la Venezuela actual: A crise do chavismo na Venezuela atual. **Revista Estudios Latinoamericanos**. Nueva Época, Núm. 38, Julho-Dezembro, 2016, pp. 159-185.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A coloniabilidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Consejo Latinoamericano de Ciencias Soliales – CLACSO, Buenos Aires, 2005.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2007.

RAMOS, André de Carvalho. Construindo muralhas: o fechamento de fronteiras na pandemia do Covid-19. In: BAENINGER, Rosana;

VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (Coord.). **Migrações internacionais e Pandemia da Covid-19**. Campinas, Nepo/Unicamp, 2020.

R4V. **Resposta aos Venezuelanos**. Plataforma de Coordenação para refugiados e migrantes da Venezuela, 2019. Disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

SIMÕES, Gustavo da Frota; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Ribeiro de., Imigração venezuelana no brasil: perfil sociodemográfico e laboral. In: KOECHLIN, José; EGUREN, Joaquín (Orgs.). **El éxodo venezolano: entre el exilio y la emigración**. Colección OBIMID, volumen N° 4, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura. PARA ALÉM DO PENSAMENTO ABISSAL. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, Novembro, 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis, Insular, 2005.

UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE MIGRAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO SAÚDE E DOENÇA

Alecia dos Santos Almeida

Ana Paula Barbosa Alves

Francilene dos Santos Rodrigues

INTRODUÇÃO

A questão migratória tem sido amplamente discutida em vários países do mundo. Porém, isso não é algo novo. Não é de hoje que pessoas de distintos costumes estão interagindo, sobretudo devido à globalização, que se constitui através da reunião de aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos de diferentes localidades, que são prestados por todo o planeta por meio da movimentação de coisas, informações e pessoas (RIBEIRO, 2012).

Existem várias teorias que tentam explicar o processo migratório, sendo que a maioria se divide em dois campos principais: uma defende a perspectiva da busca por equilíbrio e a outra defende o aspecto histórico-estrutural. As teorias relacionadas à busca por equilíbrio ampliam a ideia de que os deslocamentos ocorrem em função dos desequilíbrios sociopolíticos e econômicos, analisando que nos fenômenos migratórios, os sujeitos fazem opções racionais em função de suas necessidades. Por sua vez, as teorias na perspectiva histórico-estrutural destacam que as migrações são processos macrosociais que devem ser estudados na conjuntura das mudanças sócio-históricas em que estão envolvidos (PEIXOTO, 2004; ROCHA-TRINDADE, 1995).

Lee (1966) afirma que as migrações são todos os movimentos que provocam uma alteração de residência permanente ou semipermanente, não adotando a distância como critério, analisando como migração a simples mudança de domicílio num mesmo bairro, ou mudança de lar, quando alguém vai viver em um outro país. Salim (1992) aponta que se faz necessário considerar na análise do fenômeno migratório outras variáveis, como por exemplo, a distância, tempo, local, a cultura e o fator político e econômico.

Nolasco (2016) ressalta que a ilusão dos limites fronteiriços deve ser considerada, pois estes limites impostos ou dissolvidos, como por exemplo, o que aconteceu com a dissolução da União Soviética e sua recomposição, procedem em novas ações abrangendo as migrações para dentro e para fora dos novos

Estados, transposições voluntárias e involuntárias, em circunstâncias em que não foram as pessoas que mudaram, mas sim as fronteiras e suas nacionalidades.

As migrações são movimentos coletivos, os quais as implicações afetam o desenvolvimento das populações e não podem ser apartados dos fatores históricos e socioculturais, que, na maioria, os motivam. Estes fatores históricos e culturalmente determinados, irreduzíveis a condutas utilitárias e lógicas, quer pessoais ou em grupos, e forçam a analisar a constituição de redes de inter-relações entre sujeitos, grupos e sociedades, em situações com graus de desenvolvimento diversificados, complexos e interdependente (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Muitos estudos garantem que não há um sentido particular e consensual que diferencie de forma clara os movimentos populacionais que são migratórios e as subcategorias que a partir daí derivam. Vale ressaltar que esta é uma situação que favorece o debate, pois não se consegue aglutinar em uma definição todas as situações específicas dos deslocamentos (LIMA, 2014).

Devido ao aumento expressivo no deslocamento de pessoas ao redor do mundo, o tema migrações tem sido umas das principais pautas para desenvolvimentos de pactos entre as comunidades internacionais, diálogos, oficinas, eventos em níveis internacional, nacional, regional e local.

Para Fernández et al (2018) a migração humana é definida como o movimento das pessoas de lugar para lugar com a intenção de se estabelecer permanentemente no novo lugar. O movimento é, muitas vezes, em longas distâncias e de um país para outro, mas a migração interna também é possível, podendo ser individual, familiar ou grandes grupos.

Segundo a Organização Internacional de Migração (OIM, 2019) estima-se que o número de migrantes internacionais seja de quase 272 milhões em todo o mundo, com quase dois terços sendo migrantes trabalhistas. Esse número continua sendo uma porcentagem muito pequena da população mundial (em 3,5%), o que significa que a grande maioria das pessoas em todo o mundo (96,5%) reside no país em que nasceu. No entanto, o número e a proporção estimados de migrantes internacionais já superou algumas projeções feitas para o ano de 2050, que eram da ordem de 2,6% ou 230 milhões.

Tal aumento é visível principalmente quanto ao fluxo migratório de venezuelanos na fronteira Brasil e Venezuela, no Estado de Roraima. Em decorrência desse aumento, surgiram demandas específicas no Brasil, em todos os níveis, para acomodação dos migrantes aos serviços e políticas já existentes. A questão é ainda mais desafiadora, devido à desigualdade social já existente no país entre a própria população nacional (SOUZA; SILVEIRA, 2018).

As migrações são um tema que está na agenda na contemporaneidade, principalmente no campo das ciências sociais, nos discursos políticos e no imaginário do senso comum. Assim, questiona-se quais são as principais teorias e conceitos sobre migração e os desdobramentos para o processo saúde-doença e cuidado para as populações?

O objetivo geral deste estudo foi investigar as principais teorias e conceitos sobre migração, considerando a trajetória científica em que está inserida e os desdobramentos para o processo saúde-doença e cuidado para as populações. E, especificamente: apontar as principais teorias e conceitos que tentam explicar os fenômenos migratórios; identificar os fatores relacionados entre os movimentos migratórios, o processo saúde-doença e cuidado das populações.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica fundamentada em artigos científicos, com recorte temporal entre os anos de 2014-2019, a coleta de dados realizou-se no período de 08/2019 a 04/2020, aplicou-se para a pesquisa as bases de dados do SCIELO e MEDLINE, LILACS. Assim, foi definido como critério de inclusão artigos publicados a partir de 2014, como forma de buscar informações mais atuais sobre migração. Desse modo, foram selecionados os seguintes descritores em Ciências da Saúde (DECS): migração e saúde, conceitos e migração, saúde dos imigrantes.

Inicialmente, foram encontrados 117 resultados, dos quais se fez a leituras do resumo e 76 publicações excluídas, 31 publicações incluída, e 13 selecionadas para leitura na íntegra e fichadas em instrumento próprio, utilizando-se o Microsoft Word® 2016. Após a leitura e fichamento dos textos, os dados obtidos foram sistematizados, e analisados as seguintes informações: referência, resumo, ano, objetivos, metodologia, conceitos e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que em muitos estudos científicos o termo *fluxo migratório* geralmente está ligado aos deslocamentos de pessoas, que decidem sair de seu local de origem para outro país ou região. Decisões como estas são tomadas

individualmente, familiar ou em grupos e levados por questões econômicas, políticas e sociais.

Segundo Nolasco (2016) o conceito de migração e suas derivações, nomeadamente “emigrante” e “imigrante”, banalizaram-se ao ponto de, em muitas circunstâncias, serem assumidos de forma acrítica e simplista, com a consequência de reduzir a complexidade do fenômeno migratório a um simples movimento de pessoas. Em algumas sociedades receptoras existem uma grande diversidade de compreensões, por exemplo: os migrantes são sujeitos nativos de países da periferia europeia, africanos ou sul-americanos, pobres e/ou desempregados ou com profissões irrelevantes, visto negativamente; estrangeiros são os provenientes de países centrais, ou pessoas que possuem uma condição social e profissional importantes.

Para entender mais sobre os conceitos de imigração, emigração, migração e refugiados, pode-se citar o glossário sobre as migrações construído pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), que institui:

Imigração: “Processo através do qual estrangeiros se deslocam para um país, a fim de aí se estabelecerem” (OIM, 2009, p.33); **Emigração:** “Abandono ou saída de um Estado com a finalidade de se instalar noutro. As normas internacionais sobre direitos humanos preveem que toda a pessoa deve poder abandonar livremente qualquer país, nomeadamente o seu próprio, e que, apenas em circunstâncias muito limitadas, podem os Estados impor restrições ao direito de um indivíduo abandonar o seu território” (OIM, 2009, p.24); **Migração:** “Processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas; inclui a migração de refugiados, pessoas deslocadas, pessoas desenraizadas e migrantes econômicos”(OIM, 2009, p.40); **Refugiado reconhecido:** Pessoa que “receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país” (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, art.º 1.º - A, n.º 2, de 1951, com as alterações introduzidas pelo Protocolo de 1967) (OIM, 2009, p.62).

No entanto, nem todos os países empregam essa definição na prática. Alguns países usam critérios diferentes para identificar migrantes internacionais, por exemplo, aplicando diferentes tempos mínimos de residência.

Para Fernández et al. (2018) o migrante está vulnerável a partir do momento que decide deixar seu país de origem e empreender a busca por um futuro melhor. Requer muita coragem para se desvincular da família, costumes, segurança e tendo grandes

desafios no país receptor. A “migração” é comumente compreendida implicando um processo voluntário, por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas (BARBOSA; OBREGON, 2018).

O movimento migratório é impulsionado por necessidade de promover mudanças nas condições de vida, mas esse deslocamento também representa perigos e riscos que comprometem o estado de saúde do migrante. Geram, ainda, por ocasião do contato entre grupos de diferentes origens étnicas e/ou nacionais, um campo de tensões e conflitos duradouros entre perspectivas socioculturais distintas (SILVEIRA et al., 2014).

Na migração, a família adquire um status especial, tanto por ser, em muitos casos, a que precipita a migração quanto a que sustenta esse fenômeno. Mas, por sua vez, é aquela que acarreta consequências diferentes em ambas as direções: quem fica e quem migra; além disso, tem certas consequências subjetivas para cada membro da família. (LOPEZ; FUENTES, 2014).

Para Fernández et al. (2018) as populações que migram estão expostas a diferentes riscos à saúde, vários tipos de doenças, além de acidentes, agressões ou abusos. As atitudes de rejeição, preconceito, intolerância em relação aos migrantes variam de país para país.

Em relação ao Brasil, vale ressaltar que o Estado deve garantir os direitos sociais básicos às populações migrantes, estando incluso o acesso à saúde. Tal compreensão ocorre pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que estabelece, no artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988), e pela Lei Orgânicas de Saúde, a Lei no 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a promoção, proteção e recuperação da saúde, a sua organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e afirma que todas as pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, toda a sociedade deve ser atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), quando necessitar (BRASIL, 2003).

Para Santana et al. (2014) além dos problemas comuns dos migrantes, os refugiados, muitas vezes, são expostos a uma carga adicional, relacionada às circunstâncias que os obrigaram a deixar sua terra natal. Essa situação exige abordagens preventivas e terapêuticas específicas em todas as áreas da saúde, especialmente na área de saúde mental.

Dantas (2016) em seu estudo descreve situações emocionais como: sensação de permanente inadequação, isolamento e ansiedade. Doenças mentais podem ser vistas como um tabu, sendo uma grande barreira para a procura de tratamento psicológicos adequados.

Os migrantes têm maior facilidade a fatores estressantes do cotidiano. Decorrentes da precariedade das suas condições de vida e trabalho, da discriminação e do isolamento social. Tendem a reunir, assim, um número mais grave de patologias (EBERHARDT, 2017).

De acordo com Dias e Gama (2014) os migrantes apontam como barreiras de acessos e utilização de serviços, as dificuldades no relacionamento com profissionais de saúde, a falta de sensibilidade de alguns profissionais à suas condições de migrante, e os estereótipos e situações de discriminação nos serviços de saúde. É notório que a forma de atendimento prestado é decisiva para que estes procurem os serviços de saúde.

Um das principais dificuldades descritas por migrantes são as diferenças linguísticas e culturais que atrapalham a interação com a unidade de saúde, interferindo na compreensão do processo de saúde e doença (LOSCO; GEMMA, 2019).

Para Santana et al. (2014) pode haver diferenças relacionadas a crenças sobre saúde, algumas práticas tradicionais podem gerar conflitos, uma vez que pode ser importante para o paciente e desvalorizada pelos médicos. A insegurança, a falta de apoio social, as incertezas, a falta do ambiente familiar e dos círculos de amizade constituídos, transformam o ambiente em que este migrante se insere, tornando-o inadaptado, triste e antissocial (OLIVEIRA et al.; 2016).

As condições precárias de moradia, certamente apresentam um impacto negativo nas condições de saúde dessa população migrante. Ao sofrimento do deslocamento de seu país de origem se associam outros problemas relacionados com as condições de vida difíceis no local de assentamento, causando uma maior exposição e vulnerabilidade dessa população que fica exposta a riscos evidentes à sua saúde e integridade física e mental (GRANADA; DETONI, 2017).

A condição de saúde dos migrantes é uma pauta importante para a sua inserção e integração à sociedade. É preciso abarcar o processo saúde, doença e cuidado desses grupos, pensando nas responsabilidades dos Estados. Alguns obstáculos são assinalados: a manutenção dos sistemas de saúde nacionais; o real acesso à atenção integral de saúde de nacionais e de migrantes; os meios e recursos apropriados para o enfrentamento das doenças transmissíveis e não transmissíveis de impacto local e mundial; captação e alocação de recursos para pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico que atendam à maioria da população mundial (VENTURA, 2018). Esse tema aflora uma série de questionamentos acerca da saúde das pessoas que vivenciam múltiplas situações de deslocamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações sempre aconteceram, desde a pré-história, mas nos últimos anos esse fenômeno tem sido visto com maior notoriedade por grandes organizações mundiais, em níveis internacionais, nacionais e regionais. Vários países se mobilizaram e estão reunidos para discutir soluções de políticas públicas para estas populações.

Com base nas análises dos dados, o migrante enfrenta vários desafios quando decide sair de seu local de origem, estão sujeitos à riscos de saúde, discriminações, racismo, em parte os negros, trabalhos escravos, condições indignas de moradia, acesso insuficiente a alimentos.

São encontradas diversas dificuldades ao acesso dos serviços de saúde, os locais distantes das unidades de saúde afetam a procura por atendimento. Geralmente, o migrante encontra problemas de comunicação com profissionais de saúde, descaso por parte dos profissionais de saúde e as más experiências são fatores que corroboram para que esse migrante continue ou não com o tratamento que almejou realizar.

Algumas práticas tradicionais de saúde podem gerar conflitos entre o paciente e o médico, uma vez que estas podem ser desvalorizados pelos médicos e a proposta de tratamento poderá ser rejeitada por não ser coerente com sua percepção de saúde e tratamento. Outra questão que tem mostrado preocupação com essa população é a saúde mental, sendo grande causadora de stress, ansiedade, depressão, conflitos, exclusão e doenças.

Percebe-se que a maneira como é feito o acolhimento da população migrante será um fator decisivo na qualidade de vida que ele levará em seu novo local de moradia. Ainda há necessidade da compreensão das especificidades da população migrante, promoção da equidade de acesso à saúde, nomeadamente no trabalho, luta contra as desigualdades, discriminação e preconceito, desenvolvimento das políticas públicas e oferta de serviços adaptados às novas demandas dos migrantes. Os aspetos multidimensionais da saúde e qualidade de vida devem ser conjugados com políticas públicas eficazes.

Este estudo apresentou suas limitações em relação ao número de revisões que foi possível realizar. Assim, mais estudos são necessários para a construção de conhecimentos e conceitos sobre as condições de vulnerabilidade das populações migrantes, para favorecer o melhor acolhimento nos serviços de saúde e entendimento do processo saúde-doença e cuidado, que esteja de acordo

com a percepção da pessoa sobre o que é bom ou não para ela. Dessa forma, quando o serviço se preocupa com efetividade de seu trabalho em atender melhor esse usuário, está comprometido em combater as injustiças sociais e, com isso, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. C.; OBREGON, M. F. Q. Venezuela para além das fronteiras: Análise do impacto da crise venezuelana na população e na saúde pública de Roraima. **Revista de Derecho y Câmbio Social**, v. 54, p. 1-25, 2018.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. **Legislação do SUS**. Brasília: CONASS, 2003. 604 p. ISBN 85-89545-01-6. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/progestores/leg_sus.pdf. Acesso em 20/06/2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, e pelas Emendas Constitucionais no 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. ISBN: 978-85-7018-698-0. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 22/06/2019.

DANTAS, S. Migração, prevenção em saúde mental e rede digital. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília, Ano XXIV, n. 46, p. 143-157, jan./abr. 2016.

DIA, S.; GAMA, A. **Migração e saúde**: principais determinantes e estratégias de ação. Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2014.

EBERHARDT, L. D; MRANDA, A., C. Saúde, trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde Debate**. Rio De Janeiro, V. 41, n. especial, p. 299-312, jun. 2017.

FERNÁNDEZ, M. A.; ROO, J. B., DÁVILA, R., et al. La salud de los migrantes y los servicios de salud en Medicina Familiar en Iberoamérica. **Rev Bras Med Fam Comunidade**. 2018; 13(Suppl 1):84-112. [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc13\(40\)1858](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc13(40)1858).

GRANADA, D.; DETONI, P. Corpos Fora do Lugar: Saúde e Migração no Caso de Haitianos no Sul do Brasil. **TEMÁTICAS (UNICAMP)**, v. 1, p. 115-138, 2017.

LEE, E. S. A Theory of Migration, **Demography**, 3 (1), 47-57. Disponível em: file:///D:/Documentos%20Arquivos%20D/BACKUP/unidade%20documentos/PIC/2020PIC/Defnitionofmigration.pdf Acesso em: 06/08/2019.

LIMA, A. K. S. Migração e Subjetividade: uma revisão da literatura sobre o processo migratório e suas implicações psicossociais. Seminário Internacional do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (2:2014: Boa Vista, RR). **Anais “Fronteiras contemporâneas: desenvolvimento, conflito e sociabilidades”**, 11 a 14 de novembro de 2014. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2015. 2540 p.

LOSCO, L. N.; GEMMA, S. F. B. Sujeitos da saúde, agentes do território: o agente comunitário de saúde na Atenção Básica ao imigrante. **Interface (Botucatu. Online)**, v. 23, p. 1/e180589-13, 2019. <https://doi.org/10.1590/Interface.180589>.

LOPEZ, V. N. M.; LORA, F. M. E. **Algunas Consecuencias en La Subjetividad de Migrantes Bolivianos Residentes en tres Poblaciones de España**. Ajayu. Organo de Difusión Científica del Departamento de Psicología de la Universidad Católica Boliviana “San Pablo” [en línea]. 2014, 12(1), [fecha de Consulta 14 de Julio de 2020]. ISSN: Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=461545457002>.

NOLASCO, C. **Migrações Internacionais: Conceitos, tipologias e Teorias**. Oficinas do CES no 434. CES – Universidade de Coimbra. Coimbra –Portugal, março de 2016. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf. Acesso em 27/08/2019.

OLIVEIRA, E. N.; MONTEIRO NETO, F. F.; FREIRE, A. S.; MOREIRA, R. M. M.; FÉLIX, T. A.; LIMA, Ferreira, G. L. Saúde de Imigrantes: Estudos Com Brasileiros Baseados em Evidências. **REVISTA SANARE**, v. 15, p. 74-81, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Glossário sobre migração**. Direito internacional da migração. Nº 22. Genebra, 2009. 92p. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso em: 22/06/2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **RELATÓRIO MUNDIAL DE MIGRAÇÃO 2020**. Editora: Organização Internacional para migração (OIM), 2019. Disponível <https://publications.iom.int/es/books/world-migration-report-2020>.

PEIXOTO, J. **As teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas**. Asocius Working Papers. No. 11/2004 – Centro de Investigação em Sociologia Económica das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa, 2004. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>. Acesso em: 27/03/2019.

RIBEIRO, G. L. **Série antropologia: antropologia da globalização - circulação de pessoas, mercadorias e informações**. Vol. 435. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

ROCHA-TRINDADE, M. B. **Sociologia das migrações**. Universidade Aberta: Portugal, 1995.

SALIM, C. A. MIGRAÇÃO: O FATO E A CONTROVÉRSIA TEÓRICA. IN: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. 1991. Campinas. **Anais**: campinas: ABEP, 1992. p. 119-144. Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/609-1759-1-PB.pdf>. Acesso em: 21/04/2019.

SILVEIRA, C. et al. Migrantes e Imigrante: novas abordagens no Campo da Saúde. In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. (organizadores). **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes**. Direitos, Instituições e Circularidades / - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, p. 91-107. 2014. Disponível em: https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu_132_colecao_med_saud_hist_vol_5.pdf. Acesso em: 07/10/2020.

SANTANA, C. L. A.; CARVALHO, L. A.; SILVA, R. T.; NETO, F. L. Redes de Serviço de Saúde e Apoio Social aos Refugiados e Imigrantes. In: MOTA, A.; MARINHO, M. G. S. M. C. (organizadores). **Saúde e História de Migrantes e Imigrantes**. Direitos, Instituições e Circularidades / - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, p. 175-197, 2014. Disponível em: https://www.fm.usp.br/museu/conteudo/museu_132_colecao_med_saud_hist_vol_5.pdf. Acesso em: 07/10/2020.

SOUZA, A. R.; SILVEIRA, M. C. P. O fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil (2014-2018): análise do arcabouço jurídico brasileiro e da conjuntura interna venezuelana. **Cadernos PROLAM/USP** (Online), v. 17, p. 114-132, 2018. Disponível em: <https://www.journals.usp.br/prolam/article/view/144270/146449>. Acesso em: 07/10/2020.

VENTURA, M. Imigração, saúde global e direitos humanos. **Cad. Saúde Pública**. 2018; 34(4):e00054118. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n4/1678-4464-csp-34-04-e00054118.pdf>. Acesso em: 04/06/2019.

REFUGIADOS VENEZUELANOS E SUA CAPACIDADE DE (RE) SIGNIFICAÇÃO: UM EXEMPLO DE RESILIÊNCIA

*Hyngrid Athe Conceição Silva
Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira*

INTRODUÇÃO

No ano de 2019, precisamente em dezembro, na cidade de Wuhan, na China, houve o surgimento de inúmeros casos de pneumonia, contraída de maneira desconhecida. Em decorrência da quantidade crescente de casos, houve a necessidade da análise do material genético isolado do vírus, constatando assim um novo betacoronavírus. A infecção pelo vírus SARS-CoV-2, causa a COVID-19, tendo como os principais sintomas: febre (com ou sem calafrio), fadiga e tosse seca. A doença pode evoluir para uma dispnéia (falta de ar) ou síndrome respiratória aguda grave (nas situações mais grave da doença) (MS, 2020).

O COVID-19 avança de maneira acelerada em vários países, afetando principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade (ACNUR, 2020). Apesar da sociedade brasileira ser repleta de grupos majoritariamente desfavoráveis na questão socioeconômica, o objetivo principal é abordar as condições sociais dos abrigos em que estão os refugiados venezuelanos na cidade de Belém, no contexto atual que é marcado pelo Covid-19.

O recorte temporal da pesquisa iniciou no dia 15 de fevereiro de 2020 (decorrente de trabalho de campo realizado nos abrigos para venezuelanos). O interesse da pesquisa se desencadeou a partir do surgimento de casos de COVID-19 no Pará (o primeiro confirmado no dia 18 de março de 2020), um mês depois de realizado o campo nos abrigos. Desta maneira, utilizou-se o Trabalho de Campo e o atual contexto - marcado pela pandemia, para a elaboração da presente pesquisa.

O Trabalho de Campo foi coordenado por uma ONG, intitulada Visão Mundial, visando conhecer alguns aspectos nutricionais da população venezuelana residentes nos abrigos da cidade de Belém. A organização trabalha com emergências, realizando ações voltadas para a educação, emergência, proteção, atuando no Brasil desde 1975. A Visão Mundial nos meses de janeiro e fevereiro de 2020 realizou levantamentos sobre a questão nutricional de refugiados e migrantes venezuelanos nas cidades de Amazonas-AM, Boa Vista-RR e Belém-PA, buscando compreender

o estado nutricional, acesso a suprimentos alimentares e qualidade dos serviços nutricionais desse grupo. Para a obtenção dessas informações foi aplicado questionário estruturado à população venezuelana.

Em Belém, para a realização da pesquisa foram necessárias cinco voluntárias (todas alunas de graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Pará – UEPA) que participaram do treinamento e aplicabilidade dos questionários.

O questionário tinha como foco responder algumas hipóteses, que se prendiam basicamente sobre o nível de nutrição da população venezuelana nos abrigos, bem como a qualidade de vida desse grupo nos abrigos da Prefeitura (Abrigo da Perimetral e Abrigo da João Paulo II) e do Estado (Abrigo Domingos Zahut e Abrigo Cametá) de Belém no Pará. Todavia, apesar de ser um questionário estruturado os refugiados relatavam suas condições nos locais, o que possibilitou fazer um panorama das dificuldades vivenciadas naquele momento e, como essas problemáticas podem ter sido agravadas em tempo de pandemia e isolamento social.

O Levantamento Bibliográfico aliado as observações feitas em campo, possibilitou ter um olhar sistêmico a situação social dos refugiados venezuelanos. Tendo como intenção abordar sobre esses agentes nos tempos atuais marcados pelo covid-19 e, como os Direitos Universais Humanos contribuem para a manutenção dos direitos fundamentais da pessoa humana, compreendendo a importância da aplicabilidade das normas dos direitos humanos para o desenvolvimento social.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), visa o desenvolvimento social de todos os povos, garantido por direitos universais que levam em consideração a cultura, costumes, contexto político e social. Mesmo com as especificidades de cada lugar do mundo, os direitos humanos possuem a missão de assegurar a dignidade e liberdade fundamental de cada pessoa.

Utilizou-se como metodologia termos como, Vulnerabilidade Social - trabalhado por Teixeira et.al., (2016); Cançado et.al., (2014); Cuoghia et.al., (2017); Exclusão Social – Pozzo et.al., (2010); Resiliência – Taboada et.al., (2006); Silva et al., (2003). A utilização desses termos serviu como meio científico palpável para descrever a realidade vivenciada pelos refugiados e suas ações perante o cenário em que se encontram.

Houve certa limitação no levantamento de dados dessa pesquisa, pois os relatórios do Ministério da Saúde, os Estados e Municípios, não especificam a nacionalidade dos infectados pelo Covid-19 (RODRIGUES et al., 2020). O que impossibilitou fazer algumas abordagens de maneira quantitativa.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUA APLICABILIDADE PARA OS REFUGIADOS VENEZUELANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - faz parte de uma das cartas da Organização das Nações Unidas – ONU para as nações. A ONU tem como principal objetivo a promoção de relações harmoniosas entre as nações e a elaboração de direitos universais que promovam a dignidade, a liberdade e a paz da humanidade (UNIC – RIO, 2009).

O documento da Unic – Rio (2009), discorre que em 1948, no dia 10 de dezembro, houve uma assembleia geral das nações com intuito de proclamar os direitos humanos - todo ser humano é incluso no direito e na liberdade dessa declaração. Logo após, a ONU solicitou que os países membros publicassem as normativas dos direitos humanos, principalmente nas instituições de ensino. Reis (2004), afirma que, “os direitos são atribuídos em nome da dignidade inerente da pessoa humana, e não da sua nacionalidade” (p. 157), ou seja, os direitos devem ser respeitados e exercidos independente da nacionalidade do indivíduo, visando a manutenção de uma vida digna ao ser humano.

Abordar a temática dos direitos humanos é algo bastante pertinente, principalmente no Brasil, país de extrema desigualdade. O tema provoca questões tanto ao seu significado, quanto ao seu reconhecimento, pois os Direitos Humanos “são aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano”. Todas as pessoas, independentemente da posição social, devem ter a garantia dos direitos fundamentais (SOARES, 2013, p. 06). A declaração promulgou trinta artigos. Dentre eles destacou-se alguns, onde visou-se incorporar a temática proposta - a questão dos refugiados venezuelanos.

O ato de migrar é garantido pela ONU como direito humano, no artigo treze - sessão dois, afirma que: “Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar” (UNIC – RIO, 2009, p. 08). Segundo Reis (2004), com o entendimento do indivíduo no cenário nacional e o crescimento das imigrações a declaração dos direitos humanos consistiu como regulador entre as relações dos migrantes e os Estados receptores.

A declaração discorre no artigo um que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. O artigo número seis aborda: “Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei” (UNIC – RIO, 2009, p. 04 e 06). É garantido por lei a dignidade física, social e psicológica dos seres humanos independente se é nacional ou não do país de residência. O artigo vinte cinco confirma a análise do artigo seis:

Artigo XXV 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (UNIC – RIO, 2009, p. 13).

A Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos consistiu no fortalecendo e promoção de forma justa dos direitos universais. A conferência discorre o dever do Estado de assegurar o respeito universal, a liberdade de cada pessoa e a proteção de todos os direitos. Consiste aos governos garantir a realização dos direitos fundamentais dos seres humanos (SENADO FEDERAL, 2013).

Sobre os refugiados a conferência declara que, é uma temática complexa, necessitando de sintonia entre a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, a Carta das Nações Unidas e os instrumentos internacionais. Esses três elementos são necessários para o compartilhamento das responsabilidades, do planejamento de atividades, que promovam a cooperação entre países e organizações pertinentes, levando em consideração a tomada de decisões do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados -ACNUR (SENADO FEDERAL, 2013).

O planejamento de atividades deve obter o desenvolvimento de estratégias capazes de abordar as causas e efeitos dos movimentos de refugiados e outras pessoas deslocadas. As medidas tomadas pela conferência dos direitos humanos têm como objetivos: o fortalecimento de medidas preparatórias, mecanismos de respostas, proteção, assistências eficazes, segurança e dignidade ao ser humano. “Nesse contexto, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos enfatiza as responsabilidades dos Estados, particularmente no que diz respeito aos países de origem” (SENADO FEDERAL, 2013, p. 42). Sobre a ação do Estado:

19. Considerando a importância da promoção e proteção dos direitos das pessoas pertencentes a minorias e a contribuição dessa promoção e proteção à estabilidade política e social dos Estados onde vivem, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos reafirma a obrigação dos Estados de garantir a pessoas pertencentes a minorias o pleno e efetivo exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, sem qualquer forma de discriminação e em plena igualdade perante a lei, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos da Pessoa Pertencentes a Minorias Nacionais, Étnicas, Religiosas e Linguísticas. (SENADO FEDERAL, 2013, p. 40).

Os Estados devem cooperar uns com os outros, devendo erradicar as violações contra os direitos humanos, bem como os obstáculos da realização desses direitos. A comunidade internacional deve promover a interação eficaz para a garantia dos direitos, monitorando a aplicação de normas e medidas jurídicas necessárias contra a violação dos direitos humanos. Ambos (Estado e comunidade internacional) devem visar a eliminação de obstáculos e a realização do direito ao desenvolvimento (SENADO FEDERAL, 2013).

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados - realizada no dia 28 de julho de 1951, em Genebra, considerou a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos para a elaboração de artigos que assegurasse aos refugiados o exercício amplo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A convenção teve como finalidade rever os acordos internacionais anteriores relativos aos refugiados. (SENADO FEDERAL, 2013).

Na Convenção Relativa aos Refugiados, foi reconhecida a existência dos mesmos no cenário mundial, a convenção representou um ponto significativo no direito internacional (REIS, 2004), abordando assuntos pertinentes como: discriminação, religião, continuidade de residência, relacionamento, alojamento, educação pública, assistência pública, liberdade de movimento, entre outras. Todas as sessões consistem em leis que auxiliem no bem-estar desse grupo (SENADO FEDERAL, 2013). As políticas para refugiados, possuem a concepção de que todo homem tem o direito de sair de seu local de origem quando necessário (REIS, 2004).

O artigo vinte e um sobre o alojamento relata que, concerne aos Estados promover alojamentos aos refugiados que residem regularmente no território, disponibilizando tratamento favorável a estes. Os alojamentos deveram ser regulados por lei, devendo ser controlados por autoridades públicas (SENADO FEDERAL 2013).

O Brasil é um exemplo de regulamentação de alojamento para refugiados, tendo como cidades principais para acolhida, Boa Vista, Pacaraima, Manaus e Belém (Visão Mundial, 2020). No Pará é disponibilizado local de moradia aos refugiados, no entanto, os locais não asseguram a qualidade na saúde - principalmente em tempos de pandemia, pois os moradores ficam aglomerados nos locais. Os produtos de higiene pessoal também são limitados, na maioria das vezes é disponibilizado por doações ou os refugiados acabam pedindo dinheiro nas ruas para a compra de produtos de limpeza.

Os alojamentos - principalmente de tutela da prefeitura, por serem de autogestão e não disporem de uma quantidade suficiente de alimentos, não asseguram de

maneira efetiva o bem-estar familiar dos refugiados, possuindo alimentação restrita – segundo relatos dos migrantes, os mesmos sentem falta de frutas e verduras, já que a maioria deles viviam em áreas rurais (indígenas venezuelanos).

A convenção dos direitos humanos no artigo vinte e seis, relata sobre a liberdade de movimento, consistindo na liberdade de escolha dos refugiados em decidir onde será seu local de residência e de nele circular. Como foi descrito por Santos (2019), houve uma dispersão dos venezuelanos no território brasileiro, sem medidas restritivas de mobilidade.

Sobre o bem-estar dos refugiados venezuelanos nos abrigos de Belém – como será disposto a seguir, esses agentes encontram-se em situação de vulnerabilidade, pobreza e exclusão social nos abrigos, refletindo uma comunidade desigual a qual estão inseridos. Soares (200?), afirma que a sociedade brasileira é marcada por profundas disparidades na distribuição de renda e nos aspectos sociais, sendo caracterizada por extremos na sua pirâmide socioeconômica: base e topo.

Assim como os habitantes do estado do Pará, os refugiados venezuelanos estão imersos a realidade de desigualdades sociais, possuindo a “liberdade” do ir e vir, mas não o direito a dignidade – alimentação e moradia de qualidade.

Segundo o Senado Federal (2013, p. 42), os direitos humanos relatam que situações de extrema pobreza inibe o pleno e efetivo desenvolvimento dos direitos humanos fundamentais. A pobreza extrema e a exclusão social “constituem uma violação da dignidade humana”, fazendo-se necessário a tomada de medidas, visando sempre a promoção do desenvolvimento das camadas mais pobres, diminuindo de maneira efetiva a pobreza e a exclusão social.

Os direitos devem ser protegidos e garantidos independentemente de qualquer tipo de diferença existente entre os indivíduos, seja pelo nível de instrução, sexo, ordem étnica, nível socioeconômico (SOARES, 200?).

Em um tempo que está sendo marcado pela propagação alarmante e acelerada do Covid-19, a efetivação dos Direitos Humanos é uma ferramenta necessária para a proteção da saúde coletiva das minorias em situação de risco (MARTINI et al.,2020).

A pandemia desafia vários setores da sociedade, trazendo preocupações no acesso aos direitos humanos, principalmente nas políticas migratórias, haja vista que há necessidade de mais intensificação no acolhimento (MARTINI et al.,2020). Quando é abordado a questão dos direitos humanos na cidade de Belém, em específico nos abrigos dos refugiados venezuelanos, percebe-se que

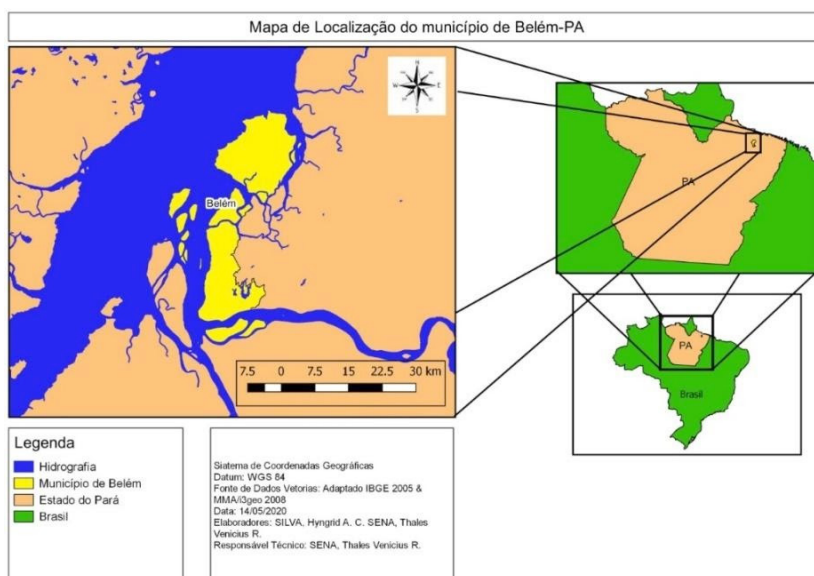
há infrações na execução dos direitos fundamentais, afetando diretamente a vida desses migrantes.

REFUGIADOS VENEZUELANOS NA CIDADE DE BELÉM - PA

A presença intensa da população venezuelana no Brasil ocorreu devido a uma crise social-política-econômica na Venezuela. Com “moeda desvalorizada, desemprego e com falta de medicamentos e de alimentos”, houve intenso fluxo migratório da Venezuela para o Brasil, principalmente pela fronteira entre Pacaraima e Santa Elena de Uairén. Roraima, foi a principal porta de entrada dos venezuelanos (LIRA et.al., 2019, p.115).

Houve a dispersão dos venezuelanos no território brasileiro. Alguns permaneceram na cidade fronteiriça de Pacaraima-RR, outros seguiram para Boa Vista-RR, outros grupos para Manaus-AM, para Belém-PA, Santarém-PA, Altamira-PA, Jacareacanga-PA e uns seguiram viagem para algumas cidades no Nordeste do país (SANTOS, 2019). Todavia, propus ter como espaço de análise a cidade de Belém/PA.

MAPA 01: Lócus de estudo.



Fonte: Sistema de Coordenada Geográfica. Elaborado pela autora, 2020.

O mapa acima representa a área de localização da cidade de Belém, observa-se que ela está cercada por uma extensa área hidrográfica. Belém está ao norte do Brasil, sendo a capital do estado do Pará - estado com área territorial vasta.

Segundo o Censo 2010, a cidade detém uma população de 1.393.399 habitantes, tendo como área territorial 1.059.466 km², possuindo PIB per capita de 20.821,46. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM da cidade de Belém em 1991 é de 0,562, em 2000 é de 0,644, e em 2010 de 0,746, acima da média nacional (0,727) (CENSO, 2010). Apesar das informações mostrarem uma cidade com um desenvolvimento razoável, a cidade de Belém encontra muitos conflitos em sua composição.

Dentro do território há inúmeros agentes sociais a serem discutidos, a presente análise versa discorrer sobre os refugiados venezuelanos e sua questão social perante a pandemia. Antes de analisarmos sobre os refugiados venezuelanos, se faz necessário compreender o que seria vulnerabilidade no contexto desta pesquisa.

Segundo os autores, Teixeira e Pessoa (2016), vulnerabilidade é um conceito que possibilita a integração das dimensões geográficas e dos processos sociais, “A vulnerabilidade consiste em uma condição do risco, sendo a atual condição em que um determinado indivíduo ou grupo social se encontra” (p. 04), podendo ainda está caracterizada em três dimensões: ambiental, social e socioambiental.

A dimensão utilizada na presente pesquisa é a social, propondo discorrer sobre o estudo da questão social, integrando assim as sensibilidades do indivíduo aos problemas sociais. Um dos elementos que fazem que caracterizam essa vulnerabilidade é a pobreza, mas não se prende somente neste elemento, abarcando também “todas as formas de desvantagens sociais” (TEIXEIRA & PESSOA, 2016, p. 05).

Cançado et al., (2014), também aborda a vulnerabilidade no sentido mais amplo, não se limitando somente a situação de pobreza, indo para além, abordando temas como a violência, dificuldade de inserção, entre outros aspectos. De acordo com Cuoghia e Leoneti (2017), a pobreza se limita somente a uma questão monetária, ou seja, aumentou a renda, erradicou a desigualdade. Todavia, a vulnerabilidade está para além da questão, perpassando por elementos como saúde, educação, entre outros aspectos.

A partir do ano de 2017, Belém passou a receber venezuelanos indígenas da etnia Warao. Em torno de 15 migrantes (08 adultos: 3 homens e 5 mulheres; e 07 crianças) chegaram na cidade, acarretando inúmeros desafios - pois os municípios que compõe a região norte do país nunca passaram por essa experiência de

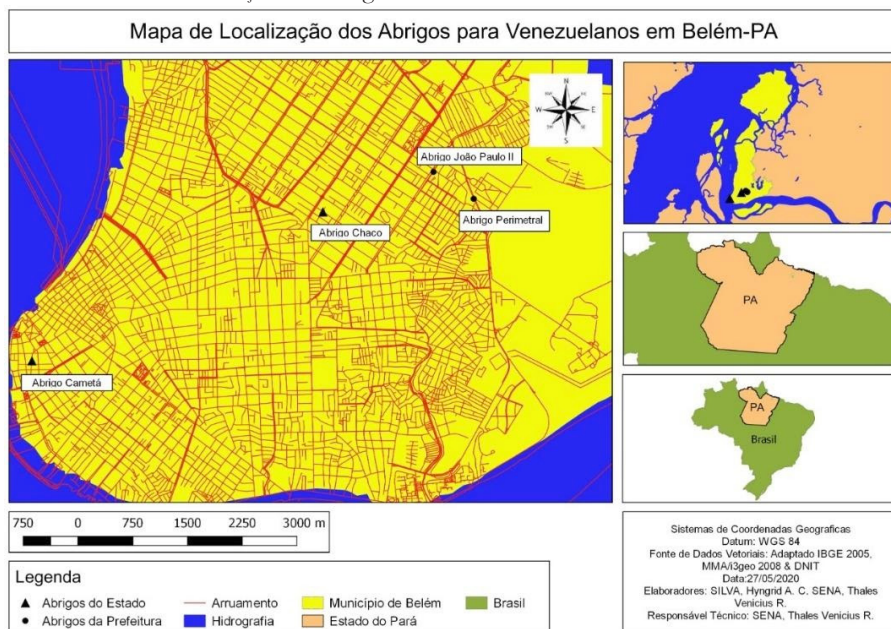
recepcionar venezuelanos solicitantes de refúgio e, por esses indivíduos em trânsito possuírem especificidades, características e dinâmicas culturais peculiares (SOUZA, 2019). Belém a partir desta data passou a comportar em seu território um número significativo de refugiados venezuelanos indígenas.

Os venezuelanos que estão residindo na cidade de Belém, encontram-se em exclusão social desde a saída da Venezuela. No dia 01 de abril de 2020 o G1 Pará, reportou as condições dos venezuelanos na capital paraense. Segundo o jornal, eles encontram-se em vulnerabilidade social no estado, todavia esse cenário se agravou com a pandemia (G1 Pará, 2020).

A vulnerabilidade se intensifica a grupos específicos, como é o caso dos indígenas, negros, e migrantes, sendo estes discriminados em algumas esferas da sociedade, pois ela possui ainda traços de uma sociedade escravocrata, marcada por extrema desigualdade (Cançado et.al 2014). Essa vulnerabilidade social fica ainda mais proeminente quando determinado grupo se encaixa em mais de uma característica descrita por Cançado et al., (2014).

No contexto desta pesquisa entende-se a exclusão como “como processos de privação coletiva que inclui a pobreza, discriminação, subalternidade”, formas de desigualdade social e iniquidades. Nesse sentido, a exclusão na sociedade é mediada por ações dominantes, opressoras, discriminatórias e estigmatizadas. Grosso modo, o pobre pode ou não ser discriminado por ser pobre, mas o excluído é esquecido por inúmeros processos discriminatórios. Dessa maneira, o excluído “passa a ser entendido como aquele que foi abandonado e que passa por processos de fragilização dos vínculos sociais” (POZZO, et.al., 2010, p. 89 e p. 90). Observou-se esses traços nos abrigos visitados da cidade de Belém: Abrigo da Perimetral, Abrigo da João Paulo II, Abrigo Domingos Zahlut e o Albergue Domingos Zahlut - Cameté. O mapa 02 mostra a localização dos abrigos que foram visitados:

MAPA 02: Localização dos abrigos da Prefeitura e do Estado na cidade de Belém.



Fonte: Sistema de Coordenada Geográfica. Elaborado pela autora, 2020.

O mapa 02 está expondo a localização dos Abrigos de refugiados na cidade de Belém – PA. Na representação cartográfica, há dois símbolos (triângulos e círculos), que representam a localização e a distinção – Estado e Prefeitura, dos abrigos. Os abrigos representados por um círculo: Abrigo da Perimetral e o Abrigo da João Paulo II, são de responsabilidade da prefeitura, ambos os abrigos possuem os nomes das avenidas onde estão localizados. Os Abrigos que estão com o símbolo de triângulo: Abrigo Domingos Zahluth (no mapa está Abrigo Chaco) e o Albergue Domingos Zahluth (na representação cartográfica está Abrigo Cametá), ambos são de tutela do governo do Estado.

O Abrigo da Perimetral, está localizado na avenida da Perimetral, nº1.642, entre Barão do Triunfo e Enéas Pinheiro. O G1 Pará, no dia 20 de outubro de 2018, relatou que a casa de acolhida é alugada, sendo o imóvel pago com repasse de recursos federais (G1 Pará, 2018). No dia 17 de fevereiro de 2020 (pela manhã), foi aplicado os questionários para os indígenas venezuelanos no Abrigo da Perimetral.

No local houve conversa com um jovem (23 anos), e uma mulher grávida (20 anos). A gestante relatou que faz o acompanhamento médico em um hospital próximo do Abrigo. Todavia, o local não é apropriado para uma gestante, principalmente por conta da alimentação precária (pois segundo relatos do homem de 23 anos, é fornecido pela prefeitura uma cesta básica a cada 15 dias, por família, independentemente do número de membros). A partir desse primeiro encontro pode-se entender como os refugiados estão imersos em um contexto de vulnerabilidade.

Abrigo João Paulo II, localizado na avenida João Paulo II, nº 1592, na esquina com a travessa Lomas Valentinas. É local próprio da prefeitura de Belém. Visitamos este abrigo também no dia 17 de fevereiro de 2020, no entanto, foi pela parte da tarde. Nesse dia choveu bastante e a água ficou empossada na parte externa do abrigo, ratos passeavam pela água, podendo gerar algum tipo de doença aos moradores. As crianças estavam a brincar no local inundado.

Nesse abrigo foi entrevistando um homem que tinha por volta de 49 anos. O indígena reafirmou o que foi relatado na manhã deste mesmo dia pelo jovem de 23 anos. A cesta básica é oferecida pela prefeitura a cada 15 dias, completou dizendo que, a cesta é composta por três quilos de alimentos: arroz, açúcar e macarrão. Afirmou que passa necessidade e que a prefeitura não oferece produtos de limpeza para os venezuelanos.

O indígena de 49 anos afirmou dizendo “quando cheguei aqui tinha muita comida, hoje já não tem”. No dia anterior a visita do grupo, o homem de 49 disse que se alimentaram somente uma vez no dia. Na alimentação tinha arroz e, com o dinheiro que pediram na rua compraram sardinha e ovos.

Ambos os Abrigos da prefeitura são de autogestão, os refugiados fazem sua própria alimentação e a limpeza do local. Percebemos que ambos os abrigos estão cheios. O abrigo da Perimetral possui uma casa ampla e arejada. No entanto, o da João Paulo II possui espaço pequeno em relação a quantidade de moradores, o local é bastante quente e abafado.

Uma das principais problemáticas dos abrigos de gestão da prefeitura é a alimentação precária, descumprindo o artigo vinte e cinco da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Abrigo Domingos Zahluth, fica localizado na Travessa do Chaco, no bairro do Marco. O campo foi realizado na parte da manhã, no dia 18 de fevereiro de 2020, em conversa mantida com o responsável do espaço, o mesmo relatou que o local é alugado. O abrigo possui uma sala onde ficam os profissionais

do administrativo. Na área externa, estavam alguns seguranças (a guarda fica 24 horas no abrigo). Havia funcionários na área da cozinha, fazendo o almoço e limpando o local. E no segundo andar estavam os refugiados.

Um idoso, com aproximadamente 65 anos, tentou responder as perguntas do questionário da ONG Visão Mundial e estabelecer diálogo, todavia, foi difícil manter uma conversa clara, ele não fala português, somente Warao e espanhol. Mesmo com certas dificuldades ele conseguiu responder as perguntas do questionário.

Albergue Domingos Zahluth, localizado no bairro da Cidade Velha, na rua Cameté. Segundo Souza (2019), o local foi criado em 2017 com a capacidade para abrigar 40 pessoas, o Albergue foi o local que abrigou os primeiros venezuelanos que chegaram em Belém – o grupo de 15 pessoas. Anteriormente ao funcionamento do Albergue, o local era a Casa de Passagem do Migrante. Enquanto o primeiro grupo de migrantes vivia no Albergue, o segundo e terceiro grupo de indígenas viviam nas ruas.

O local também possui um coordenador pelo espaço e funcionários de limpeza, alimentação e monitores. No Albergue tentou-se manter conversa com uma jovem de 23 anos que estava acompanhada por sua filha com aparência de 2 a 3 anos, no entanto, o diálogo foi curto devido a criança está chorando, pois, a menina estava com febre e o corpo estava repleto de bolinhas vermelhas – A mãe também estava com bolas vermelhas espalhadas pelo corpo.

No campo realizado no Abrigo e no Albergue, os responsáveis internos pelos abrigos discorreram sobre o funcionamento dos locais, relatando que os espaços são monitorados 24 horas. Durante o dia são monitorados por monitores, funcionários da área da cozinha/limpeza, técnicos, administradores dos abrigos. Durante o dia e a noite há a presença de guardas. Esses locais possuem vínculo com o consultório de rua, disponibilizando acompanhamento médico.

Os abrigos do estado não são de autogestão, diferente dos abrigos de tutela da prefeitura. Em uma comparação sobre os abrigos, o de tutela do estado teriam melhor recepcionamento para os refugiados, do que o de responsabilidade da prefeitura. Pelo fato de que o representante do estado pelo local consegue perceber, por esta todos os dias com os refugiados, as dificuldades enfrentadas por eles.

Apesar de estarem abrigados em locais de tutela do Estado e Prefeitura, percebeu-se com as visitas que os refugiados estão enquadrados na questão de vulnerabilidade social, haja vista que os mesmos possuem “a falta de

acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes” (p.02), principalmente no que tange a saúde.

Todos os entrevistados disseram que apesar da crise na Venezuela, sentem falta de seu país, da alimentação, dos parentes, amigos. A maioria deixou no país de origem familiares e a tentativa de voltar para buscá-los é constante. Um dos entrevistados relatou:

Meu país era muito rico, a Venezuela era muito rica. Muitas pessoas, brasileiros trabalhavam lá. Agora com a crise que chegou muitas pessoas saíram do país (...) eu vim embora da Venezuela para cá primeiramente para trabalhar (...) aqui no Brasil não estamos bem. Também não está bem (...) algum dia eu quero embora, primeiramente aqui não falamos muito bem o português, segundo, queremos trabalhar (Indígena, 49 anos).

A visita aos quatro abrigos proporcionou elaborar um panorama de como estão as condições físicas e sociais dos venezuelanos em Belém, pois ir até os locais não consistia em apenas observar e aplicar o questionário disposto, baseou-se nas experiências trocadas, em relatos que foram para além das respostas dadas para perguntas prontas e acabadas, observou-se a realidade nua e crua, as dificuldades e anseios dos venezuelanos. Constatou a falta de produtos de higiene pessoal nos espaços (possuem somente quando pedem dinheiro na rua), aglomeração e a alimentação precária. Entende-se com as visitas que os abrigos estão imersos “As desigualdades e os processos sociais excludentes vinculam-se ao temário geral do conceito de exclusão social.” (POZZO et.al., 2010, p. 87).

Pozzo e Furini (2010), abordam que há dois tipos de exclusão social: A velha exclusão social e a nova. A velha exclusão está para países que passaram tardiamente por fases da industrialização. Um dos pontos da velha exclusão social são: problemas advindos da imigração, a falta de acesso a bens e serviços, a distinção entre raças e etnias, entre outros fatores. A nova exclusão social é os novos tipos de desigualdades, enquadrando-se países com economia desenvolvida. Todavia, países com economia emergentes, que estão enquadrados na velha exclusão social, podem desencadear a nova exclusão social – caracterizada “pelo desemprego, pelo aumento dos moradores de rua, precarização do mundo do trabalho, rendas insuficientes, insegurança social, segregação socioespacial (POZZO, et.al., 2010, p. 89).

Segundo o site do ACNUR (2020), no dia 16 de abril de 2020, o ACNUR distribuiu cerca de 4,3 mil itens de assistência emergencial, como kits de limpeza, álcool gel, redes, colchões e redes mosquiteiras” visando manter a segurança dos venezuelanos. Sobre a suspeita e casos confirmados por corona vírus: “segue os protocolos nacionais: se identificados, serão encaminhados para isolamento e tratamento no sistema público de saúde”. Segundo a plataforma o ACNUR segue monitorando as condições dos refugiados.

Todavia, no dia 17 de abril de 2020 o G1 Pará, descreveu o primeiro óbito de uma indígena Warao infectada pelo corona vírus. A indígena residia em uma comunidade que se localizava na campina (em torno de 130 venezuelanos foram contabilizados no local). Nessa mesma reportagem o prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho, disse que outros locais estariam sendo preparados para o remanejamento dos indígenas, para não haver infecção do restante dos abrigados (G1, 2020).

Vulnerabilidade social é a linha tênue que separa a exposição ao risco e a capacidade de agir da população. “Quanto mais uma família possui vulnerabilidade social, mais ela se submete a riscos”. (CUOGHI, et.al., 2017, p. 20). Infelizmente os grupos em vulnerabilidade se submetem aos riscos – atualmente o Covid-19, por não possuírem meios de ação de enfrentamento/condições sociais e econômicas para mudar a sua realidade.

No dia 24 de abril o site Rede Pará, relata que no dia 23 de abril houve a distribuição de kits para a população venezuelana. Foram cinco mil itens, sendo divididos em 300 kits de higiene pessoal, 100 kits de limpeza e 100 cestas básicas, totalizando quinhentos kits de alimentação e higiene. Os kits foram doados pelos grupos voluntários Vale Belém, empresa Vale, Sindicato das Industriais Mineraias do Estado do Pará (Simineral). Esses kits serão destinados aos abrigos de tutela da prefeitura de Belém. O site ainda relata sobre a construção de um novo abrigo, tendo parceria do governo federal e a prefeitura. O novo abrigo terá condições de abrigar 500 refugiados (REDE PARÁ, 2020).

Segundo Martini et al., (2020), “Não é suficiente para a efetividade dos direitos fundamentais e promoção de uma inclusão social aos migrantes apenas a distribuição de kits de higienes básicos e a manutenção de isolamentos em campos de acolhimento e internação coletiva”. Conclui-se que, a pandemia trouxe severas restrições aos direitos humanos (p. 309)

Estamos em um momento de muitas incertezas e, os venezuelanos já vem passando por situações muito difíceis desde a Venezuela até a chegada ao Brasil. Viver em abrigos, sobreviver em lugares que não possuem a mesma cultura,

com pessoas desconhecidas, sendo pesquisados, analisados, e mesmo assim tudo permanece quase na mesma situação, não é algo fácil, e essa dificuldade está se intensificando em tempo de pandemia.

De todas as perspectivas de vulnerabilidade explorada na pesquisa, cogita-se que as condições de abrigo dos refugiados venezuelanos, bem como a organização do espaço está imersa a lógica de vulnerabilidade social. Pois os locais estão com ações questionáveis no setor da saúde, na inserção social, na falta de acesso a estruturas sociais, do mercado e renda. A falta de autonomia, esperando por terceiros para a tomadas de decisões que na maioria das vezes não os beneficiam. São excluídos socialmente, esquecidos pelo Estado, pela prefeitura, vistos como algo a ser resolvido, que demanda de ações meramente obrigatórias.

LEIS DE AMPARO? A CAPACIDADE DE (RE) SIGNIFICAR

Os desafios sanitários e políticos envolvendo esses atores são visíveis antes da pandemia do Covid-19, mas que se fortaleceram com o decorrer do isolamento social, a superlotação, precariedade dos abrigos, a falta de estrutura sanitária adequada e a baixa demanda de assistência em saúde. Cabe também aos governos não deixar a margem os refugiados, elaborando estratégias de prevenção (RODRIGUES et al.,2020). No entanto, A exclusão social e a vulnerabilidade se perpetuam devido à ausência de políticas públicas elaboradas pelo Estado brasileiro que favoreçam os indivíduos majoritariamente desfavorecidos.

Segundo Martini (2020) as primeiras medidas do estado em relação ao migrante em tempo de pandemia, era uma política de restrição, impedindo os migrantes adentrarem em solo nacional, tendo como justificativa a não proliferação do vírus (Portaria nº 120). Outra medida tomada pelo Estado para a “proteção” dos nacionais (portaria nº125), impedia a entrada de pessoas oriundas da Argentina, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, Suriname, Guiana e Guiana Francesa (pelas fronteiras no país), onde não podiam se estabelecer no Brasil neste momento, havendo certa seletividade de determinados grupos. Essa regulamentação da entrada dos venezuelanos ocorreu devido a pressão internacional.

O direito humano surge como meio regulador para garantir de forma justa a (re) significação do ser, no presente caso os refugiados, mostrando seus direitos perante a comunidade. Todavia, sabe-se que a sua execução não ocorre de maneira eficaz, não garantindo ao ser humano a dignidade inerente à pessoa humana.

As desigualdades proliferadas no território demonstram que há discriminação e não inclusão, contrariando a concepção de dignidade humana. Sabe-se que a dignidade do ser faz parte do ideário da composição da criação dos direitos humanos. Percebe-se desta maneira que, seja qual for a crise a mesma é um fenômeno de exclusão social de grupos em vulnerabilidade (MARTINI et al., 2020). Apesar dos direitos humanos ter como um dos seus pontos cruciais a igualdade, quando se toma medidas de restrição a entrada de determinado grupo em razão da sua nacionalidade há ruptura nesses direitos fundamentais. E mesmo imerso nesse completo descaso os refugiados encontram na resiliência a capacidade de acreditar no amanhã.

Apesar do contexto em um que estão inseridos os venezuelanos, possuem enraizados dentro de si a resiliência. Segundo Taboada et.al (2006, p. 105), “resiliência é definida como a capacidade humana de superar as adversidades”. Dentro desse cenário de pandemia compreendemos que a resiliência dos refugiados venezuelanos indígenas/*criollos* se tornou ainda mais necessária, pois esse é um meio de manter-se “equilibrados” em um momento difícil para todas os agentes da sociedade, em específico os indivíduos que estão residindo em abrigos.

Entende-se ainda por resiliência a capacidade do indivíduo de (re) significar situações de estresse – “Estresse pode ser entendido como um conjunto de alterações acontecidas num organismo em resposta a um determinado estímulo capaz de colocá-lo sob tensão” (p. 105), haja vista que determinada situação pode capacitar a pessoa a lidar com dificuldades posteriores (TABOADA et.al. 2006).

Os refugiados venezuelanos apesar das dificuldades que já foram descritas possuem intrínseca a sua jornada até o país (Brasil) a capacidade de colocar novo significado a cada obstáculo. A capacidade de (re) significar está quando dividem o alimento com outras famílias, de dividir o espaço de moradia de maneira mais respeitosa possível, na divisão dos afazeres domésticos, do deixar as crianças brincarem sem se incomodar. A capacidade de (re) significar está para além do contexto do concreto/visível.

O fragmento descrito da conversa com indígena de 49 anos, mostra a resiliência dos venezuelanos que, apesar das dificuldades vivenciadas acreditam na possibilidade de melhora, de reencontrar aqueles que amam e de voltar a seu país de origem.

A abordagem de resiliência na pesquisa não está para ter respostas positivas para determinadas situações, a resiliência no presente contexto se aplica na busca de soluções para a realidade vivenciada. A descrição de Silva et al.,

(2003), baseada nas concepções de Garmezy (1993), encaixa-se perfeitamente na resiliência desencadeada pelos refugiados venezuelanos, onde se consiste na recuperação após experiências adversas, consistindo em que o ser pode se curvar as adversidades, perder forças e ainda assim pode se recuperar.

PARA DISCUTIR

O corona vírus é uma crise sanitária, impactando na sociedade e nas relações sociais. Abordar as condições sociais em que estão os e refugiados venezuelanos na cidade de Belém, no contexto atual que é marcado pelo Covid-19, possibilitou vislumbrar que, nos abrigos a capacidade de (re) significação dos venezuelanos é um meio de acreditar que o amanhã será melhor, apesar de estarem em condições desfavoráveis na cidade de Belém.

Através dos olhares percebemos a angústia e a curiosidade da nossa pesquisa, querendo sempre saber: “ para quem é essa pesquisa” e, o motivo de estamos no local. O medo não era de falar o que estava acontecendo, era de repetir as mesmas palavras, contar as mesmas situações e nada ser feito, se é, pouca coisa muda.

Abordar sobre os abrigos dos venezuelanos indígenas em Belém, serviu como aporte para entender a dinâmica a qual estão inseridos, possibilitando vislumbrar como estavam esse grupo anteriormente a chegada do vírus no Pará, e tentar trazer esta realidade para os tempos atuais, haja vista que não tivemos a possibilidade de visitar os abrigos, devido ao isolamento social e a possibilidade de contágio desse vírus. Ao se deparar com a pandemia velhas preocupações foram ressurgindo, principalmente as voltadas a saúde.

A falta de políticas públicas específicas a implementação de medidas protetivas contra o COVID-19 para os refugiados venezuelanos, comprometem a qualidade de vida, bem como a saúde desse grupo. Entende-se que a pandemia trouxe embutida a si o medo coletivo, todavia, trouxe uma lupa para enxergar com clareza as questões que estavam sendo invisibilizadas e agora são agudizadas, propondo de maneira explícita a ações protetivas para quem mais necessita.

E para promover essas ações faz-se necessário a promoção e utilização dos Direitos Humanos, validar esses direitos consiste em promover uma vida digna a todos. Sabe-se que a validação dos direitos humanos constitui um processo dinâmico e evolutivo, requerendo ações efetivas do Estado para seu cumprimento.

E como o Brasil, um país de muitas desigualdades irá conseguir proporcionar aos refugiados a garantia desses direitos? De que maneira essa exclusão irá ser diminuída se é fomentado o discurso de ódio contra os não nacionais? São discussões pertinentes e que deixam lacunas em muitas pesquisas. As efetivações dos direitos somente acontecem quando se é representado por uma liderança política e/ou social que se preocupa em resguardar as minorias.

No Brasil, é fomentado o ideário de que os estrangeiros tomam para si os recursos do país, fomentando um pensamento xenófobo.

Compreende-se que no Brasil a questão que norteia a temática direitos humanos é de extrema importância - principalmente no contexto atual, de expressivo aumento no fluxo migratório, de embates políticos e de discordância governamental, entende-se desta maneira que não pode haver democracia sem a promoção dos direitos humanos. Garantir o bem-estar a todos, e não a um grupo específico da sociedade constitui a execução da democracia na sua forma mais ampla.

Mesmo com a falta de matérias relatando sobre os refugiados em tempo de pandemia foi possível criar um panorama a partir dos materiais coletados, percebendo assim que a resiliência desse grupo se dá na capacidade de acreditar que por mais caótico que seja o hoje, o ter forças para o amanhã é o que os move, acreditando na possibilidade de voltar para casa, reencontrar a família e reestabelecer a vida que abandonaram. Mais que uma sobrevivência, é o sonhar que logo tudo passará e as suas relações voltaram ao “normal”.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Agência da ONU para refugiados. **Plataforma Help COVID-19: ACNUR e parceiros intensificam resposta emergencial a indígenas venezuelanos.** Acesso em: 29/04/2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/04/16/covid-19-acnur-e-parceiros-intensificam-resposta-emergencial-a-indigenas-venezuelanos/>;

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP.** São Pedro/SP, 2014;

CENSO 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Acesso: 10/05/2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>, <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>;

CUOGHIA, Kaio Guilherme; LEONETTI Alexandre Bevilacqua. Critérios de vulnerabilidade social: uma comparação entre o índice paulista de vulnerabilidade social e os critérios propostos pela aplicação do value-focused thinkin. **Revista de Administração e Contabilidade, e Econômica da FUNDACE**. Edição: v.8, n.2. Ribeirão Preto, 2017;

G1 PARÁ. **Primeiro abrigo para indígenas refugiados é entregue em Belém**. 20/10/2018. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2018/10/20/primeiro-abrigo-para-indigenas-refugiados-em-belem-e-entregue-pela-prefeitura.ghtml#aoh=15899996395262&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s. Acesso: 20/10/2018;

G1 PARÁ. **Em meio ao novo coronavírus, indígenas Warao sem assistência, se aglomeram nas ruas de Belém**. 01 de abril de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2020/04/01/em-meio-ao-novo-coronavirus-indigenas-warao-sem-assistencia-se-aglomeram-nas-ruas-de-belem.ghtml#aoh=15881747872453&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s. Acesso em: 29/04/2020;

G1 PARÁ. **Belém registra primeira morte de indígena Warao por Covid-19**. 17 de abril de 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/google/amp/pa/para/noticia/2020/04/17/belem-registra-primeira-morte-de-indigena-warao-por-covid-19.ghtml#aoh=15881747872453&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s. Acesso em: 29/04/2020;

LIRA, Jonatha Rodrigo de Oliveira; RAMOS, Morélia Morillo; ALMEIDA, Tainá de Aragão; RODRIGUES, Fancilene dos Santos. Migração, mobilidade e refúgio de venezuelanos no Brasil: o caso do município de Pacaraima (RR). **Paper do NAEA**, Volume 28, Nº 2 (417), Belém 2019.

MARTINI, Maria Carolina Gervásio Angelini; OLIVEIRA, Viviane de Arruda Pessoa. A hospitalidade e migrações: o acesso aos direitos humanos fundamentais em tempo de pandemia. In: ZUBEN, C.V.; MAGALHAES, L. P.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. **Migrações internacionais e pandemia de Covid-19**.

ONU Brasil. **Qual a diferença entre ‘refugiados’ e ‘imigrantes’?**. Acesso em: 08/05/2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/amp/>.

POZZO, Clayton Ferreira Dal; FURINI, Luciano Antonio. O conceito de exclusão social é sua discussão. **Revista Geografia em Atos**: n. 10, v.1. Departamento de Geografia da FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2010.

REDE PARÁ. **Prefeitura recebe doações de kits para migrantes venezuelanos**. Acesso em 09/05/2020. Disponível em: https://redepara.com.br/Noticia/212345/Amp/prefeitura-recebe-doacao-de-kits-para-migrantes-venezuelanos#aoh=15890629460841&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&camp_tf=Fonte%3A%20%251%24s.

REIS, Rossana Rocha. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais – RBCS**. Vol. 19, n°55. 2004.

RODRIGUES, Igor de Assis Rodrigues; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. Pandemia de covid-19 e a saúde dos refugiados no Brasil. *Physis*: **Revista de Saúde Coletiva**. V. 30 (3). Rio de Janeiro, 2020

SENADO FEDERAL, **Direitos Humanos atos internacionais e normas correlatas**. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. 4° edição. Brasília, 2013.

SILVA, Mara Regina Santos da; ELSÉN, Ingrid; LACHARITÉ, Carl. Resiliência: concepções, fatores associados e problemas relativos à construção do conhecimento na área. **Paidéia**, 13 (26), 147-156, 2003.

SOARES, Maria Victória de Mesquita Benevides. **Cidadania e direitos**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo – IEA. 2013. Disponível em www.iea.usp.br/artigos.

SOUZA, Mayra Ribeiro de. **Políticas migratórias do Brasil**: os limites do programa de interiorização para indígenas Warao da Venezuela. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Foz de Iguaçu, 2019.

TABOADA, Nina G.; LEAL, Eduardo J.; MACHADO, Nivaldo. Resiliência: em busca de um conceito. **Revista: Bras Crescimento Desenvolv Hum**. p. 104-113. 2006.

TEXEIRA, Rylanneive Leonardo Pontes; PESSOA, Zoraide Souza. Vulnerabilidade e risco socioambientais, e desastres naturais: uma análise

sob a perspectiva da Defesa Civil do município de Natal. **XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Iguaçú/PR, 2016.

UNIC-RIO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. DPI/876. 2009. VISÃO MUNDIAL. Disponível em: <https://visaomundial.org>. Acesso em: 30/04/2020.

SANTOS, José Raimundo Torres dos. **Diáspora dos índios Warao da Venezuela**. Dissertação em Antropologia Social. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista-RR, 2019.

MINICURRÍCULO DOS(AS) AUTORES(AS)

Alberto Augusto Eichman Jakob

Doutor em Demografia. Coordenador, Pesquisador e Presidente do Conselho Técnico Científico e do Conselho Superior do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP); professor do Programa de Pós-Graduação em Demografia, da Universidade Estadual de Campinas (PPGD/UNICAMP).

Alclecia dos Santos Almeida

Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/FRR); acadêmica de Gestão em Saúde Coletiva Indígena do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima.

Alvaro Antonio García-Castro

Doutor em Antropologia; pesquisador do Instituto Venezuelano de Investigações Científicas (IVIC) e da Fundación Cisneros.

Ana Paula Barbosa Alves

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PRONAT/UFRR); professora no curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena, do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima e pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON).

Beatriz Patrícia de Lima Level

Mestre em Sociedade e Fronteiras pelo Programa de Pós-Graduação Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) e membro do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR).

Clara Miranda Santos

Doutoranda em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET/IFRO); Psicóloga do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Cledenice Blackman

Doutora em Educação; pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET/IFRO) e do Grupo de Trabalho Relações

Étnico-Raciais e Decolonialidades (RERAD); membro da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB).

Daniele Teresa Samora de Oliveira

Mestra em Letras; pesquisadora do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR).

Duval Magalhães Fernandes

Doutor em Demografia. Professor visitante na Universidade Peruana Cayetano Heredia (Lima – Peru); professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no Programa de Pós-Graduação em Geografia e no Departamento de Economia; pesquisador do Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População (GEDEP/PPGGEO/PUC/MG).

Edielson de Souza Silva

Mestre em Estudos de Fronteira; professor da Universidade do Estado do Amapá (UEAP); membro do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados (PAMER/UNIFAP).

Felipe de Ávila Chaves Borges

Mestre em Geografia. Doutorando em Geografia (PUC/MG). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia do Crime, Geoprocessamento, Fronteira agrícola, Geoconservação, Geoturismo e Migrações Internacionais.

Francilene dos Santos Rodrigues

Doutora em Ciências Sociais; Coordenadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON); professora da Universidade Federal de Roraima nos Programas de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOE) e Recursos Naturais (PRONAT/UFRR).

Geraldo Castro Cotinguiba

Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente; pesquisador do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON/UNIR); vice-líder do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB). Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Gersika do Nascimento Bezerra

Jornalista da Universidade Federal de Roraima. Mestranda no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFGPA).

Handerson Joseph

Doutor em Antropologia Social; professor do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira (PPGEF/UNIFAP); fundador do Programa de Apoio a Migrantes e Refugiados (PAMER/UNIFAP).

Hyngrid Athe Conceição Silva

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA); Bolsista do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE/UEPA) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq).

Jania Maria de Paula

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia. professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) e do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT); pesquisadora na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, cultura, migração, Rondônia, grupos eslavos e sustentabilidade.

Janison Machado de Albuquerque

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR); pesquisador do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR).

João Carlos Jarochinski Silva

Pós-doutor pelo Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/Unicamp); professor da Universidade Federal de Roraima (UFRR) no curso de Relações Internacionais e no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF); membro da diretoria da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); pesquisador do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR).

Jóice de Oliveira Santos Domeniconi

Doutoranda em Demografia (IFCH/NEPO/UNICAMP); pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (OBMIGRA/UNICAMP/CNPq).

Jonatha Rodrigo de Oliveira Lira

Doutor em Demografia (UNICAMP); professor da Secretária de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Geografia da Amazônia (PPGG/UEPA).

Lediane Fani Felzke

Doutora em Antropologia Social; professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), campus Ji-Paraná; coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Étnicas na Amazônia (GETEA).

Maquézia Suzane Furtado dos Santos

Mestra em Psicologia; professora de Sociologia; pesquisadora dos processos educacionais de crianças e jovens nacionais e migrantes, indígenas, mulheres de baixa renda e/ou situação de vulnerabilidades sociais; atua no Projeto de extensão Migração Internacional na Amazônia Ocidental Brasileira: Linguagem e Inserção Social de Haitianos em Porto Velho.

Mara Genecy Centeno Nogueira

Doutora em Geografia; historiadora e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Márcia Maria de Oliveira

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia; professora da Universidade Federal de Roraima; coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF); pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON) e do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON/UNIR).

Maria da Consolação Gomes de Castro

Doutorado em Letras; professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Processos Heurísticos e Assistência em Saúde e Enfermagem (PHASE/CNPq); coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais

e Migração do Departamento de Serviço Social; integra o Observatório de Migração Internacional de Minas Gerais.

Marília Lima Pimentel Cotinguiba

Doutora em Linguística; professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UNIR); Coordenadora do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON) e líder do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB).

Militza Pérez Velásquez

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR); pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON/UFRR); Especialista em Direitos Humanos.

Natália Belmonte Demétrio

Pós-doutoranda do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (NEPO/UNICAMP); coordenadora e pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (OBMIGRA/UNICAMP/CNPq).

Renata da Silva Nobrega

Doutora em Sociologia; professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (EDUCAMPO/UNIR); pesquisadora do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON/UNIR).

Ricardo Gilson da Costa Silva

Doutor em Geografia Humana; professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR); coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/CNPq).

Rosa Martins Costa Pereira

Doutora em Geografia; coordenadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Tecnologias (GET/IFRO); professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

Rosana Aparecida Baeninger

Doutora em Ciências Sociais com Pós-Doutorado (Estágio Sênior) pela Universidade da Califórnia, Davis; colaboradora do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas; pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO/UNICAMP); coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP/CNPq).

Roziane da Silva Jordão

Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM); pesquisadora do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR) e do Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM); bolsista CAPES.

Sonia Maria Gomes Sampaio

Doutora em Educação; professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) nos Programas de Mestrado Acadêmico em Estudos Literários e Mestrado Acadêmico em Letras; pesquisadora do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR).

Vângela Maria Isidoro de Moraes

Doutora em Sociologia; Pesquisadora do pesquisadora do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras (GEIFRON); membro do Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS/UFRR); Professora da Universidade Federal de Roraima no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRR).

Washington Luiz dos Santos Assis

Cientista social e pesquisador do Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR) e do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON/UNIR).

Weidila Nink Dias

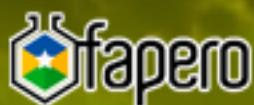
Psicóloga, integrante do Programa de Extensão Migração Internacional na Amazônia Brasileira: linguagem e inserção social em Porto Velho; Grupo de Pesquisa Migrações, Memórias e Cultura na Amazônia Brasileira (MIMCAB/UNIR); membro do Movimento Psicanalítico Rondônia e Acre.



MIMCAB



GRUPO DE PESQUISA
MIGRAÇÃO MEMÓRIA E CULTURA NA
AMAZÔNIA BRASILEIRA



OBMIGRON

Associação dos Migrantes na Amazônia

ISBN 978-658606294-6



9 786586 062946